ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 192

Brasília - DF, quinta-feira, 4 de outubro de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 8
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 10
Ministério da Cultura 14
Ministério da Defesa 19
Ministério da Educação 20
Ministério da Fazenda 21
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 47
Ministério da Integração Nacional 57
Ministério da Justiça 58
Ministério da Saúde 61
Ministério da Segurança Pública 84
Ministério das Cidades 84
Ministério de Minas e Energia 85
Ministério do Desenvolvimento Social 90
Ministério do Meio Ambiente 91
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 91
Ministério do Trabalho 122
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 127
Ministério Público da União 131
Tribunal de Contas da União 134
Poder Judiciário 169
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 171

Total de páginas desta edição: 171

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 854, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social seja parte e que tramitem nos Juizados Especiais Federais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O pagamento dos honorários do perito que realizar o exame médico-pericial nas ações judiciais em que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS seja parte e que tramitem nos Juizados Especiais Federais será antecipado pelo Poder Executivo federal ao respectivo tribunal.

Art. 2º O Conselho da Justiça Federal e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão fixarão os valores dos honorários e os procedimentos necessários ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória, por meio de ato conjunto.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 3 de outubro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Gleisson Cardoso Rubin

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 547, de 3 de outubro de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, crédito especial no valor de R$ 52.857.359,00, para os fins que especifica".

Nº 548, de 3 de outubro de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 854, de 3 de outubro de 2018.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 91, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre o procedimento para venda direta dos imóveis residenciais de propriedade do INCRA no âmbito da Amazônia Legal, nos termos do art. 38, da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 107, inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 338, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte, resolve:

Estabelecer o procedimento administrativo para a venda direta de imóveis residenciais de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, situados na Amazônia Legal, nos termos do art. 38, da Lei 11.952, de 25 de junho de 2009.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta o procedimento de venda direta de imóveis residenciais de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, localizados na Amazônia Legal, fundamentada nos seguintes atos normativos:

I - Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações);

II - Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998;

III - Lei n° 10.406, de 12 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro);

IV - Lei n° 11.481, de 31 de maio de 2007;

V - Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009;

VI - Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015;

VII - Lei n° 13.465, de 15 de julho de 2017;

VIII - Decreto n° 3.725, de 10 de janeiro de 2001;

IX -- Decreto n° 9.309, de 15 de março de 2018;

X - Decreto n° 9.310, de 15 de março de 2018.

Parágrafo único. Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se imóvel residencial passível de venda direta o lote com ou sem edificações, de propriedade do Incra, localizado na Amazônia Legal, em zona urbana ou rural, destinado ao ocupante para fins residenciais.

Art. 2º As avaliações dos imóveis residenciais de propriedade do Incra destinados à venda direta serão realizadas diretamente pelo INCRA, com profissionais habilitados de seu próprio quadro de servidores ou por empresa especializada, contratada mediante licitação, observado as orientações do Parecer 02/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU.

Art. 3º Para efeitos desta Instrução Normativa, o preço da venda será fixado com base no valor de mercado do imóvel, excluídas as acessões e as benfeitorias realizadas pelo ocupante, nos termos do art. 95 do Decreto 9.310 de 15 de março de 2018.

Art. 4º Não são passíveis de venda direta aos ocupantes, nos termos desta Instrução Normativa, os imóveis residenciais de propriedade do INCRA:

I - administrados pelas Forças Armadas, destinados à ocupação por militares;

II - considerados indispensáveis ao serviço público;

Parágrafo único. São considerados imóveis indispensáveis ao serviço público os destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração ou afetados a outra finalidade pública, por ato da autoridade pública.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º Compete às Superintendências Regionais do Incra na Amazônia Legal a elaboração, por ato do respectivo Superintendente Regional, de relação contendo os imóveis residenciais passíveis de venda direta, nos termos desta Instrução Normativa, com a devida caracterização dos imóveis, identificação de seus ocupantes e justificativa para a venda direta.

§ 1º A relação dos imóveis residenciais passíveis de venda direta será encaminhada à Diretoria de Gestão Administrativa - DA, para análise e manifestação conclusiva.

§ 2º Cabe ao Conselho Diretor do Incra - CD, após manifestação conclusiva da DA, a homologação dos imóveis residenciais que, nos termos da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e desta Instrução Normativa, são suscetíveis de venda direta.

§ 3º Qualquer pessoa poderá, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da homologação de competência do CD, impugnar a inclusão de imóvel na relação de passível de venda direta, devendo tal impugnação ser decidida pelo Superintendente Regional, decisão da qual caberá recurso administrativo ao CD, também no prazo de 10 (dez) dias corridos.

Art. 6° Após a homologação de que trata o § 2º do art. 5º, caberá às Superintendências Regionais do Incra na Amazônia Legal a execução do procedimento de alienação dos imóveis residenciais de propriedade do Incra previsto nesta Instrução Normativa, inclusive com a outorga de Escritura Pública de Compra e Venda.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA A VENDA DIRETA

Seção I

Dos requisitos do comprador

Art. 7º Adotadas as providências previstas nos artigos 5º e 6º desta Instrução Normativa, o procedimento administrativo de venda direta dos imóveis residenciais do Incra, no âmbito da Amazônia Legal, terá início mediante requerimento padrão do interessado (Anexo I desta Instrução Normativa), ou de seu representante legal, dirigido ao Superintendente Regional do INCRA, cuja competência abranja a área de localização do imóvel.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

I - CPF e documento oficial de identidade (originais e cópias autenticadas) do requerente e do cônjuge ou companheiro, se houver;

II - Certidão de Casamento ou declaração de União Estável (original e cópia autenticada), conforme o caso;

III - Documentos originais e cópias que comprovem o tempo de ocupação pelo interessado por um período igual ou superior a 05 (cinco) anos;

IV - Comprovantes de renda do grupo familiar residente no mesmo teto (originais e cópias autenticadas);

§ 2° Para efeitos de comprovação do tempo de ocupação dos imóveis do Incra passíveis de alienação, poderão ser utilizados, entre outros documentos: Termo de Ocupação de Unidade Residencial expedido pelo Incra; cadastros municipais, estaduais ou federais; boletos de pagamentos emitidos por empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos (água, luz, telefone); correspondência ou recibo com indicação do endereço completo do imóvel; autorização de ocupação do Incra com data ou declaração emitida pelo Superintendente Regional.

§ 3º As cópias dos documentos apresentadas pelos interessados poderão ser autenticadas em cartório ou pelos servidores do Incra, mediante apresentação e conferência dos documentos originais.

§ 4° Compete à Divisão de Administração da Superintendência Regional do Incra da área de localização do imóvel a conferência dos documentos apresentados pelo interessado, a formalização do processo individual de compra direta, em meio físico e digital, e a juntada da matrícula imobiliária do imóvel.

Seção II

Das peças técnicas e da matrícula do imóvel

Compete às Superintendências Regionais do Incra, por meio de seu corpo técnico, elaborar planta e memorial descritivo simplificado do imóvel residencial passível de venda direta, contendo no mínimo:

I - localização, confrontantes, pontos extremos e área edificada, se houver, e área total;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

II - planta baixa da edificação, se houver.

§ 1° A planta e o memorial descritivo assinados por servidor do Incra dispensa a apresentação da ART, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou do RRT no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, conforme o disposto no § 7º, do art. 31, do Decreto n° 9.310/2018.

§ 2° O interessado poderá apresentar, às suas expensas, as peças técnicas mencionadas neste artigo, assinadas por profissional habilitado, as quais serão avaliadas e, se de acordo com a legislação, validadas pelo Incra.

Art. 9º As Superintendências Regionais providenciarão as certidões cartorárias atualizadas da matrícula do imóvel residencial passível de venda direta, para instrução dos processos de alienação regulamentados por esta Instrução Normativa, bem como o desmembramento ou a fusão de matrículas, quando necessário à individualização do imóvel.

Seção III

Dos critérios e vedações para a venda direta

Art. 10. A venda direta de imóveis residenciais de propriedade do Incra localizados na Amazônia Legal obedecerá aos seguintes critérios:

I - O preço do imóvel residencial a ser alienado será estabelecido por meio de laudo de avaliação elaborado nos Termos do Artigo 2º desta Instrução Normativa, que reflita o valor de mercado do bem;

II - A venda direta somente pode ser realizada à pessoa física que esteja ocupando o imóvel residencial por período igual ou superior a 5 (cinco) anos, devidamente comprovado nos termos desta Instrução normativa;

III - A venda direta não será realizada à pessoa física, ou a seu cônjuge ou companheiro, que seja proprietária de outro imóvel residencial no mesmo município.

IV- O interessado não poderá realizar junto ao Incra a compra de mais de um imóvel residencial.

V - O imóvel residencial será alienado mediante Escritura Pública de Compra e Venda, cujas despesas cartorárias e tributárias correrão às expensas do comprador.

§ 1º O valor pago pelo Incra para Terceiros pela avaliação do imóvel deverá ser ressarcido pelo comprador como requisito para a outorga da Escritura Pública de compra e venda.

§ 2º O interessado deverá apresentar declaração afirmando que ele e seu cônjuge ou companheiro, quando houver, não são possuidores ou proprietários de outro imóvel residencial no Município de localização do imóvel adquirido junto ao Incra.

Seção IV

Do pagamento e outorga da escritura

Art. 11. O valor total do imóvel será a soma do valor da avaliação (valor de mercado) acrescido do valor contratual cobrado pela empresa Contratada para o serviço de avaliação individualizada do imóvel.

§ 1º O pagamento do valor total do imóvel se dará das seguintes maneiras:

I - À vista, assim entendido o pagamento ocorrido em até 60 (sessenta) dias, contados da avença pela Superintendência Regional; ou

II - Financiado por qualquer entidade integrante do Sistema Financeiro de Habitação ou outras Instituições de crédito.

Art. 12. Quando não houver o pagamento à vista, a Escritura Pública de Compra e Venda conterá cláusula de alienação fiduciária em garantia em favor do agente financiador, na forma da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.

Art. 13. A Escritura Pública de Compra e Venda somente será outorgada pelo Superintendente Regional do Incra após o recebimento do valor total do imóvel, seja diretamente do comprador, seja por parte do agente financiador.

Parágrafo único. A outorga de Escritura Pública de Compra e Venda será precedida de parecer da Procuradoria Regional do Incra, que apreciará conclusivamente a legalidade do procedimento.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Finais

Art. 14. Correrão às expensas do outorgado todas as despesas cartoriais, impostos, taxas públicas, emolumentos e outras decorrentes da avaliação do imóvel e de sua transmissão.

Art. 15. Caso haja processo judicial cujo litígio envolva imóvel residencial passível de venda direta, o processo administrativo de venda ficará sobrestado até o trânsito em julgado da decisão judicial, após o que o procedimento administrativo será avaliado pela Procuradoria Regional do Incra.

Art. 16. O Incra não poderá dispensar tratamento diferenciado aos interessados que preencham os requisitos desta Instrução Normativa, sejam eles servidores públicos ou particulares, sob pena de responsabilidade.

Art. 17. Os casos omissos desta Instrução Normativa serão submetidos à apreciação da Diretoria de Gestão Administrativa - DA.

Art. 18. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º e 7º do Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o art. 11, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 338, de 9 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2018, tendo em vista a decisão adotada em sua 682ª Reunião, realizada em 03 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Normativa/INCRA/Nº 91, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre o procedimento para venda direta dos imóveis residenciais de propriedade do INCRA no âmbito da Amazônia Legal, nos termos do art. 38, da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e dá outras providências.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA
Pelo Conselho

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO

NORMA DE EXECUÇÃO Nº 121, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018 (*)

Dispõe sobre os procedimentos operacionais e administrativos para a concessão, acompanhamento e fiscalização das modalidades de Crédito Habitacional e Reforma Habitacional, regulamentados pelo Decreto nº 9.424/2018.

O DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - SUBSTITUTO (DD), DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 8.955/2017, que aprovou a Estrutura Regimental da Autarquia, especificamente ao contido no Inciso III do art. 15, da referida Estrutura Regimental.

Considerando a definição de uma política de financiamento da reforma agrária com vistas a garantir moradia digna aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA; e

Considerando a necessidade de apoiar os assentados do PNRA quanto à construção e reforma de habitações rurais, por meio de concessão de financiamento voltado à aquisição de materiais de construção e serviços para essa finalidade, resolve:

CAPÍTULO I

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 1° Estabelecer a regulamentação quanto aos procedimentos para a concessão, acompanhamento e fiscalização das modalidades de Crédito Habitacional e Reforma Habitacional para projetos criados ou reconhecidos pelo Incra, fundamentados nos seguintes atos:

I - Constituição Federal (Art. 189);

II - Lei n° 4.504/1964 (Estatuto da Terra);

III - Lei n° 8.629/1993;

IV - Lei n° 9.784/1999;

V - Lei n° 11.888/2008;

VI - Lei nº 13.001/2014;

VII - Decreto nº 8.738/2016

VIII - Decreto n° 8.955/2017

IX - Lei nº 13.465/2017; e

X - Decreto nº 9.424/2018.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES E OBJETIVOS

Art. 2º O Crédito Habitacional visa a construção de moradia na área da parcela rural recebida pelo beneficiário junto ao PNRA, sendo os recursos direcionados a aquisição de materiais de construção e pagamentos de serviços para essa finalidade, no valor de até R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

Art. 3° O Crédito Reforma Habitacional visa o reparo na moradia existente na parcela rural onde o beneficiário fora assentado, sendo os recursos direcionados a aquisição de materiais de construção e pagamentos de serviços no sentido de recuperar e/ou ampliar a referida moradia, no valor de até R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

CAPÍTULO III

DOS PRERREQUISITOS GERAIS DO CRÉDITO INSTALAÇÃO

Art. 4º Os beneficiários do Crédito de Instalação deverão constar na Relação de Beneficiários (RB) do Sipra ou outro sistema que o Incra adote, e estar em situação de regularidade nesse sistema.

Art. 5º Para acessar essas modalidades, o beneficiário deverá ter o Contrato de Concessão de Uso - CCU, ou Concessão de Direito Real do Uso - CDRU, ou ainda, o Título de Domínio, emitido pelo Incra.

CAPÍTULO IV

DOS PRERREQUISITOS ESPECÍFICOS DAS MODALIDADES HABITACIONAL E REFORMA HABITACIONAL

Art. 6º Para fazer jus à modalidade habitacional ou reforma habitacional de que tratam os incisos VIII e IX do caput do art. 2º do Decreto 9.424/2018 os beneficiários deverão, cumulativamente:

I - terem seus dados atualizados junto ao Incra, nos termos previstos no art. 12 do Decreto 9.424/2018;

II - não terem recebido anteriormente o crédito de instalação nas modalidades de Habitação, Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação / Materiais de Construção, cujo somatório do valor concedido não exceda ao montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais), seja de concessão efetuada diretamente pelo Incra, seja porventura realizada por meio de parcerias com a Caixa Econômica Federal - CEF;

III - não terem sido contemplados anteriormente pelo Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, sem prejuízo quanto ao atendimento dos beneficiários atendidos através de convênios firmados pelo Incra com a Caixa Econômica Federal nos exercícios de 2000 e 2001;

IV - serem atendidos por técnico habilitado e credenciado pelo Incra, o qual se responsabilizará, no caso de construção, pelo projeto completo de engenharia, e em caso de reforma, pelo laudo técnico indicando sua necessidade, bem como, também, pelo relatório técnico de acompanhamento e fiscalização da execução das obras nas modalidades Habitacional e Reforma Habitacional;

V - Serem atendidos por técnico habilitado, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das obras, podendo este ser servidor do Incra, de suas prestadoras de assistência técnica ou de órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, ou de entidades que representem os beneficiários que estabeleçam acordo de cooperação, convênio ou outro instrumento congênere;

VI - estarem inscritos no CadÚnico;

VII - não estarem inscritos em Dívida Ativa da União;

VIII - estarem com parcela do assentamento demarcada ou com pré-projeto de parcelamento aprovado ou área individual reconhecida pelo Incra;

IX - não sejam proprietários, cessionários ou promitentes compradores de imóvel residencial em qualquer localidade do país, que poderá ser comprovado por todos os meios disponíveis, a exemplo de certidão cartorial da comarca de localização do Projeto de Assentamento, ou declaração do beneficiário; e

X - Ter participado de reunião visando orientadora sobre as normas e obrigações do crédito habitacional;

Art. 7º Para a operacionalização da modalidade de Crédito Reforma Habitacional, além do atendimento aos critérios estabelecidos nos Artigo 6º desta Norma, o beneficiário deve, cumulativamente:

I - ser detentor de moradia existente no Projeto de Assentamento e que esteja em condição de precariedade ou com dimensões insuficientes para abrigar sua família;

II - Caso o imóvel não disponha de condições técnicas que recomendem a aplicação do crédito reforma habitacional, poderá ser disponibilizado a modalidade crédito habitacional para a construção de moradia nova. Observando o disposto no item II do Art. 6º.

CAPÍTULO V

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO CRÉDITO

Art. 8º A utilização do Crédito de Instalação, nas Modalidades de Crédito Habitacional e Reforma Habitacional será definida pelas famílias beneficiadas, com orientação de técnico habilitado e credenciado ou por servidor do Incra.

§ 1º A disponibilização do técnico habilitado se dará através de acordo de cooperação, convênios ou outro instrumento congênere.

§ 2º As ações voltadas à concessão das modalidades em referência, em especial as relativas às parcerias, devem ser planejadas e implementadas de forma coordenada e sistêmica, a fim de se evitar sobreposições e otimizar os resultados a serem obtidos.

§ 3º A priorização dos projetos de assentamento e dos beneficiários que podem acessar as modalidades de que trata este regulamento, será de responsabilidade das Superintendências Regionais do Incra, considerando as condições sociais, o tempo de assentamento e as demais infraestruturas existentes, além do planejamento de atividades da superintendência;

§ 4º A aplicação do crédito habitação poderá ocorrer de forma individual ou através da organização coletiva dos assentados, visando dar maior eficiência a execução do projeto.

Art. 9º Serão disponibilizados pelo Incra, modelos de projetos arquitetônicos para construção de moradias, facultado aos beneficiários apresentação de outros modelos, desde que aprovados pela divisão de engenharia do Incra, tomando por referência os modelos disponíveis.

Art. 10º Nos termos de parceria deverão constar a disponibilização, por parte do parceiro, de profissionais habilitados, sem prejuízo da fiscalização por parte do Incra.

§ 1º Uma vez firmada a parceria, a convenente deverá indicar os nomes e qualificação dos profissionais, os quais deverão ser credenciados junto ao Incra.

§ 2º Poderão ser credenciados a promover a aplicação do crédito instalação além do engenheiro civil, os engenheiros agrônomos, arquitetos, técnicos agrícolas, agropecuários e em edificações, com registro nos seus respectivos conselhos.

§ 3º Referidos profissionais deverão ser orientados pelo Incra quanto aos objetivos a serem alcançados, assim como sobre as normas que regem a concessão dos créditos.

§ 4º O técnico credenciado orientará e fiscalizará a execução das obras quanto ao modelo escolhido, ou projeto elaborado.

§ 5º Em qualquer das modalidades deverá ser exigida a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de execução da obra, bem como a ART de elaboração de projeto, orçamento e execução, nos casos de reforma.

Art. 11º O Incra não se responsabilizará por pagamentos de serviços ao técnico habilitado, previstos nesta norma.

Art. 12º Caberá ao técnico credenciado ou ao servidor do Incra a divulgação das informações sobre o programa, às famílias beneficiárias, esclarecendo o papel de cada agente envolvido, seus direitos e deveres e o planejamento, em conjunto com as famílias, das etapas de execução das obras.

Art. 13º A modalidade de Crédito Habitacional será realizada em uma única operação, dividida em três parcelas, cada qual contemplando uma das etapas do cronograma físico financeiro da construção objetivada, sendo os percentuais aproximadamente a:

Primeira parcela - 20 % do valor da construção;

Segunda parcela - 40 % do valor da construção;

Terceira parcela - 40 % do valor da construção.

Art. 14º O recurso inerente à primeira parcela será precedido da identificação e qualificação da demanda, por meio de relatório circunstanciado, ponto de GPS do local de aplicação do crédito, registros fotográficos, escolha do modelo de moradia pelo beneficiário, definição quanto ao técnico credenciado, bem como gestão necessária junto ao Sistema Nacional de Concessão e Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI quanto ao pedido do Crédito, emissão e assinatura de contrato.

Art. 15º A modalidade de Crédito Reforma Habitacional será realizada em uma única operação, dividida em duas parcelas, cada qual contemplando uma das etapas do cronograma físico financeiro da construção objetivada, sendo os percentuais aproximadamente a:

Primeira parcela- 50 % do valor da construção;

Segunda parcela - 50 % do valor da construção;

Art. 16º O recurso inerente à primeira parcela será precedido da identificação e qualificação da demanda indicando a necessidade da reforma, ponto de GPS do local de aplicação do crédito, registros fotográficos, definição quanto ao técnico credenciado que acompanhará o desenvolvimento da reforma; projeto técnico individual simplificado e planilha orçamentária, que indicarão a necessidade e os valores a serem investidos na reforma e/ou ampliação da moradia, bem como gestão necessária junto ao SNCCI quanto ao pedido do Crédito, emissão e assinatura de contrato.

Parágrafo único: O Incra deverá elaborar projeto ou planilhas simplificadas, a serem utilizadas como referência para a definição das demandas de reformas dos assentados, de forma a dispensar a elaboração de projetos.

Art. 17º As liberações da segunda e terceira parcelas do crédito habitacional e segunda parcela do crédito reforma habitacional se darão após a verificação da conclusão da parcela anterior, por meio de laudos individualizados de acompanhamento realizado por técnico habilitado que ateste a fase da construção e que contenha a declaração do beneficiário em relação à conclusão da fase, o qual deverá ser anexado no SNCCI para fins de controle e prestação de contas.

Art. 18º O Incra fiscalizará a conclusão de cada parcela por meio de amostragem obtida através de sorteio aleatório, realizado no âmbito do SNCCI ou outro Sistema, o qual recairá sobre o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos créditos concedidos, oportunidade em que será verificado se a execução do objeto indicado nessa etapa, corresponde ao projeto aprovado, bem como a veracidade do laudo apresentado.

§ 1º A amostragem deverá garantir a fiscalização de no mínimo 5% dos laudos elaborados por cada técnico credenciado.

§ 2º O Incra poderá promover a fiscalização da aplicação do crédito a qualquer tempo ou sempre que surgirem dúvidas ou suspeitas de aplicação irregular.

Art. 19º A responsabilidade técnica quanto ao acompanhamento, fiscalização e execução da obra serão de inteira responsabilidade do profissional credenciado.

§ 1º Constatada qualquer irregularidade na conduta do profissional credenciado durante a aplicação do credito, a Superintendência Regional, conforme a natureza e gravidade do fato, adotará as medidas necessárias à responsabilização penal, cível ou administrativa, quando for o caso e promoverá o cancelamento do credenciamento, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º A associação dos assentados deverá acompanhar e fiscalizar a aplicação do crédito e deverá comunicar ao Incra qualquer irregularidade.

Art. 20º A construção ou reforma da moradia poderá ser feita pelo próprio beneficiário, por terceiro contratado, por associação ou entidade representativa ou por meio de empresa especializada.

Parágrafo único: A obra deverá ser concluída no prazo máximo de 6 (seis) meses contados da liberação da primeira parcela, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 21º Nos casos em que a construção não for feita pelo próprio beneficiário, o agente financeiro poderá promover a transferência dos valores relativo à fase, após liberação do Incra, mediante autorização prévia do beneficiário, que deverá vir acompanhada do laudo elaborado pelo técnico credenciado, atestando a execução da etapa.

CAPÍTULO VI

DO ACOLHIMENTO DOS PROJETOS E LAUDOS DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇAO

Art. 22º Os projetos e laudos de acompanhamento elaborados pelos técnicos deverão ser entregues no protocolo da Superintendência Regional, onde serão digitalizados individualmente e encaminhados à Divisão de Desenvolvimento.

Art. 23º A Divisão de Desenvolvimento, ao recepcionar o projeto ou laudo técnico de acompanhamento de execução, deve verificar se os mesmos atendem aos requisitos mínimos exigidos:

I - se todos os itens do projeto ou laudo de acompanhamento da aplicação do crédito estão preenchidos;

II - se o projeto está acompanhado da devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, paga e assinada pelo profissional habilitado;

III - existência, no laudo, de declaração do beneficiário em relação à conclusão da fase, assinada;

IV - se o profissional que assina o projeto está credenciado e habilitado no Incra;

Art. 24º No caso de apresentação de projeto ou laudo que não atenda aos requisitos mínimos, a Divisão de Desenvolvimento deve comunicar a entidade ou órgão parceiro das inconsistências encontradas e solicitar as devidas correções, sem prejuízo de comunicar o beneficiário e o profissional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 25º No âmbito da Divisão de Desenvolvimento, os projetos ou laudos deverão ser vinculados aos processos individuais dos beneficiários.

Art. 26º Após a verificação dos requisitos mínimos exigidos quanto a projetos e laudos elaborados pelos técnicos, a Superintendência Regional dará seguimento à operacionalização do crédito via SNCCI - Sistema Nacional de Concessão e Cobrança do Crédito de Instalação.

CAPITULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 27º São atribuições do Incra Sede:

I - Contratar o agente financeiro e gerenciar o contrato estabelecido com o mesmo para a concessão do Crédito de Instalação;

II - Enviar ao Agente Financeiro arquivo de dados cadastrais e de pagamento de créditos das demandas cadastradas e qualificadas, no SNCCI, pelas Superintendências Regionais;

III - Cadastrar no SNCCI as agências bancárias indicadas pelas Superintendências Regionais para a retirada dos cartões magnéticos pelos beneficiários;

IV - Supervisionar e acompanhar o Crédito de Instalação junto às Superintendências Regionais; e

V - Gerenciar o SNCCI.

Art. 28º São atribuições das Superintendências Regionais:

I - Designar, por Ordem de Serviço - OS, específica, os servidores responsáveis pela operacionalização e acompanhamento da aplicação do Crédito de Instalação, os quais ficarão sob a coordenação da Divisão de Desenvolvimento;

II - Solicitar à Coordenação Geral de Implantação - DTI, da Diretoria de Obtenção - DT, a senha para acesso ao CadÚnico;

III - Identificar e qualificar as demandas de acordo com os pré-requisitos de cada modalidade;

Art. 29º É imprescindível a atualização cadastral prevista no Decreto nº 9.424/2018, a qual o Incra realizará ações de ofício, cruzamentos de bancos de dados oficiais e chamamentos para participação ativa dos beneficiários do PNRA.

IV - Efetuar o cadastramento no SNCCI dos beneficiários qualificados;

V - Buscar parcerias junto aos municípios e outros órgãos públicos, no sentido de obter técnico habilitado para a elaboração de projetos e laudos necessários à construção e reforma de moradias, bem como de orientação, acompanhamento e fiscalização das obras para a concessão das modalidades de Crédito Habitacional e Reforma Habitacional;

VI - Divulgar e orientar os beneficiários e as prestadoras de ATER, quando for o caso, quanto aos critérios estabelecidos no Decreto nº 9.424/2018 e os preceitos fixados nesta Norma de Execução.

VII - Credenciar e orientar os profissionais habilitados, engajados no processo via parceria mediante acordo de cooperação técnica ou outro instrumento do gênero, os quais prestarão assessoria técnica quanto ao acompanhamento e na execução das obras quanto à concessão das modalidades Habitacional e Reforma habitacional.

VIII - Informar aos beneficiários o valor do crédito, o percentual do rebate, o prazo de carência de cada modalidade, contados a partir da data do Arquivo Retorno Crédito, constante no Relatório de Interação com Agente Financeiro - Riafi.

IX - Acompanhar junto ao SNCCI a gestão realizada pela Sede, quanto à emissão dos cartões e disponibilização de recursos.

X - Alertar os beneficiários quanto às consequências relativas ao atraso no pagamento do Crédito de Instalação, bem como quanto ao desvio de finalidade.

XI - Esclarecer os beneficiários quanto aos seguintes prazos:

Noventa dias a contar da data do recebimento dos cartões nas agências bancárias, indicadas pelo Incra, para retirada do cartão pelo próprio beneficiário;

XII - Esclarecer os beneficiários que em caso de perda, extravio, ou de não retirada do cartão no prazo de noventa dias, acarretará destruição automática deste e o beneficiário terá apenas a opção de pagar a segunda via do cartão ou efetuar saques no caixa.

XIII - Instruir processo dos beneficiários com as informações do Crédito de Instalação conforme Art. 36º do capítulo da instrução processual;

XIV - Emitir os contratos de Crédito de Instalação, via SNCCI, e colher as devidas assinaturas;

XV - Lançar no SNCCI a data de assinatura do contrato e anexá-lo, em sua íntegra, no Sistema;

XVI - Lançar no SNCCI o projeto arquitetônico escolhido pelo beneficiário para construção de sua moradia, ou em caso de reforma, a planta baixa da edificação existente, constando as demolições ou acréscimos pretendidos, assim como laudos de acompanhamento da execução da concessão dessas modalidades;

XVII - Coordenar e operacionalizar a aplicação do Crédito de Instalação no âmbito de sua jurisdição; e

XVIII - Realizar a prestação de contas, de acordo com a especificidade de cada modalidade em conformidade com os procedimentos definidos nos Arts. 45º e 46º desta Norma de Execução.

Art. 30º São atribuições das famílias beneficiárias:

I - Construir a casa em conjunto com o Incra, órgãos parceiros ou entidades representativas dos beneficiários e acompanhar a execução da obra;

II - Respeitar o projeto arquitetônico aprovado inicialmente;

III - Participar da reunião visando a orientação sobre as normas e obrigações do crédito habitacional;

Parágrafo único: O beneficiário que interromper ou não concluir a obra será responsabilizado e penalizado pelo Incra e não fará jus ao rebate de 96% previsto no inciso VII, alínea "b" do art. 10 do Decreto 9.424/2018.

Art. 31º São atribuições dos Órgãos da Administração Pública ou Entidades representativas dos beneficiários que estabeleçam acordo de cooperação técnica:

I - Apresentar um Plano de Trabalho com as etapas da obra; o cronograma físico e financeiro construído de acordo com a realidade do assentamento e também um modelo de auto construção assistida, com regras claras de participação do beneficiário na construção de sua casa, nos casos de execução coletiva;

II - Realização de reuniões periódicas para discussão sobre o andamento da obra com envolvimento das famílias no processo;

CAPÍTULO VIII

DO CREDENCIAMENTO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS

Art. 32º Os profissionais habilitados constantes em termos de parceria, deverão ser credenciados pelo Incra.

§ 1º. O credenciamento desses profissionais se dará da seguinte forma:

I - A Superintendência Regional firmará parceria com municípios ou outros órgãos públicos, tendo por finalidade o acompanhamento e fiscalização da execução de obras voltadas às concessões das modalidades de Crédito habitacional e Reforma Habitacional.

II - A responsabilidade pelo processo de credenciamento e capacitação ficará a cargo das Divisões de Desenvolvimento das Superintendências Regionais.

III - Os profissionais habilitados deverão dirigir-se ao protocolo, nas Superintendências Regionais ou Unidades Avançadas, para preencher Formulário de Inscrição, devendo portar original e cópia da Carteira de Identidade Profissional ou a Certidão do Órgão de Classe, juntamente com documento de identificação pessoal e certificado de capacitação para o crédito instalação, relativo ao crédito habitacional.

IV - O serviço de protocolo deverá encaminhar o formulário de inscrição para a Divisão de Desenvolvimento da Superintendência Regional via Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

§ 2º. O controle e monitoramento dos profissionais participantes à habilitação, dar-se-á via "Planilha Eletrônica de Controle do Credenciamento de Profissionais", para preenchimento dos campos: N° do Processo, Nome, CPF, Formação, N° de Registro Profissional, Telefone, E-mail, Nome da Entidade/Empresa, CNPJ, Data de Inscrição, Data de Participação em Encontro de Capacitação.

Art. 33º O Incra deverá na capacitação, orientar os profissionais quanto aos objetivos do crédito de instalação e as normas aplicadas quanto à operacionalização, em encontro presencial, com caráter informativo e de capacitação em relação às Leis e Normativos referentes ao tema.

Art. 34º A Superintendência Regional deverá emitir um Certificado de Credenciamento, o qual valerá para habilitação do profissional em todo o território nacional pelo período de dois anos.

Parágrafo Único. A critério do Incra, havendo alteração normativa quanto ao Crédito de Instalação, a validade do Certificado de Credenciamento citado no caput poderá ser reduzida, bem como os técnicos já credenciados e habilitados, chamados para participação em encontro de capacitação complementar.

Art. 35º Ao final de cada encontro de orientação e capacitação, a Divisão de Desenvolvimento deverá lançar na planilha de monitoramento a data de participação do profissional no curso de credenciamento e enviá-la para a Diretoria de Desenvolvimento - DD, para publicação no site do Incra dos nomes dos profissionais habilitados.

CAPÍTULO IX

DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Art. 36º O Processo Administrativo Individual do Beneficiário, para efeito de concessão das modalidades Habitacional e Reforma Habitacional, deverá ser acrescido dos documentos abaixo relacionados:

I - Contrato de Concessão de Uso - CCU, ou Contrato de Direito Real do Uso - CDRU, ou ainda, Título de Domínio, relativo ao beneficiário assentado pelo Incra.

II - Contrato de concessão de Crédito de Instalação, de cada modalidade disponibilizada, devidamente assinado pelo Superintendente Regional, beneficiário e técnico responsável pela coleta da assinatura, devendo no referido contrato constar a data de assinatura;

III - Espelho de Crédito emitido pelo SNCCI da concessão do Crédito de Instalação, no qual constará o valor da modalidade recebido e o efetivamente utilizado pelo beneficiário;

IV - O projeto de moradia escolhido pelo beneficiário na concessão do Crédito Habitacional, o projeto de reforma no caso do Crédito Reforma Habitacional, bem como os laudos de acompanhamento da execução das obras, emitido pelo profissional habilitado, que ateste a fase de sua execução, até o término desejado.

V - declaração de Quitação emitida pelo SNCCI.

VI - Relatório da Fiscalização por amostragem realizada por servidor do Incra no sentido de averiguar o laudo emitido pelo técnico habilitado e credenciado pelo Incra sobre o desenvolvimento da construção ou a reforma realizada com a concessão do Crédito.

CAPÍTULO X

DO FLUXO OPERACIONAL E PROCEDIMENTOS NO SNCCI

Art. 37º Obedecidos os critérios e procedimentos quanto a identificação e qualificação da demanda, a Superintendência Regional faz a solicitação, no SNCCI, da modalidade de crédito pretendido para os respectivos beneficiários, obedecendo os seguintes procedimentos:

I - A Superintendência Regional deverá informar ao Incra Sede o número da agência bancária e o nome do município, para cada projeto de assentamento ou área reconhecida. Mais de uma agência bancária poderá ser cadastrada para o mesmo Projeto de Assentamento, quando se fizer necessário.

II - A Superintendência Regional cadastra os beneficiários e solicita o crédito no SNCCI para a modalidade demandada;

III - O Incra Sede gera arquivo cadastro e envia os dados cadastrais dos beneficiários ao agente financeiro para emissão de cartão magnético;

IV - O Incra Sede recepciona o "arquivo cadastro retorno" do agente financeiro e registra no Relatório de Interação com o Agente Financeiro - RIAFI;

V - A Superintendência Regional verifica no RIAFI se o cartão magnético foi gerado e emite via SNCCI o contrato de crédito em duas vias;

VI - A Superintendência Regional deverá comunicar os beneficiários para retirada do cartão magnético na agência cadastrada no SNCCI, o qual deverá ser retirado em até 90 dias;

VII - Assinados os contratos pelo Superintendente Regional, pelos beneficiários e pelas testemunhas, bem como escolhido o modelo de moradia no caso da concessão do Crédito Habitacional, o responsável pela coleta das assinaturas deverá preencher seus dados pessoais no campo específico do contrato;

VIII - A Superintendência Regional entrega 1 (uma) via do contrato e do modelo de moradia escolhido - no caso da concessão do Crédito Habitacional, ao beneficiário e junta cópia desses ao processo individual do beneficiário e no SNCCI;

IX - No caso da concessão do Crédito Reforma Habitacional, deverá ser avaliada por técnico credenciado a necessidade de reforma e/ou ampliação e apresentado um laudo com a pretensão dessa, o qual será entregue ao beneficiário juntamente com o contrato da modalidade, para celebração;

X - Uma vez assinados, a Superintendência Regional registra no SNCCI a data da assinatura do contrato, digitalizando e anexando, o laudo indicando a reforma e/ou ampliação, bem como os laudos de acompanhamento junto ao SNCCI;

XI - O Incra Sede gera "arquivo envio crédito" para os beneficiários e remete ao agente financeiro para a liberação dos recursos financeiros nos cartões magnéticos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XII - O Incra Sede recepciona o "arquivo retorno crédito" do agente financeiro e registra no RIAFI;

XIII - O Incra Sede recepciona os demais "arquivos retorno crédito" do agente financeiro e registra no RIAFI, para fins de prestação de contas.

Art. 38º Para a concessão das modalidades supracitadas é imprescindível que a Superintendência Regional registre e anexe no campo específico do SNCCI as informações inerentes ao projeto e ao acompanhamento da execução da obra realizada por técnico habilitado.

CAPÍTULO XI

DO ACOMPANHAMENTO, SUPERVISÃO E CONTROLE

Art. 39º O acompanhamento e o controle de todas as modalidades dar-se-á por meio do SNCCI, através do RIAFI.

Art. 40º A supervisão da concessão dessas modalidades dar-se-á por amostragem, obtida através de sorteio aleatório realizado no âmbito do SNCCI ou outro Sistema, a qual recairá sobre o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos créditos concedidos, onde será verificado não só a construção, mas se houve seguimento quanto ao objeto indicado no modelo ou laudo de reforma e/ou ampliação, apresentado anteriormente.

Art. 41º A verificação do cumprimento do objeto por parte do Incra dar-se-á verificando apenas se houve a construção da moradia - no caso do Crédito Habitacional; e se houve a reforma e/ou ampliação, no caso do Crédito Reforma Habitacional, na parcela rural do beneficiário.

Art. 42º Em caso de comprovado desvio de finalidade da modalidade concedida, esta informação deverá ser registrada no SNCCI.

Art. 43º Havendo modificação na situação de regularidade do beneficiário no decorrer do fluxo de concessão do Crédito de Instalação, a Superintendência Regional deverá imediatamente comunicar o caso ao Incra Sede, de forma a evitar emissão de cartão e pagamentos indevidos.

Art. 44º Todo apontamento de desvio de finalidade ou qualquer outra ocorrência que implique em prejuízo ao alcance da finalidade do Crédito deverá ser registrado no processo individual do beneficiário e no módulo cobrança do SNCCI, de forma que a Divisão de Administração, no ato de cobrança, considere a devolução integral dos Créditos concedidos.

CAPÍTULO XII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 45º Para as modalidades em foco a prestação de contas dar-se-á por meio do Espelho de Crédito emitido pelo SNCCI e do Laudo de Acompanhamento da Execução da obra.

Art. 46º Ao final da quitação das modalidades a Superintendência Regional deverá anexar ao processo individual do beneficiário a declaração de Quitação a ser extraído do SNCCI.

CAPÍTULO XIII

DA COBRANÇA

Art. 47º Para o Crédito de Instalação será cobrado à taxa efetiva de juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano, contados da data da concessão, observadas as seguintes condições específicas:

a) reembolso - em parcela única, com vencimento no prazo de três anos, contado da data de liberação do crédito de instalação; e

b) rebate para liquidação - noventa e seis por cento sobre o saldo devedor atualizado na forma prevista no caput para as liquidações efetuadas até o prazo de vencimento ou outro prazo estabelecido em ato do dirigente máximo do Incra, caso o pagamento não seja efetuado até a data de vencimento por situação não imputável aos beneficiários.

Parágrafo único: O beneficiário que interromper ou não concluir a obra será responsabilizado e penalizado pelo Incra e não fará jus ao rebate de 96% previsto no inciso VII, alínea "b" do art. 10 do Decreto 9.424/2018.

Art. 48º Em caso de pagamento não efetuado até a data de vencimento por situação não imputável aos beneficiários devidamente reconhecida pela Superintendência, a qual deverá realizar gestão afetas à Divisão de Desenvolvimento e Divisão de Administração no sentido fixar nova data para pagamento.

Art. 49º Em caso de inadimplência, será cobrado o valor total do crédito concedido sem desconto e com acréscimo de multa e juros de mora, calculados nos termos e na forma da legislação aplicável aos tributos federais, conforme previsto no Art. 37-A da Lei 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 50º Em caso de atraso onde o beneficiário pretenda questionar a responsabilidade quanto a perda do desconto de pontualidade, a Superintendência Regional deverá adotar os seguintes procedimentos:

O beneficiário deverá requerer pessoalmente na Sala de Cidadania da Superintendência Regional, novo prazo para pagamento com o rebate previsto para a modalidade. No requerimento deverá ser apresentada as evidências de que o atraso não foi imputável a ele e este deverá ser enviado a Divisão de Administração Regional que fará a análise prévia da solicitação.

A Divisão de Administração da Regional, deverá analisar o caso apresentar posicionamento quanto ao deferimento ou não do Requerimento e providenciar abertura de Processo Administrativo específico para o assunto.

A Divisão de Administração da Regional, após a abertura do processo, deverá remeter o processo para a Procuradoria Federal Especializada da Regional para análise e manifestação acerca da legalidade e pertinência da solicitação.

Após parecer conclusivo da Procuradoria Federal Especializada da Regional, o processo deverá retornar a Divisão de Administração Regional que instruirá o processo com vistas ao Superintendente para deferimento ou indeferimento da solicitação. Em seguida, retornar a Divisão de Administração da Regional para efetivar via SNCCI a nova data de pagamento com o rebate, ou para arquivo no caso de indeferimento.

A GRU contendo a nova data para pagamento será disponibilizada no SNCCI via funcionalidade "Atualizar Valor de Crédito" sempre no primeiro dia útil do mês subsequente ao recebimento do processo na Divisão de Administração da Regional, e a data para pagamento será até o último dia útil do mês.

Se mais de um beneficiário, do mesmo Projeto de Assentamento perderem o prazo para pagamento, pelo mesmo motivo, os requerimentos poderão ser agrupados e aberto um único processo administrativo.

Art. 51º A cobrança será de exclusiva responsabilidade da Diretoria de Administração e suas correlatas nas Superintendências Regionais e dar-se-á por meio do módulo cobrança do SNCCI, devendo essas efetuarem a juntada do comprovante no processo individual do beneficiário.

Art. 52º Após o pagamento da Guia de Recolhimento da União - GRU, o setor responsável pela cobrança, deverá juntar no processo individual do beneficiário a Certidão de Quitação.

Art. 53º O boleto não deverá ser emitido antes de decorrido 120 (cento e vinte) dias da concessão do crédito.

CAPÍTULO XIV

DO DESVIO DE FINALIDADE E APLICAÇÃO IRREGULAR DO CRÉDITO INSTALAÇÃO

Art. 54º Qualquer irregularidade na aplicação dos recursos do crédito de instalação acarretará, independentemente de outras medidas legais, na tomada das seguintes providências:

I - Se praticada pelo servidor do Incra, o Superintendente Regional, sob pena de responsabilidade, determinará a instauração imediata de processo disciplinar, sem prejuízo de ação penal e cível cabíveis;

II - Se praticada pelo beneficiário da Reforma Agrária, a Superintendência Regional adotará as medidas administrativas visando responsabilizá-lo pelo ato praticado, suspender a concessão de outros Créditos de Instalação enquanto durar o processo, com consequente juntada da documentação ao processo individual do beneficiário. Uma vez confirmada a irregularidade, o beneficiário deverá efetuar o ressarcimento da importância recebida, no prazo máximo de sessenta dias, contado da sua notificação atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e calculado a partir da data de liberação do recurso.

III - se praticada por terceiros ou instituição financeira, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

a) comunicação do fato à Superintendência da Polícia Federal;

b) representação perante o Ministério Público Federal;

c) adoção de medidas legais, visando reparação do dano causado ao erário;

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 55º Para efeito de contagem de tempo para validação do recadastramento do beneficiário, nos termos do art. 9º do Decreto nº 9.424 /2018, será considerado o início do ano civil.

Art. 56º Será emitido um único cartão magnético para cada beneficiário do crédito habitação.

§ 1º - Para qualquer movimentação dos recursos financeiros, o uso do cartão magnético é exclusivo do beneficiário, sendo vedado a utilização por terceiros;

§ 2º - No caso de extravio ou inutilização, por danos no cartão magnético, por parte do beneficiário, o eventual custo da emissão de uma segunda via será assumido pelo mesmo;

Art. 57º Deverão ser incluídos no processo do beneficiário qualquer documento de situação relevante referente a operacionalização do crédito - desvios, possíveis denúncias de irregularidades, entre outros.

Art. 58º As modalidades do Crédito de Instalação poderão ser concedidas ao sucessor, nos casos de transferência de titularidade da área ou parcela proveniente de retomada, sendo observada os pré-requisitos para concessão do Crédito de Instalação, bem como as condições porventura existentes quanto a moradia já existente.

Art. 59º O beneficiário contemplado com título de domínio ou a CDRU relativos às áreas em que ocorreram desmembramentos ou remembramentos após a concessão de uso, não fará jus aos créditos de instalação nos termos do parágrafo 1º do art. 18-A da Lei nº 8.629/93.

Art. 60º A concessão do Crédito de Instalação fica limitada às disponibilidades orçamentárias e financeiras do Orçamento Geral da União destinadas para essa finalidade.

Art. 61º A apresentação dos projetos de reforma e/ou ampliação, exigirão do técnico habilitação nos órgãos de classe da categoria bem como ART, quando esse for o caso.

§ 1º. Os projetos previstos no caput deverão ser assinados pelos beneficiários, no sentido de comprovar sua concordância, exceto nos casos em que o beneficiário opte por um dos modelos disponibilizados pelo Incra.

Art. 62º Os casos omissos na presente Norma de Execução são dirimidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

DOUGLAS SOUZA DE JESUS

(*) Republicada por ter saído com incorreção no original no DOU n° 191, de 3 de outubro de 2018, Seção 1, página 4.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.015394/2018-18
Interessado: AR CERTCODE
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTCODE, vinculada às AC PRODEMGE MG, AC PRODEMGE CODESIGNING e AC PRODEMGE SSL, com instalação técnica localizada na RU SÃO PAULO, Nº 1071 SALA 1002, CENTRO, BELO HORIZONTE/MG.

Processo nº 00100.014818/2018-19
Interessado: AR Liberty
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR LIBERTY, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA SSL e à AC CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING, com instalação técnica localizada na RUA DOUTOR MILTON BANDEIRA, Nº 115, SALA 101, VEREDA DO BOSQUE, VIÇOSA/MG.

Processo nº 00100.014762/2018-01
Interessado: AR AESCON ES
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR AESCON ES, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, com instalação técnica localizada na AVENIDA MASCARENHAS DE MORAES, Nº 99, LOJAS 02 E 03, CENTRO, VITÓRIA/ES.

Processo nº 00100.014769/2018-14
Interessado: AR Sescap
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR SESCAP, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, com instalação técnica localizada na RUA PIAUÍ, Nº 72, 2º ANDAR ED. COND. ITAMARATY, CENTRO, LONDRINA/PR.

Processo nº 00100.015486/2018-90
Interessado: AR OPUS DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR OPUS DIGITAL, vinculada às AC SAFEWEB CD, com instalação técnica localizada na RUA JOCI JOSE MARTINS, N° 247, SALA 1103, EDIF PME OFFICES TOWER, PAGANI, PALHOÇA/SC.

Processo nº 00100.015699/2018-11
Interessado: AR SOLUÇÃO DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR SOLUÇÃO DIGITAL, vinculada à AC CERTIFICA MINAS, com instalação técnica localizada na RUA 1926, N° 102, SALA 03, CENTRO, BALNEARIO CAMBURIU-SC.

Processo nº 00100.014737/2018-19
Interessado: AR SENISEG ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR SENISEG ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, com instalação técnica localizada na RUA MIGUEL PETRONI, N° 2401, SL 7, JARDIM BANDEIRANTES, SÃO CARLOS/SP.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 609, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, e no Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Comissão de Ética da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - CE/SEAD.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 185, de 18 de junho de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFFERSON CORITEAC

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DA SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Art. 1º O presente Regimento tem por objetivo regular o funcionamento da Comissão de Ética da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - CE-SEAD, em conformidade com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007 e a Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008 da Comissão de Ética Pública - CEP.

Art. 2º A CE-SEAD se submeter-se-á às normas estabelecidas no Código de Ética do Servidor Público Federal e por este Regimento Interno, proposto pela própria Comissão e aprovado pelo Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

Art. 3º A CE-SEAD será composta por três membros titulares e três membros suplentes, designados pelo Secretário Especial, dentre os servidores efetivos em exercício na Secretaria, e atuará como instância colegiada com funções consultivas dos dirigentes e agentes públicos em suas unidades administrativas.

Parágrafo Único. Entende-se por unidades administrativas, para os fins deste Regimento Interno, todas as unidades presentes na estrutura organizacional da SEAD - delegacias federais, subsecretarias, ouvidorias, coordenações e demais.

Art. 4º Estão sujeitos aos preceitos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil e a este Regimento Interno os agentes públicos em exercício nas unidades administrativas da SEAD.

Parágrafo Único. Entende-se por agente público, para os fins deste Regimento Interno, todo aquele que, por lei, contrato ou qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que sem retribuição financeira, ligado direta ou indiretamente à SEAD.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 5º Em caso de saída de algum membro, seja ele titular ou suplente, por qualquer razão, a CE-SEAD realizará a seleção do novo membro, seguindo as seguintes etapas:

I - Ampla divulgação no órgão da vaga e do prazo para que servidores manifestem seu interesse em participar da CE-SEAD e preencham e entreguem formulário de informações;

II - Analisar formulário de informações dos interessados e verificar quais preenchem os requisitos mínimos para o cargo, quais sejam:

a) ser servidor efetivo em exercício no SEAD; e

b) não ter sido considerado culpado pela CE-SEAD devido a infração ética ou por Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância nos últimos 2 anos.

III - Divulgar a lista de interessados que preenchem os requisitos estabelecidos no inciso anterior e ordenar os mesmos a partir da anterioridade no órgão;

IV - Os três primeiros nomes, ordenados a partir da anterioridade no órgão, comporão a lista tríplice a ser submetida a escolha do Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

V - Submeter ao Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário lista tríplice para a escolha e designação do nome do servidor selecionado após a verificação do respeito aos requisitos mínimos, a aplicação dos critérios de classificação definidos nos incisos III e IV e obedecendo aos princípios dispostos no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único: A CE-SEAD deverá obedecer aos seguintes princípios no processo de seleção:

I - Manter no mínimo uma mulher entre os Membros Titulares;

II - Vedar a seleção de servidores com função diretiva em entidades associativas ou que ostentem qualquer outra condição capaz de gerar conflito de interesse com o exercício regular das atribuições da CE/SEAD;

III - Preferencialmente respeitar a representatividade do maior número de unidades administrativas da Secretaria Especial.

Art. 6º A participação na CE-SEAD não enseja qualquer remuneração para seus membros e os trabalhos desenvolvidos serão considerados prestação de serviço público relevante, devendo ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

Art. 7º O dirigente máximo da SEAD não poderá ser membro da CE-SEAD.

Art. 8º O Presidente da Comissão em suas ausências ou impedimentos será substituído pelo membro mais antigo da CE-SEAD.

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 9º A CE-SEAD contará com uma Secretaria-Executiva, que terá como finalidade contribuir para a elaboração e o cumprimento do plano de trabalho da gestão da ética e prover apoio técnico e material necessário ao cumprimento das atribuições.

§ 1º O encargo de Secretário-Executivo recairá em detentor de cargo efetivo ou emprego permanente na Administração Pública, indicado pelos membros da CE-SEAD e designado pelo dirigente máximo do órgão.

§ 2º O Secretário-Executivo não poderá ser um dos membros titulares ou suplentes da CE-SEAD.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 10. Compete à CE-SEAD:

I - atuar como instância colegiada com funções consultivas de dirigentes e agentes públicos;

II - aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, devendo:

a) submeter à Comissão de Ética Pública, proposta para seu aperfeiçoamento;

b) apurar, mediante denúncia ou de ofício, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes;

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina.

d) dirimir dúvidas a respeito da interpretação das normas de conduta ética e deliberar sobre os casos omissos, observando as normas e orientações da Comissão de Ética Pública; e

e) fomentar a integração e uniformizar entendimentos dos órgãos e unidades que integram o Sistema de Gestão de Ética.

III - representar o SEAD na Rede de Ética do Poder Executivo;

IV - supervisionar o cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à Comissão de Ética Pública, situações que possam configurar descumprimento de suas normas;

V - aplicar o código de ética ou de conduta próprio, no que couber;

VI - orientar e aconselhar sobre a conduta ética dos agentes públicos, inclusive no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público;

VII - responder consultas que lhes forem dirigidas;

VIII - receber denúncias e representações contra agentes públicos por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração;

IX - instaurar processo para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos;

X - convocar agente público e convidar outras pessoas a prestar informação;

XI - requisitar às partes, aos agentes públicos e aos órgãos e entidades federais informações e documentos necessários à instrução de expedientes;

XII - requerer informações e documentos necessários à instrução de expedientes a agentes públicos e a órgãos e entidades de outros entes da federação ou de outros Poderes da República;

XIII - realizar diligências e solicitar pareceres de especialistas;

XIV - esclarecer e julgar comportamentos com indícios de desvios éticos;

XV - aplicar a penalidade de censura ética ao servidor e encaminhar cópia do ato à unidade de gestão de pessoal, podendo também:

a) sugerir ao dirigente máximo a exoneração de ocupante de cargo ou função de confiança;

b) sugerir ao dirigente máximo o retorno do servidor ao órgão ou entidade de origem;

c) sugerir ao dirigente máximo a remessa de expediente ao setor competente para exame de eventuais transgressões de naturezas diversas; e

d) adotar outras medidas para evitar ou sanar desvios éticos, lavrando, se for o caso, o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional - ACPP.

XVI - arquivar os processos ou remetê-los ao órgão competente quando, respectivamente, não seja comprovado o desvio ético ou configurada infração cuja apuração seja da competência de órgão distinto;

XVII - notificar as partes sobre suas decisões;

XVIII - submeter ao dirigente máximo sugestões de aprimoramento ao código de conduta ética da instituição;

XIX - elaborar e propor alterações ao código de ética ou de conduta próprio e ao regimento interno;

XX - dar ampla divulgação aos normativos pertinentes ao tema;

XXI - dar publicidade de seus atos, observada a restrição prevista no § 2º deste artigo;

XXII - requisitar agente público para prestar serviços transitórios técnicos ou administrativos à CE-SEAD, mediante prévia autorização do dirigente máximo;

XXIII - elaborar e executar o plano de trabalho de gestão da ética que contemple as principais atividades a serem desenvolvidas, propondo metas e indicadores de avaliação; e

XXIV - indicar por meio de ato interno, representantes locais da CE-SEAD, que serão designados pelo dirigente máximo do SEAD, para contribuir nos trabalhos de educação e comunicação.

XXV - formular consultas a Comissão de Ética Pública, se necessário, sobre questões relacionadas às normas e condutas éticas.

§ 1º As unidades administrativas da SEAD deverão informar à CE-SEAD o nome de um representante para compor a rede interna de relacionamento para atuar na articulação das ações relacionadas à temática da Ética Pública.

§ 2º Até a conclusão do procedimento de apuração de infração ética, todos os expedientes terão a chancela de "reservados" nos termos do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro 2012; após, estarão acessíveis aos interessados conforme disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 11. Compete ao Presidente da CE-SEAD:

I - convocar e presidir as reuniões da CE-SEAD;

II - determinar, ouvida a CE-SEAD, a instauração de processos para a apuração de prática contrária à ética;

III - executar as decisões da CE-SEAD;

IV - autorizar a presença, nas reuniões, de pessoas que, por si ou por entidades que representam, possam contribuir para a boa condução dos trabalhos da CE-SEAD.

V - decidir os casos de urgência, ad referendum da CE-SEAD;

VI - tomar os votos, proferindo voto de qualidade e proclamar os resultados;

VII - designar relator para os processos;

VIII - orientar os trabalhos da CE-SEAD, ordenar os debates e concluir as deliberações; e

IX - delegar aos demais integrantes e ao Secretário-Executivo da CE-SEAD competências para tarefas específicas;

Art. 12 Compete aos demais membros titulares e suplentes da CE-SEAD:

I - examinar as matérias que lhes forem submetidas, emitindo parecer conclusivo e fundamentado;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - solicitar informações a respeito de matérias sob exame da CE-SEAD;

III - representar a CE-SEAD, por delegação de seu Presidente;

IV - pedir vista de matéria em deliberação;

V - justificar ao Presidente, antecipadamente e por escrito, eventuais ausências ou afastamentos;

VI - declarar impedido ou suspeito para trabalhos da CE-SEAD; e

VII - fazer relatórios.

Art. 13. Compete ao Secretário-Executivo da CE-SEAD:

I - organizar a agenda e a pauta das reuniões e assegurar o apoio técnico operacional e logístico à CE-SEAD;

II - proceder ao registro das reuniões e à elaboração de suas atas;

III - instruir as matérias submetidas à deliberação;

IV - solicitar a prévia manifestação da Consultoria Jurídica para dirimir dúvidas jurídicas sobre a matéria a ser deliberada pela CE-SEAD.

V - desenvolver ou supervisionar a elaboração de estudos e pareceres como subsídios ao processo de tomada de decisão da CE-SEAD;

VI - solicitar ao agente público as informações e subsídios visando à instrução de procedimento sob apreciação da CE-SEAD;

VII - coordenar o trabalho da Secretaria-Executiva, bem como dos representantes locais;

VIII - fornecer apoio técnico e administrativo à CE-SEAD;

IX - executar e dar publicidade aos atos de competência da Secretaria-Executiva;

X - coordenar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre ética no SEAD; e

XI - executar outras atividades determinadas pelos membros da CE-SEAD.

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO

Art. 14. As deliberações da CE-SEAD estão adstritas:

I - ao cumprimento das disposições previstas no Regimento Interno da CE-SEAD, no Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo e no Código de Conduta da Alta Administração Federal;

II - à adoção de orientações complementares concernentes às respostas de consultas formuladas ou mediante divulgação periódica da temática da ética pública;

III - à elaboração de sugestões ao Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a edição de atos normativos complementares; e

IV - à instauração de procedimento para apuração de ato que possa configurar descumprimento ao Código de Ética.

Art. 15. Os trabalhos da CE-SEAD serão desenvolvidos em observância aos seguintes princípios fundamentais:

I - preservação da honra e da imagem da pessoa investigada;

II - proteção da identidade do denunciante, que deverá ser mantida sob reserva, se este assim o desejar; e

III - atuação com independência e imparcialidade.

Art. 16. As deliberações da CE-SEAD serão tomadas por voto da maioria de seus membros titulares.

Art. 17. As reuniões da CE-SEAD serão realizadas pelo menos uma vez por mês, em caráter ordinário, e, extraordinariamente, sempre que convocada por iniciativa de qualquer de seus membros ou do Secretário-Executivo.

§ 1º - A pauta das reuniões da CE-SEAD será composta a partir de sugestões de qualquer de seus membros titulares e suplentes, ou do Secretário-Executivo, admitindo-se, no início de cada sessão, a inclusão de novos assuntos.

§ 2º - A convocação das reuniões se dará mediante seu encaminhamento a todos os membros titulares e suplentes e ao Secretário Executivo, acompanhada da pauta prevista.

§ 3º - A ata de cada reunião será encaminhada a todos os seus membros, pelo Secretário Executivo e aprovada na reunião seguinte.

Art. 18. As despesas de custeio necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos da CE-SEAD serão custeadas pela SEAD, ou por suas unidades vinculadas.

CAPÍTULO VII

DOS MANDATOS

Art. 19. Os membros da CE-SEAD cumprirão mandatos não coincidentes de três anos, permitida uma recondução.

§ 1º Os mandatos dos primeiros membros e dos respectivos suplentes são de um, dois e três anos, estabelecidos no ato da designação.

§ 2º Poderá ser reconduzido uma vez o membro que for designado para cumprir o mandato complementar, caso o mesmo tenha iniciado antes do transcurso da metade do período estabelecido no mandato originário.

§ 3º Caso o mandato complementar tenha iniciado após o transcurso da metade do período estabelecido no mandato originário, o membro que o exercer poderá ser conduzido ao posterior mandato regular de três anos, permitindo-lhe uma recondução.

Art. 20. Cessará a investidura de membros com a extinção do mandato, a renúncia ou por desvio disciplinar ou ético reconhecido pela Comissão de Ética Pública.

CAPÍTULO VIII

DAS NORMAS GERAIS DO PROCEDIMENTO

Art. 21. As fases processuais no âmbito da CE-SEAD serão as seguintes:

I - Procedimento Preliminar, compreendendo:

a) juízo de admissibilidade;

b) instauração;

c) provas documentais e, excepcionalmente, manifestação do investigado e realização de diligências urgentes e necessárias;

d) relatório;

e) proposta de ACPP;

f) decisão preliminar determinando o arquivamento ou a conversão em Processo de Apuração Ética;

II - Processo de Apuração Ética, subdividindo-se em:

a) instauração;

b) instrução complementar, compreendendo:

1. a realização de diligências;

2. a manifestação do investigado; e

3. a produção de provas;

c) relatório; e

d) deliberação e decisão, que declarará improcedência, conterá sanção, recomendação a ser aplicada ou proposta de ACPP.

Art. 22. A apuração de infração ética será formalizada por procedimento preliminar, que deverá observar as regras de autuação, compreendendo numeração, rubrica da paginação, juntada de documentos em ordem cronológica e demais atos de expediente administrativo.

Art. 23. Até a conclusão final, todos os expedientes de apuração de infração ética terão a chancela de "reservado", nos termos do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro 2012, após, estarão acessíveis aos interessados conforme disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 24. Ao denunciado é assegurado o direito de conhecer o teor da acusação e ter vista dos autos no recinto da CE-SEAD, bem como de obter cópias de documentos.

Parágrafo único. As cópias deverão ser solicitadas formalmente à CE-SEAD.

Art. 25. A CE-SEAD, sempre que constatar a possível ocorrência de ilícitos penais, civis, de improbidade administrativa ou de infração disciplinar, encaminhará cópia dos autos às autoridades competentes para apuração de tais fatos, sem prejuízo da adoção das demais medidas de sua competência.

Art. 26. A decisão final sobre investigação de conduta ética que resultar em sanção, em recomendação ou em Acordo de Conduta Pessoal e Profissional será resumida e publicada em ementa, com a omissão dos nomes dos envolvidos e de quaisquer outros dados que permitam a identificação.

Parágrafo único. A decisão final contendo nome e identificação do agente público deverá ser remetida à Comissão de Ética Pública para formação de banco de dados de sanções, para fins de consulta pelos órgãos ou entidades da administração pública federal, em casos de nomeação para cargo em comissão ou de alta relevância pública.

Art. 27. Os setores competentes da SEAD darão tratamento prioritário às solicitações de documentos e informações necessárias à instrução dos procedimentos de investigação instaurados pela CE/SEAD, conforme determina o Decreto nº 6.029, de 2007.

§ 1º A inobservância da prioridade determinada neste artigo implicará a responsabilidade de quem lhe der causa.

§ 2º No âmbito do órgão ou da entidade e em relação aos respectivos agentes públicos a CE/SEAD terá acesso a todos os documentos necessários aos trabalhos, dando tratamento específico àqueles protegidos por sigilo legal.

CAPÍTULO IX

DO RITO PROCESSUAL

Art. 28. Qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da CE/SEAD, visando à apuração de transgressão ética imputada ao agente público ou ocorrida em setores do SEAD.

Art. 29. O Procedimento Preliminar para apuração de conduta que, em tese, configure infração ao padrão ético será instaurado pela CE-SEAD, de ofício ou mediante representação ou denúncia formulada por quaisquer das pessoas mencionadas no Parágrafo único do art. 4º deste Regimento.

§ 1º A instauração, de ofício, de expediente de investigação deve ser fundamentada pelos integrantes da CE-SEAD e apoiada em notícia pública de conduta ou em indícios capazes de lhe dar sustentação.

§ 2º Se houver indícios de que a conduta configure, a um só tempo, falta ética e infração de outra natureza, inclusive disciplinar, a cópia dos autos deverá ser encaminhada imediatamente ao órgão ou comissão competente.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, o denunciado deverá ser notificado sobre a remessa do expediente ao órgão ou comissão competente.

§ 4º Havendo dúvida quanto ao enquadramento da conduta, se desvio ético, infração disciplinar, ato de improbidade, crime de responsabilidade ou infração de natureza diversa, a CE-SEAD, em caráter excepcional, poderá solicitar parecer reservado junto à unidade responsável pelo assessoramento jurídico do SEAD.

Art. 30. A representação, a denúncia ou qualquer outra demanda deve conter os seguintes requisitos:

I - descrição da conduta;

II - indicação da autoria, caso seja possível; e

III - apresentação dos elementos de prova ou indicação de onde podem ser encontrados.

Parágrafo único. Quando o autor da demanda não se identificar, a CE-SEAD poderá acolher os fatos narrados para fins de instauração, de ofício, de procedimento investigatório, desde que contenha indícios suficientes da ocorrência da infração ou, em caso contrário, determinar o arquivamento sumário.

Art. 31. A representação, denúncia ou qualquer outra demanda será dirigida à CE-SEAD, podendo ser protocolada diretamente na sede da CE/SEAD ou encaminhadas pela via postal, correio eletrônico ou Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

§ 1º A CE-SEAD expedirá comunicação oficial divulgando os endereços físico e eletrônico para atendimento e apresentação de demandas.

§ 2º Caso a pessoa interessada em denunciar ou representar compareça perante a CE-SEAD, esta poderá reduzir a termo as declarações e colher a assinatura do denunciante, bem como receber eventuais provas.

§ 3º Será assegurada ao denunciante a comprovação do recebimento da denúncia ou representação por ele encaminhada.

Art. 32. Oferecida à representação ou denúncia, a CE-SEAD deliberará sobre sua admissibilidade, verificando o cumprimento dos requisitos previstos nos incisos do art. 30.

§ 1º A CE-SEAD poderá determinar a colheita de informações complementares ou de outros elementos de prova que julgar necessários.

§ 2º A CE-SEAD, mediante decisão fundamentada, arquivará representação ou denúncia manifestamente improcedente, cientificando o denunciante.

§ 3º É facultado ao denunciado à interposição de pedido de reconsideração dirigido a própria CE-SEAD, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão, com a competente fundamentação.

§ 4º A juízo da CE-SEAD e mediante consentimento do denunciado, poderá ser lavrado Acordo de Conduta Pessoal e Profissional.

§ 5º Lavrado o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional, o Procedimento Preliminar será sobrestado, por até dois anos, a critério da CE-SEAD, conforme o caso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 6º Se, até o final do prazo de sobrestamento, o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional for cumprido, será determinado o arquivamento do feito.

§ 7º Se o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional for descumprido, a CE-SEAD dará seguimento ao feito, convertendo o Procedimento Preliminar em Processo de Apuração Ética.

§ 8º Não será objeto de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional o descumprimento ao disposto no inciso XV do Anexo ao Decreto nº 1.171, de 1994.

Art. 33. Ao final do Procedimento Preliminar, será proferida decisão pela CE-SEAD determinando o arquivamento ou sua conversão em Processo de Apuração Ética.

Art. 34. Instaurado o Processo de Apuração Ética, a CE-SEAD notificará o investigado para, no prazo de dez dias, apresentar defesa prévia, por escrito, listando eventuais testemunhas, até o número de quatro, e apresentando ou indicando as provas que pretende produzir.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado por igual período, a juízo da CE-SEAD, mediante requerimento justificado do investigado.

Art. 35. O pedido de inquirição de testemunhas deverá ser justificado.

§ 1º Será indeferido o pedido de inquirição, quando:

I - formulado em desacordo com este artigo;

II - o fato já estiver suficientemente provado por documento ou confissão do investigado ou quaisquer outros meios de prova compatíveis com o rito descrito neste Regimento; ou

III - o fato não possa ser provado por testemunha.

§ 2º As testemunhas poderão ser substituídas desde que o investigado formalize pedido à CE-SEAD em tempo hábil e em momento anterior à audiência de inquirição.

Art. 36. O pedido de prova pericial deverá ser justificado, sendo lícito à CE-SEAD indeferi-lo nas seguintes hipóteses:

I - a comprovação do fato não depender de conhecimento especial de perito; ou

II - revelar-se meramente protelatório ou de nenhum interesse para o esclarecimento do fato.

Art. 37. Na hipótese de o investigado não requerer a produção de outras provas, além dos documentos apresentados com a defesa prévia, a CE-SEAD, salvo se entender necessária a inquirição de testemunhas, a realização de diligências ou de exame pericial, elaborará o relatório.

Parágrafo único. Na hipótese de o investigado, comprovadamente notificado ou citado por edital público, não se apresentar, nem enviar procurador legalmente constituído para exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa, a CE-SEAD designará um defensor dativo preferencialmente escolhido dentre os servidores do quadro permanente para acompanhar o processo, sendo-lhe vedada conduta contrária aos interesses do investigado.

Art. 38. Concluída a instrução processual e elaborado o relatório, o investigado será notificado para apresentar as alegações finais no prazo de dez dias.

Art. 39. Apresentadas ou não as alegações finais, a CE-SEAD proferirá decisão.

§ 1º Se a conclusão for pela culpabilidade do investigado, a CE-SEAD poderá aplicar a penalidade de censura ética prevista no Decreto nº 1.171, de 1994, e, cumulativamente, fazer recomendações, bem como lavrar o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional, sem prejuízo de outras medidas a seu cargo.

§ 2º Caso o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional seja descumprido, a CE-SEAD dará seguimento ao Processo de Apuração Ética.

§ 3º É facultada ao investigado pedir a reconsideração acompanhada de fundamentação à própria CE-SEAD, no prazo de dez dias, contado da ciência da respectiva decisão.

Art. 40. Cópia da decisão definitiva que resultar em penalidade a detentor de cargo efetivo ou de emprego permanente na Administração Pública, bem como a ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, será encaminhada à unidade de gestão de pessoal, para constar dos assentamentos do agente público, para fins exclusivamente éticos.

§ 1º O registro referido neste artigo será cancelado após o decurso do prazo de três anos de efetivo exercício, contados da data em que a decisão se tornou definitiva, desde que o servidor, nesse período, não tenha praticado nova infração ética.

§ 2º Em se tratando de prestador de serviços sem vínculo direto ou formal com o órgão ou entidade, a cópia da decisão definitiva deverá ser remetida ao dirigente máximo, a quem competirá à adoção das providências cabíveis.

§ 3º Em relação aos agentes públicos listados no § 2º, a CE-SEAD expedirá decisão definitiva elencando as condutas infracionais, eximindo-se de aplicar ou de propor penalidades, recomendações ou Acordo de Conduta Pessoal e Profissional.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. Caberá à CE-SEAD dirimir dúvidas e resolver os casos omissos decorrentes da aplicação deste Regimento Interno.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018 (*)

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto n.º 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005, na Instrução Normativa nº 45, de 29 de agosto de 2018, e o que consta do Processo nº 21000.036807/2018-98, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma do Anexo desta Instrução Normativa, a lista de Pragas Quarentenárias Presentes (PQP) para o Brasil.

Parágrafo único. A divulgação da lista de que trata o *caput* e de suas atualizações será feita periodicamente, por meio digital, no portal institucional do MAPA - www.agricultura.gov.br.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

PRAGAS QUARENTENÁRIAS PRESENTES - PQP

Pragas	Unidades da Federação com Ocorrência da Praga	Hospedeiros
ÁCARO		
Schizotetranychus hindustanicus	Roraima	Acácia (Acacia sp.) Cinamomo (Melia azedarach) Citros (Citrus sp.) Coqueiro (Cocos nucifera) Nim (Azadirachta indica) Sorgo (Sorghum bicolor)
INSETOS		
Bactrocera carambolae	Amapá, Pará e Roraima	Abiu (Pouteria caimito) Acerola (Malpighia emarginata) Ajuru (Chrysobalanus icaco) Ameixa-roxa (Syzygium cumini) Amendoeira (Terminalia catappa) Araçá-Boi (Eugenia stipitata) Biribá (Rollinia omucosa) Caimito (Chrysophyllum cainito) Caju (Anacardium occidentale) Carambola (Averrhoa carambola) Cutite (Pouteria macrophylla) Fruta-pão (Artocarpus altilis) Goiaba (Psidium guajava) Goiaba-araçá (Psidium guineense) Gomuto (Arenga pinnata) Jaca (Artocarpus integrifolia) Jambo rosa (Syzygium samarangense) Jambo d'água ou Jambosa (Syzygium aqueum) Jambo amarelo (Syzygium jambos) Jambo vermelho (Syzygium malaccense) Jujuba ou Maçã-de-pobre (Ziziphus mauritiana) Jujuba chinesa (Ziziphus jujuba) Laranja da terra, Laranja amarga, Laranja caipira Laranja (Citrus auratium) Laranja doce (Citrus sinensis) Licania (Licania sp.) Limão cayena, Bilimbi, Carambola Amarela (Averrhoa bilimbi) Manga (Mangifera indica) Murici ou Muruci (Bysonima crassifolia) Pimenta-de-Cheiro (Capsicum chinense) Pimenta picante ou Pimenta do Diabo (Capsicum annum) Pitanga vermelha (Eugenia uniflora) Sapotilha ou Sapoti (Manilkara zapota) Tangerina, Mexerica, Mandarina, Bergamota, Poncã (Citrus reticulata Blanco) Tapereba, Cajá-mirim, Cajá (Spondias mombin sinon. Spondias lutea) Tomate (Solanum lycopersicum sinon. Licopersicum esculentum) Toranja ou Toronja (Citrus paradisi) Bacupari (Garcinia dulcis)
Anthonomus tomentosus	Roraima	Acerola (Malpighia spp.)
Sternochetus mangiferae	Rio de Janeiro	Manga (Mangifera indica)
FUNGOS		
Phyllosticta citricarpa (Guinardia citricarpa)	Amazonas, Bahia, Espirito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo	Citros (Citrus spp.)
Pseudocercospora fijiensis (Mycosphaerella fijiensis)	Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Espirito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins	Bananeira (Musa spp.) Heliconia spp Exceto: Heliconia rostrata, H. bihai, H. augusta, H. chartaceae, H. spathocircinada, H. librata, H. psittacorum cultivar Red Opal e H. stricta
Neonectria ditissima (Neonectria galligena)	Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina	Maçã (Malus spp.)
PROCARIONTES		
Candidatus liberibacter americanus e Candidatus liberibacter asiaticus	Minas Gerais, Paraná e São Paulo	Citros (Citrus spp.) Fortunella spp. Murta (Murraya paniculata) Poncirus spp.
Ralstonia solanacearum raça 2	Alagoas, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Sergipe	Bananeiras (Musa spp.) e Heliconia spp.

Xanthomonas citri subsp. citri	Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo	Citros (Citrus spp.), Fortunella spp. e Poncirus spp.
Xanthomonas campestris pv. viticola	Bahia, Ceará, Pernambuco e Roraima	Videira (Vitis spp.) e seus híbridos
	PLANTA	INFESTANTE
Amaranthus palmeri	Mato Grosso	Algodão (Gossypium sp.), Soja (Glycine max) e Milho (Zea mays)

JORGE CAETANO JUNIOR

(*) Republicada por ter saído, do DOU nº190, de 02-10-2018, Seção 1, pág. 14, com o texto da tabela incompleto.

PORTARIA Nº 108, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O Secretário de Defesa Agropecuária, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 8852, de 20 de setembro de 2016, considerando o disposto no art. 2º da Instrução Normativa nº 34, de 25 de agosto de 2016, e o que consta do Processo nº 21000.011789/2018-31, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 63, de 23 de maio de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

VIII - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI-SC
Titular: LEONARDO ARAÚJO;
Suplente: CLAUDIO OGOSHI." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE CAETANO JUNIOR

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 3.403, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. - de 21 de setembro de 2016, e pela Portaria nº 519, de 05 de abril de 2018, publicada no D.O.U. de 06 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a Portaria nº 3.086, de 4 de setembro de 2018, publicada no D.O.U. de 05 de setembro de 2018, que submeteu à Consulta Pública o Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PlantarFlorestas).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ DE ARAÚJO

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO Nº 53, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Cria o Grupo Assessor do Modelo Integral de Avaliação Global - GAAVA, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FNDCT, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e pelo Decreto nº 6.938, de 13 de agosto de 2009, e considerando a Resolução nº 04, de 02 de dezembro de 2015, que aprova o Modelo Integrado de Avaliação Global - MAG do FNDCT, resolve:

Art. 1º Criar o Grupo Assessor do Modelo Integral de Avaliação Global - Gaava, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para fins de assessoramento do Conselho Diretor do FNDCT.

Art. 2º O Gaava tem por objetivo identificar necessidades de aprimoramento e ajustes no Modelo Integral de Avaliação Global, bem como prover subsídios à sua operacionalização junto às instituições que dele participam.

Art. 3º O Gaava será composto pelos seguintes membros, titulares e suplentes:

I - 5 (cinco) representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, sendo:

a) 2 (dois) da Secretaria Executiva - SEXEC;

b) 1 (um) da Secretaria de Políticas Digitais - SEPOD;

c) 1 (um) da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC; e

d) 1 (um) da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED.

II - 1 (um) representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP;

III - 1 (um) representante do Ministério da Fazenda - MF;

IV - 1 (um) representante da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP;

V - 1 (um) representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;

VI - 1 (um) representante da Academia Brasileira de Ciências - ABC;

VII - 1 (um) representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;

VIII - 1 (um) representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI;

§ 1º Os representantes titulares e suplentes dos órgãos e instituições previstos no caput deste artigo serão indicados pelo titular da Pasta ou pelos respectivos Presidentes e serão designados pelo Presidente do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT.

§ 2º Os órgãos e instituições listados no caput terão direito a voz e voto de forma igualitária.

Art. 4º O Gaava será coordenado por um representante da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Coordenador, as reuniões serão presididas por seu suplente.

Art. 5º São atribuições do Gaava:

I - propor a harmonização de rotinas e procedimentos operacionais, visando à implementação do MAG;

II - propor a padronização dos parâmetros e critérios para a apuração dos indicadores previstos no MAG;

III - propor modelo de plataforma web para a operacionalização do MAG;

IV - elaborar proposta de contratação de avaliação complementar a cada cinco anos ou em período menor quando constatada a necessidade, desde que devidamente justificada.

V - propor a elaboração e atualização de normativos, quando for o caso.

Art. 6º O Gaava reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação de seu Coordenador, em dia, hora e local marcados com antecedência mínima de dez dias.

§ 1º As decisões, no âmbito das atribuições previstas no art. 4º, serão tomadas pela maioria dos presentes e consignadas em ata.

§ 2º Será facultada aos suplentes dos representantes titulares a participação nas reuniões em conjunto com o titular, nesse caso, sem direito a voto.

§ 3º O Coordenador, por solicitação de qualquer membro, poderá convidar especialistas ou outras pessoas não integrantes do Grupo, para se pronunciarem sobre matéria específica de interesse do MAG, sem direito a voto ou remuneração.

Art. 7º O Gaava contará com o apoio do Grupo Executivo Permanente - GEP, composto por representantes do MCTIC, que o coordenará, da Finep e do CNPq.

Parágrafo único. O GEP tem como atribuição promover a implementação das ações necessárias para a operacionalização do MAG, no âmbito de seus respectivos órgãos e instituições, conforme orientações expedidas pelo Gaava, nos limites de suas competências.

Art. 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico poderão arcar com os custos para a participação dos representantes e eventuais convidados em eventos do Gaava ou de seu interesse, bem como para a implementação de outras ações no âmbito do MAG.

Parágrafo único. Os custos mencionados no caput deste artigo deverão ser apreciados anualmente pelo Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, quando envolver recursos do FNDCT.

Art. 9º Os membros do Gaava não serão remunerados pela atividade nele exercida.

Art. 10. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Diretor do FNDCT.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB
Presidente do Conselho Diretor do FNDCT

PORTARIA Nº 5.107, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Institui o Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia - CPCT, com a atribuição de assessorar o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações na formulação de políticas e na avaliação de projetos e programas relativos à Política Nacional de Popularização da Ciência e Tecnologia.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) é o órgão da Administração Pública Federal direta responsável pela política pública de Popularização e Divulgação da Ciência e Tecnologia;

CONSIDERANDO as demandas emanadas da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;

CONSIDERANDO que a popularização e a divulgação da ciência e da tecnologia são fundamentais para o alcance de uma sociedade alfabetizada cientificamente e para a melhoria do ensino de ciências nas escolas, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia - CPCT, como órgão de assessoramento do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para a formulação e implementação de uma Política Nacional de Popularização da Ciência e Tecnologia.

Parágrafo único. O CPCT possui caráter consultivo e será vinculado à Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED, do MCTIC.

Art. 2º Compete ao CPCT:

I - propor ações e estratégias que estimulem e fomentem a Política Nacional de Popularização da Ciência e Tecnologia;

II - propor normas e diretrizes de atuação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no âmbito da Popularização da Ciência e Tecnologia;

III - assessorar a SEPED, quando solicitado, nos assuntos relacionados às atividades e aos interesses da área de Popularização da Ciência e Tecnologia em todas as suas vertentes;

IV - identificar necessidades da área e colaborar na elaboração de documentos de técnicos e de referência e planos plurianuais de ações para a Popularização da Ciência e Tecnologia;

V - acompanhar as atividades de interesse para a Popularização da Ciência e Tecnologia em foros deliberativos e instâncias administrativas, nacionais e internacionais, quando solicitado pelo Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento;

VI - desempenhar papel de articulação política, mobilizando setores do Governo e da Sociedade Civil para consecução das ações de interesse da área de Popularização da Ciência e Tecnologia;

VII - atuar junto às diferentes instâncias do Governo Federal para captação de recursos e fortalecimento da área em âmbito nacional;

VIII - acompanhar e avaliar a execução da política e do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para a Popularização e Divulgação da Ciência e Tecnologia, vinculado à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, visando garantir a execução dos compromissos firmados e das metas propostas em nível nacional; e

IX - avaliar, a cada 02 (dois) anos, os resultados das políticas de Popularização da Ciência e Tecnologia e propor, sempre que necessário, a reformulação ou o planejamento de novas estratégias para que os objetivos pactuados sejam satisfatoriamente alcançados.

Art. 3º O CPCT será presidido pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e terá a seguinte composição:

I - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que o coordenará;

II - um representante da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência - ABCMC;

III - um representante do Fórum dos Coordenadores de Feiras e Mostras de Ciências;

IV - um representante do Fórum Nacional de Olimpíadas Científicas;

V - um representante de notório conhecimento e reconhecida atuação da área de Eventos de Popularização da Ciência;

VI - um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;

VII - um representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

§ 1º Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, VI e VII serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos.

§ 2º O membro de que trata o inciso V será escolhido em consulta pública.

§ 3º Os membros do CPCT terão mandato de 1 (um) ano, renovável por igual período, e serão designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 4º A critério do(a) Coordenador(a), em caráter "Ad Hoc", outros membros poderão ser convidados a participar das reuniões do CPCT, sem direito a voto.

§ 5º No desempenho de suas funções, os membros do CPCT relacionados nos incisos de II a VII poderão ser consultados acerca de projetos na área da Popularização e Divulgação da Ciência e Tecnologia, avaliando o seu mérito científico e recomendando prioridade de atendimento e apoio por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 6º Cada membro de que tratam os incisos II a VII deste artigo terá um suplente, que participará dos trabalhos na ausência do titular.

§ 7º Na ausência do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a presidência do CPCT será exercida pelo Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento.

Art. 4º A Secretaria Executiva do CPCT será exercida pela Coordenação-Geral de Popularização e Divulgação da Ciência, da SEPED.

§ 1º Compete à Secretaria-Executiva do CPCT:

I - encaminhar a pauta, a documentação, os materiais de discussão e os registros das reuniões aos membros do CPCT;

II - comunicar aos membros do CPCT a data e a hora das reuniões ordinárias ou a convocação para as reuniões extraordinárias;

III - comunicar aos membros do CPCT a forma de realização da reunião, se por meio eletrônico ou presencial, e o local, quando se tratar de reuniões presenciais; e

IV - disponibilizar as atas e as resoluções do CPCT em sítio eletrônico.

§ 2º Nas ausências e nos impedimentos do Coordenador do CPCT, a Secretaria Executiva assumirá a coordenação.

Art. 5º A Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento fornecerá o apoio necessário às atividades do Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia.

Art. 6º O CPCT se reunirá ordinariamente a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, quando se fizer necessário.

§ 1º As reuniões serão convocadas pela Secretaria Executiva do CPCT.

§ 2º As decisões do CPCT serão tomadas por maioria simples dos membros presente à reunião.

Art. 7º A critério do CPCT, serão organizadas comissões de trabalho para assessoramento no processo de levantamento de informações, relatórios, resultados, bem como todo apoio necessário para que as reuniões plenárias ocorram.

Art. 8º A participação no CPCT ou nas comissões de trabalho por ele constituídas será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.117 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009433/2013-10, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.450/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 01007/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 21 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à WRT Organização de Radiodifusão Ltda., nos termos da Portaria n.º 635, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 559, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Arapongas, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 5.127 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 e o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com nova redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 01250.040812/2018-46, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 21.405/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 01047/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de setembro de 2018, a permissão outorgada à Metropolitana FM Ltda., nos termos da Portaria n.º 416, de 28 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 29 de setembro de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.150, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre as instruções para elaboração do relatório conclusivo pelas auditorias independentes, na análise dos demonstrativos de cumprimento das obrigações de que trata o § 9º do art. 11 da Lei n° 8.248, de 23 de outubro de 1991 - Manual de Análise do Relatório Demonstrativo Anual (RDA).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º A análise dos relatórios demonstrativos do cumprimento das obrigações anuais (RDAs) apresentados pelas empresas beneficiárias da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, por Auditorias Independentes devidamente cadastradas nos termos da Portaria nº 3.118, de 12 de junho de 2018, deverá observar o "Manual de Análise do Relatório Demonstrativo Anual (RDA)", disponibilizado no sítio eletrônico do MCTIC, que contém orientações sobre a metodologia a ser utilizada na análise, o enquadramento das atividades como projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) e o tratamento dos dispêndios.

Parágrafo único. Para fins desta Portaria, o relatório consolidado e o parecer conclusivo de que trata o inciso II, § 9°, do art. 11 da Lei n° 8.248/1991 serão elaborados em um único documento, denominado relatório conclusivo.

Art. 2º Na elaboração do relatório conclusivo, a Auditoria Independente deverá seguir o modelo único proposto no Anexo desta Portaria, e obedecer as seguintes regras:

I - atestar a veracidade das informações prestadas pela empresa sobre:

a) o faturamento bruto dos produtos incentivados, tributos recolhidos, aquisições e devoluções de bens incentivados, que geram o chamado faturamento de contrapartida;

b) o faturamento bruto, tributos incidentes, aquisições e devoluções de cada produto incentivado, nos termos das Portarias de Processo Produtivo Básico (PPB) vigentes;

c) o cumprimento das obrigações de investimento em P,D&I calculadas de acordo com os percentuais estabelecidos na Lei n° 8.248, de 1991, e no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, bem como as aplicações declaradas pela empresa nas diversas formas de investimento previstas na legislação.

II - analisar o enquadramento dos projetos de P,D&I em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), realizados internamente ou por meio de Convênio com instituições de ensino e pesquisa ou Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), apresentados pela empresa nos termos dos arts. 24 e 25 do Decreto n° 5.906, de 2006, utilizando os critérios definidos na metodologia que consta do manual mencionado no art. 1º.

III - analisar os dispêndios apresentados em cada projeto de P,D&I, de acordo com os critérios de elegibilidade, pertinência e adequação definidos no manual supracitado.

IV - verificar a conformidade da empresa auditada quanto aos prazos de entrega do RDA, a declaração de que cumpriu o PPB para os produtos fabricados, a declaração de regularidade fiscal e previdenciária, a implantação de Programa de Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados - PPLR da empresa, bem como a certificação da qualidade baseada nas normas ISO 9001, conforme estabelecido no Decreto nº 5.906, de 2006.

V - opinar expressamente sobre o cumprimento ou não, pela empresa, das obrigações referentes aos benefícios usufruídos de que trata a Lei nº 8.248, de 1991.

§ 1º Os projetos considerados como não enquadrados em P,D&I, nos termos do inciso II, deverão ser acompanhados da respectiva justificativa do Auditor para o não enquadramento.

§ 2º Os dispêndios considerados não elegíveis, não pertinentes ou não adequados, nos termos do inciso III, deverão ser acompanhados das respectivas justificativas do Auditor.

§ 3º O relatório conclusivo deverá conter:

I - quadro resumo com todos os projetos apresentados pela empresa e os dispêndios declarados, não aprovados (com exceção) e aprovados (sem exceção); e

II - quadro consolidando os eventuais valores de débitos gerados em cada modalidade de aplicação efetuada e o total geral como resultado da análise.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 7.398, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53516.013877/2018-54, Expede à RÁDIO CHOPINZINHO LTDA, CNPJ nº 77.139.152/0001-02 autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à:

Nº 7.415 - BELGUIMO ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI, CNPJ nº 30.045.361/0001-15.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à:

Nº 7.416 - CELESC DISTRIBUICAO S.A, CNPJ/CPF: 08.336.783/0001-90;

Nº 7.417 - MUNICIPIO DE CACADOR, CNPJ/CPF: 83.074.302/0001-31.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.047/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 215ª. Reunião Ordinária ocorrida em 05/09/2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.005905/2005-03
Requerente: Nidera Sementes Ltda
CNPJ: 07.063.693/0001-20
Endereço: Avenida Arlindo Porto, 439 - Parte B - Bairro Cristo Redentor Patos de Minas -MG CEP: 38700-222
Assunto: Comunicado de Cisão de Instituição Detentora de Certificado de Qualidade em Biossegurança e Solicitação de Regularização de CQB da Instituição Cindida
Decisão: DEFERIDO

A Nidera Sementes Ltda. (CQB 226/06) comunica a cisão parcial de seus ativos que incluem todas as atividades de sementes, sendo sucedidos pela Nidera Seeds Brasil Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 28.403.532/0001-99, com sede na Rua Fidêncio Ramos, n° 308, Conjuntos 82 a 84, Torre A, Bairro Vila Olímpia, na cidade São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-010. Não haverá alteração das condições aprovadas pela CTNBio no CQB emitido. Sendo assim, a CTNBio DEFERIU o pedido de cisão parcial.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.055/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de maio de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.008866/2016-55
Requerente: Merial Saúde Animal Ltda
CQB: 048/98
Assunto: Liberação comercial de OGMs - Vacina vírus vivo recombinante contra a Doença de Newcastle e Bouba Aviária - TROVAC-NDV
Extrato Prévio nº 5507/2017, publicado no DOU em 08 março de 2017.
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para Liberação comercial de OGMs - Vacina vírus vivo recombinante contra a Doença de Newcastle e Bouba Aviária - TROVAC-NDV, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste Parecer Técnico. A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da empresa Merial Saúde Animal Ltda., Dra. Luciana Fernandes Matias Soares, solicita à CTNBio parecer técnico para Liberação Comercial Vacina vírus vivo recombinante contra a Doença de Newcastle e Bouba Aviária - TROVAC-NDV. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.056/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de maio de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.0037909/2017-91
Requerente: Ourofino Saúde Animal Ltda.
CQB: 296/10
Assunto: Liberação comercial da Vacina recombinante contra Circovírus porcino tipo 2.
Extrato Prévio nº 5732/2017, publicado no DOU em 02 agosto de 2017.
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para Vacina recombinante contra Circovírus porcino tipo 2, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste Parecer Técnico. A Sra. Caroline Della Nina Pistoni, presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Ourofino Saúde Animal Ltda., solicita à CTNBio parecer técnico para liberação comercial do derivado de OGM denominado projeto B153, Vacina recombinante contra Circovírus porcino tipo 2 da classe de risco 1. A empresa enviou a documentação sobre a biossegurança do produto necessária ao exame pela Comissão, nos termos da Resolução Normativa Nº5 de 12 de março de 2008. O responsável declara que as informações prestadas são completas, acuradas e verdadeiras, no limite do conhecimento disponível. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.058/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de maio de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.001349/2018-17
Requerente: Centro de pesquisa René Rachou - Fundação Oswaldo Cruz/CPqRR-Fiocruz
CQB: 157/02
Endereço: Gerência de Biossegurança - Avenida Augusto de Lima, 1715. Barro Preto, Belo Horizonte - MG. CEP: 30190-002.
Assunto: Solicitação de parecer para projeto com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2.
Extrato Prévio: 5917/2017, publicado no DOU em 22 de janeiro de 2017.
Decisão: DEFERIDO
A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para projeto com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Centro de pesquisa René Rachou - Fundação Oswaldo Cruz/CPqRR-Fiocruz, Dr. Alexandre de Magalhães Viera Machado, solicita à CTNBio parecer técnico para realização de projeto de pesquisa com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico. O projeto a ser executado é denominado: "Controle da Malária com bactérias simbióticas do mosquito vetor, geneticamente modificadas". Os organismos a serem testados são linhagens de Serratia sp. geneticamente modificadas. O pesquisador responsável pelo projeto será o Dr. Luciano Andrade Morena to e este declara que possui as condições de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir os riscos associados às atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.059/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de maio de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo nº: 01250.077188/2017-51
Requerente: Instituto Carlos Chagas-ICC / Fiocruz-PR.
CQB: 313/10.
Endereço: Rua Prof. Algacy Munhoz Mader, 3775 - CIC. CEP 81350-010. Curitiba - PR.
Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de atividades de pesquisa com OGM da classe de risco II em instalações com nível de biossegurança NB-2.
Extrato Prévio: 5966/2018, publicado no DOU em 08 de março de 2018.
Decisão: DEFERIDO
A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para projeto com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Dr. Augusto S. P. Ramos, presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Carlos Chagas - ICC/Fiocruz - PR, solicita à CTNBio parecer técnico para execução de atividades de pesquisa com OGM da classe de risco II em instalações com nível de biossegurança NB-2. O projeto de pesquisa a ser executado é denominado: "Marcadores de endocitose e exocitose em Trypanosoma cruzi". As instalações a serem utilizadas nesse projeto são: Laboratório de Cultivo de Parasitas (Nível de Biossegurança NB-2) e Laboratório de Cultivo de Bactérias (Nível de Biossegurança NB-2). O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança. O responsável pelo projeto será o Dr. Maurilio José Soares e este declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.060/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de maio de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo nº: 01250.077192/2017-10
Requerente: Instituto Carlos Chagas-ICC / Fiocruz-PR.
CQB: 313/10.
Endereço: Rua Prof. Algacy Munhoz Mader, 3775 - CIC. CEP 81350-010. Curitiba - PR.
Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de atividades de pesquisa com OGM da classe de risco II em instalações com nível de biossegurança NB-2.
Extrato Prévio: 5967/2018, publicado no DOU em 08 de março de 2018.
Reunião: 212ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de maio de 2018.
Decisão: DEFERIDO
A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para projeto com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Dr. Augusto S. P. Ramos, presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Carlos Chagas - ICC/Fiocruz - PR, solicita à CTNBio parecer técnico para execução de atividades de pesquisa com OGM da classe de risco II em instalações com nível de biossegurança NB-2. O projeto de pesquisa a ser executado é denominado: "Estudo básico de células-tronco". As instalações a serem utilizadas nesse projeto são: Laboratório de Cultivo de bactérias (NB2) e Laboratório de Cultivo de Células-Tronco (NB2). O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança. O responsável pelo projeto será o Dr. Marco Augusto Stimamiglio e este declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.061/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de maio de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo nº: 01250.077194/2017-17
Requerente: Instituto Carlos Chagas-ICC / Fiocruz-PR.
CQB: 313/10.
Endereço: Rua Prof. Algacy Munhoz Mader, 3775 - CIC. CEP 81350-010. Curitiba - PR.
Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de atividades de pesquisa com OGM da classe de risco II em instalações com nível de biossegurança NB-2.
Extrato Prévio: 5968/2018, publicado no DOU em 08 de março de 2018.
Decisão: DEFERIDO
A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para projeto com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Dr. Augusto S. P. Ramos, presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Carlos Chagas - ICC/Fiocruz - PR, solicita à CTNBio parecer técnico para execução de atividades de pesquisa com OGM da classe de risco II em instalações com nível de biossegurança NB-2. O projeto de pesquisa a ser executado é denominado: "Adaptadores de endocitose em Trypanosoma cruzi". As instalações a serem utilizadas nesse projeto são: Laboratório de Cultivo de bactérias (NB2). O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança. A responsável pelo projeto será a Dra. Claudia Maria do Nascimento Moreira, e esta declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.062/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 213ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 07 de junho de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo SEI nº: 01250.062702/2017-54
CQB: 0251/08
Requerente:Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda.
Assunto: Solicitação de liberação comercial da vacina Ingelvac Provenza- Vacina vírus vivo modificado contra Influenza Suína.
Extrato Prévio nº: 5832/2017, publicado no DOU em 8 de novembro de 2017.
Deliberação: Deferido
A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para liberação comercial da vacina Ingelvac Provenza- Vacina vírus vivo modificado contra Influenza Suína, concluiu pelo seu deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O responsável legal pela Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda., Dr. Fabiano Andreatta, solicita parecer técnico da CTNBio para liberação comercial da vacina Ingelvac Provenza- Vacina vírus vivo modificado contra Influenza Suína. O produto é classificado como sendo da classe de risco 1 e será produzido nos Estados Unidos e importado e distribuído no Brasil pela empresa. O processo descreve as características de biossegurança do produto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as informações descritas no processo são completas e acuradas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.063/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 214ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 02 de agosto de 2018, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo: 01250.057624/2017-76
Requerente: Danisco Brasil Ltda.
Data de Protocolo: 18/09/2017
Assunto: Liberação Comercial de Derivado de Organismo Geneticamente Modificado - alfa-amilase (GICC03469) de Cytophaga sp. expressada em Bacillus licheniformis.
CQB: 430/17
CNPJ: 46.278.016/0007-57
Endereço: Alameda Itapecuru, 506, Alphaville, Barueri/SP
Presidente da CIBio: Amanda de Souza
Extrato Prévio nº: 5826/17 publicado no DOU em 08 de novembro de 2017.
Deliberação: Deferido
A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para Liberação Comercial de Derivado de Organismo Geneticamente Modificado - alfa-amilase (GICC03469) de Cytophaga sp. expressa em Bacillus licheniformis, concluiu pelo seu deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A requerente solicita a emissão de um Parecer Técnico para Liberação Comercial do derivado de Organismo Geneticamente Modificado (OGM) de Classe de Risco 1, enzima alfa-amilase (GICC03469), envolvida na endo-hidrólise de polissacarídeos, atuando como coadjuvante de tecnologia no processamento de carboidratos para produzir etanol combustível, nas modalidades de manipulação, transporte, descarte, importação e exportação, bem como quaisquer outras atividades relacionadas, nos termos da Resolução Normativa N° 5 de 12 de março de 2008. Trata-se de Derivado de Organismo Geneticamente Modificado - alfa-amilase (GICC03469) de Cytophaga sp. expressa em Bacillus licheniformis. Este produto será importado dos Estados Unidos e utilizado em território Nacional. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Presidente publicado no DOU Nº 220, seção 1, pág. 21, de 12/11/2013, onde se lê: "após decisão ocorrida na 167ª Reunião Ordinária da CTNBio em 07/11/2013, foi deferido o pedido de confidencialidade para relatório de conclusão de liberação planejada no meio ambiente de sementes de milho geneticamente modificado, da empresa Monsanto do Brasil Ltda, processo 01200.00003302/2008-10.", leia-se:"após decisão ocorrida na 167ª Reunião Ordinária da CTNBio, em 7/11/2013, e tendo em vista que os documentos apresentados atendem o disposto nos § 1º e 2º do art. 38 e no § 1º do art. 41 da Portaria MCT nº 146/2006 e as orientações contidas no Parecer CONJUR/ MCTI nº 570/2013, fica deferido o pedido de confidencialidade para o Anexo I do relatório de conclusão de liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado contendo os eventos MON810, MON89034, TC1507, MON88017, MON89034 x TC1507 x MON88017 x DAS-59122-7 e MON89304 x TC1507 x NK603, processo 01200.003302/2008-10."

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Parecer Técnico n° 6044/2018, publicado no DOU n° 182, seção 1, página 5, em 20/9/2018, referente ao processo 01250.020162/2018-12, onde se lê: "Requerente: Bayer S.A. CQB: 005/96" leia-se: "Requerente: Monsanto do Brasil Ltda. CQB: 003/96".

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 57/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.001320/2013-16 (061)
CNPJ: 28.523.215/0001-06 - MATRIZ
Razão Social: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Nome da Instituição: ********
Endereço da Instituição: Rua Miguel de Frias, n° 09, Icaraí, CEP. 24.220-008, Niterói/RJ.
Modalidade de solicitação: requerimento de renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 02.0029.2018

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 57/2018/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 58/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.005085/2012-71 (026)
CNPJ: 88.630.413/0002-81 - FILIAL
Razão Social: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA
Nome da Instituição: PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RS-CAMPUS POA
Endereço da Instituição: Avenida Ipiranga, 6681, Partenon, CEP: 90.619-900, Porto Alegre/RS.
Modalidade de solicitação: requerimento de renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 02.0017.2018

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 58/2018/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 59/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.020661/2018-18 (583)
CNPJ: 13.172.212/0001-06 - MATRIZ
Razão Social: RAFAEL PARANHOS DE MENDONCA - ME
Nome da Instituição: SCIENCE VET
Endereço da Instituição: Rua Manoel Garcia Pereira, 50, Centro, CEP: 14.470-000. Pedregulho/SP.
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0539.2018

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 59/2018/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 60/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.000145/2013-40 (041)
CNPJ: 24.365.710/0001-83 - MATRIZ
Razão Social: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Nome da Instituição: UFRN
Endereço da Instituição: Avenida Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova, CEP: 59.078-970, Natal/RN.
Modalidade de solicitação: requerimento de renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 02.0034.2018

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 60/2018/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 4.543 - SEI, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.041916/2018-78, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA,autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Toledo/PR, o canal 44 (quarenta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 650 a 656 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.578 - SEI, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.041218/2018-72, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de CASCAVEL/PR, o canal 44 (quarenta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 650 a 656 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.583 - SEI, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.049002/2018-55, resolve:

Art. 1º Consignar à EMPRESA PAULISTA DE TELEVISAO S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Lindóia/SP, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.811 - SEI, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.055711/2018-70, resolve:

Art. 1º Consignar à TV FRONTEIRA PAULISTA LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Osvaldo Cruz/SP, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 4.858 - SEI, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.049293/2018-81, resolve:

Art. 1º Consignar à TV NEWS - CANAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Umuarama/PR, o canal 39 (trinta e nove), correspondente à faixa de frequência de 620 a 626 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL

DESPACHO Nº 1.150 - SEI, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 5º, Inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.010850/2018-74, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da entidade MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de SÃO CARLOS/SP, utilizando o canal digital 47 (quarenta e sete), nos termos da Nota Técnica nº 13939/2018/2018/SEI-MCTIC.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

RESOLUÇÃO Nº 177, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º Tornar pública, conforme aprovado na 49ª Reunião do CGFSA, realizada em 28 de setembro de 2018, a alteração no texto do Regulamento do Comitê de Investimento do Fundo Setorial do FSA, conforme Resolução N º 149 - Anexo, publicada no Diário Oficial da União N º 71, seção 1, página 42, de 13 de abril de 2018, que passa a vigorar conforme descrito a seguir:

I) Art. 8º Das decisões do Comitê de Investimento caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da publicação do relatório de decisão de investimento na página do projeto existente no sistema do FSA.

II) Art. 9º Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente através da página do projeto no sistema do FSA, diretamente na caixa de texto disponível ou subindo documento eletrônico de recurso.

III) Art. 10º O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante o órgão incompetente;

III - por quem não tenha legitimidade para tanto;

IV - em face de decisão contra a qual não caiba recurso na esfera administrativa.

§1º - São irrecorríveis na esfera administrativa as manifestações expressas nos relatórios, nos pareceres e nos atos de mero expediente ou preparatórios de decisão.

§2º - O não conhecimento do recurso não impede que a ANCINE ou instância competente do Agente Financeiro do Fundo Setorial do Audiovisual reveja, por iniciativa própria, eventual ato irregular, desde que não ocorrida a preclusão administrativa.

IV) Art. 11 O recurso será dirigido ao Comitê de Investimento, o qual, se não reconsiderar sua decisão, encaminhará à Diretoria Colegiada da ANCINE, na qualidade de Secretaria Executiva do FSA, para decisão, a qual tem caráter terminativo.

V) Art. 12 Este Regimento Interno entra em vigor na data da sua aprovação pelo CGFSA.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 244, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 6.853/2009, de 15 de maio de 2009, Decreto de 10 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, e considerando o disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que instituiu a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, resolve:

Art.1º Instituir o Comitê de Dados Abertos da Fundação Cultural Palmares - CDA/FCP.

Art.2º Compete ao Comitê, ora instituído, implementar a política de dados abertos do Poder Executivo Federal, no âmbito deste órgão.

Art.3º O Comitê será constituído pelos seguintes membros: Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro, Diretor do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira, Coordenador Geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra, Chefe de Gabinete, Auditor Interno, Coordenador Geral de Gestão Estratégica, Coordenador Geral de Gestão Interna e pelo Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação.

Parágrafo único. No caso de afastamento ou impedimento legal, o membro titular se fará representar pelo respectivo substituto legal.

Art.2º. Revogar a Portaria Nº 47 de 19 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 23 de janeiro de 2017, seção 02, pág 04..

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 248, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Institui o Comitê de Governança da Fundação Cultural Palmares - FCP.

O PRESIDENTE da Fundação Cultural Palmares, no uso das atribuições regimentais e legais, e considerando as disposições contidas na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU º 01, de 10 de maio de 2016, e na Portaria nº 1.089, de 25 de abril de 2018;

Considerando a aprovação do Planejamento Estratégico da Fundação para o biênio 2018-2019, conforme Portaria Nº 56/FCP;

Considerando a necessidade de maior transparência, efetividade e alinhamento das ações estratégicas da FCP ao referido Planejamento;

Considerando a relevância do aprimoramento da governança no âmbito Palmares;

Considerando a necessidade do efetivo acompanhamento e avaliação das metas e estratégias definidas;

Considerando a importância da apresentação consolidada e periódica dos resultados alcançados, bem assim a adoção, caso necessário de medidas corretivas; e

Considerando a necessidade de se estabelecer procedimentos para a estruturação, a execução e o monitoramento do Programa de Integridade da Fundação Cultural Palmares; resolve:

Art.1º Instituir o Comitê de Governança da Fundação Cultural Palmares - FCP, com as seguintes competências:

§ 1º Quanto a Gestão de Riscos e Controles Internos

I - Promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos;

II - Institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos;

III - Promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;

IV- Instituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre governança, gestão de riscos e controles internos;

V - Garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;

VI - Promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;

VII - Aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;

VIII - Supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos chave, que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público prestados pela FCP;

IX - Liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação na Fundação Cultural

Palmares;

X - Estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem com os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;

XI - Aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;

XII - Emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos;

XIII - Monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

§ 2º Quanto a Gestão do Programa de Integridade

I - Coordenar a estruturação, execução e monitoramento do programa;

II - Orientar e capacitar os servidores; e

III - promover outras ações relacionadas à implementação do programa

Art. 3º O Comitê de Governança será constituído dos titulares das seguintes unidades:

Presidência da FCP

Chefia de Gabinete da FCP

Auditoria Interna

Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra

Coordenação Geral de Gestão Estratégica

Coordenação Geral de Gestão Interna

Procuradoria Federal

§ 1º Os titulares, na hipótese de ausência legal, se farão representar por seus substitutos legais.

§ 2º Considerar-se-á prestação de serviço relevante, e não remunerada, as atividades desempenhadas por qualquer dos membros do Comitê, sem prejuízo daquelas decorrentes de seus respectivos cargos ou funções.

Art. 4º Revogar a Portaria/FCP nº 124, de 17 de abril de 2018, publicada no DOU de 23 de abril de 2018, Seção 1, pág. 13.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 42, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN NA BAHIA, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto 9.238/17, de 15 de dezembro de 2017, dispostas nos incisos I e VIII do artigo 24º, considerando o art. nº 215 da Constituição Federal, que garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais e a obrigatoriedade do Estado em proteger as manifestações afro-brasileiras; considerando o art. nº 216 da Constituição Federal, que define os bens materiais e imateriais dos grupos formadores da sociedade brasileira como patrimônio cultural nacional; considerando o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI); considerando o Registro do Ofício de Mestre de Capoeira e da Roda de Capoeira como patrimônio cultural nacional, inscritos respectivamente nos Livros de Registro dos Saberes e das Formas de Expressão, em 21 de outubro de 2008; considerando a Portaria n° 299/2015, de 17 de julho de 2015, que dispõe sobre os procedimentos para a execução de ações e planos de salvaguarda para Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, e sua recomendação expressa de constituição de um coletivo deliberativo para exercer a gestão compartilhada da salvaguarda dos Bens Registrados. Considerando a Portaria nº 200, de 18 de maio de 2016, que dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI. Considerando a necessidade de implementar o Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia, construído participativamente segundo as diretrizes do Decreto nº 3551/2000 de 04 de agosto de 2000 e a Portaria n° 299/2015, de 17 de julho de 2015; considerando a necessidade de atuação da política de salvaguarda de maneira focada na interlocução com a comunidade, garantindo o protagonismo dos detentores dos saberes tradicionais, desde a concepção até a execução das ações de salvaguarda, resolve:

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia, órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e de gestão da salvaguarda da capoeira na Bahia, vinculado à Superintendência do Iphan na Bahia.

Art. 2° - O funcionamento do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia é disciplinado por seu Regimento Interno, que fixa normas para participação de seus membros e a organização do Conselho, e é documento anexo a esta Portaria.

Art. 3º - O Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia será composto por um total de 39 representantes titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos públicos e detentores do bem cultural patrimonializado:

I. 01 Representante da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia/Ministério da Cultura;

II. 01 Representante da Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura; III. 01 Representante do Centro de Culturas Populares e Identitárias/Secult/BA; IV. 01 Representante do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia/Secult/BA; V. 01 Representante da Secretaria de Educação do Estado da Bahia; VI. 01 Representante da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia; VII. 01 Representante da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Bahia; VIII.01 Representante da Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Bahia; IX. 01 Representante da Fundação Gregório de Mattos/PMS; X. 01 Representante da Universidade do Estado da Bahia - UNEB; XI. 01 Representante da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB; XII. 03 Representantes do Grupo Territorial da Salvaguarda da Capoeira Angola; XIII. 02 Representantes do Grupo Territorial da Salvaguarda da Capoeira Chapada Diamantina e Piemonte do Paraguaçu; XIV. 02 Representantes do Grupo Territorial da Salvaguarda da Capoeira Costa do Descobrimento e Extremo Sul; XV. 03 Representantes do Grupo Territorial da Salvaguarda da Capoeira Litoral Sul e Baixo Sul XVI. 01 Representante do Grupo Territorial da Salvaguarda da Capoeira Litoral Norte e Agreste Baiano; XVII. 04 Representantes do

Grupo Territorial da Salvaguarda da Capoeira Portal do Sertão, Recôncavo e Sisal; XVIII. 06 Representantes do Grupo Territorial da Salvaguarda da Capoeira Região Metropolitana de Salvador; XIX.01 Representante do Grupo Territorial da Salvaguarda da Capoeira Semiárido do Nordeste II; XX. 02 Representantes do Grupo Territorial da Salvaguarda da Capoeira Sertão Produtivo e Bacia do Paramirim; XXI.03 Representantes do Grupo Territorial da Salvaguarda da Capoeira Velho Chico, Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Corrente; XXII. 01 Representante do Grupo Territorial da Salvaguarda da Capoeira Vitória da Conquista.

§ 1º - Os Grupos Territoriais têm competência definida no Artigo 20° do Regimento Interno do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia e tem circunscrição aos Territórios de Identidade homônimos, estabelecidos conforme a Lei Estadual nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015.

Art. 4º São atribuições do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia:

I. Implementar o Plano de Salvaguarda da Capoeira da Bahia, documento construído de forma participativa por capoeiristas da Bahia nos Seminários "Salve a Capoeira" de 2013 a 2016, que contém as diretrizes e ações para a política de salvaguarda do Ofício de Mestre e da Roda de Capoeira na Bahia. II. Contribuir para o processo de preservação, valorização, difusão e fomento da Capoeira na Bahia, resguardando seus aspectos tradicionais e fortalecendo suas dimensões relacionadas às suas matrizes africanas, conforme documentado no Dossiê Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil, no Parecer do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e no Plano de Salvaguarda da Capoeira da Bahia; III. Debater, propor, desenvolver e assessorar ações e medidas para preservação, valorização, difusão e fomento da Capoeira durante os processos de salvaguarda desenvolvidos pelos poderes públicos federal, estadual e municipal; IV. Estimular, acompanhar e assessorar a elaboração e execução de projetos de pesquisa, extensão, produção cultural, educação formal e informal, intercâmbio, projetos sociais e de desenvolvimento econômico sustentável para preservação, valorização, difusão e fomento da Capoeira durante todo processo de salvaguarda, em parceria com os grupos de Capoeira, Instituições de Ensino Superior, escolas de ensino fundamental e médio, órgãos públicos, organizações da sociedade civil e demais instituições públicas e privadas, contribuindo para o fortalecimento, a consolidação e autonomia dos grupos e entidades de Capoeira do Estado da Bahia; V. Contribuir, em parceria com os grupos e entidades de Capoeira, para a formação e treinamento de seus integrantes, a exemplo de nas áreas de gestão, produção cultural, elaboração de projetos, captação de recursos, marketing, comunicação, arte-educação, educação patrimonial, pesquisa histórica e sociocultural, e produção de bens ligados à economia dessa manifestação cultural, dentre outros; VI. Articular junto às instituições que tem representação no Conselho Gestor e outras a disponibilização de recursos financeiros, de infraestrutura e de logística para o desenvolvimento das atividades do Conselho Gestor da Salvaguarda e dos Grupos Territoriais da Salvaguarda da Capoeira; VII. Atuar em cooperação com a política estabelecida para as culturas populares, identitárias e de matrizes africanas, especialmente voltadas à Capoeira, pelo IPHAN, Fundação Cultural Palmares/MinC, Secretaria de Cultura do Estado, através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e Centro de Culturas Populares e Identitárias, Secretaria de Educação do Estado, Secretaria de Turismo de Estado, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda, Fundação Gregório de Mattos, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade do Estado da Bahia e outros órgãos ligados à cultura, cidadania, educação, trabalho, promoção da igualdade racial e desenvolvimento da população negra no Estado do Bahia

Art. 5º - No exercício de suas atribuições, o Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia deve garantir permanentemente a participação e o protagonismo dos detentores e praticantes da capoeira e demais interessados no processo de implementação do Plano de Salvaguarda da Capoeira no estado da Bahia. Parágrafo único. As identidades, o direito à auto-identificação, a organização social e os valores culturais dos grupos de capoeira constituem os critérios de base para a implementação, monitoramento e revisão do Plano de Salvaguarda da Capoeira na Bahia.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CÉSAR SAMPAIO TAVARES

SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA

DEPARTAMENTO DE LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS

PORTARIA Nº 5, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

A DIRETORA DE LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS SUBSTITUTA DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 589, de 02 de outubro de 2017, considerando o disposto no Decreto n. 9.411, de 18 de junho de 2018, na Portaria MinC n. 29, de 21 de maio de 2009, torna público o resultado final do Edital de Bibliotecas Digitais 2018, bem como o nome dos participantes da Comissão de Avaliação e Seleção.

POSIÇÃO	PROPONENTE	PRONAC	MUNICÍPIO	UF	NOTA	VALOR DO APOIO
1ª	Município de Cedro	18-3548	Cedro	CE	24,50	R$ 100.000,00
2º	Município de Gravataí	18-3567	Gravataí	RS	24,25	R$ 100.000,00
3º	Município de São Benedito	18-3564	São Benedito	CE	24,00	R$ 100.000,00
4º	Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais	18-3549	Belo Horizonte	MG	24,00	R$ 100.000,00
5º	Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal	18-3568	Brasília	DF	23,50	R$ 100.000,00
6º	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	18-3556	Cuiabá	MT	23,50	R$ 100.000,00
7º	Município de São Leopoldo	18-3566	São Leopoldo	RS	23,50	R$ 100.000,00
8º	Município de Iguatu	18-3563	Iguatu	CE	23,00	R$ 100.000,00
9º	Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage	18-3569	Juiz de Fora	MG	22,50	R$ 100.000,00
10º	Município de Itapetininga	18-3546	Itapetininga	SP	22,25	R$ 100.000,00
11º	Prefeitura Municipal de Gramado	18-3543	Gramado	RS	21,00	R$ 100.000,00
12º	Prefeitura Municipal de Bom Despacho	18-3545	Bom Despacho	MG	20,50	R$ 100.000,00
13º	Fundação Casa das Artes de Bento Goncalves	18-3565	Bento Gonçalves	RS	20,25	R$ 100.000,00
14º	Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul	18-3551	São Caetano do Sul	SP	19,75	R$ 100.000,00
15º	Município de Pentecoste	18-3570	Pentecoste	CE	19,50	R$ 100.000,00
16º	Prefeitura Municipal de Itanhaém	18-3555	Itanhaém	SP	18,75	R$ 100.000,00
17º	Município de São Carlos	18-3553	São Carlos	SP	18,00	R$ 100.000,00
18º	Fundação Cultural do Estado do Pará	18-3544	Belém	PA	17,50	R$ 100.000,00
19º	Município de Campo Bom	18-3550	Campo Bom	RS	16,75	R$ 100.000,00

Art. 1º Os proponentes selecionados devem cadastrar suas propostas no Portal de Convênios - SICONV (http://www.convenios.gov.br), no Programa nº 4200020180013, anexando os documentos listados no Anexo IV do Edital de Bibliotecas Digitais 2018, além de outros solicitados pelo Ministério da Cultura.

Art. 2º A Comissão de Avaliação e Seleção foi composta por:

I- Almiraci Dantas dos Santos
II- Ana Cristina Araruna Melo
III- Ana Maria da Costa Souza
IV- Daniela de Oliveira Estevam
V- Francisco Fernando Braga Menezes
VI- Gregório Borges Machado
VII- Greyciane Souza Lins
VIII- Guilherme Relvas D'Oliveira
IX- Jaqueline Ferreira dos Santos Gomes
X- Melly Fátima Goes Sena

ANA CRISTINA ARARUNA MELO

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 641, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

183777 - 17ª Mostra Brasileira de Teatro Transcendental
ASSOCIAÇÃO ESTAÇAO DA LUZ
CNPJ/CPF: 06.139.069/0001-87
Processo: 01400017430201858
Cidade: Eusébio - CE;
Valor Aprovado: R$ 482.945,60
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização da 17ª Mostra Brasileira de Teatro Transcendental, proporcionando a produção e exibição teatral gratuita, de qualidade, voltada à temática transcendental, visando à construção de um mundo melhor através da arte e espiritualidade, sem distinção de raça, idade, credo ou classe social.

183755 - Caminhos da Independência - Ano XV
Teatro do Kaos
CNPJ/CPF: 02.316.301/0001-54
Processo: 01400017398201819
Cidade: Cubatão - SP;
Valor Aprovado: R$ 148.088,80
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produzir e realizar apresentações da peça "Caminhos da Independência - Ano XV", com entrada gratuita.

183747 - Cia Duplô
Associação Colmeia Cultural
CNPJ/CPF: 23.958.005/0001-27
Processo: 01400017390201844
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.921.750,00
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A Companhia Duplô é um núcleo de pesquisa do trabalho do ator. Inaugurada em 2001, vem realizando espetáculos de grande sucesso de público e crítica. Manteve-se até então com capital independente, e agora apresenta seu projeto de Manutenção de Companhia, com o objetivo de abrir um centro cultural com inúmeras atividades artísticas, educativas e filantrópicas e manter a pesquisa cênica da Duplô com maior tranqüilidade e valorização do ator, proporcionando remuneração aos profissionais que produzem arte no Brasil.

183782 - Culturando Encena
PABLO CIVIVITELLA
CNPJ/CPF: 301.056.498-80
Processo: 01400017480201835
Cidade: Porto Feliz - SP;
Valor Aprovado: R$ 211.416,38
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Culturando Encena consiste numa mostra de Espetáculos de Artes Cênicas com programação voltada para o publico de todas as idades.

183749 - DE NOITE TODO GATO É PARDO
ROBERTO VIVES JUNIOR
CNPJ/CPF: 219.122.688-41
Processo: 01400017392201833
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 708.715,58
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto"DE NOITE TODO GATO É PARDO" do atual dramaturgo brasileiro Carlos Antonio Soares, tem por objetivo principal a montagem e realização do espetáculo de artes cênicas de mesmo nome do projeto.

183764 - EXPOMIL - PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL
ASSOCIACAO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MISSAL
CNPJ/CPF: 78.103.041/0001-09
Processo: 01400017408201816
Cidade: Missal - PR;
Valor Aprovado: R$ 476.656,67
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar a Programação Artística e Cultural da Edição 2019 da EXPOMIL - Feira Cultural, Comercial, Indústrial e Agrícola de Missal, possibilitando a toda sociedade de Missal e Região oeste do Paraná, o acesso a expressões artísticas e culturais como a Música Instrumental, as Artes Cênicas através da Dança, Artes Circenses e o Teatro e as Artes Visuais. O evento é realizado há 03 anos pela ACIMI - Associação Comercial e Empresarial de Missal, com uma programação definida para quatro dias de Feira, atraindo pessoas de todo o Paraná e está entre os eventos oficiais do município. A edição de 2019 pretende realizar Espetáculos de Artes Circenses, Espetáculos de Dança tradicionalista, Concertos com Bandas e Grupos Instrumentais, Espetáculos Cênicos-Musicais e ainda Esposições de Artes Visuais com obras de artistas locais.

183760 - Musical das Águas
ANUNCIACAO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 15.062.659/0001-40
Processo: 01400017403201885
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 252.986,00
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto de teatro musical intitulado "Musical das Águas" abordará mitos e a simbologia do homem sobre as águas. Em uma viagem ao passado e ao futuro do tema e, através da música e de duas personagens alegóricas - Córrego e Nascente, a história é delineada através da poesia e olhar artístico-cultural sobre o tema: "As águas, sua força, seu imaginário e nossa esperança". Como outras medidas de ampliação de acesso, este projeto cumprirá o inciso V do art. 21 da Instrução Normativa em questão, que versa "V - realizar, gratuitamente, atividades paralelas aos projetos, tais como ensaios abertos, estágios, cursos, treinamentos, palestras, exposições, mostras e oficinas, além da

previsão do art. 22;". Contemplando ações para formação de plateia, este projeto oferecerá oficinas sob o tema "O Teatro e a Educação" com foco para professores e estudantes da rede pública de ensino.

183745 - Natal da Efapi - Chapecó SC
Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste
CNPJ/CPF: 82.804.642/0001-08
Processo: 01400017388201875
Cidade: Chapecó - SC;
Valor Aprovado: R$ 185.729,55
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 09/12/2018

Resumo do Projeto: Promover gratuitamente, na primeira quinzena do mês de dezembro, uma festa popular com apresentações culturais para comemoração do Natal no bairro Efapi em Chapecó-SC, visando o incentivo à cultura e a democratização de acesso a todos os moradores do bairro, bem como comunidades no seu entorno, proporcionando integração entre a comunidade e a comemoração do Natal

183757 - PAA# Vocação Cultural 2019
ACAO COMUNITARIA DO BRASIL SAO PAULO
CNPJ/CPF: 61.750.246/0001-75
Processo: 01400017400201841
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.217.314,47
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O Plano Anual de Atividades 2019 é um projeto de manutenção das atividades da ONG Vocação, através da oferta de cursos de formação cultural contínua para um público formado de crianças, adolescentes e jovens, nas mais diversas linguagens, como: artes visuais, música, dança, sarau e teatro. Essa oferta de formação objetiva democratizar o acesso à cultura a essas pessoas que vem sendo atendidas de maneir contínua a pelo menos dois anos.

183746 - PALOTINARTE - 2ª EDIÇÃO
ACIPA - ASSOCIACAO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUARIA DE PALOTINA
CNPJ/CPF: 77.841.062/0001-50
Processo: 01400017389201810
Cidade: Palotina - PR;
Valor Aprovado: R$ 228.671,37
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realizar a 2ª edição do projeto PALOTINARTE, que visa contemplar a sociedade de Palotina, cidade do interior do Paraná e de toda região oeste do estado com uma rica programação artísticas e cultural. As definições da programação, formalização dos grupos e artístas participantes, ocorrerão na fase de Pré-Produção e Produção do PALOTINARTE - 2ª Edição, sendo contemplados os seguintes segmentos culturais: Música Instrumental; Artes Cênicas, com apresentações de Teatro, Dança e Artes Circenses. O acesso do público será integralmente gratuito.

183763 - PLANO ANUAL CINE THEATRO BRASIL 2019
ASSOCIACAO CINE THEATRO BRASIL - VALLOUREC
CNPJ/CPF: 09.207.902/0001-78
Processo: 01400017407201863
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 5.638.393,32
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto tem por finalidade realizar, entre os meses de janeiro e dezembro de 2019, as ações do projeto PLANO ANUAL CINE THEATRO BRASIL 2019, buscando a preservação e a conservação do bem patrimonial tombado, que é a sede da instituição, além da realização de atividades educativas que buscam formar a compreensão acerca da importância do patrimônio por meio de visitas guiadas, e também através do fomento à ocupação cultural através de um programa de cinema de longa duração, mostras de artes cênicas e música.

183765 - Plano Anual da Fundação Gol de Letra - Projeto Arte Betina
Fundação Gol de Letra
CNPJ/CPF: 02.820.605/0001-54
Processo: 01400017410201887
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.700.465,79
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O presente projeto tem por objetivo apresentar o plano anual da Fundação Gol de Letra, para a manutenção de suas atividades culturais de caráter permanente e continuado bem como as ações constantes em seu planejamento para o período de agosto de 2019 a julho de 2020.

183769 - Plano Anual Galpão Gamboa 2019
Instituto Galpão Gamboa
CNPJ/CPF: 11.538.124/0001-41
Processo: 01400017417201807
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.875.453,00
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O Plano Anual proposto pelo Instituto Galpão Gamboa prevê a realização de sua programação cultural composta por três Mostras: Gamboavista (teatro), Dança Gamboa (dança) e Mostra Cena Carioca (teatro). . O projeto também contempla a realização de oficinas gratuitas de teatro e dança para jovens e terceira idade moradores da região.

183751 - Rede Cultural Real - 5 Anos
Clóvison Elberth Alves Gonçalves
CNPJ/CPF: 866.529.236-53
Processo: 01400017394201822
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 249.843,02
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Criação de uma rede de ações de arte-educação baseada na oferta gratuita de oficinas culturais de circo e de outras modalidades, para crianças e adolescentes em entidade(s) parceira(s), incluso sede do projeto. Realização paralela de apresentações itinerantes de circo, conduzidas e apresentadas com temática educativa e de formação cidadã.

183762 - TUDO SOBRE MULHERES
No Problem Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 15.201.428/0001-70
Processo: 01400017405201874
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 722.826,40
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto de artes cênicas prevê a montagem e manutenção do espetáculo TUDO SOBRE MULHERES com texto de Miro Gavran e direção de Ticiana Studart.

183776 - Via Crucis (22ª Edição)
3marias Produtora Ltda.
CNPJ/CPF: 05.564.552/0001-46
Processo: 01400017429201823
Cidade: Americana - SP;
Valor Aprovado: R$ 339.876,31
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realizar o tradicional espetáculo "Via Crucis", gratuitamente. Este projeto refere-se à 22ª edição do espetáculo teatral, que possui um público cativo e que vem crescendo a cada ano. O projeto envolve artistas locais e pessoas da comunidade, atuando no elenco, como figurantes e auxiliando na produção. O evento é gratuito, acontece em espaço público de fácil acesso e com cenários monumentais a céu aberto.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

183756 - Apresentação Musical THE BON JOVI ACOUSTIC EXPERIENCE
TANIA REGINA ALVES HERNANDES DA SILVA
CNPJ/CPF: 30.969.525/0001-09
Processo: 01400017399201855
Cidade: Guarulhos - SP;
Valor Aprovado: R$ 447.550,50
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização de apresentações do Espetáculo "The Bon Jovi Acoustic Experience - With Fábio HZ", em cidades das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, levando para o público a música instrumental e a historicidade da Banda Bon Jovi. As apresentações contam com uma produção musical instrumental encorpada e uma apresentação que vai além do banquinho e violão, com arranjos sofisticados, loops e efeitos harmônicos, que garantem ao ouvinte uma experiência ampla e rica, com capacidades para curtir uma boa música e ainda conhecer a história artística de seus ídolos.

183752 - ESPELHO
SAMIR SELMAN JUNIOR 36751521898
CNPJ/CPF: 21.629.475/0001-11
Processo: 01400017395201877
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 299.142,15
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto " Espelho " foi modelado para realizar a gravação de um CD de música instrumental de blues/rock, unindo o tradicional com instrumentos clássicos e de sopro. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através da música instrumental de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

183781 - Festival de Jazz - Jardim Suspenso da Babilônia
JOAO CESAR PINHEIRO RODRIGUES - ME
CNPJ/CPF: 03.877.725/0001-50
Processo: 01400017474201888
Cidade: Santo Antônio do Pinhal - SP;
Valor Aprovado: R$ 328.198,40
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Completando 20 anos, o Festival de Jazz - Jardim Suspenso da Babilônia propõe 08 apresentações musicais, aos finais de semana, com artistas que atuam em diferentes estilos do repertório nacional. Além de divulgar a nossa cultura por meio dos shows, o projeto propiciará quatro workshops para as crianças e jovens instrumentistas da Orquestra de Santo Antônio do Pinhal e do projeto Montanh'arte.

183759 - Mais Piano
Dueto Produções e Publicidade Ltda
CNPJ/CPF: 27.872.415/0001-01
Processo: 01400017402201831
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.113.794,40
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto Mais Piano prevê a realização de uma nova edição do evento que pretende trazer ao Brasil excepcionais pianistas internacionais.

183739 - PDG.art - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EM GESTÃO PARA ORGANIZAÇÕES ARTÍSTICO-CULTURAIS
ASSOCIACAO PRO-CULTURA E PROMOCAO DAS ARTES
CNPJ/CPF: 70.945.209/0001-03
Processo: 01400017332201811
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 581.058,90
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O Programa de Desenvolvimento em Gestão para Organizações Artístico-Culturais (PDG.art) é um programa gratuito de formação, com foco em gestão, destinado a líderes de organizações da área artística e cultural. O Programa é constituído de Módulos de Ensino, com trabalhos presenciais e a distância, e de um processo de Coaching Cultural para cada organização. Além disso, tece uma rede de compartilhamento de experiências entre os líderes das organizações participantes. O PDG.art tem como foco contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento dessas organizações.

183773 - Pisada do Sertão Plano Anual 2019
Associação Cultural Pisada do Sertão
CNPJ/CPF: 08.842.657/0001-08
Processo: 01400017426201890
Cidade: Poço de José de Moura - PB;
Valor Aprovado: R$ 1.641.215,34
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O Projeto Pisada do Sertão Plano Anual 2019 tem como objetivo promover o acesso aos direitos culturais por meio da difusão da música instrumental, visando fomentar a produção cultural e a qualificação profissional em benefício de 250 crianças, adolescentes e jovens do sertão paraibano por meio de oficinas de música, dança e educação patrimonial fortalecendo as tradições culturais e estimulando o protagonismo e a disseminação de conhecimento nos diferentes espaços do território, reconhecendo e valorizando sua identidade cultural à partir das vivências, dos saberes e fazeres que se disseminam e se multiplicam entre as gerações.

183771 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES GAROTO CIDADÃO 2019
FUNDACAO CSN PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A CONSTRUCAO DA CIDADANIA
CNPJ/CPF: 19.690.999/0007-61
Processo: 01400017421201867
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 8.664.454,32
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realização do Plano Anual de Atividades Garoto Cidadão 2019 que inclui: Oficinas de curta duração através do produto Plano Anual; formação sociocultural continuada de crianças e adolescentes (faixa etária de 9 a 17 anos e 11 meses) através do produto Oficinas / Cursos / Estágio; ação e difusão cultural em Galeria e salas expositivas através do produto Exposição de Artes; ações e difusão cultural em espaços físicos (centro cultural ou locais públicos / parceiros) e por meio de um caminhão palco itinerante através do produto Festival / Mostra e conscientização da comunidade quanto a importância das ações culturais e artísticas como meio de transformação e inclusão através do produto Formação de Plateia.

183775 - Programa NEOJIBA: Plano Anual de Atividades 2019
Instituto de Ação Social pela Música - IASPM
CNPJ/CPF: 10.490.525/0001-06
Processo: 01400017428201889
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 7.669.643,02
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto refere-se ao Plano Anual de Atividades 2019 do Programa NEOJIBA (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia), programa de integração social através da prática coletiva da música, que beneficia direta e indiretamente mais de 6.600 crianças, adolescentes e jovens baianos. Este projeto contempla a manutenção e ampliação do Núcleo de Gestão e Formação Profissional do NEOJIBA, de sete Núcleos de Prática Musical e Coral, em Salvador e Simões Filho, um Ateliê Escola de Luteria, a implantação e manutenção de cinco Núcleos Territoriais no interior do estado, a realização de ações de intercâmbio e formação e de apresentações musicais em Salvador.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

183754 - Arte que Aproxima
DAS LIMA PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.561.876/0001-68
Processo: 01400017397201866
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 540.907,63
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Exposição móvel em praças públicas, transportada por um caminhão baú que se transforma em galeria de obras interativas, com projeções de vídeos e oficinas de atividades de arte-educação.

183772 - Exposição TV Cultura - 50 anos
ACERVO21 ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 11.273.728/0001-03
Processo: 01400017423201856
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.239.060,00
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Exposição de grande porte em homenagem aos 50 anos da TV Cultura. Estamos prevendo uma grande exposição imersiva, em local de fácil e de grande acesso do público.

183767 - Plano Anual de Atividades Culturais 2019 - Fundação Iberê Camargo
FUNDAÇÃO IBERÊ CAMARGO
CNPJ/CPF: 01.204.099/0001-06
Processo: 01400017413201811
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 8.136.975,59
Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: Dando continuidado ao processo de reposicionamento institucional iniciado pela Fundação Iberê Camargo nos anos de 2017 e 2018, que visa estimular a interação do público em geral com a arte, cultura e educação, a partir de programas interdisciplinares, o projeto atual tem por objetivo assegurar a manutenção da Fundação Iberê Camargo, preservar seu acervo, promover o estudo e a divulgação da obra de Iberê Camargo, e ainda apresentar exposições temporárias de arte moderna e contemporâneae uma programação paralela permanente, ampliando a reflexão com seminários, workshops, programas de música e programas de cinema, com artistas, críticos, curadores e pesquisadores de diferentes áreas, com o intuito de debater os temas e questões centrais que emergem a partir das exposições em cartaz. A programação completa destas atividades será pensada de modo transversal, de forma a potencializar as discussões levantadas pelos projetos curatoriais.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

183768 - 19ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto

FUNDAÇÃO DO LIVRO E LEITURA DE RIBEIRÃO PRETO

CNPJ/CPF: 06.124.765/0001-10

Processo: 01400017414201865

Cidade: Ribeirão Preto - SP;

Valor Aprovado: R$ 1.368.796,13

Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Trata se da realização da 19ª edição da Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, com atividades gratuitas de incentivo à leitura com foco principal em crianças e adolescentes e fase de formação escolar. Fazem parte da proposto ainda, a produção de um livro sobre a história da Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto e a realização de atividades de formação de público leitor com o projeto Combinando Palavras direcionado a professores e alunos da rede pública de ensino.

183758 - Entre Vales e Serras

paulo cesar neves marcondes gonçalves

CNPJ/CPF: 066.624.318-26

Processo: 01400017401201896

Cidade: Guaratinguetá - SP;

Valor Aprovado: R$ 577.510,40

Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Projeto para confecção de um livro fotográfico e documental retratando cidades que tem seu acesso pela rodovia Presidente Dutra, que liga os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Além da confecção do livro, o projeto contempla a produção e realização de uma exposição fotografica itinerante concebida a partir do material colhido para comporo livro.

183753 - MOSHE MAIMÔNIDES II - O Livro Do Amor

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BRASILEIRA ISRAELITA YESHIVA TOMCHEI TMIMIM

CNPJ/CPF: 07.569.731/0001-00

Processo: 01400017396201811

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 518.202,46

Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realizar a tradução, produção, edição e publicação da terceira parte da reconhecida obra do filósofo espanhol Moshê Maimônides. Trata-se de obra intitulada "Livro do Amor" acerca de como alcançar o amor Universal através de nossas atitudes.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)

183766 - Instituto Histórico e Geográfico do Paraná

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DO PARANA

CNPJ/CPF: 75.088.336/0001-57

Processo: 01400017411201821

Cidade: Curitiba - PR;

Valor Aprovado: R$ 592.671,94

Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Este projeto visa obter recursos para que o Instituto Histórico e Geografico do Paraná - IHGPR , instituição sem fins lucrativos criado em 24 de maio de 1900, que guarda hoje em seu acervo, livros, mapas,documentos históricos escritos e gravados e pinacoteca que contam a história do Estado do Paraná ,melhore as condições de manutenção , preservação e pesquisa ,substituindo móveis danificados e adquirindo equipamentos para higienização e conservação do acervo. Aumentar o acervo documental registrando em vídeo/gravações novos depoimentos e memórias de estudiosos de nossa história para e disponibilizar para a sociedade em geral, através de exposições e meio eletrônico.

183770 - Museu de Arte do Rio - Plano Anual 2019

instituto odeon

CNPJ/CPF: 02.612.590/0002-10

Processo: 01400017419201898

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 19.838.991,70

Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Este projeto tem como finalidade determinar o Plano Anual de Atividades do Museu de Arte do Rio - MAR para o ano de 2019. A programação consiste no Programa Expositivo, programa Internacional do MAR, ações da Escola do Olhar (programação educativa e cultural), Programa Tecnologia, Redes e Interatividades do MAR, programa editorial - além de itens relacionados a acervo e reserva técnica, ações de desenvolvimento e engajamento de público e de melhorias estruturais do museu. O MAR, localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, ocupa dois prédios na Praça Mauá. Os prédios são a Escola do Olhar e o Pavilhão de Exposições, e são interligados por uma passarela. As salas da Escola do Olhar, a Biblioteca e Centro de Documentação, o auditório, o mirante, a loja e os espaços gastronômicos compõem uma área de 15.000m² - além da área expositiva que é constituída pelas galerias de exposição, que ocupam cerca de 3.500m². O MAR foi inaugurado em Março/13 e já recebeu mais de 2.000.000 pessoas.

183750 - Plano Anual de Atividades - Instituto Hércules Galló - 2019

Instituto Hercules Gallo

CNPJ/CPF: 12.661.189/0001-42

Processo: 01400017393201888

Cidade: Caxias do Sul - RS;

Valor Aprovado: R$ 96.915,46

Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto Plano Anual de Atividades - Instituto Hércules Galló - 2019 tem como objetivo custear as necessidades básicas do museu para manter seu pleno funcionamento durante o próximo ano. Complementar a esta ideia, o projeto ainda prevê custeio de transporte para a visitação de estudantes locais na exposição permanente do local, a fim de ocupar e viabilizar o acesso a atividades culturais a população da região e visitantes.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)

183778 - Belo Horizonte" TANTAS ESQUINAS "

É SHOW PROMOÇÕES E PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 15.588.832/0001-48

Processo: 01400017436201825

Cidade: Belo Horizonte - MG;

Valor Aprovado: R$ 395.368,00

Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O evento ira de homenagear através de outros artistas mineiros os fundadores do Clube da Esquina, com dois dias de evento , sendo que teremos a participação de um público, de todas as camadas sociais, pois o evento é gratuito,. No final dos show's teremos a cada dia como encerramento a apresentação dos integrantes do clube da esquina.

183742 - Bloco Felicidade Boa Vista

RUAN RICARDO SILVA DE JESUS

CNPJ/CPF: 013.257.042-45

Processo: 01400017385201831

Cidade: Boa Vista - RR;

Valor Aprovado: R$ 84.151,00

Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto em questão tem como objetivo produzir o desfile do bloco de rua Felicidade Boa Vista no carnaval de Boa Vista-RR em 2019. O projeto contribuirá para a integração dos jovens e a preservação da cultura popular do bloco de rua carnavalesco em Boa Vista, Roraima.

183744 - Bloco Pagu

BLOCO PAGU LTDA

CNPJ/CPF: 30.842.234/0001-47

Processo: 01400017387201821

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 263.257,60

Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O Bloco Pagu nasceu no Carnaval, o momento do ano em que a mulher mais sofre assédio e violência. Com apenas dois anos de existência levou, em seu primeiro desfile (2017), seis mil pessoas às ruas atrás de um trio elétrico de alta capacidade, banda ao vivo e uma bateria 100% feminina tornando-se, logo que nasceu, um dos blocos com mais destaque do Carnaval paulistano. Como resultado de um trabalho focado em qualidade, o Pagu triplicou o número de foliões (20 mil pessoas) em seu segundo desfile oficial. Dobrou o número de mulheres participantes em sua bateria (100) e tornou-se um dos maiores blocos paulistanos de 2018. Para seu terceiro ano, um contínuo crescimento da bateria e melhoria na estrutura para cada vez mais foliões, o Bloco pretende contar com apoio de marcas que se aliam ao discurso de equidade de gêneros defendido pelo Bloco e participantes.

183741 - Gravação do Cd e DVD - Rute Ribeiro

RUTE DE JESUS SANTOS

CNPJ/CPF: 704.409.991-20

Processo: 01400017384201897

Cidade: Aparecida de Goiânia - GO;

Valor Aprovado: R$ 691.399,41

Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto visa gravar um DVD do espetáculo "SHOW E GRAVAÇÃO DO DVD Rute Ribeiro "que combina canções de autorias diversas com a interpretação de grandes sucessos da músicaGospel.o show terá uma preparação de som, de iluminação, afim de levar um espetáculo agradável de entretenimento e cultura a todo o público. através dos dvd's será divulgado o trabalho do proponente que também é o artista principal, buscando levar toda essa tradição da musica popuçar Gospel para o território nacinoal.

183740 - Sarau Kids - Encontro com Paxuá e Paramim

Pilar das Produções e Eventos Ltda

CNPJ/CPF: 17.092.056/0001-16

Processo: 01400017383201842

Cidade: Salvador - BA;

Valor Aprovado: R$ 1.503.357,91

Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Sarau Kids - Encontro com Paxuá e Paramim e sua mensagem de incentivo e preservação da natureza, é um espetáculo cênico musical infantil, com a presença dos personagens criados pro Carlinhos Brown, um show especial do artista com as participações da Mila da Banda DoRéMiLá, convidados especiais e artistas infantis que serão selecionados a cada edição.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)

183743 - Grana Preta

ROSANGELA SOARES BARBOSA CANAZARO

CNPJ/CPF: 001.153.727-25

Processo: 01400017386201886

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 566.608,20

Prazo de Captação: 04/10/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto "Grana Preta" realiza um ciclo de workshops por cidades brasileiras, tendo como finalidade a imersão de um público de pessoas negras em elementos e temas da cultura negra, especialmente a afro-brasileira, e Economia da cultura aplicada a esses temas. O projeto também contará com a produção de registros audiovisuais das experiências.

PORTARIA Nº 642, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Alterar o(s) proponente(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 164928 - VIVENDO A VIDA, publicado na portaria nº 0348/17 de 07/06/2017, publicada no D.O.U. em 08/06/2017.

Onde se lê: 275.545.058-40

Leia-se: 265.370.048-45

Art. 2.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 178929 - A Xilogravura Popular (título provisório), publicado na portaria nº 0769/17 de 18/12/2017, no D.O.U. em 19/12/2017, para "A Xilogravura Popular: Xilógrafos, Poetas e Cantadores".

Art. 3º - Aprovar a alteração da razão social do projeto Prêmio Oceanos de Literatura em Língua Portuguesa 2018 - PRONAC 17-6516, publicado na portaria n.º 0656 de 27/10/2017, no D.O.U de 30/10/2017:

Onde se lê: Knight Projetos Culturais e Comunicação LTDA-ME.

Leia-se: Oceanos Cultura e Comunicação LTDA.

Art. 4.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 144, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 13 do ANEXO I do Decreto nº 9411, de 18 de junho de 2018, e tendo em vista o disposto no Edital nº 12, de 21 de junho de 2018 - Edital Filme Cultura Edição 64 - Temática: Cinema Negro, resolve:

Art. 1º - Tornar público o resultado preliminar do referido Edital conforme ANEXO I (projetos selecionados para publicação na revista Filme Cultura nº 64), ANEXO II (projetos desclassificados de acordo com o subitem 6.3 do edital), ANEXO III (projetos desclassificados de acordo com o subitem 6.4 do edital), ANEXO IV (projetos desclassificados de acordo com o subitem 6.5 do edital) e ANEXO V (Projetos desclassificados por duplicação das propostas).

Art. 2º - Abrir prazo de pedido de reconsideração a ser enviado nos 02 (dois) dias úteis seguintes à data da publicação desta portaria, o qual deverá ser realizado exclusivamente mediante o envio de recursos para o endereço eletrônico: audiovisual@cultura.gov.br.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO MAIA MASCARENHAS

ANEXO I

Projetos selecionados para publicação na revista Filme Cultura nº 64:

Nº da Proposta	Título	Autor(a)
on-68290454	Imagens em preto e branco	Juliane Cavalcante
on-1945242692	De qual cinema negro precisamos?	Noel dos Santos Carvalho
on-413087847	A BATALHA DO PASSINHO, O FILME: O CINEMA COMO VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO DAS IDENTIDADES DE JOVENS NEGROS DE PERIFERIA	Evelize Moreira
on-420239651	Cosmovisões negras revertendo estereótipos em O Tempo dos Orixás (2014)	Liliane Pereira Braga
on-451684441	CINEMA COM SANGUE REAL AFRICANO	Elayne Bione
on-1236140681	Caminhos para a construção do cinema negro brasileiro	Edileuza Penha de Souza
on-1311669903	Cinema Negro e Políticas Públicas Federais	Isabela Aquino
on-1378490753	Cinema negro segundo Jefferson De	Joana Oliveira
on-1533217933	Meninas negras em telenovelas infantis: figuração e silenciamento de Ana Júlia, de Carinha de anjo	Sandra Roza

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

on-1647737377	Por uma autoria negra: o caso Bush Mama e outras histórias	Yuri Costa
on-1758813780	Cinema e masculinidades negras - alguns apontamentos iniciais	Marco Aurélio da Conceição Correa
on-1826848254	Narrativas Negras no Cinema Brasileiro: Entrevista com Marton Olympio	Debora Monteiro e Rafael Leal

ANEXO II

Projetos desclassificados de acordo com o subitem 6.3 do edital:

Nº da Proposta	Título	Autor(a)
on-1864971039	Irmão do Jorel: Concepção do programa e representação dos personagens	Beatriz Lima Santos
on-390818549	CINEMA NEGRO: UMA EXPRESSÃO DE AFIRMAÇÃO DIANTE DE UM CINEMA HEGEMONICAMENTE BRANCO	Paulo Mileno

ANEXO III

Projetos desclassificados de acordo com o subitem 6.4 do edital:

Nº da proposta	Título	Autor(a)
on-85400504	Ori e os simbolismos dos movimentos negros no Brasil	Cleonice Elias da Silva
on-396195216	Lúcida: a realidade da favela vai à Gramado	Lucas Guimarães
on-444547312	A gente tem que começar a romper essas barreiras	Yasmin Cade de Sena Brito
on-666309295	Café com canela: resguardo da emoção brasileira	Flora Orofino Teles (Flora Flor)
on-702119844	Documentário Riscadas: arte, espaço urbano e enfrentamento à violência de gênero	Karolyne Mendes Gomes
on-755329839	LUGAR DE PRETO? A POLÍTICA DE REMOÇÕES DAS FAVELAS E A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LONGA METRAGEM CIDADE DE DEUS	Luiza de Paula Rodrigues
on-799682027	ELEKÔ - Realização Coletiva e Curativa	Livia Vidal
on-943477887	Cabeças Falantes	Natasha Roberta dos Santos Rodrigues
on-1050887980	Novas e antigas formas de representar a mulher negra nas telenovelas: uma análise da personagem Raquel, de O outro lado do paraíso	Sandra Roza
on-1068199859	Lázaro Ramos Operário Padrão	Sérgio Ricardo Guimarães da Fonseca
on-1080514408	RAINHAS DA RESISTÊNCIA: A Mulher Negra no Cinema Brasileiro	Felipe Ferreira
on-1164641807	Questões da democracia racial no audiovisual brasileiro	Evandro da Silva Lunardo
on-1285175055	Entrevista - A tela do cinema é branca	Mylena Lococo Peres Fantini Pimenta
on-1862218232	Pensando em um cinema negro de língua portuguesa	Marco Aurélio da Conceição Correa
on-299310104	Por dentro de uma identidade negra	Natasha Roberta dos Santos Rodrigues

ANEXO IV

Projetos desclassificados de acordo com o subitem 6.5 do edital:

Nº da Proposta	Título	Autor(a)
on-124981494	(Não enviou texto)	Claudio Henrique dos Santos

ANEXO V

Projetos desclassificados por duplicação das propostas:

Nº da Proposta	Título	Autor(a)
on-397876200	De qual cinema negro precisamos?	Noel dos Santos Carvalho

PORTARIA Nº 145, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 11, de 27 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1° - Tornar público o resultado dos recursos interpostos conforme Anexo I (resultado dos recursos interpostos), o resultado final da 15ª reunião de qualificação conforme Anexo II (projetos qualificados em caráter final) e Anexo III (projetos não qualificados em caráter final) do referido Edital.

Art. 2º - Prorrogar o prazo de recurso para o projeto CCXP Unlock 2018, publicado na Portaria nº 137, de 5 de setembro de 2018, conforme solicitado no recurso interposto, por mais 8 (oito) dias corridos contados a partir da data da publicação desta portaria. O recurso deverá ser encaminhado exclusivamente mediante o envio de formulário específico para o endereço eletrônico: festivais.sav@cultura.gov.br.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO MAIA MASCARENHAS

ANEXO I

Resultado dos recursos interpostos:

Nº de inscrição	Nome do Projeto	Empresa Proponente	UF	Categoria aprovada	Valor aprovado pela Comissão	Nota Critério A	Nota Critério B	Nota Critério C	Nota Critério D	Nota Critério E	Nota Final	Decisão do Recurso
on-1329946109	CCXP Unlock 2018	CCXP EVENTOS LTDA	SP	B. R$200.000,01 até R$400.000,00	R$ 250.000,00	5	10	7	2	7	31	Deferido parcialmente. Prazo de recurso reaberto.
on-1969897323	4º Mercado Audiovisual do Nordeste - MAN	Bucanero Filmes	CE	C. R$100.000,00 até R$200.000,00	R$ 200.000,00	5	6	7	7	3	28	Indeferido. Qualificado em caráter final.
on-1006308251	26º Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade	CGA Produções LTDA	SP	-	-	10	8	7	0	0	25	Indeferido. Não qualificado em caráter final.

ANEXO II

Projetos qualificados em caráter final:

Nº de inscrição	Nome do Projeto	Empresa Proponente	UF	Categoria aprovada	Valor aprovado pela Comissão	Nota Final
on-2040415199	VI BIFF - Brasilia International Film Festival (Festival Internacional de Cinema de Brasília)	Cine Cultura Projeções Cinematográficas EIRELI	DF	C. R$100.000,00 até R$200.000,00	R$ 180.000,00	25
on-1587878502	Diálogos Com O Cinema	Ponto das Artes de Anchieta Ltda.	RJ	C. R$100.000,00 até R$200.000,00	R$ 120.000,00	24
on-1969897323	4º Mercado Audiovisual do Nordeste - MAN	Bucanero Filmes	CE	C. R$100.000,00 até R$200.000,00	R$ 200.000,00	28
on-919427263	10º Lobo Fest - Festival Internacional de Filmes	Tábata Films, Entertainment e Culture	DF	C. R$100.000,00 até R$200.000,00	R$ 200.000,00	26

ANEXO III

Projetos não qualificados em caráter final:

Nº de inscrição	Nome do Projeto	Empresa Proponente	UF	Nota Final	Motivo da não qualificação
on-1589866479	Festival Kinoarte de Cinema - 20a Edição Londrina	Leste BR	PR	18	Projeto não qualificado de acordo com o subitem 10.6.
on-1006308251	26º Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade	CGA Produções LTDA	SP	25	Projeto não qualificado de acordo com o subitem 10.5.

PORTARIA Nº 146, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 11, de 27 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1° - Tornar público o resultado preliminar da 16ª reunião de qualificação conforme Anexo I (projeto qualificado em caráter preliminar) e Anexo II (projetos não qualificados em caráter preliminar) do referido Edital.

Art. 2º - Abrir prazo de recurso a ser enviado nos 08 (oito) dias corridos seguintes à data da publicação desta portaria, o qual deverá ser realizado exclusivamente mediante o envio de formulário específico disponibilizado no portal do Ministério da Cultura e na plataforma Mapas Cultural, para o endereço eletrônico: festivais.sav@cultura.gov.br.

Art. 3º - Para fins de pontuação relativa ao critério "c" da matriz de qualificação, somente foram considerados na análise os recursos complementares devidamente comprovados nos termos da alínea "k" do subitem 8.6 do edital.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO MAIA MASCARENHAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

Projeto qualificado em caráter preliminar:

Nº de inscrição	Nome do Projeto	Empresa Proponente	UF	Categoria aprovada	Valor aprovado pela Comissão	Nota Critério A	Nota Critério B	Nota Critério C	Nota Critério D	Nota Critério E	Nota Final
on-1731280146	11th Los Angeles Brazilian Film Festival - LABRFF	MAB FERNANDES & CIA LTDA	BA	C. R$100.000,00 até R$200.000,00	R$ 194.546,50	10	9	0	2	3	24
on-715284118	BIG Festival (Brazil's Independent Games Festival) - 7a edição	Bits Produções Ltda.	SP	A. R$400.000,01 até R$600.000,00	R$ 400.000,00	9	10	10	10	3	42
on-152138368	Festival do Rio 2018	Cinema do Rio Cultura e Eventos Ltda	RJ	A. R$400.000,01 até R$600.000,00	R$ 600.000,00	10	10	10	10	3	43
on-9519008	SBGames 2018 - Simpósio Brasileiro de Jogos Eletrônicos e Entretenimento Digital	Márcio R. C. Matheus Filho - Tecnologia, Serviços & Entretenimento	RJ	C. R$100.000,00 até R$200.000,00	R$ 150.000,00	10	5	3	2	3	23
on-168824437	8ª FilmeCon - Mega Encontro do Audiovisual Brasileiro	FilmeCon Treinamentos e Comércio	SP	C. R$100.000,00 até R$200.000,00	R$ 100.000,00	9	8	0	0	3	20

ANEXO II

Projetos não qualificados em caráter preliminar:

Nº de inscrição	Nome do Projeto	Empresa Proponente	UF	Nota Critério A	Nota Critério B	Nota Critério C	Nota Critério D	Nota Critério E	Nota Final	Motivo da não qualificação
on-720135101	FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA CRISTÃO - FICC	BAUER BRENDLER PRODUCOES E PROMOCOES ARTISTICAS EIRELI -ME	RJ	9	4	0	2	3	18	Projeto não qualificado de acordo com os subitens 8.6 alínea "k" e 10.6.
on-581583132	Game Jam Plus - Olimpíada Brasileira de Desenvolvimento de Jogos	JKR Produções Artísticas Ltda	RJ	7	8	0	0	3	18	Projeto não qualificado de acordo com os subitens 8.6 alínea "k" e 10.6.

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.543/GC1, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Delegação de competência.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com os artigos 11 e 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista o que consta do art. 4º do Regulamento de Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 1.099/GC3, de 26 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Chefes dos Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica (SEREP) para procederem a designações, bem como a dispensas de Cabos, de Soldados de Primeira e de Segunda Classe, de Taifeiros-Mor e de Taifeiros de Primeira e de Segunda Classe para prestarem serviços, de natureza militar, em órgãos não pertencentes à estrutura organizacional deste Comando, desde que constem em Tabelas de Distribuição de Pessoal, localizados nas áreas territoriais de suas respectivas jurisdições, quando os militares indicados pertencerem a organizações nelas sediadas, ressalvado o disposto no inciso VIII do art. 2º da Portaria nº 827/GC3, de 6 de julho de 2016.

Art. 2º As solicitações deverão ser endereçadas ao respectivo SEREP que, após análise e mediante os recursos humanos disponíveis, expedirá o correspondente ato, informando ao órgão interessado e ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica a sua publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica ou a impossibilidade do seu atendimento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas a Portaria nº 1.640/GC1, de 7 de novembro de 2017, e demais disposições em contrário.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 1.545/GC3, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Desativa o Destacamento de Aeronáutica de Fernando de Noronha.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67200.006547/2018-71, procedente do Comando de Preparo, resolve:

Art. 1º Desativar o Destacamento de Aeronáutica de Fernando de Noronha (DSTAE-FN), ativado pela Portaria nº 368/GM3, de 30 de abril de 1986.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se a Portaria nº 1.146/GC3, de 5 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 149, de 6 de agosto de 2015, e os artigos 2º e 3º da Portaria nº 368/GM3, de 30 de abril de 1986, revigorados pela Portaria nº 1.146/GC3.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 1.546/GC3, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a reedição do Regulamento do Centro de Inteligência da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67002.007075/2018-18, procedente do Centro de Inteligência da Aeronáutica, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do ROCA 21-46 "Regulamento do Centro de Inteligência da Aeronáutica (CIAER)", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 463/GC3, de 3 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 65, de 4 de abril de 2017.

(*) O Regulamento de que trata a presente Portaria será publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 1.547/GC3, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a reedição do Regulamento do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67050.014558/2018-95, procedente do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do ROCA 21-74 "Regulamento do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA)", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 538/GC3, de 10 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 155, de 13 de agosto de 2007.

(*) O Regulamento de que trata a presente Portaria será publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

TEN BRIG AR NIVALDO LUIZ ROSSATO

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 30 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 7-T/DGCEA, de 2 de janeiro de 2018, combinada com o previsto no art. 122 do Anexo I a Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015, resolve:

Nº 465/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo ESTÂNCIA IRMÃOS MARTINS, situado no Município de Tupã, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.900976/2017-01. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 466/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA FLOR, situado no Município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900835/2017-81. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 467/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo PORTO BONITO, situado no Município de Itaquiraí, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900867/2017-86. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 468/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA PERTINHO DO CÉU, situado no Município de Guiratinga, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900064/2016-21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 469/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FÍGARO, situado no Município de Brasília, no Distrito Federal - DF. Processo nº 67612.900450/2017-23. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 470/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO VALENTIM, situado no Município de Pontes e Lacerda, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900253/2016-01. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 471/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA VIAMÃO, situado no Município de Arame, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67615.900414/2016-59. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 472/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo NOVO ARIPUANÃ, situado no Município de Novo Aripuanã, no Estado do Amazonas - AM. Processo nº 67615.900498/2016-21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 473/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA BAUNILHA, situado no Município de Itaquiraí, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS, Processo nº 67613.900633/2016-58. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 474/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo JOSÉ BOSO, situado no Município de Lençóis Paulistas, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.900197/2016-17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 475/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo RANCHO SUMIDOR, situado no Município de Rio do Oeste, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.900832/2016-66. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 476/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA BELA VISTA, situado no Município de Novo Horizonte do Sul, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900279/2016-61. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 477/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo BIG MASTER, situado no Município de Tangará da Serra, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900133/2016-04. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 478/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SHANGRI-LA, Situado no Município de Alta Floresta, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900644/2016-18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 479/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA HELENA, situado no Município de Cornélio Procópio, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.900782/2016-17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 480/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo PILOTO OSVALDO MARQUES DIAS, situado no Município de Alta Floresta, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900687/2016-01. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 481/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto HOSPITAL REGIONAL DO OESTE, situado no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.901314/2017-41 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 482/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto(PBZPH) para o Heliponto HOSPITAL UNIMED JOINVILLE, situado no Município de Joinville, no Estado de Santa catarina - SC. Processo nº 67613.900893/2017-12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 483/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA RIO DO FOGO, situado no Município de Nova Santa Helena, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900453/2016-56. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br/aga).

RICARDO DA SILVA MIRANDA Ten Cel Av

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.013, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 354/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201356616.

Art. 2º Fica indeferido o pedido de credenciamento da Faculdade de Gestão e Tecnologia de Botucatu (FAGETEC), que seria instalada na Rua João Passos, nº 372, centro, no Município de Botucatu, no Estado de São Paulo, mantida pela Associação Educacional Nove de Julho (CNPJ 43.374.768/0001-38).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.014, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 445/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201607991;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Anhanguera de Mogi Guaçu, a ser instalada na Rua Barretos, nº 57, Jardim Cruzeiro, no Município de Mogi Guaçu, no Estado de São Paulo, mantida pela Anhanguera Educacional Participações S/A (CNPJ 04.310.392/0001-46).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.015, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 427/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201606058;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdades Integradas Einstein de Limeira (FIEL), com sede na Rua Raul Machado, nº 134, Bairro Vila Queiroz, no Município de Limeira, no Estado de São Paulo, mantida pela Associação Limeirense de Educação e Cultura (ASLEC) (CNPJ 56.985.377/0001-00).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.016, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 465/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201708650;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade São Paulo de Presidente Venceslau - FASPREV, a ser instalada na Rua Princesa Isabel, 230, Centro, no Município de Presidente Venceslau, no Estado de São Paulo, mantida pela Faculdade São Paulo Ltda. ME, com sede em Presidente Venceslau - SP (CNPJ 26.382.913/0001-03).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.017, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 421/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201416740;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Tecnologia SENAC Minas - Unidade Belo Horizonte, com sede na Rua Tupinambás, nº 1.038, Centro, no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC Minas (CNPJ 03.447.242/0001-16).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.018, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 387/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201604590;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Santa Rita, com sede na Estrada Real km 2, s/n, Bairro Rodovia, no Município de Conselheiro Lafaiete, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Entidade Mantenedora de Ensino - Santa Rita Ltda. (CNPJ 02.048.276/0001-75).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.019, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 459/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201709126;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade São Tomás de Aquino de Nova Lima (FACTAN), a ser instalada na Rua da Paisagem, nº 240, Bairro Vale do Sereno, no Município de Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, mantida pela AE Assessoria Educacional Ltda. - ME (CNPJ 05.577.310/0001-97).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.020, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 456/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201610003;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Positivo Joinville, a ser instalada na Rua Paulo Fischer, nº 158, Bairro Atiradores, no Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, mantida pelo Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. (CNPJ 78.791.712/0001-63).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.021, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 418/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 20072759;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Salesiana de Santa Teresa (IESPAN), com sede na Rua Dom Aquino, nº 1.119, Centro, no Município de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, mantida pela Missão Salesiana de Mato Grosso (CNPJ 03.226.149/0001-81).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.022, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 457/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201610634;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Internacional de Evolução Profissional (FIEP), a ser instalada na Rua Santa Bárbara, nº 5, Bairro Piatã, no Município de Salvador, no Estado da Bahia, mantida pelo CIEP - Centro Internacional de Evolução Profissional e Pessoal Ltda. (CNPJ 21.807.774/0001-07).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 9º, § 2º, alínea "c", da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995; na Lei 13.005, de 25 de junho de 2014; no Regimento do Conselho Nacional de Educação, aprovado pela Portaria MEC nº 1.306, de 2 de setembro de 1999; e com fundamento no Parecer CNE/CP nº 7, de 3 de julho de 2018, homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação, publicado no Diário Oficial do União de 3 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar o prazo, previsto no Art. 22, da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 22. Os cursos de formação de professores, que se encontram em funcionamento, deverão se adaptar a esta Resolução no prazo improrrogável de 4 (quatro) anos, a contar da data de sua publicação.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CNE/CP nº 1, de 9 de agosto de 2017, e demais disposições em contrário.

EDUARDO DESCHAMPS

Ministério da Fazenda

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado;

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião;

3) O julgamento do Processo nº 10183.902177/2013-28 (item 7) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 8 a 18. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 8 a 18, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 13884.901741/2014-67 (item 19) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 20 a 33. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 20 a 33, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10283.900863/2009-50 (item 34) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 35 a 38. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 35 a 38, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10783.902124/2009-61 (item 39) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 40 a 44. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 40 a 44, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 10880.925294/2009-16 (item 45) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 46 a 57. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 46 a 57, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

8) O julgamento do Processo nº 10783.911556/2009-63 (item 58) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 59 a 65. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 59 a 65, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 1: Outras receitas/despesas, Lucro Arbitrado, Omissão de receitas, Custos, despesas operacionais e encargos, Per/Dcomp e Outros.

Relator(a): EVA MARIA LOS

1 - Processo nº: 13971.724163/2014-50 - Recorrente: D & D ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 19515.721133/2014-55 - Recorrente: PAYTEC TECNOLOGIA EM PAGAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

3 - Processo nº: 10580.720975/2007-11 - Recorrente: PROMO VENDAS VALJUR LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

4 - Processo nº: 13227.720169/2008-32 - Recorrente: C. STEVANELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

5 - Processo nº: 16682.722315/2016-95 - Recorrentes: DELTA CONSTRUCOES S.A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

6 - Processo nº: 10380.725302/2010-09 - Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

7 - Processo nº: 10183.902177/2013-28 - Recorrente: CAB PONTES E LACERDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

8 - Processo nº: 10183.902167/2013-92 - Recorrente: CAB PONTES E LACERDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10183.902168/2013-37 - Recorrente: CAB PONTES E LACERDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10183.902169/2013-81 - Recorrente: CAB PONTES E LACERDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10183.902170/2013-14 - Recorrente: CAB PONTES E LACERDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10183.902171/2013-51 - Recorrente: CAB PONTES E LACERDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10183.902172/2013-03 - Recorrente: CAB PONTES E LACERDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10183.902173/2013-40 - Recorrente: CAB PONTES E LACERDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10183.902174/2013-94 - Recorrente: CAB PONTES E LACERDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10183.902175/2013-39 - Recorrente: CAB PONTES E LACERDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10183.902176/2013-83 - Recorrente: CAB PONTES E LACERDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10183.902178/2013-72 - Recorrente: CAB PONTES E LACERDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

19 - Processo nº: 13884.901741/2014-67 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

20 - Processo nº: 13884.901742/2014-10 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 13884.901743/2014-56 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 13884.901744/2014-09 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 13884.901745/2014-45 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 13884.901746/2014-90 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 13884.901747/2014-34 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 13884.901748/2014-89 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 13884.901749/2014-23 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 13884.901750/2014-58 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 13884.901751/2014-01 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 13884.901752/2014-47 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 13884.901753/2014-91 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 13884.901754/2014-36 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 13884.901755/2014-81 - Recorrente: CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

34 - Processo nº: 10283.900863/2009-50 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

35 - Processo nº: 10283.901682/2009-41 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10283.901683/2009-95 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10283.901684/2009-30 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10283.901685/2009-84 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

39 - Processo nº: 10783.902124/2009-61 - Recorrente: CISA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

40 - Processo nº: 10783.902125/2009-14 - Recorrente: CISA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10783.905569/2010-37 - Recorrente: CISA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10783.905570/2010-61 - Recorrente: CISA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10783.910784/2009-16 - Recorrente: CISA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10783.910785/2009-61 - Recorrente: CISA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

45 - Processo nº: 10880.925294/2009-16 - Recorrente: TRANS MERCANTILE REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

46 - Processo nº: 10880.925295/2009-61 - Recorrente: TRANS MERCANTILE REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10880.925296/2009-13 - Recorrente: TRANS MERCANTILE REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10880.949068/2009-21 - Recorrente: TRANS MERCANTILE REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10880.977984/2009-51 - Recorrente: TRANS MERCANTILE REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10880.977985/2009-03 - Recorrente: TRANS MERCANTILE REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10880.977986/2009-40 - Recorrente: TRANS MERCANTILE REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10880.979463/2009-38 - Recorrente: TRANS MERCANTILE REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10880.979464/2009-82 - Recorrente: TRANS MERCANTILE REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10880.979465/2009-27 - Recorrente: TRANS MERCANTILE REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10880.979466/2009-71 - Recorrente: TRANS MERCANTILE REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10880.979467/2009-16 - Recorrente: TRANS MERCANTILE REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

57 - Processo nº: 10880.979468/2009-61 - Recorrente: TRANS MERCANTILE REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

58 - Processo nº: 10783.911556/2009-63 - Recorrente: CHAMPAGNAT PRAIA HOTEL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

59 - Processo nº: 10783.911557/2009-16 - Recorrente: CHAMPAGNAT PRAIA HOTEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10783.911558/2009-52 - Recorrente: CHAMPAGNAT PRAIA HOTEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10783.911559/2009-05 - Recorrente: CHAMPAGNAT PRAIA HOTEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10783.911560/2009-21 - Recorrente: CHAMPAGNAT PRAIA HOTEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10783.912359/2009-61 - Recorrente: CHAMPAGNAT PRAIA HOTEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10783.912935/2009-71 - Recorrente: CHAMPAGNAT PRAIA HOTEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10783.912936/2009-15 - Recorrente: CHAMPAGNAT PRAIA HOTEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 2: Depósitos bancários de origem não comprovada, Per/Dcomp, Omissão de receitas e Outros.

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

66 - Processo nº: 10480.720158/2010-88 - Recorrente: PAPERPLAY LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 12448.737224/2011-61 - Recorrente: PARKIMOVEIS CONSTRUCOES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 19515.000100/2011-25 - Recorrente: NOVA BOIART COMERCIO E ENTREPOSTO DE CARNES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 19515.000107/2011-47 - Recorrente: RIXA COMERCIO DE METAIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

70 - Processo nº: 11516.002449/2006-12 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.

71 - Processo nº: 14120.720023/2015-77 - Recorrente: PROTECO CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 14098.720032/2017-54 - Recorrente: CICC PARTICIPACOES S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

73 - Processo nº: 15983.720217/2016-66 - Recorrente: U T C ENGENHARIA S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 3: Decadência/prescrição, Preço de transferência e Diversos.

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

74 - Processo nº: 13821.000132/2009-66 - Recorrente: PEDREIRA TRES IRMAOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

75 - Processo nº: 10803.720085/2011-15 - Recorrentes: EXPERTISE COMUNICACAO TOTAL LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

76 - Processo nº: 10675.721881/2014-21 - Recorrente: MDA COMERCIO E REPRESENTACAO DE METAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

77 - Processo nº: 10950.723660/2016-52 - Recorrentes: ORIGINAL INDUSTRIA COMERCIO NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA - ME e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

78 - Processo nº: 10872.720061/2014-95 - Recorrente: KAISTUDO DISTRIBUIDOR VAREJISTA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 10882.720134/2014-20 - Recorrente: SAFRA COMERCIAL DE PAPEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 19515.721150/2015-73 - Recorrente: GRANOBRAS COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

81 - Processo nº: 13973.000950/2009-25 - Recorrente: BELUNO INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 16643.720048/2014-16 - Recorrente: LABORATORIOS PFIZER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

83 - Processo nº: 16682.722364/2016-28 - Recorrente: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

84 - Processo nº: 16095.720092/2016-41 - Recorrentes: M.P.F. NOVA UNIAO ALIMENTOS EIRELI e FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 4: Omissão de receitas, Lucro Presumido e Outros

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

85 - Processo nº: 10314.728016/2015-95 - Recorrente: AVON INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

86 - Processo nº: 19311.720066/2015-29 - Recorrente: DEMAC PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

87 - Processo nº: 10882.721096/2012-61 - Recorrente: FUNDICAO BALANCINS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

88 - Processo nº: 13227.720070/2007-50 - Recorrentes: GUAPORE CONSTRUCOES & TERRAPLENAGENS LTDA e FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 10314.729356/2014-52 - Recorrente: CORSET ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 10980.720927/2016-01 - Recorrente: AGNES TRABALHO TEMPORARIO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

91 - Processo nº: 13830.001682/2006-41 - Recorrente: CENTER CARNES DE MARILIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 10872.720066/2015-07 - Recorrente: LM METAL EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 10825.722772/2015-41 - Recorrente: DMR REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

94 - Processo nº: 16024.720004/2017-26 - Recorrente: METSO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 5: Preço de transferência, Per/Dcomp e Diversos

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

95 - Processo nº: 16643.720054/2013-92 - Recorrente: WYETH INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 16643.720045/2014-82 - Recorrente: WYETH INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

97 - Processo nº: 16561.720123/2016-11 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 14367.720001/2013-52 - Recorrente: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 16561.720132/2016-10 - Recorrente: CUMMINS BRASIL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 10283.724684/2015-58 - Recorrente: MICROSOFT MOBILE TECNOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

101 - Processo nº: 16327.900856/2017-91 - Recorrente: BANCO BRADESCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

102 - Processo nº: 10070.000349/00-17 - Recorrente: KINROSS PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

103 - Processo nº: 11634.720107/2016-11 - Recorrente: DOM JUAN CONFECCOES - EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

104 - Processo nº: 19515.000231/2009-98 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 6: Outras receitas/despesas, Operações societárias, Omissão de receitas e Outros.

Relator(a): EVA MARIA LOS

105 - Processo nº: 10980.724631/2010-65 - Recorrentes: POSITIVO TECNOLOGIA S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

106 - Processo nº: 10380.730096/2017-17 - Recorrente: GRANDE MOINHO CEARENSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

107 - Processo nº: 10380.730186/2016-27 - Recorrente: NORSA REFRIGERANTES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 16682.720205/2017-70 - Recorrente: TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GAS S.A. - TAG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 13116.720657/2016-15 - Recorrente: LABORATORIO TEUTO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 10380.729682/2015-57 - Recorrente: VULCABRAS AZALEIA - CE, CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

111 - Processo nº: 10469.721371/2017-31 - Recorrente: COMPANHIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE COSERN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

112 - Processo nº: 19515.720786/2016-89 - Recorrentes: NIAZI CHOHFI ARTEFATOS TEXTEIS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 12448.729714/2016-07 - Recorrente: EDITORA RIO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 16327.720173/2017-51 - Recorrente: CLUB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10650.721602/2013-26 - Recorrentes: ANFIBIA - INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS - EIRELI e FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado; e

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 19 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: Omissão de Receitas, Lucro Presumido e Outros

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

1 - Processo nº: 11516.720969/2016-82 - Recorrente: ORLEPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10872.720361/2016-36 - Recorrente: AMERICAS BARRA RIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

3 - Processo nº: 13851.001380/2005-43 - Recorrente: MARCHESAN IMPLEMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS TATU S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

4 - Processo nº: 16095.720145/2015-43 - Recorrentes: PURATOS BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 18470.727465/2016-14 - Recorrentes: LUPATECH - PERFURACAO E COMPLETACAO LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

6 - Processo nº: 16561.000152/2007-71 - Embargante: BRASKEM PETROQUIMICA LTDA

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

7 - Processo nº: 15540.720162/2017-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SILBERFORD 2004 CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA

TEMA 2: Depósitos bancários de origem não comprovada

8 - Processo nº: 10240.000614/2009-69 - Recorrente: RONDOFORMS INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 19515.001717/2009-43 - Recorrente: REZENDE E ISIDORO ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

10 - Processo nº: 11516.005532/2009-96 - Recorrente: RNT TRANSPORTES LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 19647.008791/2005-61 - Recorrente: SHOCK ENERGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIA 19 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: Depósitos bancários de origem não comprovada
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
12 - Processo nº: 10280.001030/2007-72 - Recorrente: SYSDATA SISTEMAS INTEGRADOS LTDA-EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 19515.001574/2008-99 - Recorrente: TONTYS CAR AUTOMOVEIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 12897.000379/2009-36 - Recorrente: SHOPPING 303 STUDIO MODAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10218.000361/2010-44 - Recorrente: SUDEL INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 19515.002966/2010-90 - Recorrente: TRANS-ROBERTO TRANSPORTADORA COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
Tema 4: Custos, despesas operacionais e encargos e Apuração Reflexa
17 - Processo nº: 16327.720841/2016-60 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
18 - Processo nº: 10480.730417/2016-74 - Recorrentes: HIPERCARD BANCO MULTIPLO S.A. e FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 19515.720509/2015-95 - Recorrente: ISA CAPITAL DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
20 - Processo nº: 10865.720921/2015-61 - Recorrentes: ABENGOA BIOENERGIA AGROINDUSTRIA LTDA e FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 11634.720489/2016-75 - Recorrente: PVC BRAZIL INDUSTRIA DE TUBOS E CONEXOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção

3ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado;

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião;

3) O julgamento do Processo nº 13005.901308/2009-12 (item 32) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 33 a 42. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 33 a 42, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 10882.900412/2008-82 (item 45) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 46 a 53. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 46 a 53, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

5) O julgamento do Processo nº 10469.901675/2010-12 (item 58) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 59 a 62. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 59 a 62, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 1: RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
1 - Processo nº: 19396.720052/2013-51 - Recorrente: SUPERIOR ENERGY SERVICES - SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
2 - Processo nº: 16095.720134/2015-63 - Embargante: RINALDO SUMI, PAULO FERNANDES SILVA, MÁRCIO PAULO BAUM e DAKHIA IND. E COM. DE TERMOPLÁSTICOS LTDA. (Responsáveis pelo crédito tributário constituído em face de Cotermo Comercial de Termoplásticos Ltda.)
3 - Processo nº: 16561.720183/2015-52 - Recorrentes: FIBRIA CELULOSE S/A e FAZENDA NACIONAL
Tema 2: LUCROS NO EXTERIOR
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
4 - Processo nº: 16561.720158/2013-15 - Recorrentes: ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S/A e FAZENDA NACIONAL
Tema 3: APURAÇÃO INCORRETA
Relator(a): NELSO KICHEL
5 - Processo nº: 10680.012762/2008-66 - Recorrente: USINA HIDRELETRICA GUILMAN-AMORIM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
6 - Processo nº: 13808.003035/98-25 - Recorrente: UNITEC UNIDADE TECNICA DE ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
7 - Processo nº: 18471.001976/2004-51 - Recorrente: POSTO DE GASOLINA CENTRAL DA ABOLICAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 4: SIMULAÇÃO EM PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
8 - Processo nº: 10120.720015/2017-31 - Recorrente: TRANSPORTADORA BRASIL CENTRAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
9 - Processo nº: 11516.002700/2010-25 - Recorrente: ESTALEIRO SCHAEFER YACHTS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 5: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
10 - Processo nº: 13855.723469/2011-72 - Recorrente: ALCIDES DONIZETI BINHARDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
11 - Processo nº: 19515.720561/2016-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMERCIAL DE MODAS E TEXTIL TENDER FASHION LTDA.
Tema 6: SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
12 - Processo nº: 15586.720191/2014-77 - Recorrente: PARAGON OFFSHORE DRILLING DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 7: COFINS - BASE DE CÁLCULO
Relator(a): CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
13 - Processo nº: 13971.001629/2004-73 - Recorrente: BLUCARGO TRANSPORTES NAC. E INT. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 8: SOCIEDADES COOPERATIVAS
Relator(a): NELSO KICHEL
14 - Processo nº: 10830.726440/2015-66 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUARIOS DO SISTEMA DE SAUDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 9: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
15 - Processo nº: 15586.000264/2006-09 - Recorrentes: TROP COMPANHIA DE COMERCIO EXTERIOR e FAZENDA NACIONAL
Tema 10: EXCLUSÃO DO SIMPLES
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
16 - Processo nº: 13855.723431/2011-08 - Recorrente: ALCIDES DONIZETI BINHARDI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 11080.723731/2016-76 - Recorrente: BLUE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 11: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
18 - Processo nº: 10314.728430/2014-13 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10314.728429/2014-99 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
20 - Processo nº: 19515.722639/2012-10 - Recorrente: SIEMENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
21 - Processo nº: 10805.723349/2013-34 - Recorrente: PROTEGE S/A PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 12: PAGAMENTOS SEM CAUSA
Relator(a): CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
22 - Processo nº: 19515.721199/2015-26 - Recorrente: E B - ALIMENTACAO ESCOLAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 13: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
23 - Processo nº: 10073.721442/2013-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INCOPEC INDUSTRIA MECANICA LTDA - ME
24 - Processo nº: 19515.721663/2013-12 - Recorrente: LANCHONETE NOSSO LANCHE LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 14: AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO
Relator(a): CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
25 - Processo nº: 16561.720083/2014-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A.
26 - Processo nº: 16561.720192/2012-09 - Recorrente: TILIBRA PRODUTOS DE PAPELARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 15: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
27 - Processo nº: 19515.720121/2014-11 - Recorrente: SUPERMERCADO E PADARIA ALBUQUERKES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 19515.720122/2014-58 - Recorrente: SUPERMERCADO RAFAESK LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 19515.723066/2013-22 - Recorrente: RESTAURANTE E LANCHONETE ITAPETININKA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 16: OUTRAS RECEITAS
Relator(a): NELSO KICHEL
30 - Processo nº: 10872.000053/2010-03 - Recorrentes: ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A e FAZENDA NACIONAL
Tema 17: MULTAS ISOLADAS
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
31 - Processo nº: 13896.721727/2014-42 - Recorrente: VENBO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 18: PER/DCOMP
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
32 - Processo nº: 13005.901308/2009-12 - Recorrente: AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
33 - Processo nº: 13005.901309/2009-67 - Recorrente: AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13005.901310/2009-91 - Recorrente: AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13005.901529/2009-91 - Recorrente: AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13005.901530/2009-15 - Recorrente: AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 13005.901531/2009-60 - Recorrente: AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 13005.901532/2009-12 - Recorrente: AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 13005.901533/2009-59 - Recorrente: AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13005.901534/2009-01 - Recorrente: AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13005.903134/2009-22 - Recorrente: AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13005.907073/2009-72 - Recorrente: AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
43 - Processo nº: 10166.902029/2017-45 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10580.007872/97-93 - Recorrente: XEROX DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
45 - Processo nº: 10882.900412/2008-82 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
46 - Processo nº: 10882.900320/2008-01 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

47 - Processo nº: 10882.900844/2008-93 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10882.900848/2008-71 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10882.900859/2008-51 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10882.900862/2008-75 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10882.900863/2008-10 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10882.900866/2008-53 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10882.900867/2008-06 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NELSO KICHEL

54 - Processo nº: 10880.923906/2010-70 - Recorrente: AES TRANSGAS EMPREENDIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 19: EXCLUSÃO DO SIMPLES

Relator(a): CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

55 - Processo nº: 10835.003964/2008-14 - Recorrente: ORGANIZACAO DE ENSINO ANA MARIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

56 - Processo nº: 10830.003499/2003-49 - Recorrente: GRANADIER NETO COMERCIO E MANUTENCAO DE ESTUFAS AGRICOLAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

57 - Processo nº: 10935.720431/2015-93 - Recorrente: ECO - FARMAS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 13:00 HORAS

Tema 20: PER/DCOMP

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

58 - Processo nº: 10469.901675/2010-12 - Recorrente: CLINICA DE RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

59 - Processo nº: 10469.901676/2010-59 - Recorrente: CLINICA DE RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10469.901677/2010-01 - Recorrente: CLINICA DE RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10469.902399/2010-00 - Recorrente: CLINICA DE RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10469.902400/2010-98 - Recorrente: CLINICA DE RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado;

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião;

3) O julgamento do Processo nº 10880.694658/2009-19 (item 40) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 41 a 48. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 41 a 48, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 13888.901127/2015-46 (item 49) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 50 a 61. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 50 a 61, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 13851.900891/2009-73 (item 62) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 63 a 77. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 63 a 77, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10880.905520/2016-71 (item 78) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 79 a 87. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 79 a 87, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

7) O julgamento do Processo nº 10680.913812/2012-19 (item 88) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 89 a 101. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 89 a 101, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

1 - Processo nº: 16643.720059/2013-15 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

2 - Processo nº: 16327.720623/2016-25 - Recorrente: BANCO BRADESCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): MARIA LUCIA MICELI

3 - Processo nº: 10805.722021/2014-81 - Recorrente: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

4 - Processo nº: 10183.720913/2013-21 - Recorrentes: GUANABARA AGRICOLA LTDA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 3: RETORNOS DE PAUTA DIVERSOS

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

5 - Processo nº: 16643.000041/2009-17 - Recorrente: FLINT INK DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

6 - Processo nº: 13896.723822/2015-61 - Recorrentes: EIT EMPRESA INDUSTRIAL TECNICA SA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

7 - Processo nº: 10183.727555/2015-40 - Embargante: GERCIO MARCELINO MENDONCA JUNIOR

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

8 - Processo nº: 19515.720556/2016-10 - Recorrentes: L.A.F. DO BRASIL INDUSTRIA DE CABOS E FIOS GRANULADOS EIRELI e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

9 - Processo nº: 10880.903155/2009-31 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

10 - Processo nº: 19515.000597/2006-14 - Recorrente: TOTVS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

11 - Processo nº: 10314.722715/2016-11 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 19515.001156/2008-00 - Embargante: RAIA S.A.

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

13 - Processo nº: 19515.003432/2004-32 - Recorrente: GREIF EMBALAGENS INDS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARIA LUCIA MICELI

14 - Processo nº: 13116.722565/2015-81 - Recorrente: EMBALO EMBALAGENS LOGICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: IRRF SOBRE PAGAMENTOS A BENEFICIÁRIOS NÃO IDENTIFICADOS

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

15 - Processo nº: 10380.726785/2015-65 - Recorrente: OBOE DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 16095.720120/2014-69 - Recorrente: TRANSPORTADORA BELMOK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 6: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

17 - Processo nº: 16682.722573/2016-71 - Recorrente: GE CELMA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10980.720341/2017-19 - Recorrente: TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 7: DIVERSOS

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

19 - Processo nº: 10380.723251/2012-34 - Recorrentes: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

20 - Processo nº: 16682.722774/2016-79 - Recorrentes: COSAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

21 - Processo nº: 11516.724228/2013-28 - Recorrente: FERRAZ DE ANDRADE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

22 - Processo nº: 10580.725201/2015-88 - Recorrente: ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL PIERRE BOURDIEU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 8: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

23 - Processo nº: 10380.011778/2005-93 - Embargante: VICUNHA TEXTIL S/A.

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

24 - Processo nº: 10865.003247/2010-41 - Recorrente: COMERCIO DE CONDIMENTOS PERMEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10865.003248/2010-96 - Recorrente: COMERCIO DE CONDIMENTOS PERMEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

26 - Processo nº: 19515.721124/2015-45 - Recorrente: PLATINA GESTAO DE NEGOCIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

27 - Processo: 11634.000660/2006-54 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA/ PR e Embargada: 1ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes (Interessados: FAZENDA NACIONAL e NIVEL A COMERCIAL DE VEICULOS LTDA)

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

28 - Processo nº: 16004.720566/2012-01 - Recorrente: LANCE CONSULTORIA EMPREENDIMENTOS E GESTAO DE ATIVOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 16004.720241/2014-82 - Recorrente: LANCE CONSULTORIA EMPREENDIMENTOS E GESTAO DE ATIVOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 16004.720220/2016-29 - Recorrente: LANCE CONSULTORIA EMPREENDIMENTOS E GESTAO DE ATIVOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

31 - Processo nº: 10183.001735/94-11 - Recorrente: MURICI COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10980.007684/90-77 - Recorrente: BELPAR DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

33 - Processo nº: 15586.000001/2011-59 - Recorrente: DICAUTO-DISTRIBUIDORA CAPIXABA DE AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

34 - Processo nº: 16306.000185/2010-38 - Recorrente: FNC COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

35 - Processo nº: 16306.000184/2010-93 - Recorrente: FNC COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10880.900390/2011-76 - Recorrente: FNC COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10880.900391/2011-11 - Recorrente: FNC COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): MARIA LUCIA MICELI
38 - Processo nº: 16692.721045/2014-14 - Recorrente: LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 16692.721046/2014-69 - Recorrente: LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
40 - Processo nº: 10880.694658/2009-19 - Recorrente: PLAYLAND ENTRETENIMENTO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
41 - Processo nº: 10880.694654/2009-22 - Recorrente: PLAYLAND ENTRETENIMENTO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10880.694655/2009-77 - Recorrente: PLAYLAND ENTRETENIMENTO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10880.694656/2009-11 - Recorrente: PLAYLAND ENTRETENIMENTO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10880.694657/2009-66 - Recorrente: PLAYLAND ENTRETENIMENTO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10880.694659/2009-55 - Recorrente: PLAYLAND ENTRETENIMENTO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10880.694660/2009-80 - Recorrente: PLAYLAND ENTRETENIMENTO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10880.694661/2009-24 - Recorrente: PLAYLAND ENTRETENIMENTO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10880.694662/2009-79 - Recorrente: PLAYLAND ENTRETENIMENTO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA LUCIA MICELI
49 - Processo nº: 13888.901127/2015-46 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
50 - Processo nº: 13888.901128/2015-91 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13888.901129/2015-35 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13888.901130/2015-60 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13888.901131/2015-12 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13888.901132/2015-59 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13888.901133/2015-01 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13888.901134/2015-48 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13888.901135/2015-92 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13888.901136/2015-37 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13888.901137/2015-81 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13888.901138/2015-26 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13888.901139/2015-71 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO
62 - Processo nº: 13851.900891/2009-73 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
63 - Processo nº: 13851.900890/2009-29 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13851.900902/2009-15 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13851.900913/2009-03 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13851.900918/2009-28 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13851.900919/2009-72 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13851.901234/2009-43 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13851.901236/2009-32 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13851.901237/2009-87 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13851.901239/2009-76 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13851.901240/2009-09 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13851.901241/2009-45 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 13851.901243/2009-34 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13851.901244/2009-89 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13851.901245/2009-23 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13851.901248/2009-67 - Recorrente: LET'S RENT A CAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
78 - Processo nº: 10880.905520/2016-71 - Recorrente: CLINICA E CIRURGIA DERMATOLOGICA DRA. SHIRLEI SCHNAIDER BORELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
79 - Processo nº: 10880.905521/2016-16 - Recorrente: CLINICA E CIRURGIA DERMATOLOGICA DRA. SHIRLEI SCHNAIDER BORELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10880.951076/2015-85 - Recorrente: CLINICA E CIRURGIA DERMATOLOGICA DRA. SHIRLEI SCHNAIDER BORELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10880.951077/2015-20 - Recorrente: CLINICA E CIRURGIA DERMATOLOGICA DRA. SHIRLEI SCHNAIDER BORELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10880.951078/2015-74 - Recorrente: CLINICA E CIRURGIA DERMATOLOGICA DRA. SHIRLEI SCHNAIDER BORELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10880.951079/2015-19 - Recorrente: CLINICA E CIRURGIA DERMATOLOGICA DRA. SHIRLEI SCHNAIDER BORELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10880.951080/2015-43 - Recorrente: CLINICA E CIRURGIA DERMATOLOGICA DRA. SHIRLEI SCHNAIDER BORELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10880.951081/2015-98 - Recorrente: CLINICA E CIRURGIA DERMATOLOGICA DRA. SHIRLEI SCHNAIDER BORELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10880.951082/2015-32 - Recorrente: CLINICA E CIRURGIA DERMATOLOGICA DRA. SHIRLEI SCHNAIDER BORELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10880.951083/2015-87 - Recorrente: CLINICA E CIRURGIA DERMATOLOGICA DRA. SHIRLEI SCHNAIDER BORELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
88 - Processo nº: 10680.913812/2012-19 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
89 - Processo nº: 10680.913813/2012-55 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10680.913814/2012-08 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10680.913815/2012-44 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10680.913816/2012-99 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10680.913817/2012-33 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10680.913818/2012-88 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10680.913819/2012-22 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10680.913820/2012-57 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10680.913821/2012-00 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10680.913822/2012-46 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10680.913823/2012-91 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10680.913824/2012-35 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10680.913825/2012-80 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 10: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
102 - Processo nº: 13811.000931/99-91 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
103 - Processo nº: 11610.011972/2006-61 - Recorrente: ALCATEL-LUCENT BRASIL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
104 - Processo nº: 10166.902028/2017-09 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
105 - Processo nº: 10980.004733/2008-46 - Recorrente: PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO
106 - Processo nº: 13819.001595/2004-80 - Recorrente: NHA BENTA INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
107 - Processo nº: 10380.015198/00-16 - Recorrente: R FURLANI ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO
108 - Processo nº: 10880.934220/2009-71 - Recorrente: NEOCODE - PATOLOGIA CIRURGICA E BIOLOGIA MOLECULAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção

4ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.
OBSERVAÇÕES:
1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.
2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.
3) O julgamento do Processo nº 10880.966944/2009-83 (item 44) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 45 a 49. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 45 a 49, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 1: VISTAS E RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
1 - Processo nº: 10283.723448/2016-03 - Recorrente: SONY PLASTICOS DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
2 - Processo nº: 11610.001436/2003-13 - Embargante: TELEFONICA BRASIL S.A.
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
3 - Processo nº: 16682.723001/2015-29 - Recorrentes: VALE S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
4 - Processo nº: 16561.720193/2012-45 - Recorrentes: DU PONT DO BRASIL S A e FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 2: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
5 - Processo nº: 16561.720065/2013-82 - Recorrentes: INTERCEMENT BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
6 - Processo nº: 10880.720246/2013-10 - Recorrentes: INTERCEMENT BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tema 3: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
7 - Processo nº: 11080.005087/2006-89 - Recorrente: KAROA ADMINISTRADORA DE EVENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
8 - Processo nº: 16561.720178/2014-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CATERPILLAR BRASIL LTDA
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
9 - Processo nº: 11516.723632/2014-65 - Recorrente: FONTANELLA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 4: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
10 - Processo nº: 16643.000277/2010-97 - Recorrente: EATON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 16561.000038/2007-41 - Recorrente: EATON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 5: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
12 - Processo nº: 10980.725225/2017-96 - Recorrente: O. V. D. IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 6: CONHECIMENTO
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
13 - Processo nº: 16561.720101/2011-46 - Embargante: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
14 - Processo nº: 18471.001957/2007-77 - Recorrente: ALCICLA INDUSTRIA E COMERCIO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
15 - Processo nº: 10880.908400/2013-83 - Embargante: RUMO MALHA PAULISTA S.A.
Tema 7: ART. 61 DA LEI Nº 8.981/95
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
16 - Processo nº: 13896.720472/2015-81 - Recorrente: CONSTRAN S/A - CONSTRUCOES E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 8: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
17 - Processo nº: 10280.722877/2009-56 - Recorrente: KC EMPREENDIMENTOS ASSOCIADOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
18 - Processo nº: 15504.723471/2017-42 - Recorrentes: PAZ ADMINISTRADORA DE ATIVOS S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
19 - Processo nº: 19515.002732/2009-17 - Recorrentes: EMPRESA BRASILEIRA DO HAMBURGUER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME e FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 9: OUTROS AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
20 - Processo nº: 10314.728567/2014-78 - Recorrente: ECTX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10314.728868/2014-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ECTX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Tema 10: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
22 - Processo nº: 10183.005478/2002-59 - Recorrente: CONSTRUTORA CAMILLOTTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 11: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
23 - Processo nº: 16151.720094/2017-08 - Recorrente: COMERCIAL ZENA MOVEIS - SOCIEDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 16004.720074/2013-99 - Recorrente: COMERCIAL ZENA MOVEIS - SOCIEDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 18471.001832/2006-66 - Recorrente: EDUARDO JOSE RAPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 12: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
26 - Processo nº: 10980.001682/2005-58 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: J W W SERVICOS DE CONCRETO LTDA
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
27 - Processo nº: 16561.720188/2015-85 - Recorrentes: ANNA MARIA CAPELLA MANTEGAZZA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
28 - Processo nº: 11080.730745/2014-84 - Recorrente: PERTO S A PERIFERICOS PARA AUTOMACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10980.723869/2016-69 - Recorrente: FURUKAWA ELECTRIC LATAM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 13: FALTA DE RETENÇÃO/RECOLHIMENTO
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
30 - Processo nº: 15868.720030/2017-60 - Recorrente: CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 13: PER/DCOMP
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
31 - Processo nº: 16327.906328/2010-79 - Embargante: BANCO ABN AMRO REAL S.A.
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
32 - Processo nº: 11080.915322/2012-71 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 11080.915326/2012-59 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 11080.915323/2012-15 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 11080.915321/2012-26 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 11080.917014/2012-80 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 11080.915324/2012-60 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 11080.915327/2012-01 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11080.915320/2012-81 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11080.915325/2012-12 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
41 - Processo nº: 16327.901181/2017-05 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 16327.901180/2017-52 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
43 - Processo nº: 10805.722394/2011-18 - Recorrente: VIA VAREJO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
44 - Processo nº: 10880.966944/2009-83 - Recorrente: DIAGNOSTIKA-UNIDADE DIAGNOSTICA EM PATOLOGIA CIRURGICA E CITOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
45 - Processo nº: 10880.687422/2009-18 - Recorrente: DIAGNOSTIKA-UNIDADE DIAGNOSTICA EM PATOLOGIA CIRURGICA E CITOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10880.973568/2009-83 - Recorrente: DIAGNOSTIKA-UNIDADE DIAGNOSTICA EM PATOLOGIA CIRURGICA E CITOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10880.978966/2009-96 - Recorrente: DIAGNOSTIKA-UNIDADE DIAGNOSTICA EM PATOLOGIA CIRURGICA E CITOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10880.985209/2009-79 - Recorrente: DIAGNOSTIKA-UNIDADE DIAGNOSTICA EM PATOLOGIA CIRURGICA E CITOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10880.991319/2009-70 - Recorrente: DIAGNOSTIKA-UNIDADE DIAGNOSTICA EM PATOLOGIA CIRURGICA E CITOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 14: PER/DCOMP
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
50 - Processo nº: 13971.915974/2011-15 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO AUXILIADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13971.915975/2011-60 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO AUXILIADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
52 - Processo nº: 10875.005075/2003-01 - Recorrente: PAUPEDRA PEDREIRAS PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 15: OUTROS
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
53 - Processo nº: 15868.000251/2009-16 - Recorrente: BMA BIRIGUI MANUTENCAO DE AERONAVES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
54 - Processo nº: 13971.722241/2013-09 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: Z SECURITIZADORA S/A
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
55 - Processo nº: 10803.720238/2013-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RITA CASSIA BRANDAO VILELA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
56 - Processo nº: 19515.002715/2006-29 - Recorrente: KIMBERLY-CLARK KENKO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado;

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião;

3) Será submetida ao colegiado proposta do Presidente da Turma, Dr. Paulo Mateus Ciccone, de retificação da ata da sessão de Abril de 2018, relativa ao processo 10830.900582/2006-19;

4) Será submetida ao colegiado proposta do Presidente da Turma, Dr. Paulo Mateus Ciccone, de retificação da ata da sessão de Agosto de 2018, relativa aos processos 11080.729325/2016-17, 10314.721064/2016-33 e 10380.730014/2014-91;

5) O julgamento do Processo nº 15521.000284/2009-79 (item 34) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 35 a 108. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 35 a 108, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10980.939984/2011-49 (item 109) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 110 a 126. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 110 a 126, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 10283.902485/2009-49 (item 127) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 128 a 140. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 128 a 140, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1 - OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
1 - Processo nº: 10380.720067/2013-13 - Recorrente: TRES CORACOES ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2 - PREÇO DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
2 - Processo nº: 16561.720185/2015-41 - Recorrente: PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3 - CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
3 - Processo nº: 16327.721472/2012-07 - Recorrente: BANCO ITAUCARD S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
4 - Processo nº: 10314.728564/2015-15 - Recorrentes: FIBRIA CELULOSE S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
5 - Processo nº: 16327.721221/2014-86 - Recorrentes: BANCO BRADESCO S.A. e FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TEMA 4 - PER/DCOMP - PAGAMENTO INDEVIDO
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
6 - Processo nº: 13819.000320/2003-48 - Recorrente: EQUIGRAF EQUIPAMENTOS EM FIBERGLASS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 16327.914422/2009-68 - Recorrente: BANCO VOTORANTIM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5 - AJUSTES DO LUCRO LÍQUIDO
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
8 - Processo nº: 10855.722766/2015-36 - Recorrentes: WCR DO BRASIL VEICULACAO E PUBLICIDADE LTDA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 6 - COMPENSAÇÕES
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
9 - Processo nº: 16306.000252/2010-14 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 16692.720058/2013-95 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 16692.720059/2013-30 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 16692.720060/2013-64 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 16692.720061/2013-17 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 16692.721050/2014-27 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
15 - Processo nº: 10880.980819/2011-09 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 7 - OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
16 - Processo nº: 19515.720648/2016-08 - Recorrentes: BRICKELL B FOMENTO S.A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
17 - Processo nº: 11516.720633/2013-77 - Embargante: IZE BRASIL COMERCIO DE IMPORTACOES EIRELI
TEMA 8 - COMPENSAÇÃO - OUTRAS
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
18 - Processo nº: 11080.903666/2014-07 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 11080.908329/2013-17 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 11080.907411/2013-24 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 11080.918667/2011-03 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 11080.901300/2014-95 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 11080.901301/2014-30 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 11080.900860/2016-94 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 9 - COMPENSAÇÃO - SALDO NEGATIVO
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
25 - Processo nº: 10875.005073/2003-11 - Recorrente: PAUPEDRA PEDREIRAS PAVIMENTACOES E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 19679.005878/2005-18 - Recorrente: VOTORANTIM FINANCAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10880.913757/2012-01 - Recorrente: VOTORANTIM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
28 - Processo nº: 16327.904145/2013-61 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10 - TEMAS DIVERSOS
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
29 - Processo nº: 19515.005447/2009-40 - Embargante: AES TIETE ENERGIA S.A.
30 - Processo nº: 16327.001201/2009-28 - Recorrente: SANTANDER S.A. - CORRETORA DE CAMBIO E TITULOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 16327.721471/2012-54 - Embargante: BANCO ITAUCARD S.A.

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 11 - OMISSÃO DE RECEITAS - OUTRAS
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
32 - Processo nº: 19515.004065/2003-11 - Recorrente: FALSI & FALSI COMERCIO DE PECAS DIESEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
33 - Processo: 15586.720127/2014-96 - Embargante: DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e MULTIMEX S/A)

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 12 - REPETITIVOS
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
34 - Processo nº: 15521.000284/2009-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGRICOLA SANTA OLGA LTDA
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
35 - Processo nº: 10166.727384/2012-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CAENGE S.A - CONSTRUCAO ADMINISTRACAO E ENGENHARIA
36 - Processo nº: 10183.004839/2006-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: C.S FRANCO COMERCIO E SERVICOS TEXTEIS LTDA
37 - Processo nº: 10245.003703/2008-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDIANA SILVOPASTORIL LTDA
38 - Processo nº: 10280.720734/2010-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA.
39 - Processo nº: 10283.720441/2006-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CAMARGO FERRAZ AGROPECUARIA E PARTICIPACOES LTDA
40 - Processo nº: 10283.721069/2011-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRAVESSIA EDITORA E LIVRARIA LTDA - ME
41 - Processo nº: 10314.726344/2014-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NET SAO PAULO LTDA
42 - Processo nº: 10320.723398/2014-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIA DE NAVEGACAO NORSUL
43 - Processo nº: 10320.723407/2014-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIA DE NAVEGACAO NORSUL
44 - Processo nº: 10380.722683/2013-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COLONIAL INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA.
45 - Processo nº: 10435.720527/2011-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: J & M COMERCIO, REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA
46 - Processo nº: 10435.721020/2014-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DBA TECIDOS LTDA
47 - Processo nº: 10530.724123/2012-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRAL FARMA COMERCIAL LTDA
48 - Processo nº: 10580.727632/2013-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VENSERVICE MAO DE OBRA E SERVICOS LTDA
49 - Processo nº: 10735.003098/2004-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRIBEL RIO ALIMENTOS LTDA
50 - Processo nº: 10768.010860/2002-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ESSO BRASILEIRA DE PETROLEO LTDA
51 - Processo nº: 10855.725386/2012-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SYLLOS EVENTOS LTDA - EPP
52 - Processo nº: 10880.720159/2013-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RAIZEN ENERGIA S.A
53 - Processo nº: 10932.000605/2009-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TOTALITY VEICULOS BLINDADOS EIRELI
54 - Processo nº: 10932.720142/2012-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LOGSHORE - CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA - ME
55 - Processo nº: 10970.000187/2010-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSPORTE COMERCIO E REPRESENTACOES LIDER LTDA - ME
56 - Processo nº: 11020.002558/2009-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERSHOES - COOPERATIVA DE TRABALHO E INDUSTRIA DE CALCADOS JOANETENSE LTDA
57 - Processo nº: 11080.009385/2002-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA SA
58 - Processo nº: 11080.013278/2008-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PACTUM CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - EPP
59 - Processo nº: 11080.721540/2014-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BAUMGARTEN COMERCIO E INSTALACAO DE SISTEMAS EM DRY WALL-EIRELI - EPP
60 - Processo nº: 11516.002716/2006-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PLASTICOM PLASTICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
61 - Processo nº: 12448.725056/2013-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COLORTEL S A SISTEMAS ELETRONICOS
62 - Processo nº: 12898.000114/2008-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BHERING ADVOGADOS
63 - Processo nº: 12898.000114/2010-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RECAB - REDE CASA DO BISCOITO
64 - Processo nº: 12963.000761/2010-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARMAZENS GERAIS VALPARAISO LTDA. - EPP
65 - Processo nº: 13005.722067/2011-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSPORTES BRASFRIO LTDA
66 - Processo nº: 13502.720019/2012-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMERCIAL CENTRAL DE ESTIVAS LTDA - ME
67 - Processo nº: 13609.000805/2006-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INSIVI-INDUSTRIA SIDERURGICA VIANA LTDA
68 - Processo nº: 13656.000122/2005-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IRMANDADE DO HOSPITAL DA SANTA CASA DE POCOS DE CALDAS
69 - Processo nº: 13864.720117/2012-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WIREX CABLE S.A
70 - Processo nº: 13896.001208/2010-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLEXFACTOR FOMENTO MERCANTIL ASSESSORIA E ADMINISTRACAO LTDA. - ME
71 - Processo nº: 13896.720601/2012-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: OR SERVICE COMERCIO E SERVICOS EM IMAGENS LTDA
72 - Processo nº: 13896.721619/2014-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SONIA MARIZA BRANCO
73 - Processo nº: 13974.720093/2012-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TAF INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA
74 - Processo nº: 15521.000230/2009-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETRO-BRASIL COMERCIO DE OLEOS E DERIVADOS LTDA ME
75 - Processo nº: 15540.720652/2013-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NOVO MAR & SOL COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA. - EPP
76 - Processo nº: 15586.000033/2010-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MENEGATTI COMERCIAL ATACADISTA LTDA
77 - Processo nº: 15586.000271/2009-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BIO-DERMAMED COSMETICOS LTDA
78 - Processo nº: 15586.000739/2008-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: OFFICE MASTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA
79 - Processo nº: 16004.000435/2007-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GV HOLDING SA
80 - Processo nº: 16327.000636/2009-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO ITAU VEICULOS S.A.
81 - Processo nº: 16327.000929/2009-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FINANCEIRA ALFA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
82 - Processo nº: 16327.001401/2006-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALLIANZ SEGUROS S/A
83 - Processo nº: 16327.002646/2003-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.
84 - Processo nº: 16327.002992/2003-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: REAL CAPITALIZACAO S/A
85 - Processo nº: 16403.000153/2007-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IBERKRAFT INDUSTRIA DE PAPEL E CELULOSE LTDA
86 - Processo nº: 16408.000883/2006-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ZARPELLON AGROFLORESTAL S/A
87 - Processo nº: 16682.720228/2010-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DROGARIAS PACHECO S/A
88 - Processo nº: 16832.000419/2009-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DISTRIBUIDORA CAMPO GRANDE ATACADISTA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA. - EPP
89 - Processo nº: 16832.001045/2009-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DISTRIBUIDORA DE RACAO HEROI LTDA - EPP
90 - Processo nº: 17883.000299/2005-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: XAPURI REC NAT RENOV E EXTRATIV LTDA
91 - Processo nº: 18470.728694/2011-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CYRELA RJZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
92 - Processo nº: 18470.732443/2012-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MERCEARIA CRAVO E CANELA DE COPACABANA LTDA
93 - Processo nº: 18471.000680/2007-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES SA
94 - Processo nº: 19396.720086/2013-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE LTDA.
95 - Processo nº: 19515.000206/2009-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TELECOM NET S/A LOGISTICA DIGITAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

96 - Processo nº: 19515.000360/2006-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ELFRAN DISTRIBUIDORA DE CIMENTO LTDA

97 - Processo nº: 19515.000556/2010-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASIL - MODAS E CONFECCOES LTDA.

98 - Processo nº: 19515.000843/2007-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MONTE MOR INDUSTRIA E MONTAGEM DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA.

99 - Processo nº: 19515.001129/2008-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A

100 - Processo nº: 19515.001410/2009-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MSV PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA

101 - Processo nº: 19515.001531/2009-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: C. S. L. COMERCIAL LTDA - EPP

102 - Processo nº: 19515.002178/2009-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VCA VALVULAS IND E CONEXOES LTDA

103 - Processo nº: 19515.003261/2009-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HYUNDAI CAOA DO BRASIL LTDA

104 - Processo nº: 19515.004293/2009-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CLE BRASIL LTDA

105 - Processo nº: 19515.005585/2009-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RESORT TAMBORE EMPREENDIMENTOS LTDA.

106 - Processo nº: 19515.006027/2009-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CURB EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

107 - Processo nº: 19515.720951/2014-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMS COMERCIO DE SISTEMAS DE INFORMATICA E ASSESSORIA DE QUALIDADE DO ATENDIMENTO LTDA

108 - Processo nº: 19515.723018/2012-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUTORA LJA LTDA

Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS

109 - Processo nº: 10980.939984/2011-49 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

110 - Processo nº: 10980.939987/2011-82 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 10980.939988/2011-27 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 10980.939991/2011-41 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 10980.939992/2011-95 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 10980.939993/2011-30 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10980.939994/2011-84 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 10980.939995/2011-29 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo nº: 10980.940001/2011-17 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 10980.940002/2011-61 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo nº: 10980.940005/2011-03 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 10980.940006/2011-40 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo nº: 10980.940007/2011-94 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 10980.940010/2011-16 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 10980.940011/2011-52 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 10980.940012/2011-05 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 10980.940021/2011-98 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 10980.940022/2011-32 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS

127 - Processo nº: 10283.902485/2009-49 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

128 - Processo nº: 10283.902490/2009-51 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 10283.906972/2009-81 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 10283.906973/2009-25 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo nº: 10283.906974/2009-70 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 10283.906975/2009-14 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 10283.906976/2009-69 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo nº: 10283.906977/2009-11 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo nº: 10283.906978/2009-58 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo nº: 10283.906979/2009-01 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo nº: 10283.906980/2009-27 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 10283.906981/2009-71 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo nº: 10283.906982/2009-16 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo nº: 10283.906983/2009-61 - Recorrente: NOVOTEMPO INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO MATEUS CICCONE
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção
Substituto

2ª SEÇÃO

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 23 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FERNANDA MELO LEAL

1 - Processo nº: 11080.723316/2016-12 - Recorrente: RUBI CARDOSO CARLOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10865.000752/2010-34 - Recorrente: SONIA REGINA BERTO NOBREGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 11030.722126/2016-73 - Recorrente: MAXIMINO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 13841.001326/2009-41 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO ARTEN

5 - Processo nº: 12448.926460/2016-65 - Recorrente: REINALDO ARNAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10640.002580/2006-91 - Recorrente: JOAO CARLOS ARANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 11080.005595/2006-67 - Recorrente: ARI COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10280.000565/2007-26 - Recorrente: BELCHIOR SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10680.013654/2005-68 - Recorrente: ROSA SUZY MENDONCA DE MELO FRANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10680.013660/2005-15 - Recorrente: MARIA DAS DORES OLIVEIRA ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 11610.008780/2006-78 - Recorrente: MARCO AURELIO DE CARVALHO TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 13702.000107/2008-58 - Recorrente: JOSE WALTER CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10680.013352/2005-90 - Recorrente: PAULO PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FERNANDA MELO LEAL

14 - Processo nº: 13748.000729/2007-79 - Recorrente: LAERT RODRIGUES GOULART e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 13706.003448/2006-83 - Recorrente: CELIA LEMOS NOGUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 13706.003449/2006-28 - Recorrente: CELIA LEMOS NOGUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 18239.006635/2008-58 - Recorrente: EVALDO DA COSTA CAMPINAS JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 11516.000162/2003-13 - Recorrente: JOAO ANTONIO RAMOS CAMPELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 12448.926465/2016-98 - Recorrente: REINALDO ARNAUD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 13706.002073/2006-34 - Recorrente: ROBERTO BEZERA FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 13706.006815/2008-62 - Recorrente: SARA PLOSK KLAJMAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10730.003520/2005-04 - Recorrente: EDUARDO CARLOS COSTA DE ABREU E SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 13971.000674/2004-19 - Recorrente: RUI EBERT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10835.000684/2004-12 - Recorrente: SILVANA MORELLI AMARAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 13709.002033/2005-81 - Recorrente: CELIO EVARISTO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOSE ALFREDO DUARTE FILHO

26 - Processo nº: 10166.724658/2016-47 - Recorrente: JULIO PEREIRA DE MELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10845.723381/2017-77 - Recorrente: IVETTE CONCILIO ARIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10580.722708/2017-41 - Recorrente: ALIOMAR SOARES LOPES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10840.721867/2016-30 - Recorrente: ROSELY CURY DE MELLO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 11060.720857/2017-16 - Recorrente: MARIA VANIR SANCHES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 13054.720514/2017-58 - Recorrente: CLOVIS GIORDANI BRZEZINSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 11020.721127/2017-09 - Recorrente: GUIDO SERGIO DA ROSA HENTSCHKE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 11065.910342/2013-24 - Recorrente: FLAVIO DA ROSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 11080.721403/2017-16 - Recorrente: NEIDA DOS SANTOS GOULART e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 11080.735806/2012-38 - Recorrente: NELSON EIDT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 13973.720213/2017-52 - Recorrente: ANTONIO CARLOS BARBOSA BISSACOT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 13894.721172/2017-00 - Recorrente: SIMAKO TOKUHARA MIYA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 15504.721195/2013-54 - Recorrente: HUMBERTO SAD CAETANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 17284.720056/2017-02 - Recorrente: ITELVINA ANDRADE VALVERDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 19985.721473/2017-92 - Recorrente: ARIEL SANTOS DE ALBUQUERQUE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 19985.721836/2017-90 - Recorrente: PAULO ROBERTO PEREIRA ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE RICARDO MOREIRA

42 - Processo nº: 11610.720076/2013-16 - Recorrente: PEDRO EDUARDO PAES DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10166.724085/2017-32 - Recorrente: ALTINO ARAUJO VASCONCELLOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10580.720951/2017-25 - Recorrente: GILSON BENJAMIN DE MELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10730.720535/2012-51 - Recorrente: LAURO GRAFANASSI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10730.721160/2017-51 - Recorrente: NILZA BRAGANCA PADILHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10730.722177/2016-45 - Recorrente: DAVID FERNANDES GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 11080.721396/2017-52 - Recorrente: DENEIR JOSE CAETANO CABRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 15553.720091/2017-71 - Recorrente: SONIA WALKER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 17284.720990/2016-35 - Recorrente: IVAN ALTENBURG DOMINGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 18470.725802/2015-40 - Recorrente: AMAURI NOGUEIRA DE MOURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

52 - Processo nº: 19985.722257/2016-83 - Recorrente: JOAO TADEU SERPA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 19985.723860/2016-82 - Recorrente: NILSON DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOSE RICARDO MOREIRA
54 - Processo nº: 10166.725949/2017-33 - Recorrente: NAIRA NADJA DE OLIVEIRA ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10240.720197/2015-12 - Recorrente: CLAUDINO SERGIO DE ALENCAR RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10384.720006/2012-35 - Recorrente: RAIMUNDO NONATO FONTENELE SOUSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10384.722794/2011-13 - Recorrente: RAIMUNDO NONATO FONTENELE SOUSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10480.724287/2017-11 - Recorrente: LUCIANA MARIA QUEIROZ DA MOTA SILVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10730.010517/2009-62 - Recorrente: VILMA DOS PRAZERES SILVA DE PAULA CUNHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10735.002347/2010-36 - Recorrente: JULIANA COUTINHO OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10735.002349/2010-25 - Recorrente: JULIANA COUTINHO OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10783.720148/2011-19 - Recorrente: FABIO JOSE DE CARVALHO FURTADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10830.727038/2014-18 - Recorrente: MARIA DE LOURDES MALTA SERRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10980.001175/2009-48 - Recorrente: ODAIR BLOCK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 11020.721678/2017-64 - Recorrente: HAMILTON FROSI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE RICARDO MOREIRA
66 - Processo nº: 11522.720530/2017-51 - Recorrente: ANTONIO LISBOA CARNEIRO BRAGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 11522.720571/2017-48 - Recorrente: ROSADMA MARIA DE SOUZA MACEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 11522.720802/2017-13 - Recorrente: FABIANA RAGGI DE SA SANT ANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13161.720394/2017-71 - Recorrente: SUMARA HORTENCIA HEIDERICHE GARCIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13204.720136/2016-61 - Recorrente: GEORGES ALBERTO SILVA PINHEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13627.720144/2016-36 - Recorrente: TEOFILO FELIPE DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13839.722704/2017-82 - Recorrente: GUIDO VALENTE JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13896.722109/2017-62 - Recorrente: JORGE BRIHY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 18470.721971/2015-19 - Recorrente: MARCO ANTONIO SCHULZ FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 19985.720443/2014-16 - Recorrente: ARDEMIO DORIVAL MUCKE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 19985.724290/2016-48 - Recorrente: ALMERI PAULO FINGER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

JORGE HENRIQUE BACKES
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 2ª Seção

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.
OBSERVAÇÕES:
1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;
2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e
3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 23 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON
1 - Processo nº: 10580.733552/2010-58 - Recorrente: ADRIANO OLIMPIO ROLIM SARNO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 11080.733493/2013-64 - Recorrente: ALBERTINA PASCOTINI WEBER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 13837.720416/2013-80 - Recorrente: AMARILIS VIRGINIA BUENO SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10469.722226/2015-14 - Recorrente: CLARISSA MACIEL DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10469.722225/2015-61 - Recorrente: CLARISSA MACIEL DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10469.722227/2015-51 - Recorrente: CLARISSA MACIEL DE ANDRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10480.720041/2012-66 - Recorrente: HENRIQUETA DE BELLI LEITE DE ALBUQUERQUE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10935.721724/2012-45 - Recorrente: IZABEL DA SILVA RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 17613.720802/2014-38 - Recorrente: JANE BARBOSA RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 16511.720548/2011-19 - Recorrente: JURACI LOPES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 16511.720547/2011-66 - Recorrente: JURACI LOPES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10825.723123/2012-14 - Nome do Contribuinte: LAERTE SOARES DE SOUZA
13 - Processo nº: 10825.723125/2012-11 - Nome do Contribuinte: LAERTE SOARES DE SOUZA
14 - Processo nº: 10825.723124/2012-69 - Nome do Contribuinte: LAERTE SOARES DE SOUZA

DIA 23 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON
15 - Processo nº: 10935.721305/2011-22 - Recorrente: LAURO HENRIQUE LUNA DOS ANJOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 13643.720137/2011-21 - Recorrente: LETICIA LACERDA DE TOLEDO ALEIXO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10886.720704/2015-22 - Nome do Contribuinte: MARIA ASSUNCAO FRANCESCONI DOS SANTOS MARTINS
18 - Processo nº: 13819.721293/2015-84 - Nome do Contribuinte: MARIA CECILIA SANGIORGI OLIVIERI
19 - Processo nº: 11853.720324/2014-57 - Nome do Contribuinte: MARIA DE LOURDES SOUZA
20 - Processo nº: 11080.726133/2015-78 - Recorrente: MARIA HELENA MARIZ PINTO GAIDZINSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 13921.720102/2012-47 - Recorrente: NEUZA TEREZINHA MANFROI DAVOGLIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10840.000914/2010-12 - Recorrente: RENATA JORGE CARLOMAGNO GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10840.721995/2011-79 - Recorrente: RICARDO GARIBA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10845.001210/2010-17 - Recorrente: SALOME ELIASQUEVITCH MANTOVANI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10410.721807/2012-53 - Recorrente: TANIA MARIA DE LACERDA ACCIOLY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 19647.006131/2007-16 - Recorrente: VERONICA BATISTA DA S. BANDEIRA DE MELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 11040.721831/2016-34 - Recorrente: VITOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13921.720064/2011-41 - Recorrente: ZILMAR MELQUIADES MIGUEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
29 - Processo nº: 11065.721746/2014-26 - Recorrente: ANTONIO JACYRIO SIMAS FERNANDES DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10875.722801/2017-41 - Recorrente: MARIA DE LOURDES SILVA ARRUDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10875.722802/2017-95 - Recorrente: MARIA DE LOURDES SILVA ARRUDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10845.723596/2011-01 - Recorrente: EDMAR GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10073.721560/2016-77 - Recorrente: NEWTON CAMARGO CUNHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 11080.730255/2013-05 - Recorrente: NOELIA SOUZA LOBO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 11080.733311/2013-55 - Recorrente: AMIR JOSE DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10875.722804/2017-84 - Recorrente: MARIA DE LOURDES SILVA ARRUDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10073.721053/2014-71 - Recorrente: ANTONIO CARLOS DE AMORIM SIQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10650.900690/2012-40 - Recorrente: MARIA PROSERPINA GOMES AFONSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11080.721929/2017-04 - Recorrente: MARISA PRETTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10240.721377/2016-01 - Recorrente: JOAO BATISTA ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 11080.722107/2017-32 - Recorrente: VERA REGINA LEOPOLDINO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 15504.722306/2017-73 - Recorrente: ANDRE PERONA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 11080.722154/2017-86 - Recorrente: VERA REGINA LEOPOLDINO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
44 - Processo nº: 10835.720403/2014-13 - Recorrente: JOAO MIGUEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 15504.720325/2016-84 - Recorrente: TEREZINHA CORREIA DE MOURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10469.727306/2014-77 - Recorrente: LUIZ GONZAGA PONTES PESSOA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10166.724795/2016-81 - Recorrente: NILTON TADEU NOGUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 11624.720116/2015-32 - Recorrente: MARLY BORGES DOMINGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13116.721445/2015-66 - Recorrente: IRAJA PIMENTEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 15504.723021/2017-50 - Recorrente: MARCELO ALEXANDRE COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 15504.723022/2017-02 - Recorrente: MARCELO ALEXANDRE COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13001.720045/2017-92 - Recorrente: ROSSANA TOMKOWSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 11080.722353/2017-94 - Recorrente: ANDRE GUILHERME WESSEL RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 15471.003313/2008-14 - Recorrente: AUDIZIO DE ALMEIDA CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10650.900781/2012-85 - Recorrente: MARIA PROSERPINA GOMES AFONSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10730.720891/2017-80 - Recorrente: FLORIVAL FERRAZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13855.720578/2015-61 - Recorrente: MARCIAL LUIZ MOSCARDINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10120.728549/2014-63 - Recorrente: CARLOS BORGES GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): VIRGILIO CANSINO GIL
59 - Processo nº: 18470.723995/2016-85 - Recorrente: ORMANDINO RODRIGUES BARCELOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10875.722803/2017-30 - Recorrente: MARIA DE LOURDES SILVA ARRUDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 19985.725114/2016-23 - Recorrente: LUIZ FERNANDO DE BRITO PIERUCCINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

62 - Processo nº: 11020.722571/2016-52 - Recorrente: RACHID MIGUEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13877.720189/2013-16 - Recorrente: LAVERIO RUSSO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 19985.722272/2016-21 - Recorrente: LAERTES FANCHIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13054.720394/2013-65 - Recorrente: THERESINHA STEEMBURGO HOFMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10930.722374/2013-65 - Recorrente: BERNARD JOSEPH LUNIS GARDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13502.720188/2016-72 - Recorrente: PAULO CEZAR RIBEIRO LESSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13799.720143/2016-10 - Recorrente: ROSA LOURENCO GUIDOTTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10580.721488/2017-39 - Recorrente: PAULO SERGIO ORENSTEIN RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10580.721489/2017-83 - Recorrente: PAULO SERGIO ORENSTEIN RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10580.721491/2017-52 - Recorrente: PAULO SERGIO ORENSTEIN RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10166.001899/2011-18 - Recorrente: OVIDIO GOMES DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 18239.000347/2010-12 - Recorrente: AUDIZIO DE ALMEIDA CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10580.729221/2016-17 - Recorrente: EULINA FERNANDES SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10580.729222/2016-53 - Recorrente: EULINA FERNANDES SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): VIRGILIO CANSINO GIL
76 - Processo nº: 10580.729223/2016-06 - Recorrente: EULINA FERNANDES SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 18186.727968/2015-14 - Recorrente: ALCEU LANDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10073.722430/2014-90 - Recorrente: ISMAEL ALVES DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 14112.720909/2012-77 - Recorrente: WILSEU RAMOS GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 11516.722928/2012-05 - Recorrente: SOLANGE PETRY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10580.724207/2017-08 - Recorrente: WALTER DUNHAM COELHO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 11080.727108/2015-10 - Recorrente: JOSE RAYMUNDO BORGES DA SILVA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10620.720167/2017-01 - Recorrente: JOSE FELIX DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10530.720162/2017-80 - Recorrente: VALDELICE SANTANA OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10530.726428/2014-55 - Recorrente: VALDELICE SANTANA OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 13819.723470/2014-86 - Recorrente: HELOISA FRANCISCA DO RIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 13551.720310/2015-44 - Recorrente: EPAMINONDAS DA SILVA GOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 13551.720085/2017-16 - Recorrente: EPAMINONDAS DA SILVA GOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10730.005388/2009-91 - Recorrente: MARIO TOMASSINI JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10730.720779/2011-53 - Recorrente: MARIO TOMASSINI JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 13558.721037/2013-43 - Recorrente: GILBERTO SOUZA MOUZINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10640.722176/2016-18 - Recorrente: ELISE DE SOUZA LIMA BERTELLI MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 2ª Seção

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado;

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião;

3) O julgamento do Processo nº 10830.000525/2006-20 (item 51) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 52 a 56. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 52 a 56, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

4) O julgamento do Processo nº 11070.002343/2009-48 (item 57) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 58 a 70. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 58 a 70, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1 - Multa de Ofício, Compensação e Base de CÁLCULO.
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
1 - Processo nº: 11128.001589/2005-66 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 13896.722157/2011-65 - Recorrentes: ARCOS DOURADOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
3 - Processo nº: 10875.003972/2004-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSPORTES E TURISMO EROLES LTDA
4 - Processo nº: 13855.000333/98-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAGAZINE LUIZA S/A
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
5 - Processo nº: 10680.002474/2008-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIMED INCONFIDENTES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
6 - Processo nº: 10805.001963/97-42 - Recorrente: QUAKER BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
7 - Processo nº: 16561.720101/2013-16 - Recorrente: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
8 - Processo nº: 10640.721511/2014-91 - Recorrentes: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 13893.000864/2004-06 - Recorrente: LABORATORIOS STIEFEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
10 - Processo nº: 12585.000188/2010-21 - Recorrente: MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
11 - Processo nº: 15374.001334/00-94 - Recorrente: IMERYS DO BRASIL COMERCIO DE EXTRACAO DE MINERIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
12 - Processo: 11065.000789/2007-45 - Embargante: Conselheiro da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais e Embargada: 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais (Interessados: FAZENDA NACIONAL e COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA TAQUARI JACUÍ)
Relator(a): DEMES BRITO
13 - Processo nº: 13603.723284/2012-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA.
14 - Processo nº: 13603.907083/2009-69 - Recorrente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
15 - Processo nº: 15504.016922/2010-15 - Recorrente: ELITE SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10830.003186/2007-14 - Recorrentes: RUMO MALHA PAULISTA S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
17 - Processo nº: 10680.016299/00-21 - Recorrente: CONARTES ENGENHARIA E EDIFICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2 - Base de CÁlculo
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
18 - Processo nº: 13804.005787/2003-43 - Recorrente: BELMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 13808.000952/99-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BELMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
20 - Processo nº: 16643.000158/2010-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA.
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
21 - Processo nº: 13819.001199/94-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
22 - Processo nº: 19740.000295/2005-00 - Recorrente: FUNDACAO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL VALIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 16327.720229/2014-25 - Recorrente: BMG LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
24 - Processo nº: 10980.901854/2015-67 - Recorrente: BANCO LOSANGO S.A. - BANCO MULTIPLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
25 - Processo nº: 16327.720402/2013-12 - Recorrentes: BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. e FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 16327.001281/2010-55 - Recorrente: BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
27 - Processo nº: 10680.014333/2007-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARKCOOP - COOPERATIVA DE SERVICOS DE MARKETING, COMUNICACAO E EDUCACAO LTDA
28 - Processo nº: 16327.000833/2006-21 - Recorrentes: COOP. DE ECON. E CREDITO MUTUO DOS PROFIS. DA SAUDE DAS REGIOES METROPOLITANAS DA BAIXADA SANTISTA E GRANDE SP LTDA e FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10183.000353/99-94 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 11060.002302/2006-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS VALE DO JAGUARI - SICREDI VALE DO JAGUARI RS
31 - Processo nº: 11060.002557/2006-91 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS CENTRO SERRA - SICREDI CENTRO SERRA RS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10840.001627/2005-62 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO - SICOOB CREDICOONAI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13826.000170/2005-45 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE CANDIDO MOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3 - Crédito
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
34 - Processo nº: 11516.004065/2007-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS
35 - Processo nº: 11516.004062/2007-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS
36 - Processo nº: 11516.002386/2004-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS
37 - Processo nº: 11516.002385/2004-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS
38 - Processo nº: 11516.004070/2007-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS
39 - Processo nº: 11516.004069/2007-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS
40 - Processo nº: 11516.004068/2007-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS
41 - Processo nº: 10945.004990/2007-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

42 - Processo nº: 10945.004989/2007-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL

43 - Processo nº: 10945.004988/2007-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL

44 - Processo nº: 10945.004987/2007-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL

Relator(a): DEMES BRITO

45 - Processo nº: 11020.001737/2004-60 - Recorrente: J.N. TIMBER EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 13502.000491/2005-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ITF CHEMICAL LTDA

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

47 - Processo nº: 15586.720045/2012-80 - Recorrente: COTIA VITORIA SERVICOS E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10480.725292/2011-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS S/A

49 - Processo nº: 10410.721891/2011-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: USINA CAETE S A

50 - Processo nº: 10280.005451/2005-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: Y YAMADA SA COMERCIO E INDUSTRIA

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4 - Crédito

Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

51 - Processo nº: 10830.000525/2006-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

52 - Processo nº: 10830.000524/2006-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA

53 - Processo nº: 10830.000526/2006-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA

54 - Processo nº: 10830.000527/2006-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA

55 - Processo nº: 10830.005036/2005-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA

56 - Processo nº: 10830.005037/2005-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA

Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

57 - Processo nº: 11070.002343/2009-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

58 - Processo nº: 11070.002345/2009-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

59 - Processo nº: 11070.002348/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

60 - Processo nº: 11070.002349/2009-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

61 - Processo nº: 11070.002350/2009-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

62 - Processo nº: 11070.002351/2009-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

63 - Processo nº: 11070.002354/2009-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

64 - Processo nº: 11070.002355/2009-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

65 - Processo nº: 11070.002357/2009-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

66 - Processo nº: 11070.002358/2009-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

67 - Processo nº: 11070.002359/2009-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

68 - Processo nº: 11070.002360/2009-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

69 - Processo nº: 11070.002361/2009-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

70 - Processo nº: 11070.002362/2009-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL

71 - Processo nº: 13433.000063/2001-15 - Recorrente: USIBRAS USINA BRASILEIRA DE OLEOS E CASTANHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 13433.000118/2002-60 - Recorrente: USIBRAS USINA BRASILEIRA DE OLEOS E CASTANHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 13433.000141/2001-73 - Recorrente: USIBRAS USINA BRASILEIRA DE OLEOS E CASTANHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 13433.000548/2002-81 - Recorrente: USIBRAS USINA BRASILEIRA DE OLEOS E CASTANHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 13433.000631/2002-51 - Recorrente: USIBRAS USINA BRASILEIRA DE OLEOS E CASTANHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 13433.000687/2001-24 - Recorrente: USIBRAS USINA BRASILEIRA DE OLEOS E CASTANHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 13433.000829/2001-53 - Recorrente: USIBRAS USINA BRASILEIRA DE OLEOS E CASTANHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 13804.002403/2002-50 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 10920.000266/2006-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MILAMOVEIS LTDA

80 - Processo nº: 13976.000148/2001-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MILAMOVEIS LTDA

81 - Processo nº: 13976.000150/2001-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MILAMOVEIS LTDA

82 - Processo nº: 13976.000377/2002-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MILAMOVEIS LTDA

83 - Processo nº: 13976.000413/2002-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MILAMOVEIS LTDA

84 - Processo nº: 10850.910045/2009-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAMIRO AGRO INDUSTRIA S/A

85 - Processo nº: 13869.000023/2001-45 - Recorrentes: PAMIRO AGRO INDUSTRIA S/A e FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 5 - Decadência e outros

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO

86 - Processo nº: 10611.721726/2011-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

87 - Processo nº: 10283.003030/2003-53 - Recorrente: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO

88 - Processo nº: 16624.001201/2006-21 - Recorrente: BAREFAME INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 19679.018424/2003-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROSSET & CIA LTDA

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

90 - Processo nº: 10855.721827/2011-14 - Recorrentes: SOROCABA REFRESCOS S.A. e FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 19311.720481/2012-30 - Recorrentes: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 12466.002712/2010-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UM INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA

93 - Processo nº: 10783.720470/2010-67 - Recorrente: UM INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

94 - Processo nº: 18471.001643/2004-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

95 - Processo nº: 10950.000026/2010-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SPAIPA INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS LTDA

Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

96 - Processo nº: 10494.000579/2007-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUNSHINE INFORMATICA LTDA - ME

97 - Processo nº: 11128.006083/2007-13 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 11128.006084/2007-50 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMES BRITO

99 - Processo nº: 10283.003956/2004-20 - Recorrente: TCE SERVICOS EM TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

100 - Processo nº: 13710.000905/97-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: S A UNIAO MANUFATORA DE ROUPAS

101 - Processo nº: 16327.720585/2015-20 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 11634.000295/2010-64 - Recorrente: CAFEEIRA IRMAOS ALVES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 10835.720016/2014-87 - Recorrentes: USINA ALTO ALEGRE S/A - ACUCAR E ALCOOL e FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 6 - Penalidades, Responsabilidade Tributária e outros

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

104 - Processo nº: 13971.720831/2014-70 - Recorrente: BEBIDAS MAX WILHELM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

105 - Processo nº: 10314.724463/2014-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: OITO BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA.

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

106 - Processo nº: 10314.012101/2006-47 - Recorrentes: VITORIANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LIMITADA e FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 10711.003262/2010-43 - Recorrente: UTI DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 10711.007810/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: OCEANUS AGENCIA MARITIMA SA

109 - Processo nº: 11050.001077/2009-74 - Recorrente: CRAFT MULTIMODAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMES BRITO

110 - Processo nº: 12466.722972/2011-21 - Recorrente: GEMAX TRADING COMPANY S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL

111 - Processo nº: 10840.003909/2003-32 - Recorrente: COINBRA-FRUTESP IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 10840.003910/2003-67 - Recorrente: COINBRA-FRUTESP IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

113 - Processo nº: 10980.007374/2007-06 - Recorrente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMES BRITO

114 - Processo nº: 10830.720919/2008-60 - Recorrente: AGIS EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10314.726221/2014-35 - Recorrente: COMPANHIA METALURGICA PRADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

116 - Processo nº: 10925.001567/2009-71 - Embargante: COTRAMOL - COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE CARGA DO MEIO OESTE CATARINENSE

Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

117 - Processo nº: 10814.009359/2001-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSPORTE E COMERCIO FASSINA LTDA

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

118 - Processo nº: 10665.720074/2008-61 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo nº: 11444.001123/2010-45 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

120 - Processo nº: 10480.009809/00-13 - Recorrente: CONDOMINIO SHOPPING CENTER TACARUNA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

SECRETARIA EXECUTIVA

PAUTA DE JULGAMENTO - 418ª SESSÃO

A ser realizada na data a seguir mencionada, no 1º Subsolo (Auditório Dênio Nogueira), torre 4 do Edifício-Sede do Banco Central do Brasil, no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B - Brasília (DF).

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2018, QUINTA-FEIRA, ÀS 14H.

1.Recurso 13.911 (processo eletrônico 10372.000106/2016-12) - Pedido de Esclarecimento - Requerente: Banco Boavista Interatlântico S.A. Requerido: Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogada: Danúbia Souto de Faria Costa - OAB/DF 24.843.

2.Recurso 13.990 (processo eletrônico 10372.000137/2016-65) - BCB 1201554298 - Recorrentes: Alceu Elias Feldmann e Juliana Gadotti Feldmann Vieira. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relatora: Ana Paula Zanetti de Barros Moreira. Advogado: Luciano Giacomet - OAB/PR 29.376. Julgamento adiado por pedido de vistas do Conselheiro Alexandre Henrique Graziano na 405ª sessão.

3.Recurso 14.001 (processo eletrônico 10372.000123/2016-41) - BCB 1201546073 - Recorrente: Claudine Spiero. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relatora: Ana Paula Zanetti de Barros Moreira. Advogado: Thiago Luiz Pontarolli - OAB/PR 47.488.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.Recurso 14.004 (processo eletrônico 10372.000120/2016-16) - BCB 1201550937 - Recorrente: Iria de Oliveira Cassu. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Alexandre Henrique Graziano. Advogado: Alberto Iván Zakidalski - OAB/PR 39.274.

5.Recurso 14.096 (processo eletrônico 10372.000164/2016-38) - Pedido de Esclarecimento - Requerentes: Augusto Machado do Prado Barretto, Gil Amaral Barretto, Lucia Machado Barretto, Raymundo Calumby Barretto e Regina Maria Dantas Fontes Barretto. Requerido: Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Relator: João Batista de Moraes. Advogados: Francisco Teles de Mendonça Neto - OAB/SE 7.201 e José Paulo Leão Veloso Silva - OAB/SE 4.048.

6.Recurso 14.099 (processo eletrônico 10372.000247/2016-27) - BCB 1201550950 - Recorrente: Boris Zampese. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relatora: Ana Paula Zanetti de Barros Moreira. Advogada: Andréa Carolina Leite Batista - OAB/PR 56.594. Julgamento adiado por pedido de vistas do Conselheiro Alexandre Henrique Graziano na 409ª sessão.

7.Recurso 14.182 (processo eletrônico 10372.000166/2016-27) - CVM RJ2013/2714 - Recorrente: Guilherme Colonna Rosman. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relatora: Ana Paula Zanetti de Barros Moreira. Advogado: Ary Azevedo Franco Neto - OAB/RJ 52.656.

8.Recurso 14.215 (processo eletrônico 10372.000190/2016-66) - CVM RJ2012/6987 - Recorrentes: Aggrega Investimentos Ltda. e José Antonio Pinto. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relatora: Adriana Cristina Dullius. Advogada: Letícia Guimarães Martins Quessada - OAB/DF 39.732. Julgamento adiado por pedido de vistas do Conselheiro Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa na 403ª sessão.

9.Recurso 14.225 (processo eletrônico 10372.000322/2016-50) - CVM RJ2011/10415 - I - Recorrentes: Itaú Unibanco S.A., Liderprime Participações Ltda. (atual denominação da Panamericano DTVM S.A.) e Wilson Roberto de Aro. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários - II - Recorrente: Comissão de Valores Mobiliários. Recorridos: Itaú Unibanco S.A., Liderprime Participações Ltda. (atual denominação da Panamericano DTVM S.A.) e Wilson Roberto de Aro. Relator: João Batista de Moraes. Advogados: Eli Loria - OAB/SP 316.727, Moacir Zilbovicius - OAB/SP 100.667 e Ricardo Cholbi Tepedino - OAB/SP 143.227-A.

10.Recurso 14.228 (processo eletrônico 10372.000198/2016-22) - CVM 11/2012 - Recorrentes: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF e Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Alexandre Henrique Graziano. Advogados: Gláucia Mara Coelho - OAB/SP 173.018, Julio Ramalho Dubeux - OAB/RJ 147.876 e Kevin Michael Altit - OAB/RJ 62.437.

11.Recurso 14.380 (processo eletrônico 10372.000300/2016-90) - BCB 1501604196 - Recorrentes: Banco Santander (Brasil) S.A., Armando Zara Pompeu e José de Paiva Ferreira. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogado: Henrique Leite Cavalcanti - OAB/DF 15.584. Julgamento convertido em diligência na 413ª sessão.

12.Recurso 14.381 (processo eletrônico 10372.000393/2016-52) - Pedido de Esclarecimento - Requerentes: Fair Corretora de Câmbio S.A., Caio Augusto Bastos Lucchesi e José Lavia. Requerido: Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Relatora: Ana Paula Zanetti de Barros Moreira. Advogado: Paulo Henrique Brasil de Carvalho - OAB/SP 114.908.

13.Recurso 14.436 (processo eletrônico 10372.000434/2016-19) - BCB 1501604193 - Recorrentes: Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e José de Paiva Ferreira. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogado: Henrique Leite Cavalcanti - OAB/DF 15.584. Julgamento convertido em diligência na 413ª sessão.

14.Recurso 14.463 (processo eletrônico 10372.000431/2016-77) - BCB 1601613677 - Recorrente: Daniel del Campo Alvarez. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

15.Processo eletrônico 10372.000124/2017-77 - CVM RJ2013/7923 - Recorrentes: Atilano de Oms Sobrinho, César Romeu Fiedler e Di Marco Pozzo. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relatora: Ana Paula Zanetti de Barros Moreira. Advogado: André Luís Bergamaschi - OAB/SP 319.123.

16.Processo eletrônico 10372.100169/2017-41 - CVM RJ2013/13480 - Recorrentes: Nardon, Nasi Auditores Independentes S/S e RBA Global Auditores Independentes S/S. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho. Advogada: Carla Maria Susin Rogowski - OAB/RS 22.730.

17.Processo eletrônico 10372.100211/2017-23 - Embargos de declaração - Embargantes: Gambatto Administradora de Consórcios Ltda. e Izair José Gambatto. Embargado: Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogado: Kleber Augusto Vieira - OAB/PR 41.385.

18.Processo eletrônico 10372.100258/2017-97 - BCB 1501609956 - Recorrentes: Delisa de Sá Herdem Lima e Monica de Sá Herdem. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho. Advogado: Bruno Saccani - OAB/RJ 114.953.

19.Processo eletrônico 10372.100313/2017-49 - COAF 11893.000013/2016-63 - Recorrente: Nissul Veículos Ltda. Recorrido: Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogado: Osvaldo Guerra Zolet - OAB/RS 35.609.

20.Processo eletrônico 10372.100320/2017-41 - BCB 1601619246 - Recorrente: Bertrand Marcel Delaunay. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

21.Processo eletrônico 10372.100002/2018-61 - CVM 03/2012 - Recorrentes: Fernando Barbosa de Oliveira e Paulo Euclides Bonzanini. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogado: Mário Renato Balardim Borges - OAB/RS 50.627.

22.Processo eletrônico 10372.100009/2018-82 - CVM 25/2010 - Recorrentes: Angá Administração de Recursos Ltda., Ailton Amaral Santos, Fernando Sérgio Rocha Nascimento, Frederico de Souza Lima e Marco Antonio Bernardi. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogados: Carlos Eduardo de Sousa Chinaite - OAB/SP 299.828, José Eduardo Costa Monte Alegre Toro - OAB/SP 220.919 e Nicolas César Juliano Butros Prestes Nicolielo - OAB/SP 248.586.

23.Processo eletrônico 10372.100032/2018-77 - BCB 1601622643 - Recorrente: Tracker do Brasil Ltda. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa.

24.Processo eletrônico 10372.100047/2018-35 - BCB 1601622978 - Recorrente: Thierry Alain Jean. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa.

25.Processo eletrônico 10372.100050/2018-59 - BCB 1601621854 - Recorrente: Carlos Eduardo Corradi Fonseca. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogada: Juliana Campos Rocha - OAB/MG 88.138.

26.Processo eletrônico 10372.100051/2018-01 - BCB 1601621860 - Recorrente: Carlos Eduardo Corradi Fonseca. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogada: Juliana Campos Rocha - OAB/MG 88.138.

27.Processo eletrônico 10372.100054/2018-37 - BCB 1601621856 - Recorrente: Carlos Eduardo Corradi Fonseca. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogada: Juliana Campos Rocha - OAB/MG 88.138.

28.Processo eletrônico 10372.100055/2018-81 - BCB 1601621855 - Recorrente: Carlos Eduardo Corradi Fonseca. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogada: Juliana Campos Rocha - OAB/MG 88.138.

29.Processo eletrônico 10372.100070/2018-20 - BCB 98659 - Recorrente: Bianca Graneiro Lacerda. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogado: Tulio Cristiano Machado Rodrigues - OAB/RJ 40.775.

30.Processo eletrônico 10372.100071/2018-74 - BCB 98662 - Recorrente: Bianca Graneiro Lacerda. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogado: Tulio Cristiano Machado Rodrigues - OAB/RJ 40.775.

31.Processo eletrônico 10372.100072/2018-19 - BCB 98666 - Recorrente: Bianca Graneiro Lacerda. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogado: Tulio Cristiano Machado Rodrigues - OAB/RJ 40.775.

32.Processo eletrônico 10372.100073/2018-63 - BCB 98665 - Recorrente: Bianca Graneiro Lacerda. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogado: Tulio Cristiano Machado Rodrigues - OAB/RJ 40.775.

33.Processo eletrônico 10372.100077/2018-41 - BCB 1601624180 - Recorrente: Martus Antônio Rodrigues Tavares. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa.

34.Processo eletrônico 10372.100082/2018-54 - BCB 1601619669 - Recorrente: John Andrew Sims. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa.

35.Processo eletrônico 10372.100101/2018-42 - BCB 1601623331 - Recorrente: Charles David Craddock. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa.

36.Processo eletrônico 10372.100102/2018-97 - BCB 1601623329 - Recorrente: Charles David Craddock. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa.

37.Processo eletrônico 10372.100103/2018-31 - BCB 1601623330 - Recorrente: Charles David Craddock. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa.

38.Processo eletrônico 10372.100109/2018-17 - BCB 1601622344 - Recorrente: Christian Muller. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa.

39.Processo eletrônico 10372.100113/2018-77 - CVM RJ2014/10556 - Recorrente: Luis Fernando Costa Estima. Recorrida: Comissão de Valores Mobiliários. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

40.Processo eletrônico 10372.100121/2018-13 - BCB 1601624435 - Recorrente: Hessey, Fomento Comercial Ltda. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogado: Jocelino de Almeida Mattos - OAB/RS 71.813.

41.Processo eletrônico 10372.100176/2018-23 - BCB 1601621870 - Recorrente: Daniel Del Campo Alvarez. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa.

42.Processo eletrônico 10372.100177/2018-78 - BCB 1601621871 - Recorrente: Daniel Del Campo Alvarez. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa.

43.Processo eletrônico 10372.100230/2018-31 - BCB 1601622203 - Recorrente: Luiz Antonio Cury Galebe. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogado: Victor Gomes - OAB/SP 134.757.

44.Processo eletrônico 10372.100231/2018-85 - BCB 1601622204 - Recorrente: Luiz Antonio Cury Galebe. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. Advogado: Victor Gomes - OAB/SP 134.757.

a) Total de Recursos: 44 (quarenta e quatro).

b) ADITAMENTOS/RETIRADA DE PAUTA - Recomenda-se consulta sistemática ao DOU e ao sítio eletrônico do CRSFN, página "Pautas de Julgamento" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsfn/pautas-das-sessoes), para verificar se foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão no prazo regimental ou se restou efetuada anotação sobre processos retirados de pauta, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão, os quais serão objeto de julgamento em data futura.

c) SUSPENSÃO DOS TRABALHOS - Salientamos o disposto no § 3º do art. 22 do Regimento Interno do CRSFN, aprovado pela Portaria MF nº 68, de 26 de fevereiro de 2016: "Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta ou quando não se concluir o julgamento na data designada, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação".

d) PEDIDOS DE SUSTENTAÇÃO ORAL E DE PREFERÊNCIA NA ORDEM DE JULGAMENTO - As partes ou procuradores constituídos poderão solicitar inclusão na lista de sustentação oral e de preferência na ordem de julgamento pelo envio do formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico do CRSFN na página "Serviços>Pedido de Sustentação Oral e de Preferência" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsfn/servicos/sustentacao-oral), preferencialmente antes da data da Sessão de Julgamento em questão. Na medida do possível, os pedidos de sustentação oral enviados pelo portal do CRSFN serão considerados na ordem de julgamento.

e) ENVIO DE MEMORIAIS - Para o envio de memoriais, favor utilizar-se do formulário eletrônico disponível no website do CRSFN na página "Serviços>Envio de Memorial" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsfn/servicos/envio-memorial).

f) ACESSO À SESSÃO - O acesso ao auditório Dênio Nogueira será liberado para advogados e audientes a partir de 13 horas.

Brasília, 3 de outubro de 2018.
FERNANDO LIMA PEREIRA DUTRA
Secretário Executivo

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza unidades federadas a publicar relação de atos normativos e efetuar o registro e o depósito da documentação comprobatória, conforme o disposto nos parágrafos únicos das cláusulas terceira e quarta do Convênio ICMS 190/17.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLITICA FAZENDARIA-CONFAZ, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o §1º do art. 4º e o art. 41 do Regimento do CONFAZ, aprovado pelo Convênio ICMS 133/97, de 12 de dezembro de 1997, conforme deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 170ª reunião ordinária, realizada no dia 28 de setembro de 2018, em Campos do Jordão, SP, resolve:

Art 1º Ficam autorizados os Estados do Espírito Santo, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, nos termos do parágrafo único da cláusula terceira do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017, a publicar no Diário Oficial do Estado, até 31 de julho de 2019, relação com a identificação de atos normativos relativos aos benefícios fiscais, instituídos por legislação estadual ou distrital publicada até 8 de agosto de 2017, em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, na forma do anexo único desta resolução.

Parágrafo único. Fica estendido até 27 de dezembro de 2019, para os Estados supracitados e para os Estados do Acre e Rio Grande do Sul, o prazo para registrar e depositar na Secretaria Executiva do CONFAZ a documentação comprobatória correspondente aos atos concessivos dos benefícios fiscais mencionados no caput, inclusive os correspondentes atos normativos, conforme disposição do parágrafo único da cláusula quarta do Convênio ICMS 190/17.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO ÚNICO

I - ESPÍRITO SANTO

ATO	NÚMERO	EMENTA OU ASSUNTO	DISPOSITIVO ESPECÍFICO	DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE	TERMO INICIAL	OBSERVAÇÕES
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos à Indústria Metalmecânica Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, incidente sobre as aquisições de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, desde que utilizados exclusivamente no processo produtivo, em relação ao diferencial de alíquotas decorrente de operações interestaduais ou à operação de importação. O imposto diferido deverá ser recolhido no momento em que ocorrerem as respectivas desincorporações.	Art. 5.º, III	27.07.2016	27.07.2016	
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos nas Aquisições de Máquinas e Equipamentos Industriais para o Beneficiamento e Operações Realizadas pela Indústria de Rochas Ornamentais Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, incidente sobre as aquisições internas com máquinas e equipamentos industriais utilizados para o beneficiamento de rochas ornamentais, relacionados no Regulamento do ICMS/ES, para o momento em que ocorrer a saída do respectivo bem do estabelecimento adquirente. O tratamento também se aplica às operações: a) em que o imposto seja devido pelo adquirente, inclusive em relação ao diferencial de alíquotas, vedada a utilização do crédito destacado no documento fiscal que acobertar a entrada no estabelecimento de produtos beneficiados na forma deste artigo; e b) de importação do exterior de máquinas e equipamentos utilizados para o beneficiamento de rochas ornamentais, desde que: 1. as máquinas ou equipamentos não possuam similares produzidos neste Estado; e 2. a ausência de similar produzido neste Estado seja comprovada mediante laudo emitido por entidade representativa do setor produtivo de máquinas, aparelhos e equipamentos com abrangência em todo o território deste Estado ou por órgão estadual especializado.	Art. 6º e §§ 1º e 2º	27.07.2016	27.07.2016	Serão estornados, pelo estabelecimento remetente, os créditos de ICMS relativos às entradas de mercadorias e insumos utilizados no processo de fabricação de máquinas e equipamentos, cujas saídas sejam alcançadas pelo benefício.
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos as indústrias açucareira e de torrefação e moagem de café Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, relativo ao diferencial de alíquotas decorrente de operações interestaduais ou à importação, nas aquisições de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado e utilizados exclusivamente no processo produtivo, para o momento em que ocorrerem as suas respectivas desincorporações.	Art. 8.º, II	27.07.2016	27.07.2016	
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos à indústria de produção de móveis sob encomenda Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, relativo ao diferencial de alíquotas decorrente de operações interestaduais ou à importação, nas aquisições de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado e utilizados exclusivamente no processo produtivo, para o momento em que ocorrerem as suas respectivas desincorporações.	Art. 9.º, II	27.07.2016	27.07.2016	
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos à indústria gráfica Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, relativo ao diferencial de alíquotas decorrente de operações interestaduais ou à importação, nas aquisições de máquinas e equipamentos relacionados no Regulamento do ICMS/ES (ANEXO LXXVI), destinados ao ativo imobilizado e utilizados exclusivamente no processo produtivo, para o momento em que ocorrerem as suas respectivas desincorporações.	Art. 10, I	27.07.2016	27.07.2016	Anexo LXXVI incluído pelo Decreto nº 1.862-R/2007 e atualizado conforme Decretos: 1.942-R/2007; 2.137-R/2008; 2.551-R/2010.
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos à indústria de envasamento de água mineral Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, relativo ao diferencial de alíquotas decorrente de operações interestaduais ou à importação, nas aquisições de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado e utilizados exclusivamente no processo produtivo, para o momento em que ocorrerem as suas respectivas desincorporações.	Art. 11, II	27.07.2016	27.07.2016	
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos à indústria moveleira Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS: a) incidente na importação, do exterior, dos produtos a seguir indicados, classificados nas respectivas posições da NCM, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da sua industrialização: 1. painéis de partículas, painéis denominados oriented strand board - OSB e painéis semelhantes (wafer board, por exemplo), de madeira ou de outras matérias lenhosas, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos - 4410; 2. painéis de fibras de madeira ou de outras matérias lenhosas, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos - 4411; 3. madeira compensada, madeira folheada e madeiras estratificadas semelhantes - 4412; b) relativo ao diferencial de alíquotas decorrente de operações interestaduais ou à importação, nas aquisições pelos estabelecimentos industriais do segmento moveleiro, de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado e utilizados exclusivamente no processo produtivo, para o momento em que ocorrerem as suas respectivas desincorporações.	Art. 12, III	27.07.2016	27.07.2016	Considera-se abrangida pela indústria moveleira a fabricação de colchões.
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos às indústrias do vestuário, de confecções ou calçados Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, relativo ao diferencial de alíquotas decorrente de operações interestaduais ou à importação, nas aquisições de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado e utilizados exclusivamente no processo produtivo, para o momento em que ocorrerem as suas respectivas desincorporações.	Art. 13, IV	27.07.2016	27.07.2016	
Lei	10.568/2016	Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS: a) incidente na importação, do exterior, dos produtos a seguir indicados, classificados nas respectivas posições da NCM, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da sua industrialização:	Art. 14, III	27.07.2016	27.07.2016	

		1. polímeros de etileno, em formas primárias, NCM 3901; 2. polímeros de propileno ou de outras olefinas, em formas primárias, NCM 3902; e 3. polímeros de estireno, em formas primárias, NCM 3903; e b) relativo ao diferencial de alíquotas decorrente de operações interestaduais ou à importação, nas aquisições de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado e utilizados exclusivamente no processo produtivo, para o momento em que ocorrerem as suas respectivas desincorporações.				
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos à indústria de produção de aguardente de cana-de-açúcar, melaço e outros Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, relativo ao diferencial de alíquotas decorrente de operações interestaduais ou importação, nas aquisições de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado e utilizados exclusivamente no processo produtivo, para o momento em que ocorrerem as suas respectivas desincorporações. O crédito de ICMS relativo às aquisições deverá ser limitado ao percentual de sete por cento.	Art. 15, II	27.07.2016	27.07.2016	
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos à indústria de produção de cimentos, argamassas e concretos, não refratários Diferimento do imposto devido a título de diferencial de alíquotas nas aquisições de máquinas e equipamentos utilizados exclusivamente no processo produtivo, destinados ao ativo imobilizado, decorrentes de operações interestaduais, ou do imposto incidente na importação, para o momento em que ocorrerem as suas respectivas desincorporações. O crédito de ICMS relativo às aquisições deverá ser limitado ao percentual de sete por cento.	Art. 17, IV	27.07.2016	27.07.2016	
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos à Indústria de Rações Diferimento, do lançamento e do pagamento do ICMS, relativo ao diferencial de alíquotas decorrente de operações interestaduais ou à importação, nas aquisições de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado e utilizados exclusivamente no processo produtivo, para o momento em que ocorrerem as suas respectivas desincorporações. O crédito de ICMS relativo às aquisições deverá ser limitado ao percentual de sete por cento.	Art. 18, II	27.07.2016	27.07.2016	
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos à Indústria de Tintas e Complementos classificados nos códigos 32089010 e 32091010 da NCM/SH Diferimento, do lançamento e do pagamento do ICMS, relativo ao diferencial de alíquotas decorrente de operações interestaduais ou à importação, nas aquisições de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado e utilizados exclusivamente no processo produtivo, para o momento em que ocorrerem as suas respectivas desincorporações. O crédito de ICMS relativo às aquisições deverá ser limitado ao percentual de sete por cento	Art. 19, III	27.07.2016	27.07.2016	
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos à indústria de moagem de calcários e mármores Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, incidente sobre as operações com os produtos especificados no Anexo I da Lei nº 10.568/2016, quando destinados ao ativo imobilizado, para o momento das respectivas desincorporações do estabelecimento adquirente, e nas importações de máquinas e equipamentos sem similar nacional; e aquisições interestaduais de máquinas e equipamentos sem similar neste Estado, relativamente ao diferencial de alíquotas. O crédito de ICMS relativo às aquisições deverá ser limitado ao percentual de sete por cento.	Art. 21, I	27.07.2016	27.07.2016	
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos à indústria de temperos e condimentos Diferimento, do lançamento e do pagamento do ICMS, devido a título de diferencial de alíquotas, incidente nas operações interestaduais de aquisição de máquinas e equipamentos utilizados exclusivamente no processo produtivo, destinados à integração no ativo permanente imobilizado, para o momento das respectivas desincorporações do estabelecimento adquirente.	Art. 22, I	27.07.2016	27.07.2016	O crédito de ICMS relativo às aquisições deverá ser limitado ao percentual de 7%.
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos a estabelecimentos que pratiquem exclusivamente venda não presencial, nas operações interestaduais destinadas a consumidor final, pessoa física ou jurídica Diferimento do lançamento e do pagamento do imposto incidente sobre as importações realizadas por contribuintes que praticarem exclusivamente operações interestaduais relativas a vendas não presenciais, para o momento em que ocorrerem as saídas das mercadorias.	Art. 23 § 5.º	27.07.2016	27.07.2016	
Lei	10.568/2016	Benefícios concedidos à indústria de perfumaria e cosméticos Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, relativo ao diferencial de alíquotas decorrente de operações interestaduais ou à importação, nas aquisições de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado e utilizados exclusivamente no processo produtivo, para o momento em que ocorrerem as suas respectivas desincorporações.	Art. 24, III	27.07.2016	27.07.2016	O crédito de ICMS relativo às aquisições deverá ser limitado ao percentual de 7%
Decreto	1.090-R/2002	Diferimento nas operações internas com pedra bruta de mármore e granito, para o momento em que ocorrer a saída: a) do produto beneficiado pelo estabelecimento industrial situado neste Estado, sendo que na hipótese de industrialização por encomenda, fica também diferido o imposto incidente sobre o valor cobrado do estabelecimento encomendante, relativo à industrialização e aos insumos nela aplicada; b) para outra unidade da Federação.	Anexo III, item 1 do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	25/10/ 2002	1º/12/2002	Não será exigido o valor do imposto cuja obrigação tributária for diferida, quando da exportação dos produtos.
Decreto	1.090-R/2002	Diferimento nas operações internas com trigo em grão, destinado a estabelecimento industrial, para o momento em que ocorrer a saída do produto do estabelecimento industrial moageiro situado neste Estado.	Anexo III, item 2 do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	25/10/ 2002	1º/12/2002	
Decreto	1.090-R/2002	Diferimento nas importações, do exterior, de trigo em grão, destinado a estabelecimento industrial, para o momento, em que ocorrer a saída do produto do estabelecimento industrial moageiro, situado neste Estado.	Anexo III, item 3 do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	25/10/ 2002	1º/12/2002	
Decreto	1.090-R/2002	Diferimento nas importações, do exterior, de adubos simples ou compostos e fertilizantes, DL metionina e seus análogos, amônia, uréia, sulfato de amônio, nitrato de amônio, nitrocálcio, MAP (monoamônio fosfato), DAP (diamônio fosfato), cloreto de potássio, adubos simples e compostos e fertilizantes, quando	Anexo III, item 4 do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	25/10/ 2002	1º/12/2002	

		o importador for estabelecimento industrializador, neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída para outra unidade da Federação ou para o exterior.				
Decreto	1.090-R/2002	Diferimento nas importações do exterior de coque mineral classificado no código 27/04/0010 da NBM/SH, realizadas por indústrias sediadas neste Estado, para o momento da saída interna ou para outra unidade da Federação, não sendo aplicável o benefício às operações de importação realizadas ao abrigo da Lei n.º 2.508, de 22 de maio de 1970.	Anexo III, item 5, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	25/10/ 2002	1º/12/2002	
Decreto	1.090-R/2002	Diferimento nas importações, do exterior, de perfis em "U", "I" ou "H", classificados no código 72.16.3 da NBM/SH e perfis em "L" ou "I", classificados no código 72.16.40 da NBM/SH, simplesmente laminados, estirados ou extrudados a quente, de altura igual ou superior a oitenta milímetros, realizadas por indústrias sediadas neste Estado, para o momento da subsequente saída tributada.	Anexo III, item 7, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	25/10/ 2002	1º/12/2002	
Decreto	1.090-R/2002	Diferimento nas importações, do exterior, de máquinas e equipamentos industriais, sem similar fabricados no País, destinados à instalação de indústria de cabos elétricos multiplexados para redes de distribuição aérea, a serem utilizados na condução de energia elétrica, telecomunicações e outros serviços correlatos, realizadas por indústrias sediadas neste Estado, para o momento da subsequente saída tributada.	Anexo III, item 8, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	25/10/ 2002	1º/12/2002	
Decreto	1.090-R/2002	Diferimento nas operações internas e interestaduais com álcool-etílico-anidro-combustível, destinadas a estabelecimento distribuidor de combustíveis, como tal definido pela ANP, para o momento em que ocorrer a saída da gasolina resultante da mistura com aquele produto.	Anexo III, item 9, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	25/10/ 2002	1º/12/2002	1. O imposto diferido deverá ser pago de uma só vez, englobadamente com o imposto retido por substituição tributária que incidirá sobre as subseqüentes operações até o consumidor final; 2. Na remessa de álcool-etílico-anidro-combustível deste Estado para outra unidade da Federação: 2.1. o estabelecimento distribuidor de combustíveis destinatário elaborará relação, em separado, para o álcool-etílico-anidro-combustível e para combustíveis derivados de petróleo, conforme dispuser a legislação tributária; 2.2 a refinaria de petróleo ou suas bases, na condição de sujeito passivo por substituição, à vista dos elementos recebidos do remetente, destinará a este Estado parcela do imposto incidente sobre o álcool- etílico-anidro-combustível, adotando como base de cálculo o valor da operação, nele incluído o respectivo imposto, aplicando sobre este valor, a alíquota interestadual correspondente; 3 no que couber, demais normas estabelecidas na legislação tributária.
Decreto	3.506-R/2014	Diferimento do lançamento e o pagamento do imposto incidente sobre as sucessivas saídas de sucatas de metais, de papel usado, de aparas de papel, de cacos de vidros; de fragmentos e resíduos de plástico, de borracha ou de tecidos, de sebos, exceto sebo industrial; de osso; de pelanca, de chifre e de casco de animais, para o momento em que ocorrer a saída: a) para outra unidade da Federação; b) dos produtos resultantes de sua industrialização; ou c) para consumidor final.	Anexo III, Item 10, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	21/01/ 2014	1º/02/2014	Não será exigido o valor do imposto quando da exportação dos produtos.
Decreto	2.413-R/2009 2.768-R/2011	Diferimento, nas sucessivas saídas de café cru, em coco ou em grão [...] (redação dada pelo Decreto n.º 2.768-R, de 1º/06/11, efeitos a partir de 02/06/11): a) para o momento em que ocorrer a saída para outra unidade da Federação ou para consumidor final ou, quando destinado a estabelecimento industrial situado neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída do produto resultante de sua industrialização (incluído pelo Decreto n.º 2.413-R, de 02/12/09, efeitos de 03/05/03 até 30/11/17); b) para o momento em que ocorrer a saída promovida pelos estabelecimentos da Conab, localizados neste Estado, em relação às operações vinculadas (redação dada pelo Decreto n.º 2.768-R, de 1º/06/11, efeitos a partir de 02/06/11): 1. à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM -, observadas as disposições do Capítulo XXIII do Título II, deste Regulamento (incluído pelo Decreto n.º 2.413-R, de 02/12/09, efeitos de 03/05/03 até 30/11/17); 2. ao exercício da opção de venda pelo produtor rural ou sua cooperativa, quando signatários de contratos de opção de venda de produtos agropecuários (incluído pelo Decreto n.º 2.413-R, de 02/12/09, efeitos de 03/05/03 até 30/11/17); 3. ao pagamento de dívida originária de operações de crédito com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé (incluído pelo Decreto n.º 2.413-R, de 02/12/09, efeitos de 03/05/03 até 30/11/17); 4. ao pagamento de financiamento de pré-comercialização ou estocagem, feita a qualquer contribuinte (incluído pelo Decreto n.º 2.413-R, de 02/12/09, efeitos de 03/05/03 até 30/11/17); 5. à transferência, em consignação, dos estoques governamentais de café de propriedade do Funcafé (incluído pelo Decreto n.º 2.768-R, de 1º/06/11, efeitos a partir de 02/06/11); *6. às vendas de café do Governo Federal, por meio de leilões públicos (incluído pelo Decreto n.º 2.768-R, de 1º/06/11, efeitos a partir de 02/06/11).*	Anexo III, Item 11, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	03/12/ 2009	03/12/2009	Quando o café recebido com diferimento for utilizado como matéria-prima em processo de industrialização e o produto resultante for destinado ao exterior, fica o estabelecimento industrial situado neste Estado dispensado do pagamento do imposto diferido nas operações antecedentes.
Decreto	3.335-R/2013	**Diferimento** nas sucessivas saídas de cana-de-açúcar em caule produzida no Estado, promovidas por qualquer estabelecimento, com destino à indústria açucareira ou alcooleira, estabelecida no Estado, para o momento em que ocorrer a saída do produto resultante de sua industrialização.	Anexo III, Item 13, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	25/06/ 2013	25/06/2013	

Decreto	1.676-R/2006	**Diferimento** nas sucessivas saídas internas de gado ovino, caprino, bovino ou bufalino, para o momento em que ocorrer a saída do estabelecimento abatedor ou para outra unidade da Federação, vedado o aproveitamento de quaisquer créditos relativos à aquisição das mercadorias.	Art. 328 do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002. (Anexo III, Item 14, do RICMS/ES)	26/05/ 2006	26/05/2006	
Decreto	1.676-R/2006	**Diferimento** nas sucessivas saídas de aves ou suínos, para o momento em que ocorrer a saída do estabelecimento abatedor ou para outra unidade da Federação, vedado o aproveitamento de quaisquer créditos relativos à aquisição das mercadorias.	Art. 329 do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002. (Anexo III, Item 15, do RICMS/ES)	26/05/ 2006	26/05/2006	
Decreto	1.427-R/2005	**Diferimento** do imposto incidente sobre as sucessivas saídas internas de mandioca, de borracha in natura e de carvão vegetal, para o momento em que ocorrer a saída: I - para consumidor; II - do estabelecimento industrial ou beneficiador, do produto resultante da industrialização ou do beneficiamento; ou III - para outra unidade da Federação.	Art. 332, II, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002. (Anexo III, Item 16, do RICMS/ES)	18/01/ 2005	1º/01/2005	
Decreto	1.090-R/2002	**Diferimento** nas saídas de mercadorias promovidas por estabelecimento agropecuário, com destino a estabelecimento beneficiador, industrial, comercial ou com destino a estabelecimento cooperativo de que faça parte, pertencentes, remetente e destinatário, ao mesmo titular e situados neste Estado, para o momento em que ocorrerem as saídas, promovidas por estes, dos produtos resultantes da industrialização ou das mercadorias entradas para comercialização.	Anexo III, Item 17, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	25/10/ 2002	1º/12/2002	
Decreto	1.090-R/2002	**Diferimento** nas saídas, para o território deste Estado, de mercadorias remetidas para demonstração, inclusive com destino a consumidor ou usuário final, para o momento em que ocorrer a transmissão de sua propriedade.	Anexo III, Item 18, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	25/10/ 2002	1º/12/2002	
Decreto	1.090-R/2002	**Diferimento** nas saídas internas promovidas por produtor agropecuário, com destino à CONAB, nas operações vinculadas à Política de Garantia de Preços Mínimos - CONAB/PGPM -, para o momento em que ocorrer a saída subsequente da mercadoria.	Art. 450, I do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002 (Anexo III, Item 19, do RICMS/ES)	25/10/ 2002	1º/12/2002	
Decreto	1.090-R/2002	**Diferimento** nas sucessivas saídas de frutas frescas in natura produzidas no Estado, promovidas por estabelecimento produtor, com destino a estabelecimento industrial situado no Estado, para o momento em que ocorrer a saída do produto resultante de sua industrialização.	Art. 339 do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002. (Anexo III, Item 21, do RICMS/ES)	25/10/ 2002	1º/12/2002	
Decreto	3.707-R/2014	Diferimento nas operações internas com minério de ferro pellet feed, código NCM 2601/11/00, para o momento em que ocorrer a saída tributada de produtos classificados nos códigos NCM 2601.12, 2601/12/10 e 2601/12/90, resultantes da sua industrialização (redação dada ao item 22 pelo Decreto n.º 3.707-R, de 02/12/14, efeitos a partir de 03/12/14).	Anexo III, Item 22, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	17/07/2003	26/06/2003	
Decreto	1.221-R/2003	Diferimento do lançamento e do pagamento do imposto incidente sobre as operações, com produtos industrializados, de produção própria, realizadas por produtor rural que exercer a atividade de agroindústria artesanal rural, para o momento: a) em que ocorrer a subsequente saída, promovida por estabelecimento comercial situado neste Estado; ou b) da saída do produto resultante de sua industrialização, quando utilizado como insumo por estabelecimento industrial situado neste Estado.	Art. 509, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002. (Anexo III, Item 23, do RICMS/ES)	30/09/2003	30/09/2003	
Decreto	2.712-R/2011	Diferimento nas sucessivas saídas internas de cacau em amêndoas e pimenta do reino, vedado o aproveitamento de quaisquer créditos relativos a esses produtos, para o momento em que ocorrer a saída: a) para consumidor final; b) do produto resultante de sua industrialização; ou c) para outra unidade da Federação.	Art. 530-D, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002. (Anexo III, Item 24, do RICMS/ES)	25/03/ 2011	25/03/2011	

Decreto	2.021-R/2008	Diferimento do lançamento e do pagamento do imposto incidente sobre as saídas internas de madeira extraída de florestas cultivadas, destinadas à utilização como matéria-prima, por estabelecimento fabril localizado neste Estado, vedado o aproveitamento de quaisquer créditos relativos a estes produtos, para o momento em que o estabelecimento industrial promover a saída tributada do produto resultante de sua industrialização.	Anexo III, Item 25, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	11/03/ 2008	11/03/2008	
Decreto	1.371-R/2004	Diferimento nas importações, do exterior, dos produtos abaixo relacionados, classificados nos respectivos códigos da NCM, para o momento da subseqüente saída do estabelecimento importador: a) malte à granel - 1107/10/10; b) malte (torrado) ensacado - 1107.20.10; c) terras filtrantes - 3802.90.40; d) terras filtrantes - 2512.00.00; e) alginato de propileno glicol - 3913/10/00; f) extrato de lúpulo - 1302.1300; e g) lúpulo em pellet - 12/10/2010.	Anexo III, Item 26, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	25/08/ 2004	25/08/2004	
Decreto	1.542-R/2005	Diferimento nas importações, do exterior, de máquinas e equipamentos realizadas por estabelecimentos avicultores, suinocultores ou pelas cooperativas de produtores que atuam nestes segmentos, desde que destinadas à instalação de unidades de beneficiamento industrial, ou à ampliação, modernização ou recuperação de instalações agropecuárias industriais, relacionados às suas atividades, para o momento de sua desincorporação do ativo permanente.	Anexo III, Item 27, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	15/09/ 2005	15/09/2005	
Decreto	1.578-R/2005	**Diferimento** nas operações internas com farinha de trigo ou mistura pré-preparada de farinha de trigo, promovidas por estabelecimento moageiro, destinadas à comercialização ou industrialização.	Anexo III, Item 28, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	10/11/ 2005	10/11/2005	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Decreto	1.920-R/2007	Diferimento nas saídas internas, reais ou simbólicas, promovidas por estabelecimentos industriais prestadores dos serviços de lavanderia, tinturaria e de facção de artigos do vestuário, sob encomenda, para o momento em que ocorrer a saída do produto final resultante da industrialização pelo estabelecimento encomendante, localizado neste Estado, não sendo exigido o valor do imposto se a operação subsequente for de exportação.	Anexo III, item 30, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	21/09/ 2007	21/09/2007	
Decreto	1.920-R/2007	Diferimento do imposto incidente nas operações internas com peixes, crustáceos e moluscos, capturados ou produzidos neste Estado, promovida por pescadores e aquicultores, pessoas físicas ou jurídicas, desde que destinadas a estabelecimento comercial ou industrial.	Anexo III, Item 31, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	21/09/ 2007	21/09/2007	
Decreto	1.923-R/2007 Retificação (09/10/2007)	Diferimento do lançamento e o pagamento do imposto incidente sobre as saídas internas de madeira extraída de florestas cultivadas, com destino a estabelecimento fabril moveleiro localizado neste Estado, vedado o aproveitamento de quaisquer créditos relativos a estes produtos, para o momento em que o estabelecimento industrial promover a saída tributada do produto resultante de sua industrialização.	Anexo III, Item 32, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	21/09/ 2007	21/09/2007	
Decreto	2.278-R/2009	Diferimento nas operações internas com AEHC, que tiverem como remetente o estabelecimento industrial e como destinatário distribuidora de combustíveis, devidamente definidos e autorizados pelo órgão federal competente.	Anexo III, Item 33, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	23/06/ 2009	1º/07/2009	
Decreto	2.330-R/2009	**Diferimento** nas operações internas com petróleo bruto realizadas entre empresas consorciadas para exploração e produção de petróleo em plataforma marítima de qualquer tipo, para o momento em que ocorrer a saída para: a) outra unidade da Federação; ou *b) o exterior.*	Art. 534-Z-P, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002. (Anexo III, item 34, do RICMS/ES)	14/08/ 2009	14/08/2009	Não exigir-se-á o valor do imposto cuja obrigação tributária foi diferida nos termos deste item, se as operações previstas nas alíneas a e b forem imunes. O diferimento aplica-se exclusivamente ao petróleo bruto produzido nos campos em que as empresas forem parceiras, conforme registro na ANP.
Decreto	2.421-R/2009	Diferimento nas operações internas com gás natural destinado como matéria-prima para a indústria gás-química para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes de sua industrialização.	Art. 534-Z-Q, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002. (Anexo III, Item 35, do RICMS/ES)	16/12/ 2009	16/12/2009	Não se exigirá o valor do imposto cuja obrigação tributária foi diferida, se as operações subsequentes não estiverem sujeitas à incidência do imposto.
Decreto	2.468-R/2010 Retificação (23/04/2010)	**Diferimento** do lançamento e o pagamento do imposto incidente nas operações de importação, do exterior, de gás natural, realizadas por importador estabelecido neste Estado através de terminais marítimos, localizados neste Estado, para o momento em que ocorrer: I - a saída para outra unidade da Federação; II - a saída tributada interna, promovida diretamente pelo importador ou por concessionária de distribuição de gás natural, com destino a estabelecimento de UTE, localizado neste Estado; ou III - outras saídas tributadas internas.	Art. 534-Z-R, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002. (Anexo III, item 36, do RICMS/ES)	26/02/ 2010	26/02/2010	
Decreto	2.504-R/2010	**Diferimento** do lançamento e o pagamento do imposto incidente nas operações de importação, do exterior, de hulha mesmo em pó, mas não aglomeradas, NCM 2701.1, antracita, NCM 2701/11/00, hulha betuminosa, NCM 2701/12/00, outras hulhas, NCM 2701.19.00, linhitas, mesmo em pó, mas não aglomeradas NCM 2702/10/00 e linhitas aglomeradas NCM 2702.20.00, realizadas por importador estabelecido neste Estado, para o momento em que ocorrer: I - a saída para outra unidade da Federação; ou II - a saída tributada interna ou interestadual do produto *resultante de sua industrialização.*	Anexo III, item 37, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	22/04/ 2010	1º/04/2010	Não será exigido o valor do imposto referente à obrigação tributária diferida, em caso de exportação de produto resultante de sua industrialização, quando utilizado como insumo por estabelecimento industrial situado neste Estado.
Decreto	2.642-R/2010	**Diferimento** do lançamento e o pagamento do imposto incidente nas operações de importação, do exterior, de olivina, código NCM 2519.90.90, realizadas por estabelecimento industrial importador localizado neste Estado, para o momento em que ocorrer: I - a saída para outra unidade da Federação; ou II - a saída tributada interna ou interestadual do produto resultante de sua industrialização.	Anexo III, item 38, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	28/12/ 2010	28/12/2010	Não será exigido o valor do imposto referente à obrigação tributária diferida, em caso de exportação de produto resultante de sua industrialização, quando utilizado como insumo por estabelecimento industrial situado neste Estado.
Decreto	2.565-R/2010	Diferimento do lançamento e o pagamento do imposto incidente nas operações de importação, do exterior, de bobinas laminadas a frio, códigos NCM 7209.16.00, 7209.17.00 e 7209.18.00, realizadas por estabelecimento industrial importador localizado neste Estado, para o momento da subsequente saída tributada.	Anexo III, item 39, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	12/08/ 2010	1º/09/2010	
Decreto	2.712-R/2011	Diferimento do nas sucessivas saídas internas de resíduos de materiais líquidos ou sólidos, não abrangidos pelo item 10, do Anexo III do RICMS/ES, originários de descarte domiciliar, agrícola, comercial ou industrial, coletados, armazenados e processados neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída: a) para outra unidade da Federação; b) dos produtos resultantes de sua industrialização; ou c) para consumidor final.	Anexo III, item 40, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	25/03/ 2011	25/03/2011	
Decreto	2.764-R/2011	Diferimento do lançamento e o pagamento do imposto incidente sobre as sucessivas saídas internas de leite spot, para o momento em que ocorrer a saída: a) para outra unidade da Federação; e b) de produtos resultantes de sua industrialização.	Art. 530-Z-R, I do RICMS/ES aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25/10/2002. (Anexo III, item 41, do RICMS/ES)	1º/06/ 2011	1º/06/2011	As indústrias de laticínios ou cooperativas estabelecidas neste Estado, deverão efetuar o estorno do crédito presumido, equivalente a sete por cento do valor das aquisições de leite produzido no Estado, de que trata o art. 530-Z-P, do RICMS/ES.
Decreto	2.929-R/2011	Diferimento do pagamento do imposto devido pelo estabelecimento produtor ou abatedor de aves, ou fabricante dos produtos derivados do seu abate, referente ao diferencial de alíquotas devido nas aquisições de máquinas e equipamentos, para o momento em que ocorrer a respectiva saída do bem do estabelecimento.	Art. 329, § 2.º do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002. (Anexo III, Item 42 do RICMS/ES).	06/01/ 2012	1º/02/2012	
Decreto	3.009-R/2012	Diferimento do lançamento e o pagamento do imposto incidente nas operações internas de energia elétrica, destinadas a concessionárias de distribuição, para o momento em que ocorrer a saída para consumidor final;	Anexo III, item 44 do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	14/05/ 2012	14/05/2012	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Decreto	3.108-R/2012	Diferimento do lançamento e o pagamento do imposto incidente nas operações de importação dos produtos classificados nos códigos NCM/SH 8903.92.00 e 8903.99.00, para o momento em que ocorrer a saída do estabelecimento importador.	Anexo III, item 45 do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	18/09/ 2012	1º/08/2012	
Decreto	3.290-R/2013	Diferimento do lançamento e o pagamento do imposto incidente sobre as operações de importação, realizados por contribuintes localizados neste Estado, registrados há mais de cinco anos para a realização de operações ao abrigo da Lei n.º 2.508, de 1970, para o momento em que ocorrer a saída, a qualquer título, do estabelecimento importador, das mercadorias ou bens importados.	Art. 338-B do RICMS/ES aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002. (Anexo III, Item 47 do RICMS/ES).	26/04/ 2013	1º/05/2013	O diferimento: 1. dependerá da celebração de Termo de Acordo Sefaz; 2. abrangerá exclusivamente as operações de importação: a) nas quais forem utilizadas a infraestrutura portuária ou aeroportuária deste Estado; b) as mercadorias importadas sejam desembarcadas e desembaraçadas no território deste Estado; Não se aplica: 1. nas operações de importação: a) dos produtos discriminados no Anexo Único do Decreto n.º 4.357-N, de 1998; b) de mercadorias que sejam empregadas ou consumidas em processo de industrialização, por parte do importador; 3. o imposto a recolher em decorrência das saídas das mercadorias ou bens cujas importações tenham sido amparadas pelo diferimento de que trata este capítulo, terá como base de cálculo o valor da respectiva saída, nunca inferior ao custo de aquisição.
Decreto	3.506-R/2014	Diferimento do lançamento e o pagamento do imposto incidente sobre as saídas internas de couro ou pele em estado fresco, salmourado ou salgado, destinadas exclusivamente a estabelecimentos industriais situados neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída do produto resultante de sua industrialização ou transformação.	Anexo III, Item 48 do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	21/01/ 2014	1º/02/2014	
Decreto	3.591-R/2014	Diferimento do lançamento e o pagamento do imposto incidente sobre as operações internas com gás natural, para o momento em que ocorrer a saída da UPGN.	Anexo III, item 49 do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	11/06/ 2014	11/06/2014	
Decreto	3.801-R/2015	Diferimento do lançamento e o pagamento do imposto incidente sobre as saídas internas de alumínio gotão, alumínio granulado e alumínio em pó, classificados nos códigos NCM/SH 7601/10/00, 7601.20.00 e 7602.00.00 destinados exclusivamente a estabelecimentos industriais situados neste Estado, para o momento em que ocorrer a entrada no estabelecimento do adquirente.	Anexo III, item 51 do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto 1.090-R, de 25/10/2002.	30/04/ 2015	1º/05/2015	
Decreto	2.194-R/2008	Diferimento do imposto devido pelas subsequentes saídas, no território deste Estado, decorrentes de operações internas ou de importação, ou pelas remessas interestaduais de AEAC ou com B100, quando destinados a distribuidora de combustíveis, para o momento em que ocorrer a saída da gasolina resultante da mistura com AEAC ou a saída do óleo diesel resultante da mistura com B100, promovida pela distribuidora de combustíveis, ou, ainda, no momento em que ocorrer a saída isenta ou não tributada de AEAC ou B100, inclusive para a Zona Franca de Manaus e para as Áreas de Livre Comércio.	Art. 254 e § 7º, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25/10/2002.	31/12/ 2008	1º/01/2009	
Decreto	2.768-R/2011	Diferimento do lançamento e do pagamento do imposto, para o momento em que ocorrer a saída subsequente, promovida por estabelecimentos da Conab, localizados neste Estado, em relação às seguintes operações: I - saídas internas promovidas por produtor agropecuário com destino à Conab, nas operações vinculadas à Conab/PGPM; II - transferência, em consignação, à Conab, dos estoques governamentais de café cru, em coco ou em grão, de propriedade do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé; ou III - venda de café do Governo Federal, por meio de leilões públicos. IV - transferência de mercadorias entre estabelecimentos da CONAB/PGPM. O diferimento aplica-se ainda às operações de remessa, real ou simbólica, de mercadoria para depósito em fazendas ou sítios, promovidas pela CONAB, bem como o respectivo retorno a esta, desde que, em cada caso, haja prévia autorização do Fisco.	Art. 450, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25/10/2002.	02/06/ 2011	02/06/2011	
Lei	7.559/2003	O imposto não incide sobre operações relativas ao fornecimento de energia elétrica e prestações de serviços de comunicação feitas por qualquer meio, aos templos de qualquer culto, conforme dispuser o regulamento.	Art. 4º, XIII, da Lei nº 7.000, de 27/12/2001.	17/11/2003	1º/12/2003	
Decreto	1.276-R/2004	O imposto não incide sobre operações relativas ao fornecimento de energia elétrica e prestações de serviços de comunicação feitas aos templos de qualquer culto, vedada a telefonia móvel celular.	Art. 4º, XIV, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25/10/2002.	04/02/2004	04/02/2004	A imunidade compreende as atividades relacionadas com as finalidades essenciais do templo, inclusive escolas, creches e centros sociais;
Lei	10.630/2017	Liquidar, mediante compensação, do ICMS devido na importação de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais, com os saldos credores acumulados por estabelecimentos que realizem operações que destinem mercadorias para o exterior ou serviços prestados a destinatários no exterior, ou saídas com fim específico de exportação, na forma prevista em lei, na proporção que estas saídas representem do total das saídas realizadas pelo estabelecimento.	Art. 53, § 2º, III, da Lei 7.000/01	29/03/2017	29/03/2017	
Decreto	2.644-R/2010	As empresas que realizarem projeto econômico relativo à implantação de empreendimento novo, expansão, diversificação da capacidade produtiva ou revitalização de unidade paralisada poderão receber, em transferência, créditos acumulados nos termos do art. 53, §§ 2.º a 4.º, da Lei n.º 7.000, de 27 de dezembro de 2001, devidamente reconhecidos pelo Secretário de Estado da Fazenda, podendo utilizá-los para liquidar, mediante compensação, o imposto devido: - na importação de máquinas, equipamentos, peças, partes e componentes, destinados a integrar o seu ativo permanente	Art. 136-A, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25/10/2002.	28/12/2010	28/12/2010	

		imobilizado; - relativo ao diferencial de alíquotas, na aquisição de máquinas, equipamentos, peças, partes e componentes, destinados a integrar o seu ativo permanente imobilizado; ou - nas operações próprias com mercadorias resultantes do processo de industrialização, até o limite de oitenta por cento do saldo devedor mensal. - os estabelecimentos que receberem créditos em transferência, poderão retransferi-los a fornecedores industriais localizados neste Estado, quando da aquisição de máquinas, equipamentos, peças, partes e componentes, destinados a integrar o seu ativo permanente imobilizado, até o limite do imposto destacado na nota fiscal que acobertar a respectiva operação de fornecimento.				
Decreto	2.516-R/2010	Redução da base de cálculo no fornecimento de energia elétrica, de forma que a carga tributária efetiva resulte no percentual de quatro por cento, quando destinada a produtor rural ou empresa agropecuária, devidamente inscritos no cadastro de produtores rurais ou no cadastro de contribuintes do imposto.	Art. 70, I, "b" e § 2º, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25/10/2002.	13/05/2010	13/05/2010	O benefício somente se aplica à energia elétrica fornecida pelas seguintes empresas: - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A - Escelsa, Pça. Costa Pereira, 210, 3º andar, Centro, Vitória, ES, inscrição estadual n.º 080.250.16-5 e CNPJ n.º 28.152.650/0001-71; - Empresa Luz e Força Santa Maria S/A, Av. Angelo Giubertti, 385, Esplanada, Colatina, ES, , inscrição estadual n.º 080.073.33-6 e CNPJ n.º 27.485.069/0001-09.
Decreto	1.340-R/2004	**Adoção de Regime Especial de Obrigação** Acessória - REOA para recolhimento do imposto.	Art. 531, I do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25/10/2002.	01/10/2004	01/10/2004	

II - GOIÁS

ATOS (3)	NÚMERO (4)	EMENTA OU ASSUNTO (5)	DISPOSITIVO ESPECÍFICO (6)	DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE (7)	TERMO INICIAL (8)	OBSERVAÇÕES (9)
Decreto	5.059	Introduz alterações no Decreto nº 5.036, de 16 de abril de 1999.	"-"	23/06/1999	21/01/1999	"-"
Decreto	5.344	Altera o Decreto nº 5.036, de 16 de abril de 1999.	Art. 1º	05/01/2001	05/01/2001	"-"
Decreto	5.645	Introduz alterações no Decreto nº 5.036, de 16 de abril de 1999 e dá outras providências.	Art. 1º	30/08/2002	01/05/2002	"-"
Decreto	6.002	Introduz alterações no texto do Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR, aprovado pelo Decreto no 5.265, de 31 de julho de 2000.	Art. 1º	02/09/2004	01/01/2004	"-"
Decreto	7.026	Regulamenta a aplicação da Lei n 16.675, de 28 de julho de 2009, que dispõe sobre a transação e o parcelamento tributários em âmbito judicial.	"-"	16/11/2009	16/11/2009	"-"
Lei	14.781	Dispõe sobre a adoção medidas tributárias para preservar a competitividade do contribuinte do ICMS estabelecido em território goiano.	"-"	09/06/2004	09/06/2004	"-"
Lei	16.141	Dispõe sobre a prorrogação do prazo de fruição do crédito especial para investimento, na situação que especifica.	art. 1º	22/10/2007	22/10/2007	"-"
Lei	17.280	Dispõe sobre isenção do ICMS na operação interna com milho destinada ao industrial goiano, na situação que especifica.	art. 1º	25/03/2011	01/11/2010	"-"
Lei	17.635	Altera a Lei nº 17.280, de 25 de março de 2011, que dispõe sobre isenção do ICMS na operação interna com milho destinada ao industrial goiano, na situação que especifica.	art. 1º	16/05/2012	01/01/2012	"-"
Lei	18.173	Institui o Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual -RECUPERAR.	art. 1º	27/09/2013	27/09/2013	"-"
Lei	18.647	Altera a Lei nº 17.441, de 21 de outubro de 2011, que institui o Programa de Incentivo à Implantação de Empreendimento Industrial para a produção de grupos geradores de energia elétrica.	art. 2º	19/09/2014	19/09/2014	"-"
Lei	18.709	Dispõe sobre o Programa Incentivo à Regularização Fiscal de Empresas no Estado de Goiás - REGULARIZA.	art. 1º	22/12/2014	22/12/2014	"-"

III - PARANÁ

ATOS (3)	**NÚMERO (4)**	**EMENTA OU ASSUNTO (5)**	**DISPOSITIVO ESPECÍFICO (6)**	**DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE (7)**	**TERMO INICIAL (8)**	OBSERVAÇÕES (9)
Decreto	6.080, de 28/9/2012 (RICMS)	Fixa o prazo de pagamento do ICMS devido na substituição tributária, em relação às operações subsequentes, em até o dia três do segundo mês subsequente ao das saídas, nas operações com produtos alimentícios, com artefatos de uso doméstico, com artigos de papelaria e com materiais de limpeza.	Itens 1 a 4 da alínea "i" do inciso X do "caput" do art. 75,acrescentado pelo Decreto n. 10.835, de 23/04/2014	28/09/2012 24/04/2014	01/05/2014	Alterado pelo Decreto n. 3.240, de 23/12/2015. Atualmente a matéria está prevista nos itens 1 a 4 da alínea "h" do inciso VII do "caput" do art. 74 do RICMS (Decreto n. 7.871/2017)
Decreto	6.080, de 28/9/2012 (RICMS)	Dispensa o imposto nas operações internas com os produtos resultantes do processo de industrialização, na área rural, utilizando, no mínimo, cinquenta por cento de matéria-prima proveniente de sua própria produção agropecuária, percentual esse que pode ser reduzido a vinte por cento em relação às agroindústrias com atividade de panificação, inclusive de produção de biscoitos, bolachas, bolos e massas alimentícias, devidamente identificados com rótulo da cooperativa agroindustrial da agricultura familiar ou dos produtores rurais familiares agroindustriais cadastrado na SEAB/EMATER, e com selo que demonstre a participação no "Programa de Agroindústria Familiar Fábrica do Agricultor".	Incisos VI e VII do "caput" do art. 591 e seu § 3º	28/09/2012	01/10/2012	Atualmente a matéria está prevista nos incisos VI e VII do "caput" do art. 549 e seu § 3º do RICMS (Decreto n. 7.871/2017)
Decreto	6.080, de 28/9/2012 (RICMS)	Redução na base de cálculo do ICMS devido nas operações submetidas ao regime da substituição tributária com produtos farmacêuticos em 30% (trinta por cento) para os medicamentos similares, 25% (vinte e cinco por cento) para os medicamentos genéricos e 10% (dez por cento) para os demais produtos, não podendo resultar em carga de ICMS inferior a 7% (sete) por cento, dispensado o estorno proporcional dos créditos.	§ 3º do art. 125 do Anexo X	28/09/2012	01/10/2012	Alterado pelos Decretos n. 5.493, de 10/11/2016, 5.993, de 25/01/2017 e 5.792, de 21/12/2016. Atualmente a matéria está prevista no § 3º do art. 126 do Anexo IX do RICMS (Decreto n. 7.871/2017), alterado pelo Decreto n. 8.834, de 20.2.2018

IV - RIO DE JANEIRO

ATOS (3)	NÚMERO (4)	EMENTA OU ASSUNTO (5)	DISPOSITIVO ESPECÍFICO (6)	DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE (7)	TERMO INICIAL (8)	OBSERVAÇÕES (9)
Lei	2.804/97	Dispõe sobre o serviço público de transporte aquaviário de passageiros, cargas e veículos no Estado do Rio de Janeiro.	Art. 17	09/10/1997	09/10/1997	
Lei	2.869/97	Dispõe sobre o regime de prestação do serviço público de transporte ferroviário e metroviário de passageiros no Estado do Rio de Janeiro, e sobre o serviço público de saneamento básico no estado do Rio de Janeiro	Art. 22	19/12/1997	19/12/1997	

V - SÃO PAULO

ATOS (3)	NÚMERO (4)	EMENTA OU ASSUNTO (5)	DISPOSITIVO ESPECÍFICO (6)	DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE (7)	TERMO INICIAL (8)	OBSERVAÇÕES (9)
DECRETO	60.298/14	ANTECIPAÇÃO DE CRÉDITO RELATIVO A BEM DO ATIVO IMOBILIZADO - Operações com bens destinados a integrar o ativo imobilizado de contribuinte cuja atividade econômica principal estiver classificada sob um dos códigos da CNAE indicados no RICMS - O contribuinte que tiver adquirido os referidos bens	-	28.03.14	28.03.14	Trata-se de ato normativo alterador de benefício fiscal vigente que já foi publicado (item 13) e depositado

		diretamente de fabricante localizado no Estado de São Paulo poderá creditar-se, integralmente e de uma só vez, do montante correspondente ao valor do imposto cobrado na respectiva aquisição.				
DECRETO	60.061/14	FEIJÃO - o estabelecimento que efetuar o beneficiamento, acondicionamento ou reacondicionamento de feijão, em seu estado natural, poderá creditar-se, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos, exceto o relativo ao pagamento decorrente do lançamento previsto na alínea "b" do inciso I do artigo 348 do RICMS, de importância equivalente à aplicação do percentual de: I - 11% (onze por cento) sobre o valor da saída em operações sujeitas à alíquota de 12% (doze por cento); II - 6% (seis por cento) sobre valor da saída em operações: a) sujeitas à alíquota de 7% (sete por cento); b) contempladas com a redução de base de cálculo prevista no artigo 3º do Anexo II do RICMS. III - 3% (três por cento) sobre o valor da saída em operações sujeitas à alíquota de 4% (quatro por cento).	-	15.01.14	15.01.14	Trata-se de ato normativo alterador de benefício fiscal vigente que já foi publicado (item 44) e depositado
LEI	12.185/06	ENERGIA ELÉTRICA - Isenção para o fornecimento de energia elétrica residencial até a faixa de consumo de 90Kwh	-	07.01.06	07.01.06	Regulamentado pelo Art. 1° do Decreto 50473/06 (alínea "a" do inciso II do artigo 29 do Anexo I, RICMS). Este Decreto já foi publicado e depositado como ato alterador de outro benefício fiscal

SECRETARIA-EXECUTIVA

DESPACHO Nº 124, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Publica Protocolos celebrados entre os Estados e o Distrito Federal

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 39 e 40 desse mesmo diploma, faz publicar os seguintes Protocolos ICMS celebrados entre as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, que recebeu manifestação favorável na 173ª Reunião Ordinária da COTEPE/ICMS, realizada nos dias 11 a 13 de setembro de 2018:

PROTOCOLO ICMS 58/18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos de perfumaria e de higiene pessoal e cosméticos relacionados no Anexo XIX do Convênio ICMS 52/17, que dispõe sobre as normas gerais a serem aplicadas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do ICMS com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, instituídos por convênios ou protocolos firmados entres os Estados e o Distrito Federal.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins, neste ato representados pelos seus Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins, nos termos deste protocolo e do Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, acordam em adotar o regime de substituição tributária nas operações interestaduais com bens e mercadorias classificados no Código Especificador da Substituição Tributária - CEST 20.023.00, 20.024.00, 20.025.00, 20.039.00, 20.040.00, 20.048.00, 20.048.01, 20.049.00, 20.050.00, 20.051.00, 20.058.00 e 20.063.00, relacionados no Anexo XIX do referido convênio.

Cláusula segunda Além do disposto na cláusula nona do Convênio ICMS 52/17, as disposições deste protocolo não se aplicam às operações interestaduais:

I - entre o Estado de Pernambuco e os Estados de Alagoas e Espírito Santo;

II - entre o Estado do Amapá e os Estados de Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Paraná;

III - com origem nos Estados do Pará e Pernambuco e destino no Estado do Amapá;

IV - entre o Estado do Pará e os Estados de Alagoas e Espírito Santo;

V - entre os Estados de Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso e Paraná;

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

PROTOCOLO ICMS 59/18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o Protocolo ICMS 26/04, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com rações para animais domésticos.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins e o Distrito Federal, neste ato representados por seus Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87/96, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica alterado o § 6º da cláusula segunda do Protocolo ICMS 26/04, de 18 de junho de 2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 6º Nas operações destinadas aos Estados do Acre, Mato Grosso, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo a base de cálculo será a prevista em suas legislações internas para os produtos mencionados na cláusula primeira.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

PROTOCOLO ICMS 60/18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o anexo único do Protocolo ICMS 98/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.

Os Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, neste ato representados por seus Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), e nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87/96, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica alterado o item 14 do Anexo Único do Protocolo ICMS 98/09, de 23 de julho de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	NCM/SH	DESCRIÇÃO
14	3304.91.00	Pós, incluídos os compactos

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

PROTOCOLO ICMS 61/18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Exclui o Estado do Tocantins das disposições do Protocolo ICMS 29/11, que dispõe sobre o transporte interno e interestadual de bens entre estabelecimentos da Tecnologia Bancária.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal, neste ato representados por seus Secretários de Fazenda Finança e Tributação, e tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica excluído o Estado do Tocantins do Protocolo ICMS 29/11, de 13 de abril de 2011.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS 62/18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o Protocolo ICMS 02/14, que concede tratamento diferenciado na prestação de serviço de transporte e na armazenagem de Etanol Hidratado Combustível - EHC no sistema dutoviário.

Os Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, neste ato representados pelos seus Secretários de Fazenda, Finança e Tributação, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar nº 87/96, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica acrescido o § 1º-A à cláusula primeira do Protocolo ICMS 02/14, de 17 de fevereiro de 2014, com a seguinte redação:

"§ 1º-A O tratamento diferenciado previsto no caput desta cláusula somente será concedido aos estabelecimentos contemplados no § 1º que atendam aos requisitos estabelecidos em Ato COTEPE/ICMS.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil do primeiro mês subsequente ao da sua publicação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROTOCOLO ICMS 63/18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o Protocolo ICMS 05/14, que concede tratamento diferenciado na prestação de serviço de transporte e na armazenagem de Etanol Anidro Combustível - EAC - no sistema dutoviário.

Os Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, neste ato representados pelos seus Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar nº 87/96, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica acrescido o § 1º-A à cláusula primeira do Protocolo ICMS 05/14, de 21 de março de 2014, com a seguinte redação:

"§ 1º-A O tratamento diferenciado previsto no caput desta cláusula somente será concedido aos estabelecimentos contemplados no § 1º que atendam aos requisitos estabelecidos em ato COTEPE/ICMS.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil do primeiro mês subsequente ao da sua publicação.

PROTOCOLO ICMS 64/18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o Anexo Único do Protocolo ICMS 64/15, que dispõe sobre remessas de petróleo bruto para formação de lote para posterior exportação

Os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, neste ato representados pelos seus Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Ficam acrescidos os seguintes estabelecimentos ao Anexo Único do Protocolo ICMS 64/15, de 18 de setembro de 2015, com a seguinte redação:

NOME DA EMPRESA	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
Petrogal Brasil S/A	03.571.723/0003-09	78.776.587
Petrogal Brasil S/A	03.571.723/0009-96	79.943.410
Petrogal Brasil S/A	03.571.723/0010-20	86.831.783
Petrogal Brasil S/A	03.571.723/0011-00	86.985.110
Petrogal Brasil S/A	03.571.723/0012-91	87.110.273
Petrogal Brasil S/A	03.571.723/0013-72	87.182.401
Petrogal Brasil S/A	03.571.723/0008-05	79.588.326

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS 65, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Revigora o Protocolo ICMS 80/15, que dispõe sobre as operações com insumos e aves, promovidas entre estabelecimentos abatedores e produtores que entre si mantêm contrato de integração e parceria, estabelecidos nos Estados de Mato Grosso do Sul, do Paraná e de São Paulo.

Os Estados de Mato Grosso do Sul, do Paraná e de São Paulo, neste ato representados pelos seus Secretários de Fazenda, Finanças e Tributação, tendo em vista o disposto nos artigos 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica revigorado o Protocolo ICMS 80/15, de 28 de dezembro de 2015, até 30 de junho de 2021.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS 66/18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a adesão do Estado de Minas Gerais ao Protocolo ICMS 82/12, que dispõe sobre a instituição da Central de Operações Estaduais - COE e o monitoramento, controle e compartilhamento de informações entre as Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados, do Distrito Federal e a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Rondônia, Sergipe, Tocantins, o Distrito Federal e a Receita Federal do Brasil, RFB, neste ato representados por seus Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação, tendo em vista o disposto nos artigos 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica incluído o Estado de Minas Gerais nas disposições do Protocolo ICMS 82/12, de 22 de junho de 2012.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS 67/18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Prorroga as disposições do Protocolo ICMS 85/08 que dispõe sobre as operações realizadas por estabelecimentos industriais localizados na Zona Franca de Manaus por meio de armazém geral localizado no Município de Uberlândia - MG.

Os Estados do Amazonas e de Minas Gerais, neste ato representados por seus Secretários de Fazenda, Finanças e Tributação, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira Ficam prorrogadas as disposições contidas no Protocolo ICMS 85/08, de 26 de setembro de 2015, até 30 de setembro de 2022.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS 68/18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Exclui o Estado de Santa Catarina do Protocolo ICMS 192/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

Os Estados do Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, neste ato representados por seus Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos art. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no Artigo 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e o disposto no Convênio ICMS 52/17, de 07 de abril de 2017, resolvem celebrar o seguinte:

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica excluído o Estado de Santa Catarina do Protocolo ICMS 192/09, de 11 de dezembro de 2009.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do dia 1º de novembro de 2018.

PROTOCOLO ICMS 69/18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Revoga o Protocolo ICMS 106/12, que dispõe sobre substituição tributária nas operações com produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

Os Estados de Santa Catarina e São Paulo, neste ato representados por seus Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos art. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) e no Artigo 9º da Lei Complementar nº 87/96, de 13 de setembro de 1996, e o disposto no Convênio ICMS 52/17, de 07 de abril de 2017, resolvem celebrar o seguinte:

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica revogado o Protocolo ICMS 106/12, de 3 de setembro de 2012.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do dia 1º de novembro de 2018.

PROTOCOLO ICMS 70/18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o Protocolo ICMS 42/18, que altera o Protocolo ICMS 97/10 que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças.

Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, neste ato representados pelos seus Secretários de Fazenda, Finanças e Tributação, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei n: 5.172, de 25 de outubro de 1966), e no art. 9º da Lei Complementar n: 87, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica alterada a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42/18, de 3 de julho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2019.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

PROTOCOLO ICMS 71/18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o Protocolo ICMS 43/18, que altera o Protocolo ICMS 24/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças.

Os Estados do Espírito Santo e São Paulo, neste ato representados por seus Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87/96, de 13 de setembro de 1996, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica altera a cláusula segunda do Protocolo ICMS 43/18, de 3 de julho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2019.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

RENATA LARISSA SILVESTRE

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 4ª REGIÃO

PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PASSO FUNDO-RS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 2, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Exclui pessoas físicas e/ou jurídicas do Parcelamento Especial - PAES, de que trata o art. 1º da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL EM PASSO FUNDO RS, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 60, inciso II, e 79, inciso I, 'd', do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria n° 257, de 23 de junho de 2009, Seção I, página 33 e seguintes, publicada no D.O.U. de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003, c/c o art. 7º, I, da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica rescindido o Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei 10.684/2003, na forma do art. 7º da citada lei, os sujeitos passivos relacionados no Anexo Único, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados em que o sujeito passivo não efetuou recolhimento das parcelas do Paes ou que estes tenham sido realizados em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contados da data da publicação deste Ato declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador Seccional da Fazenda Nacional em Passo Fundo RS, com endereço na Rua Antônio Araújo, 1190, Passo Fundo /RS, CEP 99010-220.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 4º Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VALDEMAR DA SILVA BALBE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (PAES)

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Processo Administrativo
00.085.553/0001-94	INDUSTRIA GRAFICA PLANALTO LTDA	19802.000084/2015-69

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 176, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. PERDÃO DE DÍVIDA. RECEITA FINANCEIRA.

Cuidando-se de pessoa jurídica que se dedica ao transporte rodoviário de carga, o perdão de dívida referente a empréstimo bancário deve ser classificado como receita financeira e sujeita-se à incidência não cumulativa da Cofins à alíquota de 4%.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º; Lei nº 10.865, de 2004, art. 27; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; Decreto nº 5.442, de 2005, art. 1º; Decreto nº 8.426, de 2015, arts. 1º a 3º; Ato declaratório SRF nº 85, de 1999, e Resolução CFC nº 1.374, de 2011, itens 4.47 e 4.48.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. PERDÃO DE DÍVIDA. RECEITA FINANCEIRA.

Cuidando-se de pessoa jurídica que se dedica ao transporte rodoviário de carga, o perdão de dívida referente a empréstimo bancário deve ser classificado como receita financeira e sujeita-se à incidência não cumulativa do PIS/Pasep à alíquota de 0,65%.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 1º; Lei nº 10.865, de 2004, art. 27; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; Decreto nº 5.442, de 2005, art. 1º; Decreto nº 8.426, de 2015, arts. 1º a 3º; Ato declaratório SRF nº 85, de 1999, e Resolução CFC nº 1.374, de 2011, itens 4.47 e 4.48.

FERNANDO MOMBELLI

Coordenador-Geral da Cosit

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 91, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º, da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720761/2018-15 e, com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca BMW, modelo ACTIVE HYBRID 7, ano 2015, cor branca, chassi WBAYA0109FC992609, desembaraçado por meio da declaração de Importação nº 15/0699625-8, de 16/04/2015, pela Alfândega do Porto de São Francisco do Sul/SC, da Embaixada da República Federal da Alemanha, CNPJ nº 03.871.338/0001-07, para Allyne Lugui, CPF n° 321.696.778-60.

Este Ato declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE MARTINS ANGOTI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

PORTARIA Nº 1, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O CHEFE DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE (CAC), DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 5º, da portaria DRF/BSB Nº 90, DE 24 DE MAIO DE 2018, resolve:

Art. 1º Delegar aos servidores estatutários lotados no CAC as competências previstas no inciso I, do artigo 5º, da portaria DRF/BSB Nº 90, DE 24 DE MAIO DE 2018.

Art. 2º Os atos praticados em função das competências previstas nesta Portaria deverão mencionar, após a assinatura, o número e a data deste ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados com fundamento na Portaria DRF/BSB n° 44, de 2011, no período compreendido entre o início da vigência da Portaria DRF/BSB nº 90 e o início da vigência desta Portaria.

JÚLIO CÉSAR DE ALEXANDRIA CRUZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de IMPLANTAÇÃO do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM PALMAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o disposto no art. 59 da Instrução Normativa SRF 267, de 23 de dezembro de 2002, considerando ainda o processo administrativo nº 10746.721289/2018-71, declara:

A empresa KOKAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 60/2018, expedido pela SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, órgão integrante do Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: KOKAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA

II - CNPJ: 17.832.268/0001-92;

III - Endereço da Unidade Produtora: Q. 112 SUL, RUA SR 01, LOTE 25-A, S/N - PARTE B, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS-TO, CEP 77.020-170

IV - Incentivo fiscal objeto do Laudo Constitutivo: Redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis;

V - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a nova redação dada pelo art. 69 da Lei n° 12.715, de 17 de setembro de 2012, conforme os critérios estabelecidos no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e na Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2.091-A, de 28 de dezembro de 2007;

VI - Condição onerosa: IMPLANTAÇÃO de empreendimento industrial na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;

VII - Setor prioritário considerado: QUÍMICOS (EXCLUSIVE DE EXPLOSIVOS) E PETROQUÍMICO, MATERIAIS PLÁSTICOS, INCLUSIVE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS, conforme art. 2º, inciso VI, alínea "c" do Decreto 4.213, de 26 de abril de 2002;

VIII - Produto Incentivado: Tintas

IX - Prazo de vigência da redução: 10 (dez) anos;

X - Prazo para a fruição do benefício: Início ano-calendário de 2018 e Término ao ano calendário de 2027;

XI -Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75%;

A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 60/2018, bem assim, das demais normas regulamentares.

3. Este Ato declaratório Executivo produzirá efeitos a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ MÁRCIO BITTES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ

RETIFICAÇÃO

No Ato declaratório Executivo nº 2, de 17 de janeiro de 2013, publicado no DOU de 21/01/2013, Edição 14, Seção 1, página 11, Onde se lê: "...Registro Especial...", Leia-se: "...Registro Especial nº 03202/0003...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Cancelamento de Registro Especial.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE-PB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 340, Inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto nos Incisos I e II, do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º - Cancelado o registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas, e sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtos, o qual fora concedido à TALANTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ 07.752.047/0001-50.

Parágrafo único. O registro especial de que trata o caput é o de número 04302/0002.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GILBERTO MENDES RIOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 100, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11.10.2017, e ainda considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, no Decreto nº 4.213/2002, e na IN-SRF nº 267/2002, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa Usina Trapiche S.A - CNPJ 10.820.645/0001-24, em razão da MODERNIZAÇÃO de empreendimento industrial, na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma dos Incisos I e VI, alíneas "e" e "i", do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0053/2018, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE, e de acordo com o que consta do processo administrativo nº 10480.728074/2018-40.

Art. 2º. Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento matriz - CNPJ 10.820.645/0001-24, localizado no Engenho Rosário, s/nº, Município de Serinhaém(PE), limitando-se aos processos de geração de energia, fabricação de etanol e fabricação de bagaço, ficando excluídas do benefício outras atividades objeto da empresa em questão. A fruição do benefício dar-se-á no período de 01/01/2018 a 31/12/2027.

Art. 3º. Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0053/2018 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 57, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Declara a baixa de ofício de inscrição no CNPJ.

A DELEGADA-ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e Portaria DRF/ITA nº 20, de 18 de maio de 2018, considerando o disposto no artigo 29, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo nº 13558.721754/2018-80, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Baixada de Ofício a inscrição de nº 08.698.479/0001-93, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa BANDA BOB D' LA SHOWS E EVENTOS LTDA, por haver sido constatado CANCELAMENTO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DE REGISTRO.

Art. 2º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no DOU, com efeitos a partir de 19/07/2018.

MARCIA SAKURAI SAKAGUCHI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 2 DE OUTUBRO 2018

Declara suspenso o gozo de imunidade e isenção tributária.

O CHEFE DO SEORT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR (BA), no uso das atribuições previstas nos artigos 336 e 340, inciso II e VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017 (DOU de 11/10/2017) c/c o artigo 5º, inciso IV, da Portaria DRF/SDR nº 12/2014 (DOU de 12/02/2014, e com fundamento no art. 14, § 1º, da Lei nº 5.172/1966 e no art. 32 da Lei nº 9.430/ 1996, declara:

Art. 1º SUSPENSO o gozo dos benefícios de imunidade e isenção tributária pela pessoa jurídica INTS - INSTITUTO NACIONAL DE AMPARO À PESQUISA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E SAÚDE, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 11.344.038/0001-06, tendo em vista a constatação de descumprimento aos requisitos e condições estabelecidos no art. 9º, § 1º, e art. 14, incisos I, II e III, e § 1º, da Lei nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional (CTN), art. 12, § 2º, alíneas "a", "b" e "c", e § 3º, e arts. 13, 14 e 15 da Lei nº 9.532/1997, e art. 29, caput, incisos I, II, IV, V e VII, da Lei nº 12.101/2009, conforme Notificação Fiscal de Suspensão de Imunidade de Tributos e Despacho Decisório constante do processo administrativo nº 10580.721321/2018-59.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 148, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX/RJ, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.033782/0318-16, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso I, 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA CNPJ (matriz) nº 04.028.583/0001-10, para atuar como operadora, extensivo, também, para as filiais: 04.028.583/0002-09, 04.028.583/0003-81, 04.028.583/0005-43, 04.028.583/0006-24, 04.028.583/0007-05 e 04.028.583/0008-96 até o termo final, consignado no Anexo, que não pode ser superior ao prazo disposto no artigo 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Fica revogado o ADE DECEX Nº 045, de 11 de maio de 2018, publicado no D.O.U de 15 de maio de 2018, haja vista a inclusão de mais duas filiais.

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ANEXO

Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.033.782/0318-16			
Nº DO CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
04.028.583/0001-10	Campo em exploração Bacia Sedimentar de Campos: BM C-7	48610.003887/2000	27/10/2030
04.028.583/0001-10	Campo em exploração Bacia Sedimentar de Campos: Blocos C-M-529	48610.001365/2008-65	24/03/2040
04.028.583/0001-10	Bloco ES-M-598, denominado sob a identificação ES-M-598_R11	48610.005475/2013-63	26/09/2040
04.028.583/0001-10	Bloco ES-M-671, denominado sob a identificação ES-M-671_R11	48610.005485/2013-07	26/09/2040
04.028.583/0001-10	Bloco ES-M-673, denominado sob a identificação ES-M-673_R11	48610.005474/2013-19	26/09/2040
04.028.583/0001-10	Bloco ES-M-743, denominado sob a identificação ES-M-743_R11	48610.005459/2013-71	26/09/2040
04.028.583/0001-10	Bloco denominado BM-S-8	48610.003883/2000	27/10/2030
04.028.583/0001-10	NORTE DE CARCARÁ - Norte de carcará_P2	48610.012964/2017-03	31/12/2040

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 76, § 8º, Inciso II, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2.003 e tendo em vista o que foi apurado no processo administrativo nº 10689.720007/2015-06, resolve:

Art. 1º - Aplicar ao Sr. Nilson do Carmo Rodrigues, Despachante Aduaneiro, CPF: 080.580.888-46, com fundamento no artigo 76, inciso III, alínea "d", da Lei nº 10.833/2003, a pena de cassação do credenciamento para o exercício das atividades relacionadas com o despacho aduaneiro.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

CLEITON ALVES DOS SANTOS JOÃO SIMÕES

Art. 2º É facultada à Pessoa Jurídica a apresentação de impugnação ao presente ato declaratório, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de ciência dirigido à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Salvador/BA, nos termos do art. 32, § 6º, inciso I, e § 7º, da Lei nº 9.430, de 1996, observadas as disposições do Decreto nº 70.235/1972.

Art. 3º O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/01/2014, quando se evidenciou o descumprimento dos requisitos previstos na legislação, nos termos do art. 32, § 5º, da Lei nº 9.430/1996.

RAIMUNDO JOSÉ HAGGE DE ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 147, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza a transferência de propriedade de mercadorias importadas.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, ao uso de suas atribuições que lhe confere o art. 340, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, seção 1, página 22, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10715.721932/2018-24, resolve:

Art. 1º - Autorizar a CESSÃO DE USO dos bens constantes da DI 18/1398616-0, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da FACULDADES CATÓLICAS, CNPJ 33.555.921/0001-70, para a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, CNPJ: 24.365.710/0001-83.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Concede à pessoa jurídica co-habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, com fundamento no artigo 340, inciso III da Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017 e, considerando o que consta no processo n° 10825.721800/2018-55, resolve:

Art. 1° - CO-HABILITAR a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa n° 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007.

Empresa:	SINDUSTRIAL ENGENHARIA LTDA.
CNPJ:	13.494.052/0001-03
Projeto:	UFV FCR III Itapuranga (Autorizada pela Portaria MME nº 221, de 15 de maio de 2015 - Leilão no 08/2014-ANEEL).
Titular do Projeto:	FCR VII USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LTDA
CNPJ do titular:	20.589.037/0001-04
N° da Portaria:	Portaria MME nº 147, de 22 de agosto de 2016
Setor infraestrutura:	deEnergia
Prazo estimado execução:	deDe 29/11/2016 a 1º/10/2017 (conforme Portaria MME 147 de 22/08/2016)

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei n° 11.488/2007, art. 5°).

Art. 3° - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex offício" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, nos termos do art. 12 da IN RFB n° 758/2007.

Art. 4° Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva co-habilitação, cuja inobservância sujeitará a pessoa jurídica à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês ou fração de atraso, nos termos do inciso I do art. 57 da MP n° 2.158-35/2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 5° A co-habilitação foi concedida em face da determinação judicial, proferida em decisão liminar no mandado de segurança MS 5002440-38.2018.4.03.6108 e tem validade enquanto a liminar estiver vigente.

Art. 6° - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS APARECIDO ANÉZIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Concede à pessoa jurídica co-habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, com fundamento no artigo 340, inciso III da Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017 e, considerando o que consta no processo n° 10825.721801/2018-08, resolve:

Art. 1° - CO-HABILITAR a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa n° 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007.

Empresa:	SINDUSTRIAL ENGENHARIA LTDA.
CNPJ:	13.494.052/0001-03
Projeto:	UFV Sol Maior 2 (Autorizada pela Portaria MME nº 88, de 21 de março de 2016 - Leilão nº 08/2015-ANEEL).
Titular do Projeto:	UFV Sol Maior 2 SPE Ltda.
CNPJ do titular:	23.817.528/0001-53
N° da Portaria:	Portaria MME nº 124/SPE, de 25 de maio de 2018.
Setor infraestrutura:	deEnergia
Prazo estimado execução:	deDe 17/04/2018 a 17/10/2018

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei n° 11.488/2007, art. 5°).

Art. 3° - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex offício" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, nos termos do art. 12 da IN RFB n° 758/2007.

Art. 4° Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva co-habilitação, cuja inobservância sujeitará a pessoa jurídica à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês ou fração de atraso, nos termos do inciso I do art. 57 da MP n° 2.158-35/2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 5° A co-habilitação foi concedida em face da determinação judicial, proferida em decisão liminar no mandado de segurança MS 5002440-38.2018.4.03.6108 e tem validade enquanto a liminar estiver vigente.

Art. 6° - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS APARECIDO ANÉZIO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA-SP, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 (Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil), tendo em vista a Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e o constante do processo administrativo nº 13889.720106/2018-64, resolve:

Art. 1º Reconhecer à empresa COMPANHIA MULLER DE BEBIDAS, CNPJ 03.485.775/0036-12, o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2019, conforme Laudo Constitutivo nº 0025/2018 e Anexo I e II, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

ANDRÉ DALLE VÊDOVE BARBOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, 3 DE OUTUBRO DE 2018

Atribui numeração ao Registro Especial de bebidas e aprova o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação com selagem no exterior.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA - SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 3º e 51º da Instrução Normativa SRF nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e em face do que consta no dossiê digital de atendimento nº 10010.032484/0818-22 , declara :

Art. 1º - ATRIBUÍDA a numeração 08112/098 ao Registro Especial de bebidas, na atividade de importadora, concedido à contribuinte denominada COMPANHIA MüLLER DE BEBIDAS, CNPJ nº 03.485.775/0001-92, por meio do ato declaratório nº 01, de 18/02/2003, DOU 11/03/2003, conforme consta no processo administrativo nº 10865.000662/2002-33.

Art. 2º - APROVADO o fornecimento de 23.232 (vinte e três mil, duzentos e trinta e duas) unidades de selo de controle de bebidas classificadas como "UISQUE AMARELO", para produto estrangeiro a ser selado no exterior, à contribuinte mencionada no artigo 1º, considerando as informações do quadro a seguir.

Identificação do importador	Marca comercial	Características do produto	Quantidade	Tipo do selo	Cor do selo
WHYTE AND MACKAY LIMITED	OLD EAGLE	BLENDED SCOTCH WHISKY (NCM 2208.30.20), 40% de volume alcoólico, idade até 8 anos.	23.232	Uísque	Uísque amarelo

Art. 3º - A importadora terá o prazo de quinze dias, contados da data da publicação deste Ato declaratório Executivo, para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira - SP.

Art. 4º - Ocorrendo o descumprimento do prazo que se refere o artigo 3º, fica sem efeito a autorização para a importação.

Art. 5º - O presente Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário oficial da União.

ANDRE DALLE VEDOVE BARBOSA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 115, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Declara a baixa da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e considera inidôneos os documentos emitidos pela empresa em favor de terceiros após a data desta publicação.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Alcino dos Santos Rocha, matrícula nº 25.633, da Divisão de Fiscalização de Indústria - DIFIS II da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior e Indústria - DELEX, no exercício da competência delegada pelo inciso III do art. 15-A, da Portaria DELEX nº 05, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2014 (com redação dada pela Portaria DELEX 123, de 05 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016), e atendendo ao que consta no processo eletrônico (e-Processo) nº 10314.720514/2018-32, resolve:

1. declarar BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 80, § 1º, inc. I, da Lei nº 9.430/96 c/c art. 29, inc. II, "b", da IN RFB nº 1.634/2016, em razão de impossibilidade em localizar a empresa e seu representante legal nos respectivos endereços constantes nos cadastros da Receita Federal do Brasil, bem como por tudo mais o que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: P QUATTRO COMÉRCIO DE BRINDES PROMOCIONAIS LTDA.

CNPJ: 10.276.040/0001-14

Processo: 10314.720514/2018-32

2. Considerar INIDÔNEOS os documentos fiscais emitidos pela pessoa jurídica acima identificada, de forma a não produzir efeitos tributários em favor de terceiros a partir da data de publicação deste Ato declaratório Executivo - ADE, com fulcro no art. 82, caput, da Lei nº 9.430/96, sem prejuízo das demais sanções previstas nas legislações pertinentes.

ALCINO DOS SANTOS ROCHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 116, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Declara a baixa da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e considera inidôneos os documentos emitidos pela empresa em favor de terceiros após a data desta publicação.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Alcino dos Santos Rocha, matrícula nº 25.633, da Divisão de Fiscalização de Indústria - DIFIS II da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior e Indústria - DELEX, no exercício da competência delegada pelo inciso III do art. 15-A, da Portaria DELEX nº 05, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2014 (com redação dada pela Portaria DELEX 123, de 05 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016), e atendendo ao que consta no processo eletrônico (e-Processo) nº 10314.720513/2018-98, resolve:

1. declarar BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 80, § 1º, inc. I, da Lei nº 9.430/96 c/c art. 29, inc. II, "b", da IN RFB nº 1.634/2016, em razão de impossibilidade em localizar a empresa e seu representante legal nos respectivos endereços constantes nos cadastros da Receita Federal do Brasil, bem como por tudo mais o que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: TENDÊNCIA PROMOCIONAL E BRINDES - EIRELI

CNPJ: 18.686.637/0001-49

Processo: 10314.720513/2018-98

2. Considerar INIDÔNEOS os documentos fiscais emitidos pela pessoa jurídica acima identificada, de forma a não produzir efeitos tributários em favor de terceiros a partir da data de publicação deste Ato declaratório Executivo - ADE, com fulcro no art. 82, caput, da Lei nº 9.430/96, sem prejuízo das demais sanções previstas nas legislações pertinentes.

ALCINO DOS SANTOS ROCHA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Habilitar pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pela Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto no Decreto n° 8.533, de 30 de setembro de 2015, na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e o constante do processo administrativo nº 10010.040.559/0617-32, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação Definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, de que trata o art. 1° e 2º do Decreto n° 8.533, de 30 de setembro de 2015, e os artigos 1° ao 3° da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 25 de julho de 2007:

Nome empresarial: DAIRY PARTNERS AMERICAS MANUFACTURING BRASIL LTDA

Nº Inscrição no CNPJ: 05.300.340/0001-51

Período de Vigência do Projeto: 01/01/2017 a 31/12/2018

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MARILDA APARECIDA CLAUDINO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.722.517/2018-25, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA SERRA DO JAPI S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 10.960.725/0001-85

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério das Minas e Energia nº 87, de 28 de março de 2018 (DOU: 29/03/2018)

Nome do projeto: Reforços na Subestação Jandira 88 KV (Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.484, de 22 de setembro de 2015, alterada pela Resolução Autorizativa nº 6.146, de 13 de dezembro de 2016)

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 01/07/2015 a 19/01/2020

Nº de matrícula CEI: 512.329.884.973

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MARILDA APARECIDA CLAUDINO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

A DELEGADA-ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 288, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 13804.720876/2018-08, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: Eldorado Brasil Celulose S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 07.401.436/0002-12

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério de Minas e Energia nº 73, de 12 de março de 2018 (DOU: 14/03/2018)

Nome do projeto: Central Geradora Termelétrica UTE Onça Pintada

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 24/12/2018 a 28/04/2020

Nº de matrícula CEI: 51.242.90054/71

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MARILDA APARECIDA CLAUDINO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 200, DE 3 DE OUTRUBO DE 2018

Revoga artigo da Portaria DRF/Foz n° 250/2011.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 340, inciso II, do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017, seção 1, página 22,, resolve:

Art. 1º Revogar o inciso I do art. 2° da Portaria DRF/Foz n° 250, de 04 de agosto de 2011, publicada no DOU nº 151 de 08/08/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 142, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Declara a Nulidade de Ato Alterador no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 270 e 284 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 (DOU de 11/10/2017), e tendo em vista o disposto no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, em face ao constante no processo administrativo nº 11516.723229/2018-60 resolve:

Art. 1º: declarar nulas por vício as alterações no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 03.225.659/0001-34, VICTORINO COMÉRCIO E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, promovidas pela Segunda Alteração Contratual, ato viciado registrado na Junta Comercial de Santa Catarina - JUCESC em 06/07/2010 conforme previsto no artigo 35, caput, inciso II e parágrafos 1º e 2º da Instrução Normativa RFB Nº 1.634 de 06 de maio de 2016.

Art. 2º O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 06/07/2010, termo inicial de vigência do ato alterador declarado nulo.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 143, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Concede cancelamento da habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.721998/2016-61, declara:

Art. 1º Concedido o cancelamento da habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), para a empresa CLWP EÓLICA PARQUE III LTDA, CNPJ nº 16.755.810/0001-98, relativa ao projeto EOL Campo Largo III, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria nº 336, de 06 de julho de 2016, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Estado de Minas e Energia (DOU de 07/07/2016), cuja habilitação foi concedida por meio do Ato declaratório Executivo nº 149, de 05 de agosto de 2016, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis (publicado no DOU de 15/08/2016, Seção 1, Pág. 24).

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU, ressalvados os efeitos tributários posteriores a 22/08/2018.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 144, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Concede cancelamento da habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.721956/2016-21, declara:

Art. 1º Concedido o cancelamento da habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), para a empresa CLWP EÓLICA PARQUE IV LTDA, CNPJ nº 16.756.341/0001-21, relativa ao projeto EOL Campo Largo IV, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria nº 337, de 06 de julho de 2016, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Estado de Minas e Energia (DOU de 07/07/2016), cuja habilitação foi concedida por meio do Ato declaratório Executivo nº 150, de 05 de julho de 2016, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis (publicado no DOU de 15/08/2016, Seção 1, Pág. 24).

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU, ressalvados os efeitos tributários posteriores a 22/08/2018.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 145, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Declara a Nulidade de Ato Alterador no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 270 e 284 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 (DOU de 11/10/2017), e tendo em vista o disposto no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, em face ao constante no processo administrativo nº 11516.723231/2018-39 resolve:

Art. 1º: declarar nulas por vício as alterações no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 04.600.717/0001-25, GR SANTOS EMPREITEIRA LTDA (GR SANTOS SERVIÇOS LTDA), promovidas pela Quarta Alteração Contratual, ato viciado registrado na Junta Comercial de Santa Catarina - JUCESC em 26/01/2012 conforme previsto no artigo 35, caput, inciso II e parágrafos 1º e 2º da Instrução Normativa RFB Nº 1.634 de 06 de maio de 2016.

Art. 2º O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 26/01/2012, termo inicial de vigência do ato alterador declarado nulo.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Cancela Registro Especial de Controle de Papel Imune.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA (SC), no uso das atribuições conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 2002, e considerando o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, que dispõe sobre o Registro Especial de Controle de Papel Imune de que tratam os artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, publicada no DOU de 5 de junho de 2009, bem como considerando o que consta no processo administrativo nº 13985.720267/2011-93, declara:

Art. 1º - Está cancelado, a pedido, o Registro Especial de Controle de Papel Imune nº GP-09203/00064 - que concedia ao estabelecimento de CNPJ nº 07.218.041/0001-06, da pessoa jurídica LEIDIMARA LAGUNA, autorização para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade específica de Gráfica (GP) - em razão da ocorrência da hipótese de cancelamento expressa no artigo 11, inciso III, da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 2018.

Art. 2º - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, ficando sem efeitos a declaração de inscrição de Registro Especial na atividade específica de Gráfica (GP) contida no Ato declaratório Executivo DRF/JOA nº 110, de 30/11/2011, publicado no DOU de 01/12/2011.

PAULO SÉRGIO SANTOS

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS

RESOLUÇÃO N° 432, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do parágrafo único do art. 5º da Portaria do Ministério da Fazenda nº 243, de 28 de julho de 2000, e do inciso VI do art. 1º do Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2000, em sua 106ª reunião ordinária, de 3 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Promover as seguintes alterações no Plano de Contas do FCVS, aprovado por meio da Res. CCFCVS nº 304, de 14 de dezembro de 2011, e com as alterações da Res. CCFCVS nº 421, de 6 de julho de 2017:

i) Substituição das subcontas

4.2.5.10.10.07 DESPESAS FUTURAS DO FCVS GARANTIA

4.2.5.10.10.08 RECEITAS FUTURAS DO FCVS GARANTIA /-/

8.1.9.59.10.15 REMUNERAÇÃO AG. FINANCEIRO - S/ARREC. REM

8.1.9.59.10.16 REMUNERAÇÃO SUSEP - S/ARREC. REMANESCENTES e

8.1.9.59.10.17REMUNERAÇÃO DE SEGURADORAS-S/ARREC. REMANESC.

Pelas subcontas:

4.2.5.10.20.01 RESULTADO ESPERADO DO FCVS GARANTIA

4.2.5.10.20.02 REVERSÃO DE RESULTADO ESPERADO P/FCVS GARANTIA

8.1.9.59.10.30 REMUNERAÇÃO AG. FINANCEIRO - S/ARREC. REM

8.1.9.59.10.31 REMUNERAÇÃO SUSEP - S/ARREC. REMANESCENTES; 8.1.9.59.10.32 REMUNERAÇÃO DE SEGURADORAS - S/ARREC. REMANESC.

ii) Excluir as subcontas:

1.8.5.85.15.01-3 CONTRAPRESTAÇÃO EM ATRASO ATÉ 180 DIAS

1.8.5.85.15.03-0 REMUN. AF S/CONTRAPRESTAÇÕES EM ATRASO ATE 180 D

1.8.5.85.15.06-4 PROVISAO P/CONTRAPRESTACAO EM ATRASO ATE 180 D

1.8.5.85.20.01-7 CONTRAPRESTAÇÃO EM ATRASO MAIS 180 D-FCVS GARANT

1.8.5.85.20.03-3 REMUN. AF S/CONTRAPREST. EM ATRASO MAIS 180 D

1.8.5.85.20.05-0 REMUN. SUSEP S/CTRAPREST. EM ATRASO MAIS 180 D

1.8.5.85.20.06-4 PROVISAO P/CONTRAPREST. EM ATRASO MAIS 180 D

1.8.5.85.22.01-3 ARREC. EM ATRASO REMANESC. PORT.243/00-MAIS 180 D

1.8.5.85.22.06-4 REMUN. AF S/ARRECAD. EM ATRASO MAIS 180 D

1.8.5.85.22.07-2 REMUN. SEGURAD. S/ARREC. ATRASO MAIS 180DIAS

1.8.5.85.22.09-9 REMUN. SUSEP S/ARREC. EM ATRASO MAIS 180 DIAS

1.8.5.85.22.10-2 PROVISAO P/ARRECAD. EM ATRASO MAIS 180 DIAS

1.8.5.85.20.03-3 REMUN. AF S/CONTRAPREST. EM ATRASO MAIS 180 D

1.8.5.85.20.06-4 PROVISAO P/CONTRAPREST. EM ATRASO MAIS 180 D

4.9.8.90.10.16-1 INDENIZACOES REPRESADAS REMANESCENTES

iii) Incluir, no Plano de Contas do FCVS, as subcontas a seguir:

4.9.8.90.10.17-0 - PREMIOS DE SEGURO/CTPRESTACOES E SCA A DEVOLVER

8.1.9.59.10.32 REMUNERAÇÃO SEGURADORAS - FCVS GARANTIA

iv) Alterar o texto no Plano de Contas, conta 4.9.8.90.10.00-5, da seguinte subconta para:

4.9.8.90.10.15-3 - INDENIZACOES REPRESADAS A PAGAR

NATUREZA: CREDORA

Utilização: GECTC - Gerência Nacional de Contabilidade de Terceiros

Posicionamento: Passivo - circulante Exigível

Função: REGISTRAR AS OBRIGAÇÕES COM INDENIZAÇÕES REPRESADAS DOS AGENTES FINANCEIROS.

Funcionamento:

Débito: Pelo Pagamento aos Agentes Financeiros

Crédito: Pelo reconhecimento do valor devido

Representação do Saldo: representa o montante devido aos Agentes Financeiros

Controle: Planilha da Área Operacional

Observação: Aprovada pela Resolução nº 323, de 10/10/2012

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA DE PAULA
Presidente do Conselho Curador

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 433, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, com base no inciso I do § 1º do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, nos incisos II e III do artigo 1º do regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, e considerando o disposto no artigo 1º da lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Os recursos do FCVS em suas contas de movimentações, resultantes das arrecadações, contribuições e demais receitas deste Fundo, incluindo-se o FCVS Garantia e FUNDHAB, serão aplicados exclusivamente em Títulos Públicos Federais, em até 72 (setenta e duas) horas de seu ingresso nas Unidades Arrecadadoras da Administradora do FCVS - CAIXA.

§ 1º O saldo das contas de movimentações do FCVS será recomposto mensalmente pela CAIXA, na condição de Administradora do FCVS, até o limite do valor resultante do somatório das obrigações do Fundo dos últimos 3 (três) meses, por meio de resgate de valores em contas do ativo do FCVS.

§ 2º Eventuais déficits do Fundo em suas contas de movimentações devem ser supridos até o dia subsequente com resgates de valores aplicados em títulos.

Art. 2º Revogar a Resolução do Conselho Curador do FCVS nº 08, de 22 de agosto de 1991, e as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA DE PAULA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 434, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma dos incisos II e III do art. 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 106ª reunião, de 3 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do subitem 10.1, alínea a.1.8, do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS - MNPO/FCVS, que passa a viger com a seguinte redação:

10.1 .....

.....

a.1.8. Autorização da COHAB para o mutuário lavrar e registrar a escritura do imóvel perante o Cartório, devendo conter:

a.1.8.1 Número da matrícula do imóvel no Ofício do Registro de Imóveis e número, na referida matrícula, do registro do título aquisitivo do imóvel pelo Agente Financeiro; e

a.1.8.2 Número do contrato de financiamento ou, em substituição, o endereço do imóvel; e

a.1.8.3 declaração ou atestado do Agente Financeiro de quitação do financiamento; e

a.1.8.4 Assinatura do mutuário, que pode ser substituída por Aviso de Recebimento - AR, comprobatório da convocação do mutuário pelo Agente Financeiro para recebimento do referido documento de autorização, desde que acompanhado de documento probatório da regularização fundiária e da publicação da convocação do mutuário para recebimento do documento de autorização em jornal de grande circulação na região de localização do imóvel, no prazo mínimo de 60 dias após a expedição do AR.

Art. 2º Alterar os subitens 3.5.5.1.1 e 3.5.5.1.2 do Roteiro de Análise - RAFCVS, que passam a viger com a seguinte redação:

3.5.5.1 ....

3.5.5.1.1. Quando a regularização fundiária ocorrer na vigência do financiamento.

O instrumento precário de venda deve ser substituído por:

a) Promessa de Compra e Venda, que deve apenas ratificar as condições já contratadas pelo mencionado instrumento, aprovadas pelo plano de vendas/planilha de comercialização. Caso o instrumento precário de venda possua cláusula de reversão automática em Promessa de Compra e Venda, esse não precisará ser substituído; ou

b) Documento de autorização do Agente para o mutuário lavrar a escritura do imóvel no competente Cartório de Registro de Imóveis, conforme disposições da alínea "a" do subitem 10.1 do MNPO do FCVS, independentemente da existência de promessa de compra e venda.

3.5.5.1.2. Quando a regularização fundiária ocorrer após a liquidação do financiamento.

O instrumento precário de venda deve ser substituído por:

a) Contrato de Compra e Venda; ou

b) Documento de autorização do Agente para o mutuário lavrar a escritura do imóvel no competente Cartório de Registro de Imóveis, conforme disposições da alínea "a" do subitem 10.1 do MNPO do FCVS, independentemente da existência de promessa de compra e venda.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA DE PAULA
Presidente do Conselho Curador

RESOLUÇÃO Nº 435, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, com base nos incisos II e III do artigo 1º e nos incisos I e V do artigo 14 do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, resolve:

Art. 1º Excluir o Capítulo XVIII do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS - MNPO que trata da rotina de Validação Documental.

Parágrafo único. Fica a CAIXA, Administradora do FCVS, autorizada a regulamentar a matéria, observadas as demais disposições do MNPO, no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da publicação desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA DE PAULA
Presidente do Conselho Curador

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 895, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o envio de requerimentos sujeitos à análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar por meio do Sistema Eletrônico de Informações.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso XXIII do art. 10 do Anexo I do Decreto no 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e as competências de que trata o art. 24 do Anexo I do Decreto no 8.992, de 2017, e considerando o disposto no art. 78, III, da Portaria MF no 529, de 8 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º As entidades fechadas de previdência complementar - EFPC deverão submeter os requerimentos abaixo relacionados para análise da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, observando o disposto nesta Portaria:

I - habilitação de dirigentes;

II - retirada de patrocínio;

III - transferência de gerenciamento; e

IV - consulta.

§ 1º Nos requerimentos de habilitação de dirigentes, deverá ser constituído um único processo por habilitando.

§ 2º Nos requerimentos de retirada de patrocínio ou de transferência de gerenciamento, deverá ser constituído um único processo por plano de benefícios, que poderá abranger mais de uma patrocinadora, se for o caso.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - assinatura eletrônica: procedimento eletrônico realizado por usuário previamente credenciado com vistas a confirmar procedência, veracidade e conformidade do documento produzido;

II - documento digital: documento armazenado sob a forma eletrônica e codificado em dígitos binários, podendo ser:

a) nato digital: produzido originariamente em meio eletrônico; ou

b) digitalizado: documento digital obtido a partir da conversão integral de um documento-base não digital.

III - usuário externo: membro da diretoria-executiva de EFPC previamente credenciado para ter acesso ao SEI.

CAPÍTULO II

DO CREDENCIAMENTO E DO ACESSO AO SEI

Seção I

Do Credenciamento

Art. 3º Cada EFPC poderá credenciar simultaneamente, junto à Previc, até dois usuários externos para acesso ao SEI.

Parágrafo único. Somente será admitido o credenciamento do membro da diretoria-executiva com atestado de habilitação vigente e previamente cadastrado no Cadastro Nacional de Dirigentes - Cand.

Art. 4º O credenciamento do usuário externo para acesso ao SEI deverá obedecer as etapas a seguir:

I - o usuário externo deverá realizar seu cadastro no SEI, caso ainda não esteja cadastrado; e

II - o Gestor de Acesso da EFPC no Sistema de Autenticação de Acesso - Gerid deverá solicitar a liberação do acesso do usuário externo previamente cadastrado, anexando o Termo de Responsabilidade digitalizado preenchido e assinado e prestando as seguintes informações do usuário externo:

a) nome completo;

b) CPF;

c) data de nascimento;

d) e-mail de cadastro no SEI; e

e) número do atestado de habilitação.

§ 1º Quando se tratar de substituição do usuário externo, o Gestor de Acesso da EFPC deverá informar também o nome completo do usuário substituído na etapa de que trata o inciso II do caput.

§ 2º O usuário externo será comunicado, via correio eletrônico, acerca do deferimento ou indeferimento do pedido de acesso.

Seção II

Do Acesso

Art. 5º O acesso do usuário externo ao SEI é ato individual, pessoal, intransferível e implica assunção de responsabilidade, estando sujeito a apuração nas esferas administrativa, civil e penal.

§ 1º O acesso ao SEI implica a aceitação das normas que disciplinam o uso do sistema, a serem disponibilizadas no sítio eletrônico da Previc.

§ 2º O disposto no parágrafo único do art. 3º também se aplica ao acesso ao SEI, cabendo ao Gestor de Acesso da EFPC garantir que seus usuários externos estejam com atestado de habilitação vigente.

Art. 6º A Previc publicará em seu sítio eletrônico as orientações detalhadas para credenciamento, acesso e utilização do SEI, bem como os modelos de formulários necessários para submissão dos requerimentos.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ELETRÔNICO

Art. 7º Todos os documentos, no âmbito do SEI, integrarão o processo eletrônico.

§1º Os documentos juntados ao processo eletrônico no SEI serão considerados originais para todos os efeitos.

§2º Os documentos digitalizados e juntados aos processos eletrônicos no SEI deverão estar em formato Portable Document Format - PDF e com conteúdo pesquisável.

Art. 8º As intimações decorrentes das análises realizadas no âmbito dos processos eletrônicos serão encaminhadas via correio eletrônico, com base nos dados existentes no Cadastro de Entidades e Planos - CadPrevic.

Art. 9º Os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI terão garantia de integridade, autoria e autenticidade asseguradas pela utilização de assinatura eletrônica emitida pelo próprio sistema.

Parágrafo único. A assinatura eletrônica é de uso pessoal e intransferível, sendo de responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.

Art. 10. Os atos processuais praticados no SEI serão considerados realizados no dia e hora da respectiva assinatura eletrônica.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. A partir de 1º de dezembro de 2018, os requerimentos mencionados no art. 1º somente serão analisados caso enviados por meio do SEI.

Art. 12. Permanecem válidos os credenciamentos de usuários externos já realizados, até o fim da validade do respectivo atestado de habilitação.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor Superintendente
Substituto

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 934, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005323/2018-73, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão celebrado entre a Tripag Meios de Pagamento Ltda, CNPJ nº 27.991.450/0001-40, na condição de patrocinadora do Plano de benefícios Martinsprev, CNPB nº 1998.0011-56, e a MULTIPENSIONS BRADESCO - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 937, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 combinado com o inciso I do art. 33, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000401/2016-81, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento do Plano de Benefícios Unidavi Prev, CNPB nº 2000.0050-47, cessando-se os efeitos da Portaria SPC nº 177, de 15 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 31, exclusivamente com relação ao plano citado.

Art. 2º Extinguir o código do Plano de Benefícios Unidavi Prev, CNPB nº 2000.0050-47, administrado pela BB-Previdência Fundo de Pensão Banco do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 939, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005326/2018-15, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da Associação dos Magistrados do Trabalho da 21ª Região, CNPJ nº 40.986.218/0001-81, na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários Juris - PLANJUS, CNPB nº 2007.0035-38, e a entidade FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 940, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002967/2018-18 e Juntada nº 0150303, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa Orica Brasil Ltda., CNPJ nº 31.056.708/0001-98, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Orica Prev, CNPB nº 2010.0031-11, e a entidade MultiBRA FUNDO DE PENSÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 941, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 00535418, resolve:

Art. 1º Aprovar o termo aditivo ao convênio de adesão da empresa O BOTICÁRIO FRANCHISING LTDA, CNPJ nº 76.801.166/0001-79, incorporadora da também patrocinadora G&K HOLDING LTDA, CNPJ nº 08.336.303/0001-91, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Boticário Prev, CNPB nº 1995.0036-38, e a entidade Boticário Prev Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.675-SEI, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre o cadastramento de entidades de auditoria independente para o exercício das atividades previstas no inciso II do § 7º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

O MINISTRO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, E O SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso da atribuição que lhes confere a alínea "a" do inciso II do § 7º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o cadastramento de firmas ou organizações de auditoria independente pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, para fins do disposto no inciso II do § 7º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 2º São requisitos para o cadastramento das firmas ou organizações de auditoria independente junto ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços:

I - ser pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), manifestado pelo registro junto a esse órgão; e

II - formular requerimento ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, conforme modelo constante do Anexo I, acompanhado de declaração de que a firma ou organização de auditoria independente disporá, na ocasião da realização de seus trabalhos, de profissional da área contábil e de profissional com capacidade técnica e experiência em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em qualquer área do conhecimento.

Parágrafo único. O profissional de que trata o inciso II deverá estar apto a analisar os relatórios apresentados pelas empresas beneficiárias do regime de que trata a Lei nº 8.387, de 1991, descritivos das atividades de PD&I previstas no projeto elaborado e dos resultados alcançados (Relatórios Demonstrativos), e a avaliar e atestar sua conformidade com as atividades especificadas no art. 20 e o seu enquadramento como dispêndios elegíveis nos termos do art. 21, ambos do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

Art. 3º Atendidos os requisitos previstos nesta Portaria, o Secretário de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, mediante ato a ser publicado no Diário Oficial da União, concederá o cadastramento para fins de realização das atividades de elaboração de relatório consolidado e emissão de parecer conclusivo acerca dos relatórios demonstrativos, conforme previsto no inciso II do § 7º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 1991, bem como fará publicar esse cadastramento no sítio eletrônico do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços na Internet.

Art. 4º O prazo para concessão do cadastro é de trinta dias, a contar da data do protocolo de entrada do pedido de cadastramento no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Art. 5º Caso seja indeferido o cadastro, caberá recurso ao Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, nos termos dos arts. 56 a 64-B da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, encerrando-se a jurisdição administrativa com a decisão que vier a ser proferida.

Art. 6º O relatório e o parecer referidos no art. 3º deverão aferir e atestar a veracidade das informações prestadas, inclusive dos valores devidos pela empresa beneficiária do regime de que trata a Lei nº 8.387, de 1991, as contrapartidas de investimento em P,D&I em qualquer área do conhecimento, bem como sua conformidade com as atividades especificadas no art. 20 e o seu enquadramento como dispêndios elegíveis nos termos do art. 21, ambos do Decreto nº 6.008, de 2006, conforme instruções, manuais e metodologias de análise expedidos pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, que serão disponibilizados no seu sítio eletrônico na Internet.

Art. 7º A firma ou organização de auditoria independente deverá observar as normas que regem a profissão, principalmente as expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Art. 8º A firma ou organização de auditoria independente, bem como seus sócios, empregados, contratados, prepostos e colaboradores deverão manter confidencialidade sobre toda e qualquer informação obtida em decorrência do serviço prestado, não podendo dar publicidade a informações obtidas e devendo, para tanto, firmar termo de confidencialidade com o profissional que vier a realizar atividades concernentes aos relatórios demonstrativos.

Art. 9º É vedada a prestação de serviços em situação que possa configurar conflito de interesses.

Art. 10. Ao contratar os serviços previstos nesta Portaria, a empresa beneficiária do regime de que trata a Lei nº 8.387, de 1991, deverá fornecer à firma ou organização de auditoria independente contratada todos os elementos e condições necessários ao adequado desempenho de suas funções, sendo responsável pela qualidade e veracidade das informações prestadas acerca do cumprimento das obrigações estabelecidas para a fruição dos incentivos fiscais.

Art. 11. A empresa beneficiária do regime de que trata a Lei nº 8.387, de 1991, deverá fornecer à firma ou organização de auditoria independente contratada carta contendo as representações formais da sua administração, de acordo com NBC TA 580 (R1) - REPRESENTAÇÕES FORMAIS, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que for aplicável à elaboração de relatórios demonstrativos e sua integridade.

Art. 12. A firma ou organização de auditoria independente poderá ser penalizada quando:

I - verificada a falsidade de documentos ou declarações apresentados para a obtenção do cadastramento;

II - descumpridas quaisquer das condições necessárias à concessão do cadastramento ou a sua manutenção, ou se for verificada a superveniência de situação impeditiva;

III - constatada a realização de trabalhos em desacordo com as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial ao Código de Ética Profissional do Contador;

IV - verificada a ocorrência de falsidade, dolo ou fraude no relatório consolidado ou no parecer conclusivo de que trata o inciso II do § 7º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 1991; e

V - ocorram divergências superiores a vinte por cento entre os valores relativos a insuficiência ou glosa de investimentos apurados, após análise dos Relatórios Demonstrativos por parte da SUFRAMA, em comparação ao relatório da auditoria independente, conforme as exigências da Lei nº 8.387, de 1991.

Art. 13. A punição poderá consistir em advertência ou cancelamento do cadastro, conforme a gravidade da conduta, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

§ 1º A aplicação de três advertências no período de cinco anos ensejará o cancelamento do cadastro.

§ 2º No caso de cancelamento do cadastro, somente poderá ser pleiteado novo cadastramento decorridos dois anos do cancelamento, contados a partir do ano subsequente ao ato de cancelamento de seu cadastro junto ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

§ 3º A Secretaria de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços será responsável pela emissão das advertências aos auditores independentes e do cancelamento de seu cadastro.

§ 4º O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, previamente à decisão de suspender ou cancelar o cadastro do auditor independente, concederá o prazo de dez dias, contados do recebimento da comunicação, para apresentação de defesa.

Art. 14. Até o mês de junho do ano subsequente à apresentação do Relatório Demonstrativo, a SUFRAMA deverá informar à Secretaria de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços:

I - os resultados estatísticos das análises técnicas, por ela realizadas, sobre os relatórios demonstrativos;

II - os resultados estatísticos das contestações analisadas; e

III - o quantitativo da divergência entre os pareceres dos técnicos da SUFRAMA, após a contestação, e os da auditoria independente.

Art. 15. A empresa beneficiária do regime de que trata a Lei nº 8.387, de 1991, deverá apresentar à SUFRAMA o relatório consolidado e o parecer conclusivo acerca dos relatórios demonstrativos emitidos pela firma ou organização de auditoria independente juntamente com o relatório demonstrativo de cada ano, no prazo estabelecido pelo Decreto 6.008, de 2006.

Parágrafo único. O relatório consolidado e o parecer conclusivo acerca do relatório demonstrativo, emitidos pela firma ou organização de auditoria independente, são obrigatórios a partir do ano-base 2018.

Art. 16. A SUFRAMA é responsável pela análise e parecer final sobre os relatórios demonstrativos das atividades de PD&I previstos na Lei nº 8.387, de 1991, utilizando-se do relatório consolidado e do parecer conclusivo elaborados por auditoria independente.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

APPIO DA SILVA TOLENTINO
Superintendente da Zona Franca de Manaus

ANEXO I

REQUERIMENTO PARA CADASTRAMENTO DE FIRMA OU ORGANIZAÇÃO DE AUDITORIA INDEPENDENTE - PESSOA JURÍDICA

Ao
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria de Inovação e Novos Negócios - SINN
Esplanada dos Ministérios, Bloco J
CEP 70.053-900 - Brasília/DF

(Denominação ou razão social), CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, requer o seu cadastramento como firma ou organização de auditoria independente, conforme disciplinado na Portaria nº XXX, de XX de XXXXX de 2018, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Superintendência da Zona Franca de Manaus, anexando, para tanto, a seguinte declaração:

Declaro que a firma ou organização de auditoria independente, além de profissional da área contábil, disporá, na ocasião da realização de seus trabalhos, de profissional com capacidade técnica e experiência em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I), em qualquer área do conhecimento, que esteja apto a analisar os relatórios apresentados pelas empresas beneficiárias do regime de que trata a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, descritivos das atividades de P,D&I previstas no projeto elaborado e dos resultados alcançados (Relatórios Demonstrativos), a avaliar e atestar sua conformidade com as atividades especificadas no art. 20 e o seu enquadramento como dispêndios elegíveis nos termos do art. 21, ambos do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

Declaro ainda que me responsabilizo pela exatidão e veracidade das informações prestadas e declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penalidades da lei, em especial às do crime de falsidade ideológica, conforme previsto no art. 299 do Código Penal, a saber:

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Brasília (DF), de de 20 .
(Denominação ou Razão Social)
Número de inscrição da sociedade na CVM
Nome completo e assinatura do sócio representante
Número de inscrição no CRC do sócio representante

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

CONSULTA PÚBLICA Nº 3, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, no uso de suas atribuições legais, previstas no Decreto nº 8.854, de 22 de setembro de 2016, adota a seguinte Consulta Pública e determina a sua publicação:

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 7 (sete) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à Minuta do TERMO DE REFERÊNCIA para contratação de serviços técnicos e especializados em solução de ambiente Datacenter, Modalidade Colocation em Cage Privado, em endereço disponibilizado dentro da região Metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro, para a hospedagem de equipamentos TIC a serem transferidos para o site contratado através do Serviço Moving.

Art. 2º Os documentos referentes a esta Consulta Pública estão disponíveis, na íntegra, durante o prazo de que trata o artigo 1º, no endereço eletrônico www.inpi.gov.br As sugestões deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico consulta.tic@inpi.gov.br, por meio de formulário próprio, disponibilizado no endereço citado.

Art. 3º As propostas de preço deverão ser enviadas somente após a divulgação do TERMO DE REFERÊNCIA definitivo, que ocorrerá posteriormente ao encerramento do prazo estabelecido nesta Consulta Pública.

Art. 4º Esta Consulta Pública não constitui compromisso de contratação por parte do INPI.

Art. 5º O INPI reserva-se ao direito de aceitar ou rejeitar, integral ou parcialmente, as manifestações apresentadas a esta Consulta Pública, visando o aprimoramento do TERMO DE REFERÊNCIA, em questão.

Art. 6º Findo o prazo estipulado no artigo 1º, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial apresentará resposta às contribuições oferecidas, juntamente com o texto definitivo do TERMO DE REFERÊNCIA.

LUIZ OTÁVIO PIMENTEL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 42, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.001778/2018-77 e do Parecer nº 26, de 3 de outubro de 2018, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria, considerando existirem elementos suficientes que indicam que a extinção dos direitos antidumping aplicados às importações do produto objeto desta Circular levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano à indústria doméstica dele decorrente, decide:

1. Iniciar revisão da medida antidumping instituída pela Resolução CAMEX Nº 80, de 3 de outubro de 2013, publicada no D.O.U. de 4 de outubro de 2013, aplicada às importações brasileiras de alhos frescos ou refrigerados, comumente classificadas nos itens 0703.20.10 e 0703.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China.

1.1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de início da revisão, conforme o anexo à presente circular.

1.2. A data do início da revisão será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

2. A análise da probabilidade de continuação ou retomada do dumping que antecedeu o início da revisão considerou o período de abril de 2017 a março de 2018. Já a análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano que antecedeu o início da revisão considerou o período de abril de 2013 a março de 2018.

3. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se necessariamente por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), de acordo com a Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015. O endereço do SDD é http://decomdigital.mdic.gov.br.

4. De acordo com o disposto no § 3º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias, contado a partir da data da publicação desta circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas e seus respectivos representantes legais solicitem, por meio do SDD, sua habilitação no referido processo.

5. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se por meio de representante legal habilitado junto ao DECOM, por meio da apresentação da documentação pertinente no SDD. A intervenção em processos de defesa comercial de representantes legais que não estejam habilitados somente será admitida nas hipóteses previstas na Portaria SECEX nº 58, de 2015. A regularização da habilitação dos representantes que realizarem estes atos deverá ser feita em até 91 dias após o início da revisão, sem possibilidade de prorrogação. A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos fará com que os atos a que fazem referência este parágrafo sejam havidos por inexistentes.

6. A representação de governos estrangeiros dar-se-á por meio do chefe da representação oficial no Brasil ou por meio de representante por ele designado. A designação de representantes deverá ser protocolada, por meio do SDD, junto ao DECOM em comunicação oficial da representação correspondente.

7. Na forma do que dispõe o art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão remetidos questionários aos produtores ou exportadores conhecidos, aos importadores conhecidos e aos demais produtores domésticos, conforme definidos no § 2º do art. 45, que disporão de trinta dias para restituí-los, por meio do SDD, contados da data de ciência. Presume-se que as partes interessadas terão ciência de documentos impressos enviados pelo DECOM 5 (cinco) dias após a data de seu envio ou transmissão, no caso de partes interessadas nacionais, e 10 (dez) dias, caso sejam estrangeiras, conforme o art. 19 da Lei 12.995, de 18 de junho de 2014.

8. Em virtude do grande número de produtores/exportadores da China identificados nos dados detalhados de importação brasileira, de acordo com o disposto no inciso II do art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão selecionados, para o envio do questionário, os produtores ou exportadores responsáveis pelo maior percentual razoavelmente investigável do volume de exportações do país exportador.

9. De acordo com o previsto nos arts. 49 e 58 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por meio do SDD, os elementos de prova que considerem pertinentes. As audiências previstas no art. 55 do referido decreto deverão ser solicitadas no prazo de cinco meses, contado da data de início da revisão, e as solicitações deverão estar acompanhadas da relação dos temas específicos a serem nela tratados. Ressalte-se que somente representantes devidamente habilitados poderão ter acesso ao recinto das audiências relativas aos processos de defesa comercial e se manifestar em nome de partes interessadas nessas ocasiões.

10. Na forma do que dispõem o § 3º do art. 50 e o parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, caso uma parte interessada negue acesso às informações necessárias, não as forneça tempestivamente ou crie obstáculos à revisão, o DECOM poderá elaborar suas determinações finais com base nos fatos disponíveis, incluídos aqueles disponíveis na petição de início da revisão, o que poderá resultar em determinação menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

11. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

12. À luz do disposto no art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, a revisão deverá ser concluída no prazo de dez meses, contado de sua data de início, podendo esse prazo ser prorrogado por até dois meses, em circunstâncias excepcionais.

13. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, as medidas antidumping de que trata a Resolução CAMEX Nº 80, de 2013, permanecerão em vigor, no curso desta revisão.

14. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo telefone +55 61 2027-9339/7699 ou pelo endereço eletrônico alho@mdic.gov.br.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

1.1. Da investigação original

Em 31 de maio de 1994, a Associação Goiana dos Produtores de Alho - AGOPA encaminhou à Secretaria de Comércio Exterior - SECEX pedido de abertura de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de alhos frescos ou refrigerados originários da República Popular da China.

Apresentaram-se como partes interessadas as seguintes associações de produtores nacionais: Associação dos Produtores de Alho de Catalão (ASPAC), Associação dos Produtores de Alho do Distrito Federal e Região Agroeconômica (APADF), Associação dos Comerciantes e Produtores de Alho de Inhumas (ACOPAI), Associação Catarinense dos Produtores de Alho (ACAPA) e Associação Nacional dos Produtores de Alho (ANAPA).

A investigação foi aberta por meio da Circular SECEX nº 87, de 5 de dezembro de 1994, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 8 de dezembro de 1994. Na sequência do processo, foi imposto direito antidumping provisório de 36% por intermédio da Portaria Interministerial MICT/MF nº 13, de 29 de agosto de 1995, publicada no D.O.U. de 30 de agosto.

Em 17 de janeiro de 1996, por meio da Portaria Interministerial MICT/MF nº 3, foi encerrada a investigação com a aplicação de direito antidumping definitivo na forma de alíquota específica de US$ 0,40/kg sobre as importações de alhos frescos ou refrigerados, originárias da República Popular da China, classificados nos códigos 0703.20.10 e 0703.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, com prazo de vigência de cinco anos.

1.2. Da primeira revisão

Em 20 de junho de 2000, a SECEX publicou a Circular nº 20, informando que o prazo de vigência do direito antidumping estabelecido pela Portaria Interministerial MICT/MF nº 3 expiraria em 18 de janeiro de 2001. Em 3 de julho de 2000, a Associação Nacional dos Produtores de Alho - ANAPA manifestou interesse na revisão do referido direito e, em 24 de outubro de 2000, apresentou petição solicitando início de investigação para fins de revisão e prorrogação do prazo de vigência do direito antidumping em questão.

A revisão foi aberta por meio da Circular SECEX nº 1, publicada no D.O.U. de 9 de janeiro de 2001. Na sequência, concluídos os exames pertinentes, a revisão foi encerrada em 21 de dezembro de 2001, com a publicação no D.O.U. da Resolução CAMEX nº 41, que alterou o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de alhos frescos ou refrigerados, classificados nos itens 0703.20.10 e 0703.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China, para a alíquota específica fixa de US$ 0,48/kg, com vigência de até 5 anos.

1.3. Da segunda revisão

Em 9 de junho de 2006, a SECEX publicou a Circular nº 43 informando que o prazo de vigência do direito antidumping estabelecido pela Resolução CAMEX nº 41 iria expirar em 21 de dezembro de 2006. A Associação Nacional dos Produtores de Alho, em 4 de julho de 2006, encaminhou correspondência manifestando interesse na prorrogação do direito.

Em 21 de setembro daquele ano, a ANAPA, atendendo ao disposto no § 1º do art. 57 do Decreto no 1.602, de 1995, encaminhou petição formalizando o pedido de prorrogação do direito.

A revisão foi aberta por meio da Circular SECEX nº 84, publicada no D.O.U. de 14 de dezembro de 2006. Após análise do pleito e efetuadas as avaliações previstas no regulamento brasileiro, a segunda revisão foi encerrada em 14 de novembro de 2007 com a publicação no D.O.U. da Resolução CAMEX no 52, de 23 de outubro de 2007, que prorrogou o direito antidumping definitivo na forma de alíquota específica fixa de US$ 0,52/kg, aplicado às importações brasileiras de alhos frescos ou refrigerados, classificados nos itens 0703.20.10 e 0703.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China.

1.4. Da terceira revisão

Em 8 de novembro de 2011, a SECEX publicou a Circular nº 55 informando que o prazo de vigência do direito antidumping estabelecido pela Resolução CAMEX nº 52 iria expirar em 14 de novembro de 2012. A ANAPA, em 30 de julho de 2012, encaminhou correspondência manifestando interesse na prorrogação do direito.

Em 10 de agosto de 2012, a ANAPA, atendendo ao disposto no § 1º do art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995, encaminhou petição formalizando o pedido de prorrogação do direito.

A revisão foi aberta por meio da Circular SECEX nº 59, publicada no D.O.U. de 9 de novembro de 2012. Após análise do pleito e efetuadas as avaliações previstas no regulamento brasileiro, a terceira revisão foi encerrada em 4 de outubro de 2013 com a publicação no D.O.U. da Resolução CAMEX No 80, de 3 de outubro de 2013, que prorrogou o direito antidumping definitivo na forma de alíquota específica fixa de US$ 0,78/kg, aplicado às importações brasileiras de alhos frescos ou refrigerados, classificados nos itens 0703.20.10 e 0703.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China.

1.5. Da primeira avaliação de escopo

Em 9 de outubro de 2015, a empresa Island International Trade Ltda. protocolou petição de avaliação de escopo com o objetivo de determinar se os alhos frescos ou refrigerados das classes 3 e 4 estariam sujeitos à aplicação do direito antidumping vigente sobre as importações de alhos frescos ou refrigerados, originárias da China.

A avaliação de escopo foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 69, de 29 de outubro de 2015, publicada no D.O.U. de 3 de novembro de 2015 e encerrada por intermédio da Resolução CAMEX nº 13, de 18 de fevereiro de 2016, publicada no D.O.U. de 19 de fevereiro de 2016, tendo esclarecido que as importações de alhos frescos ou refrigerados de classes 3 e 4 estão sujeitas à aplicação dos direitos antidumping sobre as importações de alhos frescos ou refrigerados da China, conforme a Resolução CAMEX nº 80, de 3 de outubro de 2013.

1.6. Da segunda avaliação de escopo

Em 17 de fevereiro de 2017, a ANAPA protocolou petição, no Sistema DECOM Digital (SDD), solicitando a realização de avaliação de escopo acerca da sujeição de todo grupo, subgrupo, classe ou tipo de alho, independentemente de qualquer critério de classificação, à incidência do direito antidumping vigente sobre as importações de alhos frescos ou refrigerados, originárias da China.

A avaliação de escopo foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 15, de 7 de março de 2017, publicada no D.O.U. de 8 de março de 2017 e encerrada por intermédio da Resolução CAMEX nº 47, de 5 de julho de 2017, publicada no D.O.U. de 7 de julho de 2017, tendo esclarecido que os alhos frescos ou refrigerados, independentemente de quaisquer classificações, quando originários da República Popular da China, estão sujeitos à incidência do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX n° 80, de 3 de outubro de 2013.

2. DA REVISÃO

2.1 Dos procedimentos prévios

Em 1º de dezembro de 2017, foi publicada, no D.O.U., a Circular SECEX nº 64, de 30 de novembro de 2017, dando conhecimento público de que o prazo de vigência do direito antidumping às importações brasileiras de alhos frescos ou refrigerados, comumente classificadas nos itens 0703.20.10 e 0703.20.90, da NCM, originárias da China, encerrar-se-ia no dia 4 de outubro de 2018.

2.1. Da petição

Em 28 de maio de 2018, a ANAPA protocolou, por meio do Sistema DECOM Digital, petição para início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras alhos frescos ou refrigerados, normalmente classificadas nos itens 0703.20.10 e 0703.20.90 da NCM, originárias da China, consoante o disposto no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro.

No dia 3 de agosto de 2018, por meio do Ofício nº 01.098/2018/CGMC/DECOM/SECEX, com base no §2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram solicitadas à peticionária informações complementares àquelas fornecidas na petição.

A peticionária apresentou tais informações tempestivamente no dia 22 de agosto de 2018.

2.2. Das partes interessadas

De acordo com o § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificados como partes interessadas, além da peticionária, os produtores domésticos do produto similar, os produtores/exportadores estrangeiros, os importadores brasileiros do produto objeto do direito antidumping e o governo da China.

Em atendimento ao estabelecido no art. 43 do Decreto nº 8.058, de 2013, identificaram-se, por meio dos dados detalhados das importações brasileiras, fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda, as empresas exportadoras do produto objeto do direito antidumping durante o período de revisão de continuação/retomada de dumping. Foram identificados, também, pelo mesmo procedimento, os importadores brasileiros que adquiriram o referido produto durante o mesmo período.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1. Do produto objeto da revisão

Segundo informações da investigação original, reproduzidas nas revisões posteriores e mantidas na petição atual, o produto chinês se classifica de acordo com as disposições estabelecidas pela Portaria nº 242, de 1992, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a qual apresenta a norma de identidade, qualidade, acondicionamento, embalagem e apresentação do alho.

De acordo com o disposto na referida Portaria, entende-se por alho, independentemente da origem, o bulbo da espécie Allium sativum, que se apresenta fisiologicamente desenvolvido, inteiro, sadio, isento de substâncias nocivas à saúde e com as características da cultivar - cor, número de bulbilhos por bulbo e forma - bem definidas.

Adicionalmente, segundo a Portaria MAPA nº 242, de 1992, o alho, produto objeto da medida antidumping, pode ser classificado em grupos, subgrupos, classes e tipos, de acordo com o disposto a seguir:

a) Grupo: de acordo com a coloração da película do bulbilho ("dente" de alho).

i) Branco

ii) Roxo

b) Subgrupo: de acordo com o número de bulbilhos por bulbo.

i) Nobre - 5 a 20 bulbilhos por bulbo

ii) Comum - mais de 20 bulbilhos por bulbo

c) Classes: de acordo com o maior diâmetro transverso do alho, pode ser classificado nas classes de 3 a 7, ou misturada (quando a soma das misturas das classes imediatamente superior e inferior for maior que 30%, ou a mistura da classe inferior for maior que 20% ou se houver mistura de mais de duas classes na dominante) conforme disposto a seguir:

Classe	Diâmetro Transverso (em mm)
7	Mais de 56
6	Mais de 47 até 56
5	Mais de 42 até 47
4	Mais de 37 até 42
3	Mais de 32 até 37
Misturada	Composição com mais de uma classe

d) Tipo: Independente do grupo, subgrupo e classe a que pertença, o alho é classificado como EXTRA, ESPECIAL ou COMERCIAL, de acordo com os percentuais de defeitos gerais e/ou graves estabelecidos pela referida Portaria e reproduzidos a seguir:

TIPO	Bulbo Chocho	Chochamento Parcial	Dano/ doença	Brotado	Mofado	Bulbo aberto	Defeitos gerais agregados
Extra	0	2	0	0	0	2	5
Especial	2	6	2	2	2	3	15
Comercial	2	6	2	2	2	3	20

i) Extra - a somatória dos defeitos graves fica limitada a 2%

ii) Especial - a somatória dos defeitos graves fica limitada a 8%

iii) Comercial - a somatória dos defeitos graves fica limitada a 15%

Ressalta-se que as classificações acima servem apenas como referência. Recorda-se que, conforme resultado da avaliação de escopo encerrada pela Resolução CAMEX nº 47, de 5 de julho de 2017, o produto objeto da medida antidumping é o alho importado da República Popular da China, definido como sendo o bulbo da espécie Allium Sativum, independentemente de quaisquer classificações.

Conforme informação dada pela peticionária, os produtores chineses de alho não exportam diretamente a sua produção, sendo esta adquirida por empresas intermediárias que se encarregam de efetuar a limpeza e a seleção do alho com o objetivo de exportar o produto ao Brasil.

3.2. Do produto fabricado no Brasil

O produto similar nacional, de acordo com o entendimento registrado desde a investigação original e consolidado nas avaliações de escopo é o alho produzido e comercializado no Brasil, definido como sendo o bulbo da espécie Allium Sativum, independente da sua coloração e independente de quaisquer classificações.

3.3. Da classificação e do tratamento tarifário

A classificação do produto na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM encontra-se discriminada a seguir, sendo que a evolução das alíquotas do Imposto de Importação está discriminada na tabela 3.

NCM 0703.20.10 "Alho para semeadura."	NCM 0703.20.90 "Outros alhos".

Imposto de Importação

PERÍODOS	NCM		
	0703.20.10	0703.20.90	Obs
1º de julho de 2001 a 31 de dezembro de 2002	0,0%	12,0%	-
1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2003	0,0%	11,5%	-
1º de janeiro de 2004 a 16 de fevereiro de 2004	0,0%	10,0%	(1)
17 de fevereiro de 2004 a 6 de março de 2006	0,0%	14,0%	(2)
7 de março de 2006 em diante	0,0%	35,0%	(3)

(1) A Resolução CAMEX nº 41/03 extingue o acréscimo de 1,5 p.p. na alíquota do I.I. do item.

(2) Produto incluído na Lista de Exceção à TEC, anexo III, de que trata a Resolução CAMEX nº 42/01, conforme Resolução CAMEX nº 4/04.

(3) Produto incluído na Lista de Exceções com alteração de alíquota do I.I., conforme Resolução CAMEX nº 4/06. Na 157ª Reunião do GECEX, ocorrida em 19/06/2018, para revisão semestral da LETEC, o produto foi mantido na lista de exceções.

3.4. Da similaridade

Conforme constatado desde a investigação original e consolidado nas avaliações de escopo, tanto o alho importado da China como o alho produzido no Brasil, são definidos como sendo o bulbo da espécie Allium Sativum, independente da sua coloração e independente de quaisquer classificações.

Nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se "produto similar" o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da investigação.

Em face da semelhança das características intrínsecas dos alhos nacional e chinês, quais sejam suas propriedades químicas, físicas e organolépticas; assim como a classificação segundo as normas da Portaria MAPA nº 242, de 1992, e, considerando o uso destes produtos, que são, precipuamente, a utilização na alimentação humana, seja na culinária, como tempero, principalmente em refogados com óleo e cebola, ou como guarnição, ou ainda como medicamento da medicina alternativa, ratificou-se a conclusão alcançada na investigação original, reafirmada nas revisões subsequentes e consolidada nas avaliações de escopo, segundo a qual o produto fabricado no Brasil é similar ao produto objeto do direito antidumping.

4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

A ANAPA reúne e congrega todas as associações estaduais de produtores de alho do Brasil, tendo capacidade para apresentar o pleito em nome da indústria doméstica. As associações estaduais que compõem a ANAPA representam cerca de 95% da produção nacional.

Estão listadas a seguir as associações, membros da ANAPA, que expressamente apoiaram o início da revisão:

Associações de Produtores com Apoio à Petição

ASSOCIAÇÃO	SIGLA
Associação Mineira dos Produtores de Alho	AMIPA
Associação dos Produtores de Alho de Goiás, do Distrito Federal e da Região Geoeconômica de Brasília	AGOPA
Associação Catarinense dos Produtores de Alho	ACAPA
Associação Gaúcha dos Produtores de Alho	AGAPA
Associação Piauiense dos Produtores de Alho	APPA

Portanto, para fins de avaliação da probabilidade da retomada/continuação do dano, na hipótese de extinção do direito antidumping em questão, considerou-se como indústria doméstica a totalidade dos produtores nacionais representados pela ANAPA.

4.1. Do caráter fragmentário da indústria doméstica

Segundo os dados apresentados pela ANAPA, obtidos a partir de associações estaduais e cooperativas, a indústria nacional de alho é composta por 4.870 produtores, presentes em quatro das cinco regiões do País, conforme quadro a seguir:

ÁREA E NÚMERO DE PRODUTORES DE ALHO POR ESTADO/REGIÃO

REGIÃO	Nº DE PRODUTORES
TOTAL NORDESTE	620
PARAÍBA	20
BAHIA	600
SUDESTE	440
MINAS GERAIS	370
ESPÍRITO SANTO	60
SÃO PAULO	10
SUL	3.560
PARANÁ	260
SANTA CATARINA	1800
RIO GRANDE DO SUL	1500
CENTRO OESTE	250
GOIÁS	230
DISTRITO FEDERAL	20
TOTAL BRASIL	4.870

Conforme informações apresentadas pela peticionária, trata-se de uma cultura que é forte geradora da agricultura familiar, principalmente no Sul e no Nordeste

Diante do exposto, dado o grande número de produtores, verifica-se que a indústria nacional de alho apresenta característica típicas de uma indústria fragmentada, nos termos §1º do art. 1º do Decreto nº 9.107, de 26 de julho de 2017. Nesse sentido, a natureza dessa indústria se reflete na disponibilidade de dados para fins de determinação de continuação ou retomada do dano, o quais são basicamente originários de fontes secundárias.

4.2. Da conclusão acerca da indústria doméstica

Portanto, para fins de avaliação da probabilidade da retomada/continuação do dano, na hipótese de extinção do direito antidumping em questão, considerou-se como indústria doméstica a totalidade dos produtores nacionais representados pela ANAPA.

5. DOS INDÍCIOS DE DUMPING

Segundo o art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013, para que um direito antidumping seja prorrogado, deve ser demonstrado que sua extinção levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping e do dano dele decorrente.

Para fins do início da revisão, utilizou-se o período de abril de 2017 a março de 2018, a fim de se verificar a existência de indícios de probabilidade de continuação/retomada da prática de dumping nas exportações para o Brasil de alho, originárias da China.

De acordo com os dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, as importações brasileiras de alho originárias da China somaram 76.595,8 toneladas no período de abril de 2017 a março de 2018.

5.1. Da existência de indícios de dumping durante a vigência do direito

5.1.1. Do valor normal

De acordo com item "iii" do Art. 5.2 do Acordo Antidumping, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, a petição deverá conter informação sobre os preços pelos quais o produto em questão é vendido quando destinado ao consumo no mercado doméstico do país de origem ou de exportação ou, quando for o caso, informação sobre os preços pelo quais o produto é vendido pelo país de origem ou de exportação a um terceiro país ou sobre o preço construído do produto.

Para fins de início da investigação, optou-se pela construção do valor normal na Argentina, com base em metodologia proposta pela peticionária, acompanhada dos documentos e dos dados prontamente disponíveis. Os dados fornecidos na petição foram fornecidos pela ASOC.A.MEN - Asociación de Productores, Empacadores y Exportadores de Ajos, Cebollas y Afines de la Provincia de Mendoza. O valor normal foi construído a partir de valor razoável dos custos de lavoura, embalagem e vendas, bem como de um montante a título de lucro. Não foram apresentados dados acerca de despesas operacionais.

A utilização da Argentina para a construção do valor normal foi justificada com base nas seguintes informações:

a) o país está entre os maiores produtores mundiais: em 2016, foi o 12º, conforme dados da Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO;

b) de acordo com a peticionária, o alho produzido e comercializado pela Argentina é de alta qualidade, de acordo com o padrão que se exporta para os principais mercados do mundo e, justamente por isso, possui características semelhantes tanto ao alho brasileiro quanto ao alho chinês, eis que todos concorrem no mesmo mercado;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) o fato de a Argentina ser importante produtor, ter boa produtividade e produzir alho de qualidade faz com que o país tenha, em decorrência, grande relevância no comércio internacional do produto, o que se traduz na constatação de que, ao longo dos últimos cinco anos, a Argentina ocupou o 3º posto entre os maiores exportadores mundiais, atrás apenas da China e da Espanha, conforme dados do Trademap;

d) pela sua importância e tradição, além da qualidade do produto comercializado, a Argentina exporta alho para todas as regiões do mundo (fonte: Trademap).

e) a Argentina é importante mercado consumidor, já que mais da metade da sua produção é para consumo no mercado interno (fontes FAO e Trademap); e

f) os dados da Argentina já foram utilizados nos procedimentos anteriores de revisão antidumping relativos a esse mesmo produto, o alho.

O valor normal para a China, para fins de início da investigação, foi construído a partir das seguintes rubricas:

a) Custo lavoura:
Mão de obra
Sementes
Defensivos
Energia elétrica, combustíveis e serviços
Outros insumos
Manutenção
Impostos diretos
Custos fixos
Lucro

b) Custo de embalagem:
Transporte
Alho a ser embalado
Descarte
Mão de obra
Combustíveis e energia
Produtos químicos
Insumos de embalagem
Sistema de mitigação de riscos
Resfriamento
Impostos diretos
Manutenção
Custos fixos
Lucro

Para construção do valor normal, a peticionária utilizou os dados fornecidos pela ASOC.A.MEN relativos aos custos de duas etapas da produção de alho, a saber, a etapa da lavoura (plantio e colheita) e a etapa da embalagem. Cabe ressaltar que não foram apresentados dados referentes às despesas operacionais necessárias para comercializar a produção de alho.

A etapa de lavoura consiste em dados de produção de uma fazenda de 30 hectares com manejo técnico agronômico tradicional. O rendimento de "alho úmido" (alho com folhas e raízes) é de 23.542,9 kg / ha. Esse rendimento de alho úmido de 23.542,9 kg / ha é então transformado em 8.240 kg / ha de alho seco, sem folhas, nem raízes e descascado, denominado alho comercial. O volume total produzido de alho comercial na Argentina é de 247.200 kg.

A ASOC.A.MEN aponta que a Argentina é o único lugar no mundo onde o produtor tem a opção de vender sua produção de duas formas basicamente, como "alho verde ou úmido", recém-colhido, ou "alho seco ou comercial", depois de ter passado por um processo de secagem. Estes produtos têm, portanto, preços diferentes. A razão pela qual o produtor vende "alho verde ou molhado" antes é ter financiamento. Os valores considerados para fins de apuração do valor normal foram os relativos à produção de alho seco (comercial).

Cabe ressaltar que com relação às rubricas apresentadas para a etapa de lavoura, os impostos presumidamente indiretos foram excluídos do cálculo. Desta forma, foram excluídas as rubricas "imp. Sobre combustibles liquidos", "Tasa Específica sobre el Gas Oíl" e IVA.

A associação argentina apresentou esclarecimento em que aponta que os "costos de capital" incluem "reinversión" e "amortización del capital", os quais corresponderiam respectivamente às rubricas depreciação e custo de oportunidade.

O custo de oportunidade foi conceituado pela ASOC.A.MEN como o valor que o agricultor deixa de ganhar com o dinheiro investido na produção de alho. Para atribuir custo a este item, é normalmente usada a taxa de juros bancária.

Dessa forma, os "costos de capital" foram considerados como custos fixos, os quais incluíram a depreciação e desconsideraram o custo de oportunidade.

Sobre o subtotal resultante foi calculado o lucro do produtor com base no percentual de 9,58% apresentado, obtendo-se um preço de 16,50 ARS por kg de alho seco, conforme descrito na tabela abaixo:

Custos Lavoura
Em ARS/kg

	Valores totais	Qtde produzida	Valor por kg
Mão de obra	1.944.783	247.200	7,86
Sementes	693.837	247.200	2,80
Defensivos	326.672	247.200	1,32
Energia elétrica, combustíveis e serviços	92.388	247.200	0,37
Outros insumos	69.000	247.200	0,27
Manutenção	12.739	247.200	0,05
Impostos e direitos	555.772	-	2,24
Custos fixos	27.165	247.200	0,11
SUBTOTAL	3.695.190	247.200	15,05
LUCRO	-	-	1,44
TOTAL LAVOURA	-	-	16,50

A etapa seguinte é a embalagem, a qual considerou o modelo típico de galpão de embalagem mediano tradicional argentino, o qual tem capacidade produtiva de 5.173.117 kg de alho úmido e 1.936.000 kg de alho comercial, o que corresponde à aquisição da produção de várias fazendas.

Com relação às rubricas do custo de embalagem cabe ressaltar que esta etapa partiu do valor de alho seco de 14,38 ARS/kg, o qual foi utilizado em substituição ao valor de 16,50 ARS/kg calculado como valor do alho seco na lavoura. Os dados do custo de embalagem foram considerados mais representativos, por serem relativos a quantidades maiores, além de propiciarem um cálculo mais conservador para fins de início de investigação.

A rubrica "descarte" apresentada pelo empacotador foi mantida conservadoramente com sinal negativo, pois presumiu-se que tenha tido efeito de reduzir o custo de produção.

Com relação à mão de obra, o valor apresentado foi corrigido para 10.499.456 ARS pois os subtotais apresentados não permitiam chegar ao total de 12.917.962 ARS reportado pela associação argentina.

Cabe ressaltar que o sistema de mitigação de riscos, por definição é um conjunto de medidas para minimizar o risco de pragas, com o objetivo de reduzir o impacto destas nos diversos tipos de lavouras, tendo como principal finalidade possibilitar ao produtor a manutenção de sua atividade e comercialização

Da mesma forma que para a etapa lavoura, não foram incluídos impostos presumidamente indiretos. Assim, foram excluídas as rubricas "Impuestos Combustibles" e "Impuestos Energía Eléctrica". Os "costos de capital" foram igualmente considerados como custos fixos, e também incluíram a depreciação e desconsideraram o custo de oportunidade.

Por fim, foram desconsiderados os "costos de logística", os quais englobavam as rubricas "flete de exportación - Brasil" e "derechos de exportación y costos de logística BRASIL".

Dessa forma chegou-se ao valor normal construído de 35,69 ARS/kg, conforme descrito na tabela abaixo:

Valor normal do alho
Em ARS/kg

Custos Embalagem	Valores totais	Qtde produzida	Valor por kg
Transporte	3.695.084	1.936.000	1,91
Alho seco a embalar	27.834.507	1.936.000	14,38
Descarte	-517.312	1.936.000	-0,27
Mão de obra	10.499.456	1.936.000	5,42
Combustíveis e energia	466.609	1.936.000	0,24
Produtos químicos	250.545	1.936.000	0,13
Insumos de embalagem	5.477.358	1.936.000	2,83
Sistema de mitigação de riscos	737.880	1.936.000	0,38
Serviço de resfriamento	6.980.880	1.936.000	3,61
Manutenção	179.929	1.936.000	0,09
Impostos	6.855.612	-	3,54
Custos fixos	359.638	1.936.000	0,19
Custos de logística	-	-	0,00
SUBTOTAL	62.820.186	1.936.000	32,45
LUCRO	-	-	3,24
TOTAL LAVOURA	-	-	35,69

A conversão pela taxa de câmbio de 17,57 ARS/USD levou ao valor normal de 2,03 USD/kg (dois dólares estadunidenses e três centavos).

5.1.2. Do preço de exportação

Consoante item "iii" do Art. 5.2 do Acordo Antidumping, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº1.355, de 30 de dezembro de 1994, a petição deverá conter informação sobre os preços pelos quais o produto em questão é vendido quando destinado ao consumo no mercado doméstico do país de origem ou de exportação ou, quando for o caso, informação sobre os preços pelo quais o produto é vendido pelo país de origem ou de exportação a um terceiro país ou sobre o preço construído do produto, e informação sobre o preço de exportação ou quando for o caso sobre os preços pelos quais o produto é vendido ao primeiro comprador independente situado no território do Membro Importador.

Para fins de apuração do preço de exportação dos alhos da China para o Brasil, foram consideradas as respectivas importações brasileiras efetuadas no período de análise de indícios de dumping, ou seja, as importações realizadas de abril de 2017 a março de 2018. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB.

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Volume (kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
[Confidencial]	[Confidencial]	1,27

Desse modo, dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de análise de dumping, pelo respectivo volume importado, em toneladas, apurou-se o preço de exportação de US$ 1,27/kg (um dólar estadunidense e vinte e sete centavos por quilograma), o que é equivalente a US$ 12,74 por caixa de 10kg, na condição FOB.

5.1.3. Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Deve-se ressaltar que tanto o valor normal apurado para a China, com base no valor normal construído, como o preço de exportação, apurado com base nos dados disponibilizados pela RFB, foram apresentados em condições adequadas para justa comparação, para fins de início da investigação em tela, destacando-se ainda que, de maneira prudencial, o valor normal foi construído até o custo de produção incorrido pelo empacotador/embalador, enquanto que o preço de exportação foi calculado na condição FOB.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a China.

Margem de Dumping

Valor Normal US$/kg	Preço de Exportação US$/kg	Margem de Dumping Absoluta US$/kg	Margem de Dumping Relativa (%)
2,03	1,27	0,76	59,46%

5.1.4. Da conclusão sobre os indícios de continuação de dumping durante a vigência da medida

Tendo em vista a margem de dumping apurada para a China, considerou-se, para fins do início da revisão do direito antidumping em vigor, haver indícios suficientes da continuação da prática de dumping nas exportações de alhos dessa origem para o Brasil.

5.2. Do desempenho do produtor/exportador

A peticionária ressaltou que o centro mais importante da produção de alho seria o asiático, destacando a China como maior produtor, consumidor e exportador mundial dessa cultura. Assim, esse país representaria cerca de 80% da produção mundial, exportando em torno de 8% de sua produção, durante os doze meses do ano, por meio de técnicas de frigoconservação.

A peticionária destacou, ainda, que a elevada capacidade produtiva e o grande potencial exportador a China estaria relacionado ao fato de esse país não operar a partir de princípios de mercado. De acordo com a ANAPA, "há forte intervenção do governo sobre os preços do alho. Denota-se que existe alto grau de controle governamental sobre os meios de produção do alho, principalmente no tocante aos produtores rurais; também existe um alto nível de controle estatal sobre a alocação de recursos, preços e decisões de produção; a legislação aplicável em matéria de propriedade, investimento, tributação e falência não é comparável àquelas adotadas em situação de mercado; inexiste controle sobre os salários e as negociações entre empregadores e empregados".

5.2.1. Da área plantada e da produção

Segundo dados constantes da petição e reproduzidos nas tabelas a seguir, na comparação com os demais países, em 2016 (período mais recente em que foram disponibilizados dados pela Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO), a China apresentou a maior área plantada de alho do mundo, em hectares.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Área Plantada Mundial (em ha)

Posição	País	2012	2013	2014	2015	2016
1	China	794.660	777.290	786.238	822.523	791.257
2	Índia	242.000	248.000	231.000	262.000	261.000
3	Bangladesh	44.284	42.493	53.000	57.049	60.776
4	Myanmar	28.733	29.137	28.328	28.177	28.682
5	Rússia	27.689	27.498	28.460	28.425	28.292
6	Ucrânia	22.500	22.710	21.900	20.800	21.000
7	Coreia do Sul	28.278	29.352	25.062	20.638	20.759
8	Espanha	17.494	18.800	20.963	19.996	18.485
9	Argentina	15.290	15.403	15.517	15.632	15.746
14	Brasil	10.064	9.567	9.638	10.789	11.403
-	Demais países	214.926	209.328	196.966	202.682	211.413
-	Total	1.445.918	1.429.578	1.417.072	1.488.711	1.468.813

Participação Relativa da Área Plantada (em %)

Posição	País	2012	2013	2014	2015	2016
1	China	55,0	54,4	55,5	55,3	53,9
2	Índia	16,7	17,3	16,3	17,6	17,8
3	Bangladesh	3,1	3,0	3,7	3,8	4,1
4	Myanmar	2,0	2,0	2,0	1,9	2,0
5	Rússia	1,9	1,9	2,0	1,9	1,9
6	Ucrânia	1,6	1,6	1,5	1,4	1,4
7	Coreia do Sul	2,0	2,1	1,8	1,4	1,4
8	Espanha	1,2	1,3	1,5	1,3	1,3
9	Argentina	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
14	Brasil	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8
-	Demais países	14,9	14,6	13,9	13,6	14,4
-	Total	100	100	100	100	100

Da análise dos dados precedentes, verificou-se que, em termos relativos, a área plantada chinesa tem representado ao longo dos cinco anos apresentados, em média, 54,8% do total mundial. A área plantada brasileira representou 0,8% da área mundial plantada em 2016 e 1,4% da área plantada na China.

Já no que se refere à participação da área plantada na China em relação à área plantada no mundo, houve pouca variação de 2012 a 2016. Do mesmo modo, a área plantada brasileira variou muito pouco ao longo do período, apresentando variação positiva de apenas 0,1 p.p. quando comparados os extremos da série. Cabe apontar que a área plantada da Argentina, tradicional competidor no mercado brasileiro, não variou ao longo do período considerado.

Com relação à representatividade da produção de alho da China em relação à produção mundial, os dados a seguir demonstram que a hegemonia desse país é inquestionável.

Produção mundial (em toneladas)

Posição	País	2012	2013	2014	2015	2016
1	China	18.429.500	19.168.800	19.994.799	21.515.910	21.197.131
2	Índia	1.228.000	1.259.000	1.252.000	1.425.000	1.400.000
3	Bangladesh	233.609	223.685	312.000	345.725	381.851
4	Egito	309.155	234.164	263.167	290.894	280.216
5	Coreia do Sul	339.113	412.250	353.761	266.272	275.549
6	Rússia	239.312	232.843	256.406	254.877	262.211
7	Myanmar	208.800	212.000	208.900	209.125	212.909
8	Ucrânia	171.400	185.570	191.140	176.470	187.960
12	Argentina	145.505	146.380	147.255	148.131	149.006,00
15	Brasil	107.009	102.232	93.769	117.272	132.359
-	Demais países	1.996.682	2.073.035	1.944.399	2.033.793	2.093.808
-	Total	23.408.085	24.249.959	25.017.596	26.783.469	26.573.000

Participação Relativa da Produção (em %)

Posição	País	2012	2013	2014	2015	2016
1	China	78,7	79,0	79,9	80,3	79,8
2	Índia	5,2	5,2	5,0	5,3	5,3
3	Bangladesh	1,0	0,9	1,2	1,3	1,4
4	Egito	1,3	1,0	1,1	1,1	1,1
5	Coreia do Sul	1,4	1,7	1,4	1,0	1,0
6	Rússia	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
7	Myanmar	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8
8	Ucrânia	0,7	0,8	0,8	0,7	0,7
12	Argentina	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
15	Brasil	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5
-	Demais países	8,5	8,5	7,8	7,6	7,9
-	Total	100	100	100	100	100

Assim como a área plantada, a produção de alho na China é a maior do planeta. O volume de alho produzido pela China em 2016 ultrapassou os 21 milhões de toneladas, enquanto a produção do segundo colocado não atingiu 7% desse volume (1,4 milhões). Ademais, somada a produção dos demais países produtores (5,4 milhões), verifica-se que a oferta da China é aproximadamente quatro vezes superior à oferta dessa cultura pelo restante dos países produtores.

5.2.2. Da exportação

Conforme pode ser observado nas próximas tabelas, os exportadores chineses lideraram ao longo dos últimos cinco anos o ranking dos maiores países exportadores de alho.

Exportação mundial (toneladas)

Posição	País	2013	2014	2015	2016	2017
1	China	1.625.938	1.752.100	1.754.047	1.530.719	1.710.476
2	Espanha	98.385	124.475	149.207	162.623	165.875
3	Argentina	71.860	74.918	66.248	77.675	83.022
4	Índia	29.461	16.496	7.477	21.534	33.736
5	Holanda	27.495	26.759	32.381	31.386	33.484
6	Malásia	15.725	20.049	20.719	8.326	18.501
7	México	9.864	12.043	13.459	15.659	14.408
8	Peru	1.728	706	4.302	12.951	13.131
9	França	10.122	9.025	10.069	14.572	12.608
10	Chile	8.950	10.119	10.043	10.469	11.198
-	Demais países	90.379	74.410	76.507	77.004	66.308
-	Total	1.899.528	2.046.690	2.067.952	1.885.914	2.096.439

Participação Relativa da Exportação (em %)

Posição	País	2013	2014	2015	2016	2017
1	China	81,7	82,6	81,8	78,0	79,1
2	Espanha	4,9	5,9	7,0	8,3	7,7
3	Argentina	3,6	3,5	3,1	4,0	3,8
4	Índia	1,5	0,8	0,3	1,1	1,6
5	Holanda	1,4	1,3	1,5	1,6	1,5
6	Malásia	0,8	0,9	1,0	0,4	0,9
7	México	0,5	0,6	0,6	0,8	0,7
8	Peru	0,1	0,0	0,2	0,7	0,6
9	França	0,5	0,4	0,5	0,7	0,6
10	Chile	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5
-	Demais países	4,5	3,5	3,6	3,9	3,1
-	Total	100	100	100	100	100

Da análise dos dados precedentes, é possível verificar o que, do volume total de alho exportado ao longo dos últimos cinco anos, as exportações chinesas dessa cultura representaram no mínimo 78% desse volume. Com relação ao total de alho produzido pela China, constatou-se que, de 2013 a 2016, esse país exportou em média 8% desse total.

Ademais, ainda não há um país que esteja em trajetória de se qualificar como concorrente aos alhos chineses. Como se observa, o segundo maior exportador, a Espanha, respondeu por apenas 7,7% das vendas mundiais em 2017. Já a Argentina, considerado historicamente como grande competidor no mercado brasileiro, não atingiu 4% das vendas totais.

Cumpre ressaltar, ainda, que o total de alho exportado pela China foi superior ao volume produzido por todos os demais países do mundo, quando considerados isoladamente. Com efeito, essas exportações chinesas, em 2016, superam em mais de onze vezes o total produzido pelo Brasil e, em 2017, em cerca de seis vezes o mercado brasileiro de P5.

Quando analisados os principais destinos das exportações da China, verifica-se que, a despeito do direito antidumping aplicado para o alho originário desse país, o Brasil ainda figura como um dos principais destinos, na quarta colocação.

Maiores destinos das exportações da China (em toneladas)

Posição	País	2013	2014	2015	2016	2017
1	Indonésia	446.463	496.241	476.943	440.415	533.830
2	Vietnam	162.677	173.280	162.368	151.473	193.226
3	Malásia	99.266	103.091	113.572	119.934	147.317
4	Brasil	124.984	102.519	105.988	86.400	75.757
5	Filipinas	67.878	67.168	68.072	62.149	67.545
6	Emirados Árabes	42.096	45.815	59.439	60.513	59.313
7	Paquistão	44.087	61.391	68.483	47.813	51.936
8	Estados Unidos	64.982	66.382	59.594	56.278	48.095
9	Arábia Saudita	35.363	38.428	41.715	41.414	46.029
10	Rússia	42.216	43.902	46.831	42.738	45.239
-	Demais países	495.926	553.883	551.042	421.592	442.189
-	Total	1.625.938	1.752.100	1.754.047	1.530.719	1.710.476

5.2.3. Da conclusão sobre o desempenho produtor/exportador

Conforme evidenciado, a China é líder na produção e exportação mundial de alho e, na comparação entre as exportações chinesas e a oferta pelos demais países, a hegemonia chinesa resta evidente. Com efeito, as exportações chinesas de alho (as quais representaram em média 8% do total produzido por esse país), superam, em 2016, em mais de onze vezes o total produzido pelo Brasil e, no último ano analisado, cerca de seis vezes o mercado brasileiro.

Cumpre ressaltar que, a despeito da aplicação de direito antidumping nas importações de alho chinês, o Brasil ainda é um dos principais destinos das exportações de alho chinês no mundo, ocupando a quarta posição. Adicionalmente, consoante será visto no próximo item deste documento, ao longo de todo período de revisão, a China foi o país com maior participação nas importações de alho para o Brasil.

À luz do exposto, concluiu-se, para fins de início da revisão, que há indícios de elevada capacidade de produção e de exportação dos alhos chineses para o Brasil. Ademais, é possível inferir que há elevada capacidade da China de deslocar competidores importantes em mercados regionais, como o brasileiro.

5.3. Das alterações nas condições de mercado e da aplicação de medidas de defesa comercial

Em pesquisa ao sítio eletrônico do Portal Integrado de Inteligência Comercial (Integrated Trade Intelligence Portal - I-TIP) da Organização Mundial do Comércio - OMC, verificou-se que no período de investigação o direito antidumping o alho originário da China é sujeito a medidas antidumping aplicadas pelos Estados Unidos e pela África do Sul. Não foram observadas medidas adicionais aplicadas por outros membros da OMC no mesmo período.

5.4. Da conclusão dos indícios de continuação ou retomada do dumping

A partir das informações anteriormente apresentadas, constatou-se haver indícios de continuação de dumping nas exportações de alho da China para o Brasil, realizadas no período de abril de 2017 a março de 2018.

6. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de alhos. O período de análise deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de existência de indícios de retomada ou continuação de dano à indústria doméstica.

Assim, para efeito da análise relativa à determinação do início da investigação, considerou-se, de acordo com o § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013, o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, dividido da seguinte forma:

P1 - abril de 2013 a março de 2014;

P2 - abril de 2014 a março de 2015;

P3 - abril de 2015 a março de 2016;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

P4 - abril de 2016 a março de 2017; e
P5 - abril de 2017 a março de 2018.

6.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de alhos importados pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao item tarifário 0703.20.10 e 0703.20.90 da NCM, fornecidos pela RFB.

Quase a totalidade das importações de alhos foi efetivada sob o código NCM 0703.20.90 - outros alhos frescos ou refrigerados. Importa destacar que as importações realizadas sob o código NCM 0703.20.10, alhos frescos ou refrigerados para semeadura, foram efetuadas somente em P1 e corresponderam a 0,02% das importações totais nesse período.

Tendo em vista que a medida antidumping em vigor foi aplicada para ambas as NCMs, as tabelas que tratam da importação de alhos incluem toda a subposição 0703.20.

6.1.1. Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes de importações totais de alhos no período de investigação de retomada/continuidade de dano à indústria doméstica:

Importações Totais (em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	84,4	84,5	63,1	62,7
Total sob Análise	100,0	84,4	84,5	63,1	62,7
Argentina	100,0	104,1	96,3	112,1	140,8
Espanha	100,0	293,6	474,7	606,8	698,6
Chile	100,0	24,2	269,1	657,0	747,7
Peru	-	100,0	440,7	1.976,3	478,8
Jordânia	-	-	-	100,0	625,5
Portugal	-	-	100,0	395,7	897,0
México	100,0	69,7	-	210,9	24,5
Uruguai	-	-	-	-	100,0
Taipé Chinês	-	100,0	248,9	302,2	-
Egito	-	-	-	100,0	-
Vietnã	-	-	-	100,0	-
Malásia	-	-	100,0	-	-
Total Exceto sob Análise	100,0	113,0	116,7	144,6	172,0
Total Geral	100,0	93,4	94,6	88,7	97,1

Observa-se que de P1 para P5 houve quedas consecutivas nos volumes de importação da origem investigada, exceto de P2 para P3, quando esse volume apresentou estabilidade, aumentando 0,1%. Assim, em P2, P4 e P5, o volume importado apresentou diminuição de 15,6%, 25,4% e 0,5%, respectivamente, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando os extremos da série houve queda de 37,3% de P1 para P5.

Em relação ao volume importado das outras origens, o comportamento apresentou outra tendência. Houve crescimento desse volume em todos os períodos: 13% de P1 a P2, 3,3% de P2 a P3, 23,9% de P3 a P4 e 19% de P4 a P5. Considerando todo o período de análise, houve crescimento de 72% de P1 a P5.

Constatou-se que as importações brasileiras totais de alho oscilaram no decorrer do período de análise: decresceram 6,6%, de P1 para P2, aumentaram 1,4%, de P2 para P3, diminuíram 6,3%, de P3 para P4 e cresceram 9,5%, de P4 a P5. Quando tomado todo o período de análise, de P1 para P5, o volume total de alho importado para o Brasil decresceu 2,9%.

6.1.2. Do valor e do preço das importações

Visando a tornar a análise do valor das importações mais uniforme e considerando que o frete e o seguro, a depender da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações totais de alhos no período de investigação de retomada de dano à indústria doméstica.

Valor das Importações Totais CIF (em número índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	74,5	94,7	114,7	84,1
Total sob Análise	100,0	74,5	94,7	114,7	84,1
Argentina	100,0	81,5	96,0	154,9	139,8
Espanha	100,0	212,7	401,4	983,5	873,7
Chile	100,0	24,1	277,3	886,5	867,1
Peru	-	100,0	370,8	2.286,5	455,9
Jordânia	-	-	-	100,0	496,1
Portugal	-	-	100,0	499,6	841,2
México	100,0	66,0	-	224,6	29,6
Uruguai	-	-	-	-	100,0
Taipé Chinês	-	100,0	303,2	518,5	-
Egito	-	-	-	100,0	-
Vietnã	-	-	-	100,0	-
Malásia	-	-	100,0	-	-
Total Exceto sob Análise	100,0	85,7	108,2	194,9	170,8
Total Geral	100,0	79,6	100,8	150,8	123,1

Verificou-se que o valor total importado da origem sob análise apresentou redução de 25,5%, de P1 para P2, em seguida sucessivos aumentos de 27,1%, de P2 para P3, e de 21%, de P3 para P4. Na sequência houve redução de 26,7%, de P4 para P5. Considerando todo o período de análise, o valor das importações brasileiras de alhos provenientes da China apresentou queda de 15,9%.

Quando analisadas as importações das demais origens, foi observado comportamento semelhante: retração de 14,3%, de P1 para P2, incrementos sucessivos de 26,3%, de P2 para P3, e de 80,1%, de P3 para P4, e nova redução de 12,4%, de P4 para P5. Considerando todo o período de investigação, evidenciou-se crescimento de 70,8% nos valores importados das origens não objeto do direito de P1 para P5.

O valor total das importações apresentou retração de 20,4%, de P1 para P2, crescimentos de 26,7%, de P2 para P3, e de 49,6%, de P3 para P4, e retração de 18,3% de P4 para P5. Considerando todo o período de investigação, evidenciou-se aumento de 23,1% no valor total das importações de P1 para P5.

Preço das Importações Totais (US$ CIF/10kg)

	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	88,3	112,1	181,9	134,0
Total sob Análise	100,0	88,3	112,1	181,9	134,0
Argentina	100,0	78,3	99,7	138,3	99,3
Espanha	100,0	72,4	84,6	162,1	125,1
Chile	100,0	99,7	103,0	134,9	116,0
Peru	-	100,0	84,1	115,7	95,2
Jordânia	-	-	-	100,0	79,3
Portugal	-	-	100,0	126,3	93,8
México	100,0	94,7	-	106,5	120,8
Uruguai	-	-	-	-	100,0
Taipé Chinês	-	100,0	121,8	171,6	-
Egito	-	-	-	100,0	-
Vietnã	-	-	-	100,0	-
Malásia	-	-	100,0	-	-
Total Exceto sob Análise	100,0	75,9	92,7	134,8	99,3
Total Geral	100,0	85,2	106,5	170,0	126,8

Observou-se que o preço CIF médio (equivalente a uma caixa de 10kg) ponderado das importações brasileiras de alhos de origem chinesa oscilou ao longo de todo o período de análise. Houve redução de 11,7%, de P1 para P2, em seguida sucessivos crescimentos de 26,9%, de P2 para P3, e de 62,2%, de P3 para P4. Na sequência o preço CIF médio dessas importações decresceu 26,3%, de P4 para P5. Considerando todo o período de análise, o preço CIF médio das importações brasileiras de alhos provenientes da China apresentou crescimento de 34%.

O preço CIF médio ponderado de outros fornecedores, embora tenha apresentado comportamento semelhante ao das importações da China, superou o preço do alho chinês em todos os períodos de análise. Em relação ao período imediatamente anterior, esse preço decresceu 24,1% em P2 e 26,3% em P5. Já em P3 e P4, houve incremento de 22,1% e 45,5%, respectivamente. Considerando os extremos da série houve queda de 0,7% de P1 para P5.

No que se refere ao preço médio do total das importações brasileiras do produto em tela, observa-se que este apresentou queda de 14,8%, de P1 para P2, aumentos sucessivos de 25%, de P2 para P3, e de 59,6%, de P3 para P4, e nova redução de 25,4% de P4 para P5. Considerando todo o período, observou-se crescimento de 26,8% de P1 para P5.

6.2. Do mercado brasileiro

Para dimensionar o mercado brasileiro de alho, foram consideradas as quantidades vendidas no mercado interno, calculadas com base nos dados constantes da petição, bem como as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas supra.

Mercado Brasileiro (e m toneladas)

	Vendas Indústria Doméstica	Importações Objeto do Direito Antidumping	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	86.897,2	100,0	100,0	264.986,3
P2	79.703,7	84,4	113,0	245.997,7
P3	99.681,2	84,5	116,7	268.241,0
P4	112.505,2	63,1	144,6	270.437,5
P5	112.937,8	62,7	172,0	285.808,7

Observou-se que, com exceção de P1 a P2, o mercado brasileiro de alho apresentou aumentos sucessivos. Dessa forma, apresentou queda de 7,2% em P2, e aumentos de 9%, 0,8% e 5,7%, em P3, P4 e P5, respectivamente, sempre em relação ao período anterior. Ao analisar os extremos da série, ficou evidenciada expansão no mercado brasileiro de 7,9%.

6.3. Da evolução das importações

6.3.1. Da participação das importações no mercado

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de alho:

Participação das Importações no Mercado Brasileiro (em toneladas)

	Mercado Brasileiro (A)	Importações Objeto do Direito Antidumping (B)	Participação no Mercado Brasileiro (%) (B/A)	Importações outras origens (C)	Participação no Mercado Brasileiro (%) (C/A)
P1	264.986,3	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	245.997,7	84,4	90,9	113,0	121,7
P3	268.241,0	84,5	83,5	116,7	115,3
P4	270.437,5	63,1	61,8	144,6	141,7
P5	285.808,7	62,7	58,2	172,0	159,5

Observou-se que a participação das importações objeto do direito antidumping no mercado brasileiro apresentou retrações sucessivas de P1 para P5, sendo a diminuição observada de [Confidencial] p.p., de P1 para P2, de [Confidencial] p.p. de P2 para P3, de [Confidencial] de P3 para P4 e de [Confidencial] p.p. de P4 a P5, atingindo [Confidencial]% de representatividade. Assim, de P1 a P5 houve retração de [Confidencial] p.p. na participação das importações chinesas de alho.

Já a participação das origens não gravadas com direito antidumping no mercado brasileiro apresentaram crescimento ao longo dos períodos, com exceção de P2 a P3. Dessa forma, tais importações tiveram aumento de [Confidencial] p.p., de P1 a P2, redução de [Confidencial] p.p., de P2 a P3, e sucessivos aumentos de [Confidencial] p.p., de P3 a P4, e de [Confidencial] p.p., de P4 a P5, quando atingiram sua maior participação, equivalente a [Confidencial] %. Considerando os extremos da série, houve crescimento de [Confidencial] p.p., de P1 a P5.

6.3.2. Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir informa a relação entre as importações sujeitas ao direito antidumping e a produção nacional de alho.

Relação entre as Importações sob Análise e a Produção Nacional (em toneladas e número índice)

	Produção Nacional (t)	Importações Origens Investigadas	Relação (%)
P1	102.232,0	100,0	100,0
P2	93.769,0	84,4	92,0
P3	117.272,0	84,5	73,7
P4	132.359,0	63,1	48,7
P5	132.868,0	62,7	48,3

A relação entre as importações investigadas e a produção nacional foi decrescente de P1 para P5, passando de [Confidencial]% para [Confidencial]%. Conforme se pode observar na tabela, em P1 e P2, as importações chinesas de alho superavam a produção nacional e, a partir de P3, essa relação se inverteu. Desse modo, considerando todo o período observou-se retração de [Confidencial] p.p. de P1 para P5.

6.4. Da conclusão a respeito das importações

No período de análise de continuação/retomada de dano, concluiu-se que:

a) as importações de alho originárias da China, consideradas na análise de probabilidade de continuação/retomada do dano, diminuíram em volume 37,3% ao longo do período, tendo passado de [Confidencial] toneladas em P1 para [Confidencial] toneladas em P5;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) houve aumento do preço do produto objeto do direito antidumping de P1 a P5 (34%) mas redução de P4 para P5 (26,3%);

c) as importações originárias dos demais países exportadores aumentaram tanto de P1 a P5 (72%) quanto de P4 para P5 (19%);

d) o preço das importações das outras origens diminuiu 0,7% ao longo do período de análise, de P1 a P5. Já em P5, houve redução de 26,3%. Contudo, o preço dessas importações foi superior ao preço daquelas objeto do direito antidumping em todos os períodos analisados;

e) as importações objeto do direito antidumping diminuíram em [Confidencial] p.p. sua participação em relação ao mercado brasileiro de P1 para P5. De P4 para P5, essa participação reduziu [Confidencial] p.p. Entretanto, essas importações corresponderam a [Confidencial]% do mercado brasileiro em P5;

f) as outras origens, por sua vez, aumentaram a participação no mercado brasileiro, de P1 para P5 em [Confidencial] p.p., tendo essa participação aumentado [Confidencial] p.p. de P4 para P5; e

g) de P1 para P5, a relação entre as importações do produto objeto do direito antidumping e a produção nacional diminuiu [Confidencial] p.p., enquanto que de P4 para P5 essa relação reduziu [Confidencial] p.p. Contudo, em P5 as importações do produto objeto do direito antidumping ainda corresponderam a [Confidencial]% da produção nacional.

Diante desse quadro, constatou-se que, muito embora tenha havido diminuição das importações da origem investigada em termos absolutos e em relação à produção nacional e ao mercado brasileiro, essas importações ainda representavam em P5 um percentual relevante da produção e do mercado.

Esse cenário indica que houve redução da competitividade das importações sob análise após a aplicação da medida antidumping, as quais perderam participação de mercado para a indústria doméstica e principalmente para as importações de outras origens. Contudo, a despeito da aplicação da medida protetiva, essas importações ainda entraram no mercado brasileiro em volume relevante.

Além disso, os preços médios em base CIF das importações originárias da China com indícios de continuação/retomada de dumping foram os mais baixos em todos os períodos analisados.

7. DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

De acordo com o disposto no art. 108 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano deve basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito e os demais fatores indicados no art. 104 do Regulamento Brasileiro.

O período de análise dos indicadores da indústria doméstica compreendeu os mesmos períodos utilizados na análise das importações.

Como explicado anteriormente, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como a totalidade dos produtores nacionais, os quais são representados pela ANAPA.

Ressalte-se que, dado grande número de produtores de alho (segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria doméstica de alho é composta por cerca de 4,8 mil produtores), a análise dos indicadores dessa indústria foi baseada em dados secundários, obtidos de entidades de classes e de institutos de pesquisa, e se referem à totalidade da produção nacional brasileira de alho durante o período de abril de 2013 a março de 2018.

Assim, foram coletados dados de associações estaduais que compõem a ANAPA, do IBGE, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Como os indicadores da indústria doméstica dependeram da disponibilidade das fontes secundárias citadas, nem todos os fatores previstos no Artigo 3.4 do Acordo Antidumping puderam ser analisados no presente documento. Para a adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, apresentados pela indústria doméstica, atualizaram-se os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem - Produtos Agropecuários (IPA-OG-PA), da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados.

7.1. Da Área Plantada, da Produção e da Produtividade

De acordo com a peticionária, os produtores nacionais de alho plantam e colhem suas lavouras em dois períodos distintos: na região Sul o plantio é feito nos meses de junho e julho, a colheita, em novembro e dezembro, e a comercialização ocorre durante o primeiro semestre do ano seguinte. Na região Centro Oeste, o plantio é feito nos meses de abril e maio, a colheita ocorre de julho a setembro, e a comercialização ocorre durante o segundo semestre. Com efeito, a produção nacional é ofertada ao longo de todo o ano. Os alhos chineses são também ofertados no mercado brasileiro ao longo de todo o ano, havendo, portanto, efeitos negativos tanto a produção da região Sul, como para aquela da região Centro Oeste.

A tabela a seguir, obtida a partir do relatório de Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: Pesquisa Mensal de Previsão e Acompanhamento das Safras Agrícolas no Ano Civil, elaborado pelo IBGE (Relatório LSPA) e publicado em dezembro de 2017, apresenta as características da área plantada e da produção de alho no Brasil:

Área Plantada, Produção Nacional e Rendimento

Período	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (t/ha)
P1	9.567	102.232	10,69
P2	9.638	93.769	9,73
P3	10.791	117.272	10,87
P4	11.405	132.359	11,61
P5	11.156	132.868	11,91

Como pode ser observado, a área plantada no Brasil apresentou consecutivos aumentos de 0,7%, 12% e 2,7% em P2, P3 e P4, sempre em relação ao período anterior. Já de P4 a P5, houve redução de 2,2% nessa área. Considerando-se o período de P1 a P5, houve avanço de 16,6% na área plantada de alho.

Verificou-se que a produção de alho no Brasil apresentou redução de 8,3%, de P1 para P2, seguida sucessivos aumentos de 25,1%, de P2 para P3, de 12,9%, de P3 para P4, e de 0,4%, de P4 a P5. Considerando todo o período de análise, o volume de produção dessa cultura apresentou crescimento de 30%.

Em relação ao rendimento da produção, observa-se uma tendência de elevação da produtividade ao longo do período considerado. Com exceção de P1 a P2, quando houve redução de 9% nesse rendimento, houve aumentos sucessivos de 11,7%, 6,8% e 2,8%, em P3, P4 e P5, respectivamente, sempre em relação ao período anterior. O resultado acumulado de P1 para P5 foi elevação de 11,5%, o que permitiu que a produtividade saltasse de 10,69 t/ha, em P1, para 11,91 t/ha, em P5.

Contudo, de acordo com a ANAPA, a despeito da continuação da aplicação do direito antidumping, o aumento do rendimento ainda não foi suficiente para que a área plantada e a produção nacional pudessem alcançar seu potencial produtivo, que é estimado em 18,5 toneladas por hectare.

Segundo a peticionária, os produtores nacionais têm recebido assistência técnica provida pelas Secretarias Estaduais de Agricultura, por cooperativas e por empresas particulares. Com efeito, o Brasil apresentou evolução tecnológica, que permitiu que a produtividade passasse de 4,6 t/ha, em 1997, para os valores já reportados, de 11,91 t/ha, na safra de 2017. Apesar da elevação na produtividade, a peticionária sustentou ser impraticável concorrer com o alho chinês devido ao dumping praticado por aqueles exportadores, que dominam o mercado mundial, consoante já exposto neste documento.

7.2. Das Vendas da Indústria Doméstica

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de alho, em toneladas, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, conforme informação constante da petição.

Cabe ressaltar que não ocorre a multiplicação do alho por semente verdadeira, sendo esta cultura multiplicada vegetativamente pela semeadura dos "dentes" ou bulbilhos, realizada pelo produtor a partir de sua própria produção. Dessa forma, os volumes de vendas de alho no mercado interno apresentados pela indústria doméstica correspondem a 85% do total produzido, já que 15% deste total é destinado ao plantio da safra seguinte.

Na próxima tabela pode-se observar o comportamento das vendas da indústria doméstica.

Vendas da indústria doméstica

	Vendas totais (t)	Vendas no mercado interno (t)	Participação no total (%)	Vendas no mercado externo (t)	Participação no total (%)
P1	86.897,4	86.897	100	0,2	0
P2	79.705,1	79.704	100	1,5	0
P3	99.681,7	99.681	100	0,5	0
P4	112.507,8	112.505	100	2,6	0
P5	112.944,4	112.938	100	6,6	0

Haja vista o volume de vendas de alho no mercado interno ter correspondido a um percentual do volume produzido dessa cultura, ambos os volumes apresentaram o mesmo comportamento ao longo do período analisado. Assim, apurou-se redução de 8,3%, de P1 para P2, seguida sucessivos aumentos de 25,1%, de P2 para P3, de 12,9%, de P3 para P4, e de 0,4%, de P4 a P5. Considerando todo o período de análise, o volume de vendas dessa cultura apresentou crescimento de 30%.

No que se refere às vendas ao mercado externo, verificou-se que essas representaram um percentual ínfimo das vendas totais. Assim, a participação dessas vendas nas vendas totais não atingiu nenhum ponto percentual em nenhum dos períodos analisados. Por essa mesma razão, as vendas totais apresentaram a mesma variação percentual que aquela relativa às vendas ao mercado interno.

7.3. Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação no mercado das vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado brasileiro.

Participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro

	Vendas no mercado interno (t)	Mercado brasileiro (t)	Participação (%)
P1	86.897,2	264.986,3	32,8
P2	79.703,7	245.997,7	32,4
P3	99.681,2	268.241,0	37,2
P4	112.505,2	270.437,5	41,6
P5	112.937,8	285.808,7	39,5

A participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de alho decresceu 0,4 p.p. em P2, aumentou 4,8 p.p. em P3 e 4,4 p.p. em P4 e reduziu 2,1 p.p. em P5, sempre na comparação com o período imediatamente anterior. Tomando-se todo o período de revisão (P1 a P5), verificou-se aumento de 6,7 p.p. na participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro.

A tabela seguinte esboça a distribuição do mercado brasileiro de alho consideradas as parcelas que couberam às vendas da indústria doméstica, bem como as pertinentes às importações das origens investigadas e das demais origens

Mercado brasileiro (% e número índice)

	Vendas indústria doméstica	Importações origens investigadas	Importações outras origens
P1	32,8	100,0	100,0
P2	32,4	90,9	121,7
P3	37,2	83,5	115,3
P4	41,6	61,8	141,7
P5	39,5	58,2	159,5

A participação das importações da origem investigada no mercado brasileiro de alho apresentou retrações sucessivas de P1 para P5, sendo a diminuição observada de [Confidencial] p.p., de P1 para P2, de [Confidencial] p.p. de P2 para P3, de [Confidencial] p.p. de P3 para P4 e de [Confidencial] p.p. de P4 a P5, atingindo [Confidencial]% de representatividade. Ao analisar os extremos da série, verificou-se diminuição de [Confidencial]p.p. nessa participação.

7.4. Dos Estoques da Indústria Doméstica

Segundo informações constantes da petição e dos processos anteriores, a indústria doméstica não opera com estocagem do produto devido às características específicas da produção e da comercialização no Brasil. Dentre estes fatores, se destaca a pulverização da produção por pequenos produtores que não possuem câmaras frigoríficas e recursos para financiar a manutenção de estoques. Segundo a peticionária, estes produtores, tão logo terminada a colheita, preparam, embalam e vendem seus produtos.

Outro fator que desestimula a manutenção de estoques é a sazonalidade alternada da produção nacional. Como já explicado, a região Sul e a região Centro Oeste comercializam sua produção em épocas diferentes, sendo primeira comercializada durante o 1º semestre e a segunda no semestre subsequente. Com efeito, o alho nacional é ofertado por todo o ano, não havendo, portanto, ocorrência de entressafra, quando o aumento do preço decorrente da escassez do produto permitiria a recuperação dos custos adicionais de estocagem. Cabe ressaltar que a concorrência com o alho chinês, ofertado ao longo de todo o ano, também desestimula investimentos em manutenção de estoques pela mesma razão apontada anteriormente.

7.5. Do Emprego, da Produtividade e do Salário Médio

Segundo informações constantes na revisão anterior e na petição atual, o alho é uma cultura conhecida pela sua capacidade geradora de empregos. Para se cultivar um hectare de alho é necessário cumprir um grande número de etapas desde a debulha e plantio até o preparo para a comercialização.

De acordo com a mesma fonte, a maioria dos produtores nacionais cultivam áreas médias pouco superiores a dois hectares por família. Na região Centro-Oeste e Sudeste, as áreas médias de plantio são maiores do que na região Nordeste e Sul. Contudo, o número de produtores no Brasil, que já foi calculado em 8 mil na década de 1990, atualmente está reduzido a menos de 5 mil.

Segundo a ANAPA, a cultura de alho no Brasil é extremamente vinculada à mão de obra, gerando cerca de quatro empregos por hectare plantado. Assim, o cálculo foi realizado com base na área de cultivo de cada período (segundo dados do IBGE), considerando esse número de empregados por hectare. A tabela a seguir mostra o número de empregos gerados no cultivo do alho no território nacional.

Evolução do Emprego na Produção de Alhos

Período	Emprego
P1	38.268
P2	38.552
P3	43.164
P4	45.620
P5	44.624

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

De acordo com a tabela anterior, verificou-se que houve aumentos sucessivos de emprego de P1 para P4, acompanhando a evolução da área cultivada no Brasil. Assim, em P2, P3 e P4, o emprego cresceu 0,7%, 12% e 2,7%, respectivamente, sempre em relação ao período anterior. Já de P4 a P5, houve redução de 2,2% nesse indicador. Considerando-se o período de P1 a P5, houve avanço de 16,6% no número de empregados.

Apesar dos avanços recentes, a peticionária defendeu que, com a importação de alho chinês e o consequente sufocamento da produção nacional, a cultura de alho nacional não consegue atingir seu potencial, deste modo, a geração de empregos no setor resta prejudicada.

A tabela a seguir apresenta a produtividade por empregado em cada período de análise.

Produtividade por empregado

Período	Empregados	Produção (toneladas)	Produção por empregado (toneladas/empregado)
P1	38.268	102.232	2,7
P2	38.552	93.769	2,4
P3	43.164	117.272	2,7
P4	45.620	132.359	2,9
P5	44.624	132.868	3,0

A produtividade por empregado envolvido na produção de alho diminuiu 11,1% de P1 para P2. Em seguida cresceu 12,5% de P2 para P3, 7,4% de P3 para P4 e 3,4% de P4 para P5. Ao se considerar o período de P1 a P5, a produtividade por empregado aumentou 11,1%.

A tabela a seguir apresenta o salário médio na produção de alhos no Brasil. Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, os valores correntes foram corrigidos com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem - Produtos Agropecuários (IPA-OG-PA).

Evolução do Salário Médio Corrigido (em R$)

Período	Salário Médio
P1	1.299,02
P2	1.492,45
P3	1.375,07
P4	1.243,86
P5	1.496,00

Considerando a massa salarial média na produção ao longo do período analisado, observa-se uma oscilação ao longo do período. De P1 para P2, o aumento alcançou 14,9%; de P2 para P3 e de P3 para P4, a redução atingiu 7,9% e 9,5%, respectivamente. Já de P4 para P5, o salário médio voltou a crescer, apresentando elevação de 20,3%. Comparando-se os extremos da série, observou-se crescimento equivalente a 15,2%.

7.6. Do Faturamento e do Preço Médio

A tabela a seguir, elaborada a partir dos valores fornecidos pela peticionária, apresenta o faturamento e o preço médio recebido pelos produtores nacionais, em reais corrigidos pelo IPA-OG-PA, acondicionados em caixas de 10 kg.

De acordo com informações fornecidas pela Epagri, o preço efetivo pago ao produtor corresponde historicamente a 80% da média dos preços de alhos das classes 4, 5, 6 e 7. Isto ocorre porque são produzidos e colhidos alhos de classes baixas, o que leva a esse rebate no preço. Deste modo, o faturamento da indústria doméstica foi calculado multiplicando-se os volumes de venda pelo preço efetivo pago aos produtores.

Evolução do Faturamento e dos Preços Médios

Períodos	Faturamento (R$ corrigidos)	Vendas Internas (t)	Preço Médio (R$ corrigidos/10 kg)
P1	527.052.700,26	86.897	60,65
P2	391.465.137,35	79.704	49,11
P3	593.295.909,47	99.681	59,51
P4	906.580.185,83	112.505	80,58
P5	684.854.819,20	112.938	60,63

Com base nos dados apurados, pôde-se observar que o faturamento, em reais corrigidos, retraiu 25,7%, de P1 para P2, aumentou 51,6%, de P2 para P3, e 51,8%, de P3 para P4, e reduziu-se novamente, diminuindo 24,5%. Comparando-se P1 com P5, observou-se elevação de 29,9% no faturamento.

No que se refere aos preços, estes acompanharam a variação no faturamento, apresentando redução de 19% de P1 a P2, elevações de 21,2% e de 35,3%, de P2 a P3 e de P3 a P4, respectivamente, seguidas de redução de 24,7% de P4 a P5. Comparando-se P1 com P5, não houve variação percentual no preço.

7.7. Dos Custos de Produção

A ANAPA apresentou a estrutura de custos para produção de alho para cada um dos períodos sob avaliação - ou seja, de abril a março - conforme dados colhidos pela Epagri.

Os dados referem-se à produtividade colhida de mil caixas de 10 kg, destinadas ao mercado atacadista. Estas informações foram resumidas e estão apresentadas na tabela a seguir:

Custo de Produção (R$ atualizados / 1000 caixas de 10 kg)

Descrição	P1	P2	P3	P4	P5
Semente	13.285,43	12.719,72	12.097,43	13.047,48	15.000,00
Fertilizantes	5.363,77	6.530,59	6.032,58	5.410,35	6.220,00
Defensivos	3.303,05	3.992,30	3.764,32	4.173,45	4.731,00
Serviços Mecânicos	10.155,98	12.357,92	11.381,66	10.264,02	12.470,00
Serviços Manuais	15.352,06	17.638,01	15.726,65	14.700,16	17.680,00
Custos Fixos	13.397,62	12.347,74	11.009,67	10.003,07	11.050,00
Total	60.857,92	65.586,27	60.012,31	57.598,52	67.151,00
Custo (em R$ atualizados/10kg)	60,86	65,59	60,01	57,60	67,15

Verificou-se que o custo de produção, que não inclui despesas administrativas, gerais, financeiras e de vendas, apresentou elevação de 7,7%, de P1 para P2, e, em seguida, sucessivas reduções de 8,5%, de P2 para P3, e 4%, de P3 a P4. No período seguinte, de P4 a P5, foi registrada queda de 16,7%. O resultado acumulado no período de P1 a P5, contudo, apresentou elevação de 10,3%.

A análise dos números apresentados permite concluir que os gastos com sementes, serviços mecânicos e manuais são responsáveis por parte substancial do custo de produção.

7.8. Da Relação Custo e Preço

Para proceder à comparação entre custo e preço, utilizou-se o custo de produção de 1000 caixas de 10 kg, informado na petição, e o preço de venda. Conforme se nota nos resultados inseridos na tabela a seguir, apesar de não computar as despesas administrativas, gerais, financeiras e de vendas no custo de produção, por não estarem disponíveis, o custo de produção foi superior ao preço de venda em quatro dos cinco períodos avaliados, P1, P2, P3 e P5. Somente em P4 o custo foi inferior ao preço de venda.

Relação Custo de Produção x Preço

Período	Custo Produção R$ atualizados / caixa de 10 kg (A)	Preço Venda R$ atualizados /caixa de 10 kg (B)	(A)/(B) (%)
P1	60,86	60,65	100,3
P2	65,59	49,12	133,5
P3	60,01	59,52	100,8
P4	57,60	80,58	71,5
P5	67,15	60,64	110,7

Caso a soma das despesas administrativas, gerais, financeiras e de vendas, não consideradas na estrutura de custo fornecida pela peticionária, fosse acrescida ao custo total, as perdas do setor, indicadas na tabela anterior, seriam ainda maiores do que aquelas já apontadas.

7.9. Da conclusão sobre os indicadores da indústria doméstica

Ao se considerar todo o período de análise de indícios de dano (de P1 para P5), constatou-se que houve aumento da participação da indústria doméstica no mercado brasileiro (6,7 p.p.), na área plantada (16,6%) e no volume de produção (30%), o que refletiu positivamente nas vendas ao mercado interno da indústria doméstica e no emprego. Contudo, a despeito destes crescimentos, o preço médio de venda permaneceu estagnado, não acompanhando o aumento dos custos de produção (10,3%), o que resultou em deterioração da relação entre o custo e preço (aquele superou este em 10,7%, em P5).

De P1 a P2, a área plantada se manteve estável, com aumento de 0,7%; houve ainda contração do mercado brasileiro, em 7,2%, e redução da produção e das vendas da indústria doméstica (8,3%), o que resultou em pequena redução de 0,4 p.p. na participação da indústria doméstica no mercado brasileiro. Nesse período também ocorreu substancial variação do preço, que decresceu 19,1%. Assim, em vista da redução do preço e das vendas, o faturamento diminuiu 25,7%, apresentando o menor valor quando analisados todos os períodos de análise de indícios de dano. Na contramão, o custo de produção aumentou 7,7%. Assim, em P2 a indústria doméstica também apresentou a pior relação entre custo e preço (133,5%) quando comparado com os demais períodos analisados.

De P2 a P3 e de P3 para P4, a indústria doméstica reduziu, respectivamente, 8,5% e 4% do seu custo de produção e aumentou 21,2% e 35,5% o preço do produto similar doméstico. Contudo, em P3, a despeito da melhora da relação entre os custos e preço médio (redução de 32,7 p.p.), esse preço ainda foi inferior aos custos de produção. Essa relação somente se inverteu em P4, quando os custos representaram 71,5% do preço médio. Os demais indicadores apresentaram melhora nos dois períodos. De P2 a P3 e de P3 a P4, houve, respectivamente, aumentos de 12% e 5,7% na área plantada, 25,1% e 12,9% nas vendas internas, 51,6% e 52,8% no faturamento e 4,8 p.p. e 4,4 p.p. na participação no mercado brasileiro.

De P4 para P5 o preço de venda reduziu-se novamente (24,8%). Já o custo de produção aumentou (16,7%). Como resultado, houve nova deterioração da relação custo/preço, que aumentou 39,2 p.p. A redução no preço também refletiu no faturamento, que reduziu 24,5%. Nesse período, também se verificou redução na área plantada (2,2%) e na participação no mercado (2,1 p.p.) e estabilidade nas vendas internas, que, a despeito do crescimento de 5,7% no mercado brasileiro de alho, cresceram somente 0,4%.

A partir da análise anteriormente explicitada, constatou-se deterioração dos indicadores avaliados, especialmente naqueles financeiros, e pôde-se concluir pela existência de indícios de dano à indústria doméstica ao longo do período analisado.

8. DOS INDÍCIOS DE CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DANO

O art. 108 c/c o art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito; o impacto provável das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica; o comportamento das importações do produto objeto da medida durante sua vigência e a provável tendência; o preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro; alterações nas condições de mercado no país exportador; e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

8.1. Da situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito

O art. 108 c/c o inciso I do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinada a situação da indústria doméstica durante a vigência do direito.

Conforme exposto no item 7, constatou-se que, de P1 a P5, a indústria doméstica apresentou melhora em alguns indicadores, como aumento da participação da indústria doméstica no mercado brasileiro, na área plantada, nos volumes de produção e de vendas e no emprego. Não obstante, o preço médio de venda permaneceu estagnado, não acompanhando o aumento dos custos de produção, resultando em deterioração da relação entre dois indicadores.

De P1 a P2, a área plantada e a participação da indústria doméstica no mercado brasileiro se mantiveram estáveis. Contudo, com a redução do preço (19,1%) e das vendas (8,3), o faturamento decresceu 25,7%, apresentando o menor valor quando analisados todos os períodos de análise de indícios de dano. Na contramão, o custo de produção aumentou 7,7%. Assim, em P2 a indústria doméstica também apresentou a pior relação entre custo e preço (133,5%) quando comparado com os demais períodos analisados.

De P2 a P3 e de P3 para P4, a indústria doméstica apresentou melhora em seus indicadores. Houve crescimento na área plantada, nas vendas internas, no faturamento e na participação das vendas no mercado brasileiro. Ademais, com a redução do custo e do aumento do preço, houve também melhora na relação entre esses dois indicadores. Com efeito, P4 foi o único período em que os preços superaram os custos de produção.

O mesmo cenário de melhora não pôde ser observado de P4 para P5, quando houve nova piora da relação entre custo de produção e preço médio de venda, crescendo 39,2 p.p. Em vista da redução do preço, o faturamento decresceu 24,5%. Nesse período, também se verificou redução na área plantada (2,2%) e na participação no mercado (2,1 p.p.) e estabilidade nas vendas internas, que, a despeito do crescimento de 5,7% no mercado brasileiro de alho, cresceram somente 0,4%.

A partir da análise anteriormente explicitada, constatou-se deterioração dos indicadores avaliados e pôde-se concluir pela existência de indícios de dano à indústria doméstica ao longo do período analisado.

8.2. Do comportamento das importações

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o volume de tais importações durante a vigência do direito e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

Durante a vigência do direito, observou-se redução da competitividade das importações sob análise, as quais apresentaram decréscimo de 37,3%. Todavia, essas importações ainda representaram, de P1 a P5, percentuais significativos das importações totais: [Confidencial]%.

Ademais, muito embora tenha havido diminuição das importações da origem investigada em termos absolutos e em relação à produção nacional e ao mercado brasileiro, essas importações ainda representavam em P5 um percentual relevante da produção e do mercado. De fato, nesse período as importações chinesas de alho representaram [Confidencial]% da produção nacional e [Confidencial]% do mercado brasileiro dessa cultura.

Verificou-se, ainda, que em vista da aplicação da medida protetiva, conforme será visto no item 8.3, os preços CIF médios internados das importações em análise (considerando a aplicação do direito) cresceram 48,9% de P1 a P5, não sendo constatada subcotação em relação ao preço praticado pela indústria doméstica de P2 a P5.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ressalte-se, entretanto, que o preço das importações de alho chinês em dólares estadunidenses (na condição CIF) foi menor do que as demais origens em todos os períodos objeto da análise. Ademais, recorda-se que a capacidade de produção e potencial exportador da China, conforme análise do item 5.2, são muito elevados.

Assim, na ausência do direito antidumping, a tendência é que as importações objeto da revisão cheguem ao Brasil em preços ainda inferiores aos atualmente praticados, recuperando os volumes observados na investigação original e agravando o dano sofrido pela indústria doméstica.

8.3. Do preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

O art. 108 c/c o inciso III do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o preço provável das importações a preços de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

Para esse fim, buscou-se avaliar, inicialmente, o efeito das importações objeto do direito antidumping sobre o preço da indústria doméstica no período de revisão. De acordo com o disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, o efeito das importações a preços de dumping sobre os preços da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto objeto de revisão é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço. Esta ocorre quando as importações objeto do direito antidumping impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

A fim de se comparar o preço do alho importado da origem sujeita ao direito antidumping com o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço CIF internado do produto importado da China no mercado brasileiro.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado da origem investigada, foi considerado o preço de importação médio ponderado, na condição CIF, em reais, obtido dos dados oficiais de importação disponibilizados pela RFB.

Em seguida, foram adicionados: (i) o valor unitário, em reais, do Imposto de Importação efetivamente pago, obtido também dos dados de importação da RFB; (ii) o valor unitário do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), (iii) os valores unitários das despesas de internação, calculados com base nas informações constantes da petição, qual seja o percentual de 3,9% sobre o sobre o valor CIF; e (iv) o valor unitário, em reais, do direito antidumping efetivamente recolhido durante cada período, obtido também dos dados de importação da RFB.

Destaque-se que o valor unitário do AFRMM foi calculado aplicando-se o percentual de 25% sobre o valor do frete internacional referente a cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB, quando pertinente. Cumpre registrar que foi levado em consideração que o AFRMM não incide sobre determinadas operações de importação, como, por exemplo, aquelas via transporte aéreo, ferroviário e rodoviário, as destinadas à Zona Franca de Manaus e aos portos das regiões Norte e do Nordeste, bem como aquelas realizadas ao amparo do regime especial de drawback.

Por fim, os preços internados do produto exportado pela origem objeto do direito antidumping foram atualizados com base no IPA-OG-PA, a fim de se obter os valores em reais atualizados e compará-los com os preços da indústria doméstica.

Já o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre a receita líquida, em reais atualizados, e a quantidade vendida no mercado interno durante o período de investigação de continuação/retomada do dano.

A tabela a seguir demonstra o cálculo da subcotação, obtido em reais por caixa de 10kg, efetuado para cada período de investigação de continuação/retomada do dano, considerando a aplicação do direito antidumping (AD):

Preço médio CIF internado e subcotação
Considerando a aplicação do direito antidumping

	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF (R$/caixa)	100,0	97,3	181,6	275,0	193,6
Imposto de importação (R$/caixa)	100,0	97,0	180,9	274,6	192,8
AFRMM (R$/caixa)	100,0	78,2	66,9	71,0	93,6
Despesas de internação (R$/caixa)	100,0	97,3	181,6	275,0	193,6
Direito antidumping R$/caixa)	100,0	131,6	172,2	163,4	141,7
CIF Internado (R$/caixa)	100,0	107,6	176,9	237,3	175,9
CIF Internado (R$ atualizados/caixa) (a)	100,0	103,0	151,0	174,8	148,9
Preço da indústria doméstica (R$ atualizados/caixa) (b)	100,0	81,0	98,1	132,9	100,0
Subcotação (R$ atualizados/t) (b-a)	100,0	(121,2)	(385,9)	(251,0)	(348,3)

Da tabela acima, depreende-se que, considerando a aplicação do direito antidumping, o preço médio das importações da origem investigadas esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica apenas em P1. Nos demais períodos, o direito conseguiu fazer com que as importações ingressassem a preços superiores aos da indústria doméstica.

A tabela a seguir demonstra o cálculo da subcotação, obtido em reais por caixa de 10kg, efetuado para cada período de investigação de continuação/retomada do dano, desconsiderando a aplicação do direito antidumping (AD):

Preço médio CIF internado e subcotação
Desconsiderando a aplicação do direito antidumping

	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF (R$/caixa)	100,0	97,3	181,6	275,0	193,6
Imposto de importação (R$/caixa)	100,0	97,0	180,9	274,6	192,8
AFRMM (R$/caixa)	100,0	78,2	66,9	71,0	93,6
Despesas de internação (R$/caixa)	100,0	97,3	181,6	275,0	193,6
CIF Internado (R$/caixa)	100,0	96,8	178,9	270,5	191,2
CIF Internado (R$ atualizados/caixa) (a)	100,0	92,7	152,8	199,3	161,9
Preço da indústria doméstica (R$ atualizados/caixa) (b)	100,0	80,9	98,1	132,9	100,0
Subcotação (R$ atualizados/t) (b-a)	100,0	61,7	8,4	23,8	(1,8)

Da análise da tabela anterior, constatou-se que o preço médio CIF internado no Brasil do produto importado da China, quando desconsiderado o direito antidumping, esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em todos os períodos, com exceção de P5, período em que os preços do importado e do nacional foram muito similares, já que o preço do produto nacional correspondeu a 99,3% do preço do alho chinês.

Constatou-se ter havido, também, depressão dos preços da indústria doméstica de P1 a P2, de P4 a P5 e de P1 a P5, uma vez que, nesses períodos, os preços praticados pela indústria doméstica em suas vendas de alhos destinadas ao mercado interno sofreram redução de 19,1%, 24,8% e 0,2%, respectivamente.

Verificou-se também ter havido, nesses mesmos períodos, supressão dos preços da indústria doméstica, uma vez que, enquanto o preço médio da indústria doméstica no mercado interno apresentou as quedas relatadas acima, o custo de produção de alhos se elevou em 7,7%, 16,7% e 10,3%, respectivamente.

Assim, na ausência do direito antidumping, e considerando o desempenho exportador chinês, os preços das importações do produto objeto da revisão chegariam ao Brasil em patamares muito inferiores aos atualmente praticados e subcotados em relação ao preço da indústria doméstica. Dessa forma, ter-se-ia, por efeito provável da retirada da medida protetiva, um aumento expressivo da pressão sobre o preço do produto similar fabricado pela indústria doméstica.

8.4. Do impacto provável das importações com indícios de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso IV do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação acerca da probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o impacto provável de tais importações sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos pertinentes definidos no § 2º e no § 3º do art. 30.

Assim, para fins de início da revisão de que trata este documento, buscou-se avaliar inicialmente o impacto das importações objeto do direito antidumping sobre a indústria doméstica durante o período de revisão.

Acerca dos resultados demonstrados pela indústria doméstica, verificou-se que de P1 para P5, houve aumento na área plantada (16,6%), nas vendas (30%) e na participação no mercado brasileiro (6,7 p.p.). Porém, essa melhoria não foi refletida no preço, que esteve abaixo do custo de produção em todos os períodos, com exceção de P4. Destaque-se que essa evolução foi acompanhada pela queda no volume, na participação no mercado brasileiro e aumento do preço CIF internado das importações objeto do direito antidumping.

Com efeito, de P1 a P5, o volume dessas importações diminuiu em 37,3% e sua participação no mercado brasileiro diminuiu [Confidencial] p.p. Cumpre ressaltar que, a despeito da queda do volume importado da origem investigada, em P5 a participação dessas importações no volume total importado e no mercado brasileiro ainda foi representativa: [Confidencial]% e [Confidencial]%, respectivamente.

No que se refere ao preço CIF médio internado das importações de alho da China, constatou-se que esse aumentou 48,9%, quando considerada a aplicação da medida protetiva. Ademais, conforme análise realizada no item 8.3 deste documento, o preço médio das importações chinesas foi superior ao preço da indústria doméstica em todos os períodos de análise, exceto em P1.

Observe-se, ainda, que de P2 a P3 e de P3 a P4, houve melhora dos indicadores da indústria doméstica, como crescimento das vendas internas (25,1% e 12,9%, respectivamente) e da participação no mercado brasileiro (4,8 p.p. em P3 e 4,4 p.p. em P4, em relação ao período anterior). Ademais, conforme já exposto, em P4 foi o único período em que o preço de venda superou os custos de produção. Nesse mesmo período, os preços CIF médios internados das importações chinesas (considerado o direito aplicado) apresentaram aumentos de 46,5% e 15,8%, respectivamente.

No último período analisado, de P4 a P5, pôde se constatar deterioração dos indicadores da indústria doméstica. De fato, houve redução da área plantada (2,2%) e da participação no mercado brasileiro (2,1%), bem como deterioração da relação entre o custo de produção e o preço (aquele superou novamente este, em 10,4%). Contudo, muito embora o preço CIF médio das importações de alho da China tenha se reduzido nesse período, em vista da elevação nos três períodos anteriores, esse ainda esteve sobrecotado em relação ao preço da indústria doméstica, superando esse preço em 34,3% (R$[Confidencial] por caixa de 10 quilogramas). Assim, aparentemente, o dano constatado em P5 não pode ser significativamente atribuído às importações originárias da China.

Cumpre destacar que, do exame dos preços CIF médios internados no Brasil do produto importado da China quando desconsiderada a aplicação do direito antidumping, observou-se que esse esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em todos os períodos, com exceção de P5, período em que os preços do importado chinês e do nacional foram muito similares. Assim, na ausência da medida protetiva, ter-se-ia, por efeito provável, um aumento expressivo da pressão sobre o preço do produto doméstico.

Adicionalmente, conforme já analisado, há indícios de que a China apresenta elevada capacidade de produção e de exportação de alhos para o Brasil. De fato, conforme já observado anteriormente, o Brasil ainda é um dos principais destinos das exportações de alho chinês no mundo, ocupando a quarta posição.

Isto posto, conclui-se que, apesar do direito antidumping imposto ter mitigado o dano causado pelas importações sujeitas à medida, há indícios de que a sua não renovação levaria muito provavelmente à retomada do dano causado pelas importações com indícios de continuação de dumping, dados os volumes de alho importados da China para o Brasil, os preços praticados nessas exportações e o elevado potencial exportador da origem objeto do direito.

8.5. Das alterações nas condições de mercado

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, devem ser examinadas alterações nas condições de mercado nos países exportadores, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países.

No que diz respeito a alterações em terceiros mercados quanto à imposição de medidas de defesa comercial por outros países, consoante já exposto no item 5.3 deste documento, registre-se que, conforme dados divulgados pela Organização Mundial do Comércio (OMC), o alho originário da China é sujeito a medidas antidumping aplicadas pelos Estados Unidos e pela África do Sul.

8.6. Do efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso VI do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

8.6.1. Volume e preço de importação das demais origens

No que se refere às importações de alho das outras origens, observou-se que essas importações aumentaram 72% de P1 a P5, representando respectivamente [Confidencial] do volume total importado pelo Brasil, em cada período.

Constatou-se, também, que em P1 e P2, além de representativas em relação ao volume total importado pelo Brasil, essas importações, a preços CIF médio internados subcotados em relação ao preço da indústria doméstica (conforme tabela ao final deste item), já apresentavam participação relevante no mercado brasileiro [Confidencial]% e [Confidencial]%, respectivamente).

Nesse período, verificou-se que, ao mesmo tempo em que os custos de produção cresciam 7,7%, a indústria foi pressionada a reduzir seu preço no maior percentual observado dentre os períodos analisados (19,1%); o que resultou em elevada deterioração da relação custo de produção/preço, visto que os custos de produção superaram os preços de venda em 33,5%.

Recorde-se que, conquanto as importações chinesas representassem em P1 e P2 um percentual mais significativo do mercado brasileiro ([Confidencial]% e [Confidencial]%, respectivamente), com a aplicação do direito antidumping, o preço CIF médio internado da China seguiu uma trajetória de crescimento. Assim, conforme exposto anteriormente, em P2 o preço do produto chinês já esteve sobrecotado em relação ao preço da indústria doméstica.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nos períodos seguintes, de P2 a P3 e de P3 a P4, as importações das outras origens seguiram crescendo 3,3% e 23,9%, respectivamente, ganhando parte do espaço antes ocupado pelas importações de alho da China (as quais apresentaram variação de 0,1% e -25,4% no período). Dessa forma, em P4, a participação no mercado brasileiro das importações de alho das outras origens ([Confidencial]%) superou a participação do alho chinês ([Confidencial]%) nesse mercado.

Nesse período, o preço CIF médio internado das importações apresentou crescimento. O preço das importações originárias da China aumentou, de P2 a P3 e de P3 a P4, 46,5% e 15,8%, respectivamente, ainda sobrecotado em relação ao preço da indústria doméstica; ao passo que o preço do alho das demais origens cresceu 59,8% e 14,8% nos mesmos períodos.

Nesse sentido, a elevação do preço do alho importado permitiu que a indústria doméstica aumentasse seu preço e apresentasse melhora em seus indicadores. De fato, lembre-se que P4 foi o único período em que o preço de venda superou os custos de produção. Esse cenário também colaborou para que o crescimento das vendas internas (25,1% de P2 a P3 e 12,9% de P3 a P4) fosse superior ao crescimento do mercado brasileiro (9% e 0,8%, respectivamente) nesse mesmo período. Assim, a despeito do crescimento das importações das demais origens, a indústria doméstica aumentou sua participação nesse mercado em 4,8 p.p. em P3 e 4,4 p.p.em P4.

Esse mesmo cenário não pôde ser observado no período seguinte. De P4 a P5, o preço CIF do alho importado decresceu novamente. Com efeito, os preços CIF médios da China e das demais origens reduziram 14,8% e 17%, respectivamente.

Contudo, em razão da elevação nos três períodos anteriores, o preço CIF médio internado do alho chinês ainda esteve sobrecotado em relação ao preço da indústria doméstica, superando esse preço em R$[Confidencial] por caixa de 10 quilogramas (o que foi equivalente a 34,3% do preço do similar doméstico, segundo já exposto no item 8.4).

Por outro lado, conforme se pode observar na tabela a seguir, de P4 a P5, o preço CIF internado das outras origens se aproximou do preço do produto similar, superando esse em apenas 5,6%. Dessa forma, pressionado por esse preço, o preço do similar doméstico diminuiu 24,8% e retornou ao patamar observado em P1. Dado que os custos de produção apresentaram elevação de 16,7% nesse período, esses superaram novamente os preços de venda, causando prejuízo a essa indústria.

Preço médio CIF internado e subcotação
Outras Origens

	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF (R$/caixa)	100,0	85,5	151,3	197,2	142,7
Imposto de importação (R$/caixa)	100,0	175,2	465,6	942,5	649,6
AFRMM (R$/caixa)	100,0	269,4	402,4	301,9	323,7
Despesas de internação (R$/caixa)	100,0	85,5	151,3	197,2	142,7
CIF Internado (R$/caixa)	100,0	86,7	155,4	206,7	149,2
CIF Internado (R$ atualizados/caixa) (a)	100,0	83,0	132,7	152,3	126,4
Preço da indústria doméstica (R$ atualizados/caixa) (b)	100,0	81,0	98,1	132,9	100,0
Subcotação (R$ atualizados/t) (b-a)	100,0	70,6	(77,0)	34,3	(33,8)

Ao se analisar todo o período de revisão (de P1 a P5), constatou-se que as importações brasileiras originárias das outras origens apresentaram aumento de 72% em seu volume, ao passo que, com a aplicação do direito antidumping, as importações da China reduziram 37,3%. Essas, no mesmo intervalo, tiveram decréscimo de [Confidencial] p.p na participação das importações totais e de [Confidencial] p.p. na participação no mercado brasileiro; ao passo que aquelas aumentaram sua participação nesse mercado em [Confidencial] p.p. Com o crescimento das importações das outras origens, conforme já observado, essas passaram a representar [Confidencial]% do volume total de alho importado pelo Brasil e a apresentar participação de [Confidencial]% no mercado brasileiro.

Em relação ao comportamento do preço CIF médio internado das demais origens, verificou-se que este esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em P1, P2 e P4. Já em P5 os preços foram muito similares, consoante já observado.

À vista do exposto, é possível concluir que há indícios de que as importações das outras origens exerceram efeitos significativos sobre os indicadores da indústria doméstica, causando dano à essa indústria.

8.6.2. Impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos

Cabe destacar que as importações de alho constaram na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC) durante todo período de revisão. Assim, a alíquota do imposto de importação aplicado a essas importações se manteve nesse período no teto máximo de 35%. Desse modo, eventual dano à indústria doméstica não poderia ser atribuído ao processo de liberalização dessas importações.

8.6.3. Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

O mercado brasileiro de alho apresentou expansão se considerados os extremos dos períodos de análise de dano. A única contração foi observada de P1 para P2, quando o mercado se reduziu em 7,2%. Contudo, o mercado voltou a crescer nos períodos seguintes, acumulando uma elevação, de P1 a P5, de 7,9%. Nesse mesmo período, a indústria doméstica aumentou suas vendas em 30%, ganhando 6,7 p.p. de participação no mercado brasileiro de alho. De todo modo, em vista que o mercado brasileiro se elevou de P1 a P5, esse fator não afetou negativamente os indicadores da indústria doméstica nesse mesmo período.

Com relação ao padrão de consumo de alho, sabe-se que não houve mudanças nesse padrão que ensejassem qualquer tipo de prejuízo à indústria doméstica

8.6.4. Práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e a concorrência entre eles

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio de alho pelo produtor doméstico e pelos produtores estrangeiros, nem fatores que afetassem a concorrência entre eles.

8.6.5. Progresso tecnológico

Tampouco foi identificada a adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. O alho originário da China sujeito ao pagamento do direito antidumping e o fabricado no Brasil são concorrentes entre si, disputando o mesmo mercado.

8.6.6. Desempenho exportador

Consoante informação já apresentada, o volume de vendas de alho ao mercado externo pela indústria doméstica foi desprezível em todos os períodos de análise. Com efeito, a participação dessas vendas nas vendas totais não atingiu nenhum ponto percentual em nenhum dos períodos analisados. Assim, não parece ser possível atribuir efeitos danosos de eventuais variações do volume exportado nos indicadores da indústria doméstica.

8.6.7. Produtividade da indústria doméstica

A produtividade da indústria doméstica, calculada como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados envolvidos na produção no período, apresentou elevação de 11,1% P1 para P5. Dessa forma, devido a melhora desse indicador, não se pode atribuir o dano à indústria doméstica à produtividade.

8.6.8. Importações ou a revenda do produto importado pela indústria doméstica

Considerando-se as características do produto similar, a indústria doméstica não realiza importação ou revenda de alho. Portanto, eventual dano à indústria doméstica não poderia ser atribuído a esses indicadores.

8.7. Da conclusão sobre os indícios de continuação ou retomada do dano

Ante a todo o exposto, percebe-se que o direito antidumping imposto contribuiu para o aumento do preço CIF médio internado das importações originárias da China, refletindo na diminuição dessas importações em termos absolutos e em relação à produção nacional e ao mercado brasileiro, tendo mitigado o dano causado pelas importações.

Contudo, embora tenha havido diminuição das importações de alho chinês, essas ainda representavam em P5 um percentual relevante da produção nacional e do mercado brasileiro. Com efeito, ao longo de todo período de revisão, a China foi o país com maior participação nas importações de alho para o Brasil.

Ressalte-se, ainda, que na ausência da medida protetiva, o preço CIF médio internado do alho chinês esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em todos os períodos analisados, com exceção de P5, período em que os preços do importado e do nacional foram muito similares. Todavia, com o recolhimento do antidumping, esse preço superou o preço do similar doméstico em todos os períodos, com exceção de P1.

Nesse sentido, em que pese o direito antidumping imposto ter mitigado o dano causado pelas importações sujeitas à medida, dados os volumes de alho importados da China para o Brasil, os preços praticados nessas exportações e o elevado potencial exportador da origem objeto do direito, conclui-se, para fins de início da revisão de que trata este documento, pela existência de indícios suficientes de que a não renovação do direito antidumping levaria muito provavelmente ao agravamento dos indicadores econômico-financeiros da indústria doméstica e à retomada do dano causado por tais importações.

9. DA RECOMENDAÇÃO

Consoante a análise precedente, há indícios de que a extinção do direito antidumping muito provavelmente levaria à continuação da prática de dumping nas exportações de alho originárias da China e à retomada do dano dela decorrente.

Propõe-se, desta forma, o início de revisão para fins de averiguar a necessidade de prorrogação do prazo de aplicação do direito antidumping sobre as importações brasileiras de alhos, comumente classificadas nos itens 0703.20.10 e 0703.20.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República Popular da China, com a manutenção dos direitos em vigor, nos termos do § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 557, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso III do Art. 12, e os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 148/2018-CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de ATUALIZAÇÃO da empresa TPV DO BRASIL INDÚSTRIA DE ELETRÔNICOS LTDA. (CNPJ: 11.758.367/0001-95), Inscrição Suframa: 20.0124.66-8, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 148/2018-CGPRI/SPR, para produção de PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA), Código SUFRAMA nº 0361, e PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA), Código SUFRAMA nº 0115, recebendo respectivamente os incentivos fiscais previstos no Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e nos Arts. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Art. 1º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação da PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA), seja obtida mediante a aplicação da fórmula descrita no §1º, do Art. 7º, do Decreto-Lei n.º 288/67, conforme o §1º, do Art. 2º, da Lei n.º 8.387/91.

Art. 3º ESTABELECER que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação da PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA), seja de 88% (oitenta e oito por cento) e obtida nos termos dos §§ 4º e 5º, do Art. 7º do Decreto-Lei n.º 288/67, com redação dada pela Lei n.º 8.387/91.

Art. 4º FIXAR para os produtos constantes do Art. 1° desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA)	4,631,556	5,094,712	5,712,253
PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA)	53,583,458	62,514,034	74,793,577

Art. 5º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação da PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA), do Processo Produtivo Básico estabelecido pela Portaria Interministerial nº 213/06 - MDIC/MCT; e quando da fabricação da PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA), do Processo Produtivo Básico estabelecido pelo Anexo VI do Decreto nº 783/93, ;

II - o investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização da PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA), deduzidos os tributos incidentes;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

IV -a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 559, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso III do Art. 12, e os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 150/2018-CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa ELSYS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. (CNPJ: 34.484.188/0001-02), Inscrição Suframa: 20.0136.26-7, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 150/2018-CGPRI/SPR, para produção de CONTROLE REMOTO PARA CONDICIONADOR DE AR COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM (Código SUFRAMA nº 2177), recebendo os incentivos fiscais previstos previstos no Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislações posteriores.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1° desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula descrita no §1º, do Art. 7º, do Decreto-Lei n.º 288/67, conforme o §1º, do Art. 2º, da Lei n.º 8.387/91.

Art. 3º ESTABELECER para o produto constante do Art. 1° desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
CONTROLE REMOTO PARA CONDICIONADOR DE AR COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM	414,155	615,316	922,974

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1° desta Portaria, do Processo Produtivo Básico estabelecido pelo Art. 3º-A da Portaria Interministerial nº 8-MDIC/MCTI, de 22 de janeiro de 2014;

II - o investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do produto a que se refere o Art. 1° desta Portaria, deduzidos os tributos incidentes;

III -o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

IV-a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 80, de 28 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 191, do dia 03 de outubro de 2018,, Seção 1, página 67,

Onde se lê:

"Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Leia-se:

"Art. 5º A efetiva transferência da área referida no caput do art. 1º desta Resolução será efetivada, unicamente, após o término do prazo previsto no inciso VI, alínea a, do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2018."

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 434, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Institui Grupo de Trabalho para acompanhar as ações articuladas referentes à fase pós-GIDES -Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão de Riscos em Desastres Naturais.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho (GT), no âmbito da atuação articulada junto aos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, das Cidades e de Minas e Energia, para acompanhar as ações previstas no Termo de Compromisso pactuado ao final do projeto GIDES - Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais, parceria entre os governos brasileiro e japonês.

Art. 2º O GT terá a seguinte composição:

I- Representantes da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, do Ministério da Integração Nacional - MI;

II- Representantes do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações - MCTIC;

III- Representantes do Serviço Geológico Brasileiro - CPRM, do Ministério das Minas e Energia - MME;

IV- Representantes da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU, do Ministério das Cidades - MCID.

§ 1º Os representantes de cada instituição serão indicados pela autoridade competente.

§ 2º Cada órgão definirá o quantitativo de indicações do corpo técnico para compor o GT, devendo para tal, formalizar indicação à SEDEC no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a publicação desta Portaria, ou sempre que houver atualização nos indicados.

§ 3º Representantes da Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA e da Embaixada do Japão, bem como da Casa Civil da Presidência da República e da Agência Brasileira de Cooperação - ABC acompanharão como observadores as atividades do GT.

Art. 4º A participação no GT não ensejará qualquer remuneração para os seus membros e os trabalhos nele desenvolvidos serão considerados prestação de relevante serviço público.

Art. 5º As atividades previstas ao GT terão duração até novembro de 2020, quando se dará uma avaliação conjunta entre representantes brasileiros e japoneses da efetividade das ações acordadas.

§ 1º Seis meses antes do término do prazo estipulado, o Grupo de Trabalho irá deliberar acerca da necessidade de continuidade das atividades do Grupo para acompanhamento da implementação de ações previstas no Termo de Compromisso. A proposta de prorrogação do prazo deverá ser formalizada por meio de Nota Técnica elaborada pelos integrantes do GT, e deverá conter argumentação técnica bem como a proposição de prazo adicional, devendo ser submetida à mesma autoridade signatária da presente Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 435, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Curitibanos/SC, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o repasse de recursos ao Município de Curitibanos/SC, no valor de R$ 1.838.972,37 (um milhão, oitocentos e trinta e oito mil novecentos e setenta e dois reais e trinta e sete centavos), para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59502.000719/2017-99.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2018NE000110, Programa de Trabalho: 06.182.2040.8348.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4° A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 436, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Maquiné/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Maquiné/RS, no valor de R$ 1.270.369,53 (um milhão, duzentos e setenta mil trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.000864/2017-34.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000533, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 437, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Maravilha/SC, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Maravilha/SC, no valor de R$ 6.991.277,76 (seis milhões, novecentos e noventa e um mil duzentos e setenta e sete reais e setenta e seis centavos), para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59120.000332/2017-27.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000476, Programa de Trabalho: 06.182.2040.8348.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em três parcelas nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4° A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 277, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria 384, de 23 de outubro de 2014, e ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.001370/2013-44, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 248, de 10 de agosto de 2016, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Balsas - MA, para ações de Defesa Civil, para até 02/04/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 278, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria 384, de 23 de outubro de 2014, e ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59053.000041/2016-07, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 546, de 16 de outubro de 2017, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Navegantes - SC, para ações de Defesa Civil, para até 14/04/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 279, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria 384, de 23 de outubro de 2014, e ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000557/2014-10, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 335, de 04 de outubro de 2016, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Confresa - MT, para ações de Defesa Civil, para até 02/04/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 281, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria 384, de 23 de outubro de 2014, e ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000353/2012-17, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Reconstrução previstos no art. 4º da Portaria n. 729, de 26. de dezembro de 2012, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Rondolândia - MT, para ações de Defesa Civil, para até 30/12/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 16, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Altera a Portaria Interministerial nº 5, de 27 de fevereiro de 2018, e a Portaria Interministerial nº 11, de 3 de maio de 2018.

OS MINISTROS DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 222 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial nº 5, de 27 de fevereiro de 2018, passa a vigorar com a seguintes alterações:

"Art.16.....

.....

V - tenha capacidade de se comunicar em língua portuguesa, consideradas suas condições, comprovada de acordo com o art. 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 3 de maio de 2018." (NR)

Art. 2º A Portaria Interministerial nº 11, de 3 de maio de 2018, passa a vigorar com a seguintes alterações:

"Art. 5º Para a instrução do procedimento previsto no inciso I do art. 1º, a comprovação da capacidade de se comunicar em língua portuguesa se dará, consideradas as condições do requerente, por meio da apresentação de um dos seguintes documentos:

I - certificado de:

a) proficiência em língua portuguesa para estrangeiros obtido por meio do Exame Celpe-Bras, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;

b) conclusão em curso de ensino superior ou pós-graduação, realizado em instituição educacional brasileira, registrada no Ministério da Educação;

c) aprovação no exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB aplicado pelas unidades seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil;

d) conclusão de curso de idioma português direcionado a imigrantes realizado em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação; ou

e) aprovação em avaliação da capacidade de comunicação em língua portuguesa aplicado por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação na qual seja oferecido curso de idioma mencionado na alínea "d";

II - comprovante de:

a) conclusão do ensino fundamental ou médio por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA; ou

b) matrícula em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação decorrente de aprovação em vestibular ou de aproveitamento de nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM;

III - nomeação para o cargo de professor, técnico ou cientista decorrente de aprovação em concurso promovido por universidade pública;

IV - histórico ou documento equivalente que comprove conclusão em curso de ensino fundamental, médio ou supletivo, realizado em instituição de ensino brasileira, reconhecido pela Secretaria de Educação competente; ou

V - diploma de curso de Medicina revalidado por Instituição de Ensino Superior Pública após aprovação obtida no Exame Nacional de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeira - REVALIDA aplicado pelo INEP.

§ 1º A comprovação de atendimento ao requisito previsto neste artigo está dispensada aos requerentes nacionais de países de língua portuguesa.

§ 2º Serão aceitos os diplomas ou documentos equivalentes à conclusão dos cursos referidos na alínea "b" do inciso I e no inciso IV que tiverem sido realizados em instituição de educacional de países de língua portuguesa, desde que haja a legalização no Brasil, conforme legislação vigente." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM
Ministro de Estado da Justiça

RAUL JUNGMANN
Ministro de Estado da Segurança Pública

PORTARIA Nº 1.648, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.05439, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ATAIDE DE MOURA LEMOS, inscrito no CPF sob o nº 276.892.397-49.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.649, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.05933, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ADEMAR DUARTE PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 088.822.821-04, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.650, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.10250, resolve:

Desprover o Recurso interposto por VALDEMAR DOS ANJOS NEVES PAIVA, inscrito no CPF sob o nº 038.285.225-72.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.651, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06245, resolve:

Desprover o Recurso interposto por SERGIO QUINTANILHA D'AVILLA, inscrito no CPF sob o nº 098.742.757-15, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.652, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.11132, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOSÉ UBIRAJARA SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 056.836.535-68, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.653, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07054, resolve:

Desprover o Recurso interposto por RAIMUNDO NONATO DE JESUS PENHA, inscrito no CPF sob o nº 006.136.492-49, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.654, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.12697, resolve:

Desprover o Recurso interposto por GILVAN BEZERRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 056.837.185-20, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.655, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06295, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOSÉ VALTER DE MATTOS, inscrito no CPF sob o nº 028.793.287-72, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.656, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07877, resolve:

Desprover o Recurso interposto por EUCLIDES LIARTE DE MATOS, inscrito no CPF sob o nº 000.791.202-10, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.657, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06978, resolve:

Desprover o Recurso interposto por LUIS BEZERRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 349.225.807-78, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.658, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07071, resolve:

Desprover o Recurso interposto por AUZIER FARIAS MENDES, inscrito no CPF sob o nº 005.984.962-20, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.659, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.23189, resolve:

Desprover o Recurso interposto por CARLOS ALBERTO GOMES DE MOURA, inscrito no CPF sob o nº 257.925.987-20, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.660, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09839, resolve:

Desprover o Recurso interposto por VALFREDO AGOSTINHO MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 031.990.704-00, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.661, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.08184, resolve:

Desprover o Recurso interposto por DAILSON BORGES, inscrito no CPF sob o nº 262.741.407-00, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.662, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.08267, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ELISEU ANTONIO MIRANDA, inscrito no CPF sob o nº 300.828.468-04, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.663, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.15701, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JAIME DE MOURA, inscrito no CPF sob o nº 642.379.748-04, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.664, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.08854, resolve:

Desprover o Recurso interposto por SIDNEY NICOLAO MACHADO, inscrito no CPF sob o nº 276.314.357-15, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.665, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.15870, resolve:

Desprover o Recurso interposto por FRANCISCO PARENTE FILHO, inscrito no CPF sob o nº 066.648.491-00, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.666, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09969, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ADELSON RIBEIRO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 040.464.804-59, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.667, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.12686, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOSE CRISOSTOMO RODRIGUES, inscrito no CPF sob o nº 074.921.115-68, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.668, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.008079/2010-17, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CHANIDA WITVET, de nacionalidade tailandesa, filha de Chur Witvet e de Nakel Witvet, nascida na Tailândia, em 24 de fevereiro de 1981, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos, 3 (três) meses e 14 (quatorze) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.669, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.003078/2011-60, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ELISEO GUTIERREZ CONDORI, de nacionalidade boliviana, filho de Manuel Gutierres e de Agustina Condori, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 12 de junho de 1987, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 4 (quatro) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.670, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.112596/2015-13, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, HENRY CHEMAZU OKAFOR, de nacionalidade nigeriana, filho de Emmanuel Okafor e de Georgina Okafor, nascido na República Federal da Nigéria, em 24 de abril de 1971, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 36 (trinta e seis) anos, 11 (onze) meses e 16 (dezesseis) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.671, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.007708/2015-07, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARCELO ENRIQUE ALIAGA ROZAS, de nacionalidade chilena, filho de Celestino Aliaga e de Ema Rosário Rozas Rios, nascido na República do Chile, em 19 de maio de 1972, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.672, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.017786/2018-43, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, IKENNA PATRICK MBANASO, de nacionalidade nigeriana, filho de Alaubathe Mbanaso e de Katee Mbanaso, nascido na República Federal da Nigéria, em 15 de março de 1979, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.673, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.006818/2017-13, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, WENXI GU, de nacionalidade chinesa, filho de Gu Jun Bi e de Chin Gu Jiao, nascido em Guandong, na República Popular da China, em 9 de junho de 1970, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

DESPACHOS DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 617 - Processo nº: 08505.043438/2017-60. Assunto: Indeferimento de Naturalização. Interessado: MAXIME BERNARD THIBAUT PERIGNON.

1. No uso da competência a mim atribuída pelo art. 218 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, recebo o recurso e, quanto ao mérito, indefiro-o, mantendo a decisão ora recorrida, tendo em vista que o interessado não atendeu ao disposto no inciso II do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

2. Publique-se.

Nº 618 - PROCESSO Nº: 08505.322835/2016-14. ASSUNTO: Indeferimento de Naturalização. Interessada: BANAN ABO RAS.

1. No uso da competência a mim atribuída pelo art. 218 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, recebo o recurso e, quanto ao mérito, indefiro-o, mantendo a decisão ora recorrida, tendo em vista que a interessada não atendeu ao disposto no art. 66 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

2. Publique-se.

TORQUATO JARDIM
Ministro

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 11, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Processo Administrativo nº 08700.003735/2015-02. (Autos Restritos nº 08700.003736/2015-49). Representante: Cade Ex Officio. Representados: JTEKT Corporation, JTEKT Automotiva Brasil Ltda., NSK Brasil Ltda., NSK Europe Ltd., NSK Ltd., Showa Corporation, Showa do Brasil Ltda., TRW Automotive Ltda. e Yamada Manufacturing Co., Ltd., Adalberto Penachio, Franck Keiffer, Hirokazu Koguchi, Issei Murata, Kazutaka Motoda, Keisuke Takagawa, Kouta Iwanaga, Masanao Imori, Shigeyuki Suzuki, Tetsuo Hirai e Wilson Rocha Filho. Advogados: André Cutait de Arruda Sampaio, André Marques Gilberto, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga, Cecília Vidigal Monteiro de Barros, Onofre Carlos de Arruda Sampaio, Francisco Ribeiro Todorov, Marcelo Procópio Callari, Paula Beeby Monteiro de Barros Bellotti, Pedro Sérgio Costa Zanotta, Renata Vieira Lins Arcoverde, Rodrigo Orlandini e outros. Acolho a Nota Técnica nº 97/2018/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na referida Nota Técnica e, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 196, §1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando-se: (i) pelo arquivamento do presente Processo Administrativo em relação à JTEKT Automotiva Brasil Ltda., NSK Brasil Ltda., NSK Europe Ltd., NSK Ltd., Showa do Brasil Ltda., TRW Automotive Ltda., Adalberto Penachio, Franck Keiffer, Hirokazu Koguchi, Issei Murata, Kazutaka Motoda, Keisuke Takagawa, Kouta Iwanaga, Masanao Imori, Shigeyuki Suzuki, e Tetsuo Hirai, nos termos do tópico II.3 da referida Nota Técnica; (ii) pelo arquivamento do presente Processo Administrativo em relação à Showa Corporation, TRW Automotive Ltda., e Wilson Rocha Filho, desde que atendidas todas as condições estabelecidas nos Termos de Compromisso de Cessação por eles celebrados, conforme dispõe o art. 85, §4º da Lei n. 12.529/11; e (iii) pela condenação de JTEKT Corporation e Yamada Manufacturing Co., Ltd., por condutas enquadráveis nos artigos 20, I a IV, e 21, I, III e X, da Lei nº 8.884/1994, bem como art. 36, incisos I a IV c/c seu § 3º, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", e inciso VIII da Lei nº 12. 529/2011.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHO Nº 1.270, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Processo Administrativo nº 08700.001486/2017-74 (Apartado de Acesso Restrito nº 08700.002911/2017-42)

Representante: Cade ex officio

Representados: Faurecia Emissions Technologies do Brasil S.A., Magneti Marelli Sistemas Automotivos Indústria e Comércio Ltda., Tenneco Brasil Ltda., Meritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda., Caetano Piragine Zafra, Carlos Eduardo Sambinelli, Fernando Petrolino, Guillermo Luis Minuzzi, Juliano Alves Lindo, Manoel Ribeiro da Silva, Rafael Rampazzo, Renata Luci Durante e Roberto Carelli.

Advogados: Lauro Celidônio, Barbara Rosenberg, Mariana Tavares de Araujo, Bruno de Luca Drago, Enrico Gutierres Lourenço, Hermes Nereu Cardoso Oliveira, Cláudio Felippe Zalaf, Felipe Schmidt Zalaf, Fábio Martins Bonilha Curi e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 98/2018/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Assim, decido pelo indeferimento de pedido de abertura de prazo para apresentação de novo rol de testemunhas formulado pela Meritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda., sendo garantido à Representada exercer todos os meios, legalmente previstos nesta fase processual, de ampla defesa e contraditório às evidências produzidas em sede de TCC até o final da instrução, seja por meio da apresentação de petições e/ou declarações escritas de pessoas físicas, entre outros documentos.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHO Nº 1.271, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

INQUÉRITO ADMINISTRATIVO nº 08700.011835/2015-02

Representante: Gran Petro Distribuidora de Combustíveis Ltda.

Advogados: Daniel Santos Guimarães, Julio Cesar Cavalcante Aires, Ana Paula Chedid de Oliveira Lima.

Representados: Air BP Brasil Ltda., BR Distribuidora S.A., Raízen Combustíveis S.A. e GRU Airport.

Advogados: Olavo Zago Chinaglia, Leonardo Maniglia Duarte, Carlos André Viana Coutinho, Enrico Severini Andriolo, Daniel Gonçalves Campos, Débora Neves Pereira Lima, Tercio Sampaio Ferraz Junior, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Tamara Dumoncel Hoff, Bruna de Bem Esteves, Lauro Celidonio Gomes dos Reis Netos, Frederico Carrilho Donas, Rafaela Pozzi de Cálcena e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 27/2018/CGAA4/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela instauração de Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 186 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face da Air BP Brasil Ltda., Petrobrás Distribuidora S.A., Raízen Combustíveis S.A. e Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. a fim de investigar:

- Em relação à Raízen, conduta passível de enquadramento no artigo 36, incisos I, II, III, IV, combinados com o seu § 3º, III, IV, V e XI;

- Em relação à BR e AirBP, condutas passíveis de enquadramento no artigo 36, incisos I, II, III, IV, combinados com o seu § 3º, incisos III, IV e V, da Lei nº 12.529/2011; e

- Em relação a GRU Airport, conduta passível de enquadramento no artigo 36, incisos I, combinado com o seu § 3º, III.

Notifiquem-se os Representados, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, os Representados deverão especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 195 do Regimento Interno do Cade. Caso os Representados tenham interesse na produção de prova testemunhal, deverão indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 195, §2º, do Regimento Interno do Cade. Ao Protocolo.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 179/2018

Dia: 03/10/2018
Hora: 10:12h
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A distribuição é realizada em blocos de modo que os processos sejam sorteados aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente até que reste uma opção, mantendo-se, desta forma, uma distribuição numericamente igualitária entre os Conselheiros. A distribuição iniciará sem os nomes das Conselheiras Paula Azevedo e Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, que nos últimos blocos de sorteio - nas 177ª e 178ª Sessões Ordinárias de Distribuição - foram as Relatoras sorteadas.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:
Processo Administrativo nº 08700.001729/2017-74
Representante: Cade Ex Officio
Representados: Roberto Teles de Andrade, Roberto Luiz Teixeira Lima Júnior, Plakasmil Comércio de Placas e Carimbos Ltda.-ME e Iedilma Oliveira de Moraes
Advogados: Não constam
Relatora: Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Cade

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

PORTARIA Nº 306, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

BEATRIZ NIEVE IGLESIAS DE FROSI - W578018-F, natural da Argentina, nascida em 26 de julho de 1957, filha de Eduardo Ramon Iglesias e de Ana Maria Moyano de Iglesias, residente do Estado do Paraná (Processo nª 08389.014441/2017-40).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

PORTARIA Nº 307, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

DENNYS ROBERTO SIGISMONDI ANGELINI - V713527-C, natural da Venezuela, nascido em 08 de janeiro de 1974, filho de Ercolino Sigismondi Lusi e de Matilde Angelini, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.029692/2017-55);

ISSA AHMAD ZEIN EDDINE - V595713-8, natural do Líbano, nascido em 31 de março de 1988, filho de Ahmad Said Zein Eddine e de Hanan Moussa Zein Eddine, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.007735/2017-41) e

JOHNBOSCO EKENE EZEIKE - V508533-C, natural da Nigéria, nascido em 29 de março de 1980, filho de Raphael Ezeike e de Christine Ezeike, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.030448/2017-35).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 174, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018, resolve classificar:

Filme: A FERA (BEAST, Reino Unido - 2017)
Produtor(es): Agile Flms
Diretor(es): Michael Pearce
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência , Sexo e Drogas Lícitas
Processo: 08000.035071/2018-72
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: PONTO CEGO (BLINDSPOTTING, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Keith Calder/Jess Calder/Rafael Casal/Daveed Diggs
Diretor(es): Carlos López Estrada
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.036576/2018-54
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Trailer: A ROTA SELVAGEM (LEAN ON PETE, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Tristan Goligher
Diretor(es): Andrew Haigh
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Drama/Aventura
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08000.037038/2018-87
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ANTÁRTICA POR UM ANO (Brasil - 2018)
Produtor(es): 3 Tabela Filmes e Produções Artisticas Ltda.
Diretor(es): Julia Martins
Distribuidor(es): EH FILMES LTDA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001254/2018-13
Requerente: E H FILMES LTDA.

Filme: JOHN ÁFRICA NA TERRA DOS LEÕES (Brasil / Cabo Verde / Portugal - 2017)
Produtor(es): Pedro Pinho/Rachel Ellis/Samira Pereira/Filipa Reis/João Miller Guerra
Diretor(es): Filipa Reis/João Miller Guerra
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Aventura/Cultural
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Nudez , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001256/2018-02
Requerente: VITRINE FILMES

Filme: UMA QUESTÃO DE FÉ (A QUESTION OF FAITH, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Silver Lining Entertainment
Diretor(es): Kevan Otto
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08000.034439/2018-85
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: VIBEZINHA DO THIAGO BRAVA (Brasil - 2018)
Produtor(es): Warner Music Brasil
Diretor(es): Victor Silva
Distribuidor(es): WARNER MUSIC BRASIL
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08000.034795/2018-07
Requerente: WARNER MUSIC BRASIL
Filme: ARA PYAU - PRIMAVERA GUARANI (Brasil - 2018)
Produtor(es): Marcelo K.
Diretor(es): Carlos Eduardo Magalhães
Classificação Pretendida: livre
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: livre
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001271/2018-42
Requerente: LARANJEIRAS CINE E VÍDEO

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 175, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018, resolve classificar:
Título: AIR CONFLICTS: SECRET WARS (Alemanha - 2019)
Produtor(es): KALYPSO MEDIA
Distribuidor(es): KALYPSO MEDIA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Ação/Simulação
Plataforma: PlayStation 4/Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.001335/2018-13
Requerente: KALYPSO MEDIA

Título: FADE TO SILENCE (Áustria - 2018)
Produtor(es): THQ NORDIC GMBH
Distribuidor(es): Não informado
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Categoria: Aventura/RPG
Plataforma: Computador/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001336/2018-50
Requerente: THOMAS REISINGER

Título: KINGDOM HEARTS 3 (Japão - 2019)
Produtor(es): SQUARE-ENIX
Distribuidor(es): SQUARE-ENIX
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Aventura/RPG
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001346/2018-95
Requerente: THALES DANIEL PEDROSA

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHOS DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso IX, do Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018; e

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999; e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Nº 559 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO YBY SY, com sede em Água Fria de Goiás - GO, inscrita no CNPJ sob o nº 22.219.105/0001-79.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.032444/2018-53.

Nº 584 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO MIGUEL ABUHAB, com sede em Joinville - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 23.492.395/0001-92, em razão do descumprimento do Art. 3º, inciso III e Art. 5º, inciso III da Lei nº 9.790/99.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.034322/2018-00.

Nº 585 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO - FIRST, com sede em São Carlos - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.362.318/0001-17, em razão do descumprimento dos art. 2º incisos II e III do Decreto nº 3.100/99.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.035075/2018-51.

Nº 587 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS JUNIORES, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.347.712/0001-68, em razão do descumprimento do Art. 2º, inciso V e Art. 3º, inciso III da Lei nº 9.790/99.

De acordo com o Art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.031349/2018-32.

Nº 588 - Tornar público o CANCELAMENTO da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a pedido do interessado, da entidade social CENTRO DE VOLUNTARIADO DE RIBEIRÃO PRETO, com sede em Ribeirão Preto - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.136.992/0001-77.

Quanto ao acervo patrimonial disponível, a entidade deverá observar o disposto no art. 4º da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.035430/2018-91.

Nº 590 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social PROJETO ACALANTO, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.352.577/0001-25, em razão do descumprimento dos arts. 1º III, IV e VI e 6º do Decreto nº 3.100/99.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.035974/2018-53.

Nº 592 - Reconsiderar a decisão proferida nos termos do Despacho nº 463, publicada em 18 de julho de 2018, para tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO INSTITUTO CRESCER LEGAL, com sede em Santa Cruz do Sul - RS, inscrita no CNPJ sob o nº 22.650.636/0001-11. Processo SEI/MJ nº 08000.023146/2018-72.

Nº 593 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO ÓRION, com sede em Lages - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 14.606.775/0001-10, em razão do descumprimento do art. 5º inciso IV da Lei nº 9.790/99.
De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.036049/2018-40.

Nº 595 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO FORÇA JOVEM BUSHIDO, com sede em Fundão - ES, inscrita no CNPJ sob o nº 27.240.534/0001-41, em razão do descumprimento do art. 5º, inciso III da Lei nº 9.790/99; artigo 1º, inciso III do Decreto nº 3.100/99; e artigo 3º, inciso IV da Portaria nº 362/16.

De acordo com o art. 4º, inciso III da Portaria MJ nº 362, de 1 de março de 2016, a entidade possui o prazo de sessenta (60) dias para apresentar pedido de reconsideração. Processo SEI/MJ nº 08000.036022/2018-57.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 55, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.031587/2018-67, interposto pelo INSTITUTO ACQUA - AÇÃO CIDADANIA, QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL, CNPJ nº 03.254.082/0001-99, contra a decisão de indeferimento do pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.143, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Desabilita Unidade de Suporte Avançado (USA), do Município de Balneário Pinhal (SP), do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente a Central de Regulação Estadual do Rio Grande do Sul e estabelece a dedução dos recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Estado do Rio Grande do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.957/GM/MS, de 25 de novembro de 2009, que habilita Municípios e define o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação Estadual do Rio Grande do Sul;

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II - Do financiamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Seção VIII, Art. 932 - Das Condicionantes e da Suspensão do Repasse dos Incentivos Financeiros do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Ofício SMS nº 930, de 14 de agosto de 2017, que solicita a desabilitação de 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado (SAMU 192) de Balneário Pinhal (RS);

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o NUP-SEI nº 25000.427070/2017-99, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica desabilitada 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado (USA), do Município de Balneário Pinhal (SP), do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente a Central de Regulação Estadual do Rio Grande do Sul, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecida a dedução dos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 462.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil reais), incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Fica determinada a devolução do recurso de custeio repassado a partir da competência julho de 2016.

Art. 4º A Secretaria de Atenção à Saúde adotará os procedimentos junto ao Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul para a devolução dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, caso ainda não devolvidos, e a baixa nos sistemas de controle de repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários do Ministério da Saúde, objeto desta Portaria, deixam de onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015-8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

Unidade Móvel (SAMU 192)										
UF	Município para a desabilitação	Fundo de repasse	IBGE	CNES	Portaria de Habilitação	Portaria de incremento	Valor anual a ser deduzido	Descrição	Período referenciado:	Valor mensal do repasse do incentivo de custeio a ser devolvido
RS	Balneário Pinhal	Estadual	430163	-	Portaria nº 2.957/GM/MS, de 25/11/2009	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013	R$ 462.000,00	USA	de julho de 2016 (até a publicação da Portaria de desabilitação)	R$ 38.500,00

PORTARIA Nº 1.928, DE 29 DE JUNHO DE 2018
(Publicada no DOU de 2-7-2018)

ANEXO (*)

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	Gestão	Portaria de habilitação/qualificação	Valor Mensal a ser suspenso a partir da competência agosto/2017	NUP-SEI	Programa de trabalho
PR	São José dos Pinhais	412550	6712169	UPA 24h Porte I, Ampliada	Municipal	Nº 617/GM/MS de 26/05/2015	R$ 100.000,00	25000.414729/2017-47	10.302.2015.8585.0041

Republicada por ter saído no Diário Oficial da União nº 125, de 2 de julho de 2018, Seção 1, página 79, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 3.144, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Torna sem efeito a suspensão do repasse de recursos financeiros destinados ao incentivo de custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Cafarnaum (BA), constante na Portaria nº 2.044/GM/MS, de 5 de julho de 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II, art. 924 da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II, Seção VIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as Equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria nº 2.044/GM/MS, de 5 de julho de 2018, que suspende o repasse do recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192); e

Considerando a Nota Técnica nº 258 SEI/2018, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/GUE/DAHU/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.165690/2018-18/NUP-SEI, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito a suspensão do repasse de recursos financeiros destinados ao incentivo de custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Cafarnaum (BA), constante na Portaria nº 2.044/GM/MS, de 5 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 133, de 12 de julho de 2018, Seção 1, página 341.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.146, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Junco do Maranhão no Estado do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o dispositivo no Anexo XXII - Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) - da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as Políticas Nacionais de Saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira setembro/2018, a transferência do incentivo financeiro referente à Equipe de Saúde Bucal do Município de Junco do Maranhão (MA), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária das Equipes de Saúde Bucal nas Unidades Básica de Saúde conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 3 (três) Equipes de Saúde Bucal e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município, devidamente comprovadas por supervisão técnica da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.088, DE 9 DE JULHO DE 2018
(Publicada no DOU de 12-7-2018)

ANEXOS (*)

ANEXO I

UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
AM	130310	Nova Olinda do Norte	11	1	10	1	0	1

ANEXO II

UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
BA	290485	Cabaceiras do Paraguaçu	8	1	7	0	0	0
BA	290530	Cafarnaum	7	1	6	0	0	0
BA	290760	Central	1	1	0	0	0	0
BA	291380	Ipecaetá	3	1	2	0	0	0
BA	292120	Miguel Calmon	10	2	8	0	0	0
BA	292575	Presidente Tancredo Neves	8	1	7	0	0	0
BA	292880	Santo Estêvão	15	1	14	0	0	0
BA	293160	Teolândia	5	1	4	0	0	0

ANEXO III

UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
CE	230100	Aquiraz	23	1	22	0	0	0
CE	230428	Eusébio	17	1	16	0	0	0
CE	230490	Groaíras	5	1	4	0	0	0
CE	230565	Ipaporanga	3	1	2	1	0	1
CE	230860	Monsenhor Tabosa	5	1	4	0	0	0

ANEXO IV

UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
GO	520025	Águas Lindas de Goiás	22	4	18	0	0	0
GO	520790	Flores de Goiás	5	1	4	0	0	0
GO	520870	Goiânia	142	34	108	3	0	3
GO	520970	Hidrolândia	6	1	5	2	0	2
GO	521220	Jussara	6	2	4	0	0	0
GO	521440	Nazário	4	1	3	0	0	0
GO	521940	Santa Rita do Araguaia	2	1	1	0	0	0

ANEXO V

UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
MA	210230	Buriti Bravo	5	2	3	0	0	0
MA	210355	Conceição do Lago-Açu	10	6	4	0	0	0
MA	210547	Jenipapo dos Vieiras	7	1	6	0	0	0
MA	210640	Mata Roma	6	1	5	3	0	3
MA	211027	Santo Amaro do Maranhão	6	2	4	0	0	0
MA	211060	São Bernardo	10	4	6	0	0	0
MA	211120	São José de Ribamar	84	39	45	0	0	0
MA	211227	Tufilândia	3	1	2	0	0	0

ANEXO VI

UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
MG	310240	Alvorada de Minas	2	2	0	2	0	2
MG	311160	Campos Gerais	7	4	3	6	6	0
MG	311230	Capelinha	17	9	8	0	0	0
MG	311860	Contagem	80	43	37	1	0	1
MG	312220	Divinolândia de Minas	4	2	2	0	0	0
MG	312620	Formoso	1	1	0	3	2	1
MG	312960	Ibiaí	1	0	1	3	1	2
MG	313490	Jacutinga	5	5	0	0	0	0
MG	313690	Juruaia	3	1	2	0	0	0
MG	314980	Perdizes	7	1	6	0	0	0
MG	315410	Recreio	4	1	3	0	0	0
MG	315680	Sabinópolis	7	3	4	0	0	0
MG	315720	Santa Bárbara	2	0	2	8	2	6
MG	315780	Santa Luzia	30	25	5	6	3	3
MS	500710	Ribas do Rio Pardo	5	1	4	0	0	0

ANEXO VII

UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
MT	510260	Campinápolis	4	1	3	0	0	0
MT	510890	Nova Maringá	3	1	2	0	0	0
MT	510704	Primavera do Leste	1	0	1	9	1	8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	510770	Rosário Oeste	7	3	4	0	0	0
ANEXO VIII								
UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
PA	150160	Bonito	8	2	6	0	0	0
PA	150170	Bragança	33	14	19	1	0	1
PA	150178	Breu Branco	6	2	4	0	0	0
PA	150195	Cachoeira do Piriá	14	8	6	0	0	0
PA	150307	Garrafão do Norte	8	3	5	0	0	0
PA	150309	Goianésia do Pará	8	3	5	0	0	0
PA	150340	Inhangapi	5	1	4	0	0	0
PA	150506	Novo Repartimento	6	2	4	0	0	0
PA	150655	Santa Luzia do Pará	8	1	7	0	0	0
PA	150690	Santarém Novo	4	1	3	0	0	0
PA	150710	São Caetano de Odivelas	8	2	6	0	0	0
PA	150803	Tracuateua	9	3	6	0	0	0
PA	150812	Ulianópolis	11	4	7	0	0	0
PA	150820	Vigia	8	2	6	0	0	0
ANEXO IX								
UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
PB	251600	Solânea	10	1	9	0	0	0
PB	251620	Sousa	29	1	28	0	0	0
ANEXO X								
UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
PE	260070	Aliança	13	1	12	0	0	0
PE	260120	Arcoverde	27	3	24	0	0	0
PE	260560	Flores	8	2	6	0	0	0
PE	260700	Inajá	6	2	4	0	0	0
PE	261070	Paulista	58	36	22	0	0	0
PE	261330	São Joaquim do Monte	11	1	10	0	0	0
ANEXO XI								
UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
PR	410790	Floresta	2	1	1	0	0	0
PR	410840	Francisco Beltrão	11	0	11	11	8	3
PR	410970	Ibaiti	12	4	8	0	0	0
PR	411520	Maringá	24	1	23	8	0	8
PR	412560	São Mateus do Sul	5	0	5	1	1	0
ANEXO XII								
UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
RN	240370	Felipe Guerra	3	1	2	0	0	0
RN	240485	Itajá	4	1	3	0	0	0
ANEXO XIII								
UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
RR	140002	Amajari	3	0	3	2	1	1
RR	140047	Rorainópolis	12	3	9	0	0	0
ANEXO XIV								
UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
SC	420460	Criciúma	32	8	24	0	0	0
SC	420690	Ibirama	8	3	5	0	0	0
SC	420950	Laurentino	3	2	1	0	0	0
SC	421450	Rio do Campo	3	1	2	0	0	0
ANEXO XV								
UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
SP	350130	Álvares Machado	8	3	5	0	0	0
SP	350170	Américo Brasiliense	9	9	0	0	0	0
SP	351840	Guaratinguetá	17	9	8	0	0	0
SP	351970	Ibiúna	30	30	0	0	0	0
SP	352390	Itu	2	2	0	0	0	0
SP	353140	Monte Aprazível	9	7	2	0	0	0
SP	353270	Nipoã	2	2	0	0	0	0
SP	353660	Paulo de Faria	4	1	3	0	0	0
SP	354880	São Caetano do Sul	0	0	0	17	9	8
ANEXO XVI								
UF	IBGE	Município	ESB1			ESB2		
			Quanditade de ESB I credenciadas	Quanditade de ESB I descredenciadas	Quanditade de ESB I após o descredenciamento	Quanditade de ESB II credenciadas	Quanditade de ESB II descredenciadas	Quanditade de ESB II após o descredenciamento
TO	170030	Aguiarnópolis	2	1	1	0	0	0
TO	171070	Itaguatins	2	1	1	0	0	0
TOTAL			1134	403	731	88	34	54

(*) Republicado por terem saído no Diário Oficial da União nº 133, 12 de julho de 2018, Seção 1, página 349, com incorreções no original.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.207, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita a Clínica Escola da FCM - Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento Ltda - Campina Grande (PB) como Unidade de Atenção Especializada em Alta Complexidade em Oftalmologia e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado da Paraíba e Município de Campina Grande.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 19 de maio de 2008, que institui a Política Nacional de Atenção em Oftalmologia;

Considerando a Seção VII - Da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais - OPM do Sistema Único de Saúde SUS da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção II - Das Políticas de Controle de Doenças e Enfrentamento de Agravos de Saúde da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de Paraíba através da Pactuação e homologação da CIB/SUS-PB nº 56 de 6 de dezembro de 2016; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento a seguir descrito, como Unidade de Atenção Especializada em Alta Complexidade em Oftalmologia - Centro de Referência em Oftalmologia:

CNPJ	CNES	ESTABELECIMENTO/GESTÃO/Município/Estado
02.108.023/0003-01	6415407	CLINICA ESCOLA DA FCM - CESED CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO LTDA - Gestão Municipal/Campina Grande/PB

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 2.102.173,77 (dois milhões cento e dois mil cento e setenta e três reais e setenta e sete centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado da Paraíba e Município de Campina Grande.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Campina Grande, IBGE 250400, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.149, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Salinas da Margarida no Estado da Bahia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto no Anexo XXII - Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) - da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira setembro/2018, a transferência do incentivo financeiro referente à Equipe de Saúde Bucal do Município de Salinas da Margarida (BA), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretaria de Estado da Saúde na Bahia, especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária das Equipes de Saúde da Família/Bucal nas Unidades Básica de Saúde conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 4 (quatro) Equipes de Saúde da Família e 2 (duas) Equipes de Saúde Bucal e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município, devidamente comprovadas por supervisão técnica da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.006, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Hospital Municipal Renato Albuquerque Filho no Município de Miranda (MS) ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI e estabelece recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Mato Grosso do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os art. 241 a 244 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõem sobre a obrigatoriedade do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares (SIA/SIH);

Considerando o Anexo XIV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - PNASPI;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que regulamenta e estabelece critérios para habilitação ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital Municipal Renato Albuquerque Filho, CNES 3569543 - Miranda/MS, ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria nº 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 146.700,00 (cento e quarenta e seis mil e setecentos reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Mato Grosso do Sul, conforme a seguir descrito:

§ 1º No primeiro ano os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I - R$ 27.900,00 (vinte e sete mil e novecentos reais) correspondente à 20% (vinte por cento) do valor anual será transferido na 11ª (décima primeira) parcela de 2018; e

II - R$ 118.800,00 (cento e dezoito mil e oitocentos reais) será transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2018.

§ 2º A partir do segundo ano os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Mato Grosso do Sul, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul, do montante estabelecido no art. 2º, conforme §§ 1º e 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.014, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Hospital Cura D'ars ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) e estabelece recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado de Minas Gerais e Município de Machacalis.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;

Considerando o art. 241 ao art. 244 - Do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde - da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XIV - Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 303 e art. 304 - Do Prazo para o Pagamento dos Incentivos Financeiros aos Estabelecimentos de Saúde que Prestam Serviços de Forma Complementar ao SUS - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para redefinir os critérios para o repasse do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital Cura D'ars, CNES 2208067, localizado no Município de Machacalis(MG), ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) em conformidade com a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 157.500,05 (cento e cinquenta e sete mil quinhentos reais e cinco centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado de Minas Gerais e Município de Machacalis, conforme descrito a seguir:

§ 1º Nos primeiros 12 (doze) meses, os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I - R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), a ser transferido na 11ª (décima primeira) parcela de 2018, correspondente à 20% (vinte por cento) do valor anual; e

II - R$ 126.000,05 (cento e vinte e seis mil reais e cinco centavos), a ser transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º A partir do segundo ano os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Município de Machacalis (MG), fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Machacalis (MG), IBGE 313890, do montante estabelecido no art. 2º, conforme o § 1º e § 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.154, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Suspende o repasse do recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições, que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 924, Título II, da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II, Seção VIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando que não foram atendidos os requisitos exigidos constantes no art. 931 e inciso IV do art. 932 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Resolução CIT nº 36, de 25 de janeiro de 2018, que define o prazo para os gestores enviarem manifestação ao Ministério da Saúde e define a suspensão da transferência dos recursos de custeio referente às habilitações dos serviços de atenção à saúde de média e alta complexidade que não estejam em funcionamento ou não apresentem a produção assistencial registrada nos sistemas de informação em saúde considerando as políticas de atenção à saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 255 SEI/2018, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/ GUE/DAHU/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.165568/2018-33/NUP-SEI, resolve:

Art. 1º Ficam suspensos os repasses dos recursos financeiros destinados ao incentivo de custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), constantes do anexo a esta Portaria.

§ 1º O restabelecimento do repasse do incentivo financeiro de custeio suspenso estará condicionado à regularização do registro da produção do SIA/SUS das Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

§ 2º A não regularização no prazo de até 6 (seis) meses, a contar da data de publicação desta Portaria, acarretará na revogação das portarias de habilitação e qualificação das respectivas unidades, conforme art. 17 da Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, bem como à devolução das Unidades Móveis doadas pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 10ª parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.021, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Define recurso financeiro destinado à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), para o Estado de Alagoas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições, que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que trata da Antecipação do incentivo financeiro para Centros de Especialidades Odontológicas - CEO em fase de implantação, e dá outras providências;

Considerando o Capítulo V - Centro de Especialidades Odontológicas (CEOS) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPDS), da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Seção VII - Do Financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), do Capítulo I, Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art.1º Fica definido recurso financeiro destinado à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8581- Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde (PO- 0001) Estruturação da Atenção à Saúde Bucal, categoria de Gastos Capital.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, em parcela única, do recurso de antecipação do incentivo financeiro para o Fundo Estadual de Saúde correspondente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFI-CAÇÃO	INCENTIVO
					CEO TIPO	IMPLANTAÇÃO
AL	270430	MACEIÓ	2720094	Estadual	III	R$ 120.000,00

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Tipo	GES-TÃO	Central de Regulação das Urgências	Fundo de repasse	PORTARIA DE QUALIFICAÇÃO	Portaria de Incre-mento	Portaria de Qual-ificação	VALOR ANUAL A SER SUSPEN-SO
AM	Presidente Figueiredo	130353	7637373	USB	SMS	Manaus	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 3.182/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016			R$ 204.750,00
BA	Barro Alto	290323	7260709	USB	SMS	Irecê	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 2.186/GM/MS, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014			R$ 157.500,00
BA	Cachoeira	290490	7447132	USB	SMS	Santo Antônio de Je-sus	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 780/GM/MS, DE 17 DE JUNHO DE 2015			R$ 157.500,00
BA	Cândido Sales	290670	6940927	USB	SMS	Vitória da Conquista	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 3.190/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013	PORTARIA Nº 2.810/GM/MS, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013	R$ 263.028,00
BA	Riacho de Santana	292640	7008791	USB	SMS	Guanambi	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 1.312/GM/MS, DE 27 DE JUNHO DE 2012	Portaria Nº 1.473/GM/MS,, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
DF	Brasília	530010	7991495	Moto	SES	Brasília (Distrito Fed-eral)	ESTADUAL	PORTARIA Nº 2.455/GM/MS, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013			R$ 84.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DF	Brasília	530010	7991525	Moto	SES	Brasília (Distrito Federal)	ESTADUAL	PORTARIA Nº 2.455/GM/MS, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013			R$ 84.000,00
GO	Goiânia	520870	7036558	USA	SMS	Goiânia (Metropolitano)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 29/GM/MS, DE 06 DE JANEIRO DE 2006	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013	PORTARIA Nº 2.511/GM/MS, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014	R$ 578.652,00
GO	Valparaíso de Goiás	522185	7629400	USA	SMS	Luziânia (Entorno Sul)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 3.296/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016			R$ 462.000,00
MA	Balsas	210140	7015852	USB	SMS	Imperatriz	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 980/GM/MS, DE 16 DE MAIO DE 2012	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 204.750,00
MG	Carmo do Rio Claro	311440	7709234	USB	SES	Varginha (Macro Sul)	ESTADUAL	PORTARIA Nº 3.147/GM/MS, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016		PORTARIA Nº 2.577/GM/MS,DE 05 DE OUTUBRO DE 2017	R$ 263.028,00
MS	Naviraí	500570	7412894	USB	SMS	Dourados	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 2.210/GM/MS, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014			R$ 157.500,00
PA	Acará	150020	7629176	USB	SMS	Belém	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 233/GM/MS, DE 26 DE JANEIRO DE 2017			R$ 204.750,00
PA	Ananindeua	150080	3801594	USB	SMS	Belém	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 1.657/GM/MS, DE 13 DE AGOSTO DE 2008	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 204.750,00
PA	Cumaru do Norte	150276	7570570	USB	SMS	Conceição do Araguaia	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 3.383/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016			R$ 204.750,00
PA	Santa Bárbara do Pará	150635	7519958	USB	SMS	Belém	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 3.392/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016			R$ 204.750,00
PB	São José da Lagoa Tapada	251420	6853676	USB	SMS	Sousa	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 629/GM/MS, DE 05 DE ABRIL DE 2012	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
PB	São José do Bonfim	251460	7141343	USB	SMS	Patos	Município de Patos/PB - 251080	PORTARIA Nº 2.626/GM/MS,DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011	Portaria GM/MS Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
PE	Sanharó	261240	6208681	USB	SMS	Caruaru (Agreste)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 3.144/GM/MS, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
PE	Santa Cruz do Capibaribe	261250	3503445	USB	SMS	Caruaru (Agreste)	MUNICIPAL	PORTARIA S Nº 3.144/GM/MS, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
PE	Santa Cruz do Capibaribe	261250	5595568	USA	SMS	Caruaru (Agreste)	MUNICIPAL	PORTARIA S Nº 3.144/GM/MS, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009	Portaria Nº 1.473/GM/MS,, de 18 de Julho de 2013		R$ 462.000,00
PE	Santa Cruz do Capibaribe	261250	7487371	Moto	SMS	Caruaru (Agreste)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 804/GM/MS, DE 18 DE JUNHO DE 2015			R$ 84.000,00
PE	São Caitano	261310	5654262	USB	SMS	Caruaru (Agreste)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 3.144/GM/MS DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009	Portaria Nº 1.473/GM/MS de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
PI	Cristalândia do Piauí	220300	7216270	USB	SMS	Teresina (Estadual)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 75/GM/MS, DE 21 DE JANEIRO DE 2013	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
PI	Elesbão Veloso	220350	7150709	USB	SMS	Teresina (Estadual)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 1.101/GM/MS, DE 28 DE MAIO DE 2012	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
PR	Dois Vizinhos	410720	7255640	USB	SMS	Pato Branco (Sudoeste)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 148/GM/MS, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2013	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013	PORTARIA Nº 1.527/GM/MS, DE 24 DE JULHO DE 2013	R$ 263.028,00
RJ	Nova Iguaçu	330350	6978045	USB	SMS	Nova Iguaçu (Baixada Fluminense)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 2.564/GM/MS, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2004	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013	PORTARIA Nº 3.179/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016	R$ 263.028,00
RJ	Queimados	330414	6975127	USB	SMS	Nova Iguaçu (Baixada Fluminense)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 2.564/GM/MS, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2004	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
RJ	Rio de Janeiro	330455	7333455	USB	SES	Rio de Janeiro	ESTADUAL	PORTARIA Nº 945/GM/MS, DE 21 DE JUNHO DE 2005	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
RJ	Rio de Janeiro	330455	7333528	USB	SES	Rio de Janeiro	ESTADUAL	PORTARIA Nº 945/GM/MS, DE 21 DE JUNHO DE 2005	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	Rio de Janeiro	330455	7333544	USB	SES	Rio de Janeiro	ESTADUAL	PORTARIA Nº 945/GM/MS, DE 21 DE JUNHO DE 2005	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
RJ	Rio de Janeiro	330455	7333617	USB	SES	Rio de Janeiro	ESTADUAL	PORTARIA Nº 945/GM/MS, DE 21 DE JUNHO DE 2005	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
RJ	Rio de Janeiro	330455	7504438	USB	SES	Rio de Janeiro	ESTADUAL	PORTARIA Nº 945/GM/MS, DE 21 DE JUNHO DE 2005	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
RJ	Rio de Janeiro	330455	7505329	USB	SES	Rio de Janeiro	ESTADUAL	PORTARIA Nº 945/GM/MS, DE 21 DE JUNHO DE 2005	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
RO	Machadinho D'Oeste	110013	7627696	USB	SMS	Ariquemes	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 3.353/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016			R$ 204.750,00
RO	Machadinho D'Oeste	110013	7627750	USB	SMS	Ariquemes	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 3.353/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016			R$ 204.750,00
RO	Porto Velho	110020	6950469	USB	SMS	Porto Velho	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 1.103/GM/MS, DE 05 DE JULHO DE 2005	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 204.750,00
RO	Porto Velho	110020	7122128	USB	SMS	Porto Velho	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 253/GM/MS, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 204.750,00
RS	Nova Prata	431330	6996728	USB	SMS	Porto Alegre (Estadual)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 3.034/GM/MS, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011	Portaria Nº 1.473/GM/MS,, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
RS	Triunfo	432200	6544584	USB	SMS	Porto Alegre (Estadual)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 2.957/GM/MS, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
SC	Blumenau	420240	7248415	USB	SMS	Blumenau (Vale do Itajaí)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 446/GM/MS, DE 06 DE MARÇO DE 2006	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
SC	Braço do Norte	420280	7280912	USB	SMS	Criciúma (Sul)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 448/GM/MS, DE 06 DE MARÇO DE 2006	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
SC	Morro da Fumaça	421120	6964389	USB	SMS	Criciúma (Sul)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 448/GM/MS, DE 06 DE MARÇO DE 2006	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
SC	Santa Rosa do Sul	421565	7990146	USB	SMS	Criciúma (Sul)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 448/GM/MS, DE 06 DE MARÇO DE 2006	Portaria Nº 1.473/GM/MS de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
SE	Aracaju	280030	7308094	Moto	SES	Aracaju (Estadual)	ESTADUAL	PORTARIA Nº 2.150/GM/MS, DE 28 DE JULHO DE 2010	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 84.000,00
SE	Aracaju	280030	7308108	Moto	SES	Aracaju (Estadual)	ESTADUAL	PORTARIA Nº 3.381/GM/MS, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016			R$ 84.000,00
SP	Carapicuíba	351060	7374011	USB	SMS	Itapevi (Oeste)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 1.312/GM/MS, DE 05 DE JUNHO DE 2007	Portaria Nº 1.47/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00
SP	Taboão da Serra	355280	7148070	USB	SMS	Taboão da Serra	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 1.556/GM/MS, DE 27 DE JUNHO DE 2007	Portaria Nº 1.473/GM/MS, de 18 de Julho de 2013		R$ 157.500,00

PORTARIA Nº 3.023, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Hospital Comunitário Nonoai, localizado no Município de Nonoai (RS) ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI e estabelece recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Rio Grande do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os art. 241 a 244 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõem sobre a obrigatoriedade do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares (SIA/SIH);

Considerando o Anexo XIV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - PNASPI;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que regulamenta e estabelece critérios para habilitação ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital Comunitário Nonoai, CNES 2228688 - Nonoai (RS), ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 166.500,00(cento e sessenta e seis mil e quinhentos reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Rio Grande do Sul, conforme a seguir descrito:

§ 1º No primeiro ano os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I - R$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais) correspondente à 20% (vinte por cento) do valor anual será transferido na 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

II - R$ 133.200,00 (cento e trinta e três mil e duzentos reais) será transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2018.

§ 2º A partir do segundo ano os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, do montante estabelecido no art. 2º, conforme os §§ 1º e 2º , mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.157, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Manoel Sirqueira de Matos Nequi ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI e estabelece recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Maranhão e Município de Amarante do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os art. 241 a 244 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõem sobre a obrigatoriedade do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares (SIA/SIH);

Considerando o Anexo XIV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - PNASPI;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que regulamenta e estabelece critérios para habilitação ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Manoel Sirqueira de Matos Nequi, CNES 74315110 do Município de Amarante do Maranhão/MA ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 64.535,36 (sessenta e quatro mil quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Maranhão e Município de Amarante do Maranhão, conforme a seguir descrito:

§ 1º No primeiro ano os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I - R$ 12.907,08 (doze mil novecentos e sete reais e oito centavos) correspondente à 20% (vinte por cento) do valor anual será transferido na 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

II - R$ 51.628,28 (cinquenta e um mil seiscentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos) será transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2018.

§ 2º A partir do segundo ano, os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Maranhão e Município de Amarante do Maranhão, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão, do montante estabelecido no art. 2º, conforme §§ 1º e 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.158, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita a Sociedade Amigos de Amambai ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI e estabelece recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Amambaí.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os art. 241 a 244 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõem sobre a obrigatoriedade do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares (SIA/SIH);

Considerando o Anexo XIV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - PNASPI;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que regulamenta e estabelece critérios para habilitação ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Sociedade Amigos de Amambai CNES 2558459 - Amambaí (MS) ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria nº 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 371.999,94 (trezentos e setenta e um mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Amambaí, conforme a seguir descrito:

§ 1º No primeiro ano os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I - R$ 74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos reais) correspondente à 20% (vinte por cento) do valor anual será transferido na 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

II - R$ 297.599,94 (duzentos e noventa e sete mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos) será transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2018.

§ 2º A partir do segundo ano os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Amambaí, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Amambaí (MS), do montante estabelecido no art. 2º, conforme os §§1º e 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.026, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Hospital Municipal São Sebastião - Tacuru (MS) ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI e estabelece recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Mato Grosso do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os art. 241 a 244 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõem sobre a obrigatoriedade do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares (SIA/SIH);

Considerando o Anexo XIV da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - PNASPI;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que regulamenta e estabelece critérios para habilitação ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital Municipal São Sebastião CNES 2376873 -Tacuru(MS) ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 143.999,92 (cento e quarenta e três mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Mato Grosso do Sul, conforme a seguir descrito:

§ 1º No primeiro ano os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I- R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais) correspondente à 20% (vinte por cento) do valor anual será transferido na 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

II - R$ 115.199,92 (cento e quinze mil, cento e noventa e nove reais e noventa e dois centavos) será transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2018.

§2º A partir do segundo ano os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Mato Grosso do Sul, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul, do montante estabelecido no art. 2º, conforme os §§1º e 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Ficam estabelecidos que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.159, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde do Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC a ser disponibilizado ao Município de Campo Grande (MS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Ofício nº 9.909/GAB/SESAU de 26 de setembro de 2018 da Prefeitura Municipal de Campo Grande; e

Considerando a Resolução CIB/SES nº 52, de 26 de setembro de 2018, da Comissão Intergestora Bipartite do Estado do Mato Grosso do Sul, que aprova a solicitação de recursos destinados a Santa Casa de Campo Grande, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro no montante de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) do Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC a ser disponibilizado, em parcela única, ao Município de Campo Grande (MS).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º, ao Fundo Municipal de Campo Grande (MS), em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População em Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso, consignado ao programa de trabalho de que trata o caput, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 3.050, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Sergipe e Município de Nossa Senhora do Socorro.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Deliberação "Ad Referendum" CIE nº 047/2018, de 28 de março de 2018, do Colegiado Interfederativo Estadual; e

Considerando o Ofício nº 003/2018, de 28 de março de 2018, da Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe; resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade do Estado de Sergipe e Município de Nossa Senhora do Socorro.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Socorro/SE, de forma regular e automática, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de Média e Alta Complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.095, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Estabelece a dedução de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde do Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Mato Grosso e do Estado de São Paulo e Município de Iacri (SP), referente ao Incentivo Financeiro 100% SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições, que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.580/GM/MS, de 13 de novembro de 2012, que estabeleceu recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar (média e alta complexidade) dos Estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Pernambuco;

Considerando a Portaria nº 2.589/GM/MS, de 13 de novembro de 2012, que estabeleceu recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar (média e alta complexidade) dos Estados do Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais e Pernambuco;

Considerando a Portaria nº 367/GM/MS, de 08 de março de 2013, que estabeleceu recurso do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar (Média e Alta Complexidade) dos Estados do Ceará e São Paulo; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a dedução de recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, no montante anual de R$ 2.233.907,48 (dois milhões, duzentos e trinta e três mil novecentos e sete reais e quarenta e oito centavos), incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Mato Grosso e do Estado de São Paulo e Município de Iacri, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos, ora deduzidos, referem-se a adesão de estabelecimentos de saúde ao recebimento do Incentivo Financeiro 100% SUS.

Art. 2º Os recursos orçamentários do Ministério da Saúde, objeto desta Portaria, deixam de onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015-8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	UNIDADE	CNES	GESTÃO	TIPO DE ESTABELECIMENTO	CÓDIGO/NATUREZA JURÍDICA - CNES	Portarias	Valor Incentivo Ano
MT	RONDONÓPOLIS	HOSPITAL REGIONAL IRMÃ ELZA GIOVANELLA - SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO	2604434	ESTADUAL	Hospital Geral	1236 ESTADO	Portaria nº 2.589/GM/MS, de 13/11/2012.	R$ 1.131.608,94
MT	CÁCERES	HOSPITAL REGIONAL Dr. ANTONIO FONTES - ASSOCIACAO CONGREGACAO DE SANTA CATARINA	2534460	ESTADUAL	Hospital Geral	1236 ESTADO	Portaria nº 2.580/GM/MS, de 13/11/2012.	R$ 1.045.198,49
SP	IACRI	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE IACRI	2082578	MUNICIPAL	Pronto Atendimento	1244 MUNICIPIO	Portaria nº 367/GM/MS, de 8/03/2013	R$ 57.100,05
TOTAL								R$ 2.233.907,48

PORTARIA Nº 3.160, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Restabelece a transferência mensal de recursos financeiros para o custeio mensal de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução nº 36, de 25 de janeiro de 2018 da Comissão Intergestores Tripartite, que define o prazo para os gestores enviarem manifestação ao Ministério da Saúde e define a suspensão da transferência dos recursos de custeio referente às habilitações dos serviços de atenção à saúde de média e alta complexidade que não estejam em funcionamento ou não apresentem a produção assistencial registrada nos sistemas de informação em saúde considerando as políticas de atenção à saúde;

Considerando as Portarias nº 2.329/GM/MS, de 2 de agosto de 2018, e nº 2.572/GM/MS, de 20 de agosto de 2018, que suspendem o incentivo de custeio e qualificação das Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) de Municípios; e

Considerando a Nota Técnica nº 259/2018-CGUE/DAHU/SAS/MS, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica restabelecida a transferência de recursos financeiros destinados ao incentivo de custeio mensal de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) localizadas nos Municípios, conforme anexo a esta Portaria, a partir da 10ª (décima) parcela.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para o restabelecimento, regular e automático, dos montantes constantes no anexo a esta Portaria, em parcelas mensais, para os respectivos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 10ª (décima) parcela.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

UF	MUNICIPIO	IBGE	CNES	Portaria de Habilitação em custeio	Portaria de Qualificação	Valor custeio anual	Valor de qualificação anual	Valor anual a ser restabelecido	Gestão do recurso
BA	Prado	292550	7126816	Portaria Nº 2.735/GM/MS, de 9 de dezembro de 2014	Portaria Nº 1.639/GM/MS, de 1º de outubro de 2015	1.200.000,00	840.000,00	2.040.000,00	SMS
RS	Gravataí	430920	9162267	Portaria Nº 2.612/GM/MS de 05 de outubro de 2017	-	1.200.000,00	-	1.200.000,00	SMS

PORTARIA Nº 3.184, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	ANORI	PREFEITURA DE ANORI / FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000222352201800	81785125 81785125	200.000,00 300.000,00	500.000,00	10122201545250001 10122201545250001
AM	APUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APUI	36000222455201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
AM	AUTAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM	36000222259201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
AM	AUTAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM	36000222294201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
AM	AUTAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM	36000222346201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
AM	BARREIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000222347201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
AM	BOA VISTA DO RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000222454201800	81785125	400.000,00	400.000,00	10122201545250001
AM	CAAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAAPIRANGA-AM	36000222456201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
AM	CAREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO CAREIRO	36000222255201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
AM	CAREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO CAREIRO	36000222335201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
AM	JAPURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURA	36000222494201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
AM	JUTAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUTAI - AM	36000222434201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
AM	MANICORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANICORE	36000222358201800	81785125	400.000,00	400.000,00	10122201545250001
AM	SANTO ANTONIO DO ICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000222474201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
AM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	36000222475201800	81785125	400.000,00	400.000,00	10122201545250001
AM	URUCURITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUCURITUBA	36000222376201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
MA	BOM JARDIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JARDIM-MA	36000212014201800	81785125	115.000,00	115.000,00	10122201545250001
MA	CAPINZAL DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL DO NORTE	36000212056201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
MA	CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXIAS - FMS	36000221131201800	81785125	937.000,00	937.000,00	10122201545250001
MA	COROATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000219376201800	81785125	580.000,00	580.000,00	10122201545250001
MA	CURURUPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURURUPU	36000211864201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	ESPERANTINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211970201800	81785125	115.000,00	115.000,00	10122201545250001
MA	GONCALVES DIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000212151201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
MA	GOVERNADOR EDISON LOBAO	MUNICIPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBAO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211940201800	81785125	215.000,00	215.000,00	10122201545250001
MA	GUIMARAES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUIMARAES	36000212254201800	81785125	165.000,00	165.000,00	10122201545250001
MA	ITAPECURU MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210926201800	81785125	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250001
MA	LAJEADO NOVO	MUNICIPIO DE LAJEADO NOVO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221436201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
MA	PINDARE-MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211998201800	81785125	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250001
MA	PIRAPEMAS	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE DE PIRAPEMAS	36000219360201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
MA	SAO BENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO BENTO	36000211865201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
MA	SENADOR LA ROCQUE	MUNICIPIO DE SENADOR LA ROCQUE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000212157201800	81785125	120.000,00	120.000,00	10122201545250001
MA	TURILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-TURILANDIA-MA	36000212054201800	81785125	350.000,00	350.000,00	10122201545250001
MG	AGUA BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209357201800	81785125	80.000,00	80.000,00	10122201545250001
MG	ALEM PARAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ALEM PARAIBA	36000209671201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	ARCEBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209667201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	CABECEIRA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABECEIRA GRANDE-MG	36000209866201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	CAETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209137201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	CAMBUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBUI	36000209676201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	CARMO DO CAJURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARMO DO CAJURU	36000209739201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	CARMO DO RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000222379201800	81785125	183.047,00	183.047,00	10122201545250001
MG	CLARAVAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209655201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	COIMBRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COIMBRA	36000209672201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONSELHEIRO LAFAIETE	36000209843201800	81785125	350.000,00	350.000,00	10122201545250001
MG	CORACAO DE JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209675201800	81785125	400.000,00	400.000,00	10122201545250001
MG	DELFINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DELFINOPOLIS	36000209657201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	ESPERA FELIZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPERA FELIZ	36000209691201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
MG	FRUTAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209723201800	81785125	150.000,00	150.000,00	10122201545250001
MG	GUIDOVAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUIDOVAL	36000210892201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	JUATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUATUBA	36000210051201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
MG	LEOPOLDINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEOPOLDINA	36000209716201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
MG	MATO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATO VERDE-MG	36000209666201800	81785125	180.850,00	180.850,00	10122201545250001
MG	PARACATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209849201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
MG	PERDIGAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209715201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	SAO TOMAS DE AQUINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209745201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	SARDOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SARDOA	36000209823201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
MG	SERRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210224201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
MG	TRES MARIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209817201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
MG	TURMALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209759201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	VARJAO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209707201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
MG	VESPASIANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210360201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
SP	BORACEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209918201800	81785125	64.106,00	64.106,00	10122201545250001
TOTAL			61 PROPOSTAS			17.755.003,00	

PORTARIA Nº 3.185, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
MA	CAPINZAL DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL DO NORTE	36000212055201800	200.000,00	81785125	200.000,00	10122201545250001	6604803	200.000,00
MA	COLINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE COLINAS	36000222116201800	3.678.925,00	81785125	3.678.925,00	10122201545250001	6575552	3.678.925,00
MA	PAULO RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO RAMOS	36000221194201800	63.000,00	81785125	63.000,00	10122201545250001	6483763	63.000,00
MG	ALFENAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209708201800	250.000,00	81785125	250.000,00	10122201545250001	2696045	250.000,00
MG	BOA ESPERANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209886201800	650.000,00	81785125	650.000,00	10122201545250001	6758983	650.000,00
MG	CARMO DO PARANAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARMO DO PARANAIBA - MG	36000209814201800	100.000,00	81785125	100.000,00	10122201545250001	6572928	100.000,00
MG	CONTAGEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209825201800	500.000,00	81785125	500.000,00	10122201545250001	2200473	500.000,00
MG	GOVERNADOR VALADARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES	36000209819201800	100.000,00	81785125	100.000,00	10122201545250001	6483712	100.000,00
MG	ITABIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209786201800	100.000,00	81785125	100.000,00	10122201545250001	2218372	100.000,00
MG	ITANHANDU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209811201800	200.000,00	81785125	200.000,00	10122201545250001	6446035	200.000,00
MG	JABOTICATUBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209810201800	150.000,00	81785125	150.000,00	10122201545250001	2117398	150.000,00
MG	LAVRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000220817201800	200.000,00	81785125	200.000,00	10122201545250001	6887899	200.000,00
MG	MATO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATO VERDE-MG	36000209665201800	69.150,00	81785125	69.150,00	10122201545250001	6538517	69.150,00
MG	MATOZINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209841201800	100.000,00	81785125	100.000,00	10122201545250001	2158779	100.000,00
MG	PATROCINIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000212221201800	100.000,00	81785125	100.000,00	10122201545250001	2209195	100.000,00
MG	PIRAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAPORA	36000209860201800	300.000,00	81785125	300.000,00	10122201545250001	2119528	300.000,00
MG	PORTEIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTEIRINHA	36000209826201800	100.000,00	81785125	100.000,00	10122201545250001	2205971	100.000,00
MG	SANTA LUZIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA	36000210786201800	500.000,00	81785125	500.000,00	10122201545250001	6827071	500.000,00
SE	ARACAJU	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000222343201800	1.000.000,00	81785125	1.000.000,00	10122201545250001	5589711	1.000.000,00
TOTAL			19 PROPOSTAS	8.361.075,00					

PORTARIA Nº 3.186, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SC	ITAPEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPEMA	11148262000118001	2.200.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			1 PROPOSTA(S)	2.200.000,00		

PORTARIA Nº 3.192, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita a NEPHRON Cajazeiras Serviço de Nefrologia LTDA como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC e disponibilizado pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia do Estado da Paraíba.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC nº 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba, bem como a aprovação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) nº 03/17, datado de 13 de fevereiro de 2017; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a NEPHRON Cajazeiras Serviço de Nefrologia LTDA como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com hemodiálise e como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com diálise peritoneal, códigos 15.04 e 15.05:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
23.400.109/0001-11	7939906	NEPHRON CAJAZEIRAS/ NEPHRON CAJAZEIRAS SERVICO DE NEFROLOGIA LTDA EPP/ CAJAZEIRAS/ PB

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, no montante anual de R$ 2.520.941,95 (dois milhões, quinhentos e vinte mil, novecentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos), ao Estado da Paraíba, destinado ao custeio da Nefrologia, da seguinte forma:

I - R$ 58.236,48 (cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado da Paraíba (IBGE 250000), destinados ao custeio dos exames e consultas especializadas; e

II - R$ 2.462.705,47 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, setecentos e cinco reais e quarenta e sete centavos), disponibilizados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º- item II, em parcelas mensais, para o Fundo Estadual de Saúde da Paraíba (IBGE 250000), após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro mensal estabelecido.

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Plano Orçamentário 0000 e 0005 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da competência outubro de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.193, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita a NEPHRON Guarabira Serviço de Nefrologia LTDA, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC e disponibilizado pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia do Estado da Paraíba.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC Nº 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba, bem como a aprovação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) nº 02/17, datado de 13 de fevereiro de 2017; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a NEPHRON Guarabira Serviço de Nefrologia LTDA como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com hemodiálise e como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com diálise peritoneal, códigos 15.04 e 15.05:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
22.143.527/0001-08	9059202	NEPHRON GUARABIRA / NEPHRON GUARABIRA SERVICOS DE NEFROLOGIA LTDA EPP / GUARABIRA / PB

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, no montante anual de R$ 1.621.413,95 (um milhão, seiscentos e vinte e um mil, quatrocentos e treze reais e noventa e cinco centavos), ao Estado da Paraíba, destinado ao custeio da Nefrologia, da seguinte forma:

I - R$ 31.452,61 (trinta e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado da Paraíba (IBGE 250000), destinados ao custeio dos exames e consultas especializadas, e

II - R$ 1.589.961,34 (um milhão, quinhentos e oitenta e nove mil, novecentos e sessenta e um reais e trinta e quatro centavos), disponibilizados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º- item II, em parcelas mensais, para o Fundo Estadual de Saúde da Paraíba (IBGE 250000), após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro mensal estabelecido.

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Plano Orçamentário 0000 e 0005 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da competência de outubro de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 3.194, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DA AGUA BRANCA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000212294201800	81785125	120.000,00	120.000,00	10122201545250001
MG	JOAO PINHEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAO PINHEIRO	36000209711201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
MG	RIO MANSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO MANSO	36000209772201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
MG	SANTO HIPOLITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209712201800	81785125	272.678,00	272.678,00	10122201545250001
MG	SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO	36000207971201800	81785125	90.000,00	90.000,00	10122201545250001
TOTAL			5 PROPOSTAS			1.032.678,00	

PORTARIA Nº 3.195, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	18604334000118016	29190001	432.000,00	432.000,00	10302201585350016
BA	CANDIDO SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANDIDO SALES	12244652000118004	31660005	190.000,00	190.000,00	10302201585350029
BA	IRECE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRECE - FUMSAUDE	13799700000118010	36940014	242.000,00	242.000,00	10302201585350029
BA	PORTO SEGURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08257417000118005	37700008	190.000,00	190.000,00	10302201585350029
CE	ARARIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARIPE	11431964000118001	24370004	242.000,00	242.000,00	10302201585350023
CE	BAIXIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAIXIO	11402261000118002	20830008	190.000,00	190.000,00	10302201585350023
GO	CATALAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CATALAO	03532661000118003	29270016	242.000,00	242.000,00	10302201585350052
MG	MEDINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MEDINA	11641767000118002	24770011	190.000,00	190.000,00	10302201585350031
MT	AGUA BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11802719000118018	29680003	242.000,00	242.000,00	10302201585350051

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	BOM CONSELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM CONSELHO	10800021000118008	27190012	242.000,00	242.000,00	10302201585350026
PE	CALCADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CALCADO	11384276000118005	24560008	242.000,00	242.000,00	10302201585351598
PE	LAGOA DE ITAENGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11464118000118004	37670012	380.000,00	380.000,00	10302201585350020
PR	REBOUCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09620017000118004	30410013	190.000,00	190.000,00	10302201585350041
PR	TIJUCAS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIJUCAS DO SUL	10302092000118002	30840005	242.000,00	242.000,00	10302201585350041
RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO ITABAPOANA	11959800000118035	14730019	190.000,00	190.000,00	10302201585350033
RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO ITABAPOANA	11959800000118036	37490002	190.000,00	190.000,00	10302201585350033
RJ	ITAOCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14999490000118004	25100002	190.000,00	190.000,00	10302201585350033
RN	APODI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11424658000118006	30490006	300.000,00	300.000,00	10302201585350024
RS	IMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12908765000118004	36610013	242.000,00	242.000,00	10302201585350043
RS	IVOTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IVOTI	12104575000118012	28610006	190.000,00	190.000,00	10302201585350043
SP	CACHOEIRA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12072954000118026	31910006	190.000,00	190.000,00	10302201585350035
SP	IBITINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IBITINGA	11976658000118010	33460003	250.000,00	250.000,00	10302201585350035
SP	VOTUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VOTUPORANGA	11966608000118026	14100001 31600001	200.000,00 232.000,00	432.000,00	10302201585350035 10302201585350035
TOTAL			23 PROPOSTAS			5.630.000,00	

PORTARIA Nº 3.196, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	CAIEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000222814201800	37460005	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	36000222834201800	26910006	134.000,00	134.000,00	10122201545250017
TO	GOIANORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000223000201800	26910006	135.047,00	135.047,00	10122201545250017
TOTAL			3 PROPOSTAS			369.047,00	

PORTARIA Nº 3.197, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
MG	MOEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MOEMA	36000222994201800	50.249,00	19280003	50.249,00	10122201545250031	6613659	50.249,00
SP	COTIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000222794201800	150.000,00	37460005	150.000,00	10122201545250035	7115768	150.000,00
TOTAL			2 PROPOSTAS	200.249,00					

PORTARIA Nº 3.198, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão -RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PA	ORIXIMINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORIXIMINA	14153138000118006	460.550,00	0000	10301201585810001
TOTAL			1 PROPOSTAS	460.550,00		

PORTARIA Nº 3.199, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
BA	IRECE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRECE - FUMSAUDE	36000220814201800	860.000,00	81785125 81785125	430.000,00 430.000,00	10122201545250001 10122201545250001	6249817 6249817	430.000,00 430.000,00
BA	VITORIA DA CONQUISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000219737201800	700.000,00	81785125	700.000,00	10122201545250001	2487691	700.000,00
CE	ACARAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACARAPE/CE	36000221124201800	1.000.000,00	81785125	1.000.000,00	10122201545250001	6499341	1.000.000,00
CE	CAUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAUCAIA - CEARA - FMSC	36000221132201800	462.257,00	81785125	462.257,00	10122201545250001	5544130	462.257,00
CE	LIMOEIRO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMOEIRO DO NORTE/CE	36000222957201800	865.000,00	81785125	865.000,00	10122201545250001	6395856	865.000,00
CE	PEREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEREIRO	36000209686201800	510.000,00	81785125	510.000,00	10122201545250001	6353614	510.000,00
GO	VALPARAISO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221895201800	2.000.000,00	81785125	2.000.000,00	10122201545250001	2437945	2.000.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210308201800	150.000,00	81785125	150.000,00	10122201545250001	2181770	150.000,00
MG	GOVERNADOR VALADARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES	36000208879201800	200.000,00	81785125	200.000,00	10122201545250001	2118661	200.000,00
MG	ITABIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211796201800	750.000,00	81785125 81785125	300.000,00 450.000,00	10122201545250001 10122201545250001	2215586 2218690	300.000,00 450.000,00
MG	SAO JOAO DEL REI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211680201800	720.000,00	81785125	720.000,00	10122201545250001	6510043	720.000,00
MG	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO PARAISO	36000211736201800	450.000,00	81785125	450.000,00	10122201545250001	6385400	450.000,00
PE	ALIANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALIANCA	36000210537201800	400.000,00	81785125	400.000,00	10122201545250001	2354330	400.000,00
PE	LAJEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209446201800	200.000,00	81785125	200.000,00	10122201545250001	6538754	200.000,00
PR	CRUZEIRO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZEIRO DO OESTE	36000210756201800	200.000,00	81785125	200.000,00	10122201545250001	5856981	200.000,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000208641201800	1.300.000,00	81785125 81785125 81785125 81785125 81785125	100.000,00 200.000,00 250.000,00 250.000,00 500.000,00	10122201545250001 10122201545250001 10122201545250001 10122201545250001 10122201545250001	2730650 2572443 2743388 2742012 2783789	100.000,00 200.000,00 250.000,00 250.000,00 500.000,00
RJ	CONCEICAO DE MACABU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO DE MACABU	36000208516201800	115.430,00	81785125	115.430,00	10122201545250001	7517017	115.430,00
SP	CARAPICUIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CARAPICUIBA	36000221334201800	250.000,00	81785125	250.000,00	10122201545250001	7456700	250.000,00
SP	COTIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221129201800	250.000,00	81785125	250.000,00	10122201545250001	7115768	250.000,00
TOTAL			19 PROPOSTAS	11.382.687,00					

PORTARIA Nº 3.200, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	CANAVIEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANAVIEIRAS	36000220318201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
BA	CARAIBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	36000220654201800	81785125	299.999,00	299.999,00	10122201545250001
BA	PRADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000222094201800	81785125	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250001
BA	RIO DO PIRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO PIRES	36000210619201800	81785125	600.000,00	600.000,00	10122201545250001
BA	SERRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRINHA	36000220518201800	81785125	900.000,00	900.000,00	10122201545250001
CE	ACARAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACARAPE/CE	36000221123201800	81785125	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250001
CE	CAUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAUCAIA - CEARA - FMSC	36000221134201800	81785125	6.537.743,00	6.537.743,00	10122201545250001
CE	LIMOEIRO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMOEIRO DO NORTE/CE	36000222958201800	81785125	635.000,00	635.000,00	10122201545250001
CE	PACAJUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACAJUS	36000209864201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
CE	PEREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEREIRO	36000209687201800	81785125	900.000,00	900.000,00	10122201545250001
CE	QUITERIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUITERIANOPOLIS CE	36000209688201800	81785125	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250001
CE	UMARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209451201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
ES	MIMOSO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000218288201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
GO	CORUMBA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221314201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
GO	VALPARAISO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221894201800	81785125	2.000.000,00	2.000.000,00	10122201545250001
MG	CALDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000212458201800	81785125	450.000,00	450.000,00	10122201545250001
MG	DOURADOQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOURADOQUARA	36000208607201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	PEDRA AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000212019201800	81785125	378.000,00	378.000,00	10122201545250001
MG	PERDIGAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211691201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
MG	PIEDADE DE CARATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211693201800	81785125	180.000,00	180.000,00	10122201545250001
MG	PINTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211581201800	81785125	158.400,00	158.400,00	10122201545250001
MG	POCOS DE CALDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000218145201800	81785125	150.000,00	150.000,00	10122201545250001
MG	PRATINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRATINHA	36000208590201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MG	SACRAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SACRAMENTO	36000208409201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	OURO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO VELHO	36000218393201800	81785125	162.000,00	162.000,00	10122201545250001
PE	BUENOS AIRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210884201800	81785125	150.000,00	150.000,00	10122201545250001
PE	PESQUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210512201800	81785125	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250001
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	STA. CRUZ DO CAPIBARIBE, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000220030201800	81785125	2.000.000,00	2.000.000,00	10122201545250001
PE	TORITAMA	TORITAMA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210501201800	81785125	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250001
PI	LUIS CORREIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIS CORREIA	36000218895201800	81785125	90.000,00	90.000,00	10122201545250001
PR	ANDIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ANDIRA	36000221157201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
PR	ANTONIO OLINTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ANTONIO OLINTO	36000219214201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
PR	CRUZ MACHADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210785201800	81785125	120.000,00	120.000,00	10122201545250001
PR	LUPIONOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUPIONOPOLIS	36000221114201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
PR	ROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROLANDIA	36000221376201800	81785125	120.000,00	120.000,00	10122201545250001
PR	SALTO DO ITARARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO DO ITARARE	36000208168201800	81785125	150.000,00	150.000,00	10122201545250001
PR	SAO JOSE DA BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DA BOA VISTA (FMS)	36000209681201800	81785125	150.000,00	150.000,00	10122201545250001
PR	TAPEJARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAPEJARA	36000221154201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
PR	TAPIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA	36000211056201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
RJ	VOLTA REDONDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PMVR SMS	36000207779201800	81785125	600.000,00	600.000,00	10122201545250001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	CAMPO REDONDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO REDONDO	36000207997201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
RN	JARDIM DE PIRANHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARDIM DE PIRANHAS - RN	36000207956201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
RN	SAO PEDRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO PEDRO RN	36000207515201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
RR	SAO JOAO DA BALIZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DA BALIZA	36000221130201800	81785125	760.490,00	760.490,00	10122201545250001
RR	SAO LUIZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LUIZ	36000221254201800	81785125	699.043,00	699.043,00	10122201545250001
SC	SAO BERNARDINO	FUNDO DE SAUDE DE SAO BERNARDINO SC	36000207592201800	81785125	75.000,00	75.000,00	10122201545250001
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO OESTE	36000207612201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
SC	XAXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	36000208853201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
SP	BARRA BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA BONITA	36000212942201800	81785125	150.000,00	150.000,00	10122201545250001
TOTAL			49 PROPOSTAS			27.265.675,00	

DESPACHO Nº 218, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR: nº 25000.192918/2016-72
INTERESSADO: HOSPITAL BENEFICENTE SANTA GERTRUDES - COSMÓPOLIS/SP
ASSUNTO: Recurso Administrativo interposto em face de decisão de indeferimento de concessão/renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em saúde (CEBAS).
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 430/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer nº 01057/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 03727/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU e 03738/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pelo HOSPITAL BENEFICENTE SANTA GERTRUDES - COSMÓPOLIS/SP.

GILBERTO OCCHI
Ministro

DESPACHO Nº 219, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR: nº 25000.172441/2015-28
INTERESSADO: HOSPITAL EVANGÉLICO DE RIO VERDE (GO).
ASSUNTO: Recurso Administrativo interposto em face de decisão de indeferimento de concessão/renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS).
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 310/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer nº 01051/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 03711/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU e 03735/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pelo HOSPITAL EVANGÉLICO DE RIO VERDE (GO).

GILBERTO OCCHI
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO Nº 243, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O Diretor - Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 53, IX, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) no Anexo.

WILLIAM DIB

ANEXO

Empresa: JG MORIYA REPRESENTAÇÃO IMPORTADORA EXPORTADORA COMERCIAL LTD
CNPJ: 67.882.621/0001-17
Processo: 25351.248086/2010-44
Expediente: 0797167/18-2
Nome Comercial (Produto): UMIDIFICADOR DE POLIETILENO
Data do Protocolo: 10/08/2018
Empresa: TOTAL MEDICAL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 18.747.319/0001-40
Processo: 25351.165456/2018-01
Expediente: 0805915/18-2
Nome Comercial (Produto): Cateter Percutâneo com Introdutor (PICC)- Blenta
Data do Protocolo: 14/08/2018
Empresa: TOTAL MEDICAL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 18.747.319/0001-40
Processo: 25351.134683/2017-01
Expediente: 0805931/18-4
Nome Comercial (Produto): Cateter Percutâneo com Introdutor Duplo-Lúmen (PICC)- Blenta
Data do Protocolo: 14/08/2018

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 248, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Altera a RDC n. 61 de 3 de fevereiro de 2016, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso VIII da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, com a nova redação dada pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, art. 53, inciso V e § 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e conforme deliberado em Circuito Deliberativo - CD 405, realizado em 26 de setembro de 2018, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º O Anexo II e III da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, passam a vigorar com as alterações dispostas no Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM DIB

ANEXO

(Anexo II da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016)

Anexo II									
Quadro de Cargos aprovado pela lei de criação da Agência									
	Função	Nível	Valor R$	Situação Lei 9986/2000		Situação Anterior		Situação Nova	
				Qd.	Valor R$	Qd.	Valor R$	Qd.	Valor R$
Grupo I	Direção	CD I	16.681,48	1	16.681,48	1	16.681,48	1	16.681,48
		CD II	15.847,41	4	63.389,64	4	63.389,64	4	63.389,64
	Executiva	CGE I	15.013,32	5	75.066,60	7	105.093,24	8	120.106,56
		CGE II	13.345,18	21	280.248,78	19	253.558,42	18	240.213,24
		CGE III	12.511,10	48	600.532,80	0	0,00	0	0,00
		CGE IV	8.340,73	0	0,00	42	350.310,66	42	350.310,66
	Assessoria	CA I	13.345,18	0	0,00	6	80.071,08	6	80.071,08
		CA II	12.511,10	5	62.555,50	10	125.111,00	10	125.111,00
		CA III	3.483,10	0	0,00	2	6.966,20	2	6.966,20
	Assistência	CAS I	2.634,85	0	0,00	0	0,00	0	0,00
		CAS II	2.283,53	4	9.134,12	5	11.417,65	4	9.134,12
	Subtotal G-I			88	1.107.608,92	96	1.012.599,37	95	1.011.983,98
Grupo II	Técnica	CCT V	3.171,58	42	133.206,36	71	225.182,18	71	225.182,18
		CCT IV	2.317,66	58	134.424,28	70	162.236,20	70	162.236,20

		CCT III	1.176,02	67	78.793,34	64	75.265,28	64	75.265,28
		CCT II	1.036,73	80	82.938,40	66	68.424,18	66	68.424,18
		CCT I	917,98	152	139.532,96	144	132.189,12	144	132.189,12
	Subtotal G-II			399	568.895,34	415	663.296,96	415	663.296,96
Total				487	1.676.504,26	511	1.675.896,33	510	1.675.280,94

....."(NR)
(Anexo III da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016)
"Anexo III
QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DE CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS
.....

Nº	ÓRGÃO/UNIDADE	SIGLAS	QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CARGO
.....					
2.	Gabinete do Diretor-Presidente	GADIP	1	Chefe de Gabinete	CGE I
			1	Assessor	CA I
			1	Assessor	CA III
			4	Assessor	CCT IV
			1	Assistente	CCT I
			1	Gerente de Projeto	CGE IV
.....					
5.	Corregedoria	CORGE	1	Corregedor	CGE I
			5	Assistente	CCT III

....."(NR)

ARESTO Nº 1.191, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 20, realizada em 18 de setembro de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: DIAMOND PROMOÇÕES E EVENTOS - EPP
CNPJ: 01.393.179/0001-57
Processo: 25351.588340/2015-65
Expediente: 008978/15-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 077/2018 - COGES.
Empresa: PREMIERE SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI - ME
CNPJ: 01.588.672/0001-22
Processo: 25351.377604/2013-49
Expediente: 696609/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 006/2018 - COGES.

ARESTO Nº 1.192, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 20, realizada em 18 de setembro de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: BERBERT MAZZIOLLI ODONTOLOGIA LTDA.
CNPJ: 24.372.564/0001-13
Processo: 25351.227238/2018-69
Expediente: 0520373/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, conhecer e DAR PROVIMENTO ao recurso, retornando os autos à área técnica para reforma da decisão, nos termos do Relatório e Voto nº 123/2018 - DSNVS/Anvisa.
Recorrente: FARMÁCIA BARROS E RIOS LTDA.
CNPJ: 04.259.135/0001-27
Processo: 25351.323065/2014-85
Expediente: 0229304/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 244/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: JAQUELINE FIGUEIREDO COMÉRCIO E TREINAMENTOS LTDA. - ME
CNPJ: 16.679.156/0001-80
Processo: 25351.199418/2018-43
Expediente do recurso: 0461145/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 236/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: JAQUELINE FIGUEIREDO COMÉRCIO E TREINAMENTOS LTDA. - ME
CNPJ: 16.679.156/0001-80
Processo: 25351.199418/2018-43
Expediente do recurso: 0461166/18-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 235/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: POSTALL TRANSPORTE E ARMAZENAGEM LTDA.
CNPJ: 07.471.771/0001-06
Processo: 25351.045199/2018-83
Expediente do recurso: 0489838/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, conhecer e DAR PROVIMENTO ao recurso retornando os autos à área técnica, nos termos do Relatório e Voto nº 138/2018 - DSNVS/Anvisa.
Recorrente: ENEDINA ALVES FERREIRA
CNPJ: 04.227.119/0001-52
Processo: 25351.751792/2013-58
Expediente do recurso: 0544654/18-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 309/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: PLANTÃO MÉDICO EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ: 01.004.619/0001-37
Processo: 25743.204671/2018-12
Expediente do recurso: 0310140/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 347/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: MINDRAY DO BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ: 09.058.456/0001-87
Processo: 25759.244761/2018-77
Expediente do recurso: 0419316/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 320/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: LTN COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E PERFUMARIA LTDA. - ME
CNPJ: 22.862.592/0001-93
Processo: 25351.260662/2018-15
Expediente: 0549460/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 304/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: M SUZIANE VALENÇA DA SILVA FARMÁCIA - ME
CNPJ: 27.378.621/0001-60
Processo: 25351.150916/2018-98
Expediente: 0479678/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 275/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 51.780.468/0002-68
Processo: 25351.167564/2017-01
Expediente: 0520368/18-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 280/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: TBR ADESIVOS E SELANTES LTDA.
CNPJ: 08.998.026/0001-82
Processo: 25351.140750/2018-00
Expediente: 0790834/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 08/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: GNTEC - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.
CNPJ: 01.199.543/0002-23
Processo: 25351.298207/2018-92
Expediente: 0795032/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 329/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PERFUMARIA NATHALIA E PROCÓPIO LTDA. - ME
CNPJ: 25.021.038/0001-71
Processo: 25351.202069/2018-54
Expediente: 0592753/18-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 313/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: PHARMACOPÉIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 01.051.751/0001-08
Processo: 25351.185254/2002-18
Expediente: 0767446/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 318/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: PHARMACOPÉIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 01.051.751/0001-08
Processo: 25351.185225/2002-48
Expediente: 0767443/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 319/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: GOLGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSTRUMENTAL ODONTOLÓGICO LTDA.
CNPJ: 51.753.374/0001-19
Processo: 25767.013616/2018-47
Expediente: 0291620/18-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 291/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: GOLGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSTRUMENTAL ODONTOLÓGICO LTDA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CNPJ: 51.753.374/0001-19
Processo: 25767.013616/2018-47
Expediente: 0291621/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 292/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: GOLGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSTRUMENTAL ODONTOLÓGICO LTDA.
CNPJ: 51.753.374/0001-19
Processo: 25767.013616/2018-47
Expediente: 029163318-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 293/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: GOLGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSTRUMENTAL ODONTOLÓGICO LTDA.
CNPJ: 51.753.374/0001-19
Processo: 25767.013616/2018-47
Expediente: 0291618/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 290/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: FUNDAÇÃO ANTÔNIO PRUDENTE HOSPITAL AC CAMARGO
CNPJ: 60.961.968/0001-06
Processo: 25759.198866/2018-47
Expediente: 0477132/18-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 354/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: GOLGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSTRUMENTAL ODONTOLÓGICO LTDA.
CNPJ: 51.753.374/0001-19
Processo: 25767.013616/2018-47
Expediente: 0291617/18-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 289/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: MEDI BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MEIAS ELÁSTICAS LTDA.
CNPJ: 12.783.708/0001-45
Processo: 25761.303992/2018-81
Expediente: 0794310/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 007/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: ECOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ: 29.992.682/0001-48
Processo: 25351.634759/2014-22
Expediente: 2245880/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 010/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: FARMA KEYLA LTDA. - ME
CNPJ: 14.619.939/0001-43
Processo: 25351.272841/2018-03
Expediente: 0576946/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 295/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: FLAMARIMPEX REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.
CNPJ: 09.543.616/0001-83
Processo: 25741.187099/2018-30
Expediente: 0291678/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 248/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: SULMEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 10.528.697/0001-21
Processo: 25741.207312/2018-37
Expediente: 0349108/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 269/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: SULMEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 10.528.697/0001-21
Processo: 25741.207314/2018-26
Expediente: 0349109/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 270/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: SULMEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 10.528.697/0001-21
Processo: 25741.207313/2018-81
Expediente: 0349110/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 271/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: ST JUDE MEDICAL BRASIL LTDA.
CNPJ: 00.986.846/0009-08
Processo: 25761.221271/2018-53
Expediente: 0367081/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 278/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: ST JUDE MEDICAL BRASIL LTDA.
CNPJ: 00.986.846/0009-08
Processo: 25761.145935/2018-71
Expediente: 0367083/18-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 281/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: SULMEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 10.528.697/0001-21
Processo: 25741.207312/2018-71
Expediente: 0349107/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 237/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: NIPO - NÚCLEO INTEGRADO DE PRÓTESE E ÓRTESE LTDA. - ME
CNPJ: 12.132.393/0002-57
Processo: 25351.153221/2018-68
Expediente: 0482516/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 233/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: MIRANDA & TORRES LTDA. - ME
CNPJ: 11.220.192/0001-68
Processo: 25351.148091/2018-41
Expediente: 0476399/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 234/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: MEGA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 05.133.898/0001-90
Processos: 25351057867/2013-28 e 25351057864/2013-41
Expediente: 0321862/18-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 225/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: DROGARIA ITALIFARMA EIRELI - ME
CNPJ: 29.147.870/0001-70
Processo: 25351.043540/2018-66
Expediente: 0282169/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 240/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: RICARDO B DIAS - ME
CNPJ: 29.393.973/0001-10
Processo: 25351.098919/2018-11
Expediente: 0348183/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 223/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: SEVERINO DO RAMO CAVALCANTI
CNPJ: 23.457.580/0001-46
Processo: 25351.217435/2018-70
Expediente: 0544769/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 312/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: IVANILSON DE OLIVEIRA SANTOS
CNPJ: 18.874.769/0001-02
Processo: 25351.254397/2018-36
Expediente: 0555073/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 306/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: SCENTRYPHAR PESQUISA CLÍNICA LTDA.
CNPJ: 07.158.380/0001-36
Processo: 25351.234762/2018-96
Expediente: 0565961/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 301/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: TRANSVILLE TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ: 82.604.042/0002-87
Processo: 25351.072103/2018-50
Expediente: 0463863/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 317/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: DUZAT & PAGLIARINI LTDA.
CNPJ: 06.053.070/0001-94
Processo: 25351.374640/2014-16
Expediente: 0563311/18-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 308/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: DROGARIA JÚNIOR EIRELI - ME
CNPJ: 26.594.764/0001-46
Processo: 25351.272850/2018-96
Expediente: 0582524/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 303/2018 - Coare/Dimon.

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

DESPACHO N° 239, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa que se encontra em andamento visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) abaixo:

COREC/GGMED

1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. - 48.113.906/0001-49
oxalato de escitalopram
25351.604382/2017-01
0814521/18-1 16/8/2018
12/2/2019

EMS SIGMA PHARMA LTDA - 00.923.140/0001-31
predlex ad
25351.124131/2015-83
0823388/18-8 20/8/2018
16/2/2019

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - 33.781.055/0001-35
Cloroquina Difosfato (difosfato de cloroquina)
25351.011580/01-57
0805971/18-3 14/8/2018
10/2/2019

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. - 44.734.671/0001-51
mesilato de imatinibe
25351.428386/2012-80
0833739/18-0 22/8/2018
18/2/2019

ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - 43.426.626/0001-77
Fetzim (cloridrato de levomulnaciprana)
25351.804975/2016-26
0831293/18-1 22/8/2018
18/2/2019

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.- 44.734.671/0001-51
Leuvec (mesilato de imantinibe)
25351.384281/2016-69
0828689/18-2 22/8/2018
18/2/2019

MYLAN LABORATORIOS LTDA - 11.643.096/0001-22
pipraciclina sódica + tazobactam sódico
25351.329836/2011-90
0835948/18-2 23/8/2018
19/2/2019

MEDQUIMICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. - 17.875.154/0001-20
Dipimed (dipirona)
25992.024601/75
0836097/18-9 23/8/2018
19/2/2019

Althaia S.A Indústria Farmacêutica - 48.344.725/0007-19
risendronato de sódio
25351.048371/2017-06
0848866/18-5 28/8/2018
24/2/2019

DKT DO BRASIL PRODUTOS DE USO PESSOAL LTDA - 38.756.680/0001-40
levonorgestrel
25351.713441/2014-60
0848724/18-3 28/8/2018
24/2/2019

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.- 61.190.096/0001-92
risendronato de sódio
25351.044307/2017-06
0848719/18-7 28/8/2018
24/2/2019
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 02.433.631/0001-20
Deca - Durabolin (decanoato de nandrolona)
25351.243617/2017-49
0848924/18-6 28/8/2018
24/2/2019
INFAN INDUSTRIA QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S/A - 08.939.548/0001-03
Prostokos (misoprostol)
25000.013934/99-19
0848849/18-5 28/8/2018
24/2/2019
INFAN INDUSTRIA QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S/A - 08.939.548/0001-03
Prostokos (misoprostol)
25000.013934/99-19
0848877/18-1 28/8/2018
24/2/2019
MERCK S/A - 33.069.212/0001-84
glicazida
25351.539035/2014-99
0851419/18-4 29/8/2018
25/2/2019
BLAU FARMACÊUTICA S.A. - 58.430.828/0001-60
Imunoglobulin (imunoglobina humana)
25351.003171/00-41
0851697/18-9 29/8/2018
25/2/2019
MERCK S/A - 33.069.212/0001-84
glucozid XR (glicazida)
25351.453076/2014-34
0851583/18-2 29/8/2018
25/2/2019
EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. - 61.190.096/0001-92
D'Osso (risedronato sódico)
25351.267869/2017-30
0850505/18-5 29/8/2018
25/2/2019
MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA - 14.806.008/0001-54
Endosso (residronato sódico)
25351.615981/2017-91
0850402/18-4 29/8/2018
25/2/2019
BLAU FARMACÊUTICA S.A. - 58.430.828/0001-60
cefalotina sódica
25351.015641/2015-72
0810044/18-6 15/8/2018
11/2/2019
EMS S/A - 57.507.378/0003-65
azitromicida di - hidratada
25351.003476/2015-50
0592784/18-6 24/7/2018
20/1/2019
LABORATÓRIO GLOBO LTDA - 17.115.437/0001-73
cloridrato de ciprofloxacino monoidratado
25351.567192/2012-11
0800067/18-1 13/8/2018
9/2/2019
EMS S/A - 57.507.378/0003-65
pregabalina
25351.238773/2014-70
0863268/18-5 3/9/2018
2/3/2019
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 02.433.631/0001-20
Ansiopax Lev (piper methysticum forst)
25351.743112/2015-48
0868571/18-1 04/09/2018
03/03/2019
GERMED FARMACEUTICA LTDA - 45.992.062/0001-65
Pregabalina
25351.296467/2014-86
0865633/18-9 4/9/2018
3/3/2019
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 05.044.984/0001-26
Pregabalina
25351.295795/2014-16
0866027/18-1 4/9/2018
3/3/2019
NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A - 72.593.791/0001-11
Pregabalina
25351.295506/2014-53
0866504/18-4 4/9/2018
3/3/2019
EMS S/A - 57.507.378/0003-65
Balyna (pregabalina)
25351.295864/2014-30
0865380/18-1 4/9/2018
3/3/2019
GERMED FARMACEUTICA LTDA - 45.992.062/0001-65
Dorabalina (pregabalina)
25351.295358/2014-56
0865510/18-3 4/9/2018
3/3/2018
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 05.044.984/0001-26
Gabagran (pregabalina)
25351.295580/2014-33
0865940/18-1 4/9/2018
3/3/2019
NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A - 72.593.791/0001-11
Prelina (pregabalina)
25351.300740/2014-41
0866463/18-3 4/9/2018
3/3/2019
COLLECT IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - 53.452.157/0001-14
Kuvan (dicloridrato de sapropterina)
25351.594735/2016-07
0868592/18-4 04/09/2018
03/03/2019
THEODORO F SOBRAL & CIA LTDA - 06.597.801/0001-62
ácido acetilsalicílico
25351.671826/2017-55
0880683/18-7 5/9/2018
4/3/2019
BIONORICA DO BRASIL DISTRIBUICAO E IMPORTACAO LTDA - 19.585.186/0001-16
Canephron (centarium - extrato da raiz de levisticum officinale - rosmarinus officinalis l)
25351.075712/2017-05
0874233/18-2 5/9/2018
4/3/2019
BIONORICA DO BRASIL DISTRIBUICAO E IMPORTACAO LTDA - 19.585.186/0001-16
Sinupret Extract (raiz de gentiana lutea + primula veris l + rumex sp + sambucus + verbena officinalis l)
25351.299916/2017-03
0874053/18-4 5/9/2018
4/3/2019
AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA - 04.301.884/0001-75
citrato de sildenafila
25351.061247/2013-23
0883296/18-0 6/9/2018
5/3/2019

ALESSANDRA BASTOS SOARES

DESPACHO Nº 242, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) no Anexo.

ALESSANDRA BASTOS SOARES

ANEXO

Empresa: DICINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TABACOS LIMITADA
CNPJ: 10.742.854/0001-05
Processo: 25069.419006/2016-25
Expediente: 601745/18-2
Nome Comercial (Produto): OSCAR CLASSIC PREMIUM
Data do Protocolo: 08/08/2018
Empresa: DICINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TABACOS LIMITADA
CNPJ: 10.742.854/0001-05
Processo: 25351.181926/2018-75
Expediente: 773245/18-7
Nome Comercial (Produto): VILA RICA RED
Data do Protocolo: 08/08/2018
Empresa: MF IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS E ACESSÓRIOS EIRELI - ME
CNPJ: 10.320.807/0001-65
Processo: 25351.308207/2018-16
Expediente: 0790688/18-9
Nome Comercial (Produto): Dermógrafo mf
Data do Protocolo: 09/08/2018
Empresa: MF IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS E ACESSÓRIOS EIRELI - ME
CNPJ: 10.320.807/0001-65
Processo: 25351.308209/2018-05
Expediente: 0790683/18-8
Nome Comercial (Produto): Tebori mf
Data do Protocolo: 09/08/2018

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.690, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o art. 12 da Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, inciso XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da comercialização, distribuição, divulgação e uso dos produtos KIT PARA IMPLANTES BIONNOVATION BIOMORSE e KIT PARA IMPLANTES BIONNOVATION BIODIRECT, produzidos pela empresa Bionnovation Produtos Médicos Ltda. (CNPJ: 73.191.090/0001-19) anteriormente a 26/06/2017, por não possuírem registro/cadastro sanitário na Anvisa.

Art. 2º Determinar, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, comercialização, distribuição, divulgação e uso do produto PARAFUSO DLC, fabricado pela empresa Bionnovation Produtos Médicos Ltda. (CNPJ: 73.191.090/0001-19), por não apresentar registro/cadastro sanitário na Anvisa.

Art. 3º Determinar que a empresa promova o recolhimento dos produtos mencionados nos arts. 1º e 2º desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 53, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) relativa à proposta de incorporação do acetato de glatirâmer 40 mg para o tratamento da esclerose múltipla (EM), apresentada pela Teva Farmacêutica Ltda. nos autos do processo NUP 25000.077313/2018-14. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 286, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 303/SGTES/MS, de 17 de outubro de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE-Substituta, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 303/SGTES/MS, de 17 de outubro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.435068/2017-93	DIOGO GUIDI FEITOSA	3200527	ES	Vila Velha

PORTARIA Nº 287, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 303/SGTES/MS, de 17 de outubro de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE-Substituta, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Portaria nº 303/SGTES/MS, de 17 de outubro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.438074/2017-01	LARYSA ROSA PIRES	5100398	MT	Nova Xavantina

Ministério da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 5.253, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/76514 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO CIVIL CENTER SHP SAO BERNARDO, CNPJ nº 71.538.367/0001-01 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.254, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/76572 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LFB INVESTIMENTOS S/A, CNPJ nº 14.792.267/0002-54 para atuar em Pernambuco.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.553, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/80953 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUL NORTE LOGISTICA LTDA, CNPJ nº 80.475.007/0001-07 para atuar em Santa Catarina.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.629, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/81392 - DPF/MGA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAZZER & CUTOLO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA ME, CNPJ nº 11.873.129/0001-20 para atuar no Paraná.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.682, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/79132 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RODOBAN SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 23.245.012/0009-39, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Escolta Armada, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2112/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.697, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/83641 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BELÉM HOTÉIS E TURISMO S/A, CNPJ nº 04.833.448/0002-28 para atuar no Pará.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.699, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/83654 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GENERALL IN PROTECTION VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 66.869.397/0001-60, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

948 (novecentas e quarenta e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No Anexo I da Instrução Normativa nº 47, de 22 de dezembro de 2017, com a redação alterada pela Instrução Normativa nº 25, de 27 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2018, Seção 1, página 107, onde se lê:

"

PROGRAMAS/DESCONTOS	Metas físicas (1) (2)	Empregos gerados (2)	Valores
1) Pró-Moradia	8.598	9.275	401.500
2) Carta de Crédito Individual	193.739	538.833	23.326.113
3) Carta de Crédito Associativo	4.027	5.628	243.658
4) Apoio à Produção de Habitações	294.207	683.696	29.597.237
5) Pró-Cotista	28.265	118.965	5.150.000
6) Demais operações habitacionais com pessoas físicas e jurídicas	3.907	18.052	781.492
7) Descontos nos financiamentos a pessoas físicas	0	0	9.000.000
TOTAL GERAL	**534.167**	**1.374.450**	**68.500.000**

"

leia-se:

"

PROGRAMAS/DESCONTOS	Metas físicas (1) (2)	Empregos gerados (2)	Valores
1) Pró-Moradia	8.598	9.275	401.500
2) Carta de Crédito Individual	193.739	538.833	23.326.113
3) Carta de Crédito Associativo	4.027	5.628	243.658
4) Apoio à Produção de Habitações	294.207	683.696	29.597.237
5) Pró-Cotista	28.265	118.965	5.150.000
6) Demais operações habitacionais com pessoas físicas e jurídicas	3.907	18.052	781.492
7) Descontos nos financiamentos a pessoas físicas	0	0	9.000.000
TOTAL GERAL	**532.743**	**1.374.449**	**68.500.000**

"

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Processo DNPM nº 48422.816935/1971. Interessada: CBE - Companhia Brasileira de Equipamentos. Assunto: Recurso Hierárquico Impróprio interposto em face de Decisão do Senhor Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2017, que denega Pedido de Reconsideração e mantém a imposição de multa aplicada à Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 198/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 546/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 548/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, não conheço do Recurso.

Processo DNPM nº 48413.826134/1989. Interessada: Aco Mineração Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico interposto com suporte no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em face de Decisão do Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, de 2 de março de 2018, que denega Pedido de Reconsideração e mantém o indeferimento do Requerimento de Concessão de Lavra apresentado pela Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 115/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 226/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 230/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, e da Nota nº 178/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovada pelos Despachos nº 516/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 529/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamentos desta Decisão, não conheço do Recurso, por sua intempestividade.

Processo DNPM nº 48409.890189/2003. Interessada: Agropecuária Bela Vista Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico interposto com suporte no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em face de Decisão do Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, de 2 de março de 2018, que denega Pedido de Reconsideração e mantém o indeferimento do Requerimento de Concessão de Lavra apresentado pela Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 205/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 526/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 531/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, conheço e nego provimento ao Recurso.

W. MOREIRA FRANCO
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.466, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002497/2017-42. Interessados: estados e municípios. Objeto: estabelecer o valor definitivo do PMEH, calculado conforme a versão 2.0 do Submódulo 6.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, para aplicação em 2018, em R$ 136,41 (cento e trinta e seis reais e quarenta e um centavos), alterando o valor provisório estabelecido pela Resolução Homologatória 2.342, de 14 de novembro de 2017. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 828, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova a versão 2.0 do Submódulo 6.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata do Preço Médio da Energia Hidráulica (PMEH) e da Tarifa Atualizada de Referência (TAR).

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Lei Complementar nº 158, de 23 de fevereiro de 2017, no Decreto nº 3.739, de 31 de janeiro de 2001, o que consta do Processo nº 48500.002497/2017-42, e considerando que após a realização da Audiência Pública nº 056, de 2017, houve necessidade de aperfeiçoar o ato regulamentar, resolve:

Art. 1º Aprovar a versão 2.0 do Submódulo 6.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata do Preço Médio da Energia Hidráulica (PMEH) e da Tarifa Atualizada de Referência (TAR).

Parágrafo único. O Submódulo de que trata a Resolução Normativa está disponível no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulos I e J - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br.

Art. 2º Alterar o Anexo I da Resolução Normativa nº 435, de 24 de maio de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"....."

Submódulo 6.6 - Preço Médio da Energia Hidráulica (PMEH) e Tarifa Atualizada de Referência (TAR)

....."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 2.253, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº: 48500.000878/2016-14. Interessados: Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e Empresa de Transmissão Serrana S.A. (ETSE). Decisão: estabelecer os valores de: R$ 63.210,40, com referência em setembro de 2017, devido à Eletrosul Centrais Elétricas S.A.; e R$ 6.321,48, com referência em julho de 2017, devido à Empresa de Transmissão Serrana S.A. (ETSE), pelas elaborações dos Relatórios de Custos Fundiários, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-132/2015-rev.1 - "Estudo de Atendimento Elétrico ao Estado de Santa Catarina: Regiões Norte e Vale do Itajaí", a serem utilizados no Leilão de Transmissão. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.254, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 48500.000297/2017-55. Interessado: Guaimbé III Parque Solar S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir de 4 de outubro de 2018. Usina: UFV Guaimbé 3. Unidades Geradoras: UG1 a UG22, de 1.559 kW cada uma, mantendo a Potência Instalada de 30.000 kW, limitada por controle de potência dos inversores. Localização: Município de Guaimbé, Estado de São Paulo. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HELVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 2.256, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 48500.000587/2018-80. Interessados: JBS S.A. e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Decisão: publicar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão aplicáveis à JBS S.A., na modalidade consumo, no ponto de conexão da SE Paranaíba 230 kV, com vigência entre 1º de julho de 2018 e 30 de junho de 2019. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.258, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Processo: 48500.001063/2016-44. Interessados: Concessionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar os créditos e débitos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, para fins da Liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da competência de agosto de 2018, nos termos do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 826, de 13 de agosto de 2018. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO Nº 1.125, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.002926/2014-91, resolve:

Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 113/2014 da Unidade de Pesquisa Centro de Estudos de Petróleo - CEPETRO, vinculado à Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, CNPJ nº 46.068.425/0001-33.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

ALFREDO RENAULT

DESPACHO Nº 1.126, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.004922/2014-48, resolve:

Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 378/2014 da Unidade de Pesquisa Instituto Tecnológico de Aeronáutica, vinculado ao COMANDO DA AERONAUTICA, CNPJ nº 00.394.429/0144-03.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

ALFREDO RENAULT

DESPACHO Nº 1.127, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.006873/2013-05, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0047/2013 da Unidade de Pesquisa INSTITUTO SENAI DE INOVAÇÃO EM QUÍMICA VERDE, vinculada à SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, CNPJ nº 03.848.688/0001-52.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

ALFREDO RENAULT

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 12/2018/DF

Fase de Requerimento de Lavra

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, no uso da competência que lhe confere o inciso XVIII do caput do art. 2°, da Lei 13.575, de 26 de dezembro de 2017 (Lei Criação da Agência Nacional de Mineração - ANM e Extinção do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM), conforme interpretação fixada no PARECER n. 0033/2018/DECOR/CGU/AGU, aprovado pela Advogada-Geral da União em despacho de 21 de maio de 2018 (Processo n° 48390.000051/2018-59), resolve:(2132)

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 178/2018, de 2 DE OUTUBRO DE 2018 - DNPM nº 868.102/1995-MINERAÇÃO NOVA LONDRINA LTDA-AREIA-Municipio(s) de SÃO PEDRO DO PARANÁ/PR, BATAYPORÃ/MS

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 179/2018, de 2 DE OUTUBRO DE 2018 - DNPM nº 868.107/1995-MINERAÇÃO NOVA LONDRINA LTDA-AREIA-Municipio(s) de SÃO PEDRO DO PARANÁ/PR, BATAYPORÃ/MS

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 180/2018, de 2 DE OUTUBRO DE 2018 - DNPM nº 868.108/1995-MINERAÇÃO NOVA LONDRINA LTDA-AREIA-Municipio(s) de SÃO PEDRO DO PARANÁ/PR, BATAYPORÃ/MS

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 181/2018, de 2 DE OUTUBRO DE 2018 - DNPM nº 820.610/1996-CERÂMICA NOVA CANAS SOCIEDADE AGROINDUSTRIAL LTDA. EPP-AREIA, ARGILA-Municipio(s) de CANAS/SP

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 182/2018, de 2 DE OUTUBRO DE 2018 - DNPM nº 815.199/1997-PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA-SAIBRO-Municipio(s) de JARAGUÁ DO SUL/SC

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 183/2018, de 2 DE OUTUBRO DE 2018 - DNPM nº 820.331/2006-CERÂMICA A BATTOCCHIO LTDA EPP-ARGILA-Municipio(s) de ARTUR NOGUEIRA/SP

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 184/2018, de 2 DE OUTUBRO DE 2018 - DNPM nº 868.148/2008-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-BASALTO-Municipio(s) de ITAPORÃ/MS

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 185/2018, de 2 DE OUTUBRO DE 2018 - DNPM nº 862.868/2011-ALFA ROCK CONSTRUTORA LTDA-AREIA-Municipio(s) de BURITI DE GOIÁS/GO, MOSSÂMEDES/GO, SANCLERLÂNDIA/GO

PORTARIA DE LAVRA DNPM Nº 186/2018, de 2 DE OUTUBRO DE 2018 - DNPM nº 860.989/2012-CERÂMICA CRUZEIRO LTDA-ARGILA-Municipio(s) de CUMARI/GO

Fase de Concessão de Lavra

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, no uso da competência que lhe confere o inciso XVIII do caput do art. 2°, da Lei 13.575, de 26 de dezembro de 2017 (Lei de criação da Agência Nacional de Mineração - ANM e extinção do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM), conforme interpretação fixada no PARECER n. 0033/2018/DECOR/CGU/AGU, aprovado pela Advogada-Geral da União em despacho de 21 de maio de 2018 (Processo n° 48390.000051/2018-59), outorga a(s) seguinte(s) Portaria(s) de Lavra retificada(s):(2133)

PORTARIA DE LAVRA DNPM N° 187/2018 - Retifica a PORTARIA DE LAVRA N° 216/2012, DOU de 10/08/2012 - DNPM n° 890.192/1984-TAMOIO MINERAÇÃO S.A.

PORTARIA DE LAVRA DNPM N° 188/2018 - Retifica a PORTARIA DE LAVRA N° 370/2012, DOU de 21/12/2012 - DNPM n° 821.451/1999-MINERAÇÃO NOROESTE PAULISTA LTDA.

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 70/2018/SE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7839/2018-878.052/2018-MINERAÇÃO CASCAVEL EIRELI EPP-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 103/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7798/2018-866.506/2017-WALDYR TRAMONTINI-
7799/2018-866.314/2018-CLAUDINO DEBACKER-
7800/2018-866.362/2018-FLAVIO CALDEIRA EIRELI ME-
7801/2018-866.420/2018-PAULO ROBERTO FERNANDES-
7802/2018-866.445/2018-RICARDO SGUISSARDI TOLEDO-
7803/2018-866.502/2018-CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA LTDA.-
7804/2018-866.504/2018-CENTRO DE GERENCIAMENTOS DE RESIDUAIS CUIABÁ LIMITADA-
7805/2018-866.511/2018-GEOCONSULT GEOLOGIA MINERAÇÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELI ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7806/2018-866.442/2016-LEVI MENDES DE OLIVEIRA-
7807/2018-866.601/2016-WHITE SOLDER METALURGIA E MINERAÇÃO LTDA-
7808/2018-866.302/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
7809/2018-866.303/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
7810/2018-866.316/2018-CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA LTDA.-
7811/2018-866.374/2018-SOLUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO S A-
7812/2018-866.375/2018-SOLUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO S A-
7813/2018-866.376/2018-SOLUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO S A-
7814/2018-866.377/2018-SOLUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO S A-
7815/2018-866.403/2018-BMM PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA-
7816/2018-866.418/2018-BATER LIFE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-
7817/2018-866.458/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
7818/2018-866.460/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
7819/2018-866.461/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
7820/2018-866.462/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
7821/2018-866.463/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
7822/2018-866.464/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
7823/2018-866.466/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
7824/2018-866.467/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7825/2018-866.468/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7826/2018-866.513/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7827/2018-866.514/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7828/2018-866.631/2018-VALDINEI MAURO DE SOUZA-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº114/2018/ES

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7840/2018-896.148/2013-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-
7841/2018-896.399/2015-CERÂMICA ARCO ÍRIS LTDA EPP-
7842/2018-896.118/2018-JULIO CESAR BRAVIN-
7843/2018-896.119/2018-ODAIR RODRIGUES-
7844/2018-896.122/2018-JK SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 120/2018/MS

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7845/2018-868.099/2008-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
7846/2018-868.151/2011-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 124/2018/RN

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7829/2018-848.210/2018-MINERAÇÃO JU-BORDEAUX EXPORTAÇÃO LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7830/2018-848.085/2018-SUDAMERICA LTDA-
7831/2018-848.086/2018-SUDAMERICA LTDA-
7832/2018-848.087/2018-SUDAMERICA LTDA-
7833/2018-848.127/2018-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
7834/2018-848.128/2018-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
7835/2018-848.129/2018-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
7836/2018-848.211/2018-SUDAMERICA LTDA-
7837/2018-848.212/2018-SUDAMERICA LTDA-
7838/2018-848.213/2018-SUDAMERICA LTDA-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 133/2018/CE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7767/2018-800.492/2017-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-
7768/2018-800.528/2017-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-
7769/2018-800.597/2017-COREAÚ CALCÁRIO LTDA-
7770/2018-800.601/2017-COREAÚ CALCÁRIO LTDA-
7771/2018-800.611/2017-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7772/2018-800.499/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
7773/2018-800.500/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
7774/2018-800.501/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
7775/2018-800.502/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
7776/2018-800.503/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
7777/2018-800.504/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
7778/2018-800.505/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
7779/2018-800.506/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
7780/2018-800.511/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
7781/2018-800.512/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
7782/2018-800.513/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
7783/2018-800.514/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
7784/2018-800.515/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
7785/2018-800.516/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
7786/2018-800.517/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 142/2018/SC

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7787/2018-815.215/2017-LEOMAR SASSE-
7788/2018-815.317/2018-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS EIRELI-
7789/2018-815.414/2018-PEDRAS MORRO GRANDE LTDA-
7790/2018-815.417/2018-PATRICIA KLUCK DE ARAUJO EPP.-
7791/2018-815.426/2018-SAUL PASTORE-
7792/2018-815.476/2018-LANDO TERRAPLANAGEM LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7793/2018-815.352/2018-SOL MINERAÇÃO LTDA ME-
7794/2018-815.416/2018-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-
7795/2018-815.489/2018-DESCHAMPS & CIA LTDA EPP-
7796/2018-815.492/2018-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA-
7797/2018-815.493/2018-MINERADORA VARGEÃO LTDA-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 150/2018/PA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7620/2018-850.566/2018-OTACÍLIA SEIXAS PANTOJA FILHA-
7621/2018-850.759/2018-DOMENICK HALLIDAY CORREA GARCIA E SILVA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7622/2018-850.133/2007-JARI PRODUTOS E MATERIAIS DE MINERAÇÃO S.A.-
7623/2018-851.532/2013-PARÁ PIGMENTOS S A-
7624/2018-850.459/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7625/2018-850.587/2017-ASIAM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-
7626/2018-850.589/2017-ADRIANO SALOMÃO COSTA DE CARVALHO-
7627/2018-850.629/2017-BERNARDO SIQUEIRA DOS SANTOS-
7628/2018-850.741/2017-XTZ MINERIUM LTDA-
7629/2018-850.906/2017-BERACA INGREDIENTES NATURAIS S A-
7630/2018-850.952/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7631/2018-850.042/2018-XTZ MINERIUM LTDA-
7632/2018-850.112/2018-XTZ MINERIUM LTDA-
7633/2018-850.113/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
7634/2018-850.122/2018-MHP REPRESENTAÇÕES LTDA-
7635/2018-850.145/2018-WELKA CERQUEIRA BRANDAO GOUVEIA-
7636/2018-850.203/2018-MAGELLAN MINERAIS PROSPECÇÃO GEÓLOGICA LTDA.-
7637/2018-850.204/2018-MAGELLAN MINERAIS PROSPECÇÃO GEÓLOGICA LTDA.-
7638/2018-850.207/2018-MAGELLAN MINERAIS PROSPECÇÃO GEÓLOGICA LTDA.-
7639/2018-850.210/2018-MAGELLAN MINERAIS PROSPECÇÃO GEÓLOGICA LTDA.-
7640/2018-850.251/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
7641/2018-850.305/2018-UNIAO MINERACAO E COMERCIO LTDA-
7642/2018-850.320/2018-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-
7643/2018-850.323/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
7644/2018-850.325/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
7645/2018-850.326/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
7646/2018-850.340/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
7647/2018-850.466/2018-LOURIVAL SANTANA DA SILVA-
7648/2018-850.519/2018-ALEX SANDRO DE SOUZA RODRIGUES-
7649/2018-850.649/2018-SAL DA TERRA MINERAÇÃO E REPRESENTAÇÃO MINERAL EIRELI ME-
7650/2018-850.650/2018-SAL DA TERRA MINERAÇÃO E REPRESENTAÇÃO MINERAL EIRELI ME-
7651/2018-850.652/2018-SAL DA TERRA MINERAÇÃO E REPRESENTAÇÃO MINERAL EIRELI ME-
7652/2018-850.653/2018-SAL DA TERRA MINERAÇÃO E REPRESENTAÇÃO MINERAL EIRELI ME-
7653/2018-850.654/2018-SAL DA TERRA MINERAÇÃO E REPRESENTAÇÃO MINERAL EIRELI ME-
7654/2018-850.761/2018-POLIMIX CONCRETO LTDA-
7655/2018-850.762/2018-POLIMIX CONCRETO LTDA-
7656/2018-850.763/2018-POLIMIX CONCRETO LTDA-
7657/2018-850.764/2018-POLIMIX CONCRETO LTDA-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 164/2018/GO

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
7658/2018-861.287/2014-PEDRO DIAS DE ABREU NETO-
7659/2018-861.059/2017-FERNANDO PEREIRA FILHO-
7660/2018-860.561/2018-JOSE ANTONIO DOS SANTOS-
7661/2018-860.565/2018-MINERADORA BRASIL LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7662/2018-860.690/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
7663/2018-860.932/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
7664/2018-860.934/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
7665/2018-860.152/2018-JFP AREIA E CASCALHO EIRELI ME-
7666/2018-860.175/2018-MINERAÇÃO CAPA BRANCA LTDA-
7667/2018-860.187/2018-MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA-
7668/2018-860.214/2018-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-
7669/2018-860.215/2018-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-
7670/2018-860.419/2018-ITAMAR GONÇALVES NAVES-
7671/2018-860.453/2018-ANY KAROLLINE SOUZA PINHEIRO-
7672/2018-860.454/2018-ANY KAROLLINE SOUZA PINHEIRO-
7673/2018-860.539/2018-JOSE BALDUINO FRANCA-
7674/2018-860.555/2018-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7675/2018-860.126/2018-ANTONIO SANTA BARBARA AZEVEDO-
7676/2018-860.207/2018-PAULO DE SOUZA PAU FERRO-
7677/2018-860.210/2018-PAULO DE SOUZA PAU FERRO-
7678/2018-860.213/2018-ORINOCO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
7679/2018-860.216/2018-GILSON SILVA DE OLIVEIRA-
7680/2018-860.223/2018-GERVANDO GONCALVES DE SOUZA-
7681/2018-860.255/2018-NATANAEL RODRIGUES DA SILVA-
7682/2018-860.258/2018-MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA-
7683/2018-860.267/2018-COCAL GOLD MINING LTDA-
7684/2018-860.277/2018-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-
7685/2018-860.436/2018-GRB GRAFITE DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-
7686/2018-860.437/2018-GRB GRAFITE DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-
7687/2018-860.455/2018-DARLEI PEREIRA DE SOUSA-
7688/2018-860.458/2018-CARLOS ROBERTO SILVA-
7689/2018-860.459/2018-GRANTO LTDA ME-
7690/2018-860.527/2018-MARINGÁ FERRO LIGA S.A.-
7691/2018-860.533/2018-VANDERLEI RUITER FERREIRA-
7692/2018-860.538/2018-GERALDO REYDNER DE FREITAS RODRIGUES-
7693/2018-860.558/2018-JOSÉ WAGNER GERMANO-
7694/2018-860.567/2018-CALBRAX CALCARIO AGRICOLA LTDA ME-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 165/2018/GO

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
7695/2018-860.203/2018-DINADRILL PERFURAÇÃO E DESMONTE LTDA-
7696/2018-860.386/2018-KARLA LINA DA CRUZ-
7697/2018-860.387/2018-GRACIETE MARTINS DE AGUIAR-
7698/2018-860.513/2018-MISTEL MINERAÇÃO SANTA TEREZINHA LTDA.-
7699/2018-860.514/2018-MISTEL MINERAÇÃO SANTA TEREZINHA LTDA.-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7700/2018-860.111/2018-D. G. DE OLIVEIRA MINERADORA ME-
7701/2018-860.120/2018-ASSOCIAÇÃO PAI ETERNO E PERPETUO SOCORRO-
7702/2018-860.390/2018-RIBAMAR FERREIRA RAMOS-
7703/2018-860.403/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
7704/2018-860.408/2018-JESSICA LEMES PIRES-
7705/2018-860.572/2018-APRIGIO MARQUES FILHO-
7706/2018-860.589/2018-AUGUSTO CESAR LISITA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7707/2018-860.516/2013-EDSON ANTONIO GOMES-
7708/2018-860.081/2018-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
7709/2018-860.092/2018-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
7710/2018-860.164/2018-MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA-
7711/2018-860.166/2018-MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA-
7712/2018-860.168/2018-MINERAÇÃO NOVA ESPERANÇA LTDA-
7713/2018-860.246/2018-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-
7714/2018-860.396/2018-JOSE CARLOS DA ROCHA-
7715/2018-860.411/2018-ADALBERTO ALVES MOREIRA-
7716/2018-860.413/2018-ADALBERTO ALVES MOREIRA-
7717/2018-860.414/2018-ADALBERTO ALVES MOREIRA-
7718/2018-860.536/2018-PENERY MINERAÇÃO LTDA-
7719/2018-860.571/2018-LUIZ SEVERIANO CARDOSO-
7720/2018-860.578/2018-3 S LTDA-
7721/2018-860.615/2018-GUIMARÃES RAMALHO ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA. EPP-
7722/2018-860.625/2018-GUIMARÃES RAMALHO ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA. EPP-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 169/2018/BA

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
7723/2018-870.529/2018-L VALVERDE REPRESENTAÇÕES LTDA-
7724/2018-870.575/2018-CBV CONSTRUTORA LTDA-
7725/2018-870.576/2018-CBV CONSTRUTORA LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7726/2018-870.330/2018-PEDREIRAS PARAFUSO LTDA-
7727/2018-870.403/2018-MURILO HUMBERTO FERNANDES VIEIRA-
7728/2018-870.502/2018-BA 51 EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO S.A.-
7729/2018-870.503/2018-ROMILTON MELO DE SOUZA-
7730/2018-870.508/2018-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-
7731/2018-870.509/2018-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-
7732/2018-870.521/2018-ROGERIO CLAUDIO DA SILVA-
7733/2018-870.524/2018-PENAFORTE COMERCIO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA ME-
7734/2018-870.550/2018-STONE GOLD MINERAÇÃO LTDA-
7735/2018-870.553/2018-JUGRAN COMERCIO DE ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-
7736/2018-870.561/2018-ISAEL RIBEIRO DE SOUSA ME-
7737/2018-870.569/2018-CRISLANE OLIVEIRA DO VALE-
7738/2018-870.570/2018-MUCIO NOBRE DA COSTA RIBEIRO-
7739/2018-870.578/2018-SERGIO DE FREITAS FONSECA-
7740/2018-870.581/2018-LG CONSTRUTORA LTDA ME-
7741/2018-870.623/2018-TECNOGRÉS REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA-
7742/2018-870.664/2018-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-
7743/2018-870.667/2018-FRANCISCO MIGUEL PERILO-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7744/2018-870.482/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7745/2018-870.504/2018-RICCARDO LORENZZO CARVALHO TEIXEIRA CANROBERT-
7746/2018-870.512/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7747/2018-870.513/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7748/2018-870.515/2018-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-
7749/2018-870.528/2018-BUN TECH TECNOLOGIA EM INSUMOS LTDA.-
7750/2018-870.530/2018-ERLON DOS ANJOS MADUREIRA-
7751/2018-870.537/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7752/2018-870.538/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7753/2018-870.539/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7754/2018-870.540/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7755/2018-870.541/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7756/2018-870.542/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7757/2018-870.543/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7758/2018-870.544/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7759/2018-870.545/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7760/2018-870.546/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7761/2018-870.566/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7762/2018-870.567/2018-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-
7763/2018-870.613/2018-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-
7764/2018-870.665/2018-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-
7765/2018-870.666/2018-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-
7766/2018-870.692/2018-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 232/2018/DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)
870.633/2018-GRAN MINAS EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA. EPP-ALVARÁ N°7558/2018-Destacado do DNPM 872.489/2016-ALVARÁ N°1552/2017-Vencimento em 07/03/2019
870.709/2018-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°7559/2018-Destacado do DNPM 871.846/2016-ALVARÁ N°3234/2017-Vencimento em 24/04/2019

VICTOR HUGO FRONER BICCA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 234/2018/DF

Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
826.395/1998-BASALTO MINERAÇÃO LTDA- Prazo:a contar de 06/09/2018 e com término em 06/09/2020
860.297/1998-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.- Prazo:a contar de 05/10/2017 e com término em 05/10/2018
862.085/2008-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.- Prazo:a contar de 12/05/2018 e com término em 12/05/2019
Determina arquivamento definitivo do processo(410)
003.924/1965-VALE DO RIBEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINERAÇÃO SA
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
006.527/1953-HYDRA MINERAÇÃO LTDA
807.630/1971-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA
820.518/1981-MINERAÇÃO JOANA LEITE LTDA
840.100/1999-ÁGUA MINERAL DIAMANTE LTDA
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
004.625/1955-VALE S A-MINÉRIO DE FERRO
006.498/1961-BAOVALE MINERAÇÃO SA.-MINÉRIO DE FERRO
804.321/1975-BAOVALE MINERAÇÃO SA.-MINÉRIO DE FERRO
830.915/1979-VALE S A-MINÉRIO DE FERRO
Autorizo o aditamento de substância mineral(427)
807.630/1971-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-BAUXITA-PORTARIA DE LAVRA Nº 578/1989, DOU de 26/07/1989
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(445)
818.591/1971-ITAIÁ MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- Início:21/06/2018-Término:21/06/2021
826.914/1996-ITAIÁ MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- Início:21/06/2018-Término:21/06/2021
826.558/2007-CALCÁRIO CALPONTA LTDA.- Início:21/06/2018-Término:21/06/2021
826.441/2008-CALCÁRIO CALPONTA LTDA.- Início:21/06/2018-Término:21/06/2021
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(447)
820.911/1985-ITAIÁ MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- Início:15/06/2016-Término:15/06/2021
Nega provimento ao recurso interposto(479)
890.638/1988-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.
Homologa renúncia da Concessão de Lavra(554)
815.007/1985-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA- Portaria N°12- DOU de 15/02/2013
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
807.630/1971-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-BAUXITA

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 423/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
7560/2018-831.084/2013-GLOBAL ADONAI MINERAÇÃO LTDA-
7561/2018-832.156/2016-ENGENHO COMERCIO DE AREIA LTDA ME-
7562/2018-830.033/2018-COMERCIAL ZE RUSSO LTDA-
7563/2018-830.063/2018-LUCIANO GUERRA CORDEIRO-
7564/2018-830.069/2018-MINERAÇÃO GAVEA LTDA ME-
7565/2018-830.086/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
7566/2018-830.087/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
7567/2018-830.141/2018-JAPH COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE SAIBRO LTDA-
7568/2018-830.210/2018-SERGIO DOLABELA DIAS-
7569/2018-830.212/2018-A.R.G. LTDA-
7570/2018-830.214/2018-JACY GONÇALVES PALMARES-
7571/2018-830.238/2018-ANTONIO CARLOS DE FIGUEIREDO-
7572/2018-830.249/2018-ESPLENDOR MINERAÇÃO E COMERCIO E EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-
7573/2018-830.256/2018-MARCIO TEZA BENEVENUTE ME-
7574/2018-830.260/2018-FSTW MINERADORA EIRELI-
7575/2018-830.263/2018-PAGIEL PALMEIRA ARMAZÉNS GERAIS LTDA-
7576/2018-830.432/2018-LUCIANO GUERRA CORDEIRO-
7577/2018-830.451/2018-R & V CONSULTORIA AGRONÔMICA LTDA-
7578/2018-830.452/2018-SAGODI MINERAÇÃO LTDA ME-
7579/2018-830.973/2018-JB AREIA LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7580/2018-834.660/2010-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-
7581/2018-830.113/2016-JOSÉ ADÃO DA SILVA NETO-
7582/2018-830.838/2017-IAMGOLD BRASIL PROSPECÇÃO MINERAL LTDA.-
7583/2018-830.851/2017-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-
7584/2018-830.970/2017-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
7585/2018-830.084/2018-PARAOPEBA PARTICIPAÇÕES LTDA-
7586/2018-830.182/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.-
7587/2018-830.184/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.-
7588/2018-830.185/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.-
7589/2018-830.186/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.-
7590/2018-830.187/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.-
7591/2018-830.191/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.-
7592/2018-830.192/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.-
7593/2018-830.193/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA.-
7594/2018-830.216/2018-FSTW MINERADORA EIRELI-
7595/2018-830.244/2018-JOSÉ MAGALHÃES-
7596/2018-830.245/2018-JOSÉ MAGALHÃES-
7597/2018-830.246/2018-JOSÉ MAGALHÃES-
7598/2018-830.368/2018-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-
7599/2018-830.376/2018-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-
7600/2018-830.387/2018-FSTW MINERADORA EIRELI-
7601/2018-830.388/2018-VICENTE LEAL DE FREITAS-
7602/2018-830.407/2018-NOVAMINAS PARTICIPACOES S.A.-
7603/2018-830.428/2018-MINERAÇÃO FELDSPATO OUROFINENSE LTDA-
7604/2018-830.448/2018-CAULIM TOTAL PREMIUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-
7605/2018-830.453/2018-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
7606/2018-830.454/2018-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
7607/2018-830.455/2018-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
7608/2018-830.456/2018-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
7609/2018-830.460/2018-ORO PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA-
7610/2018-830.462/2018-SBX LOCAÇÕES DE MÁQUINAS LTDA ME-
7611/2018-830.471/2018-JOSÉ MAGALHÃES-
7612/2018-830.472/2018-JMN MINERAÇÃO S.A.-
7613/2018-830.559/2018-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-
7614/2018-830.839/2018-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-
7615/2018-831.188/2018-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-
7616/2018-831.266/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7617/2018-831.267/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7618/2018-831.268/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
7619/2018-831.269/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

KIOMAR OGUINO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 86/2018/BA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Mineração Concorde Alpha 1 Importação e Exportação Ltda me - 870976/16 - A.I. 866/18

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 87/2018/BA

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Celio Pereira da Silva me - 871620/15 - Not.960/2018 - R$ 638,74
Gran Minas Extração de Granitos LTDA. Epp - 871942/14 - Not.956/2018 - R$ 638,74
Gransena Exportação e Comércio LTDA. - 871786/14 - Not.955/2018 - R$ 638,74
Guanambi Mineração Ltda - 870707/12 - Not.952/2018 - R$ 642,92
Mineração Castelo Ltda - 871583/15 - Not.958/2018 - R$ 638,74
Mineração Maroto Ltda me - 870697/15 - Not.957/2018 - R$ 638,74
Mineração Ouro Bianco Ltda - me - 871618/15 - Not.959/2018 - R$ 638,74
Pegran Mineração Ltda - 872752/15 - Not.961/2018 - R$ 638,74
Rocha Bahia Mineração Ltda - 870851/14 - Not.954/2018 - R$ 638,74
Toledo Granitos do Brasil Ltda - 871785/13 - Not.953/2018 - R$ 0,00

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 170/2018/BA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
870.869/2018-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA
870.966/2018-MOISES CAFÉ DOS SANTOS
871.019/2018-EMANUEL MADUREIRA COUTO FILHO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
871.079/2018-INDUSTRIA DE BEBIDAS SANTA ISABEL LTDA ME-OF. N°2916/2018
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
870.689/2018-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
870.256/2018-GILCINA LAGO DE CARVALHO
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
871.853/2016-SILVIO GERALDO ANUNCIAÇÃO
Indefere pedido de retificação de alvará de pesquisa(269)
870.689/2016-PEDREIRA VITÓRIA LTDA EPP
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
870.606/2003-MARCEL MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°2558/2018
873.154/2007-TOMACOM MARMORE E GRANITO DA BAHIA LTDA-OF. N°2563/2018
872.943/2009-PEDREIRA BEGEBLOCO LTDA-OF. N°2561/2018
871.475/2010-KL PEDREIRA LTDA.-OF. N°2560/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
871.012/2000-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°2559/2018
870.688/2001-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°2552/2018
873.154/2007-TOMACOM MARMORE E GRANITO DA BAHIA LTDA-OF. N°2564/2018
872.943/2009-PEDREIRA BEGEBLOCO LTDA-OF. N°2562/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
970.575/2018-FERTIMAR MINERAÇÃO E NAVEGAÇÃO LTDA.-OF. N°3010/2018
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
871.680/2014-TERRA MATER PAISAGISMO LTDA ME-Registro de Licença N° 30/2015 - Vencimento em 20/06/2022
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
870.627/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAÚ-Registro de Extração N°01/2018 de 26/09/2018
Fase de Registro de Extração
Determina arquivamento definitivo do processo(951)
870.923/2015-FEIRA DE SANTANA PREFEITURA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
870.080/2018-SILVIO GERALDO ANUNCIAÇÃO
871.129/2018-PAVOTEC PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
870.490/2018-M F L MINERAÇÃO FERRER LTDA EPP-OF. N°3011/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere requerimento de PLG por interferência área ambiental - Lei do SNUC(2037)
871.474/2018-MÁRIO DE SOUZA GONZAGA

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 179/2018/BA

Fase de Licenciamento
Determina arquivamento Auto de Infração - RAL(1709)
871.259/2014-JÂNIO RIBEIRO PAES LANDIM- AI N°172/2018

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 107/2018/MT

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
866.030/2015-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA - PLG N°19/2018 de 24/09/2018 - Prazo 03 anos
866.624/2015-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO - PLG N°23/2018 de 27/09/2018 - Prazo 03 anos
866.628/2015-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO - PLG N°24/2018 de 27/09/2018 - Prazo 03 anos
866.632/2015-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO - PLG N°25/2018 de 27/09/2018 - Prazo 03 anos
866.080/2016-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA - PLG N°20/2018 de 24/09/2018 - Prazo 03 anos
866.598/2016-RAFAEL YAMADA TORRES - PLG N°21/2018 de 27/09/2018 - Prazo 03 anos
866.599/2016-WANDERLEY FACHETI TORRES - PLG N°22/2018 de 27/09/2018 - Prazo 03 anos
Fase de Lavra Garimpeira
Indefere pedido de renovação da Permissão de Lavra Garimpeira(522)
867.332/2010-JOEL JÚLIO BRANDÃO
867.333/2010-JOEL JÚLIO BRANDÃO
Determina arquivamento definitivo do processo(961)
867.332/2010-JOEL JÚLIO BRANDÃO
867.333/2010-JOEL JÚLIO BRANDÃO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
866.176/2016-JOSE APARECIDO SOSSAI-Registro de Licença N° 59/2018 - Vencimento em 28/01/2021
866.717/2017-TRES M LOTEADORA EIRELI ME-Registro de Licença N° 60/2018 - Vencimento em Indeterminado
866.043/2018-PAULO ROGÉRIO WEBER-Registro de Licença N° 61/2018 - Vencimento em 03/01/2019
Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
866.079/2015-DEIVISON LEANDRO RUPOLO
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
866.354/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL-Registro de Extração N°18/2018 de 26/09/2018
866.355/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL-Registro de Extração N°19/2018 de 26/09/2018
866.356/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL-Registro de Extração N°20/2018 de 26/09/2018
Fase de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
866.717/2012-PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH-OF. N°1035/2018-SR
Fase de Disponibilidade
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
867.203/1993- José Valmon da Costa; Mineração Santa Elina Indústria e Comércio S/A
866.516/1995- Coogavepe-Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto; Vitória Mineração Importação e Exportação de Minérios Ltda.
866.408/2004- Mineração Vale do Rio Bandeira Ltda; Wagner Lopes Gheler Serviços
866.587/2005- Coogavepe-Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto; Angelo Carlos Vicari
867.189/2005- Votorantim Metais Zinco S/A; Mineração Santa Elina Indústria e Comércio S/A
866.770/2006- Marcos Rogério Rodrigues; Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Poxoréo
866.190/2008- Mineração Maracá Indústria e Comércio S/A; Rio Novo Mineração Ltda
866.239/2008- Cooperativa de Extração de Metais e Pedras Preciosas de Pontes e Lacerda; Minerbrás Mineração Ltda
866.334/2008- Cooperxoto-Cooperativa Mista dos Garimpeiros e Produtores de Ouro do Vale do Rio Peixoto Ltda
866.339/2008- COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO
866.616/2008- Minerbrás Mineração Ltda; Electrum Capital Pesquisa de Recursos Minerais Ltda
866.576/2010- Igor Lara Falco
867.158/2010- Coogap-Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Poxoréo; Vera Lucia de Almeida
867.164/2010- Center Importação e Exportação Ltda-ME; Marcos Rogériio Rodrigues
867.321/2010- Coogavepe-Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto; Angelo Carlos Vicari
866.139/2011- Copacel-Indústria e Comércio de Calcário e Cereais Ltda; Mineração Shalon Ltda
866.068/2012- Coogavepe-Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto; Alta Floresta Gold Mineração Ltda
866.069/2012- Alta Floresta Gold Mineração Ltda; Cooperalfa-Cooperativa dos Pequenos Mineradores O. Pedras Preciosas de Alta Floresta
866.070/2012- Coogavepe-Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto; Alta Floresta Gold Mineração Ltda
866.071/2012- Coogavepe-Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto; Alta Floresta Gold Mineração Ltda
866.072/2012- Coogavepe-Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto; Alta Floresta Gold Mineração Ltda
866.215/2012- Mineração Santa Elina Indústria e Comércio S/A; GDMBrasil Geologia e Desenvolvimento Mineral Ltda
866.296/2012- BRMINER Serviços de Mineração Ltda
866.652/2013- Arthur Henrique de Melo; Minerbrás Mineração Ltda
866.027/2014- Milton Rossetto; Vera Lucia de Almeida ME; Comapny Prestadora de Serviços Ltda-ME
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO inabilitados:(2087)
866.587/2005- Angelo Carlos Vicari(Juntada 48412.003126/2015-13)
866.334/2008- Coogavepe-Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto
866.339/2008- Mineração Biominer Ltda
866.576/2010- Enpa Engenharia e Parceria Ltda
866.296/2012- Terra do Brazil Mineração Ltda

SERAFIM CARVALHO MELO

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 118/2018/MS

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Mineração Santa Maria Ltda - 868352/16 - A.I. 395/18

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 121/2018/MS

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Carlos Gabriel Olyntho de Arruda Villaça - 868251/16 - A.I. 403/18
Marca x Assessoria Eireli me - 868060/17 - A.I. 404/18, 868061/17 - A.I. 405/18
Terra Sul Extração de Areia Ltda me - 868187/16 - A.I. 401/18, 868188/16 - A.I. 402/18

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 155/2018/PA

Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de nulidade do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias(1286)
.850.231/2011-PEDRO & VIANA LTDA EPP- NOT Nº2303/2018-SUP./DNPM/PA
declara a nulidade do Registro de Licença(1288)
850.219/2011-PEDRO & VIANA LTDA EPP- Registro de Licença N° 12/2014- Publicado no DOU de 24/03/2014
850.220/2011-PEDRO & VIANA LTDA EPP- Registro de Licença N° 11/2014- Publicado no DOU de 24/03/2014

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 92/2018/PB

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Awa Minerações Ltda me - 846253/13 - Not.158/2018 - R$ 768,91
Britax Moreno LTDA. - 846170/11 - Not.159/2018 - R$ 512,61
Casa Grande Mineração Ltda - 846341/12 - Not.161/2018 - R$ 759,29
Edk Mineração LTDA. - 846175/15 - Not.163/2018 - R$ 463,45
Hamilton Rodrigues Filho - 846226/13 - Not.157/2018 - R$ 768,91
Laudelino de Lucena Pereira - 846166/17 - Not.160/2018 - R$ 750,28
Serra Norte Granitos Eireli - 846187/15 - Not.162/2018 - R$ 659,61

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 127/2018/RN

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Água Mineral Santa Luzia Indústria e Comércio Ltda-me Cpf/cnpj :02.757.746/0001-70 - Processo minerário: 848093/96 - Processo de cobrança: 948170/18 Valor: R$.6.451,30

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 100/2018/RS

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
810.271/2010-BENEDITO HENRIQUE REGINATO ME-OF. N°638/2018
810.274/2010-BENEDITO HENRIQUE REGINATO ME-OF. N°640/2018
810.322/2010-BENEDITO HENRIQUE REGINATO ME-OF. N°639/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
810.947/2011-MINERAÇÃO RS LTDA.- Área de 100,09 para 50-Argila
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
810.301/2012-SOCIEDADE DOS MINERADORES DE AREIA DO RIO JACUÍ LTDA.-Areia
810.302/2012-SOCIEDADE DOS MINERADORES DE AREIA DO RIO JACUÍ LTDA.-Areia
810.361/2012-SOCIEDADE DOS MINERADORES DE AREIA DO RIO JACUÍ LTDA.-Areia
810.931/2013-RESTAURANTE O ENGENHO LTDA ME-Água Mineral
810.148/2014-EMPRESA DE MINERAÇÃO NEVADA LTDA.-Água Mineral
810.652/2014-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP-Argila
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.276/2010-BENEDITO HENRIQUE REGINATO ME
810.193/2015-JOSÉ ANTONIO DE FRANÇA JÚNIOR
810.194/2015-JOSÉ ANTONIO DE FRANÇA JÚNIOR
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
811.077/2016-JAZIDA ROCHEDO LTDA-ALVARÁ N°13178/2016
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
810.028/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°4162/2015
810.043/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°4174/2015
810.044/2009-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°4175/2015
810.490/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°4176/2015
810.873/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°4182/2015
Fase de Disponibilidade
declara Prioritário, pretendente a área em disponibilidade pelo Edital/Lavra(309)
810.444/1988-Micromil -Micronização e Moagem Ltda-Caulim

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fase de Concessão de Lavra
Autorizo o aditamento de substância mineral(427)
006.997/1953-OLIVÉRIO MINERAÇÃO DE CAULIM LTDA-Argila-43693/1958, DOU de 08/05/1958
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
810.685/1997-MINERADORA ÁGUAS DE TARUMÃ LTDA- Rótulo da Fonte Tarumã (LAMIN nº. 116/2015): Água Tarumã - Água Mineral Natural (rótulo redondo) de 20 L sem gás.-VIAMÃO/RS
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
811.160/2012-MINERAÇÃO NOVA PETRÓPOLIS LTDA.-CAXIAS DO SUL/RS, NOVA PETRÓPOLIS/RS - Guia n° 002/2018-50.000toneladas-Arenito- Validade:19/08/2019
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.326/2017-WERLE TERRAPLANAGEM-OF. N°565/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
810.331/2017-MINERAÇÃO RINCÃO FRENTE LTDA.-OF. N°801/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
810.095/1987-MINERAÇÃO CARMEC LTDA-OF. N°800/2018
811.053/2010-MINERAÇÃO SANGALLI LTDA-OF. N°802/2018

ALVIMAR LUIZ LISOT

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 139/2018/SC

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
A.R. Materiais de Construção Ltda - 815090/18 - A.I. 167/18
Ariel Carlos Schroeder - 815686/17 - A.I. 164/18
Britagem e Pavimentadora Barracão Ltda - 815155/18 - A.I. 170/18
Consbrita Construtora de Obras Ltda - 815038/18 - A.I. 166/18
Disk Material COM. e TRNSP. Ltda - 815243/18 - A.I. 175/18
Incorporadora Miami Eireli Ltda - 815721/17 - A.I. 165/18
Jazida Eckert Ltda - 815262/17 - A.I. 163/18
lv Mix Cobranças e Comércio de Cereais LTDA. - 815224/18 - A.I. 172/18
Mário Bettoni - 815136/18 - A.I. 169/18
Minelpra Obras de Terraplanagem Eireli me - 815113/18 - A.I. 168/18
Otilia Julieta de Amorim & Cia Ltda - 815236/18 - A.I. 173/18, 815237/18 - A.I. 174/18
Paraiso Comércio de Materiais de Construção e Terraplanagem Ltda - 815251/18 - A.I. 176/18
Richardson Vieira - 815176/18 - A.I. 171/18
Vera Beatriz Dos Reis Amante - 815457/08 - A.I. 162/18

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 140/2018/SC

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Cooperativa de Extração de Carvão Mineral Dos Trabalhadores de Criciúma - 815706/04 - Not.306/2018 - R$ 772,90, 815706/04 - Not.307/2018 - R$ 759,87, 815706/04 - Not.308/2018 - R$ 730,07

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 146/2018/SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.433/2018-TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA-OF. N°2682/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.578/2016-GILBERTO JOSÉ PEREIRA ME-OF. N°2699/2018
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.544/2013-RANGEL CORREA DE SOUZA-SAIBRO
815.546/2013-RANGEL CORREA DE SOUZA-SAIBRO
815.690/2014-MINERAÇÃO VALE DO URUSSANGA LTDA ME-AREIA
815.056/2015-JAZIDA ECKERT LTDA-AREIA
815.343/2015-MINERAÇÃO VALE DO URUSSANGA LTDA ME-AREIA
815.373/2015-SETEP CONSTRUÇÕES S.A.-BASALTO
815.576/2016-CARLOS ALBERTO SCHUBERT EPP-AREIA
815.445/2017-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-AREIA
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
815.556/2011-ANTÔNIO CARLOS FERREIRA - AI N°646/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.709/2005-CMB EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.-OF. N°2687/2018
815.506/2018-TRAUER PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA-OF. N°2687/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.102/1998-MACOTER MAT. CONST. LTDA-TUBARÃO/SC - Guia n° 094/2018-40.000t-AREIA (AGREGADO)- Validade:06/09/2019
815.600/2003-LINOZILLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-JAGUARUNA/SC - Guia n° 087/2018-18.000t-AREIA (AGREGADO)- Validade:26/09/2019
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
815.643/2009-G.S4 CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.135/2004-WCT WEBER TERRAPLANAGEM LTDA.-OF. N°2696/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.029/1983-SECCO COMERCIO ATACADISTA DE MINERAIS LTDA-OF. N°2693/2018
816.176/1996-OLIVEIRA & NEVES LTDA EPP-OF. N°2688/2018
Indefere requerimento de Guia de Utilização(1096)
008.694/1943-MINERAÇÃO CASTELO BRANCO LTDA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
815.213/2002-MILTOM LUIZ FERRAZ DOS SANTOS
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
815.229/2005-CARLOS EDUARDO ZERMIANI - EDITAL N° 02/2011 - Publicado DOU de 26/08/2011
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
815.776/2006-), DECLARO HABILITADAS as propostas apresentadas por G.s. Extração e Comércio de Areia Ltda Epp, CNPJ Nº 82.096.314/0001-02; André Reis Epp, CNPJ Nº 02.978.830/0001-13; Ribeirão Mineradora Ltda Epp, CNPJ Nº 11.419.126/0001-11 e Mival Mineração Vale do Rio Tijucas Ltda, CNPJ Nº 83.471.722/0001-51.
Classificação das propostas técnicas do procedimento de disponibilidade(2088)
815.229/2005- EDITAL DISPONIBILIDADE N°02/2011-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: DECLARO PRIORITÁRIA a proposta de BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA para pesquisa de areia e argila industrial numa área de 600 ha; na segunda colocação a propota de RIBEIRÃO MINERADORA EPP para pesquisa de areia e argila industrial na área remanescente resultante da retirada de interferência com a proposta melhor classificada; na terceira colocação a proposta de DISK MATERIAL COM. E TRANSP.LTDA, indeferida por interferência total com proposta melhor classificada; na quarta colocação a proposta de MARISA FLORITA FIORELLI GEREMIA, indeferida por interferência total com proposta melhor classificada; na quinta colocação a proposta de GEO CASTRO CONSULTORIA, indeferida com interferência total com proposta melhor classificada; na sexta colocação a proposta de AREMIX MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, indeferida por interferência total com proposta melhor classificada.
815.776/2006- EDITAL DISPONIBILIDADE N°20/2015-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: DECLARO PRIORITÁRIA, na primeira colocação a proposta de G.s. Extração e Comércio de Areia Ltda Epp; na segunda colocação a proposta de Mival Mineração Vale do Rio Tijucas Ltda, indeferida por interferência total com proposta(s) melhor(es) classificada(s); na terceira colocação a proposta de André Reis Epp, indeferida por interferência total com proposta(s) melhor(es) classificada(s); na quarta colocação a proposta de Ribeirão Mineradora Ltda Epp, indeferida por interferência total com proposta(s) melhor(es) classificada(s).

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 150/2018/SC

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Almir José Soares - 815370/12 - Not.325/2018 - R$ 87,72
Clovis Antonio Duarte de sa - 815607/13 - Not.321/2018 - R$ 162,52
Djc Construtora e Incorporadora Ltda - 815436/16 - Not.319/2018 - R$ 3.913,07
Mineração Império Extração e Beneficiamento Ltda me - 815581/16 - Not.315/2018 - R$ 2.604,97
Phoenix Comercio e Serviços Ltda me - 815435/16 - Not.317/2018 - R$ 164,32
Rio Novo Indústria Cerâmica Ltda me - 815380/16 - Not.323/2018 - R$ 648,51

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 151/2018/SC

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Almir José Soares - 815370/12 - Not.326/2018 - R$ 7.875,93
Aremix Mineração e Comercio LTDA. - 815644/15 - Not.314/2018 - R$ 7.875,93
Clovis Antonio Duarte de sa - 815607/13 - Not.322/2018 - R$ 3.937,97
Djc Construtora e Incorporadora Ltda - 815436/16 - Not.320/2018 - R$ 3.937,97
Maycon Sebastian Bunn - 815130/17 - Not.313/2018 - R$ 3.937,97
Mineração Império Extração e Beneficiamento Ltda me - 815581/16 - Not.316/2018 - R$ 3.937,97
Phoenix Comercio e Serviços Ltda me - 815435/16 - Not.318/2018 - R$ 7.875,93
Rio Novo Indústria Cerâmica Ltda me - 815380/16 - Not.324/2018 - R$ 3.937,97
Val Transportes e Comércio Eireli me - 815379/17 - Not.312/2018 - R$ 3.937,97
Venezia Mineração e Comércio de Ferro Velho Ltda - 815580/16 - Not.310/2018 - R$ 3.937,97

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 152/2018/SC

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Cezar Tadeu Pereira Junior - 815537/17

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.381, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER Nº 00456/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.041851/2011-11, resolve:
Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas", de Curitiba/PR, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 84, de 30 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 01 de junho de 2017, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, por descumprimento do disposto no art. 18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, c/c art. 33 do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, bem como nos arts. 2º e 3º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e na Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS n° 145/2004.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

CONSELHO DE RECURSOS DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 59, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

O Conselho Pleno do Conselho de Recursos do Seguro Social-CRSS, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 303, Parágrafo 1º, Inciso IV do Decreto nº 3.048, de 1999 na redação do Decreto nº 6.857/2009, tendo em vista o disposto no artigo 3º, I, c/c artigo 62 § 2º, da Portaria MDS nº 116/2017 - Regimento Interno do CRSS - em Terceira Sessão Ordinária realizada nos dias 28 e 29 de agosto de 2018, resolve:
RETIFICAR o Enunciado Nº 39 do Conselho de Recursos do Seguro Social-CRSS, aprovado por UNANIMIDADE pelos membros do Conselho Pleno, com nova redação, nos seguintes termos: "A habilitação tardia de beneficiários menores, incapazes ou ausentes, em benefícios previdenciários já com dependentes anteriormente habilitados, somente produzirá efeitos financeiros a contar da Data de entrada do Requerimento - DER, sendo incabível a retroação da Data do Início do Pagamento - DIP para permitir a entrega de valores a partir do fato gerador do benefício".

ANA CRISTINA EVANGELISTA
Presidente do Conselho de Recursos do Seguro Social

RESOLUÇÃO Nº 60, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

O Conselho Pleno do Conselho de Recursos do Seguro Social-CRSS, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 303, Parágrafo 1º, Inciso IV do Decreto nº 3.048, de 1999 na redação do Decreto nº 6.857/2009, tendo em vista o disposto no artigo 3º, I, c/c artigo 62 § 2º, da Portaria MDS nº 116/2017 - Regimento Interno do CRSS - em Terceira Sessão Ordinária realizada nos dias 28 e 29 de agosto de 2018, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Editar o Enunciado nº 40 do Conselho de Recursos do Seguro Social-CRSS, aprovado por UNANIMIDADE, pelo Voto que lhe deu origem através da Resolução nº 45/2018, pelos membros do Conselho Pleno, nos seguintes termos: "A decadência prevista no art. 103-A da Lei nº 8.213/91 incide na revisão de acúmulo de auxílio-suplementar com aposentadoria de qualquer natureza, salvo se comprovada a má-fé do(a) beneficiário(a), a contar da percepção do primeiro pagamento indevido, OBSERVADOS OS SEGUINTES PARAMETROS:

I - Para as acumulações ocorridas antes da publicação da Lei n° 9.784, o prazo será contado a partir de 01/02/1999. (Parecer MPS/CJ n° 3.509 de 26/04/2005, DOU de 28/04/2005)

II - A má-fé deve ser comprovada, no caso concreto, assegurada a ampla defesa e o contraditório".

ANA CRISTINA EVANGELISTA
Presidente do Conselho de Recursos do Seguro Social

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

ATO JUSTIFICADOR Nº 1, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Ato justificador da conveniência da outorga de concessão de serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza. Objeto: Concessão de serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza; Área: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; Prazo: 20 Anos.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - Instituto Chico Mendes, Paulo Henrique Marostegan e Carneiro, nomeado pela Portaria da Casa Civil n° 638, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018, no exercício das suas atribuições constitucionais e legais, especialmente das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e nos termos da Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 e da Lei n. 8987,de 3 de fevereiro de 1995, em vista dos elementos constantes do Processo nº 02070.006333/2018-81 e considerando que:

I- Compete ao Poder Público o dever de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente como uma das formas de concretizar o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e preservação para as presentes e futuras gerações, segundo o disposto no art. 225, 1°, inciso VI, da Constituição Federal;

II - A Agenda 21 Global promove uma ampla consciência pública para a implementação do desenvolvimento sustentável, recomendando que os países devem promover, quando apropriado, atividades de lazer e turismo ambientalmente saudáveis, baseando-se na declaração da Haia sobre Turismo (1989) e os programas atuais da Organização Mundial de Turismo e o PNUMA, fazendo uso adequado de museus, lugares históricos, jardins zoológicos, jardins botânicos, parques nacionais e outras áreas protegidas;

III - O Brasil assumiu o compromisso, com a ratificação da Convenção sobre Diversidade Biológica (Decreto nº 2.519/1998 e Decreto Legislativo nº 2/1994), de promover e estimular a compreensão da importância da conservação da diversidade biológica e das medidas necessárias a esse fim, sua divulgação pelos meios de comunicação, e a inclusão desses temas nos programas educacionais, bem como quanto a necessidade de integrar, na medida do possível e conforme o caso, a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica em planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais pertinentes;

IV - O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade é o órgão competente para viabilizar o uso público das unidades de conservação, nos termos do art. 1º, V, da Lei n. 11.516, de 28 de agosto de 2007;

V - Os Parques Nacionais "tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico", conforme o art. 11 da Lei n. 9985, de 18 de julho de 2000;

VI - A Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018 introduziu na Lei nº 11.516/2007, o art. 14-C para permitir a concessão, nos termos da Lei n. 8987, de 13 de fevereiro de 1995, de serviços, áreas ou instalações de unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza;

VII - O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros possui os títulos de Patrimônio Mundial Natural e de zona núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado, ambos concedidos pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura -UNESCO, em virtude de sua importância para a conservação da biodiversidade, pois é um dos três principais centros de endemismo do Cerrado. Além de abrigar excepcionais bens naturais, como rios, cachoeiras, cânions e mirantes, a Chapada dos Veadeiros abriga manifestações culturais diversificadas e com importância histórica;

VIII - A implantação de serviços de apoio à visitação tem como objetivo o fornecimento de melhores condições de preservação do patrimônio natural e de um melhor aproveitamento do potencial de visitação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; com a previsão de geração de empregos diretos, redução significativa dos gastos públicos, além do aumento da arrecadação nas três esferas de governo, resolve:

autorizar a concessão onerosa à iniciativa privada dos serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza, na área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros incluindo os seguintes serviços obrigatórios: cobrança de ingressos; recepção de visitantes; transporte interno; alimentação; loja de conveniência; centro de visitantes e espaço de campismo, conforme condições previstas nos estudos, levantamentos e documentos técnicos que instruem o processo 02070.006333/2018-81.

PAULO HENRIQUE MAROSTERGAN E CARNEIRO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 301, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018. (*)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dos Transportes, Portos e Aviação Civil; da Defesa; e do Desenvolvimento Social; de Encargos Financeiros da União; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 2.087.433.499,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", itens "1" e "3", da Lei n. 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei n. 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dos Transportes, Portos e Aviação Civil; da Defesa; e do Desenvolvimento Social; de Encargos Financeiros da União; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 2.087.433.499,00 (dois bilhões, oitenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º O cancelamento de despesas primárias, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 4º da Lei n. 13.587, de 2018, está demonstrado no Anexo III.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLEISSON CARDOSO RUBIN

ANEXO

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							8.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							8.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							8.000.000
			F	1	1	90	0	100	8.000.000
TOTAL - FISCAL									8.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							15.688.700
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							15.688.700
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							15.688.700
			F	3	1	90	0	100	15.688.700
TOTAL - FISCAL									15.688.700
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.688.700

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.500.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							2.500.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							2.500.000
			F	1	1	90	0	100	1.500.000
			F	3	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2108		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							6.644.433
		Atividades							
05 122	2108 2867	Ativos Militares das Forças Armadas							6.644.433
05 122	2108 2867 0001	Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional							6.644.433
			F	1	1	90	0	100	6.644.433
TOTAL - FISCAL									6.644.433
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.644.433

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.413.855
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.413.855
28 846	0901 0022 0035	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado de São Paulo							1.413.855
			F	1	1	90	0	100	1.413.855
TOTAL - FISCAL									1.413.855
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.413.855

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							130.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							130.000.000
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							130.000.000
			S	3	1	90	0	100	130.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									130.000.000
TOTAL - GERAL									130.000.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.900.000.949
		Operações Especiais							
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							1.900.000.949
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							1.900.000.949
			S	3	1	90	0	100	1.746.402.452
			S	3	1	90	0	151	153.598.497
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.900.000.949
TOTAL - GERAL									1.900.000.949

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							20.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							20.000.000
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							20.000.000
			F	3	1	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							2.185.562
		Operações Especiais							
28 845	0903 00NR	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							2.185.562
28 845	0903 00NR 0053	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							2.185.562
			F	1	1	90	0	100	2.185.562
TOTAL - FISCAL									2.185.562
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.185.562

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							34.869.311
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							34.869.311
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							34.869.311
			F	1	1	90	0	100	1.549.006
			F	3	1	90	0	100	5.738.389
			F	5	1	90	0	100	27.581.916
TOTAL - FISCAL									34.869.311
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									34.869.311

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							35.267
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							35.267
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							35.267
			S	3	1	90	0	100	35.267
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									35.267
TOTAL - GERAL									35.267

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							15.937
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							15.937
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							15.937
			F	1	1	90	0	100	14.711
			F	3	1	90	0	100	1.226
TOTAL - FISCAL									15.937
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.937

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							361.770
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							361.770
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							361.770
			F	1	1	90	0	100	124.817
			F	3	1	90	0	100	236.953
TOTAL - FISCAL									361.770
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									361.770

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.357.955
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.357.955
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							4.357.955
			F	1	1	90	0	100	202.957
			F	3	1	90	0	100	4.154.998
TOTAL - FISCAL									4.357.955
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.357.955

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							15.222
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							15.222
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							15.222
			F	3	1	90	0	100	15.222
TOTAL - FISCAL									15.222
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.222

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							36.032
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							36.032
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							36.032
			F	1	1	90	0	100	36.032
TOTAL - FISCAL									36.032
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									36.032

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							28.445
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							28.445
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							28.445
			F	1	1	90	8	100	23.918
			F	3	1	90	8	100	4.527
TOTAL - FISCAL									28.445
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.445

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							11.469
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							11.469
28 846	0901 0005 0020	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste							11.469
			F	3	1	90	8	100	11.469
TOTAL - FISCAL									11.469
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.469

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.015.473
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.015.473
28 846	0901 0005 0027	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Alagoas							2.015.473
			F	1	1	90	8	100	1.935.513
			F	3	1	90	8	100	79.960
TOTAL - FISCAL									2.015.473
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.015.473

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							101.636
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							101.636
28 846	0901 0005 0029	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Bahia							101.636
			F	1	1	90	8	100	97.067
			F	3	1	90	8	100	4.569
TOTAL - FISCAL									101.636
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									101.636

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							833.473
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							833.473
28 846	0901 0005 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará							833.473
			F	1	1	90	8	100	646.528
			F	3	1	90	8	100	186.945
TOTAL - FISCAL									833.473
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									833.473

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							77.946
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							77.946
28 846	0901 0005 0032	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Espírito Santo							77.946
			F	1	1	90	8	100	74.468
			F	3	1	90	8	100	3.478
TOTAL - FISCAL									77.946
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									77.946

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							30.430
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							30.430
28 846	0901 0005 0052	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Goiás							30.430
			F	1	1	90	8	100	30.430
TOTAL - FISCAL									30.430
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							28.667
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							28.667
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							28.667
			F	1	1	90	8	100	28.667
TOTAL - FISCAL									28.667
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.667

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.728
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.728
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							2.728
			F	1	1	90	8	100	2.728
TOTAL - FISCAL									2.728
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.728

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							296.003
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							296.003
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							296.003
			F	1	1	90	8	100	258.917
			F	3	1	90	8	100	37.086
TOTAL - FISCAL									296.003
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									296.003

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							682.233
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							682.233
28 846	0901 0005 0015	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Pará							682.233
			F	1	1	90	8	100	95.561
			F	3	1	90	8	100	586.672
TOTAL - FISCAL									682.233
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									682.233

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.495.363
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.495.363
28 846	0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba							1.495.363
			F	1	1	90	8	100	1.374.836
			F	3	1	90	8	100	120.527
TOTAL - FISCAL									1.495.363
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.495.363

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							573.279
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							573.279
28 846	0901 0005 0041	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Paraná							573.279
			F	1	1	90	8	100	159.986
			F	3	1	90	8	100	413.293
TOTAL - FISCAL									573.279
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									573.279

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.122.579
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.122.579
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							1.122.579
			F	1	1	90	8	100	936.735
			F	3	1	90	8	100	185.844
TOTAL - FISCAL									1.122.579
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.122.579

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							114.086
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							114.086
28 846	0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte							114.086
			F	1	1	90	8	100	96.391
			F	3	1	90	8	100	17.695
TOTAL - FISCAL									114.086
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									114.086

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.635.807
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.635.807
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							1.635.807
			F	1	1	90	8	100	604.325
			F	3	1	90	8	100	1.031.482
TOTAL - FISCAL									1.635.807
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.635.807

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							146.418
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							146.418
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							146.418
			F	1	1	90	8	100	113.431
			F	3	1	90	8	100	32.987
TOTAL - FISCAL									146.418
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									146.418

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							144.918
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							144.918
28 846	0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina							144.918
			F	1	1	90	8	100	114.192
			F	3	1	90	8	100	30.726
TOTAL - FISCAL									144.918
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									144.918

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.536.288
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.536.288
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							1.536.288
			F	1	1	90	8	100	1.489.360
			F	3	1	90	8	100	46.928
TOTAL - FISCAL									1.536.288
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.536.288

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							66.681
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							66.681
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							66.681
			F	1	1	90	8	100	62.534
			F	3	1	90	8	100	4.147
TOTAL - FISCAL									66.681
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									66.681

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							31.197
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							31.197
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							31.197
			F	1	1	90	8	100	30.900
			F	3	1	90	8	100	297
TOTAL - FISCAL									31.197
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.197

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.199
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.199
28 846	0901 0005 0014	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Roraima							1.199
			F	1	1	90	8	100	1.199
TOTAL - FISCAL									1.199
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.199

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.177
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							5.177
28 846	0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba							5.177
			F	1	1	90	8	100	1.717
			F	3	1	90	8	100	3.460
TOTAL - FISCAL									5.177
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.177

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							9.196
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							9.196
28 846	0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas							9.196
			F	1	1	90	8	100	9.196
TOTAL - FISCAL									9.196
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.196

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.301
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.301
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							2.301
			F	1	1	90	8	100	2.301
TOTAL - FISCAL									2.301
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.301

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							20.907
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							20.907
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							20.907
			F	1	1	90	8	100	20.799
			F	3	1	90	8	100	108
TOTAL - FISCAL									20.907
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.907

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.604
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.604
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							1.604
			F	1	1	90	8	100	1.604
TOTAL - FISCAL									1.604
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.604

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							146.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							146.000
28 846	0901 0005 0041	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Paraná							146.000
			F	1	1	90	8	100	95.975
			F	3	1	90	8	100	50.025
TOTAL - FISCAL									146.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									146.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							728
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							728
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							728
			F	1	1	90	8	100	591
			F	3	1	90	8	100	137
TOTAL - FISCAL									728
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									728

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							82.983
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							82.983
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							82.983
			F	1	1	90	8	100	76.858
			F	3	1	90	8	100	6.125
TOTAL - FISCAL									82.983
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									82.983

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							23.725
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							23.725
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							23.725
			F	1	1	90	8	100	23.692
			F	3	1	90	8	100	33
TOTAL - FISCAL									23.725
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.725

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							41.125
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							41.125
28 846	0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte							41.125
			F	1	1	90	8	100	24.644
			F	3	1	90	8	100	16.481
TOTAL - FISCAL									41.125
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									41.125

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							23.451
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							23.451
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							23.451
			F	1	1	90	8	100	22.472
			F	3	1	90	8	100	979
TOTAL - FISCAL									23.451
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.451

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.496
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.496
28 846	0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas							4.496
			F	1	1	90	8	100	3.028
			F	3	1	90	8	100	1.468
TOTAL - FISCAL									4.496
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.496

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							86.883
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							86.883
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							86.883
			F	1	1	90	8	100	84.763
			F	3	1	90	8	100	2.120
TOTAL - FISCAL									86.883
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									86.883

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							557
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							557
28 846	0901 0005 0021	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Maranhão							557
			F	1	1	90	8	100	557
TOTAL - FISCAL									557
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									557

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							521.429
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							521.429
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							521.429
			F	1	1	90	8	100	497.278
			F	3	1	90	8	100	24.151
TOTAL - FISCAL									521.429
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									521.429

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							23.536
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							23.536
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							23.536
			F	1	1	90	8	100	20.279
			F	3	1	90	8	100	3.257
TOTAL - FISCAL									23.536
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.536

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							9.122
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							9.122
28 846	0901 0005 0012	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Acre							9.122
			F	1	1	90	8	100	9.122
TOTAL - FISCAL									9.122
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.122

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							116.751
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							116.751
28 846	0901 0005 0051	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso							116.751
			F	1	1	90	8	100	91.187
			F	3	1	90	8	100	25.564
TOTAL - FISCAL									116.751
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									116.751

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							44.385
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							44.385
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							44.385
			F	1	1	90	8	100	44.385
TOTAL - FISCAL									44.385
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									44.385

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							301.764
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							301.764
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							301.764
			F	1	1	90	8	100	164.252
			F	3	1	90	8	100	137.512
TOTAL - FISCAL									301.764
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									301.764

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.943
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.943
28 846	0901 0005 0022	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Piauí							4.943
			F	1	1	90	8	100	4.943
TOTAL - FISCAL									4.943
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.943

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							155.406
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							155.406

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo	F	1	1	90	8	100	155.406
TOTAL - FISCAL									155.406
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									155.406

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							461.330
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							461.330
28 846	0901 0005 0028	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Sergipe							461.330
			F	1	1	90	8	100	451.978
			F	3	1	90	8	100	9.352
TOTAL - FISCAL									461.330
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									461.330

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							28.255
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							28.255
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							28.255
			F	1	1	90	8	100	28.255
TOTAL - FISCAL									28.255
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.255

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							109.591
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							109.591
28 846	0901 0005 0054	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso do Sul							109.591
			F	1	1	90	8	100	76.841
			F	3	1	90	8	100	32.750
TOTAL - FISCAL									109.591
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									109.591

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							32.559
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							32.559

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							32.559
			F	1	1	90	8	100	28.172
			F	3	1	90	8	100	4.387
TOTAL - FISCAL									32.559
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									32.559

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							10.932
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							10.932
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							10.932
			F	1	1	90	8	100	10.932
TOTAL - FISCAL									10.932
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.932

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.996
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							5.996
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							5.996
			F	1	1	90	8	100	1.525
			F	3	1	90	8	100	4.471
TOTAL - FISCAL									5.996
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.996

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.575
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.575
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							3.575
			F	1	1	90	8	100	3.516
			F	3	1	90	8	100	59
TOTAL - FISCAL									3.575
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.575

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							61.385
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							61.385

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							61.385
			S	1	1	90	8	100	38.885
			S	3	1	90	8	100	22.500
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									61.385
TOTAL - GERAL									61.385

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							132.203
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							132.203
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							132.203
			F	1	1	90	8	100	25.553
			F	3	1	90	8	100	106.650
TOTAL - FISCAL									132.203
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									132.203

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.417
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.417
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							3.417
			F	1	1	90	8	100	3.417
TOTAL - FISCAL									3.417
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.417

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							31.829
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							31.829
28 846	0901 0005 0027	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Alagoas							31.829
			F	1	1	90	8	100	29.112
			F	3	1	90	8	100	2.717
TOTAL - FISCAL									31.829
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.829

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.651
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.651
28 846	0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas							1.651
			F	1	1	90	8	100	1.651
TOTAL - FISCAL									1.651
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.651

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							58.475
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							58.475
28 846	0901 0005 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará							58.475
			F	1	1	90	8	100	58.475
TOTAL - FISCAL									58.475
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									58.475

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							60.833
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							60.833
28 846	0901 0005 0032	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Espírito Santo							60.833
			F	1	1	90	8	100	58.854
			F	3	1	90	8	100	1.979
TOTAL - FISCAL									60.833
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.833

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							56.196
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							56.196
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							56.196
			F	1	1	90	8	100	37.114
			F	3	1	90	8	100	19.082
TOTAL - FISCAL									56.196
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									56.196

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.519
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.519
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							2.519
			F	1	1	90	8	100	2.519
TOTAL - FISCAL									2.519
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.519

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							14.068
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							14.068
28 846	0901 0005 0015	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Pará							14.068
			F	1	1	90	8	100	14.068
TOTAL - FISCAL									14.068
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.068

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							7.671
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							7.671
28 846	0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba							7.671
			F	1	1	90	8	100	7.671
TOTAL - FISCAL									7.671
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.671

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							25.201
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							25.201
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							25.201
			F	1	1	90	8	100	25.201
TOTAL - FISCAL									25.201
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.201

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							23.650
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							23.650
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							23.650
			F	1	1	90	8	100	23.465
			F	3	1	90	8	100	185
TOTAL - FISCAL									23.650
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.650

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							104.316
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							104.316
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							104.316
			F	1	1	90	8	100	104.316
TOTAL - FISCAL									104.316
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									104.316

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							15.266
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							15.266
28 846	0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina							15.266
			F	1	1	90	8	100	14.661
			F	3	1	90	8	100	605
TOTAL - FISCAL									15.266
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.266

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							15.955
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							15.955
28 846	0901 0005 0028	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Sergipe							15.955
			F	1	1	90	8	100	15.955
TOTAL - FISCAL									15.955
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.955

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							685
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							685
28 846	0901 0005 0017	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Tocantins							685
			F	1	1	90	8	100	685
TOTAL - FISCAL									685
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									685

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.233
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							5.233
28 846	0901 0005 0052	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Goiás							5.233
			F	1	1	90	8	100	5.233
TOTAL - FISCAL									5.233
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.233

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							90.787
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							90.787
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							90.787
			F	1	1	90	8	100	87.298
			F	3	1	90	8	100	3.489
TOTAL - FISCAL									90.787
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									90.787

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.490
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.490
28 846	0901 0005 0041	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Paraná							3.490
			F	1	1	90	8	100	3.490
TOTAL - FISCAL									3.490
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.490

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.229
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.229
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							2.229
			F	1	1	90	8	100	2.229
TOTAL - FISCAL									2.229
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.229

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							12.627
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							12.627
28 846	0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte							12.627
			F	1	1	90	8	100	12.627
TOTAL - FISCAL									12.627
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.627

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							17.922
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							17.922
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							
			F	1	1	90	8	100	12.439
			F	3	1	90	8	100	5.483
TOTAL - FISCAL									17.922
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									17.922

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							227.293
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							227.293
28 846	0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina							227.293
			F	1	1	90	8	100	205.506
			F	3	1	90	8	100	21.787
TOTAL - FISCAL									227.293
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									227.293

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							14.136
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							14.136
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							14.136
			F	1	1	90	0	100	12.952
			F	3	1	90	0	100	1.184
TOTAL - FISCAL									14.136
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.136

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							7.811.357
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							7.811.357
28 846	0901 0005 0010	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Norte							7.811.357
			F	3	1	90	0	100	7.811.357
TOTAL - FISCAL									7.811.357
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.811.357

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							380.601
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							380.601
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							380.601
			F	1	1	90	0	100	228.179
			F	3	1	90	0	100	152.422
TOTAL - FISCAL									380.601
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									380.601

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							48.237
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							48.237
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							48.237
			F	3	1	90	0	100	48.237
TOTAL - FISCAL									48.237
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									48.237

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							143.528
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							143.528
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							143.528
			S	1	1	90	6	100	7.601
			S	3	1	90	6	100	135.927
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									143.528
TOTAL - GERAL									143.528

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.119.864
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.119.864
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							1.119.864
			S	1	1	90	6	100	846.381
			S	3	1	90	6	100	273.483
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.119.864
TOTAL - GERAL									1.119.864

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							14.934
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							14.934
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							14.934
			S	1	1	90	6	100	10.459
			S	3	1	90	6	100	4.475
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.934
TOTAL - GERAL									14.934

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.027.611
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.027.611
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							1.027.611
			F	1	1	90	0	100	41.265
			F	3	1	90	0	100	665.199
			F	5	1	90	0	100	321.147
TOTAL - FISCAL									1.027.611
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.027.611

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho

UNIDADE: 40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							13.397
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							13.397
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							13.397
			F	1	1	90	0	100	13.397
TOTAL - FISCAL									13.397
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.397

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							8.818
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							8.818
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							8.818
			F	3	1	90	0	100	8.818

TOTAL - FISCAL	8.818
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	8.818

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							29.720
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							29.720
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							29.720
			F	1	1	90	0	100	26.403
			F	3	1	90	0	100	3.317

TOTAL - FISCAL	29.720
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	29.720

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							11.158
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							11.158
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							11.158
			F	1	1	90	0	100	6.019
			F	3	1	90	0	100	5.139

TOTAL - FISCAL	11.158
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	11.158

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.220.895
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.220.895
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							3.220.895
			F	1	1	90	0	100	307.342
			F	3	1	90	0	100	2.533.831
			F	5	1	90	0	100	379.722

TOTAL - FISCAL	3.220.895
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	3.220.895

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							45.246
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							45.246
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							45.246
			F	5	1	90	0	100	45.246
TOTAL - FISCAL									45.246
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									45.246

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.170.221
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.170.221
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							1.170.221
			F	1	1	90	0	100	919.903
			F	3	1	90	0	100	250.318
TOTAL - FISCAL									1.170.221
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.170.221

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.241
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							5.241
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							5.241
			F	1	1	90	0	100	5.241
TOTAL - FISCAL									5.241
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.241

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							6.644.433
		Atividades							
05 122	2108 20TP	Ativos Civis da União							6.644.433
05 122	2108 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							6.644.433
			F	1	1	90	0	100	6.644.433
TOTAL - FISCAL									6.644.433
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.644.433

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							59.791
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							59.791
28 846	0901 0005 6000	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Amazônia Legal							59.791
			F	1	1	90	0	100	59.791
TOTAL - FISCAL									59.791
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									59.791

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							430.166
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							430.166
28 846	0901 0005 0020	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste							430.166
			F	1	1	90	0	100	430.166
TOTAL - FISCAL									430.166
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									430.166

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							446.192
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							446.192
28 846	0901 0005 0020	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste							446.192
			F	1	1	90	0	100	334.949
			F	3	1	90	0	100	76.342
			F	5	1	90	0	100	34.901
TOTAL - FISCAL									446.192
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									446.192

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo

UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							21.025
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							21.025

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							21.025
			F	1	1	90	0	100	21.025
TOTAL - FISCAL									21.025
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.025

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							33.499.989
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							33.499.989
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							33.499.989
			S	1	1	90	0	100	22.938.424
			S	3	1	90	0	100	10.389.484
			S	5	1	90	0	100	172.081
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									33.499.989
TOTAL - GERAL									33.499.989

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.694.270
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.694.270
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							4.694.270
			S	3	1	90	0	100	4.694.270
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.694.270
TOTAL - GERAL									4.694.270

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							153.598.497
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							153.598.497
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							153.598.497
			S	3	1	90	0	151	153.598.497
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									153.598.497
TOTAL - GERAL									153.598.497

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							28.602.555
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							28.602.555
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							28.602.555
			F	1	1	90	0	100	11.913.855
			F	3	1	90	0	100	16.688.700
	0999	Reserva de Contingência							2.185.562
		Operações Especiais							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							2.185.562

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

99 999	0999 0Z00 0001	Reserva de Contingência - Financeira - Nacional	F	1	0	91	0	100	2.185.562
									2.185.562
TOTAL - FISCAL									30.788.117
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.788.117

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.019.767.635
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							869.767.635
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							869.767.635
			F	1	1	90	0	100	84.805.634
			F	3	1	90	0	100	773.101.256
			F	5	1	90	0	100	11.860.745
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							150.000.000
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							150.000.000
			F	1	1	90	0	100	150.000.000
TOTAL - FISCAL									1.019.767.635
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.019.767.635

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito

UNIDADE: 74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar							374.197.000
		Operações Especiais							
20 608	2012 0281	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)							374.197.000
20 608	2012 0281 0001	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							374.197.000
			F	3	1	90	0	100	374.197.000
	2077	Agropecuária Sustentável							394.300.000
		Operações Especiais							
20 605	2077 0294	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)							203.000.000
20 605	2077 0294 0001	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							203.000.000
			F	3	1	90	0	100	203.000.000
20 605	2077 0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)							191.300.000
20 605	2077 0301 0001	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							191.300.000
			F	3	1	90	0	100	191.300.000
TOTAL - FISCAL									768.497.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									768.497.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO III

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							2.185.562
		Operações Especiais							
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							2.185.562
99 999	0999 0Z01 0001	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional							2.185.562
			F	1	1	90	0	100	2.185.562
TOTAL - FISCAL									2.185.562
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.185.562

(*) Republicada por ter saído com incorreção do original publicado no Diário Oficial da União de 2 de outubro de 2018, Seção 1, páginas 146 a 173.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 302, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Substituto, tendo em vista o disposto no art. 8º, caput, inciso I, do Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites constantes do Anexo I do Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLEISSON CARDOSO RUBIN

ANEXO

(Anexo I ao Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018)
AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgãos	Despesas Discricionárias				
	PAC	Emendas Impositivas		Demais	Total
		Individuais	Bancada		
Ministério da Saúde 36000	28.593.920	0	0	16.549	28.610.469
Ministério da Integração Nacional 53000	0	0	0	2.000.000	2.000.000
TOTAL	28.593.920	0	0	2.016.549	30.610.469

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 3.372, DE 27 DE MARÇO DE 2018

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 3º, inciso I, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Senhora Secretária do Patrimônio da União, publicada no DOU de 30 de junho de 2010, tendo em vista o disposto nos Artigos 538 e 553 do Código Civil Brasileiro e de acordo com os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04921.000201/2018-11, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargos, que faz o Município de Corumbá/MS, do imóvel com área de 800,00m² (oitocentos metros quadrados), objeto da Matrícula nº 33.601, Livro nº 2, Ficha 01, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Corumbá/MS.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria será entregue ao Ministério da Defesa - Comando do Exército/9ª Região Militar, para a construção de sítio de antenas para atender o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON, no município de Corumbá/MS.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIA OLIVIA AGGIO DE AS

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 8.340, DE 16 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO - SPU/SP, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº 612, de 3 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 126, Seção 2, página 51, de 4 de julho de 2017, e pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VI da Portaria MP nº 54, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e demais elementos que integram o Processo de nº 04977.207811/2015-48, resolve:

Art. 1º Renovar a autorização para que a Prefeitura Municipal de Santos, no Estado de São Paulo, inicie as obras em área de domínio da União, imóvel localizado no Bairro do Bom Retiro, para Implantação de Infraestrutura Viária com recursos provenientes do PAC II - Mobilidade Urbana - Programa Pró-Transporte, RIP 7071.0104642-36, cujo perímetro encontra-se descrito e caracterizado nos termos do processo 04977.207811/2015- 48.

Art. 2º O prazo da referida autorização será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da publicação desta portaria.

Art. 3º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas na área, inclusive em relação aos órgãos ambientais, bem como não implica na constituição de direito ou domínio, ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 4º A autorização de obras prevista nesta Portaria é ato precário, revogável a qualquer tempo, e não permite a transferência de domínio, que dependerá da outorga de Cessão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBSON TUMA

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE - Substituta, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:
1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.002245/2015-09	206448988	Auto Viacao Veleiro Ltda	AL
2	46201.000070/2015-97	205653111	Cooperativa de Servicos Medicos Hospitalares de Maceió	AL
3	46201.002248/2012-91	17356181	Tam Linhas Aereas S/A.	AL
4	46202.003720/2016-27	208955356	SP Construcao de Pocos Artesianos Ltda	AM
5	46202.003721/2016-71	208955364	SP Construcao de Pocos Artesianos Ltda	AM
6	46306.000417/2015-23	205886990	Engecenter Construtora e Incorporadora Ltda.	MT
7	46306.000419/2015-12	205887007	Engecenter Construtora e Incorporadora Ltda.	MT
8	46306.000423/2015-81	205886981	Engecenter Construtora e Incorporadora Ltda.	MT
9	46653.000008/2016-68	208697853	Engecenter Construtora e Incorporadora Ltda.	MT
10	46653.000067/2016-36	208734872	Engecenter Construtora e Incorporadora Ltda.	MT
11	46212.023943/2016-91	210906642	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	PR
12	46253.000721/2016-14	208891609	Lider Telecom Comercio e Servicos em Telecomunicacoes S.A	SP
13	46253.000722/2016-69	208891676	Lider Telecom Comercio e Servicos em Telecomunicacoes S.A	SP
14	46226.000714/2016-40	208667253	Cargill Agricola S A	TO
15	46226.020787/2013-13	201904918	Municipio de Sao Felix do Tocantins	TO
16	46226.020788/2013-50	201905001	Municipio de Sao Felix do Tocantins	TO
17	46226.022996/2013-93	202572846	Municipio de Xambioa	TO
18	46226.003009/2016-02	210109815	Nunes e Farias Ltda - EPP	TO
19	46226.003011/2016-73	210109947	Nunes e Farias Ltda - EPP	TO
20	46226.001865/2014-53	203497856	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
21	46226.001866/2014-06	203497848	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
22	46226.001867/2014-42	203497864	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
23	46226.001869/2014-31	203497902	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
24	46226.001871/2014-19	203497929	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
25	46226.001874/2014-44	203497970	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
26	46226.001880/2014-00	203498062	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
27	46226.001881/2014-46	203498071	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
28	46226.001886/2014-79	203498135	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
29	46226.001887/2014-13	203498143	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
30	46226.001888/2014-68	203498151	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
31	46226.001891/2014-81	203498178	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
32	46226.001894/2014-15	203498186	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33	46226.001896/2014-12	203499166	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
34	46226.001897/2014-59	203499174	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
35	46226.001903/2014-78	203499280	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
36	46226.001904/2014-12	203499298	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
37	46226.001905/2014-67	203499301	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
38	46226.001909/2014-45	203499387	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46302.001837/2013-03	200.150.421 - TRet nº200.611.275	Cesel Indústria e Comércio Ltda. - EPP	MG
2	46473.006206/2002-58	505.091.275 - TRet nº 506.693.465	Indústria e Comércio de Bebidas Artera Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.000087/2015-44	205649980	Cooperativa de Servicos Medicos Hospitalares de Maceió	AL
2	46201.001818/2015-79	26482738	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	AL
3	46201.002106/2015-77	26482959	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	AL
4	46201.002693/2015-02	206622295	MGM Farma Ltda	AL
5	47904.014336/2013-62	201539373	Construtora Lumax Ltda	BA
6	47904.014341/2013-75	201540908	Construtora Lumax Ltda	BA
7	47904.014347/2013-42	201541289	Construtora Lumax Ltda	BA
8	46208.016778/2014-19	205134262	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
9	46208.016779/2014-63	205134246	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
10	46208.016780/2014-98	205134254	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
11	46208.016781/2014-32	205134297	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
12	46208.016787/2014-18	205133070	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
13	46208.016795/2014-56	205134009	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
14	46208.016797/2014-45	205134025	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
15	46208.016798/2014-90	205133592	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
16	46208.016800/2014-21	205133908	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
17	46208.016803/2014-64	205133959	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
18	46208.016804/2014-17	205133916	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
19	46208.016806/2014-06	205133991	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
20	46208.016807/2014-42	205133975	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
21	46208.016808/2014-97	205134068	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
22	46208.016809/2014-31	205134076	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
23	46208.016812/2014-55	205134131	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
24	46208.016813/2014-08	205134173	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
25	46208.016815/2014-99	205133533	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
26	46208.016816/2014-33	205133541	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
27	46208.016817/2014-88	205133746	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
28	46208.016818/2014-22	205133762	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
29	46208.016821/2014-46	205133827	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
30	46208.016823/2014-35	205133835	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
31	46208.016826/2014-79	205133231	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
32	46208.016829/2014-11	205133274	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
33	46208.016830/2014-37	205133312	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
34	46208.016834/2014-15	205133703	Municipio de Aparecida de Goiânia	GO
35	46311.000316/2016-64	209252111	Viação Nossa Senhora Aparecida Ltda.	MA
36	46311.000317/2016-17	209252049	Viação Nossa Senhora Aparecida Ltda.	MA
37	47747.005284/2016-36	210289678	Hipercarnes Indústria e Comércio Eireli	MG
38	46653.006339/2014-40	205320341	Liliam Suzana de Oliveira Mundel Miranda	MT
39	46653.000532/2015-58	205811060	Municipio de Aparecida de Goiânia	MT
40	46653.002803/2014-29	203938178	OI S/A	MT
41	46222.009096/2016-33	210368993	Cicero Lopes de Sousa	PA
42	46222.009104/2016-41	210384701	Cicero Lopes de Sousa	PA
43	46224.002076/2016-11	209134798	Banco Santander (Brasil) S.A.	PB
44	46212.010530/2016-47	209573961	Leao Alimentos e Bebidas Ltda.	PR
45	46293.004785/2016-18	209916320	M. D. Almeida Silva - Confeccoes - ME	PR
46	46215.008754/2014-05	202719626	Banco Santander (Brasil) S.A.	RJ
47	46670.000607/2007-82	14920824	Volks Pombo Ltda.	RJ
48	46218.015262/2016-08	210424958	Companhia Ultragaz S A	RS
49	46301.000478/2015-31	205859968	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agricola de SC	SC
50	46221.010036/2015-92	207876843	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática S.A	SE
51	46473.003791/2012-14	23810092	Eicon Controles Inteligentes de Negócios Ltda.	SP
52	46473.003792/2012-51	23810106	Eicon Controles Inteligentes de Negócios Ltda.	SP
53	47999.007059/2014-19	204950651	MRV Construcoes Ltda	SP
54	47999.007963/2012-54	21318190	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	SP
55	46226.008683/2012-41	18477160	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	TO
56	46226.001770/2014-30	203493605	Municipio de Couto de Magalhaes	TO
57	46226.004409/2014-65	26459680	Servico Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac	TO
58	46226.001872/2014-55	203497945	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial - Senac	TO
59	46226.001877/2014-88	203498020	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial - Senac	TO
60	46226.001899/2014-48	203499204	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial - Senac	TO
61	46226.003430/2016-13	210468149	Weliton Geraldo Neto	TO

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.014345/2013-53	201541050	Construtora Lumax Ltda	BA
2	47904.014349/2013-31	201541351	Construtora Lumax Ltda	BA
3	47904.014334/2013-73	201539136	Construtora Lumax Ltda	BA
4	47904.014350/2013-66	201541459	Construtora Lumax Ltda	BA
5	47904.014338/2013-51	201540487	Construtora Lumax Ltda	BA
6	47904.014343/2013-64	201541017	Construtora Lumax Ltda	BA
7	47904.014346/2013-06	201541238	Construtora Lumax Ltda	BA
8	47904.014342/2013-10	201540959	Construtora Lumax Ltda	BA
9	46504.001444/2014-04	203470648	Comercial Exportadora Rinoldi Ltda	MG
10	46226.001868/2014-97	203497872	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
11	46226.001885/2014-24	203498127	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
12	46226.001895/2014-60	203498208	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
13	46226.001884/2014-80	203498119	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
14	46226.001907/2014-56	203499336	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
15	46226.001683/2014-82	203485858	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
16	46226.001882/2014-91	203498089	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
17	46226.001675/2014-36	203488369	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
18	46226.001908/2014-09	203499361	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
19	46226.001906/2014-10	203499310	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.006024/2015-00	207654026	Ciemed Ltda - EPP	AL
2	46201.006274/2015-31	26487675	Condominio do Edificio Juvencio Leite	AL
3	46201.006275/2015-86	26487667	Condominio do Edificio Juvencio Leite	AL
4	46201.005882/2015-29	207594996	Condominio do Edificio Portal do Atlantico	AL
5	46201.005880/2015-30	207591342	Condominio Edificio Residencial Ametista III	AL
6	46201.006092/2015-61	207673187	Hapvida Assistencia Medica Ltda	AL
7	46202.008898/2016-64	209381116	Amazonas Motocenter Comercio de Motos Ltda	AM
8	46203.004573/2015-11	208046232	Batista & Silva Ltda - ME	AP
9	46203.003919/2014-83	25432729	Eletro Grupo Ltda	AP
10	46203.003870/2015-40	25434438	Elite Serviços de Segurança Ltda - ME	AP
11	46203.003820/2013-09	201172101	Ferreira Gomes Energia S/A	AP
12	46203.005392/2014-21	205210341	Mecon Comercio e Servicos Ltda	AP
13	46203.005116/2014-63	204793459	O Gomes Servicos Eletricos Ltda	AP
14	46203.003161/2015-64	25434365	R. C. Rocha & Cia Ltda - EPP	AP
15	46203.004458/2015-47	207972257	RM Servicos Auxiliares de Transporte Aereo Ltda.	AP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

16	46203.004460/2015-16	207972222	RM Servicos Auxiliares de Transporte Aereo Ltda.	AP
17	46203.004461/2015-61	207972192	RM Servicos Auxiliares de Transporte Aereo Ltda.	AP
18	46203.001055/2013-84	25097261	S & M Transportes e Loc. de Máquinas Pesadas Ltda - ME	AP
19	46203.001056/2013-29	25097270	S & M Transportes e Loc. de Máquinas Pesadas Ltda - ME	AP
20	46203.005735/2014-58	205430864	Telhas Metalicas do Brasil Ltda - ME	AP
21	46203.001990/2014-21	203422856	TSK Energia e Desenvolvimento Ltda.	AP
22	47904.002908/2015-22	206117426	Administradora Subae Manutencao e Limpeza Ltda - ME	BA
23	47904.002909/2015-77	206117396	Administradora Subae Manutencao e Limpeza Ltda - ME	BA
24	47904.002910/2015-00	206117361	Administradora Subae Manutencao e Limpeza Ltda - ME	BA
25	47904.002911/2015-46	206117337	Administradora Subae Manutencao e Limpeza Ltda - ME	BA
26	47904.002118/2015-47	206037341	Joel Conrado Vase - ME	BA
27	47904.002123/2015-50	206037236	Joel Conrado Vase - ME	BA
28	46204.005350/2015-61	207486379	Tora Comercio de Alimentos Limitada	BA
29	46204.005351/2015-14	207486387	Tora Comercio de Alimentos Limitada	BA
30	46204.005352/2015-51	207486468	Tora Comercio de Alimentos Limitada	BA
31	46204.005354/2015-40	207486417	Tora Comercio de Alimentos Limitada	BA
32	46204.005355/2015-94	207486433	Tora Comercio de Alimentos Limitada	BA
33	46204.005357/2015-83	207486492	Tora Comercio de Alimentos Limitada	BA
34	46204.005358/2015-28	207486476	Tora Comercio de Alimentos Limitada	BA
35	46204.005359/2015-72	207486603	Tora Comercio de Alimentos Limitada	BA
36	46206.002365/2014-77	202868761	Casa Loterica Chave de Ouro Ltda - ME	DF
37	46206.013304/2016-05	211077704	Eig Mercados Ltda	DF
38	46207.010904/2013-51	202325041	Brumol Madeiras Ltda. - EPP	ES
39	46207.002281/2013-42	200409662	Fibria Celulose S/A	ES
40	46207.001107/2015-44	205940650	Frigorifico Estrela do Sul Ltda	ES
41	46223.004383/2016-47	209573317	Caixa Economica Federal	MA
42	46223.004423/2016-51	209573341	Caixa Economica Federal	MA
43	46223.005322/2016-05	209812061	Colegio Literato Ltda	MA
44	46312.004124/2016-17	210323922	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. Sanesul	MS
45	46312.002760/2016-12	210003928	F. C. Construtora e Incorporadora Ltda	MS
46	46653.007601/2015-54	207846626	Alvani Manoel Laurindo	MT
47	46653.000332/2016-86	208779213	Genus-Editora, Gráfica e Comércio Ltda	MT
48	46653.000466/2016-05	208779477	Genus-Editora, Gráfica e Comércio Ltda	MT
49	46653.008720/2015-24	208562885	Irmãos Fraporti Ltda - EPP	MT
50	46306.001315/2015-25	207459517	Nilson Falco	MT
51	46306.001316/2015-70	207459533	Nilson Falco	MT
52	46653.000690/2016-99	209017490	Petel Materiais de Construção e Equip. Ltda	MT
53	46653.005982/2016-18	211037141	Refrigeração Possamai Ltda - EPP	MT
54	46653.005983/2016-62	211037125	Refrigeração Possamai Ltda - EPP	MT
55	46306.000535/2016-12	210171596	Weslen Vieira de Sousa - ME	MT
56	46222.008802/2016-20	210534770	Hidrovias do Brasil Navegacao Norte S.A.	PA
57	46213.013039/2012-34	24990299	Fundacao De Ensino Superior de Olinda	PE
58	46295.005148/2016-49	210875119	Veronica Viana De Lima - Me	PE
59	46212.015035/2017-13	212580442	Andreatta Industria e Comercio de Adesivos Ltda - ME	PR
60	46212.015034/2017-61	212580469	Andreatta Industria e Comercio de Adesivos Ltda - ME	PR
61	46212.015036/2017-50	212580477	Andreatta Industria e Comercio de Adesivos Ltda - ME	PR
62	46212.015037/2017-02	212580426	Andreatta Industria e Comercio de Adesivos Ltda - ME	PR
63	46212.023942/2016-47	210906316	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	PR
64	46294.000717/2016-70	209345012	Athos D. Teixeira Ferreira - Comercio de Gesso Acartona	PR
65	46293.005595/2016-18	210161523	Companhia Municipal de Transito e Urbanizacao -CMTU-Ltda	PR
66	46318.000751/2017-18	211398730	Expresso Maringa Ltda	PR
67	46212.009717/2016-06	209474769	Hospital Veterinario Sao Bernardo Ltda - EPP	PR
68	46293.006335/2016-60	210429887	Iperbras - Ind e Com de Aluminios - Eireli - EPP	PR
69	46293.006337/2016-59	210429640	Iperbras - Ind e Com de Aluminios - Eireli - EPP	PR
70	46293.007235/2016-51	210654112	Quadra Construtora Ltda	PR
71	46319.001038/2016-92	209613874	Rede FKD Comercio de Combustiveis Ltda	PR
72	46318.001004/2016-16	209009942	Unipetro Paraná Distribuidora de Petróleo Ltda.	PR
73	46318.001005/2016-52	209009926	Unipetro Paraná Distribuidora de Petróleo Ltda.	PR
74	46318.001007/2016-41	209009900	Unipetro Paraná Distribuidora de Petróleo Ltda.	PR
75	46231.001690/2014-13	204983053	Associacao Sociedade Brasileira de Instrucao	RJ
76	46231.001691/2014-50	204983070	Associacao Sociedade Brasileira de Instrucao	RJ
77	46670.001023/2015-34	206733062	Auto Viacao 1001 Ltda	RJ
78	46230.009094/2015-64	208628941	Auto Viacao ABC S/A	RJ
79	46231.000464/2015-98	206212810	Editora Nova Friburgo Ltda - EPP	RJ
80	46871.000863/2013-51	200605607	Ferrobras Itaperuna Ltda	RJ
81	46871.000865/2013-41	200605623	Ferrobras Itaperuna Ltda	RJ
82	46230.009092/2015-75	208629530	Icarai Auto Transportes S/A	RJ
83	46230.001727/2015-96	206288140	Viacao Estrela S/A	RJ
84	46217.008816/2015-31	207901279	I M de Oliveira	RN
85	46217.463074/2015-11	208452206	Pratika Locacao de Equipamentos Ltda - EPP	RN
86	46274.000412/2017-87	211395749	Beltrame Comercio de Materiais de Construcao Ltda	RS
87	46274.000413/2017-21	211395994	Beltrame Comercio de Materiais de Construcao Ltda	RS
88	46218.004260/2017-66	211563323	BK Brasil Operacao e Assessoria a Restaurantes S.A.	RS
89	46218.003287/2017-31	211436178	Condominio do Edificio Galeria Nossa Senhora do Rosario	RS
90	46271.000250/2017-15	211279714	Naturasuc Industria e Comercio Ltda	RS
91	47620.001915/2015-93	208415602	Cooperativa Central Aurora Alimentos	SC
92	46220.005789/2015-96	207931852	Lanchonete Concatto Ltda - ME	SC
93	46304.001563/2015-96	207174628	Macedo Agroindustrial Ltda.	SC
94	46220.007025/2015-35	208431870	S.O.S Transito Comercio de Placas Ltda - ME	SC
95	46304.002849/2015-99	207996024	Wetzel S/A	SC
96	46221.008711/2013-51	25288091	H. Dantas Comércio e Navegação Ltda.	SE
97	46261.004395/2016-15	210595485	Ageo Norte Terminais e Armazens Gerais S.A	SP
98	47999.005207/2015-33	208147934	Alstom Hydro Energia Brasil Ltda	SP
99	47999.005208/2015-88	208147918	Alstom Hydro Energia Brasil Ltda	SP
100	47999.005209/2015-22	208147900	Alstom Hydro Energia Brasil Ltda	SP
101	46258.000992/2017-19	211559903	Aseck Solucoes em Seguranca Eletronica Ltda - ME	SP
102	46474.000246/2017-62	211192295	Control Informatica Ltda	SP
103	46473.009786/2014-79	205559395	Ecolimp Sistemas de Servicos Ltda.	SP
104	46257.001320/2017-22	211510301	Engeterra Engenharia e Terraplenagem Ltda	SP
105	46473.006626/2014-78	205152350	Habraset Hotelaria S/A	SP
106	46262.000678/2016-88	209264641	Imag Industria e Comercio de Componentes Eletronicos Ltda	SP
107	46219.006720/2016-08	209436450	Industria Mecanica Brasileira de Estampos Imbe Ltda	SP
108	46378.000190/2016-53	210455071	Lucilene Gomes Sabino - ME	SP
109	46264.002615/2014-84	205425259	Município de Itirapina	SP
110	46264.002617/2014-73	205424813	Município de Itirapina	SP
111	46264.002618/2014-18	205423744	Município de Itirapina	SP
112	46253.002950/2016-73	210112751	Municipio de Santa Lucia	SP
113	46261.006217/2014-67	204649714	Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Município de Pariquera-Açu	SP
114	46261.006218/2014-10	204649722	Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Município de Pariquera-Açu	SP
115	46264.001858/2014-03	204638054	Polikem Tecnologia em Polimeros Ltda - EPP	SP
116	46264.002115/2014-42	204867703	Tam Linhas Aéreas S/A.	SP
117	46226.005699/2015-45	208427325	E. A. R. Pereira Combustiveis Eireli	TO
118	46226.003483/2015-45	207155712	Iguatu Waters Ltda - EPP	TO
119	46226.002945/2015-15	207003289	Iraja Silvestre Filho (Fazenda Aliança)	TO
120	46226.004135/2015-95	207660018	J. V. de O. Vasconcelos - ME	TO
121	46226.000652/2017-57	211447480	Opaco Engenharia Ltda	TO
122	46226.000654/2017-46	211447536	Opaco Engenharia Ltda	TO
123	46226.005583/2015-14	208426272	Transrio Caminhoes, Onibus, Maquinas e Motores Ltda	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46220.005702/2015-81	200.592.238	Lanchonete Concatto Ltda. - ME	SC
2	46263.004916/2014-52	200.369.504	Valmir Rogério de Carvalho Lava Rápido - ME	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46293.007336/2016-21	210770970	Quadra Construtora Ltda	PR
2	46293.007338/2016-11	210770465	Quadra Construtora Ltda	PR
3	46212.012787/2016-33	209739843	Viacao Tamandare Ltda	PR
4	46766.000946/2016-91	209643901	SI - Solucoes Imediatas na Prestacao de Servicos Terceizados	RO
5	46766.000949/2016-24	209641631	SI - Solucoes Imediatas na Prestacao de Servicos Terceizados	RO
6	47183.000435/2016-92	208722891	ALM - Engenharia e Construcoes Ltda	RS
7	46474.002773/2015-40	207481326	Marcos Antonio de Carvalho - ME	SP

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.003445/2015-16	206188587	Spartac Segurança Ltda.	BA
2	46207.000476/2014-39	202598250	RDJ Engenharia Ltda.	ES
3	46208.009318/2016-04	210389761	ATG Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EPP	GO
4	46312.004478/2016-61	210417595	Roberto Aparecido Maran	MS
5	46222.007664/2016-61	210308702	Libing Yang - ME	PA
6	46224.001558/2017-35	211527041	AEC Centro de Contatos S/A	PB
7	46224.001559/2017-80	211527050	AEC Centro de Contatos S/A	PB
8	46213.003636/2016-84	208898476	TV Omega Ltda.	PE
9	46213.003637/2016-29	208898492	TV Omega Ltda.	PE
10	46213.003638/2016-73	208898506	TV Omega Ltda.	PE
11	46215.030186/2015-00	207435880	Auto Viacao 1001 Ltda	RJ
12	46230.009091/2015-21	208629521	Icarai Auto Transportes S.A.	RJ
13	46215.025704/2015-65	207781613	Viacao Mirante Ltda	RJ
14	46218.006526/2016-24	209153440	Associação Portuguesa de Beneficência	RS
15	46374.000210/2013-83	200981471	B.N. Comercio E Montagens Industriais Ltda - EPP	SP
16	46219.025810/2014-28	205451551	Qualitek Corretora de Seguros Ltda	SP
17	46226.012802/2012-61	18444172	CR Restaurante Ltda	TO
18	46226.012268/2012-92	18440690	Gabarito Junior Ltda	TO
19	46226.012269/2012-37	18440703	Gabarito Junior Ltda	TO
20	46226.003482/2015-09	207156301	Iguatu Waters Ltda - EPP	TO
21	46226.020789/2013-02	201904888	Municipio de Sao Felix do Tocantins	TO
22	46226.020789/2013-02	201904888	Municipio de Sao Felix do Tocantins	TO
23	46226.021224/2013-34	201981874	Municipio de Sao Valerio da Natividade	TO
24	46226.021225/2013-89	201981866	Municipio de Sao Valerio da Natividade	TO
25	46226.022997/2013-38	202572838	Municipio de Xambioa	TO
26	46226.003277/2014-54	204239354	Ruah Industria e Comercio de Moveis Ltda	TO
27	46226.003278/2014-07	204239362	Ruah Industria e Comercio de Moveis Ltda	TO
28	46226.001870/2014-66	203497911	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
29	46226.001883/2014-35	203498097	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial	TO
30	46226.011869/2012-88	18442668	Tocantins S.A. Artefatos Plasticos	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46783.000387/2011-04	506.565.319 - TAD nº 506.690.245	Gilda Costa Machado Neves	BA
2	46204.001683/2015-11	200.467.701	Spartac Segurança Ltda.	BA

3) Pelo arquivamento em razão de:

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46778.000427/2010-06	19554753	Natura Cosmeticos S/A	BA
2	46206.004668/2017-77	201419181	Libanus Restaurante Ltda	DF
3	46206.004661/2017-55	200940678	Paulo & Maia Supermercados Ltda	DF
4	46206.004659/2017-86	201201551	Paulo & Maia Supermercados Ltda	DF
5	46206.004660/2017-19	201003252	Paulo & Maia Supermercados Ltda	DF
6	46206.004662/2017-08	200940643	Paulo & Maia Supermercados Ltda	DF
7	46221.000817/2010-64	17942608	Dona Yaya Transportes e Logistica Ltda ME	SE
8	46267.001931/2007-80	13564676	A Informática Ltda.	SP
9	46267.001195/2006-89	11979208	Ailton José Santos Franca	SP
10	46267.001148/2006-35	11979186	Ailton José Santos Franca	SP
11	46267.001147/2006-91	11979178	Ailton José Santos Franca	SP
12	46267.003994/2007-71	15684075	Wal Mart Brasil Ltda.	SP

3.2 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º-A da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46221.003065/2006-15	9676392	Carlos Henrique Gusmão Santos	SE
2	46779.002540/2003-89	6812384	Jam Casas Bahia Móveis e Eletrodomésticos Ltda.	SP
3	46267.002623/2006-91	12149144	SLP Auto Posto de Franca Ltda.	SP
4	46226.000665/2017-26	211446106	Ipanema Segurança Ltda.	TO

3.3 - Conhecendo e dando provimento ao recurso de ofício, afastando a ocorrência de prescrição.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46224.001428/2002-16	5549671	A Z Presentes Ltda. ME	PB
2	46224.000208/2003-56	5546681	Aptus Serviços Especiais Ltda.	PB
3	46224.001178/2002-14	5550441	AVP Geomert Ltda.	PB
4	46224.000867/2004-73	7830157	Lacle - Laboratório de Análises Clínicas Especializadas Ltda.	PB
5	46224.000133/2006-56	7847076	Laudilene Valerio de Arruda	PB

LAURA LEÃO OLIVEIRA

DESPACHOS DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em Apreciação de Recurso Voluntario:

1.1 Pela Procedência do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.009537/2016-35	209656107	Eletro Instalacoes Ltda	AM
2	46202.009538/2016-80	209656123	Eletro Instalacoes Ltda	AM
3	46202.009539/2016-24	209656131	Eletro Instalacoes Ltda	AM
4	46202.009540/2016-59	209656140	Eletro Instalacoes Ltda	AM
5	46202.009541/2016-01	209656166	Eletro Instalacoes Ltda	AM
6	46202.009542/2016-48	209656115	Eletro Instalacoes Ltda	AM
7	46202.010390/2016-26	209830581	Navegação Nobrega Ltda.	AM
8	46202.010391/2016-71	209830301	Navegação Nobrega Ltda.	AM
9	46202.002505/2016-17	208878734	Panificadora N S de Fatima Ltda	AM
10	46202.002506/2016-53	208878742	Panificadora N S de Fatima Ltda	AM
11	46202.002507/2016-06	208878751	Panificadora N S de Fatima Ltda	AM
12	46202.002508/2016-42	208878793	Panificadora N S de Fatima Ltda	AM
13	46202.002509/2016-97	208878921	Panificadora N S de Fatima Ltda	AM
14	46202.002510/2016-11	208878947	Panificadora N S de Fatima Ltda	AM
15	46208.004149/2015-27	206560826	Flamboyant Estacionamentos Ltda	GO
16	46208.007692/2016-67	210099607	SPE Construsan Incorporação e Empreendimentos Ltda	GO
17	46208.009754/2016-75	210540583	SPE Construsan Incorporação e Empreendimentos Ltda	GO
18	46208.009756/2016-64	210540702	SPE Construsan Incorporação e Empreendimentos Ltda	GO
19	46208.009753/2016-21	210525746	SPE Construsan Incorporação e Empreendimentos Ltda.	GO
20	47747.010971/2015-92	208121358	Hospital Socor S/A	MG
21	47747.010972/2015-37	208121366	Hospital Socor S/A	MG
22	47747.010973/2015-81	208121374	Hospital Socor S/A	MG
23	47747.010974/2015-26	208136428	Hospital Socor S/A	MG
24	47747.010975/2015-71	208136436	Hospital Socor S/A	MG
25	47747.010976/2015-15	208136223	Hospital Socor S/A	MG
26	47747.010977/2015-60	208136240	Hospital Socor S/A	MG
27	47747.005026/2015-79	206593821	Viacao Globo Limitada	MG
28	47747.005027/2015-13	206593970	Viacao Globo Limitada	MG
29	47747.005028/2015-68	206594101	Viacao Globo Limitada	MG
30	47747.005029/2015-11	206660189	Viacao Globo Limitada	MG
31	47747.005030/2015-37	206660154	Viacao Globo Limitada	MG
32	47747.005031/2015-81	206660201	Viacao Globo Limitada	MG
33	47747.005032/2015-26	206660235	Viacao Globo Limitada	MG
34	47747.005033/2015-71	206660260	Viacao Globo Limitada	MG
35	47747.005034/2015-15	206568576	Viacao Globo Limitada	MG
36	47747.005035/2015-60	206561881	Viacao Globo Limitada	MG
37	47747.005036/2015-12	206574801	Viacao Globo Limitada	MG
38	47747.005037/2015-59	206561962	Viacao Globo Limitada	MG
39	46265.000661/2013-58	200.345.991	Aquecedor Solar Transsen Ltda.	SP
40	46253.000970/2016-18	208978534	Jetro - Armazens Gerais Ltda	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

41	46253.000971/2016-54	208978551	Jetro - Comercio de Alimentos e Representações Comerciais Ltda	SP
42	46253.002355/2016-38	209754311	Jetro - Comercio de Alimentos e Representações Comerciais Ltda	SP
43	46253.002356/2016-82	209754427	Jetro - Comercio de Alimentos e Representações Comerciais Ltda	SP
44	46253.002357/2016-27	209754486	Jetro Armazens Gerais Ltda	SP
45	46253.001189/2016-52	209072784	Municipio de Santa Lucia	SP
46	46253.001190/2016-87	209073209	Municipio de Santa Lucia	SP
47	46253.001191/2016-21	209073284	Municipio de Santa Lucia	SP
48	46253.001192/2016-76	209073314	Municipio de Santa Lucia	SP
49	46253.001193/2016-11	209073322	Municipio de Santa Lucia	SP
50	46253.001194/2016-65	209073365	Municipio de Santa Lucia	SP
51	46253.001438/2016-18	209177241	Municipio de Santa Lucia	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46201.002195/2013-90	200.084.623 - TRet nº 201.241.501	Penedo Agroindústria S.A.	AL
2	47747.000502/2012-12	506.581.926 - TRet nº 506.714.241	Associação Educativa do Brasil - Soebras	MG
3	47747.005025/2015-24	200.503.022	Viação Globo Ltda.	MG

1.2- Pela procedência parcial do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46220.003573/2014-13	200.289.089 - TAD nº 201.236.494	Município de Itapoa	SC

2) Em Apreciação de Recurso de Ofício:
2.1- Pela improcedência do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.009370/2015-31	208565116	Construtora OAS S.A. em Recuperacao Judicial	AL
2	46201.007893/2015-43	26488990	Mega Service Engenharia e Terceirização de Serviços Eireli - EPP	AL
3	46778.001250/2017-23	212612450	Caixa Economica Federal	BA
4	46778.001252/2017-12	212612425	Caixa Economica Federal	BA
5	46778.001254/2017-10	212612140	Caixa Economica Federal	BA
6	46778.001260/2017-69	212612077	Caixa Economica Federal	BA
7	46778.001262/2017-58	212612051	Caixa Economica Federal	BA
8	46778.001264/2017-47	212612034	Caixa Economica Federal	BA
9	46778.001265/2017-91	212612026	Caixa Economica Federal	BA
10	46778.001266/2017-36	212612018	Caixa Economica Federal	BA
11	46778.001269/2017-70	212612751	Caixa Economica Federal	BA
12	46778.001271/2017-49	212612727	Caixa Economica Federal	BA
13	46778.001273/2017-38	212612697	Caixa Economica Federal	BA
14	46778.001275/2017-27	212612671	Caixa Economica Federal	BA
15	46778.001281/2017-84	212612549	Caixa Economica Federal	BA
16	46778.001282/2017-29	212612522	Caixa Economica Federal	BA
17	46778.001283/2017-73	212612514	Caixa Economica Federal	BA
18	46778.001284/2017-18	212620941	Caixa Economica Federal	BA
19	46778.001286/2017-15	212620886	Caixa Economica Federal	BA
20	46778.001287/2017-51	212620851	Caixa Economica Federal	BA
21	46778.001289/2017-41	212620797	Caixa Economica Federal	BA
22	46778.001291/2017-10	212620720	Caixa Economica Federal	BA
23	46778.001295/2017-06	212620614	Caixa Economica Federal	BA
24	46778.001296/2017-42	212620584	Caixa Economica Federal	BA
25	46778.001298/2017-31	212620550	Caixa Economica Federal	BA
26	46778.001300/2017-72	212620525	Caixa Economica Federal	BA
27	46778.001301/2017-17	212620517	Caixa Economica Federal	BA
28	46778.001302/2017-61	212620509	Caixa Economica Federal	BA
29	46778.001304/2017-51	212620479	Caixa Economica Federal	BA
30	46778.001306/2017-40	212620452	Caixa Economica Federal	BA
31	46778.001307/2017-94	212611534	Caixa Economica Federal	BA
32	46778.001310/2017-16	212611615	Caixa Economica Federal	BA
33	46778.001312/2017-05	212620401	Caixa Economica Federal	BA
34	46778.001325/2017-76	212610708	Caixa Economica Federal	BA
35	46778.001329/2017-54	212610589	Caixa Economica Federal	BA
36	46778.001336/2017-56	212610431	Caixa Economica Federal	BA
37	46778.001345/2017-47	212612786	Caixa Economica Federal	BA
38	46778.001348/2017-81	212621017	Caixa Economica Federal	BA
39	46778.001350/2017-50	212613201	Caixa Economica Federal	BA
40	46778.001351/2017-02	212613189	Caixa Economica Federal	BA
41	46778.001352/2017-49	212613171	Caixa Economica Federal	BA
42	46778.001354/2017-38	212613146	Caixa Economica Federal	BA
43	46778.001355/2017-82	212613120	Caixa Economica Federal	BA
44	46778.001356/2017-27	212613111	Caixa Economica Federal	BA
45	46778.001360/2017-95	212612981	Caixa Economica Federal	BA
46	46778.001361/2017-30	212621068	Caixa Economica Federal	BA
47	46778.001371/2017-75	212621327	Caixa Economica Federal	BA
48	46778.001372/2017-10	212621297	Caixa Economica Federal	BA
49	46778.001373/2017-64	212621271	Caixa Economica Federal	BA
50	46778.001376/2017-06	212621211	Caixa Economica Federal	BA
51	46778.001381/2017-19	212621149	Caixa Economica Federal	BA
52	46778.001382/2017-55	212621131	Caixa Economica Federal	BA
53	46778.001385/2017-99	212612816	Caixa Economica Federal	BA
54	46778.001386/2017-33	212621122	Caixa Economica Federal	BA
55	46778.001387/2017-88	212613065	Caixa Economica Federal	BA
56	46778.001388/2017-22	212613014	Caixa Economica Federal	BA
57	46778.001392/2017-91	212611372	Caixa Economica Federal	BA
58	46778.001397/2017-13	212611216	Caixa Economica Federal	BA
59	46778.001401/2017-43	212610996	Caixa Economica Federal	BA
60	46778.001403/2017-32	212610961	Caixa Economica Federal	BA
61	46778.001408/2017-65	212610775	Caixa Economica Federal	BA
62	46778.001441/2017-95	212607880	Caixa Economica Federal	BA
63	46778.001447/2017-62	212605755	Caixa Economica Federal	BA
64	46778.001452/2017-75	212605704	Caixa Economica Federal	BA
65	46778.001454/2017-64	212605682	Caixa Economica Federal	BA
66	46778.001461/2017-66	212608282	Caixa Economica Federal	BA
67	46778.001466/2017-99	212608177	Caixa Economica Federal	BA
68	46778.001470/2017-57	212608118	Caixa Economica Federal	BA
69	46778.001472/2017-46	212608061	Caixa Economica Federal	BA
70	46778.001480/2017-92	212607901	Caixa Economica Federal	BA
71	46778.001481/2017-37	212619896	Caixa Economica Federal	BA
72	46778.001484/2017-71	212619837	Caixa Economica Federal	BA
73	46778.001489/2017-01	212608614	Caixa Economica Federal	BA
74	46778.001492/2017-17	212608568	Caixa Economica Federal	BA
75	46778.001500/2017-25	212608304	Caixa Economica Federal	BA
76	46778.001507/2017-47	212620282	Caixa Economica Federal	BA
77	46778.001508/2017-91	212620274	Caixa Economica Federal	BA
78	46778.001512/2017-50	212620142	Caixa Economica Federal	BA
79	46778.001514/2017-49	212620126	Caixa Economica Federal	BA
80	46778.001515/2017-93	212620100	Caixa Economica Federal	BA
81	46778.001518/2017-27	212620070	Caixa Economica Federal	BA
82	46778.001519/2017-71	212620061	Caixa Economica Federal	BA
83	46290.002323/2014-24	25639536	Associação Educativa Evangélica	GO
84	46208.010793/2016-15	210744898	Baltazar Alves de Macedo	GO
85	46290.002544/2014-01	25639561	Centro Oeste Trator Peças Ltda	GO
86	46208.008473/2015-14	207366012	Doles Reagentes e Equipamentos para Laboratórios Ltda	GO
87	46208.012625/2016-64	211045390	Eurípedes Macedo de Oliveira 06136729687	GO
88	46208.003606/2016-47	209282371	Município de Goiânia-Centro de Saúde C.J.D.M. M. do Carmo	GO
89	46290.001146/2014-69	25503413	Nobel Chopperia Divertida Ltda	GO
90	46208.008068/2016-87	210197749	SPE Construsan Incorporação e Empreendimentos Ltda	GO
91	46290.000862/2016-91	209210974	Uniprev Segurança do Trabalho Eireli - ME	GO
92	46290.002807/2014-73	25639668	WCR Produção e Comunicação Ltda	GO
93	47747.004331/2015-43	206475420	Viacao Globo Limitada	MG
94	46228.003401/2015-42	208100130	Cervejaria Petropolis S/A	RJ
95	46230.002745/2016-76	209459280	Cinemark Brasil S.A.	RJ
96	46215.029194/2013-33	202397670	Condominio do Edificio Aldebaran	RJ
97	46666.002030/2016-01	210072865	Diagsom	RJ
98	46313.002926/2016-82	210553863	Duratex S.A.	RJ
99	46230.002748/2016-18	209457023	Intercontinental Comércio de Alimentos Ltda.	RJ
100	46230.002749/2016-54	209457171	Intercontinental Comércio de Alimentos Ltda.	RJ
101	46670.003143/2015-76	208639047	Nova Sociedade	RJ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.2 Pela procedência do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.001668/2016-84	209256117	Associação Sul Brasileira de Educação e Assistência Social - ASBEAS	AL
2	46208.007657/2016-48	210093323	Engeseg Estrutural Ltda.	GO
3	46208.011366/2016-54	210842369	WGoiania Bar Ltda.	GO
4	46215.004056/2015-11	205912478	Cervejaria Petrópolis S.A.	RJ
5	46230.002744/2016-21	209459191	Cinemark Brasil S.A.	RJ

2.3 Pela procedência parcial do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46778.001257/2017-45	212612115	Caixa Econômica Federal	BA
2	46778.001277/2017-16	212612603	Caixa Econômica Federal	BA
3	46778.001278/2017-61	212612581	Caixa Econômica Federal	BA
4	46778.001280/2017-30	212612557	Caixa Econômica Federal	BA
5	46778.001292/2017-64	212620681	Caixa Econômica Federal	BA
6	46778.001395/2017-24	212611267	Caixa Econômica Federal	BA
7	46778.001396/2017-79	212611241	Caixa Econômica Federal	BA
8	46208.009857/2016-35	210515953	RD Academia e Comércio de Artigos do Vestuário Ltda.	GO
9	46208.006928/2016-48	209883529	Supermercado Shalom Ltda. ME	GO
10	47747.000501/2012-78	24129410	Associação Educativa do Brasil - Soebras	MG

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 9, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 2º, da Portaria Ministerial N. º 496, de 4 de julho de 2018, publicada no D.O.U. de 5 de julho de 2018; considerando o disposto na Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012. resolve:

Art. 1º. Delegar a competência prevista no Art. 1º da Portaria n.º 496, de 4 de julho de 2018, aos Gerentes Regionais do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, para, no âmbito da circunscrição da respectiva Gerência Regional do Trabalho, promoverem a análise e a homologação dos contratos de parceria entre os salões de beleza e os profissionais que desempenham as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador, nos casos em que a localização dos salões-parceiros não se encontre em base territorial abrangida por sindicato laboral ou profissional da categoria.

Parágrafo único. Na hipótese em que houver sindicato laboral ou profissional da categoria com base territorial que abranja o município de localização dos salões-parceiros, os pedidos de análise e homologação dos contratos de parceria apresentados às unidades descentralizadas da Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo deverão ser indeferidos em razão do caráter supletivo da ação do Ministério do Trabalho estabelecido no § 8º do Art. 1º-A da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO MELCHIOR

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 141, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00065.041334/2018-16, deliberado e aprovado na 25ª Reunião Deliberativa Eletrônica da Diretoria, realizada nos dias 24 e 25 de setembro de 2018, decide:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviços aéreos públicos outorgada à sociedade empresária NORTH STAR TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 01.806.823/0001-71, com sede social na cidade de Fortaleza (CE).

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, ou documento equivalente, expedido pela Superintendência de Padrões Operacionais, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Fica revogada a Decisão nº 4, de 7 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2014, Seção 1, página 6.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 3.078, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Credencia Pessoa Jurídica em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 183 (RBAC nº 183) e com a Instrução Suplementar nº 183-001 - Revisão C.

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 183 (RBAC nº 183) e na Instrução Suplementar nº 183-001 e considerando o que consta do processo nº 00065.032335/2018-70, resolve:

Art. 1º Credenciar a pessoa jurídica CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 03.538.995/0001-37, para a aplicação do Santos Dumont English Assessment com vistas à averbação do nível de proficiência linguística de pilotos detentores de licença brasileira, na unidade CAE-CONGONHAS (CAE-CGH), situada na Av. Presidente Tancredo Neves, 180 - Sacomã, São Paulo - SP, CEP: 04280-070, em conformidade com o RBAC nº 183 e com a IS nº 183-001 Revisão C.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos praticados pela CAE SOUTH AMERICA FLIGHT TRAINING DO BRASIL LTDA., no âmbito dos termos da Portaria ANAC nº 1001/SPO, de 27 de abril de 2015, que lhe concedeu o credenciamento provisório até a data da publicação da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERTO ALVES DA SILVA FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 781, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, fundamentada no Voto DEB - 284, de 24 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.118660/2011-44 delibera:

Art. 1º Alterar os quantitativos dos Cargos Comissionados desta Agência, conforme quadro a seguir:

Cargo	Quantidade
CD I	1
CD II	4
CGE I	10
CGE II	33
CGE III	3
CGE IV	28
CA I	1
CA II	4
CA III	14
CAS I	11
CAS II	11
CCT I	38
CCT II	24
CCT III	22
CCT IV	52
CCT V	111

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 782, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, fundamentada no Voto DEB - 286, de 26 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50505.316986/2018-00, delibera:

Art. 1º Revogar parcialmente a Resolução ANTT nº 2.869, de 4 de setembro de 2008, paralisando a linha de transporte rodoviário interestadual semiurbano Ourinhos/SP - Marques dos Reis (Jacarezinho)/PR, prefixo nº 06-0613-70, operada pela empresa AUTO VIAÇÃO OURINHOS ASSIS LTDA., sob o regime de Autorização Especial.

Parágrafo único. A empresa deverá comunicar aos passageiros a paralisação da prestação do serviço e efetivar a paralisação 15 (quinze) dias após a publicação da presente Deliberação.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa AUTO VIAÇÃO OURINHOS ASSIS LTDA. acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 783, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 292, de 26 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.223186/2015-03, delibera:

Art. 1º Firmar, de modo unilateral pela Administração Pública, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado com a ESTRADA DE FERRO CARAJÁS S.A.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 784, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 278, de 24 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.239400/2018-78, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa JANUÁRIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, para autorizar a implantação da linha Brasília/DF - Januária/MG, via Montes Claros/MG.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 119 da JANUÁRIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 785, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 279, de 24 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50510.046619/2018-16, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa VIAÇÃO PÁSSARO VERDE LTDA de inclusão dos mercados listados como seção na linha Belo Horizonte/MG - São Carlos/SP, prefixo nº 06-0050-00.

I - De: Belo Horizonte/MG, Betim/MG, Divinópolis/MG, Formiga/MG, Piumhi/MG, Cassia/MG, para: Batatais/SP; e

II - De: Betim/MG, para: Franca/SP, Ribeirão Preto/SP e São Carlos/SP.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELIBERAÇÃO Nº 786, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 280, de 24 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.307015/2018-61, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa UNIÃO TRANSPORTE INTERESTADUAL DE LUXO S.A. do CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES, para autorizar a implantação da linha Rio de Janeiro/RJ - Guarulhos/SP, com os mercados a seguir como seções:

I - De: Rio de Janeiro/RJ, para: Aparecida/SP; Taubaté/SP e São José dos Campos/SP.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 51 do CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 787, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 281, de 24 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.314104/2018-63, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA de inclusão do mercado Londrina/PR - Presidente Prudente/SP, como seção na linha Curitiba/PR - Campo Grande/MS, prefixo nº 09-0268-00.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 788, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 283, de 24 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.307679/2018-20, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO COMETA S/A para a supressão da linha São José dos Campos/SP - Lambari/MG, prefixo nº 08-0053-00.

Art. 3º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 79 da empresa VIAÇÃO COMETA S/A, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 789, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 285, de 26 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.307680/2018-54, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO COMETA S/A para a supressão da linha Santos (SP) - Juiz de Fora (MG), prefixo n° 08-0050-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 79 da empresa VIAÇÃO COMETA S/A, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa VIAÇÃO COMETA S/A acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 790, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 282, de 24 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.325117/2018-68, delibera:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Deliberação no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em Resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
A. F. DA SILVA SANTOS TRANSPORTES - EIRELI	00.1209	30.614.371/0001-24
AZENHA TURISMO E LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	00.1210	24.971.929/0001-26
BRUNO HENRIQUE ARENHARDT TRANSPORTES EIRELI	00.1211	23.701.076/0001-40
CM TRANSPORTE TURISMO E FRETAMENTO EIRELI	00.1212	21.610.329/0001-44
DESBRAVAN TRANSPORTES LTDA	00.1213	30.543.597/0001-81
EXPRESSO JK TRANSPORTES LTDA	00.1214	27.445.957/0001-06
I M C RODRIGUES TRANSPORTE, TURISMO & CONSTRUÇÕES EIRELI	00.1215	26.373.150/0001-34
INVICTO FRETAMENTO E TURISMO LTDA	00.1216	30.755.274/0001-51
LUCIANO DA CRUZ BARBOSA & CIA LTDA	00.1217	10.324.678/0001-83
MAPS TRANSPORTE EIRELI	00.1218	28.355.073/0001-15
NADILSON CARNEIRO DA SILVA EIRELI	00.1219	11.075.549/0001-61
P L PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA	00.1220	11.211.878/0001-92
PAULI E PAULI TRANSPORTES E TURISMO LTDA	00.1221	19.385.876/0001-21
PUTUSCAR TRANSPORTES LTDA	00.1222	08.672.788/0001-94
SILVA & SILVA VIAGENS E TURISMO LTDA	00.1223	07.452.853/0001-03
STAR WORLD TRANSPORTE E TURISMO LTDA	00.1224	09.346.928/0001-05
TURISMO UBERLÂNDIA LTDA	00.1225	21.289.521/0001-80
VIAÇÃO GW LTDA	00.1226	26.122.684/0001-98
VIAGEM E AÇÃO TURISMO DE AVENTURA EIRELI	00.1227	30.910.884/0001-82
ZANARDI TRANSPORTES EIRELI	00.1228	10.197.104/0001-91

DELIBERAÇÃO Nº 791, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 095, de 26 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.339807/2017-23, delibera:

Art. 1º Formalizar o pedido de transferência da EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA para a EXPRESSO GUANABARA S/A, dos mercados Milagres/CE - Salgueiro/PE e São João do Cariri/PB - Sertânia/PE.

Art. 2º Modificar a Licença Operacional nº 66 da EXPRESSO GUANABARA S/A.

Art. 3º Estabelecer que os mercados da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 792, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 100, de 27 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.223129/2015-16, delibera:

Art. 1º Aprovar a celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado com a MRS LOGÍSTICA S.A., nos termos propostos na minuta constante aos presentes autos.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER que tome as providências necessárias para colheita da assinatura do Termo Aditivo pelos representantes da Concessionária.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 793, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 101, de 27 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.223159/2015-22, delibera:

Art. 1º Aprovar a celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado com a FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A., nos termos propostos na minuta constante aos presentes autos.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER que tome as providências necessárias para colheita da assinatura do Termo Aditivo pelos representantes da Concessionária.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 795, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 096, de 26 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.307687/2018-76, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO COMETA S/A para a supressão da linha São José dos Campos (SP) - Caxambu (MG), prefixo nº 08-0052-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 79 da empresa VIAÇÃO COMETA S/A, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 796, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 098, de 26 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50530.003578/2018-35, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa ROTA DO MAR VIAGENS LTDA. de inclusão dos mercados abaixo listados como seções na linha Brasília (DF) - Paragominas (PA), prefixo nº 12-0314-00:

I - De: Brasília (DF), para: Anápolis (GO), Uruaçu (GO), Porangatu (GO), Gurupi (TO), Paraiso do Tocantins (TO), Guaraí (TO), Araguaína (TO), Imperatriz (MA), Açailândia (MA), Dom Eliseu (PA) e Paragominas (PA).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - De: Anápolis (GO), Uruaçu (GO) e Porangatu (GO), para: Gurupi (TO), Paraíso do Tocantins (TO), Guaraí (TO), Araguaína (TO), Imperatriz (MA), Açailândia (MA), Dom Eliseu (PA) e Paragominas (PA).

III - De: Gurupi (TO), Paraíso do Tocantins (TO), Guaraí (TO), Araguaína (TO), para: Imperatriz (MA), Açailândia (MA), Dom Eliseu (PA) e Paragominas (PA).

IV - De: Imperatriz (MA) e Açailândia (MA), para: Dom Eliseu (PA) e Paragominas (PA).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 797, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 099, de 26 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.117425/2018-21, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de regularização administrativa da empresa EDSON AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA., CNPJ nº 11.482.281/0001-82, nos termos que dispõe o art. 5º da Resolução nº 5.629, de 2017.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 798, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 11 da Resolução ANTT nº 5.810, de 3 de maio de 2018, fundamentada no Voto DSL - 280, de 21 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.336102/2016-73, delibera:

Art. 1º Aprovar a segunda Revisão Extraordinária da Agenda Regulatória para o biênio 2017/2018, nos termos desta Deliberação.

Art. 2º O art. 1º da Resolução ANTT nº 5.759, de 28 de fevereiro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º ...

(...)

II - ...

(...)

e) Regras de exploração da faixa de domínio e polos geradores de tráfego: critérios para elaboração, apresentação e análise de estudos e projetos;

(...)

i) Aperfeiçoamento da regulamentação para apuração e aplicação de penalidades em concessões rodoviárias, incluindo dosimetria de multas - revisão das Resoluções ANTT nº 4.071, de 3 de abril de 2013, ANTT nº 5.083, de 27 de abril de 2016;

(...)"

Art. 3º A Resolução ANTT nº 5.759, de 2018, fica acrescida dos seguintes dispositivos:

"Art. 1º ...

I - ...

(...)

m) Regulamentação do processo de aplicação da penalidade de caducidade no âmbito da ANTT.

II - ...

(...)

k) Arrecadação semiautomática de pedágio nas rodovias federais concedidas;

l) Definição de metodologia e procedimentos para avaliação de inclusão, exclusão e postergação de novos investimentos.

III - ...

(...)

l) Abertura de Mercado de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros.

IV - ...

(...)

j) Regras para exploração da Faixa de Domínio - Ferrovias.

V - ...

f) Estabelecimento das medidas administrativas, coercitivas e punitivas necessárias ao cumprimento do dispositivo na Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas;

g) Revisão da regulação da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

(...)"

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados os seguintes dispositivos do art. 1º da Resolução ANTT nº 5.759, de 2018:

I - a alínea "f", do inciso I; e

II - as alíneas "a", "c" e "j" do inciso II.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 800, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições fundamentada no Voto DSL - 286, de 25 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.223175/2015-15, delibera:

Art. 1º Firmar, de forma unilateral pela Administração Pública, Termo Aditivo ao Contrato de Subconcessão firmado com a FERROVIA NORTE SUL S.A.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 801, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 270, de 12 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.024443/2018-61, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de regularização administrativa de mercados, da empresa REALMAIA TURISMO E CARGAS LTDA.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 802, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 277, de 21 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.307685/2018-87, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO COMETA S.A. para a supressão da linha Andrelândia/MG - São José dos Campos/SP, prefixo n° 06-0307-00.

Art. 3º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 79 da empresa VIAÇÃO COMETA S.A. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 803, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 278, de 21 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.306636/2018-27, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa REAL EXPRESSO LTDA. para incluir na linha Brasília/DF - Santos/SP, prefixo nº 12-0179-00, as seguintes seções:

I - De: Brasília (DF), para: Catalão (GO) e Uberlândia (MG); e

II - De: Catalão (GO), para: Araguari (MG) e Uberlândia (MG).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 54 da empresa REAL EXPRESSO LTDA. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 804, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 288, de 26 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.304338/2018-01, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da UNESUL DE TRANSPORTES LTDA. para a implantação dos mercados abaixo como seções na linha Foz do Iguaçu (PR) - Passo Fundo (RS), prefixo nº 09-0256-00:

I - De: Abelardo Luz (SC), para: Francisco Beltrão (PR);

II - De: Getúlio Vargas (RS), para Concórdia (SC);

III - De: Passo Fundo (RS), para Abelardo Luz (SC), Bom Jesus (SC), Clevelândia (PR), Concordia (SC), Mariópolis (PR), Pato Branco (PR) e Xanxerê (SC); e

IV - De: Xanxerê (SC), para: Francisco Beltrão (PR) e Marmeleiro (PR).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 96 da UNESUL DE TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 805, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 283, de 26 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.328422/2018-10, delibera:

Art. 1º Autorizar a empresa ARITUR TURISMO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA - ME, CNPJ nº 11.852.182/0001-45, TAR nº 249, Processo nº 50500.048231/2018-79, para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá dar publicidade da Licença Operacional e autorizar o início da operação das linhas da autorizatária.

Art. 3º A não observância do art. 24 da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, implica na extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º A autorizatária deverá observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 806, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 285, de 25 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.410537/2017-78, delibera:

Art. 1º Conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTADORES FERROVIÁRIOS - ANTF, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 808, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 285, de 13 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.004313/2010-54, delibera:

Art. 1º Aplicar a pena alternativa de multa à empresa VIAÇÃO MONTES BELOS LTDA., CNPJ nº 01.813.824/0001-43, no valor de R$ 23.346,72 (vinte e três mil, trezentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos).

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que promova as comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 809, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 292, de 24 de setembro, de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.303050/2018-19, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de transferência da empresa VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S/A. para a VIAÇÃO SALUTARIS S.A. do mercado Vitória da Conquista (BA) - Campanário (MG).

Art. 2º Modificar a Licença Operacional nº 057 da VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S/A. e Licença Operacional n° 063 da empresa VIAÇÃO SALUTARIS e TURISMO S.A.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELIBERAÇÃO Nº 811, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 299, de 26 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.887965/2018-76, delibera:

Art. 1º Revogar parcialmente a Resolução ANTT nº 2.869, de 4 de setembro de 2008, paralisando a linha de transporte rodoviário interestadual semiurbano Andradas/MG - São João da Boa Vista/SP, via Bairro do Óleo, prefixo nº 06-0542-70, operada pela empresa RÁPIDO LUXO CAMPINAS LTDA., CNPJ nº 45.992.724/0001-05, sob o regime de Autorização Especial.

Parágrafo único. A empresa deverá comunicar aos passageiros a paralisação da prestação do serviço e efetivar a paralisação 15 (quinze) dias após a publicação da presente Deliberação.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 812, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 300, de 1º de outubro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.223193/2015-05, delibera:

Art. 1º Celebrar, de forma unilateral pela Administração Pública, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado com a RUMO MALHA PAULISTA S.A.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 813, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 289, de 19 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.314103/2018-19, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA para inclusão do mercado Londrina (PR) - Presidente Prudente (SP), como seção na linha Florianópolis (SC) - Presidente Prudente (SP), prefixo nº 16-0121-00.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 814, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 293, de 25 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.261144/2016-43, delibera:

Art. 1º Deferir à VIAÇÃO ESMERALDA TRANSPORTES LTDA - ME., em razão de decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 0012811-02.2015.4.01.0000, a operação dos seguintes serviços e suas seções:

I - De: Fronteira/MG, para: São Paulo /SP, via Jaboticabal, prefixo nº 06-9022-00 e via Catanduva, prefixo nº 06-9025-00;

II - De: Curitiba/PR, para: Palmas /TO, via Goiânia, prefixo nº 09-9020-00; e

III - De: Brasília/DF, para: Sabará/MG, prefixo nº 12-9545-00.

Art. 2º Indeferir a operação dos seguintes serviços e suas seções:

I - De: Fronteira /MG, para: São Paulo/SP, prefixo nº 06-9550-00, São Paulo, via Bebedouro, prefixo nº 06-9023-00, via Limeira, prefixo nº 06-9024-00 e via Campinas, prefixo nº 06-9026-00;

II - De: Curitiba/PR, para: Palmas/TO, via Brasília, prefixo nº 09-9021-00 e via Porto Nacional, prefixo nº 09-9546-00.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 815, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 298, de 26 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.171466/2018-53, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa EDSON AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. para implantação da linha Pirapora (MG) - São Paulo (SP).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 816, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 297, de 26 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.326857/2018-11, delibera:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Deliberação no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em Resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
ALBERTO GALEGO TRANSPORTES E TURISMO - EIRELI	00.1229	21.866.499/0001-94
DAMAZIO & CIA LTDA	00.1230	11.409.183/0001-10
DE MARQUI TRANSPORTES - EIRELI	00.1231	19.579.995/0001-15
DONADIO & DONADIO LTDA	00.1232	25.224.610/0001-08
F G C MORORO EIRELI	00.1233	29.903.394/0001-70
FEGM TRANSPORTE E TURISMO EIRELI	00.1234	30.435.269/0001-61
IMAGINARE TURISMO TRANSPORTES DE PASSAGEIROS EIRELI	00.1235	24.477.233/0001-48
J3 TRANSPORTE E TURISMO LTDA	00.1236	29.320.099/0001-90
JOSE VALDEMAR INHAIA TRANSPORTES - EIRELI	00.1237	17.470.988/0001-55
LETICIA BAZANELLA TRANSPORTES EIRELI	00.1238	28.048.362/0001-71
LHC TRANSPORTES LTDA	00.1239	30.233.179/0001-98
MEIRA AGENCIA DE TURISMO EIRELI	00.1240	29.496.971/0001-56
MJ VIAGENS E TURISMO LTDA	00.1241	02.926.721/0001-52
PALOMO & CIA LTDA	00.1242	03.966.376/0001-43
PISSINATTI & PISSINATTI LTDA	00.1243	15.344.888/0001-57
R & J TRANSPORTE E TURISMO LTDA	00.1244	30.882.771/0001-10
R R TRANSPORTES E SERVICOS LTDA	00.1245	18.429.150/0001-80
RBS TRANSPORTES LTDA	00.1246	20.198.260/0001-20
REALIZZE LOCATUR EIRELI	00.1247	30.911.058/0001-58
RUBENS CESAR NUNES EIRELI	00.1248	30.987.097/0001-39
SOBREIRA E DINIZ EIRELI - ME	00.1249	23.168.122/0001-97
TIANA TURISMO EIRELI	00.1250	08.374.054/0001-29
TRANSPORTE DRUMOND & FILHOS LTDA	00.1251	07.485.624/0001-95
VOLKMANN TRANSPORTE ESCOLAR E TURISMO LTDA	00.1252	00.535.822/0001-77

DELIBERAÇÃO Nº 817, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 296, de 25 de setembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.307092/2018-11, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa G.H. NEVES E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.656.322/0001-32, em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de 60 (sessenta), desde que cada parcela seja de valor igual ou superior a R$ 1.000,00 (mil reais), em acordo com art. 1º da Resolução ANTT n° 3.561 de 12 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à Gerência de Processamento de Autos de Infração e Apoio à JARI - GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 819, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 102, de 2 de outubro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.327900/2017-95, delibera:

Art. 1º Receber o recurso da empresa SIDCAR TRANSPORTES LTDA. - ME, CNPJ nº 08.724.761/0001-06, conferindo-lhe efeito suspensivo.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIAS DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Nº 251 - Autorizar a construção de acesso e via lateral na faixa de domínio da Rodovia Mario Covas, BR-101/ES, no km 388+280, na Pista Sul, em Rio Novo do Sul/ES, de interesse da Empresa Transmissora Capixaba S.A. Processo n.º 50505.055436/2018-61.

Nº 252 - Autorizar a pavimentação de segmento de via lateral existente às margens do Contorno de Florianópolis, no km 213+300m, sentido sul da BR-101/SC, no Município de São José/SC, de interesse de J.A 02 Desenvolvimento Urbano LTDA. Processo n.º 50545.016738/2018-47.

Nº 253 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco, BR-392/RS, por meio de subtrechos de ocupações longitudinais e travessia, no trecho entre o km 051+600m e o km 058+600m, em Rio Grande/RS, de interesse da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D. Processo n.º 50520.018597/2018-85.

Nº 254 - Autorizar a readequação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-392/RS, no km 074+523m, na Pista Sul, em Pelotas/RS, de interesse da Transporte Silverado LTDA. Processo n.º 50520.016884/2018-51.

Nº 255 - Autorizar a implantação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-040/MG, no km 610+250m, na Pista Norte, em Congonhas/MG, de interesse da RSE Transportes Ltda. Processo n.º 50510.045577/2018-04.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 256 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-153/MG, por meio de travessia no km 001+433m, em Araporã/MG, de interesse de CEMIG Distribuição S.A. Processo n.º 50500.013249/2018-50.

Nº 257 - Autorizar a readequação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC, no Km 148+430m, no Município de Itapema/SC, de interesse de Modesto Auto Posto LTDA. Processo n.º 50545.014669/2018-37.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

PORTARIA Nº 258, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018, resolve:

Autorizar Implantação de acesso em nível no Km 324, da BR101/ES, em Guarapari/ES, de interesse da Quality Imóveis LTDA - Processo nº 50505.085619/2017-20.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontram-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço ww.antt.gov.br

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 113, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50501.316795/2018-30, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à implantação de travessia subterrânea de água, de responsabilidade do loteamento São José - Castilho SPE LTDA, no Km 386+600 m, da malha ferroviária concedida à Rumo Malha Oeste S.A. - RMO, no município de Castilho/SP.

Parágrafo único Sobre a Receita Alternativa Líquida será realizado recolhimento em conformidade com o estabelecido na Resolução nº 5.746, de 21 de fevereiro de 2018, e com o previsto no Contrato de Concessão.

Art. 2º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 114, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50501.316791/2018-51, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à implantação de travessia aérea de energia, de responsabilidade da Elektro Eletricidade e Serviços S.A, no Km 410+350 m da malha ferroviária concedida à Rumo Malha Oeste S.A. - RMO., no município de Três Lagoas/MS.

Parágrafo único Sobre a Receita Alternativa Líquida será realizado recolhimento em conformidade com o estabelecido na Resolução nº 5.746, de 21 de fevereiro de 2018, e com o previsto no Contrato de Concessão.

Art. 2º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 5.151, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A DIRETORIA COLEGIADA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 12 do Regimento Interno do aprovado pela Resolução nº 26, de 05/05/2016 e publicada no DOU de 12/05/2016 e o Relato nº 16/2018/DG/DNIT, incluído na Ata da 38ª Reunião da Diretoria Colegiada de 2018, de 02/10/2018, tendo em vista o constante no Processo nº 50600.019650/2018-75, e

CONSIDERANDO o objeto da Portaria/DG nº 1.562, de 26/12/2008, que reconhece e declara como de relevante interesse social, inadiáveis, as obras de infra-estrutura de transportes, sob jurisdição do ministério dos Transportes e, sob gerenciamento e administração do DNIT, constantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, dispensando-as dos estudos de viabilidade técnica e econômica

CONSIDERANDO o item 9.2 do Acórdão nº 2.099/2018-TCU-Plenário, de 5/9/2018, que dá ciência ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes de que a não elaboração de EVTEA previamente a licitações de obras viola as disposições previstas no art. 3º; incisos f' a j; da Lei 5.917/1973, na Portaria DG 1.705/2007 do DNIT, além de jurisprudência deste Tribunal, e pode ensejar aplicação de sanções aos responsáveis, além de adoção de medida cautelar de suspensão de editais de licitação e contratos, a depender das circunstâncias de cada caso concreto;

CONSIDERANDO o item 9.2.1. do Acórdão nº 2.099/2018-TCU-Plenário, de 5/9/2018, o qual esclarece que o item 9.3.1 do Acórdão nº 1.884/2016-TCU-Plenário recomendou ao DNIT adotar medidas visando a "revogação da Portaria do Diretor-Geral nº 1.562, de 26/12/2008, em face de ilegalidade consubstanciada na dispensa de realização de Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica das obras do DNIT incluídas no PAC, que atinge a quase totalidade dos recursos destinados aos contratos vigentes para obras rodoviárias de manutenção, restauração, melhoramentos, duplicação, construção e eliminação de pontos críticos", e não sua anulação, razão pela qual a retirada do referido normativo do mundo jurídico somente produz efeito a partir da sua revogação, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria/DG nº 1.562, de 26/12/2008, a contar da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

JOSÉ DA SILVA TIAGO
Diretor-Geral

Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 72, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR/MPU n° 683, de 26 de setembro de 2013 e em cumprimento ao disposto no artigo 4º - § 2º da Lei n° 13.316/2016, de 20 de julho de 2016, resolve:

Publicar o quadro-resumo, constante do anexo desta portaria, demonstrando a ocupação das funções de confiança e dos cargos em comissão do Ministério Público da União, com dados vigentes em 30 de junho de 2018.

ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2018								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	657	81,11%	49	6,05%	7	0,86%	97	11,98%	810
FC-2	1.726	93,10%	82	4,42%	12	0,65%	34	1,83%	1.854
FC-3	424	93,19%	11	2,42%	2	0,44%	18	3,96%	455
Subtotal FC	2.807	90,00%	142	4,55%	21	0,67%	149	4,78%	3.119
CC-1	96	76,80%	14	11,20%	11	8,80%	4	3,20%	125
CC-2	804	43,79%	44	2,40%	610	33,22%	378	20,59%	1.836
CC-3	165	87,77%	6	3,19%	15	7,98%	2	1,06%	188
CC-4	279	62,42%	13	2,91%	146	32,66%	9	2,01%	447
CC-5	129	58,64%	47	21,36%	40	18,18%	4	1,82%	220
CC-6	29	49,15%	13	22,03%	16	27,12%	1	1,69%	59
CC-7	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	2	100,00%	2
CNE	-	0,00%	2	100,00%	-	0,00%	-	0,00%	2
Subtotal CC	1.502	52,17%	139	4,83%	838	29,11%	400	13,89%	2.879
TOTAL	4.309	71,84%	281	4,68%	859	14,32%	549	9,15%	5.998

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.

(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.

(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.

(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos da Lei nº 12.321/10 que necessitem de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2018								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	36	34,29%	61	58,10%	-	0,00%	8	7,62%	105
FC-2	74	81,32%	5	5,49%	-	0,00%	12	13,19%	91
FC-3	94	94,00%	4	4,00%	-	0,00%	2	2,00%	100
Subtotal FC	204	68,92%	70	23,65%	-	0,00%	22	7,43%	296
CC-1	66	83,54%	1	1,27%	11	13,92%	1	1,27%	79
CC-2	49	87,50%	1	1,79%	5	8,93%	1	1,79%	56
CC-3	22	95,65%	-	0,00%	1	4,35%	-	0,00%	23
CC-4	11	61,11%	1	5,56%	6	33,33%	-	0,00%	18
CC-5	10	71,43%	-	0,00%	4	28,57%	-	0,00%	14
CC-6	1	50,00%	-	0,00%	1	50,00%	-	0,00%	2
CC-7	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Subtotal CC	159	82,81%	3	1,56%	28	14,58%	2	1,04%	192
TOTAL	363	74,39%	73	14,96%	28	5,74%	24	4,92%	488

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.

(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.

(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.

(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos da Lei nº 12.321/10 que necessitem de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2018								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	43	60,56%	26	36,62%	-	0,00%	2	2,82%	71
FC-2	424	87,97%	50	10,37%	-	0,00%	8	1,66%	482
FC-3	205	84,71%	36	14,88%	-	0,00%	1	0,41%	242
Subtotal FC	672	84,53%	112	14,09%	-	0,00%	11	1,38%	795
CC-1	219	80,51%	34	12,50%	16	5,88%	3	1,10%	272
CC-2	151	77,44%	21	10,77%	21	10,77%	2	1,03%	195
CC-3	24	85,71%	2	7,14%	1	3,57%	1	3,57%	28
CC-4	75	82,42%	9	9,89%	4	4,40%	3	3,30%	91
CC-5	8	44,44%	4	22,22%	6	33,33%	-	0,00%	18
CC-6	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
CC-7	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Subtotal CC	477	78,97%	70	11,59%	48	7,95%	9	1,49%	604
TOTAL	1.149	82,13%	182	13,01%	48	3,43%	20	1,43%	1.399

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.

(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.

(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.

(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos da Lei nº 12.321/10 que necessitem de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

Obs: Não foram contabilizados os membros que exercem função de confiança neste MPDFT, que totalizam 18 FC-01

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2018								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	80	65,57%	35	28,69%	-	0,00%	7	5,74%	122
FC-2	350	82,94%	62	14,69%	1	0,24%	9	2,13%	422
FC-3	121	88,97%	11	8,09%	-	0,00%	4	2,94%	136
Subtotal FC	551	81,03%	108	15,88%	1	0,15%	20	2,94%	680
CC-1	104	70,75%	10	6,80%	33	22,45%	-	0,00%	147
CC-2	281	56,20%	10	2,00%	204	40,80%	5	1,00%	500

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CC-3	47	61,04%	11	14,29%	19	24,68%	-	0,00%	77
CC-4	121	58,74%	14	6,80%	71	34,47%	-	0,00%	206
CC-5	2	18,18%	1	9,09%	8	72,73%	-	0,00%	11
CC-6	-	0,00%	-	0,00%	1	100,00%	-	0,00%	1
CC-7	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Subtotal CC	555	58,92%	46	4,88%	336	35,67%	5	0,53%	942
TOTAL	1.106	68,19%	154	9,49%	337	20,78%	25	1,54%	1.622

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.

(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.

(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.

(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos da Lei nº 12.321/10 que necessitem de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

ANEXO V

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

NÍVEL	Quantitativo de Cargos em 30/06/2018								
	PROVIDOS						VAGOS (4)		TOTAL
	Servidores da carreira do MPU (1)		Outros servidores públicos (2)		Servidores sem vínculo efetivo (3)				
	QTD. (A)	% (B) = (A/I)	QTD. (C)	% (D) = (C/I)	QTD. (E)	% (F) = (E/I)	QTD. (G)	% (H) = (G/I)	QTD. (I)
FC-1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FC-2	3	100,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	3
FC-3	21	91,30%	2	8,70%	-	0,00%	-	0,00%	23
Subtotal FC	24	92,31%	2	7,69%	-	0,00%	-	0,00%	26
CC-1	2	100,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	2
CC-2	9	52,94%	1	5,88%	7	41,18%	-	0,00%	17
CC-3	1	100,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	1
CC-4	2	66,67%	-	0,00%	1	33,33%	-	0,00%	3
CC-5	2	50,00%	-	0,00%	2	50,00%	-	0,00%	4
CC-6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CC-7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal CC	16	59,26%	1	3,70%	10	37,04%	-	0,00%	27
TOTAL	40	75,47%	3	5,66%	10	18,87%	-	0,00%	53

(1) quantitativo de servidores ocupantes de Função de Confiança ou Cargo em Comissão pertencentes à carreira de servidores do MPU, ainda que requisitado de outro ramo.

(2) quantitativo de servidores de outros órgãos, de quaisquer esferas de governo ou de qualquer Poder, desde que ocupem cargo efetivo. Devem ser incluídos, nessa coluna, membros do MPU investidos em cargo em comissão.

(3) quantitativo de servidores sem vínculo efetivo com a Administração, ocupantes apenas de Função de Confiança ou Cargo em Comissão, inclusive os requisitados de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista.

(4) quantitativo de cargos vagos, já alocados, oriundos de desprovimentos ou vagas de primeiro provimento ainda não preenchidas. Excluem-se desse quantitativo os cargos da Lei nº 12.321/10 que necessitem de implemento de condição para criação, tal como autorização orçamentária.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 262ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias de setembro de dois mil e dezoito às nove horas e cinco minutos, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Ducentésima Sexagésima Segunda (262a) Sessão Ordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, 16º Andar, Edifício CNC, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho Sandra Lia Simón e as Subprocuradoras-Gerais do Trabalho, Eliane Araque dos Santos e Andréa Isa Rípoli. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) ASUNTOS GERAIS. A) Comissão de Enunciados da CCR: A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, instituir Comissão de Enunciados que poderá propor a revisão dos enunciados existentes e, até a finalização do planejamento estratégico do MPT, apresentar novas propostas de enunciados procedimentais. Referida comissão será composta por: Abiael Franco Santos (1ª SCCR) - Presidente; Luercy Lino Lopes (2ª SCCR) - Membro; Márcia Campos Duarte (3ª SCCR) - Membro; André Lacerda - 1º Suplente; e Débora Monteiro Lopes - 2º Suplente.

2) CONSULTAS

Processo IC-003257.2014.02.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), INQUIRIDO: TRANSVIP TRANSPORTE DE VALORES E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer a consulta, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002684.2018.02.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: AUTUORI E BURMANN SOCIEDADE DE ADVOGADOS, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE ANÔNIMO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo NF-001464.2018.05.000/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITANTE: JAQUELINE COUTINHO SILVA , SUSCITADO: BERNARDO GUIMARÃES CARVALHO RIBEIRO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da consulta, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

Processo IC-000434.2014.06.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho CHAFIC KRAUSS DAHER, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000486.2016.01.005/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN, NOTICIANTE: BARBARA GOMES DE PAULA PERES RODRIGUES, INQUIRIDO: ITAU UNIBANCO S.A., SUSCITANTE: LORENA BRANDÃO LANDIM CAMAROTTI - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o conflito negativo de atribuições e manter a atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Lorena Brandão Landim Camarotti - PRT-2ª Região, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002074.2018.01.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: JANINE MILBRATZ FIOROT , SUSCITADO: CLÁUDIA CARVALHO DO NASCIMENTO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho JANINE MILBRATZ FIOROT, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000316.2018.01.005/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: VITOR BAUER FERREIRA DE SOUZA, SUSCITADO: CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho VITOR BAUER FERREIRA DE SOUZA, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003979.2018.02.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: ANA RAQUEL MACHADO BUENO DE MORAES, SUSCITADO: RENATA FALCONE CAPISTRANO DA SILVA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Ruy Fernando Gomes Leme Cavalheiro da PTM Mogi das Cruzes - PRT-2ª Região, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-005483.2018.02.000/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITADO: JULIANA QUELUZ VENTURINI MASSARENTE, SUSCITANTE: AILTON VIEIRA DOS SANTOS - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho JULIANA QUELUZ VENTURINI MASSARENTE, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002876.2018.04.000/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: ALINE ZERWES BOTTARI BRASIL, SUSCITANTE: PHILIPPE GOMES JARDIM - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Philippe Gomes Jardim, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002965.2018.04.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: ALINE ZERWES BOTTARI BRASIL, SUSCITANTE: PHILIPPE GOMES JARDIM - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Philippe Gomes Jardim, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000760.2018.11.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: CARLOS EDUARDO GOUVEIA NASSAR , SUSCITADO: GISELA NABUCO MAJELA SOUZA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho CARLOS EDUARDO GOUVEIA NASSAR, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000985.2018.12.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: DULCE MARIS GALLE , SUSCITANTE: LUCIANO ARLINDO CARLESSO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho DULCE MARIS GALLE, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002631.2018.15.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITANTE: LEDA REGINA FONTANEZI SOUSA, SUSCITADO: RENATA NUNES FONSECA STEHLING - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho LEDA REGINA FONTANEZI SOUZA, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000604.2018.17.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: ANTONIO CARLOS LOPES SOARES , SUSCITADO: ESTANISLAU TALLON BOZI - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Estanislau Tallon Bozi (4° Ofício da PRT 17ª Região) , nos termos do voto do(a) relator(a).

4) ANULAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

Processo PI-000204.2006.15.003/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: AGROPECUARIA BOA VISTA, NOTICIANTE: GERENCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM ARARAQUARA, INQUIRIDO: SÃO MARTINHO S/A (FAZENDA SANTA CRUZ), INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, URBANOS, RURAIS E DAS INDÚSTRIAS DE CANA DE AÇÚCAR DE ARARAQUARA E REGIÃO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Dra. Sandra Lia Simón antecipou seu voto divergente no sentido de homologar a revisão de TAC em análise. Após, a Dra. Andréa Isa Ripoli requereu vista dos autos.

Processo PP-000185.2012.12.001/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INVESTIGADO: LUIZ FERNANDO PEREIRA, NOTICIANTE: MPT-PRT12-JOINVILLE, INVESTIGADO: PEDRO JOSÉ DE SOUZA PEREIRA, INVESTIGADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO MATERIAL PLÁSTICO DE JOINVILLE - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da Câmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às dez horas e quinze minutos.

DRA. SANDRA LIA SIMÓN
Coordenadora

DRA. ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Membro

DRA. ANDRÉA ISA RÍPOLI
Membro

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÃO DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

NOTÍCIA DE FATO 100.2018.000029

EMENTA. DIRETOR DE OBRAS MILITARES. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE REGISTRO NO CREA/DF. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE. EXERCÍCIO DE FUNÇÕES EXCLUSIVAMENTE GERENCIAIS E ADMINISTRATIVAS. ARQUIVAMENTO.

Notícia de ausência de registro do Diretor de Obras Militares no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal. Imputação de exercício ilegal da profissão. Improcedência. Cargo ao qual são atribuídas funções exclusivamente gerenciais e administrativas. Gestão do Sistema de Obras Militares (SOM). Ausência de irregularidade. Arquivamento determinado pelo PGJM.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 102, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a redação do Art. 5º da Resolução nº 6/CSMPM, de 10 de novembro de 1993, que dispõe sobre o Regimento Interno da CCR/MPM.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 131, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º O Art. 5º da Resolução nº 6/CSMPM, de 10 de novembro de 1993, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º São atribuições da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar:

I - promover a integração e a coordenação dos órgãos institucionais do Ministério Público Militar, observado o princípio da independência funcional;

II - manter intercâmbio com órgãos ou entidades que atuem em áreas afins;

III - encaminhar informações técnico-jurídicas aos órgãos do Ministério Público Militar;

IV - manifestar-se em inquérito policial militar, inquérito e expedientes judicializados, nos quais exista discordância da autoridade judiciária em relação a arquivamento proposto pelo Membro do MPM, ressalvada a atribuição originária do Procurador-Geral;

V - manifestar-se em Procedimento de Investigação Criminal arquivado na origem, ressalvada a atribuição originária do Procurador-Geral;

VI - manifestar-se em representações, ou instrumento correlato, versando sobre hipotético arquivamento implícito, ocorrido em ações penais, inquérito policial militar, inquérito e expedientes judicializados, ressalvada a atribuição originária do Procurador-Geral;

VII - manifestar-se, em caso de recurso interposto contra arquivamento ditado em 1º Grau, em peça de informação, procedimento administrativo, notícia de fato e quaisquer outros expedientes instaurados nas Procuradorias de Justiça Militar, relacionados com a atividade-fim, ressalvada a atribuição originária do Procurador-Geral;

VIII - resolver sobre a distribuição especial de inquérito e quaisquer outros feitos, quando a matéria, por sua natureza ou relevância, assim o exigir;

IX - praticar todos os demais atos que decorram das atribuições, por força de lei ou deste Regimento Interno.

Parágrafo único - A atribuição fixada no inciso VIII será exercida segundo os critérios objetivos previamente estabelecidos pelo Conselho Superior."

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DR. JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar / Presidente

DR. CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA PEREIRA
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

DR. ROBERTO COUTINHO
Vice-Procurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

DR. EDMAR JORGE DE ALMEIDA
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

DR. ALEXANDRE CONCESI
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

DR. JOSÉ GARCIA DE FREITAS JUNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

DRA. HERMINIA CELIA RAYMUNDO
Subprocuradora-Geral de Justiça Militar/Conselheira

DRA. ANETE VASCONCELOS DE BORBOREMA
Subprocuradora-Geral de Justiça Militar/Conselheira

DRA. MARIA DE NAZARÉ GUIMARÃES DE MORAES
Subprocuradora-Geral de Justiça Militar/Conselheira

DR. GIOVANNI RATTACASO
Corregedor-Geral do MPM/Conselheiro

DR. CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

DR. CEZAR LUÍS RANGEL COUTINHO
Subprocurador-Geral de Justiça Militar/Conselheiro

ATA DA 42ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos 3 dias do mês de setembro de 2018, às 10h10, na Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público Militar, sob a presidência do Dr. Jaime de Cassio Miranda, Procurador-Geral de Justiça Militar, presentes os Conselheiros Carlos Frederico de Oliveira Pereira, Roberto Coutinho, Edmar Jorge de Almeida, Arilma Cunha da Silva, José Garcia de Freitas Junior, Herminia Celia Raymundo, Anete Vasconcelos de Borborema, Maria de Nazaré Guimarães de Moraes, Giovanni Rattacaso, e Cezar Luís Rangel Coutinho. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Alexandre Concesi e Clauro Roberto de Bortolli. Primeira Parte - Expediente: Aprovação da Ata da 251ª Sessão Ordinária: Aprovada. Comunicações da Presidência: Inicialmente o Sr. Presidente cumprimentou os presentes e passou a apreciação da pauta. Comunicações dos Conselheiros: Não houve. Segunda Parte - Ordem do Dia: 1) Processo SEI nº 7021/2018-11 - Afastamentos de Membros do Ministério Público Militar para participarem da 23ª Conferência Anual da International Association of Prosecutors, a realizar-se em Joanesburgo/África do Sul, no período de 9 a 13 de setembro de 2018. Termo de Deliberação: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso da competência prevista no art. 131, inciso X, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e ao estabelecido na Resolução nº 59/CSMPM, de 22/6/2009, alterada pela Resolução nº 82/CSMPM, de 11/2/2015, à unanimidade, opinou favoravelmente pelo afastamento dos Membros do Ministério Público Militar, Dr. JAIME DE CASSIO MIRANDA, Procurador-Geral de Justiça Militar, Dra. MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES, Procuradora de Justiça Militar, e Dr. MAX BRITO REPSOLD, Promotor de Justiça Militar, para participarem da 23ª Conferência Anual da International Association of Prosecutors (IAP), a ser realizada em Joanesburgo/África do Sul, no período de 9 a 13 de setembro de 2018." 2) Processo SEI nº 5825/2018-78 - Afastamentos de Membros do Ministério Público Militar para participarem do 171º Curso Internacional Militar (Base) do Instituto Internacional de Direito Humanitário (IIHL), a realizar-se em Sanremo/Itália, no período de 10 a 21 de setembro de 2018. Termo de Deliberação: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso da competência prevista no art. 131, inciso X, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e ao estabelecido na Resolução nº 59/CSMPM, de 22/6/2009, alterada pela Resolução nº 82/CSMPM, de 11/2/2015, à unanimidade, opinou favoravelmente pelo afastamento do Dr. JORGE AUGUSTO LIMA MELGAÇO, Promotor de Justiça Militar, e da Dra. ANA CAROLINA SCULTORI DA SILVA TELES, Promotora de Justiça Militar, para participarem do 171º Curso Internacional Militar (Base) do Instituto Internacional de Direito Humanitário (IIHL), a ser realizado em Sanremo/Itália, no período de 10 a 21 de setembro de 2017."

Não havendo assuntos a serem deliberados, o Sr. Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e encerrou a sessão às 10h13.

DR. JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar/Presidente

GABRIELA DANTAS TREZI DE ARAUJO
Secretária

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 34, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Aroldo Cedraz
Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença da Ministra Ana Arraes; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa, convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes, e André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

Ausentes o Ministro Augusto Nardes, por motivo de férias, e o Ministro José Múcio Monteiro, em missão oficial.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 33, referente à Sessão realizada em 11 de setembro de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 000.467/2015-4, 000.543/2012-8, 006.990/1995-9, 008.740/2018-6, 008.749/2018-3, 009.467/2018-1, 010.502/2018-1, 010.509/2018-6, 010.528/2018-0, 010.555/2018-8, 010.559/2018-3, 010.565/2018-3, 010.568/2018-2, 010.685/2017-0, 010.724/2017-6, 011.346/2018-3, 011.375/2018-3, 012.064/2018-1, 012.425/2018-4, 013.477/2018-8, 013.480/2018-9, 013.487/2018-3, 013.814/2014-1, 014.268/2018-3, 014.293/2018-8, 014.350/2018-1, 014.352/2018-4, 016.434/2018-8, 016.673/2015-8, 017.764/2018-1, 017.777/2018-6, 018.398/2015-4, 020.018/2016-9, 021.988/2018-8, 022.170/2018-9, 022.301/2018-6, 022.307/2018-4, 022.331/2018-2, 022.338/2018-7, 022.352/2018-0, 022.535/2018-7, 022.745/2018-1, 023.712/2018-0, 024.931/2018-7, 024.948/2018-7, 024.950/2018-1, 025.041/2018-5, 025.097/2018-0, 025.640/2016-0, 026.138/2018-2, 027.880/2018-4, 028.332/2018-0, 028.615/2018-2, 028.616/2018-9, 028.635/2018-3, 028.680/2018-9, 028.684/2018-4, 028.686/2018-7, 029.578/2018-3, 030.339/2018-9, 030.538/2018-1, 030.603/2018-8, 030.979/2018-8, 031.242/2018-9, 031.249/2018-3, 032.122/2015-2 e 035.916/2015-0, de relatoria do Ministro Augusto Nardes;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- 002.160/2007-0, 006.446/2013-2, 008.874/2018-2, 010.483/2018-7, 010.536/2018-3, , 013.421/2018-2, 013.797/2018-2, 014.200/2018-0, 014.236/2018-4, 016.385/2018-7, 016.582/2018-7, 016.883/2018-7, 017.596/2018-1, 021.578/2018-4, 021.581/2018-5, 021.594/2018-0, 021.602/2018-2, 021.606/2018-8, 021.614/2018-0, 021.622/2018-3, 021.624/2018-6, 021.634/2018-1, 021.638/2018-7, 022.064/2018-4, 024.083/2018-6, 024.084/2018-2, 024.259/2018-7, 024.361/2018-6, 024.586/2018-8, 024.758/2018-3, 024.979/2018-0, 025.520/2018-0, 025.603/2018-3, 027.014/2018-5, 027.103/2018-8, 027.170/2018-7, 027.276/2018-0, 027.368/2018-1, 027.440/2018-4, 027.444/2018-0, 027.557/2018-9, 027.642/2018-6, 027.749/2018-5, 027.750/2018-3, 027.767/2018-3, 028.448/2018-9, 028.459/2018-0, 028.462/2018-1, 028.595/2018-1, 028.640/2018-7, 028.645/2018-9, 028.651/2018-9, 028.655/2018-4, 028.657/2018-7, 028.945/2018-2, 029.106/2018-4, 029.191/2018-1, 029.381/2018-5, 029.385/2018-0, 029.390/2018-4, 029.394/2018-0, 029.944/2018-0, 029.945/2018-6, 030.266/2018-1, 030.384/2018-4, 030.439/2018-3, 030.485/2018-5, 030.605/2018-0, 030.790/2018-2, 030.805/2018-0, 030.981/2018-2, 031.086/2018-7, 031.098/2018-5, 031.103/2018-9, 031.277/2015-2 e 033.096/2015-5, cujo Relator é o Ministro José Múcio Monteiro; e

- 019.226/2015-2, 025.297/2016-3, 029.548/2017-9 e 031.717/2018-7, cujo Relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 8357 a 8649.

RELAÇÃO Nº 24/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 8357/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.300/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ricardo Valle dos Reis (162.697.051-34); Walter de Albuquerque Sá (041.514.963-00).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8358/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.419/2013-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Ronaldo Mascarenhas de Oliveira (372.285.871-20); José Ronaldo Mascarenhas de Oliveira (372.285.871-20); Leisle Silveira Araujo (150.242.021-04); Leisle Silveira Araújo (150.242.021-04).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8359/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.857/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Silvino Filgueiras Lima Filho (662.136.063-00); Silvio Rodrigues da Silva (028.850.686-39); Simone Sousa de Oliveira (018.726.433-37); Soraya de Freitas Carvalho (107.606.937-14); Tais Costa Sampaio (019.043.505-42); Tarcisio de Lima Azevedo (116.515.017-42); Thalita Santos Bispo (031.983.785-83); Thalles Baraky Tavares (093.195.536-02); Thamires Just Andrade (043.625.155-85); Thiago Coelho Assunção Carneiro (019.128.851-90)
1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8360/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.861/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Viviane Monteiro de Freitas (123.470.877-97); Warlen de Oliveira Gonçalves (107.491.336-19); Weudenis Souza Ferreira (613.191.552-00); Wladimir Ribeiro Pardo (499.817.650-15); Yuri Leal Clemente Ferreira (101.940.387-00)
1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8361/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.868/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paula Rezende Marques (105.574.887-37); Pedro Paulo Gomes Cabral (785.517.307-20); Rosane Pereira da Silva (992.686.987-49); Savana Cecilia Parga Carneiro (745.105.762-34); Tarcisio Lopes Acacio Filho (600.235.123-00); Thiago Freire da Silva Araujo (109.686.637-45)
1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8362/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.150/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafael Tavares (122.385.777-85); Savio Salgado Maia (035.359.863-11); Valdemiro da Costa Silva (695.503.794-34); Wallace Oliveira de Jesus Reis (037.563.961-69).
1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8363/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.557/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Eli Moreira Gomes (153.664.801-91).
1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8364/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.580/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Cristiano Nobrega de Castro França (085.203.347-84).
1.2. Órgão/Entidade: Centro de Pesquisas de Energia Elétrica.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8365/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.878/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Izaias Alves Cardoso Filho (026.489.451-05)
1.2. Órgão/Entidade: Escritório do CPRM no Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8366/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.417/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anezio Rosa de Andrade (013.138.641-70); Carolina Maders Escovar (071.483.379-76); Rodolfo Soares Ribeiro Lopes (074.334.124-41)
1.2. Órgão/Entidade: Defensoria Pública da União - DPU.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8367/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.365/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Emanuel Moura Ribeiro (050.779.214-90)
1.2. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8368/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.368/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jorge Luis Diocesano Oliveira (004.516.323-54); Jose James dos Santos Veloso (043.698.923-92); Karoline Timoteo de Oliveira (934.210.363-49); Rafael Araujo Martins (961.549.263-91); Wilson de Sousa Pereira (669.450.973-15)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Energética do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8369/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.463/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Teresa Cristina Paixão Domingues (532.303.537-49).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Pesquisa Energética.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8370/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.526/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Reis Dias Guadelup (015.746.671-06); Daniela Fagundes de Araujo (015.992.486-38); Gisela Aguiar Wanderley (036.243.411-54); Guilherme Borges Barbosa dos Santos (032.882.801-75); Laura de Araujo da Silva (042.378.095-60); Luana de Oliveira Faria (995.433.971-04); Maria Rita Teizen Marques de Oliveira (376.978.808-73); Naiara Freitas Marques (020.439.351-51); Pedro Matos de Arruda (076.453.054-28); Rayssa Barbosa Santos (036.650.241-70)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8371/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.359/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Guimaraes Leao da Silveira (015.858.937-81); Ana Cristina Nogueira Duarte (573.584.351-68); Angelica Barreto Mendonca (951.175.207-34); Arthur Jose Maselli Penna (843.476.437-72); Bruno Picozzi (045.353.267-54); Celia Silveira Nunes Galvao (267.382.348-48); Daniela da Silva Santos Gamba (071.730.017-06); Fernando de Mendonca Martins (352.213.647-00); Rodrigo Carsalade Martins (052.899.947-85); Rubens Fausto Jose Mesquita da Cunha Ribeiro (753.775.437-34).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8372/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.813/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aldivan Soares Barbosa (088.019.284-40); Alexander Ramos Justo (105.283.997-56); Caio Fernando Riscado Torino (074.177.087-30); Caroline Torres (344.736.128-05); Danilo Fernandes da Silva Costa (017.516.095-37); Fabio Silva de Oliveira (077.087.987-01); Fernanda Melo Souza (046.475.765-74); Fernando Miguel de Sa Carvalho (090.797.747-23); Gustavo da Silva Rocha Araujo (130.087.437-65); Isabelle Oliveira da Nobrega (077.061.794-86)
1.2. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8373/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, e dar quitação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.858/2016-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Maria Luisa Rocha Ferreira de Mendonça (824.156.417-15); Rede Social de Justica e Direitos Humanos (03.569.739/0001-07); Rita Zanotto (393.504.100-44)
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.6. Representação legal: Rubens Naves (19379/OAB-SP) e outros, representando Rede Social de Justica e Direitos Humanos e Maria Luisa Rocha Ferreira de Mendonça; Edemir Henrique Batista (46554/OAB-DF) e outros, representando Rita Zanotto.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8374/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 5.163/2018 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 3/7/2018, Ata 23/2018, relativamente ao subitem "1.7.1", de modo que onde se lê: "dar ciência ao Fundo Nacional de Assistência Social sobre o registro da alteração do responsável, nos sistemas contábeis pertinentes, do Sr. José Ribamar da Silva (CPF 206.791.064-72) para o município de Imaculada/PB (CNPJ 08.883.969/0001-60), resultando na anotação deste município nesses sistemas, para os seguintes débitos: [...]", leia-se: "dar ciência ao Fundo Nacional de Assistência Social, ao município de Imaculada/PB (CNPJ 08.883.969/0001-60), e ao Sr. José Ribamar da Silva (CPF 206.791.064-72)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.191/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: José Ribamar da Silva (206.791.064-72)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Imaculada - PB
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8375/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de Embargos de declaração opostos pelo Sr. Osvaldo Lopes de Carvalho em face do Acórdão 10.130/2017 - TCU - 2ª Câmara, que negou provimento aos Embargos de declaração opostos contra o Acórdão 8.493/2017 - TCU - 2ª Câmara, que negou provimento ao Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão 11.930/2016-TCU-2ª Câmara, que julgou Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pela Fundação Nacional de Artes (Funarte), em face da inexecução do Convênio 38/2008 firmado com a Fundação Cultural do Estado de Tocantins (FCT), cujo objeto era a implantação do Projeto "Informação Cultural do Tocantins", o qual deveria capacitar artistas, técnicos e produtores, além de realizar oficinas de arte.

Considerando que a ciência do acórdão embargado ocorreu no dia 7 de agosto de 2018, conforme Aviso de Recebimento constante à peça 220 dos autos;

Considerando que somente em 20 de agosto de 2018 compareceu aos autos para apresentar o recurso em apreço, fora, portanto, do prazo fixado no § 1º do artigo 34 da Lei 8.443/92;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 30, inciso I, alínea "d", e 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "f" e § 3º, 277, inciso III, e 287, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Osvaldo Lopes de Carvalho contra o Acórdão 10130/2017 - TCU - 2ª Câmara, eis que intempestivo, e dar ciência desta deliberação aos interessados.

1. Processo TC-028.729/2013-7 (EMBARGOS DE declaraÇÃO EM TCE)
1.1. Responsáveis: Associação Ruarte de Cultura (05.018.694/0001-08); Luciana Corrêa Tolentino (827.349.921-91); Maria Eliza Rodrigues Salgado Lana (432.232.816-49); Osvaldo Lopes de Carvalho (255.821.001-72); Sergio Augusto Pereira Lorentino (841.834.031-20)
1.2. Recorrente: Osvaldo Lopes de Carvalho (255.821.001-72).
1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Tocantins.
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex-TO).
1.8. Representação legal: Márcio Gonçalves Moreira (OAB 2554/TO) e Luanna Magalhaes Vieira (5660/OAB-TO), representando Osvaldo Lopes de Carvalho.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8376/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16; inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, dar quitação aos responsáveis, e fazer comunicações a seguir indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.041/2015-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Associacao de Cultura e Turismo de Gramado (05.970.767/0001-67); Luiz Antonio Barbacovi (169.091.940-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
1.6. Representação legal: Thaís Schramm Werutsky (58746/OAB-RS) e outros, representando Associacao de Cultura e Turismo de Gramado e Luiz Antonio Barbacovi.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar ciência à Associação de Cultura e Turismo de Gramado - ACTG, por intermédio de seus representantes legais, que as despesas realizadas com tarifas bancárias não devem ser incluídas na prestação de contas de projetos culturais, eis que não são relacionadas ao objeto;
1.7.2. alertar ao Ministério da Cultura de que a aprovação de projetos culturais com recursos de incentivos fiscais, sob a égide da Lei 8.313/91 (Lei de Incentivo à Cultura), deve ocorrer antes da realização do evento, respeitando o cronograma de atividades, a fim de evitar a ocorrência da realização de despesas anteriores à Portaria de autorização para captação dos recursos como verificado no Projeto Cultural "Natal Luz - Apresentações Cênicas ao Ar Livre" (21º Natal Luz) - PRONAC 06-9003.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8377/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, e 106, § 4º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer da representação a seguir relacionada e determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar as determinações propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.750/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Queiroz - SP
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. determinar o envio de cópia integral dos presentes autos ao Ministério do Turismo e à Caixa Econômica Federal, com cópia para a Controladoria-Geral da União, a fim de subsidiar eventual reanálise da prestação de contas do contrato de repasse 0245425-00, firmado com o Município de Queiroz/SP, no valor inicial de R$ 371.522,45 (trezentos e setenta e um mil, quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos), tendo por objeto apoiar projetos de infraestrutura turística (construção e reforma de praças e construção de portal) naquela municipalidade, em face de indícios de que as obras objeto do ajuste foram entregues com atraso e com alterações em relação ao objeto inicialmente pactuado;
1.6.2. dar ciência da presente deliberação à Prefeitura Municipal de Queiroz/SP.

ACÓRDÃO Nº 8378/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente; acolher as informações apresentadas pela Amazonas Distribuidora de Energia S/A como suficientes para sanear o processo, tendo em vista a celebração do Acordo Coletivo de Trabalho visando mitigar futuras ações judiciais que versem a respeito de descumprimento de intervalos em escala de turno de revezamento; e determinar o arquivamento do feito, após ciência da presente deliberação à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.761/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: 7ª Vara do Trabalho de Manaus/AM.
1.2. Órgão/Entidade: Amazonas Distribuidora de Energia S/A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
1.6. Representação legal: Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira (OAB/AM 3554), representando Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 23/2018 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 8379/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a José Carlos Pereira Bento e em fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-009.528/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: José Carlos Pereira Bento (CPF 097.195.471-20).
1.3. Unidade: Imprensa Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal dos atos no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 8380/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Luiz Carlos do Carmo Motta.

1. Processo TC-010.522/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Luiz Carlos do Carmo Motta (CPF 102.816.907-82).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Tecnologia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8381/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Patricia Simas de Andrade.

1. Processo TC-014.232/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Patricia Simas de Andrade (CPF 114.756.411-68).
1.3. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8382/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.948/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Edimilso Pimentel (CPF 307.654.209-53); Francisco Carlos Cunha dos Santos (CPF 142.204.152-20); Hemilson Moreira da Silva (CPF 073.008.321-72); Janio Lazaro Santana (CPF 500.517.846-53); Jose Gladson Rebouças Serra (CPF 231.999.893-49).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8383/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.953/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Evandro Jose de Souza (CPF 493.692.886-00); Farah Diba Amorim Damasio da Silva (CPF 394.011.463-49); Fatima Maria Barbosa Prieto (CPF 543.353.451-00); Garon Rodrigues do Prado (CPF 338.751.031-49); Gilberto Becker da Silva (CPF 792.624.069-91).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8384/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Alberto Ferro Alves Silva.

1. Processo TC-016.391/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Alberto Ferro Alves Silva (CPF 444.637.313-72).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8385/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.439/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Anesio Otto Fiedler (CPF 479.312.727-49); Eymard Osanam de Oliveira (CPF 207.064.309-30); Noeme Umbelina de Freitas Rodrigues (CPF 185.652.801-44).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8386/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-024.709/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Joao Alves Sampaio (CPF 103.512.564-15); Jose Raymundo Moreira (CPF 296.065.867-15); Roberto da Silva Luiz (CPF 512.069.357-15).
1.3. Unidade: Centro de Tecnologia Mineral.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8387/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-024.746/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Waldir Ferreira (CPF 808.578.178-68); Walter Pereira (CPF 938.532.388-15); Wilson Alves Pereira (CPF 297.987.877-49).
1.3. Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8388/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-024.819/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Demerval Aparecido Francisco (CPF 858.308.368-15); Jose Caetano dos Santos Sobrinho (CPF 319.362.457-87).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8389/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Sabino Pereira da Silva.

1. Processo TC-024.883/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Sabino Pereira da Silva (CPF 113.487.632-72).
1.3. Unidade: Fundação Nacional do Índio.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8390/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Ana Calonego de Oliveira.

1. Processo TC-024.920/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Ana Calonego de Oliveira (CPF 299.515.001-10).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8391/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Valdevino Ferreira de Amorim.

1. Processo TC-025.114/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Valdevino Ferreira de Amorim (CPF 001.707.471-15).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8392/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-013.329/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jean Carlos Batista da Rosa (CPF 022.196.710-97); Josias Otaciel Mainardi (CPF 973.814.540-68); Juan Pablo Martinez Brito (CPF 809.739.730-72); Julio Eduardo Silveira Pereira (CPF 007.662.960-08); Katia Germano Monteiro (CPF 606.426.700-30); Kleber Hugo Stangherlin (CPF 011.844.620-70); Kleber Hugo Stangherlin (CPF 011.844.620-70); Marcelo Antonio Assis (CPF 897.127.810-20); Marcelo Dal Alba (CPF 008.061.730-17); Márcia Beroth (CPF 808.576.980-87).
1.3. Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8393/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Rafael da Silva Carvalho.

1. Processo TC-024.698/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Rafael da Silva Carvalho (CPF 074.855.774-17).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Alagoas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8394/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-025.846/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Carolina Barbosa de Araujo (CPF 015.352.551-70); Andressa Gracina de Sales (CPF 018.524.451-30); Cleber Fabio Veiga da Silveira (CPF 036.903.391-46); Cleudemir Gomes de Azevedo (CPF 867.299.696-87); Daniel Sousa Isaias Pereira (CPF 845.394.531-49); Daniela Martins Santos Pinho Costa (CPF 017.259.101-52); Erivelton Elias Aires Natel (CPF 716.932.381-87); Fabiola Braga Riquero (CPF 803.514.331-04); Gustavo Cosme Cardoso (CPF 026.355.481-37); Herlis Gomes Peixoto Junior (CPF 037.294.211-31).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8395/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-025.857/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessadas: Andressa Santos Michel (CPF 020.966.300-61); Camila Torres Rego (CPF 021.788.071-19); Camila de Camargo Silva Venturelli (CPF 341.377.878-16).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8396/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Rodrigo Brasil do Couto.

1. Processo TC-027.871/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Rodrigo Brasil do Couto (CPF 075.939.117-30).
1.3. Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8397/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Rogerio Xavier.

1. Processo TC-028.416/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Rogerio Xavier (CPF 037.446.967-90).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8398/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.335/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alex Rodrigues da Silva (CPF 953.181.941-68); Alisson Bruno Felipe de Mendonca (CPF 060.984.404-09); Andre Candido do Nascimento (CPF 920.913.851-15); Daniel Martins de Vasconcellos (CPF 091.673.287-84); Dionisio Batista Santos Junior (CPF 032.013.425-30).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8399/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.339/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jorge Carlos Rosa de Souza Magalhaes (CPF 003.688.635-14); Márcio Jose da Silva (CPF 960.303.721-49); Vagner Aleixo Ferreira (CPF 092.572.487-47); Victor Carvalho Paiva Dias (CPF 028.823.813-36); Willie Romualdo Reboucas Marques (CPF 067.000.214-30).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8400/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Daniel Barbosa Cordeiro.

1. Processo TC-029.376/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Daniel Barbosa Cordeiro (CPF 038.414.544-29).
1.3. Unidade: Tribunal de Contas da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8401/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-030.407/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Juam Pabullo Goncalves de Abreu (CPF 025.702.581-21); Lia Tolentino Corker Freire (CPF 056.189.494-90).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8402/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Murilo Fanes.

1. Processo TC-030.521/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Murilo Fanes (CPF 670.595.039-00).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8403/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-030.619/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Carlos Henrique Jose da Cunha (CPF 035.522.381-31); Carlos Jose Santos Costa (CPF 564.514.821-53); Carlos Magno de Sousa Amorim (CPF 836.918.121-04); Cesar Viana da Silva (CPF 504.764.671-87); Clenio Bernardes da Costa (CPF 783.074.811-04); Cleuber Ferreira de Souza (CPF 697.389.121-72); Cristiane Maria Pacheco Amoury (CPF 823.734.501-00); Daniel Montalvao da Silva (CPF 009.179.371-80); Danielson dos Santos (CPF 023.078.529-80); Darcio Ribeiro Xavier (CPF 013.637.851-09).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8404/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.116/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Cassiano Augusto Gallerani (CPF 203.269.938-94); Edimar Ferreira Bezerra (CPF 036.614.754-44).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8405/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Leandro Roberto de Lima.

1. Processo TC-031.122/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Leandro Roberto de Lima (CPF 167.704.568-00).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8406/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.126/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Caio Quaresma de Souza (CPF 040.094.195-39); Felipe Fernandes Novaes (CPF 056.948.237-29); Luciany dos Santos Emidio Passeto (CPF 020.654.589-41).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8407/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a Ercilda Luiza Vivan de Moraes, e, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os demais atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-021.482/2006-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Ercilda Luiza Vivan de Moraes (CPF 696.894.071-04); Antonia Ponte Alencar de Carvalho (CPF 281.693.871-91); Igor Alencar de Carvalho (CPF 009.180.681-00); Julia Alencar de Carvalho (CPF 009.180.711-51); Cristiniano Pedro de Oliveira (CPF 047.810.905-91); Guilherme de Macedo Oliveira (CPF 005.183.801-06); Gustavo de Macedo Oliveira (CPF 000.545.961-30);
1.3. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8408/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de pensão civil aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-021.529/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Adyr Henriques Dutra (CPF 043.243.237-04); Aline de Sousa Rodrigues (CPF 087.553.897-59); Alzira Ferreira Borges (CPF 856.590.967-00); Aureni Alves Nunes (CPF 027.336.947-40); Celso Medeiros (CPF 005.582.307-68); Delfhina Jose Rodrigues (CPF 426.708.707-59); Enedina Medina Rezende (CPF 025.864.007-39); Geraldo Martins (CPF 069.627.237-76); Joao Guedes de Morais (CPF 973.143.317-15); Jose Claudio de Oliveira Mendes (CPF 357.239.127-04); Jose Paulo da Silva Filho (CPF 043.719.687-91); Josefa de Azevedo Luiz (CPF 118.078.257-79); Lecia Nobre de Almeida (CPF 114.152.187-30); Lucilia Gomes de Almeida (CPF 018.713.367-08); Maria Amalia de Cavalcanti Oliveira (CPF 441.420.307-44); Maria Ivonete de Oliveira da Silva (CPF 010.953.367-46); Maria Madalena Queiroz da Silva (CPF 287.084.317-87); Nicia Faria Joia (CPF 114.632.867-24); Tatiana da Costa Souza (CPF 093.277.327-31); Ubiracema Motta de Souza (CPF 586.148.267-53); Zilda Ferreira de Almeida Costa (CPF 667.935.307-63).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Rio de Janeiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8409/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de pensão civil aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-021.562/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Arlindo José Dias (CPF 117.399.248-00); Claudio Pinto Rolim (CPF 700.637.537-15); Eni de Azevedo Moraes (CPF 567.283.877-49); Gisele Menegatti dos Santos Cruz (CPF 220.633.778-98); Isaura dos Santos Almeida (CPF 004.169.048-66); Jose Rodrigues Batista (CPF 154.578.936-34); Leda Maria de Rezende Gottardi (CPF 529.464.018-04); Lilia Pozzi da Serra Costa (CPF 112.664.327-01); Luis Gori (CPF 653.012.938-34); Luzia Luiz Calvanese (CPF 299.802.468-80); Marcelo Menegatti dos Santos Cruz (CPF 297.270.438-01); Marco Polo Valentim Correa (CPF 219.084.357-04); Maria Ignez de Brito (CPF 112.591.727-08); Maria José Estanislau Daher (CPF 857.236.307-68); Maria do Carmo Araujo Joviano (CPF 468.599.503-15); Octavio Lopes da Silva (CPF 049.517.358-49); Pedro de Souza Carlos (CPF 108.457.207-91); Rosa Maria Moscarelli Marcello (CPF 028.046.967-58); Terezinha de Almeida Antonio (CPF 596.844.107-00); Thereza Gomes Cardoso (CPF 427.454.627-68).
1.3. Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8410/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de pensão civil às interessadas a seguir relacionadas.

1. Processo TC-021.814/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Margarida Ferreira Barbosa (CPF 113.247.878-21); Maria Vilar Garcia de Melo (CPF 232.158.418-19).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8411/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em expedir quitação a Josias Alves de Souza, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, e em dar ciência desta deliberação ao responsável.

Quitação relativa ao subitem 9.4 do acórdão 1.403/2011 - 1ª Câmara.

- Josias Alves de Souza

Valor original da multa: R$ 5.000,00	Data de origem da multa: 01/03/2011
Valor Recolhido: R$ 5.952,77	Data do último recolhimento: 01/06/2018

1. Processo TC-017.033/2001-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apenso: TC 007.263/2012-0 (COBRANÇA EXECUTIVA).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Classe de Assunto: II.

1.3. Responsável: Josias Alves de Souza (CPF 386.850.862-72).

1.4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Rondônia.

1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex-RO).

1.8. Representação legal: José da Costa Gomes (OAB/RO 673), representando Josias Alves de Souza.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8412/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de representação apresentada pela Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no estado de Mato Grosso (Secex/MT) em razão da omissão dos gestores da Fundação Nacional do Índio em responder a solicitação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso (Sinfra) para realizar consulta prévia a comunidades indígenas com vistas ao licenciamento ambiental da pavimentação da BR 174/MT, conforme previsto na Convenção 169 da OIT.

Considerando que a representação da Secex/MT preenche os requisitos de admissibilidade;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno e 103, §1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer desta representação; em considerá-la procedente; em fazer as determinações sugeridas; e em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 17, à representante, à Fundação Nacional do Índio e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso (Sinfra).

1. Processo TC-018.071/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado de Mato Grosso.

1.3. Unidade: Fundação Nacional do Índio - Funai.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex-MT).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Com fundamento nos arts. 45 da Lei 8.443/1992 e 250, inciso II, do Regimento Interno, fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que a Fundação Nacional do Índio:

1.8.1. realize apuração dos fatos e condutas para identificar os responsáveis pela omissão em responder à solicitação dos Ofícios 40, 88, 144 e 149/2018/Satic/Sinfra da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do estado de Mato Grosso;

1.8.2. adote, caso necessário, as medidas previstas no art. 145 da Lei 8112/1990 e demais providências da legislação correlata;

1.8.3. informe as constatações dos trabalhos realizados e as medidas adotadas ao Tribunal de Contas da União.

ACÓRDÃO Nº 8413/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de documentação encaminhada pelo Defensor Público Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves, Coordenador do Núcleo da Defensoria Pública Agrária no estado do Tocantins, na qual noticia possíveis irregularidades na conduta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - Superintendência Regional no Estado do Tocantins - SR-TO/Incra para regularizar permuta de áreas de assentamentos rurais sob sua jurisdição, afetadas pela implantação da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), por áreas de propriedade da companhia concessionária já formalmente indicadas e oferecidas para avaliação do Incra.

Considerando que a matéria tem sido objeto de acompanhamento pelo Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Município de Araguaína/TO junto à SR-TO/Incra;

considerando assim que não se vislumbra "interesse público capaz de justificar a continuidade e o aprofundamento de exames e apurações da matéria nestes autos (...)";

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 169, inciso V, 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno; 103, § 1º, c/c o art. 33, da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da documentação apresentada como representação; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 12, ao representante, à Superintendência Regional do Incra no Estado do Tocantins, à Presidência do Incra e à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-018.384/2018-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves - Defensoria Pública do Estado de Tocantins.

1.3. Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Tocantins.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex-TO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8414/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de representação da empresa Luxor Comércio e Serviços de Equipamentos de Escritório Ltda. - ME sobre possíveis ações fraudulentas na contratação de serviços de outsourcing de impressão por meio do pregão eletrônico 2/2017, conduzido pela Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Espírito Santo - PRF/ES, consistentes na utilização de atestados técnicos inidôneos pela empresa Mil Print Informática Eireli, vencedora da licitação.

Considerando que, em despacho de 14/12/2017 (peça 9), a representação foi conhecida e determinada a realização de diligências e oitivas para que fossem obtidas informações complementares;

considerando que, após a juntada da documentação obtida a partir das diligências, foi autorizada a realização de oitiva da empresa Mil Print Informática Eireli, para que se pronunciasse acerca dessa documentação;

considerando que as análises da unidade instrutiva, decorrentes das diligências, não confirmaram evidências suficientes de fraude à licitação;

considerando que já existem procedimentos em curso na Polícia Civil e no Ministério Público do Estado do Espírito Santo para apuração da falsidade documental; que a sanção pela inidoneidade poderá ser aplicada por qualquer órgão público em qualquer das esferas de poder; que há indícios de uso de atestado fraudado no Pregão 0091/2015, da Secretaria Geral da Presidência da República; que a empresa supostamente fraudadora tem contrato de prestação de serviço em execução junto à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Espírito Santo;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 169, inciso V, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução 259/2014, em considerar parcialmente procedente esta representação; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 41, à representante e à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Espírito Santo - PRF/ES; em encaminhar cópia integral dos autos à Polícia Civil e ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, para subsidiar as investigações em curso no âmbito de suas competências; em dar ciência das ocorrências indicadas no subitem 1.8; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-025.226/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Luxor Comércio e Serviços de Equipamentos de Escritório Ltda. (CNPJ 39.224.738/0001-78).

1.3. Unidade: Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Espírito Santo - PRF/ES.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex-ES).

1.7. Representação legal: Rodrigo Alves Roselli (OAB/ES 15.687) e outros, representando Mil Print Informática Eireli.

1.8. Dar ciência à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Espírito Santo - PRF/ES sobre o Boletim de Ocorrência Unificado 34708547 (peça 19), registrado na Polícia Civil/ES, e do Procedimento 2017.0032.1556-38 (peça 39), instaurado no Ministério Público/ES, que tratam das apurações em curso sobre indícios da utilização de atestados de capacidade técnica falsos em licitações públicas pela empresa Mil Print Informática Eireli, para a adoção das providências de sua alçada.

ACÓRDÃO Nº 8415/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas na gestão dos recursos do Convênio 4/2014, celebrado entre a União, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e o município de Alto Alegre/RR, que, nesta fase, aprecia novo pedido da Superintendência Regional do Incra em Roraima de prorrogação do prazo para cumprimento subitem 1.8.1 do acórdão 80/2018 - 2ª Câmara.

Considerando que já foi concedido prazo adicional de 60 dias para cumprimento da deliberação (acórdão 3.584/2018 - 2ª Câmara);

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com o parecer emitido nos autos e com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno, em autorizar novo e improrrogável prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados do término do prazo anteriormente concedido pelo acórdão 3.584/2018 - 2ª Câmara para que a Superintendência Regional do Incra em Roraima cumpra a determinação do subitem 1.8.1 do acórdão 80/2018 - 2ª Câmara.

1. Processo TC-031.689/2017-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Interessada: Superintendência Regional do Incra no Estado de Roraima.

1.3. Unidade: Município de Alto Alegre/RR.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex-RR).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 21/2018 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 8416/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.035/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Kelma Sotero Pinheiro Jorge (597.831.767-49); Marta Dias Moreira e Silva (093.292.696-72); Regina Sanda Sato (035.621.348-00); Sonia Medeiros de Brito Moraes (610.495.657-20); Vera Lúcia da Conceição Reis (391.889.067-87).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8417/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.810/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Eliano Roberto Rodrigues (109.055.627-63).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8418/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.821/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lenon de Oliveira Caetano (144.685.937-17); Rafaela de Oliveira Nadalon (039.760.240-58).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8419/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.839/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Gomes de Lucena (143.399.037-79); Carlos Eduardo Rodrigues da Silva (186.649.477-59); Henrique Correa Caresia (470.166.108-29); Joao Victor Duarte Dias dos Santos (150.335.307-98).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8420/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.853/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Luiz Soares da Silva (162.687.517-01); Breno Pardelinha Salles da Silva (122.557.887-64); Caio Cesar Rodrigues da Silva (090.208.976-59); Joao Paulo Castro dos Santos (142.747.837-66); Jose Cardoso Filho (112.934.866-04); Marcos Lucas Tavares Silva (148.227.617-89); Matheus Fonseca Carvalho (102.859.616-24); Rafael Campos Menezes Melo (171.419.647-03); Victor Vieira Fernandes (132.794.567-38); Wesley do Nascimento Aguiar (161.094.327-92).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8421/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.858/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Asafe da Silva de Souza (144.998.747-85); Jacqueline Suzane Magri (128.134.626-83); Joao Victor Santos Cezario de Oliveira (175.713.907-96); Jonathan Xavier do Sacramento (138.729.777-50); Julia Martins da Silva Viana (147.615.737-59); Larissa Freitas Rosalino (036.881.700-83); Millena Alves Correa (164.267.807-40); Poliana Facchini (450.791.308-06); Raquel de Oliveira da Silva (153.896.227-66); Thays Silva Araujo (107.220.597-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8422/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.870/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Felipe Silva de Souza (171.766.837-27); Ruth Dias da Silva Filha (144.702.597-05); Thais Alves da Silva (154.103.357-40).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8423/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.936/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Davi Dantas Muniz (015.230.432-02).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8424/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.939/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Armando Jesus do Nascimento Junior (091.974.616-01); Bartira Souza Melo (023.967.065-51); Esrom Afonso Rissate Junior (066.579.106-22); Hugo Souza Duca Aguiar (134.158.077-62); Joao Bosco Maciel Morbeck (018.863.071-64); Joao Pedro Pinto da Costa (146.804.447-89); Josimara Silva Schayder (078.036.686-74); Paloma das Dores Costa (106.392.836-24); Paulo Henrique Duarte do Nascimento (061.421.164-62); Raphael Coutinho Borges de Almeida (121.435.657-55).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8425/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.944/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Lopes Lima (099.530.647-84); Carlos Gareli Almada Coelho (085.191.817-40); Carolina Osorio Araujo Silva (105.125.877-44); Felipe Martins Cavaco Barbosa (154.212.167-13); Francielly Cristina Goncalves Barbosa (105.496.576-57); Kamilla Candida Cordeiro da Silva (126.438.717-23); Marcela Alves de Freitas Guedes Golfeto (099.578.097-84); Natalia Luiza Orlando de Siqueira (361.271.368-06); Patricia de Lima Argenta (081.953.834-59); Rodrigo Achilles Schiller (369.037.438-39).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8426/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.950/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alvaro Eduardo Andrade Batista (057.880.865-07); Andressa Nascimento Santiago de Hollanda e Silva (092.835.427-03); Edna Batista da Silva (107.502.067-05); Gabriel Fernandes de Souza (096.425.494-84); Guilherme Vieira Dantas (102.756.467-42); Leonardo Stefanini (419.237.148-05); Lucas Monken Eckhardt (113.367.057-10); Ludmila do Valle Vieira Gusmão (130.767.177-23); Nathalia Freire Bandeira (039.511.061-07); Rodrigo Cesar da Costa Lopes (080.990.647-39).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8427/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.960/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ivanei Matos de Souza (900.777.925-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8428/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.964/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Rodrigues de Jesus Henriques (136.228.617-62); Esther Cristine Nascimento de Souza (144.200.627-70); Evelyn Pimentel da Silva Reis (160.031.787-10); Greyce Vitaliano de Oliveira (144.586.357-00); Jucelene Benedito da Silva (174.913.007-66); Julia Sarana Manginelli dos Santos (162.347.247-44); Lavinia Alexandra Mauricio Batista (175.613.997-07).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8429/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.104/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abraão David Pinheiro de Alcantara (128.968.927-02); Angela Raquel Verony (011.747.780-08); Annie Mello Machado (024.261.480-98); Carmen Luisa Coutinho Beck (948.634.230-04); Caroline de Fraga Braga (032.951.520-98); Catiane da Veiga (016.325.290-41); Flaiane da Silveira Campos (012.836.590-00); Gislaine Duarte da Silva (922.302.290-87); Jessica da Silva Andrade Barreto (023.252.210-32); Miriam Duarte da Silva (013.533.600-75).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8430/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-026.111/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Juliana Cristina Caldeira de Sousa (334.846.458-73).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8431/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.117/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Jose Lima Paiva (116.056.614-30); Caio Vinicius Antero dos Santos (702.690.814-61); Hudson Batista Abreu Cavalcante (701.236.984-13); Lucas Gabriel Carvalho de Oliveira (700.387.194-79); Lucas Matheus Fernandes de Araujo (703.247.054-84); Matheus Barbosa Oliveira (114.076.224-98); Pedro Henrique de Almeida Pimentel (100.551.674-03); Thomas Bezerra Kalel Richard (703.901.054-22); Thyago Alexandria Firmino da Silva (106.737.534-17); Tyago Rocha de Oliveira (018.253.444-85).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8432/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.122/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joao Paulo Pedroza Cassino (131.070.477-59); Tiago Marques Soares (092.146.366-99); Vagner de Matos Vasconcelos Carvalho (019.905.801-65).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8433/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.188/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreza Renata Coelho Magalhaes (828.487.852-68); Celso Batista de Carvalho (473.907.432-04); Flavia Rochelle Gomes de Oliveira (836.662.062-04); Gustavo Oliva de Freitas Silva (029.713.775-12); Luana Souza de Aguiar Lourenco (612.080.352-15); Lucio Junior dos Santos Nomura (521.433.502-44); Raquel Rocha Praia (820.901.902-30); Rojer Remizio da Silva (593.236.632-04); Tayana Evelling Uchoa da Silva (528.316.982-00); Thais Rafael Almeida Sanches (000.001.272-64).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8434/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.193/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cristina Gomes e Souza (721.517.302-04); Cristiane Freire da Costa (605.245.022-34); Fernanda de Carvalho Lemos Souza (720.558.552-04); Gracileth Marques de Holanda Amorim (629.973.512-00); Jamell Cristina Malta Ohev Zion (520.467.962-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8435/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.202/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel da Silva do Nascimento (131.133.494-78); David Mendes da Silva (113.365.504-14); Fernando Sayd Callado Pinto Filho (087.015.894-58); Gabriel Lucas Matias da Silva (125.808.104-04); Italo Vinicius Lima do Nascimento (013.719.624-56); Joao Vitor Cruz da Silva (017.574.494-77); Marcos Antonio Moura da Silva Filho (103.930.594-64); Rafael Lima da Silva (708.373.634-03); Victor Brenner Silva Bezerra (016.683.884-56); Walterclay de Abreu Silva Junior (116.742.664-99).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8436/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.207/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciane Noronha Moreira de Oliveira (147.391.697-62); Sinesio Salles Junior (060.237.738-26); Thais Maria Pires dos Santos (128.620.917-07).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8437/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.212/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ian Franca de Barros (052.043.471-43); Marcos Vinicius Ramos do Nascimento (147.318.657-94); Rafael Ferreira Rondon (054.435.031-62).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8438/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.624/2018-1 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Adalgasina Aguiar de Melo (881.793.624-34); Alexsandro Rodrigues de Freitas (027.191.364-92); Ana Maria Neves Sousa (332.475.445-34); Analice Barbosa da Silva (065.358.334-61); Angela Aparecida de Souza Alencastro (051.971.114-96); Claudia Maria Neves Sousa (509.256.105-00); Donaria Souza Costa (105.081.715-04); Ezileide Alves Chaves (507.037.304-87); Isabel Cassimiro de Aquino (010.535.984-08); Joao Tomaz de Aquino Neto (010.535.864-93); Josefa Maria de Freitas (023.166.744-29); Manoel Tomaz de Aquino Filho (010.535.924-69); Margarida de Aquino (168.240.674-15); Maria Aparecida Cassimiro das Chagas (027.373.014-24); Maria Jose da Fonseca Santos (247.805.294-68); Maria da Paz Freitas (858.472.834-15); Naysete Maria Farias de Melo (880.973.584-68); Nazare Maria Farias de Melo (880.973.824-15); Reinaldo Alencastro da Silva Filho (051.971.054-10); Rita Maria Farias de Melo (880.974.124-20); Rosario Maria Farias de Melo (880.973.234-00); Sheila de Aquino Silva (034.409.864-89); Vilma Ferreira de Souza (277.017.944-68).
1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8439/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.826/2018-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Berenice Breier Reis (577.544.110-91); Carmena Nunes Pilger (543.310.640-34); Dinalva Ribeiro de Assunçao (435.400.580-87); Elba dos Santos Vieira (334.542.480-00); Maria Conceição Santos Vieira Beloqui (262.607.430-68); Marilia de Albuquerque Nunes Elsade (090.672.480-53); Marli Luz de Albuquerque Nunes (011.112.800-53); Nelcy Santos Moreira (818.776.840-15); Yadja Ward de Oliveira Reeps (316.450.890-53).
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8440/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.361/2018-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Elenise Magrini (624.293.887-15); Gilda de Almeida Lemos (125.903.557-34); Lucila Cordeiro Pereira (075.618.197-65); Monica Sanctos de Oliveira Lima (242.873.347-87); Nilda de Abreu Goncalves (072.440.747-27); Sonia Maria Lemos Bimbi (264.725.037-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8441/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.755/2018-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Benedita Vera Ramos dos Santos Lima (003.108.097-97); Clotildes Maria Anunciação Campos (807.417.467-00); Elisabete Margariso Archanjelo (008.367.487-00); Isis Alves Archanjelo (002.464.367-00); Ivonete de Archanjelo Paula (042.555.377-98); Leda Maria Santos Bressan (099.102.417-65); Vera Lucia Pimentel Santa Fe (833.749.227-91); Vilma Schumer Nunes (016.673.467-50).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que ajuste, no formulário Sisac do ato de concessão da pensão militar instituída por Raphael Archanjelo, a cota-parte da beneficiária Isis Alves Archanjelo para "1/3".

ACÓRDÃO Nº 8442/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.782/2018-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Leny Thomaz Nakad Daltro (078.469.167-34); Marilza dos Santos Martins (365.872.817-53); Nelma Thais Musa (911.133.267-00); Roosivelt Terezinha de Oliveira Silvino (602.632.617-00); Sonia de Araújo Oliveira Araújo (055.408.787-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8443/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.101/2018-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Clarisse Mendes da Conceição (098.188.631-00); Cleide Regina Alves de Mendonça (120.690.368-63); Maria Inês dos Santos (224.641.581-00); Marli Kiyomi de Ávila (910.806.576-49); Nair Alves Cassemiro (098.639.311-87); Paula Patrícia Lopes (033.544.241-25).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8444/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.762/2018-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Claudia Marcia Teixeira Diniz (715.774.756-15); Cristina Pereira Nunes (490.720.566-04); Eliana Maria Vasques (019.278.248-77); Lucia Maria Teixeira Castanha (027.409.876-84); Luiza Helena Vasques Silva (979.690.011-49); Maria Celeste Bertucci (118.428.146-72); Marialva Vasques (523.309.666-87); Mariangela Vasques de Oliveira (015.526.736-18); Marilani Eustáquio Costa Fernandes (871.397.316-91); Mirian Lúcia Pereira Nunes (324.819.346-87); Myriam Rodrigues Gontijo de Andrade (456.594.276-34); Silesi Rodrigues Oliveira (600.715.836-53); Silvia Regina Vasques (258.346.736-00); Terezinha Rodrigues Carvalhães (087.292.556-00); Therezinha Brito de Miranda (551.376.287-00).
1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8445/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.820/2018-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Beatriz Barbosa Ferreira (408.243.220-53); Ana Carolinacarvalho Rego (388.521.794-53); Ana Cristina Motta de Freitas Costa (687.576.897-68); Andrea Keilla Carvalho Rego (257.476.493-53); Angela Maria Valente do Carmo (765.306.983-53); Carla Autuori de Lima (316.494.911-15); Cláudia Autuori de Lima (308.420.501-91); Daisy Lucia da Silva Melo (021.924.398-06); Dayse Lima dos Reis (677.328.442-20); Ivonete da Silva Bezerra (636.055.547-68); Janaína Valente do Carmo (699.531.713-00); Juliana Autuori de Lima (025.599.897-00); Luna Tania Carvalho Rego (400.125.224-49); Maria Julieta V do C Ribeiro (139.917.362-68); Maria Valdice de Carvalho Costa (052.620.895-34); Maria do P S Valente do Carmo (137.622.222-15); Marlene de Carvalho Costa (441.619.305-00); Norma A de Lima F Rodrigues (224.439.321-68); Roseane do Nascimento (221.799.841-20); Rosângela Nascimento Marques (183.673.721-15); Sandra Maria Barbosa dos Santos (424.752.010-53); Tânia Teresinha Barbosa dos Santos (822.029.740-91); Yvonne da S. Bezerra Cesar (402.010.407-78).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8446/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.565/2018-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Alba Valeria Moraes da Cruz (727.728.677-49); Djanira da Silva Nunes (384.233.837-68); Edna Peter Oliveira Barbosa (078.045.427-80); Elizabeth Araujo Pinheiro (429.422.767-20); Marcia Barbosa Saraiva (843.315.007-30); Maria Conceição Souza da Silva (728.942.702-59); Maria Cristina Silva de Gois (027.182.057-84); Marizete de Paula Ornellas (995.768.727-15); Norma Valeria da Cruz Lopes (915.138.047-15); Olga Martins Monteiro Pedroso (013.177.837-43); Tania Rogeria de Paiva Freitas (838.239.307-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8447/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.571/2018-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Andrea Cristina Goncalves Rodrigues (410.237.061-72); Dalila Lopes da Silva (610.464.347-72); Eloiza de Souza Ribeiro (131.128.300-59); Evanilde da Silva Pinho (006.210.837-98); Gilberto Silva de Oliveira de Carvalho (193.225.917-14); Jaqueline Acioli da Silva (011.033.871-54); Lucileide da Silva Rodrigues (037.413.527-48); Maria Aparecida Schilink Costa (770.508.358-20); Maria Jesuina Albino Furtado (196.895.357-49); Maria Luisa Silva de Oliveira de Carvalho (193.225.767-58); Nilceia de Lourdes Calixto (028.564.066-61); Rita de Cassia Aciole da Silva (011.033.861-82); Sandra Acioli da Silva (036.442.481-84); Sandra Barrouin Costa (897.803.107-20); Vera Lucia Aciole da Silva (856.296.851-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8448/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.578/2018-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Angela Maria Simoes Martins (079.121.557-16); Eliana Schueler Reis (405.932.317-91); Eurides Bernarda Vilela (779.061.017-15); Ivanilda de Oliveira Cypriano (876.397.507-68); Maria da Conceicao de Oliveira Torres (055.733.667-85); Marilene Coutinho de Azevedo Alves Chagas (010.180.147-56); Marina da Silveira Robaski (509.911.320-68); Rosemy Evangelista Canario (398.714.365-72); Sheila Bazane Chagas Xavier (000.662.807-96); Suely Simoes Sant Anna (252.187.517-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8449/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.584/2018-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Dalila Elisabete Serrano Pereira (966.501.920-15); Ladjane Martins dos Santos (020.904.277-01); Marilene Leão dos Santos (531.316.905-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8450/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.585/2018-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Celia Maria Rodrigues (027.697.476-06); Maria Claret Lemos de Faria Silva (768.542.306-59); Maria Cristina Lemos de Faria (813.162.326-20); Maria Lucia Lemos de Faria Leite (201.788.406-53); Maria Luiza Lemos de Aguiar (915.243.856-20); Maria da Conceição Santos (266.796.631-72); Maria das Graças Lemos de Faria (813.163.486-87); Rosana de Cassia de Azevedo Pereira (972.854.206-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8451/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.591/2018-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Adelia Guerreiro de Oliveira (251.771.368-50); Juvenina Rodrigues da Veiga (257.991.518-44); Maria Aparecida Alves Ribeiro Takahara (129.851.318-98); Maria Aparecida Felipe (964.098.518-04); Niva Rota (777.626.578-00);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ruth Fernandes do Nascimento (247.957.758-93); Sara Pompeu de Araújo (280.840.618-52); Tania Maria Serafim de Oliveira (136.238.692-87); Tatiana Roberta Arantes Cadete da Silva (074.697.077-35); Teresinha Marinho de Souza Batista (172.803.398-59); Ticiana Rogeria Arantes de Castro (069.538.867-30).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8452/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.607/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Eunice Prall (256.952.508-11); Argentina Almeida de Lima (112.575.087-17); Aryanne Cristina da Silva Lunardon (874.968.449-34); Cacilda Rodrigues de Souza Pinheiro (595.622.424-04); Carla Cristiani de Oliveira Guimaraes (019.325.969-92); Fernanda Cristina de Oliveira da Silva (030.129.419-40); Patricia de Souza Pinheiro (736.660.844-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8453/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.610/2018-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adnaurea Medeiros Moreira (200.774.754-53); Cilene Porto de Freitas (085.196.007-35); Cristina Clara Werner Rosemberg (811.094.747-68); Eunice Danielle Carvalho de Oliveira Lopes Goulart (074.525.587-66); Fatima Maria Silva de Oliveira (037.219.957-75); Giselle Burlamaqui Barboza Camargo (856.255.237-20); Hilda da Silva de Oliveira (016.601.717-50); Renata Cristina Carvalho de Oliveira (029.512.337-01); Sandra Suely Motta Moraes (026.614.483-73); Simonne Maria Laurentino de Freitas (700.522.204-00); Tatiane Paula Carvalho de Oliveira (102.065.427-98); Zildete de Carvalho Lins (440.633.777-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8454/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.616/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Maria da Silva Santos (027.193.437-90); Janaina Cavalcante Souza de Oliveira (021.010.654-95); Julia Alves dos Santos (643.605.047-72); Luciene Thome Meireles (085.752.837-82); Marcia Helena Figueiredo (035.923.417-82); Maria Elaine Roses da Silveira (769.658.997-00); Maria Neuza da Silveira Oliveira (156.477.654-91); Maria da Penha Ribeiro de Barros (035.632.827-90); Osvaldina Carneiro dos Santos (971.669.367-20); Rita Cavalcanti Souza (009.345.834-71); Rosangela Cavalcanti Souza (595.294.904-53); Rosangela Maria Tinoco Oliveira de Vasconcelos (655.211.454-00); Rosangela Ribeiro dos Santos (643.617.807-49); Selma Magalhaes Figueiredo (750.442.007-78); Sonia Gomes (694.613.687-04); Tania Maria Magalhaes Figueiredo (734.807.387-53); Thaina de Melo Souza (059.519.014-64).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8455/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.620/2018-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Abigail Santos Ribeiro (212.070.035-49); Claudeci de Souza Monteiro (733.875.504-30); Damaris Marciano Leoncio (173.191.578-02); Ketleen da Silva de Oliveira (040.026.581-80); Lais Bastos de Andrade (053.949.197-71); Laura Regina de Souza Oliveira (398.834.058-80); Leilane Araujo Fernandes do Nascimento (704.302.177-49); Luci Martins da Silva (925.204.727-15); Lucilene Luna da Silva (085.288.947-03); Luciola Martins da Silva de Santana (883.658.757-72); Margarida Martins da Silva (480.289.327-20); Martha Estela Dias dos Reis Leoncio (312.767.288-83); Rafael Nascimento de Araujo (160.231.207-92); Rebeka Ribeiro Leoncio (119.893.967-20); Simone Tavares de Santana (022.263.307-71); Solane Tavares de Santana (086.616.877-05); Somane Tavares de Santana (101.810.987-09); Velinie Rosa Neves (090.418.257-62).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8456/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.628/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alda Martins Alves (587.897.407-00); Amara Feliciano Silva (070.904.177-27); Ana Beatriz Morais Marques (707.871.201-38); Ana Carolina da Silveira Silva (051.403.997-33); Cremilda Oliveira Lisboa Paiva (426.671.607-97); Etiene Lima Valerio (940.631.174-72); Eunice Fernandes de Souza (480.287.201-10); Felipe Bruno da Silva Marques (704.936.202-65); Gemerci Moncada Pereira (028.673.437-04); Isabel Silva Madeira (641.938.377-34); Virginia Maria Gouvea Taketani (028.595.657-44); Zelia Ribeiro Barbosa Lima (978.389.268-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8457/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.634/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Aderita Maria Cabral (126.883.984-15); Carlos Eduardo Duarte da Silva (119.116.294-09); Carlos Henrique Duarte da Silva (119.116.014-90); Charles Miller Duarte da Silva (109.373.654-24); Dayse Bezerra da Silva (023.695.614-08); Diva Maria Nunes Rodrigues dos Santos (002.600.477-16); Edileuza de Albuquerque Alves (736.795.184-04); Flavia Bernardes Rodrigues dos Santos (053.594.437-31); Genacy Barbosa da Silva (179.799.004-72); Givanilda Silva dos Santos (296.125.194-04); Graziele Santos Duarte (086.043.924-08); Moiselita Souza e Souza (224.763.504-00); Rafael Bezerra da Silva (710.058.564-35).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8458/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.648/2018-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Amanda da Conceição Olimpio (199.807.267-33); Ceres Costa Nascimento (504.884.225-15); Edir Vieira Alves (030.163.597-82); Maria da Penha Silva (106.206.177-21); Maria do Socorro Rodrigues da Silva Campolim (703.504.427-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8459/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.428/2018-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Anna Lucia Carli Pinto (112.049.718-38); Maria Laura Caldas dos Santos (020.271.914-61); Sonia Maria Rocha (021.970.144-04).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8460/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, sem prejuízo de dar ciência da seguinte impropriedade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.250/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adonara Rita Fausto de Souza (003.042.357-09); Andrea Livia Fausto de Souza (989.813.077-68); Fatima Pires de Freitas (795.065.697-20); Marcia Ferreira Rodrigues (636.783.227-00); Marcia Ferreira Rodrigues (636.783.227-00); Maria Cristina Garcia Ferreira (467.364.337-20); Maria Cristina Garcia Ferreira (467.364.337-20); Maria Heloisa Ferreira Vieira (386.727.667-68); Maria Heloisa Ferreira Vieira (386.727.667-68); Mariza Ferreira Core (069.094.197-82); Mariza Ferreira Core (069.094.197-82); Marli Rocha de Lorenzo (023.900.087-04); Sandra Cristina Gomes e Souza (989.317.177-68); Sonia Maria Gomes e Souza Lara (019.097.238-60).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Ciência:

1.7.1. ao Comando do Exército sobre o descumprimento dos prazos estabelecidos no art. 7º da Instrução Normativa/TCU 55/2007, quanto ao envio dos atos dos interessados para apreciação por este Tribunal, fato que poderá sujeitar o responsável às sanções previstas na Lei 8.443/1992.

ACÓRDÃO Nº 8461/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.307/2018-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Arlindo Pernomian (118.035.688-87); Augusto Ribeiro (102.692.311-53); Dayres Siqueira (005.682.281-20); Edison de Oliveira (003.786.821-72); Emiliano Pinto de Magalhaes (001.710.181-68); Enio Mariano de Barros (079.917.201-44); Joel Lopes Lula (114.300.609-72); Jupter Bonfim Pinto (008.847.401-10); Manoel Eronides de Campos (360.982.308-97).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8462/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.312/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Derci Joao Oliveira da Rosa (099.213.110-34); Gilberto Fraga da Silva (054.694.140-00); Mauricio Furtado de Mendonca (001.540.083-20); Nelson Simões (007.111.520-04); Rogerio Jose Fernandes Neto (125.621.810-34); Romilto da Costa Pacheco (024.724.303-53); Sergio Bianchi Zambonato (365.445.318-04); Tapir Cunha (007.980.290-72); Ubirajara Umpierres de Oliveira (017.662.280-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8463/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.319/2018-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Arthur de Araujo Bruno Goncalves (033.212.587-49); Firmino Rodrigues Rosa (033.712.717-49); Francisco Lima de Paula (418.791.807-82); Hermes Jose da Silva (079.422.737-68); Tancredo Bruno Porto (055.630.117-04); Wallace Carreira Collyer (069.381.247-87); Wanderley Saroldi Sibanto (070.884.187-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8464/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.323/2018-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Aldair Epifanio Ferreira (000.293.191-53); Edison Uwe Zahler (047.476.400-10); Eliseu Moreira da Silva Filho (033.253.691-20); Israel de Assis (003.203.662-00); Joaquim Wilson Gomes Cardoso (344.315.431-04); Jorge Motta da Silva (023.122.631-49); Ken Habara (110.003.849-34); Luiz Carlos Gomes de Freitas (073.672.017-00); Manoel Aparecido de Araújo (613.052.948-15); Paulo Teixeira Lima (211.837.167-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8465/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.327/2018-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Amadeu Alves Quiroga Junior (033.455.180-31); Demostenes Santos Ramos (943.935.677-49); Eduardo Chuahy (038.699.627-04); Jader Dionizio Correa Senna (520.734.160-04); Joao Wagner de Siqueira Antoniol (974.861.756-49); Jose Bastos Leite (283.489.585-68); Jose Santana Soares (323.357.331-68); Orlei Pando Degues (557.492.910-49); Ricardo Fontanari de Carvalho (808.836.567-87); Virginia Ramalho Silva (287.287.183-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8466/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.335/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Aparecido Jose Dias Vieira de Oliveira (545.744.988-20); Breno Santana Bruno (139.588.137-55); Gumercindo Lopes de Oliveira (079.566.577-68); Jose Pereira Mororo (131.301.617-91); Luiz Carlos Soares Penedo (330.942.927-04); Renato Miguel Pereira (082.094.727-04); Valdir Tome de Souza (006.677.224-91); Valter Amorim Muniz (263.653.597-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8467/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.346/2018-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adilson Cerqueira (134.834.477-68); Alvaro dos Santos Barreto Netto (307.810.197-53); Armando Luis Lima Fonseca (236.446.647-49); Carlos Alberto dos Santos Nascimento (008.042.662-04); Cedy Goudinho Silva (042.258.307-30); Cleber Jose das Neves Reis (345.146.947-20); Douglas Eden Brotto (074.686.797-20); Edson Silva Ramos (710.542.007-34); Francisco Fonseca de Souza (031.604.327-34); Marcos Bonin Villela (269.987.187-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8468/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.350/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Ferreira da Silva (105.205.707-15); Carlos Alberto Teixeira de Almeida (351.250.807-30); Geraldo Sanson Sobrinho (156.750.179-68); Joao Bosco Monteiro Queiroz (112.382.676-53); Jose Corcino Filho (098.146.717-20); Jose Ronaldo Lima de Melo (078.180.844-87); Marco Antonio Marcal Pinto (266.590.187-00); Nelson Elias Chaiben (330.599.427-49); Ronaldo de Oliveira Freitas (263.804.047-91); Tiberio Clarindo de Alcantara Bucci (266.588.367-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8469/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.353/2018-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alfredo Domingos Faria da Costa (260.986.447-72); Antonio Carlos Ferreira Pereira Mendes (347.340.237-00); Antonio Lucio Travaglia (347.612.767-20); Everton Nassur Sant Anna (310.031.177-91); Gerson Cesar Soares Mendes (179.640.597-34); Ildalio Espinheira Dantas (206.832.357-53); Jose Anibal Petraglia (313.563.117-68); Manoel Lapa Correia da Silva Vinhas (191.214.827-72); Raimundo Moreno de Souza (030.795.117-00); Vicente Roberto de Luca (263.803.747-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8470/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.357/2018-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Rodrigues do Couto (208.068.177-04); Benedito Rodrigues da Silva (159.776.767-00); Dilmar Alves da Motta (078.402.257-72); Edison Villaron (035.042.637-68); Egidio Maciel de Andrade (035.320.117-00); Helio Borges da Fonseca (078.265.677-34); Iramir Costa (076.034.447-72); Luiz Fernandes Claro (309.241.897-20); Orlando da Costa Lopes (092.025.797-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8471/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.364/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos Augusto Araújo Pereira (041.218.645-49); Francisco Furtado Santos (010.032.915-20); Frederico Carlos Machado (057.535.544-15); Heraldo Melo de Santana (002.712.095-34); Jose Barbosa da Silva (005.579.195-68); Jose Evaristo Moreno Sobrinho (007.533.863-72); Jose Ferreira Santos (041.217.755-20); Pedro de Alencar Figueira (008.495.379-91); Theonillo Gama Moreira (011.404.936-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8472/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.369/2018-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adão Jardim da Costa (046.164.560-20); Antão Vilson Lunardi (065.301.090-72); Antonio Jose Silveira Prestes (066.370.350-68); Aristides Soares de Oliveira (036.257.700-59); Ary Cavalari de Brito (059.797.490-04); Francisco Carlos Severo Cardoso (144.020.500-06); Jose Baptista (046.166.260-49); Natal Gentile (035.438.620-49); Renato Cruz da Silva (007.102.290-20); Valmir Silveira Zacarias (042.043.280-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8473/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.377/2018-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio da Lapa dos Santos (105.699.878-49); Arthur Ventura Pinto (061.433.507-87); Carlos Duque Froes (041.054.516-34); Denilde Fernandes Duarte (040.452.898-87); Joao Alberto Leite (331.374.808-25); Joao Marinho (211.764.268-34); Jose Maria Firmino da Silva (044.979.452-00); Luiz Antonio Toldo (073.691.238-04); Seiiti Hayashi (224.511.617-87); Weber Ellena (187.138.408-78).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8474/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.380/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessado: Aires Antonio Pereira (247.186.021-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8475/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.386/2018-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Melo de Oliveira (015.054.083-34); Francisco Pereira Colares (039.166.003-97); Gileno Gomes de Farias Campos (002.871.803-87); Jicto Bezerra dos Santos (089.224.111-04); Jose Edson Ferreira (003.293.553-68); Manoel Gonzaga de Araújo (003.946.963-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8476/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.388/2018-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Cicero Markfranklin Bezerra Silva (343.185.088-03); Edvaldo da Costa Vale (937.565.264-53); Lucas Marinho da Silva (115.639.247-06); Luiz Augusto de Aguiar Pontes (093.112.890-00); Marcos Alexandre Pereira Bernardi (162.704.248-28); Oberdan Soares dos Santos (133.876.278-82); Sergio Luiz Goncalves Junior (105.835.036-67); Sergio Sales Machado Junior (079.584.826-98); Stelvio Kleber de Souza (362.639.743-20); William Santos de Oliveira (426.802.118-39).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8477/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.400/2018-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Americo Goncalves de Almeida (005.852.462-20); Angelo da Rocha Sampaio (013.038.645-68); Antonio Virgilio de Souza (315.819.277-20); Edison Jose Ribeiro (030.980.797-20); Fernando Pereira (080.025.417-15); Henrique Araújo de Souza (033.409.457-72); Severino Ramos Vieira Martins (036.534.475-34); Silas Joao Rodrigues (004.175.309-78).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8478/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.405/2018-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Altino Junior (182.628.214-91); Aridelson Miguel Cavalcanti (593.647.347-34); Cosme Paulo da Silva (078.246.297-91); Fernando Evangelista Santos (916.997.627-91); Jayme Catharino de Almeida (054.509.697-91); Jose Ary dos Santos (030.580.267-49); Jose Maria dos Santos (002.675.382-00); Nilton Muller (008.409.479-68); Ricardo Rodrigues Galdino de Oliveira (350.777.357-00); Valter Luiz Felix (275.500.877-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8479/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.406/2018-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Arnaldo Baptista do Nascimento (075.171.307-49); Cesar Piquet Moreira da Silva (050.337.484-91); Francisco Verde (056.051.137-04); Geraldo Alves Ramos do Nascimento (240.589.397-53); Joao Araújo Pessoa (072.808.157-15); Joao Carioca Neto (301.063.627-04); Joao da Silva (007.235.841-68); Jose Gutemberg Pereira Godinho (028.155.167-72); Manuel Teobaldo de Lima (021.340.633-00); Orlando Martins de Macedo (002.978.014-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8480/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.413/2018-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Elohy Oliveira Almeida (125.841.939-49); Hedio Elias Ruschel (209.064.390-00); Jacir Joao de Lima (321.749.007-00); Joao Piragibe de Bakker Filho (007.196.099-68); Joao da Mata Pinto de Araújo (045.411.700-00); Lauro Kollross (122.959.498-15); Luiz Otavio de Freitas Queiroz (055.134.998-00); Marcio Benedito Nalesso Santos (318.580.317-53); Ornelio da Costa Machado (133.523.429-20); Osmar Vidal (109.586.579-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8481/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.417/2018-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Fernando Costa Lima (428.477.617-72); Jose Antonio Barbosa Franco (096.811.916-68); Jose Ferreira Santos (041.217.755-20); Jose Lordelo Bury (007.007.975-72); Jose Onofre Gurjao Boavista da Cunha (005.464.615-49); Jose Wilson Martins Ferreira (476.783.724-34); Jose da Silva (003.353.475-68); Moacyr Mansur de Carvalho (001.061.192-49); Nilton Paixão Cruz (041.654.625-00); Waldir Correa (006.832.135-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8482/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.421/2018-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Fernando Vilhena Cordeiro (180.536.020-53); Gilberto Peres Escobar (006.826.400-34); Henrique Carlos da Silva Scherer (003.720.560-91); Jaime Costa Bica de Freitas (006.855.180-00); Joao Batista de Freitas (046.150.850-87); Jose Antonio Silveira Gularte (084.135.920-20); Selvino Crespom (016.850.660-20); Vilson Edemar Stainhausen (059.640.160-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8483/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.378/2018-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adenir Siqueira Viana (019.833.344-72); Isidorio Araujo da Silva (157.258.634-68); Ivan Marcelino (648.149.557-15); Jorge Edson Domingues Soares (351.134.807-20); Jose Fernandes Ribeiro (185.502.900-68); Jose Raimundo Soares (165.541.401-15); Jose Ribeiro Neto (929.452.288-15); Laercio Costa Coutinho (543.547.307-15); Sabino Freire de Lima Filho (329.380.398-91); Zelito Montalvão (886.286.048-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8484/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.390/2018-3 (REFORMA)
1.1. Interessado: Paulo Roberto Ribeiro dos Santos (827.895.177-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8485/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.393/2018-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Abiran Alves de Almeida (197.909.295-87); Airton Cesar Azevedo Estevão (604.735.417-34); Antonio Nilson Chaves (604.732.317-00); Arildo Jorge do Nascimento Santana (178.792.721-00); Irani Amadeu da Paixão (551.567.547-91); Ivan Rubens Ayres Dias (071.383.852-34); Ivanildo Correa Serra (594.314.747-00); Jamil Luiz Sufiate (669.372.217-20); Josinaldo Rufino de Andrade (594.323.577-91); Silvio Carlos Pessoa (660.002.977-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8486/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.396/2018-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Jose Sousa Silva (235.784.593-72); Carlos Cesar da Silva (298.186.214-68); Lucas Evangelista Nunes de Oliveira (605.059.907-68); Luiz Claudio Italiano (518.471.917-20); Marcos Francisco das Neves (664.870.647-34); Maria Cristina Resende Botelho (823.914.597-34); Nelson Ricardo de Havena (320.561.417-87); Pedro Edson Ferreira Moraes (120.764.062-04); Romario Pinheiro Costa (595.650.477-34); Ronildo Vieira Rodrigues (000.097.597-43).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8487/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.398/2018-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Manoel Messias da Silva (700.055.327-87); Marcos Pereira de Lima (304.101.854-34); Marilena Almeida da Rocha (708.571.997-49); Mario Coutinho de Oliveira (658.456.927-68); Mario Sergio Monfredine Domingues (402.662.819-15); Mauricio Jose Gasparello (450.081.919-34); Neir Gonzaga Rosa (744.457.747-15); Nelson Cavalaro (357.331.529-15); Ney Duarte Pereira (185.881.075-20); Noel Alves Miranda (701.779.617-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8488/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.403/2018-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Alves de Franca (273.306.217-49); Arthur Julio Xavier Soares (662.911.947-91); Francisco Enes de Matos (167.424.433-91); Jeferson Nicacio Correa (403.432.787-15); Jose Ramos dos Santos (167.362.064-72); Luiz Campos de Vasconcellos Ferreira (099.474.507-91); Nailton Rodrigues (705.994.597-00); Orlando Moreira de Abreu (769.256.097-87); Ricardo Goncalves Alberto (385.273.247-68); Ronaldo Leite de Oliveira (127.627.922-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8489/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.405/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos Henrique da Silva (528.516.057-04); Cid Pereira Santos (347.467.577-04); Joao Afonso Prado Maia de Faria (160.185.087-53); Jose Joaquim dos Santos (055.651.207-30); Jose Maria Carneiro Portela (484.630.197-49); Laurindo Cardoso de Farias (595.666.397-91); Luiz Antonio Pierri (102.644.851-49); Manoel Nascimento de Souza (011.485.914-00); Sonia Rodrigues de Souza (401.458.086-53); Valter Manuel Vieira (084.657.204-44).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8490/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.407/2018-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Jose Álvaro da Costa Donato (374.237.627-68); Marcos Cardoso Theberge da Silva (807.059.957-04); Maria Cristina da Costa Rego Lima (512.801.757-53); Mario Luiz de Souza Cunha (604.713.877-20); Paulo Roberto Louzada (031.437.407-87); Ubirajara Rocha de Souza (102.819.401-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8491/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.408/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adelio Damiao Missaggia (449.580.217-87); Adilson Araújo dos Santos (194.171.956-20); Antonio Carlos da Silva Ramos (108.353.002-00); Cirso Roberto dos Reis (178.466.091-49); Hailton do Carmo (853.931.187-91); Jorge Antonio Fernandes da Silva (697.805.877-72); Marcos Carlini (442.146.857-68); Marcos Souza Siviero (168.058.106-63); Romildo Souza da Silva (653.490.407-15); Sergio Jose Barreto de Mattos (318.264.587-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8492/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.412/2018-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto de Mendonca (505.964.387-53); Carlos Antonio do Nascimento da Silva (324.696.754-72); Carlos Roberto da Silva (299.030.334-00); Fabio Marcio Detomi (656.488.206-82); Jabson de Oliveira e Silva (276.159.011-20); Jose Pereira da Silva (132.989.254-20); Jose Vagner Marcolino dos Santos (198.404.974-72); Luiz Pinheiro Fernandes (261.906.564-04); Paulo Severino dos Santos (348.560.134-91); Rosivaldo Vicente da Costa (492.575.797-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8493/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.415/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adilso Antonio Dal Maso (342.271.640-87); Aluisio Fagundes (434.470.749-49); Francivaldo Bitencourt Sena (117.741.852-53); Joao Luiz Tillmann (430.052.259-68); Jocimar Fabiano dos Santos (355.158.489-34); Jose Carlos Chaves (688.977.587-20); Jose Moacir Costa (294.950.409-49); Manoel Coutinho Madruga Filho (101.826.241-53); Mario Luis Olenik (352.580.559-49); Vanderlei Brandi Duarte (380.346.890-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8494/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.417/2018-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Fernando Bini Pereira (415.413.247-49); Honorio Lopes da Rocha Filho (410.597.787-34); Joao Batista Tolentino (337.498.507-63); Joao Carlos Severo Sampaio (318.584.657-53); Jose Claudio Raimundo (181.684.346-68); Luis Sergio de Freitas Esteves (412.929.447-49); Miguel Alves Fontes (663.465.927-34); Nilo de Souza Coelho Filho (458.603.007-00); Orlando Efrem Natividade (188.926.396-68); Osmar Cypriano (208.333.006-44).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8495/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.418/2018-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alvacir Jose de Paula Junior (247.314.206-87); Florindo da Costa Brasil (376.851.046-87); Onias Ribeiro da Silva (449.594.517-34); Sylvio Moya (030.790.708-28).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8496/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.421/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Alves Ferreira (327.705.021-15); Clemente Rodrigues de Oliveira (230.751.121-00); Evaristo Escobar (201.541.431-20); Joaquim dos Santos da Silva (256.429.601-72); Joari Bertalli (205.463.351-87); Marco Aurelio Gomes (148.276.891-72); Neuton Carvalho da Silva (322.231.371-72); Oscar Ramires (201.544.101-87); Silvanio Magalhaes Rodrigues (163.427.711-20); Teofilo dos Santos Florez (289.590.601-78).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8497/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.423/2018-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alcides Cardoso (394.276.177-72); Alcides Ferreira Verissimo (171.461.601-06); Itacir Bonetto (139.695.951-34); Janio Helio Cabreira (294.839.641-72); Jose Reginaldo Miranda Brasil (044.222.102-97); Luiz Claudio de Souza (200.165.651-34); Marcos Antonio Rafael (554.280.101-34); Nelson Luiz de Carvalho (074.063.041-53); Olimpio dos Santos (429.942.257-00); Paulo Roberto Correa Bastos (509.039.857-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8498/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.426/2018-8 (REFORMA)
1.1. Interessado: Romeu Heitor Lageano Moreira (808.841.727-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8499/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.427/2018-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos Ribeiro Veiga (068.632.561-34); Ilo Marino de Oliveira Uflacker (044.882.020-04); Joao Fioravante Camargo da Silva (362.229.410-87); Joao Miranda (062.653.400-34); Joao Nunes de Moraes (022.841.030-49); Jose Antonio Rodrigues (223.162.307-25); Jose Antonio Silva Martins (008.627.700-68); Primario Mancilhas Rodrigues (178.589.410-20); Wellington Fonseca (233.364.047-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8500/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.431/2018-1 (REFORMA)
1.1. Interessado: Paulo Roberto Campos Cobra (740.067.548-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8501/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.435/2018-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Elizeu Esteves de Siqueira (530.052.607-04); Miguel Elias do Pazo (603.716.847-49); Reinaldo Rodrigues da Silva (415.398.007-25); Vitor Hugo Loureiro Ludwig (321.746.597-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8502/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.437/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Augusto Rodrigues Serpa (981.079.927-68); Antonio Josias Lira de Freitas (209.242.083-68); Ebert Vieira Fagundes Goncalves (318.283.967-53); Francisco Ferreira Brito (140.644.722-68); Helder Moraes de Oliveira (499.022.107-91); Joao Carlos Fremdling Farias (528.101.607-59); Joao Sergio Veloso Ramos (469.667.147-04); Renato Alves da Silva (078.938.923-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8503/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.448/2018-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adilton Candido da Cruz (649.381.587-87); Agenor Mangabeira da Silva (075.134.617-91); Antonio Alves Figueira (632.256.037-91); Aurenal Lourenco de Souza (006.111.234-87); Celso Rodrigues de Oliveira (607.720.697-00); Francisco Pinto Carneiro Junior (099.128.787-87); Nivaldo Angelo dos Santos (263.059.504-82); Rogerio Tadeu Cardoso (375.330.377-15); Sergio Moreno da Conceição (201.076.091-34); Walter Goncalves Araújo Junior (086.488.197-50).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8504/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.450/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Arildo Bortolotti (227.871.787-15); Cassionilo Lima da Costa (178.668.801-82); Joacy Ferreira Chaves da Silva (244.506.934-34); Joao Bispo da Silva (261.677.004-00); Joao Bosco Paiva Borges (670.960.267-20); Jorge Luiz da Silva (509.943.447-91); Nivaldo Joao Vitale (700.802.407-04); Paulo Roberto Ribeiro de Faro (716.612.047-91); Rodnei Alves Veras (717.454.167-49); Valdesio Jose dos Santos (661.467.807-82).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8505/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.454/2018-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Ageu Amorim da Silva (230.796.571-87); Antonio Brito de Albuquerque Alves (718.689.257-49); Antonio Manoel Vasques Gomes (304.216.677-53); Antonio Tavares Carvalho (194.290.105-49); Decio Mauro Rodrigues da Cunha (012.302.637-72); Helio Kling (724.741.817-68); Jose Antonio Martins (727.622.927-00); Mauro Franca de Albuquerque Lima (261.003.047-91); Ricardo Torga do Carmo (179.449.967-91); Talvaci Salustino Soares (012.604.564-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8506/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.460/2018-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adalberto Casaes Junior (179.551.577-53); Alberico Lemoine de Andrade (060.783.467-68); Alcides Pedroso de Goes (317.080.487-15); Dario Rodrigues da Fonseca (004.526.102-49); Dijon Emidio da Silva (067.646.731-87); Flavio Augusto de Almeida (353.317.474-34); George Washington Bessa (748.040.577-49); Jose Antonio Freitas Costa (346.358.827-72); Moacir Casemiro Gomes (104.261.917-49).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8507/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.464/2018-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Agnaldo da Silva (152.750.431-04); Alan Gomes Omar (347.464.477-72); Antonio Carlos Papini Schimidt (313.560.957-04); Antonio de Jesus Abrantes Pereira (757.751.317-20); Jose Maria da Cunha (202.780.203-72); Josue Pininga (163.546.211-87); Marcius Alberto Santos Borges (297.758.684-91); Paulo Roberto Leopoldino (269.736.187-15); Paulo Roberto Ramos da Silva (242.915.527-34); Roberto Schnarndorf (270.272.107-97).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8508/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.471/2018-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Celia Maria Carreiro (716.480.897-04); Glauco Santos de Barros (305.302.454-34); Heleno Macedo de Melo (260.871.464-15); Joao Albert Pinto Carlos (640.381.497-49); Jose Airton Silva de Sousa (186.830.963-00); Jose Eilson dos Santos (721.824.407-63); Jose Marcos Benedito da Silva (025.390.268-18); Leonildo Matias da Silva (273.061.434-68); Marcos Aurelio Arcanjo Neves (267.432.644-15); Osmar Alves de Moraes (715.376.277-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8509/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.473/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Aguinaldo Silva Duarte (708.463.407-04); Claudelino de Almeida (276.375.907-63); Dionisio Gomes Nobre da Trindade (136.047.592-34); Elizabeth Ferreira de Melo Araujo (607.441.207-30); Gotardo Lucio Cavalcante (715.859.077-15); Janio Araujo da Silva (298.186.054-20); Jorge Luiz de Souza Santos (646.608.347-00); Jose Eduardo Monteiro (312.242.887-34); Jose Renato Souza de Araujo (722.527.667-00); Roberto Starosky (288.348.957-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8510/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.481/2018-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Everton Santana Silveira (682.972.547-04); Joacy Bezerra de Azevedo (321.080.874-00); Joel da Cruz Pereira (730.209.747-04); Jose Gabriel Marraschi (639.887.557-53); Jose Humberto Fagundes Pereira (320.873.577-49); Jose Salvador Alves Filho (660.656.667-34); Jose Silva Rodrigues (012.668.962-87); Juvenal Viana do Nascimento (703.671.087-04); Luis Sergio Cyrillo de Lima (636.085.617-49); Muiraquita Ferreira Souza (330.083.377-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8511/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.487/2018-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Anildo de Brito Bastos (228.293.263-34); Arabutan Apolonio da Silva (076.678.414-20); Carlos Ramos Pereira (412.993.967-04); Eduardo de Carvalho (904.206.088-34); Eugenio Pacelli da Costa (300.128.484-68); Jose Cassimiro dos Santos (006.948.864-91); Luiz Eduardo Diogo Pompeu (687.456.057-34); Manoel da Costa Lima Neto (077.744.783-53); Pedro Cavalcante de Lima (224.763.264-53); Waldemar Caxias de Andrade Filho (364.288.254-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8512/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.489/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alberico Lino Goncalves (338.515.305-00); Gerson Manoel Maia (040.188.695-68); Jose Carlos de Souza Santos (368.105.415-00); Mario Jose Souza Santos (499.071.747-34); Valdir Silva Andrade (064.029.507-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8513/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.498/2018-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Altair Vicente Dornelles Perdomo (245.338.407-44); Antonio Carlos Ferrer (115.235.068-49); Jose Candido Costa (015.769.766-53); Neurisvan Macedo Leite (127.569.701-15); Olegario Alves Pereira (145.623.598-20); Virgilio de Almeida Soares (441.054.368-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8514/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.502/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alvino Correia Villa (215.214.090-72); Anizio Gomes Ferreira (004.627.367-09).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8515/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.519/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos do Nascimento (551.438.657-00); Claudemir da Silva Ferreira (711.513.467-72); Genival Trajano da Cruz (359.753.857-68); Luiz Raimundo Bezerra (199.661.054-68); Manoel Limeira de Oliveira (230.718.774-04); Marcos Antonio Dias Lisboa (587.243.467-72); Nelio Fonseca da Silva (495.294.637-15); Sebastiao Florencio dos Santos (607.777.617-34); Silvio Dorival Barreto (508.113.637-91); Walter de Oliveira Filho (612.141.757-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8516/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.524/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Jose Bertels (758.300.357-15); Carlos Eduardo Simões (694.288.757-91); Claudete dos Santos Manhaes de Barros (671.364.947-53); Edmilson Manoel dos Santos (222.761.065-49); Jayme Chaves (076.221.717-00); Jose Luiz Ferreira Pereira (724.691.887-68); Jose Luiz do Nascimento (000.550.827-42); Kleber de Araújo Mariano (701.673.897-34); Luiz Ferreira da Silva (671.030.147-87); Marcos de Souza Vicente (714.625.467-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8517/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.525/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos Henrique de Oliveira (701.667.907-10); Edemilson da Costa Guedes (708.948.257-04); Geraldo Rodrigues de Freitas (276.881.517-91); Gilvan Pires Gonzaga (361.340.157-68); Jefferson Alves Gripp (724.546.607-68); Jose Geneziano dos Santos (175.731.493-87); Jose Nilton Pires de Souza (718.221.867-49); Maria de Fatima Sampaio (431.310.507-72); Marinaldo Costa Santiago (132.986.742-49); Walter Santos (057.209.157-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8518/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.526/2018-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos Cavalcanti Cajueiro (296.510.187-04); Domingos Rogerio Neto (709.088.507-00); Francisco Alves Bezerra (687.504.127-87); Genilson Ferreira de Azeredo (719.357.627-53); Gerson Custodio dos Santos (290.172.461-20); Iamara Santos Rocha Ventura (741.111.837-00); Ivana Cle Leite (628.807.307-59); Jorge Ronald Mendonca Moreira (603.087.297-49); Jose Tadeu Braun (658.935.907-59); Lazaro Rufino Lopes (330.745.857-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8519/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.530/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio de Padua Freitas de Oliveira (745.837.007-68); Elson Pinheiro (677.978.227-00); Joao Batista Ferreira (047.510.087-57); Joao Batista Ramos Guimaraes (718.220.977-20); Joao Batista de Lima (725.048.707-87); Joel Antonio Dias Martins (719.472.137-68); Jose Luiz Manhanhaes (725.064.317-72); Joselito Luiz Nascimento (701.635.887-91); Juarez Antonio Rodrigues Pinto (691.415.767-72); Lucia Helena Pegoraro Brisolara (383.808.460-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8520/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.531/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Wanderley da Silva Costa (361.332.214-53); Carlos Alberto Otaviano de Andrade (632.610.577-34); Ediberto Machado Marques (724.829.407-10); Eloisa Mattos Gesteira (741.114.267-00); Eva Vilma Kunn do Nascimento (030.285.488-60); Jone Vieira Tilli (753.704.847-91); Jorge Luis dos Santos (701.666.337-04); Jose Ronaldo da Silva (276.123.177-53); Jose da Silva Braga (173.389.643-00); Odon Pereira Pedrosa (313.521.117-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8521/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.534/2018-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Edimilson Natividade Rocha Santos (701.664.717-04); Francisco de Assis Alvares Nunes Lins (126.060.494-20); Hidevaldo Sena dos Santos (028.873.802-06); Jairo Calazans Arantes (317.029.707-44); Paulo de Franca (327.353.167-34); Ronaldo de Brito (335.239.597-72); Sidney Iglesias Bittencourt (332.329.547-15); Silverino Jose de Souza Rodrigues (621.922.057-91); Vamberto Jose Patriota (314.627.157-53); Virgilio Pereira dos Reis (269.051.087-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8522/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.537/2018-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adalberto da Silva e Abrantes (373.917.477-34); Alberto da Silva Carvalho (288.469.237-15); Benedito Boanerges Almeida Vieira (548.634.908-44); Laurene Pessoa (162.560.851-91); Luiz do Nascimento Henriques (379.049.817-34); Mauricio Bernardino (721.632.327-00); Paulo Sergio Feitosa de Oliveira (730.631.007-06); Sergio Jose Pereira da Silva (212.169.915-53); Silvestre Cabral Filho (019.477.377-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8523/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.538/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Amilton Bello de Moraes (143.236.211-91); Gelder de Almeida Teixeira (489.468.697-04); Gilson Costa Pereira (783.728.957-91); Guaraci Hercules Alves de Lima (162.555.851-15); Ismar Ferreira da Silva (697.946.187-72); Jose Carlos Pehef de Arruda (256.501.901-78); Jose Cosme de Jesus Filho (164.435.943-04); Luiz Tarcisio Lima Matos (296.963.567-49); Manoel Severo da Conceição Santos (335.628.147-04); Severino Ramos da Silva (197.468.145-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8524/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.546/2018-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Francisco de Assis Pereira (253.645.024-49); Israel Castello Branco de Oliveira (096.353.274-04); Joao Haroldo de Queiroz (164.432.173-49); Jorge Jose de Lima Ferreira (133.062.352-53); Jose Diogo de Sousa (546.761.777-04); Jose Odilon dos Santos Filho (345.150.467-72); Mario Fernando Alves Pereira (272.133.314-34); Ney Alves Righi (398.881.697-34); Ricardo Ferreira Duraes (331.943.517-53); Valdeci Alves de Souza (586.181.127-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8525/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.547/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Almir Cavalcanti Felix (188.624.035-34); Gilmar Ferreira da Silva (272.986.554-34); Jorge Luiz de Andrade Brandão (603.823.337-72); Jose Eustaquio Alves (274.502.447-72); Jose Raimundo Martins (162.561.071-87); Luiz Alberto Monteiro de Carvalho Barros (548.505.768-34); Omiro Santana da Silva (495.663.777-20); Orlando Costa Monteiro (096.878.742-87); Sergio Gomes Leal (070.874.542-34); Valdemir Pinheiro Sodre (135.164.932-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8526/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.549/2018-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Cirino da Silva Filho (116.971.132-49); Catia Cristina Torres da Silva (666.670.547-53); Celio Augusto Pinheiro Ferreira Alves (347.341.717-34); Flavio de Moraes Leme (814.291.508-15); Francisco Juacir Albano (164.430.043-53); Gabriel Jose Colmenero Lopes (261.001.857-68); Joao Luiz Monteiro Ribeiro (706.923.607-78); Jose Carreiro dos Santos Filho (237.449.364-49); Paulo Renato Pimentel Nogueira (260.937.827-00); Pedro Calisto Luppi Monteiro (309.920.107-30).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8527/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.552/2018-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Benedito Catanheide da Costa Filho (095.754.133-34); Everaldo Menezes Nunes (171.218.255-20); Jorge Paulo Sousa Araujo (070.005.615-72); Lazaro Ferreira de Farias (025.739.975-53); Luiz Celso de Oliveira (421.635.447-53); Marcos Jose Luiz da Silva (140.216.844-68); Nereu Ramos Mineiro (058.918.502-06); Valdemir Pereira da Silva (853.923.087-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8528/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.553/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adil Veron (173.264.271-00); Alaor Valejo (164.341.701-06); Ary Nogueira Ximenes (481.238.201-78); Aureliano Ferreira Neto (208.150.261-53); Eloir Santos da Rosa (224.835.270-00); Everton da Silva Felix (039.243.911-57); Joao Batista Elias (077.487.441-49); Jose Antonio de Melo (230.711.411-49); Wanderley Alvares de Oliveira (469.723.317-49); Wilson Batista dos Santos (340.249.991-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8529/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.554/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Abraão da Silva Oliveira (267.066.601-91); Marcelino Hermogenes de Melo Filho (074.851.313-20); Raimundo Cosme da Silva Filho (146.288.993-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8530/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.559/2018-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Fabio Martins Fogaça (455.347.168-00); Luis Antonio de Oliveira Santos (103.484.410-53); Manoel Douglas Antunes Pinto (063.469.871-00); Mateus Fernandez (201.494.681-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8531/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.560/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Aderaldo Marinho Tavares (160.328.702-78); Arlei Palhano dos Santos (209.400.330-20); Bartolomeu Bispo dos Santos (112.876.592-68); Edilson Taciel da Silva Moura (152.516.672-72); Francisco Rodrigues da Silva (113.275.962-53); Hugo Jorge de Barros Cardoso (665.614.427-68); Jesus Soares dos Santos (112.100.952-20); Jose Mauro Lemos Nascimento (854.626.407-49); Lindonaldo Francisco dos Santos (699.723.627-87); Valdivino Rodrigues de Souza (159.802.352-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8532/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.563/2018-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Agnaldo Benedito dos Santos (975.986.408-82); Aristotel Inglezdolfe de Castro (131.162.900-91); Eguinaldo Benicio de Moura (593.387.177-04); Francisco de Assis Gomes Rufino (607.787.257-15); Gilberto de Oliveira Ferreira (607.708.487-53); Joao Pedro Garcia Chuvas (097.978.232-53); Jorge Jesus de Oliveira (435.352.407-00); Josafa da Silva Fernandes (603.695.237-68); Jose Maria Andrade (185.718.081-04); Severino Tadeu da Silva (177.243.335-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8533/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.569/2018-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Anilson Antonio Xavier Vieira (549.636.217-20); Antonio Haroldo Pereira de Miranda (112.564.513-04); Carlos Augusto Santos Esteves (376.207.467-49); Dilmar Dutra Moraes (827.308.497-34); Enivaldo Moreira Verli (383.439.837-34); Fernando Augusto Antunes Pereira (457.078.047-49); Francisco Carlos de Souza (446.396.517-91); Grimaurino Santos Dias (663.227.907-49); Pedro Paulo Costa (592.523.407-34); Sidnei da Silva (582.070.747-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8534/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.570/2018-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos Coelho Franco (355.761.387-91); Carlos Roberto Marques de Araújo (350.028.087-00); Celso Soares de Oliveira (542.980.327-87); Esequiel Cruz da Silva (565.000.097-20); Hoton Azeredo Rodrigues (185.080.901-10); Joao Maria Silva Santos (605.033.947-34); Jose Ferreira Lima (182.226.761-72); Jose Luiz de Albuquerque Ferreira (731.025.207-15); Jose Moraes de Araújo (083.220.822-15); Luiz Carlos dos Santos (582.654.907-63).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8535/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.574/2018-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Nascimento Sa (549.811.747-72); Celso Soares Lopes (348.372.217-34); Joilson dos Santos Lima (132.320.885-20); Jorge Luiz Pereira (173.425.201-44); Jose Cicero da Silva Prado (581.583.087-91); Juraci Passos dos Reis (061.118.742-68); Luciano Fiel de Oliveira (376.207.117-91); Nilton de Assis (392.550.267-04); Quenedi Dutra da Silva (603.759.147-49); Werner Gripp (312.728.007-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8536/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.575/2018-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Daniel Veiga Carvalho (318.456.300-68); Elohim Martins Filho (271.951.200-15); Gilson Francisco Lessa (508.565.027-15); Heraldo Lima Moraes (002.125.550-49); Jorge Salgado dos Santos (419.814.997-68); Jose Derli Ribeiro Linhares (208.833.070-49); Milton Duarte Tossedo (363.575.960-00); Neri Antonio Osorio da Costa (304.206.360-72); Paulo de Tarso Ferreira Gubert (221.602.130-04); Rogerio dos Santos Peixoto (390.712.430-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8537/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.578/2018-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alfredo Santos Filho (663.226.777-72); Arnobio Gabriel da Silva (665.518.207-78); Celso Antonio Junqueira de Rezende (347.193.857-53); Edson Alves de Lima (608.782.907-53); Edvaldo Alves de Araujo (183.342.885-49); Elias Inacia Goncalves (549.508.217-68); Erval Albino Quintanilha (617.657.407-20); Evaldo Barbato (178.740.251-72); Paulo Roberto Soares (484.957.197-20); Rubens de Carvalho Rodrigues (347.466.927-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8538/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.581/2018-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Altair Ramos (182.087.970-49); Alvaro Pereira da Silva (321.789.647-53); Antonio Julio Soares da Costa (463.254.687-91); Eleusipo Neno Cecilio (318.293.507-06); Joao de Campos Bicudo (137.243.048-20); Jose Eduardo Leonardo (254.850.080-20); Luiz Antonio de Souza (451.701.856-34); Osvaldo Dias da Cruz (087.626.198-53); Oswaldo Oliva Neto (420.946.667-00); Paulo Cesar Marques (068.193.698-32).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8539/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.585/2018-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Douglas Ribeiro (855.665.947-00); Francisco Carlos dos Santos Souza (843.361.887-34); Gilson de Cacio Murillo (394.329.557-53); Isaias Neves Tiburcio (308.336.807-06); Kleber Pereira Pacheco (031.111.727-91); Manoel Messias Lucas dos Santos (858.063.907-72); Marco Antonio Guimaraes de Moura (733.055.027-20); Paulo Cesar do Amaral Alves (346.657.577-04); Rubem Pizoeiro (054.214.207-44); Vergilio Pereira (738.854.017-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8540/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.587/2018-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ailton Cunha Rodrigues (893.064.817-72); Aloisio da Silva Fraga (697.666.307-04); Antonio Carlos Kern (415.404.507-59); Delson dos Santos Braga (743.386.767-87); Helio Baptista Lyra (498.988.507-44); Joao Tadeu Patrocinio Gomes (262.851.777-91); Josimar Jose Viana da Rocha (932.624.427-04); Paulo Cesar Ribeiro (723.584.757-34); Paulo de Tarso Goncalves Chaves (432.859.886-49); Ricardo Jose Guedes Franklin (769.496.647-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8541/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.591/2018-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Agostinho Justino dos Santos (123.145.013-49); Alvacyr Santos Gomes (670.637.307-97); Clovis Torres da Silva (269.976.227-04); Flavio Barros Castello Branco (260.984.667-34); Francisco Gerson Souto (055.763.264-15); Joao Antonio de Souza (032.269.722-00); Luis Antonio de Almeida Pinho (371.361.867-49); Sergio Augusto de Mello (153.419.170-49); Sidney Menezes de Albuquerque (266.962.747-15); Valdeci Candido David (378.933.867-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8542/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.592/2018-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Daniel Florsino Duarte (153.552.331-04); Edson Lopes Filho (254.911.487-68); Jose Hermes Medeiros Carvalho (071.298.232-91); Jose da Penha Santos (604.645.507-34); Marcos Antonio de Oliveira Lopes (198.722.674-72); Paulo Alexandre Ribeiro da Silva (630.634.177-34); Raimundo Nonato Conceição Cabral (097.077.352-87); Reginaldo Felix da Silva (188.623.575-91); Roberto Ferreira da Silva (289.517.517-91); Waryland Soares Penha (054.848.713-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8543/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.599/2018-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ailton Jose Maria (907.574.757-87); Alexandre Correa Cabral (548.074.177-20); Antonio Pereira Fernandes Neto (358.156.987-68); Antonio de Padua Candido Camara (076.781.005-82); Carlos Rachid Mekdec (272.780.857-72); Cicero Viturino da Silva (387.805.507-20); Jorge Luiz Viana (596.670.287-04); Jose Jorge de Oliveira (546.438.807-91); Jose Luiz Silva Soares (253.604.937-04); Valter Lima Neves (596.652.467-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8544/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.601/2018-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Alberto Bento Alves (316.594.387-72); Fernando Soares Garcia (201.093.261-72); Jose Carlos Frischeisen (731.420.778-04); Jose Jorge de Souza dos Santos (607.728.677-04); Jose Varela do Nascimento Filho (664.886.997-68); Jose de Alencar Lima (120.954.436-91); Marcos Antonio Batista da Silva (214.892.464-87); Ox Garibaldi Ranieri (117.657.552-04); Paulo Roberto dos Santos Leite (347.312.457-53); Wanderley Santos de Oliveira (332.254.607-10).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8545/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.603/2018-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto de Souza Pinto (581.112.637-91); Joao Vicente Ferreira Pinto (332.526.027-68); Jose Nelson Lopes Rocha (630.710.537-20); Jucinei da Silva (604.373.757-49); Maria Clara dos Santos Angelica (713.965.867-68); Paulo Roberto Faria (309.817.947-34); Paulo Roberto Nascimento da Silva (136.487.802-04); Randolfo Eimar Cordeiro Bezerra (312.581.077-91); Saulo Francisco Costa (718.031.737-34); Waldemar Neves da Silva Filho (564.310.587-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8546/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.604/2018-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Abimael Costa (634.591.247-68); Antonio Carlos Pereira (689.573.787-15); Celso Tadeu Inocencio de Vasconcelos (178.730.371-34); Cesar Ramos da Silva (646.676.937-20); Edvaldo Rodrigues Pinto (587.200.657-87); Edvaldo da Silva Camilo (590.668.817-04); Jadir Dias Lessa (586.918.207-72); Joao Carlos de Oliveira (629.282.287-72); Joel Bernardo de Araújo (224.869.091-68); Jose Wilson Carvalho Ferreira (607.777.967-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8547/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.608/2018-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Glauco Soares (241.458.584-68); Joao Edson Pereira Sertão (225.847.491-49); Jorge Luiz Monteiro e Silva (100.988.442-53); Jose Raimundo Nunes dos Santos (153.310.245-72); Leonardo Bezerra Cavalcanti Neto (601.330.907-87); Leopoldo Sergio Costa (721.575.937-72); Ricardo Belarmino de Souza (625.351.537-34); Vitor Luiz Goncalves Filho (599.336.237-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8548/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.609/2018-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adilson Fernandes da Silva (273.312.707-10); Benicio Luiz do Nascimento (693.776.427-87); Dauglis Lora Arrais (145.307.169-53); Donzilio Antonio da Silva (256.722.744-04); Eduardo Werneck (598.353.627-34); Eduardo da Silva Souza (704.439.637-20); Francisco Jose Werneck de Carvalho (370.091.927-15); Jorge Luiz Monteiro dos Santos (504.757.707-49); Jorge de Oliveira Resende (605.131.527-68); Osmar Ferreira dos Santos Junior (339.137.817-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8549/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.614/2018-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Dorival Ferreira Silva (544.810.667-68); Elias Carvalho do Nascimento (101.649.282-00); Genesis Souza da Silva (746.971.617-34); Joao Batista Costa de Freitas (242.925.834-04); Jorge Luiz Ribeiro (304.417.817-72); Jose Carlos Negreiros Lima (304.098.027-00); Jose Luiz Valadares Cruz (478.647.707-97); Nelson Carrozza de Uzeda (331.942.387-87); Paulo Sergio Mendes Thimotheo (401.701.957-91); Walter Lima Torres (268.474.697-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8550/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.615/2018-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Antonio Augusto da Silva (604.742.117-20); Jose Edilson Ramos Teodorio (746.624.657-53); Jose Victor Gonçalves Campos (147.090.662-72); Julio Cesar Morais de Souza (664.969.347-20); Luiz Carlos Silva (700.495.727-68); Manoel Azeredo de Jesus (640.100.747-87); Manoel Lima Batista (093.829.502-06); Manoel Moura Filho (630.289.567-72); Roberto Clemente Botelho (630.287.947-72); Romilso Eustaquio Ferreira dos Reis (385.032.126-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8551/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.618/2018-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Antonio Roque Bernado (663.220.307-87); Cristina Pellegrino da Trindade (624.876.127-20); Francisco Gomes Borges (198.163.675-72); Paulo Silvestre de Lima (607.640.747-68); Pedro Alberto Freire Lima (700.611.577-91); Raimundo Nonato Evangelista de Araujo (185.598.833-04); Renato Pereira de Azevedo (298.795.234-15); Rita de Cassia Amorim Diniz (611.723.247-00); Valentim Lemos Filho (474.600.917-15); Wilson Finamori de Souza (712.294.937-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8552/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.619/2018-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adao Vieira Alves (201.139.861-49); Amancio Valter Rodrigues Ribeiro (193.367.645-00); Americo Lopes Rego (630.285.907-78); Edinelson Inacio Dantas (199.079.904-34); Ednaldo Cardoso da Silva (261.089.764-20); Francisco Alves de Souza (104.581.582-91); Kleiber Gomes de Azevedo (200.296.164-68); Lourival Candido da Costa (247.850.751-04); Romulo Fontenele Mapurunga (718.224.297-49); Terenilton Sousa Santos (334.672.187-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8553/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.621/2018-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ademario Gomes da Silva (664.846.427-53); Altanir Aurelio Santos (336.147.927-49); Antonio Machado de Oliveira (730.271.897-00); Celia Queiroz da Silva (604.994.357-53); Jose Paulo de Almeida (727.124.307-00); Luiz Antonio da Silva Lima (185.989.867-04); Silvio Mauro de Andrade (602.991.267-49); Telmo Matos da Silva (358.685.700-49); Tiudorico Leite Barboza (301.141.877-20); Valdemar dos Santos Filho (159.415.585-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8554/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.623/2018-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Anselmo Ribeiro Costa (215.662.164-00); Carlos Alberto Souza Moura (588.498.407-30); Evaldo Gomes de Carvalho (604.703.137-49); Fernando Carlos Rufino (691.415.687-53); Luiz Carlos da Silva (607.492.617-49); Luiz Carlos da Silva Ribeiro (608.469.097-15); Marcelo Aureo Luiz (780.310.957-87); Nielson Rodrigues da Costa (088.790.874-87); Paulo Roberto Ferreira da Silva (670.730.777-00); Roberto Lopes dos Santos (648.242.927-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8555/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.625/2018-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Amelia Spata Medeiros (598.451.127-49); Cicero Batista Pessoa (687.504.207-04); Everaldo Nepomuceno de Oliveira (584.051.357-15); Francisco das Chagas Amaral de Lima (116.134.672-49); Jose Jonas Miranda Bastos (222.781.335-00); Raimundo Eloizio da Silva (137.492.422-91); Raimundo Procopio Dias (700.669.067-68); Roberto Antonio Ferreira (197.989.205-97); Romariz dos Santos Pantoja Filho (117.165.502-97); Ronaldo Bezerra da Silva (273.056.944-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8556/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.627/2018-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Cleber Joaquim da Silva (719.275.907-44); Edmilson Soares de Lima (720.306.077-20); Gilvan Severino da Silva (246.370.924-34); Jose Elias Lima (299.093.334-49); Jose Magalhaes Vieira Filho (714.630.707-72); Jose Marcio Santos Teixeira (669.527.277-87); Larry Salustiano Bezerra (611.466.847-20); Maria Joseane Florencio de Souza Barbosa (249.073.404-00); Renam da Conceição Rodrigues (649.200.627-53); Ricardo Rodrigues de Souza (071.419.553-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8557/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.632/2018-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Djalma Bastos Viana (714.749.607-82); Douglas Lins de Queiroz (273.057.674-68); Edivaldo Pereira Cardoso (661.544.807-68); Joao da Costa Melo (225.811.031-91); Jorge da Silva Lobo (609.365.257-20); Manoel Simões dos Reis (604.876.157-00); Raimundo Nonato Almeida Filho (722.345.717-15); Raymundo Marcelino Monteiro Neto (164.434.203-06); Reginaldo Soares Miranda (118.297.532-15); Rita de Cassia Alves de Jesus (823.914.757-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8558/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.635/2018-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Carlos Eduardo Fernandes de Souza (635.808.707-00); Joao Maria da Costa (242.843.354-72); Josenil Ferreira da Silva (630.721.307-87); Manoel Atanazio de Assis (705.587.367-34); Moises Miranda Filho (164.435.273-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8559/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.636/2018-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Alfredo Cipriani (006.220.879-91); Etevaldo Bernardo de Oliveira (255.206.951-72); Jose Gilvamberto de Souza (382.083.184-34); Jose Rodrigues Pereira (261.388.164-04); Manoel Fortunato da Silva Filho (089.520.514-91); Mario Silvio Costa (134.783.464-87); Salatiel de Oliveira Monteiro (514.830.687-49); Sebastiao Elizeu de Morais (212.768.979-87); Severino Gomes da Silva (179.685.264-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8560/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.638/2018-5 (REFORMA)

1.1. Interessado: Rubens Costa (599.900.828-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8561/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-026.643/2018-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Albari Pereira (719.278.407-91); Alberto Jose Ricardo (783.562.967-49); Angelin Roldão Boff (730.198.797-87); Antonio Carlos da Silva (417.667.929-87); Elias de Araujo (589.707.627-87); Itamy Gomes de Melo (605.060.757-53); Levi Alves da Cunha (630.029.577-04); Moises Barboza de Andrade (630.286.387-20); Paulo Roberto Pereira Serrão (659.721.717-91); Ramon Alves Lira (604.759.007-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8562/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.644/2018-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Edson Soares Dias (071.113.042-68); Huerbet Freitas Caldas (175.663.553-68); Jairo dos Santos Gomes (091.730.992-87); Jeova Cardoso Silva (212.023.382-91); Jorge Moura da Silva (061.965.432-53); Jose de Ribamar Teixeira Bezerra (224.409.923-72); Luiz Carlos Meireles (497.307.466-72); Mario Fernandes Ramalho (108.327.262-49); Paulo Jean de Amorim (067.140.563-20); Walmir Alves de Araújo (176.126.833-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8563/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.649/2018-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Cezar Augusto Carazzai Castilho (499.176.767-91); Edir Batista de Andrade (036.764.804-06); Humberto Bezerra (394.340.877-91); Joao Marcio Moreira (654.391.987-68); Luiz Gustavo dos Santos Teixeira (296.514.840-04); Mauro dos Santos Ferreira (258.491.740-87); Renato Antonio Garcia Andrade (364.201.071-72); Roberto Carlos da Fonseca (430.412.566-49); Samuel Horn Pureza (569.175.707-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8564/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.650/2018-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Antonio Rufino (248.158.294-20); Edvaldo Jose dos Santos (303.922.094-20); Erasmo Alves de Souza (630.680.607-53); Geraldo Roberto de Miranda (605.121.307-44); Gilson Benedito Silva Flores (162.561.401-25); Hailton Cordeiro dos Santos (607.495.987-00); Hermilo Lemos Filho (136.487.642-68); Joao Luiz Miranda dos Santos (008.881.357-69); Jorge Hilario Bessa da Graça (664.949.907-20); Jose Jorge Rios (325.907.846-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8565/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.652/2018-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Edilton Almeida Lima (569.179.457-49); Joao Bosco Guerra dos Santos (741.030.913-04); Jose Alves Rodrigues (130.032.757-04); Jose Ronaldo Gomes Silva (003.415.657-76); Walter Lopes do Amaral Junior (499.069.847-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8566/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.655/2018-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ademir da Silva (624.008.867-68); Alberto Alves Cruz Temo (111.505.212-87); Luiz Augusto dos Santos Padilha (333.563.430-68); Nelmario Silva Tavares (074.754.892-72); Sergio Luiz Alves (720.182.597-68); Wilson Carvalho Mota (469.778.487-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8567/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.658/2018-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Aramis Carmelino de Souza Alves (170.042.689-34); Cesar Picinini (394.330.057-91); Clayton Luiz Simeoni (453.114.807-00); Hamilton Bonat (147.319.679-53); Joao Bosco Feitosa Correa (654.395.117-68); Luis Alberto Loewenstein (675.260.049-04); Mauricio Cesar Falleiros Leal (808.844.907-34); Ronaldo Borges (569.322.609-30).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8568/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.659/2018-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Algenor Pamplona de Oliveira (183.979.802-53); Artonilson Macedo Bezerra (164.435.433-00); Elaine Ferreira das Neves (714.290.187-04); Fernando dos Santos (583.642.007-63); Francisco das Chagas dos Reis (696.059.127-91); Jairo Cesar Mattoso do Espirito Santo (389.184.719-04); Joao Batista do Nascimento (164.415.403-04); Jose Sebastiao Bandeira Boto (662.980.837-15); Nivaldo Pereira dos Santos (185.878.285-68); Uraquitan Williams da Silva Inojosa (595.692.047-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8569/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.661/2018-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adão Donato Masera (057.498.590-53); Adão Lopes Alves (020.703.830-91); Enio Roberto dos Santos Benia (394.272.937-72); Joao Ildefonso da Cunha Carneiro (170.501.979-04); Jose Geraldo Richa Correa (283.525.210-04); Sergio Augusto Machado Cambraia (394.282.307-15); Valdomiro Vargas Figueira (290.794.977-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8570/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.666/2018-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Eraldo Candido Souza (338.781.457-72); Jair Alves de Melo (890.752.347-91); Jair Dantas Ribeiro Guerra (891.954.697-53); Miguel Vieira Ferraro (971.895.537-20); Paulo Cesar do Amaral Alves (346.657.577-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8571/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.668/2018-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Castro Carlos Costa (095.121.007-62); Edson Waldecir Conceição Marcelino (636.084.997-68); Jose Hamilton Carvalho Vieira (298.188.344-53); Jose Onesio Monteiro Cruz (667.027.127-15); Jose Valter de Oliveira Fradique (651.056.997-34); Paulo Mauro de Miranda (162.558.951-49); Paulo Sergio Vasconcelos dos Santos (718.793.077-15); Pedro Fonseca Nery (121.488.902-63); Ronaldo Ribeiro Valois (127.688.632-20); Wilson Roberto Valadão de Freitas (663.058.707-30).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8572/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.673/2018-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Jose Oliveira Rocha (208.307.504-87); Ladislau Goncalves de Paula (625.144.157-72); Luiz Carlos Ferreira da Silva (178.739.911-72); Marcos Rogerio Ferreira dos Santos (602.752.787-00); Maurilio da Costa Souza (162.604.651-49); Paulo Roberto Rodrigues de Paula (644.017.587-49); Paulo Roberto de Souza (615.523.807-34); Romilson Dantas da Silva (165.135.415-49); Rubens Fatimo dos Santos Ferreira (551.579.717-53); Tieres Jose dos Anjos (604.226.537-72).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8573/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.677/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Ademir Rubens da Silva Brito (125.466.402-59); Antonio Raimundo Deca Rocha (108.838.512-53); Carlos Vitor dos Reis (595.785.307-06); Claudemir Cavalcanti da Silva (195.825.364-20); Elimar Girarde (615.898.107-91); Joao Antonio Basilio Teixeira (630.737.497-72); Joao Batista Maia (703.652.377-87); Jose Arias Santos Rocha (254.681.704-34); Leila Valladão de Freitas (729.534.707-00); Orlando Antunes Marinho (661.540.147-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8574/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.679/2018-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Carlos das Neves Pessoa (432.990.679-15); Ednardo Barbosa da Silva (143.917.083-53); Eraldo Alves Lima (170.383.085-72); Francisco Rodrigues da Silva (117.165.092-20); Jairo Conceição dos Santos (624.748.207-87); Jose Claudio Bastos (175.777.215-49); Pedro de Oliveira Cruz (724.826.217-04); Sebastiao Ferreira Machado (632.737.567-72); Sergio Lino (673.303.477-87); Walter Reis Calheiros (636.973.437-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8575/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.680/2018-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Fernando Luiz da Silva (231.719.444-72); Glaucio Vieira Lima (645.404.647-87); Guaraci Virgilio da Silva (715.545.137-15); Inacio Sebastiao Aguirre Barboza (581.297.907-34); Joel Marcondes Martins (643.444.527-04); Jose Ferreira Magalhaes (607.869.577-00); Nivaldo da Rocha Lima Filho (238.750.621-91); Reinaldo Rodrigues Saraiva (104.899.592-53); Sebastiao Diniz Soares (586.933.867-00); Valdemir Felix de Lima (261.745.294-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8576/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.682/2018-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Negreiros Fernandes (202.279.064-20); Edimilson Victor Rodrigues (604.040.517-15); Ivo Mendes (273.059.614-34); Marino Conceição Pereira de Souza (162.603.331-53); Norberto Edgar dos Santos Camargo (721.576.077-49); Orlando Lima de Souza (711.029.657-15); Pedro Loureto Forte (703.210.277-87); Raimundo Nonato de Oliveira (605.045.607-00); Waldir Alves Raphael (604.268.377-20); Welington Pereira dos Santos (102.344.462-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8577/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.684/2018-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Benedito Jose Matos de Souza (639.806.227-20); Cassio Murilo Almeida de Azevedo (715.983.247-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8578/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.685/2018-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Eli Alexandre da Silva (201.139.601-82); Ernani Bastos (631.049.627-15); Gilson Ribeiro da Silva (718.218.057-04); Jair Marino de Souza Lima (124.432.472-87); Jose Germano da Silva Filho (724.902.687-91); Lidio da Silva Puca (718.112.737-34); Luiz Carlos Araujo Valladares (649.100.677-87); Luiz Roberto Dantas Coelho (307.148.504-20); Marileno de Jesus dos Anjos (136.721.262-68); Pedro Gabriel Barros da Silva (620.532.487-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8579/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.689/2018-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Aluizio Guimaraes (284.292.904-78); Heli Dario de Paula Correia (694.608.507-82); Joao Batista Paiva dos Santos (307.509.204-59); Jose Damiao Henriques Batista (177.698.095-68); Jose Vilson Gomes (701.666.507-06); Paulo Cezar Alves da Silva (702.925.747-20); Paulo Guilherme de Souza Cunha (093.421.682-72); Valdenor Alves da Silva (671.045.927-68); Washington Honorio da Silva (640.105.467-00); Wilson Cerdeira da Silva (105.568.692-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8580/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.691/2018-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Armenio Joao Teixeira Filho (608.750.547-49); Carlos Roberto dos Santos (776.335.127-68); Fabio Lobo da Costa Ruiz (373.916.827-72); Fernando de Castro Lima Franca (330.531.977-15); Gilson Cassiano Ribeiro (026.087.737-96); Jose Valdomiro de Oliveira (188.733.245-68); Luis Pedro Ramalho (335.744.307-44); Paulo Afonso Dimas Rios Ciruffo (254.440.777-87); Ramão Tadeu Marques Montenegro (163.468.311-00); Sergio Frossard (271.397.517-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8581/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.693/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alcides Rafael Gomes Monteiro (245.102.384-87); Enio Jose Goncalves de Souza (462.224.487-04); Fernando Manhaes Madureira Ferreira (727.989.127-68); Joao Francisco Marques Camargo (375.736.087-72); Jorge Luiz de Araujo (718.440.077-15); Jose Amedio da Silva (062.581.904-72); Jose Sadi Cantuaria (347.223.007-04); Manoel Argolo da Cruz (056.714.935-87); Mauro Tavares (605.094.817-87); Roberto Carvalho Costa (347.480.327-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8582/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.696/2018-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Almir Lopes da Silva (672.277.087-72); Antonio Marques da Silva (696.052.707-49); Carlos Alberto Vieira (630.029.817-53); Carlos Pereira Moraes (193.269.555-91); Celmo Ferreira de Moraes (367.916.446-72); Francisco Diogenes Albuquerque (246.061.894-87); Francisco Roberto Viana Fernandes (604.996.057-72); Luiz Roberto Pereira Nepomuceno (246.148.234-91); Manoel Nazareno Martins (254.627.174-15); Manoel Ramos Machado (116.066.732-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8583/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.700/2018-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Fernando Jose de Matos Oliveira (394.282.227-04); Francisco das Chagas Pires (163.089.721-34); Lourival Cerqueira Pereira (093.482.555-68); Robert Henrique de Sousa Rosa (470.222.807-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8584/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.701/2018-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Almir Nogueira Silva (694.608.687-20); Amilton Jose de Vargas (661.523.217-00); Cosme Gomes Teixeira (434.591.457-49); Emanuel Mauricio da Silva (711.900.907-91); Francisco Edilson Silva das Chagas (197.500.305-59); Jose Heitor Macedo Ribeiro Pereira (369.478.307-53); Marco Antonio Teixeira Fernandes (434.486.907-91); Mario Luiz Lima Moura (640.101.637-04); Orlando de Paula Andrade Araujo (203.691.823-91); Sergio Honorato de Oliveira (696.542.477-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8585/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.702/2018-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Francelibio Rodrigues da Silva (358.043.940-53); Joao Batista Carvalho Bernardes (568.683.087-87); Luiz Fernando Denardin (321.751.597-87); Luiz Fernando Noriega Jensen (193.783.000-49); Paulo Afonso Mori da Cunha (188.085.060-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8586/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.703/2018-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alberto Thadeu Custodio (581.167.458-91); David Silverio Toledo (316.381.470-00); Joao Romualdo Neto (017.821.918-52); Jorge da Paz e Silva (022.437.148-76); Jose Walter Carneiro da Silva (041.378.438-05); Julio Cesar Salles (050.800.178-13); Luiz Antonio Cristino Costa (245.290.107-59); Marco Antonio Ferreira da Silva (708.898.217-04); Milton Carneiro de Oliveira Filho (799.653.698-87); Murilo Gilberto da Silva Junior (025.493.768-38).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8587/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.706/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Abrahao Angelo Souza de Jesus (330.488.787-34); Benedito de Souza Firmino (454.013.067-68); Dario Siqueira Brunet (312.441.067-04); Francisco Vago (663.172.077-04); Francisco Valmir Silva (724.688.157-34); Genival Lopes Baptista (776.332.707-30); Jose Correa (722.345.557-87); Luiz Pereira de Carvalho (552.029.697-91); Manoel Cardoso da Silva (350.599.747-15); Pedro Antonio de Souza (288.483.907-06).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8588/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.708/2018-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alipio Mendonca de Sousa (453.169.027-34); Benjamin Braga (315.586.231-91); Eduardo Albuquerque de Mello (410.998.266-91); Eduardo Ferreira de Aguiar (321.752.217-68); Ivan de Abreu (600.225.587-72); Jose Iro Souza Morais (309.842.540-72); Ricardo Jacob Ostwald (332.586.940-87); Romeu Costa Ribeiro Bastos (011.766.177-53); Sandro Romero Ladislau Coelho de Carvalho (225.604.324-04); Wides Quirino Pereira (260.647.401-59).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8589/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.710/2018-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Joao Mulatinho Moises (174.325.887-91); Antonio Mendonca da Silva (239.327.321-20); Celso Pereira da Silva (454.568.529-34); Joao Pedro Gai Tondolo (449.593.467-87); Joao Pereira Dutra (373.161.841-91); Jose Antonio Ribeiro de Souza (453.178.527-49); Juscelino Kilian (253.927.510-91); Nelson Braz Ferreira (239.658.606-82); Reinaldo Ribeiro (225.515.301-72); Rubens Silveira Brochado (055.123.100-97).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8590/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.713/2018-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alvaro Domingos Pereira Filho (207.180.047-87); Antonio Marcos de Oliveira Dantas (100.773.437-00); Jorge Antonio Ribeiro Conceição (469.645.097-04); Marcos Barbosa (180.772.006-30); Ronaldo Messias Correia (021.683.242-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8591/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.747/2018-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alexandre March Frota de Souza (444.297.627-91); Antero Cordeiro Gama (162.930.966-49); Jose Xavier Filho (245.188.597-15); Josemar Coelho de Aquino (664.905.967-68); Luis Carlos Cunha Couto (180.873.297-91); Milton Tantes Brito (714.961.067-68); Nadab Cruz de Lima (489.824.237-53); Nelson Carlos Borges da Fonseca (363.223.857-04); Raimundo de Castro Ramos (104.419.302-63); Washington Luis de Almeida (719.354.367-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8592/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.763/2018-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Joao Reinaldo Barbosa Nardelli (499.897.908-68); Jose Roberto Barbosa da Silva (134.026.764-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8593/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.776/2018-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Delcio Busatto (574.208.660-15); Domingos Pereira do Vale Neto (009.291.107-22); Jesse Domingos Luiz (599.847.758-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8594/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.782/2018-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Almiro Sant Anna (042.460.805-78); Eduardo Antonio Ribeiro (269.855.787-72); Gilson Cadena Bandeira de Melo (333.496.574-00); Renato Rodrigues de Souza (701.779.457-53); Renato de Campos Ferreira (743.143.787-00); Rosana Quaresma e Silva (105.028.582-49); Rui da Silva Rodrigues (719.281.207-25).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8595/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.796/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: David Oliveira Melo (093.517.105-30); Edinaldo Silva do Nascimento (260.921.585-15); Geraldo Bento (492.296.307-30); Jorge Dias Goncalves (183.457.605-97); Luis Cesar Ramires da Silva (205.937.400-68); Marcos Antonio Costa de Mendonca (469.757.727-20); Raimundo Nonato Soares (468.818.597-91); Vanderli Francisco de Paula (610.022.917-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8596/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.822/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Gerson Batista dos Santos (464.242.967-00); Joao Batista Rangel (064.018.487-15); Jorge Luiz Marcelino de Oliveira (783.335.397-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8597/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.926/2017-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Bruno Borba Ribeiro (002.165.714-99); José Frederico César Carrazzoni (005.385.664-34).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itambé/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8598/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 169, inciso III, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, bem assim no art. 7º da Resolução/TCU n. 265/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, dar ciência da seguinte falha e fazer a seguinte determinação, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Grupamento de Apoio do Distrito Federal e ao Grupamento de Apoio de Brasília por intermédio do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, à Fundação Nacional do Índio/Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo e ao representante, de acordo com o parecer da Selog:

1. Processo TC-029.070/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (05.340.639/0001-30)
1.2. Órgão/Entidade: Grupamento de Apoio do Distrito Federal - GAP/DF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Renato Lopes, OAB/SP 406.595-B.
1.7. Ciência/Determinação:
1.7.1. dar ciência ao Grupamento de Apoio do Distrito Federal, assim como ao Grupamento de Apoio de Brasília e à Fundação Nacional do Índio/Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo que a indicação no edital de termos de referência distintos, um para cada participante/gerenciador, contraria o previsto no art. 5º, inciso II, c/c o art. 6º, inciso II, do Decreto 7.892/2013, devendo também ser observadas nas contratações cujos objetos envolvam gerenciamento de frota de veículos as boas práticas indicadas no Acórdão 2.354/2017 - Plenário, assim como o modelo adotado na licitação que foi objeto de análise na referida deliberação (Pregão Eletrônico 1/2017 - Policia Rodoviária Federal) quando do planejamento da contratação, com vistas à prevenção de ocorrência de outras impropriedades semelhantes às verificadas nos presentes autos;
1.7.2. determinar à Selog que acompanhe a efetiva revogação do Pregão Eletrônico 42/2018 pelo Grupamento de Apoio do Distrito Federal, representando a este Tribunal caso tal medida não se concretize.

RELAÇÃO Nº 34/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 8599/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de alteração de aposentadoria deferida em favor de Dirce Santos de Loreto (CPF 388.807.927-68) pela Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro (Norte);
Considerando que, após a análise do feito, a Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) propôs a legalidade com o registro do ato (Peças 3 e 4);
Considerando que, sob o n.º de controle 10271716- 04-2004-000185-8, o ato inicial para a referida aposentadoria teve vigência desde 1º/8/2000, mas somente foi enviado ao controle interno em 7/7/2015, encontrando-se o correspondente feito na base de dados do Sisac (e-Pessoal) desde 14/10/2015, com a notícia de aguardar a autuação (Peça 5);
Considerando que a jurisprudência do TCU se firmou no sentido de que o ato de alteração deve ser apreciado após ou conjuntamente com a concessão inicial da respectiva aposentadoria, já que a alteração seria acessória à concessão inicial (v. g.: Acórdãos 1.457/2015 e 7.771/2014, da 2ª Câmara), registrando também que a ausência de registro do ato inicial, por si só, impediria o registro do posterior ato de alteração, pois o benefício previdenciário ainda não se teria aperfeiçoado (v. g.: Acórdão 6.120/2017, da 1ª Câmara);
Considerando, dessa forma, que o ato inicial da aposentadoria junto à base de dados do Sisac (e-Pessoal) deve ser apreciado em conjunto com o presente ato de alteração;
Considerando, além disso, que o referido ato de alteração da aposentadoria contemplaria o cômputo de tempo laborado em condições insalubres antes da entrada em vigor da Lei nº 8.112, de 1990, contrariando a jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 2.008/2006-TCU-Plenário com a superveniente ponderação adicional trazida pelo Acórdão 911/2014-TCU-Plenário, com a definição de que a contagem especial do tempo prestado em condições insalubres para os servidores ocupantes de cargos estritamente administrativo somente poderá ocorrer se estiver efetivamente demonstrada a existência de risco ou de agentes nocivos à saúde no local de trabalho, como devido ateste por laudo pericial;
Considerando, assim, que, como o cargo inicial ocupado pela aludida beneficiária corresponderia ao de agente administrativo, tendo sido posteriormente alterado para técnico do seguro social, não se pode presumir que ele teria sido exercido em atividades prejudiciais à saúde, mostrando-se necessária a realização de diligência junto ao órgão de origem com a finalidade de obter os documentos oficiais para a efetiva demonstração de que a interessada teria exercido as suas atividades em local insalubre;
Considerando, enfim, que, nesse sentido, está o parecer emitido pelo Ministério Público junto ao TCU à Peça 6;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em proferir as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-009.357/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Dirce Santos de Loreto (CPF 388.807.927-68).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Norte - RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que adote as seguintes medidas:
1.7.1. promova a devida autuação do ato inicial de aposentadoria em favor de Dirce Santos de Loreto (CPF 388.807.927-68), já que se encontra na base de dados do Sisac (e-Pessoal), para a apreciação em conjunto com o presente ato de alteração de aposentadoria;
1.7.2. promova a devida diligência junto à Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro (Norte) com o intuito de obter os documentos fundamentadores da averbação do tempo de 10 meses e 16 dias como insalubre, em sintonia com o Acórdão 911/2014-TCU-Plenário;
1.7.3. promova a prévia oitiva de Dirce Santos de Loreto em relação a todas as falhas porventura detectadas nos autos sobre os correspondentes atos de concessão (inicial e de alteração) de aposentadoria e, especialmente, sobre a averbação do tempo de 10 meses e 16 dias como insalubre, em dissonância com o Acórdão 911/2014-TCU-Plenário; e
1.7.3. manifeste-se conclusivamente sobre a justificativa dada no parecer do controle interno para o ato de alteração da aposentadoria em favor de Dirce Santos de Loreto (Peça 1).

ACÓRDÃO Nº 8600/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU:

1. Processo TC-009.398/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Zildekias Alves de Araújo (CPF 000.912.862-04).
1.2. Entidade: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em Macapá - AP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8601/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.468/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Melchior Moser (CPF 049.610.999-53).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Blumenau - SC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8602/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.472/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antônio Jajah Nogueira (CPF 045.310.271-91)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Campo Grande - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8603/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.477/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Carlos Lantieri (CPF 010.087.490-87).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Novo Hamburgo - RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8604/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.487/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nilberto de Almeida (CPF 542.096.338-87).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São José. dos Campos - SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8605/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.495/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Kaoru Yamashiro (CPF 918.345.388-15); Manoel Augusto Oliveira (CPF 083.031.184-04) e Mario Mosca Filho (CPF 359.797.048-68).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo -Centro - SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8606/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.573/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Jacinta Voss de Villanueva (CPF 068.268.574-72).
1.2. Entidade: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em Maceió - AL.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8607/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.577/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Américo Yoshinobu Ishiy (CPF 002.442.288-68) e Javier Toledano Beteta (CPF 028.631.118-68).
1.2. Entidade: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo - SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8608/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.323/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Carlos do Prado (CPF 845.539.958-91).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo - Norte - SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que corrija no Sisac (e-TCU) as alterações sob o ato correspondente no campo "SERVIDOR ACUMULA OUTRA APOSENTADORIA?", passando de "1-Sim" para "2-Não".

ACÓRDÃO Nº 8609/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em determinar o destaque dos atos de aposentadoria em favor de Nilton Piazza (CPF 217.952.829-91) e de Rosilda Catarina Martins Auras (CPF 375.684.779-91, para a realização de diligências, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público, sem prejuízo de considerar legais para fins de registro os demais atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.210/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arlete Silva (CPF 342.558.699-87); Eliete Sosnoski Balvedi Medeiros (CPF 466.144.009-91); Ivani Terezinha da Silva (CPF 454.582.359-91); Leila Regina Lopes Cidade (CPF 415.925.739-91); Maria Conceição Moraes da Silveira (CPF 432.423.169-91); Milton Regis Pujol de Oliveira (CPF 142.820.620-53); Nilton Piazza (CPF 217.952.829-91); Paulo João Soares (CPF 465.608.909-53); Rosilda Catarina Martins Auras (CPF 375.684.779-91) e Vera Lucia Generoso (CPF 376.072.869-34).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Florianópolis - SC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8610/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.217/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Freitas de Oliveira (CPF 323.496.530-72); Larita Helena Kipper (CPF 320.308.600-00) e Paulo Celso Meira Nunes (CPF 220.889.200-30).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Santa Maria - RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8611/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.224/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Célia Madalena Grenteski (CPF 487.762.469-49); Giselda Medeiros Adada (CPF 478.969.909-97); Jaime Luiz Paiano (CPF 354.715.229-15) e Jocimeri de Souza Ataídes Potuk (CPF 504.233.479-34).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Curitiba - PR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8612/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.226/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisca da Silva Moura (CPF 135.804.182-20); Joaquina Cardoso Pinto da Costa (CPF 130.515.202-68); Maria Elizete dos Santos (CPF 079.931.292-49); Maria Selma de Souza Cruz (CPF 073.279.782-91); Maria de Nazare Almeida da Silva (CPF 159.841.252-34); Moises de Oliveira Ferreira (CPF 119.597.622-49) e Selma da Silva Benarros (CPF 160.416.902-87).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Manaus - AM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8613/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-016.380/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Elba Pereira Ferreira (CPF 355.948.610-68) e Gilca Nara Abip Moreira (CPF 302.452.900-44).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Pelotas - RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8614/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.603/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nilton Ávila (CPF 013.570.180-53)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Porto Alegre - RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8615/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.609/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcos Antônio de Oliveira Lamoia (CPF 407.898.377-49)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Recife - PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8616/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.691/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Julinda Alves de Medeiros (CPF 200.962.324-04).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Natal - RN.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8617/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.779/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Otina Lucia Pereira Lopes (CPF 029.530.958-02).
1.2. Entidade: Agência da Previdência Social em Diamantina - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8618/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.783/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cleusa Eulice Batista (CPF 243.756.756-91); Ercilia Bento Correa (CPF 290.742.826-87); Eros Otoni Neiva (CPF 126.443.316-68); Estela Maris Gomes Vieira (CPF 284.369.116-87); Jorge Tolentino Ferreira (CPF 069.923.586-34) e Maria Helena Pinheiro de Oliveira (CPF 869.042.308-78).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Governador Valadares - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8619/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.621/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Geralda Antônia Gomes dos Reis (CPF 180.131.046-72).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Governador Valadares - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8620/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.723/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marluce Carolina da Rosa (CPF 074.949.189-22); Marta Teixeira Vital de Carvalho (CPF 009.805.773-14); Mary Angela de Sousa Coelho (CPF 747.940.434-49); Matheus Givercy Lima do Nascimento (CPF 058.033.375-28); Matheus Henrique Rodrigues de Carvalho (CPF 085.975.119-82); Mauricio Bittervides Moreira (CPF 834.168.380-68); Mauricio Bosque Ferreira (CPF 039.684.298-42); Mauricio Hideyuki Ijichi (CPF 779.149.021-87); Mauricio dos Santos Domingos (CPF 085.576.526-74) e Max Koch (CPF 038.079.029-70).
1.2.Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8621/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.743/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alamir Gomes de Abreu Junior (CPF 262.197.781-20); Alessandro Lopes Apparecido (CPF 001.115.521-33); Alexandre Magno Rodrigues Accioly Filho (CPF 042.963.561-35); Ana Paula Falcão da Costa (CPF 105.846.457-40); Andrea Albuquerque Barros (CPF 710.172.321-72); Ane Caroline Lima (CPF 030.025.261-77); Benedita de Sales Riotinto (CPF 658.049.611-87); Camila Ribeiro Sansão (CPF 058.539.786-40); Clara Marques Campos (CPF 019.377.415-16) e Danielle Souza da Silva (CPF 725.933.501-72).
1.2. Órgão: Ministério da Cultura - MinC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8622/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.745/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcos Timponi Rocha (CPF 716.271.891-49); Maria Luzineide Borges dos Santos (CPF 027.432.661-20); Maria Sandra Resende da Rocha Sá (CPF 270.939.131-72); Mario Olímpio Medeiros Filho (CPF 202.488.301-04); Matheus Rodrigues de Resende (CPF 036.317.641-11); Natalia Stanzioni Cabezas Enciso (CPF 019.661.281-00); Nayara de Fátima Araújo (CPF 029.345.091-92); Paula Oliveira Gomes (CPF 716.825.621-15); Renata de Oliveira Mendes (CPF 005.622.961-58) e Renato Oliveira Clastes (CPF 997.113.891-34).
1.2. Órgão: Ministério da Cultura - MinC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8623/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206, de 2007, c/c o item 9.4 do Acórdão 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicadas, por inépcia, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal de Antônio Marcos Barbosa Santos e de Tiago Cantalice da Silva Trindade, haja vista a constatação de inconsistências nos dados registrados, sem que tenha sido incluída justificativa por parte do gestor, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.444/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antônio Marcos Barbosa Santos (CPF 997.946.911-00) e Tiago Cantalice da Silva Trindade (CPF 052.511.964-74).
1.2. Entidade: Fundação Cultural Palmares - MinC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar:
1.7.1. à Fundação Cultural Palmares que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Acórdão, promova o necessário cadastramento no Sisac (e-TCU) dos novos atos de admissão de pessoal em favor de Antônio Marcos Barbosa Santos e de Tiago Cantalice da Silva Trindade e os encaminhe ao TCU, via controle interno, corrigindo as falhas apontadas nestes autos, a despeito de preencher o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", para detalhar a situação concreta, nos termos do art. 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU;
1.7.2. à Sefip que:
1.7.2.1. encaminhe a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, à Fundação Cultural Palmares; e
1.7.2.2. arquive os presentes autos, sem prejuízo de monitorar o cumprimento da determinação prolatada pelo item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 8624/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do desligamento do servidor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.318/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rita de Cassia Miranda Zani de Morais (CPF 255.894.661-72).
1.2. Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan/ MinC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8625/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.842/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Larissa Maria de Almeida Guimarães (CPF 885.989.772-68) e Victor Hugo Martins dos Santos (CPF 010.247.161-47).
1.2. Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan/MinC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8626/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.507/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carina Bittencourt Moraes (CPF 018.540.849-41); Carlos Andre Batista (CPF 005.359.325-10); Carlos Diego Paravidino Machado (CPF 133.420.327-07); Carmen Virginia Carvalho da Silva (CPF 621.028.503-15); Christian Santos de Santana (CPF 192.781.848-61); Clauber de Siqueira Santos (CPF 369.544.268-90); Claudio Amorim dos Santos (CPF 453.989.503-63); Claudio Canidio Rodrigues da Silva (CPF 603.610.303-47); Cristiano Aparecido Pereira (CPF 067.960.816-84) e Davi Cunha Ferreira (CPF 058.392.344-51).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8627/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.510/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jorge Augusto Baseggio (CPF 010.288.939-22); Jose Melicio Ramalho Feitosa (CPF 092.428.964-38); Jose Roberto Bezerra Saraiva Araujo (CPF 066.838.974-50); Josimar Silva de Oliveira (CPF 027.624.925-99); Jucieli Aparecida dos Santos de Brito (CPF 405.519.268-13); Laiane Lourena Clementino Sousa (CPF 017.895.403-99); Leila Katiane Chiele (CPF 052.754.299-75); Leticia Silveira Felippe (CPF 124.216.257-77); Lucas Soares Fontes (CPF 148.428.347-30) e Manoel Gonçalves Fonseca (CPF 118.505.108-22).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8628/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.730/2008-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Celia Maria Aragão de Oliveira (CPF 055.006.995-04); Filipe Vieira Aragão (CPF 794.191.355-00); Sergio Alexandro Aragão de Oliveira (CPF 960.816.275-00) e Vanessa Aragão de Oliveira (CPF 794.191.005-53).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região - TRT/SE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8629/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.567/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elton de Vasconcelos Silva (CPF 003.468.163-94); Gilberto Nobre Cavalcante (CPF 001.035.863-34); José Guilherme Façanha Lima Braga (CPF 013.410.274-65); Luiz Henrique Miranda de Vasconcelos (CPF 003.468.403-41); Maria de Lourdes Arruda Bastos (CPF 163.434.253-49); Marina Brito Bastos (CPF 001.018.463-55); Marluci Lopes Brito (CPF 058.035.353-20); Mayson Rubens de Castro Cavalcante (CPF 004.994.153-45); Raimundo Carloto Silva Neto (CPF 002.287.703-78); Raphael Ribeiro Ferreira (CPF 047.265.353-90); Renata de Vasconcelos Damasceno (CPF 003.468.163-94) e Sebastiana Barbosa Coelho Cintra (CPF 959.444.783-49).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Fortaleza - CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8630/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.570/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Geraldo Magalhaes dos Anjos (CPF 007.110.804-10); Luiz Carlos Batista (CPF 045.689.664-34); Maria das Dores Laporte Maciel (CPF 060.183.724-01); Ricardo Ferreira Santos Filho (CPF 062.675.724-04); Rosa Maria da Silva (CPF 342.809.443-34) e Virginia Heráclio de Aquino (CPF 502.241.074-53).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Recife - PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8631/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.656/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Leda Araújo Franca da Silva (CPF 084.208.388-02); Maria Ferreira dos Santos (CPF 559.499.915-91) e Odete Calazans da Fonseca (CPF 777.169.495-00).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Itabuna - BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8632/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.671/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Cirene do Amaral Silva (CPF 613.089.356-68); Iracy Leite Baptista (CPF 024.648.446-24) e Virginia Ângela de Araújo Coelho (CPF 964.626.126-49).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Barbacena - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8633/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.676/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Álvaro Antônio Pereira Lins (CPF 380.927.007-53); Ana Claudia Pessoa Porto de Aguiar (CPF 057.027.707-81); Augusto Clemente dos Santos (CPF 142.921.567-43); Bruno Póvoas de Carvalho (CPF 111.003.537-39); Carolina Póvoas de Macedo (CPF 111.002.897-04); Conceição de Maria Miranda Saramago (CPF 452.394.527-68); Conceição de Maria Miranda Saramago (CPF 452.394.527-68); Dilson de Andrade Silva (CPF 076.176.587-53); Ivone Souza de Olivaes (CPF 031.789.947-34); Juracy Queiroz (CPF 491.072.087-15); Maria Cecilia Pereira Lins (CPF 380.927.007-53); Maria das Dores Motta de Souza Santos (CPF 866.944.997-87); Mario Amazonas Guimarães (CPF 219.442.297-87); Mauricio Fernandes (CPF 354.073.957-20); Michelly da Silva Fernandes (CPF 082.032.947-90); Nancy Rodrigues Reis (CPF 386.113.927-87); Parcy Ribeiro Filho (CPF 494.174.367-91); Parcy Ribeiro Filho (CPF 494.174.367-91); Parcy Ribeiro Neto (CPF 114.654.787-01); Parcy Ribeiro Neto (CPF 114.654.787-01); Roberto Fernandes Trindade (CPF 031.831.737-00); Roberto Xavier Trindade (CPF 031.831.737-00); Sergio Murilo Pereira Lins (CPF 380.927.007-53); Sinamari Ferreira dos Anjos (CPF 012.633.877-99); Wilsander Pereira (CPF 583.054.407-53) e Wilsander Pereira (CPF 583.054.407-53).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Niterói - RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8634/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, I, da

Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.679/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antônio Eraldo Ferreira Barbosa (CPF 114.710.587-19); Carlos Daniel de Souza Machado (CPF 118.583.377-39); Carolina Ferreira Barbosa (CPF 108.053.727-92); Cirlaine Rocha de Souza (CPF 093.579.947-85); Darcy Rosa Candido (CPF 013.184.487-35); Dirce Goncalves dos Santos (CPF 094.520.647-06); Eunice de Paula Ferreira (CPF 297.479.107-72); Flora Estrodemia Gomes Guimaraes (CPF 070.453.787-77); Jose Espedito Carvalho Pinto (CPF 378.758.687-34); Lecy Paixão Alves (CPF 058.074.997-51); Lindaura Pereira da Silva (CPF 036.538.917-01); Luiz Guilherme da Silva Machado (CPF 118.191.937-13); Manoel dos Santos Fagundes (CPF 079.737.217-20); Maria Odete Pessoa de Vasconcelos (CPF 429.855.607-72); Maria Severina da Silva (CPF 554.427.307-34); Maria de Lourdes Costa Carvalho (CPF 069.688.637-58); Noemia Rosa de Freitas (CPF 991.512.437-68); Paulo Fernando Rodrigues Rangel (CPF 393.150.967-20); Therezinha Marinho da Costa (CPF 005.552.597-06); Vivaldina Pinto Barbosa (CPF 068.410.837-25); Zenir Ezequiel dos Santos da Cunha (CPF 069.552.167-59) e Zeny Esteff Bittencourt (CPF 087.069.747-16).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Duque de Caxias - RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8635/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.686/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alessandro Tonelli (CPF 184.283.717-68); Antônia Afonso da Silveira da Silva (CPF 047.543.147-27); Breno Guedes Pena (CPF 099.247.487-60); Carolina Peixoto dos Santos (CPF 033.709.607-45); Claudionizia da Costa Ladeira (CPF 180.357.107-10); Dilma Pereira da Silva (CPF 410.694.397-20); Ely Gomes de Freitas (CPF 663.023.317-49); Erica Caetano de Medeiros (CPF 051.458.297-95); Josefa Gomes Campos (CPF 115.148.447-45); Jurema Helena da Costa (CPF 748.051.937-00); Leny Esteves de Oliveira (CPF 068.654.067-02); Marcio Elessandro da Costa Mateus de Oliveira (CPF 079.870.927-89); Marinette Gomes de Freitas (CPF 116.951.207-01); Mauro Pereira Cavalcante (CPF 256.603.577-68); Ondina Fonseca Caetano (CPF 716.605.697-53); Sollanjar Penha Pinheiro Marcel (CPF 038.029.307-20); Sylvio Fernandes Cardiano (CPF 009.132.861-68); Vani Lopes Leandro (CPF 033.204.727-04); Zaida Gomes dos Santos (CPF 054.197.717-21); Zila Froes Bueno (CPF 770.709.507-30) e Zilda Monteiro Emiliano (CPF 133.209.377-90).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Norte - RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8636/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.688/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Aracy Gomes Lima (CPF 270.623.177-72); Carmen Martins Pinheiro (CPF 093.888.667-38); Deyse Barbosa Santoro (CPF 810.968.287-15); Ivanize de Araujo Soares (CPF 591.777.647-49); Lusia Rosa de Souza (CPF 624.351.677-68); Maria Elzvir Candido Godinho (CPF 018.842.247-17); Maria José das Dores Siqueira Batista (CPF 660.917.997-20); Maria de Lourdes dos Reis Martins (CPF 624.581.407-34); Marphiza Lopes Nogueira (CPF 086.221.017-89); Nelly Correa Labre (CPF 062.756.567-00); Olinda Vita Leite (CPF 437.849.097-87); Oscarina Conceição de Oliveira (CPF 002.296.737-08); Sebastiana Marcelino Gomes (CPF 024.115.947-47); Sonia Regina de Souza (CPF 060.807.867-02) e Tania Mara Braz de Almeida (CPF 073.067.647-13).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Norte - RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip..

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8637/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.152/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Benícia Macedo Toscano de Britto (CPF 018.314.247-03); Dalca Costa (CPF 092.893.187-08) e Maria Orfilia Rolando Barcellos (CPF 100.018.687-30).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em - Rio de Janeiro - Centro - RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8638/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.474/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alberto Torsani Lisboa (CPF 012.285.966-97) e Santina Torsani Lisboa (CPF 012.285.946-43).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belo Horizonte - MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8639/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.479/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Celva de Siqueira Ribeiro (CPF 313.037.227-04) e Helena de Souza Nabuco de Araújo (CPF 026.085.767-02).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Centro - RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8640/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.865/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Jeaneide Pereira Andrade de Brito (CPF 625.263.244-91).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Campina Grande - PB.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8641/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.792/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Flávio Costa Monteiro (CPF 022.537.603-23); Maria Melo de Oliveira (CPF 296.718.841-72) e Maria das Graças Costa Monteiro (CPF 406.949.333-68).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Luís - MA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8642/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.810/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Kaio Eduardo Vasconcelos de Oliveira (CPF 571.263.305-10) e Noelia Vasconcelos de Oliveira (CPF 571.263.305-10).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Feira de Santana - BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8643/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar regulares as contas dos responsáveis relacionados no item 1.1 deste Acórdão para lhes dar quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.094/2016-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Adriano Santhiago de Oliveira (CPF 070.022.817-98); Ana Beatriz de Oliveira (CPF 074.376.148-04); Ana Cristina Fialho de Barros (CPF 021.113.167-92); Carlos Augusto Klink (CPF 002.080.588-85); Carlos Mario Guedes de Guedes (CPF 606.955.950-91); Cassandra Maroni Nunes (CPF 076.412.088-35); Clarisse Elizabeth Fonseca Cruz (CPF 068.232.196-61); Fauze Martins Chequer (CPF 150.807.811-49); Francisco Gaetani (CPF 297.500.916-04); Juliana Ferreira Simoes (CPF 022.105.677-77); Marcelo Jorge Medeiros (CPF 798.218.636-04); Miriam Jean Miller (CPF 339.804.971-00); Ney Maranhão (CPF 027.889.007-59); Paulo Guilherme Francisco Cabral (CPF 313.278.261-00); Raquel Breda dos Santos (CPF 447.277.049-00); Regina Elena Crespo Gualda (CPF 102.046.791-68); Roberto Brandão Cavalcanti (CPF 287.742.991-15); Roseli Bueno de Andrade (CPF 511.435.500-72); Sergio Henrique Collaco de Carvalho (CPF 917.891.091-91) e Ugo Eichler Vercillo (CPF 857.604.551-68).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão: Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente - MMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8644/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (Mtur) em desfavor do Sr. Maviael Francisco de Morais Cavalcanti Filho, como ex-prefeito de Macaparana - PE, diante da total impugnação das despesas inerentes ao Convênio 346/2009 (Siconv 703562) destinado ao apoio à realização da "Festa de São João";

Considerando que, na presente TCE, foi apurado o débito (em valores atualizados monetariamente até 14/12/2017) sob o montante de R$ 85.478,82 (oitenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos);

Considerando que, ao regulamentar a instauração, a organização e o encaminhamento ao TCU dos processos de tomada de contas especial, a IN TCU nº 71, de 2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76, de 2016), estabeleceu, em seu art. 6º, inciso I, que pode ficar dispensada a instauração da TCE, quando o valor do débito atualizado monetariamente for inferior a R$ 100.000,00;

Considerando que o art. 19 do referido ato normativo estendeu as disposições do aludido artigo 6º às tomadas de contas especiais ainda pendentes de citação válida e em tramitação no Tribunal de Contas da União;

Considerando, dessa forma, que, estando o referido débito em montante inferior ao valor de alçada fixado pela IN TCU nº 71, de 2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76, de 2016), o TCU determinou, por intermédio do Acórdão 2.359/2018-TCU-2ª Câmara, o arquivamento destes autos, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.443, de 1992, sem o cancelamento do débito, continuando obrigado o Sr. Maviael Francisco de Morais Cavalcanti Filho ao pagamento do débito para lhe ser dada a devida quitação;

Considerando que, em 26/7/2018, o responsável acostou à Peça nº 39 a solicitação de parcelamento do seu débito;

Considerando que o art. 19, § 2º, da IN TCU nº 71, de 2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76, de 2016) estabelece que: "*no caso de tomada de contas especial arquivada com fundamento no caput em razão do limite estabelecido no inciso I do art. 6º desta Instrução Normativa, o responsável poderá solicitar ao Tribunal de Contas da União o desarquivamento do processo para julgamento ou, ainda, efetuar o pagamento do débito, para que lhe possa ser dada quitação*";

Considerando que o art. 217 do Regimento Interno do TCU informa que: "*em qualquer fase do processo, o Tribunal ou o relator poderá autorizar o pagamento parcelado da importância devida em até trinta e seis parcelas, desde que o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial*";

Considerando, dessa forma, que, em sintonia com os pareceres emitidos pela unidade técnica (Peça nº 41) e pelo Ministério Público junto ao TCU (Peça nº 43), não haveria óbices ao deferimento do aludido pedido para o parcelamento do débito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "b", e 217 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em autorizar o parcelamento do débito sob a responsabilidade do Sr. Maviael Francisco de Morais Cavalcanti Filho (CPF: 684.525.784-15), nos termos do Acórdão 2.359/2018-TCU-2ª Câmara, em 36 (trinta e seis) parcelas, atualizadas monetariamente, de sorte a fixar o vencimento da 1ª parcela para 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o vencimento das demais parcelas para cada 30 (trinta) dias, na forma da legislação em vigor, alertando ao responsável que, nos termos do § 2º do art. 217 do RITCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.253/2015-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-026.022/2017-6 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: JO Produções Eventos e Publicidade Ltda. (CNPJ 07.237.983/0001-23) e Maviael Francisco de Morais Cavalcanti Filho (CPF 684.525.784-15).

1.3. Entidade: Município de Macaparana - PE.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinar à Secex-AL que envie a cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao Sr. Maviael Francisco de Morais Cavalcanti Filho, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 8645/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério do então Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor do Sr. Paulo Roberto Pereira da Silva, ex-prefeito de Tamandaré - PE (gestão: 2005- 2008), diante da parcial impugnação dos dispêndios com os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) sob o montante de R$ 359.773,25 durante o exercício de 2008, na modalidade fundo a fundo, para a aplicação nos serviços de Proteção Social Básica (PSB) e de Proteção Social Especial (PSE);

Considerando que, com os devidos ajustes, o débito identificado nos autos teria atingido o valor histórico de R$ 43.511,87, mostrando-se inferior, então, ao limite de R$ 100.000,00 estabelecido pela IN TCU nº 71, de 2012, com a alteração dada pela de IN TCU nº 76, de 2016, como valor de alçada fixado para a instauração da TCE, não tendo sido ainda promovida, assim, a citação dos responsáveis no âmbito deste processo;

Considerando que, diante disso, por intermédio do Acórdão 2.022/2018 prolatado pela 2ª Câmara, em 3/4/2018, o Tribunal determinou que a unidade técnica promovesse o arquivamento do presente processo sem o julgamento do mérito e sem o cancelamento do débito sob a responsabilidade do Sr. Paulo Romero Pereira da Silva, em solidariedade com a Emanoel José de Souza - ME (atualmente C&C Alimentos Ltda. - EPP), a cujo pagamento em favor do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) continuariam obrigados os referidos devedores para lhes ser dada a devida quitação, nos termos do art. 93 da Lei n.º 8.443, de 1992, dos arts. 169, VI, e 213 do RITCU e dos arts. 6º, I, e § 3.º, I, e 19, caput, da IN TCU n.º 71, de 2012, com a alteração pela IN TCU n.º 76, de 2016;

Considerando que, em 16/9/2018, a Sra. Mary Rocha (OAB/PE nº 14.279), como procuradora da C&C Alimentos Ltda., apresentou o expediente intitulado como recurso de reconsideração (Peça nº 51) para demonstrar o inconformismo da referida empresa em face do aludido acórdão, alegando, entre outras situações, que: (i) haveria violação ao exercício da ampla defesa e do contraditório, uma vez que não foi citada, de modo que o Acórdão 2.022/2018-TCU-2ª Câmara deveria ser considerado nulo; (ii) o transcurso de mais de dez anos entre o fato gerador e a 1ª notificação autorizaria o arquivamento do processo; e (iii) não poderia ser responsabilizada solidariamente, tendo em vista que praticou os preços previstos tanto na ata de registro de preços quanto no termo aditivo;

Considerando que, ao final da sua petição, além da preliminar pela nulidade do referido acórdão por falta de citação válida, a requerente solicitou a exclusão de responsabilidade da empresa pelo débito apurado nos autos;

Considerando que o referido acórdão ora questionado pela requerente constitui-se em decisão terminativa, nos termos dos arts. 201, § 3º, e 213 do Regimento Interno do TCU;

Considerando, assim, que o aludido expediente não pode ser recebido como espécie recursal, já que, nos termos do art. 285 do RITCU, somente seria cabível o recurso de reconsideração contra a decisão definitiva, ou seja, contra a decisão com a efetiva apreciação de mérito, em sintonia com o art. 201, § 2º, do RITCU;

Considerando que, sob a vigência da antiga IN TCU nº 13, de 1996 (art. 10, § 2º, inciso V), o procedimento para a solução dessa situação consistiria em receber a eventual manifestação da responsável como alegações de defesa, possibilitando o prosseguimento do feito para julgamento de mérito do processo;

Considerando que, com as alterações promovidas pela IN TCU nº 76, de 2016, a IN TCU nº 71, de 2012, prevê a possibilidade de o responsável solicitar o desarquivamento da tomada de contas especial que tenha sido arquivadas, sem o julgamento de mérito, por apresentar o débito em patamar inferior ao valor de alçada fixado pelo Tribunal sem ter sido promovida a citação do responsável;

Considerando que o § 3º do art. 199 do RITCU também prevê a possibilidade de o responsável solicitar o desarquivamento do feito, para o subsequente julgamento de mérito, no caso de o processo ter sido arquivado, sem o cancelamento do débito, nos termos do art. 213 do RITCU;

Considerando que, nessas circunstâncias, o expediente acostado à Peça nº 55 deve ser recebido como mera petição, promovendo-se o desarquivamento do presente processo para que, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Resolução TCU nº 259, de 2014, a unidade técnica possa promover a subsequente análise da documentação oferecida pela requerente, como elementos de defesa, sem prejuízo de promover as devidas citações para o deslinde do feito;

Considerando, enfim, que, nesse sentido, está o parecer da Serur acostado à Peça nº 55;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, nos termos do art. 48, parágrafo único, e no § 3º do artigo 50 da Resolução TCU 259, de 2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) receber como mera petição o documento apresentado à Peça nº 51 pela Sra. Mary Rocha (OAB/PE 14.279), como procuradora da C&C Alimentos Ltda.;

b) autorizar o desarquivamento dos presentes autos, nos termos do § 3º do art. 199 do RITCU e do art. 19, § 2º, da IN TCU nº 71, de 2012, com as alterações promovidas pela IN TCU nº 76, de 2016; e

c) proferir a determinação abaixo indicada:

1. Processo TC-006.763/2016-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: C & C Alimentos Ltda. (CNPJ 03.512.426/0001-12) e Paulo Romero Pereira da Silva (CPF 501.264.904-49).

1.2. Entidade: Município de Tamandaré - PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

1.6. Representação legal:

1.7. Determinar que, para a subsequente análise da questão ora suscitada pela requerente, o presente processo seja enviado à Secex-PE, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Resolução TCU nº 259, de 2014, devendo o conteúdo da correspondente petição ser analisado como elementos de defesa pela unidade técnica de origem.

ACÓRDÃO Nº 8646/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em desfavor da Fundação de Desenvolvimento Regional (Funder) e do Sr. Luís Carlos Cabral Júnior, como presidente da referida entidade, diante da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União e da ocorrência de irregularidades na execução do Convênio CRT/MSF/16000/2004 (Siafi 516718) firmado com a Funder para a produção e a distribuição de sementes e cultivares adaptadas à agricultura familiar, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 24/12/2004 a 23/06/2005;

Considerando que, no âmbito do TCU, foi apurado o débito solidário sob o montante histórico de R$ 18.351,98 (dezoito mil, trezentos e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos), para a data de 6/4/2018;

Considerando que, ao regulamentar a instauração, a organização e o encaminhamento ao TCU dos processos de tomada de contas especial, a IN TCU nº 71, de 2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76, de 2016), estabeleceu, em seu art. 6º, inciso I, que pode ficar dispensada a instauração da TCE, quando o valor do débito atualizado monetariamente for inferior a R$ 100.000,00;

Considerando que o art. 19 do referido ato normativo estendeu as disposições do aludido artigo 6º às tomadas de contas especiais ainda pendentes de citação válida e em tramitação no Tribunal de Contas da União;

Considerando, dessa forma, que, estando o referido débito em montante inferior ao valor de alçada fixado pela IN TCU nº 71, de 2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76, de 2016), o TCU pode determinar o arquivamento destes autos, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.443, de 1992, sem o cancelamento do débito, continuando obrigados os responsáveis ao pagamento do débito para ser dada a devida quitação;

Considerando que, nesse sentido, estão os pareceres emitidos pelo MPTCU e pela unidade técnica

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, nos termos do art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e dos arts. 6º, I, e 19, caput, da IN TCU nº 71, de 2012, com a redação conferida pela IN TCU nº 76, de 2016, em arquivar a presente tomada de contas especial, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.443, de 1992, sem o cancelamento do débito, a cujo pagamento continuarão solidariamente obrigados os devedores para lhes ser dada a devida quitação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.578/2017-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Funder - Fundação de Desenvolvimento Regional (CNPJ 26.124.982/0001-17) e Luiz Carlos Cabral Junior (CPF 645.674.866-68).

1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex-MG que adote as seguintes medidas:

1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sem prejuízo de recomendar que â aludida entidade adote as medidas cabíveis para obter o eventual ressarcimento do erário por outros meios adequados; e

1.7.2. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, aos responsáveis para, querendo, solicitarem o desarquivamento do processo com vistas ao prosseguimento do feito com o julgamento de mérito ou, ainda, efetuarem o pagamento do débito para lhes ser dada a quitação, nos termos do art. 19, § 2º, da IN TCU nº 71, de 2012 (com redação dada pela IN TCU nº 76, de 2016).

ACÓRDÃO Nº 8647/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pela Subsecretaria de Planejamento e Gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em desfavor do Sr. Deivson Oliveira Vidal e do Instituto Mineiro de Desenvolvimento (IMDC), diante da impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio MDA 700162/2008 (Siafi 700162) destinado ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas do Norte e Nordeste de Minas Gerais, nos Municípios de Chapada do Norte, Minas Novas e Couto Magalhães de Minas, por meio da capacitação e da implantação de unidades produtivas apícolas;

Considerando que, na presente TCE, foi apurado o débito (em valores atuais) no montante de R$ 84.054,49 (oitenta e quatro mil, cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos);

Considerando que, ao regulamentar a instauração, a organização e o encaminhamento ao TCU dos processos de tomada de contas especial, a IN TCU nº 71, de 2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76, de 2016), estabeleceu, em seu art. 6º, inciso I,

que pode ficar dispensada a instauração da TCE, quando o valor do débito atualizado monetariamente for inferior a R$ 100.000,00;

Considerando que o art. 19 do referido ato normativo estendeu as disposições do aludido artigo 6º às tomadas de contas especiais ainda pendentes de citação válida e em tramitação no Tribunal de Contas da União;

Considerando, dessa forma, que, estando o referido débito em montante inferior ao valor de alçada fixado pela IN TCU nº 71, de 2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76, de 2016), o TCU pode determinar o arquivamento destes autos, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.443, de 1992, sem o cancelamento do débito, continuando obrigados os responsáveis ao pagamento do débito para ser dada a devida quitação;

Considerando, enfim, que, nesse sentido, está o parecer emitido pelo MPTCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, nos termos do art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e dos arts. 6º, I, e 19, caput, da IN TCU nº 71, de 2012, com a redação conferida pela IN TCU nº 76, de 2016, em arquivar a presente tomada de contas especial, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.443, de 1992, sem o cancelamento do débito, a cujo pagamento continuarão solidariamente obrigados os devedores para lhes ser dada a devida quitação, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU:

1. Processo TC-025.512/2017-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Deivson Oliveira Vidal (CPF 013.599.046-70) e Instituto Mineiro de Desenvolvimento e da Cidadania - IMDC (CNPJ 21.145.289/0001-07).

1.2. Órgão/Entidade: Órgãos e Entidades do Estado de Minas Gerais (vinculador).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex - MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex-MG que:

1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, à Subsecretaria de Planejamento e Gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sem prejuízo de recomendar que â aludida entidade adote as medidas cabíveis para obter o eventual ressarcimento do erário por outros meios adequados; e

1.7.2. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, aos responsáveis para, querendo, solicitarem o desarquivamento do processo com vistas ao prosseguimento do feito com o julgamento de mérito ou, ainda, efetuarem o pagamento do débito para lhes ser dada a quitação, nos termos do art. 19, § 2º, da IN TCU nº 71, de 2012 (com redação dada pela IN TCU nº 76, de 2016).

ACÓRDÃO Nº 8648/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 7.209/2018 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, na Sessão de 7/8/2018 (Ata nº 28/2018), no que concerne ao seu item 9.2, mantendo inalterados os demais termos do referido acórdão, além de restituir, em seguida, os autos à Secex-PI, para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, de sorte que:

onde se lê:

"9.2. . julgar irregulares as contas (...), atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados desde as datas informadas (...):

DATA	VALOR (R$)	D/C
14/1/2006	100.000,00	D
25/8/2008	3.001,49	C

"

leia-se:

""9.2. . julgar irregulares as contas (...), atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados desde as datas informadas (...):

DATA	VALOR (R$)	D/C
14/11/2006	100.000,00	D
25/8/2008	3.001,49	C

(...);"

1. Processo TC-029.781/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Luzinaldo de Azevedo Guedes (CPF 350.582.503-49).

1.2. Entidade: Município de Sebastião Barros - PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8649/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar cumprida a determinação prolatada à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), por meio do item 1.7.1 do Acórdão 2.669/2017-TCU-2ª Câmara, no âmbito do TC-023.403/2016-0, e proferir as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.251/2017-3 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.1. Entidade: Município de Poção - PE.

1.2. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.5. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/PE que:

1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado de cópia do parecer da unidade técnica, à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para ciência e eventuais providências; e

1.7.2. apense os presentes autos ao TC-023.403/2016-0, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259, de 2014.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº 033.021/2014-7, cujo Relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, a Dra. Liana Claudia Hentges Cajal apresentou sustentação oral em nome de José Barbosa de Andrade.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 8650 a 8674, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 8650/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-033.021/2014-7.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Município de São José da Coroa Grande/PE.

4. Responsável: José Barbosa de Andrade (CPF 005.492.664-53).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico e Procurador Júlio Marcelo de Oliveira (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Representação legal: Luís Fernando Belém Peres (OAB/DF 22.162), André Ávila (OAB/DF 24.383), Márcio Jose Alves de Souza (OAB/PE 5.786), Carlos Henrique Vieira de Andrada (OAB/PE 12.135), Dimitri de Lima Vasconcelos, OAB/PE 23.536, Eduardo Carneiro da Cunha Galindo (OAB/PE 27.761), Amaro Alves de Souza Netto (OAB/PE 26.082), Edson Monteiro Vera Cruz Filho (OAB/PE 26.183), Eduardo Diletiere Costa Campos Torres (OAB/PE 26.760), Marco Antonio Frazão Negromonte (OAB/PE 33.196).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pelo Ministério do Turismo em nome do Sr. José Barbosa de Andrade, ex-Prefeito de São José da Coroa Grande/PE (gestão 2005-2012), em razão de irregularidades na execução do Convênio 1.456/2009, cujo objeto contemplou o incentivo ao turismo local por meio do apoio ao projeto intitulado "São José Summer Beach", realizado entre 08/12/2009 e 31/01/2010, prevendo-se a apresentação de 13 atrações musicais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. José Barbosa de Andrade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b, 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.2. aplicar ao responsável retromencionado a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirá o correspondente acréscimo legal (atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8650-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

13.4. Ministro-Substituto convocado com voto vencido: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8651/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.205/2018-1

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Luidson Nascimento Viana (CPF 011.925.501-45), Lydimirce Pereira Simplício Pimenta (CPF 980.468.101-34), Marcelo Torres Vieira (CPF 021.860.191-32), Newton Célio Gonçalves Lima Júnior (CPF 979.840.511-00), Paulo Pereira da Silva (CPF 023.924.393-54), Roosevelt Batista de Oliveira Lopes (CPF 131.709.703-30), Rosilene Amorim da Cruz Coelho (CPF 549.582.611-68) e Vanina Márcia Guimarães e Silva (CPF 776.647.285-68).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Tocantins - DR/TO.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os atos de admissão expedidos pela Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Tocantins - DR/TO.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em Tocantins que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema e-Pessoal;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8651-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8652/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.838/2017-3

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados: Caixa Econômica Federal (CNPJ 00.360.305/0001-04) e Ministério do Desenvolvimento Social (CNPJ 05.526.783/0001-65).

3.1. Responsáveis: Associação Lagobonitense de Pequenos Agricultores - Alpa (CNPJ 04.698.268/0001-08) e Omar Moisés Santana (CNPJ 984.932.990-49).

4. Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul - Secex/RS.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal contra a Associação Lagobonitense de Pequenos Agricultores e seu presidente, Sr. Omar Moisés Santana, em razão da não comprovação da aplicação dos recursos repassados, por meio do contrato de repasse 209.936-24/2006 (Siafi 576284), que objetivou a construção de alternativas de cultivos ambientalmente sustentáveis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "d", 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revéis a Associação Lagobonitense de Pequenos Agricultores e Omar Moisés Santana;

9.2. julgar irregulares as contas dos responsáveis acima indicados;

9.3. condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional de R$ 105.310,00 (cento e cinco mil, trezentos e dez reais), acrescidos de encargos legais de 21/12/2006 até a data do pagamento;

9.4. aplicar-lhes multas individuais de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais calculados da data deste acórdão até a data dos pagamentos, se estes forem efetuados após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8652-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8653/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.541/2010-7

2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil.

3. Interessada: Jocely Castelo Branco Santos (CPF 064.848.673-72).

4. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta pensão civil, instituída por ex-servidor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão civil instituída por Adilson Guimarães Santos em favor de Jocely Castelo Branco Santos e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, emita novo ato em que seja suprimida a irregularidade verificada e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8653-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8654/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 035.241/2017-9

2. Grupo I - Classe III - Monitoramento.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Unidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEduc.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o monitoramento do acórdão 4.205/2017-2ª Câmara, que apreciou representação sobre possíveis irregularidades na utilização de imóveis residenciais da Fundação Universidade de Brasília - FUB.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, incisos II e III, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar parcialmente cumprida a determinação contida no subitem 9.2.1, considerar não cumprida a determinação do subitem 9.2.2 e considerar não implementada a recomendação do subitem 9.3 do acórdão 4.205/2017-2ª Câmara;

9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, realize levantamento completo de seus bens imóveis residenciais, de modo a eliminar as discrepâncias de informações apontadas na instrução à peça 28 (itens 63-78) e contemplar todas as informações necessárias ao controle no tocante à utilização desses bens, em especial:

9.2.1. finalidade (ocupação exclusiva de servidores da FUB, reserva institucional, locação por terceiros e garagens);

9.2.2. registro imobiliário patrimonial (RIP);

9.2.3. metragem e quantidade de quartos;

9.2.4. situação da disponibilidade (ocupado, disponível, em manutenção);

9.2.5. nome do locatário ou permissionário, caso esteja ocupado;

9.2.6. vínculo com a Universidade, se houver (servidor administrativo, professor, aluno):

9.2.6.1. em caso de ocupação por servidor: número de matrícula, unidade de lotação, tempo total de ocupação de imóveis subsidiados ou destinados exclusivamente a servidores da FUB;

9.2.6.2. em caso de ocupação por aluno: instituição de origem.

9.2.7. tipo de contrato (aluguel, termo de ocupação, reserva institucional);

9.2.8. data de início da ocupação do imóvel pelo atual ocupante;

9.2.9. valor de referência do aluguel do imóvel;

9.2.10. percentual de desconto, quando aplicável;

9.2.11. valor mensal pago.

9.3.determinar à Fundação Universidade de Brasília que, imediatamente após a conclusão do levantamento, disponibilize em seu portal na internet as informações completas indicadas no subitem 9.2, a serem atualizadas mensalmente e apresentadas em formato que permita a visualização do conjunto de registros e garanta a transparência, o amplo acesso e o controle social na gestão dos imóveis;

9.4. reiterar determinação à Fundação Universidade de Brasília (subitem 9.2.2 do acórdão 4.205/2017-2ª Câmara) para que, no prazo de 90 (noventa) dias, proceda à adequação dos normativos que tratam da ocupação e do aluguel dos imóveis integrantes de seu patrimônio imobiliário, de modo a assegurar:

9.4.1. a utilização dos imóveis residenciais exclusivamente para consecução dos objetivos da Universidade de Brasília (ensino, pesquisa e extensão), restringindo cessão ou locação subsidiada (com desconto) de imóveis a situações atreladas ao cumprimento desses objetivos (art. 4º, §1º, da Lei 3.998/1961);

9.4.2. a compatibilização com o princípio da isonomia, o que deve incluir:

9.4.2.1. fixação de prazo máximo para usufruto, pelos servidores da Universidade de Brasília, do desconto no aluguel dos imóveis destinados à locação de terceiros;

9.4.2.2. prazo máximo para usufruir o direito à ocupação de imóveis destinados exclusivamente a servidores, contabilizando o tempo total de uso desses imóveis por cada servidor, inclusive nos casos de mudança de uma unidade para outra.

9.5. dar ciência à Fundação Universidade de Brasília de que a falta de verificação do cumprimento, pelos locatários/permissionários, das condicionantes para ocupação de imóveis contribui para o risco de utilização das unidades em desacordo com as normas e exigências estabelecidas, o que pode caracterizar desvio de finalidade (Resolução Conselho Diretor-FUB 4/2016) e prejuízo ao erário, com possibilidade de responsabilização solidária do gestor omisso;

9.6.determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

9.6.1. no prazo de 90 (noventa) dias, apure os indícios de irregularidades apontados nos itens 80-86 e 87-93 à peça 28 e adote as medidas cabíveis;

9.6.2. ao término do prazo de 90 (noventa) dias, comunique a este Tribunal as medidas adotadas e os resultados obtidos.

9.7.alertar à Fundação Universidade de Brasília que o descumprimento de determinação deste Tribunal é considerado como irregularidade grave e sujeita os responsáveis à aplicação de multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992, que prescinde de audiência prévia, nos termos do art. 268, incisos VII e VIII e § 3º, do Regimento Interno;

9.8.encaminhar cópia da peça 28 à Fundação Universidade de Brasília, como subsídio; e

9.9. determinar à Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto que monitore o cumprimento desta deliberação.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8654-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8655/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.862/2007-9.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados: Gisele Balbi de Lemos (899.750.492-49); Iacy Negrão do Nascimento Ladeira (138.007.602-15); João Paulo Ladeira de Lima e Silva (864.574.032-04); Júlio César Ladeira de Lima e Silva (864.572.682-34); Willian Douglas Rodrigues de Holanda (981.833.202-44).

4. Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: Assurbanipal de Freitas Braga, OAB/AM 8.883; Edna Maria Mourão Pereira Machado, OAB/AM 2.189; Ildenice Ramos de Oliveira, OAB/AM 7.856.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam dois atos de concessão de pensão civil no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, em favor dos beneficiários acima identificados.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU em:

9.1. considerar prejudicados, por perda de objeto, nos termos do art. 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU, os atos de concessão de pensão em favor de Iacy Negrão do Nascimento Ladeira, João Paulo Ladeira de Lima e Silva, Júlio César Ladeira de Lima e Willian Douglas Rodrigues de Holanda (peças 44 e 47);

9.2. considerar ilegais os atos de pensão (inicial e conversão) em favor de Gisele Balbi de Lemos e negar-lhes o correspondente registro (peças 45 e 46);

9.3. aplicar a orientação fixada no Verbete 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU no tocante às parcelas indevidamente percebidas de boa-fé pela inativa mencionada no subitem 9.2 retro;

9.4. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas - TRE/AM que:

9.4.1 no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados do subitem 9.2 retro, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.4.2 dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta deliberação à Sra. Gisele Balbi de Lemos, alertando-a que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação do presente acórdão, caso os recursos não sejam providos;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento desta decisão;

9.5. esclarecer ao TRE/AM que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante emissão de novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, e sua remessa a esta Corte, para nova apreciação, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.6. determinar à Sefip que acompanhe a implementação da medida disposta no subitem 9.4.1 supra, representando ao Tribunal em caso de descumprimento.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8655-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8656/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.985/2015-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Conceição de Maria Albuquerque Alves (355.389.293-53); Gilcenara de Oliveira (327.410.900-25); Julien Daniel Pierre Burte (628.729.153-20); Karine Cristiane de Oliveira Souza (789.392.403-91); Rogério Campos (258.269.213-15).
4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.
8. Representação legal: Rodrigo do Nascimento Santos (OAB/CE 23.416) e outros, representando Henry de Holanda Campos; Douglas Wallison dos Santos (OAB/DF 14.632) e outros, representando Conceição de Maria Albuquerque Alves.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq contra o Sr. Rogério Campos, em razão de pendências na prestação de contas da aplicação dos recursos destinados ao projeto "Hidrometria e Monitoramento de Rios Intermitentes" junto à Universidade de Fortaleza (Unifor), bem como ausência do relatório técnico final das atividades desenvolvidas.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir os nomes do Sr. Julien Daniel Pierre Burte e das Sras. Conceição de Maria Albuquerque Alves, Karine Cristiane de Oliveira Souza e Gilcenara de Oliveira do rol de responsáveis desta Tomada de Contas Especial;
9.2. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Rogério Campos, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA	VALOR (R$)
06/07/2007	88.750,00
26/09/2007	58.750,00

9.3. aplicar ao Sr. Rogério Campos a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, com fundamento no art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.6. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8656-34/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8657/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-013.545.2017-5.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Cleide Maria de Souza Oliveira (496.423.164-04).
4. Entidade: Município de Pesqueira/PE.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial.
8. Representação legal: Luís Alberto Gallindo Martins (OAB/PE 20.189); Filipe Fernandes Campos (OAB/PE 31.509); e Juliana Antônio Fernandes de Souza (OAB/PE 37.010).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pelo Ministério do Desenvolvimento Social contra a Sra. Cleide Maria de Souza Oliveira, ex-prefeita de Pesqueira/PE (gestão 2009/2012), em face da impugnação parcial das despesas dos recursos transferidos ao município pelo Fundo Nacional de Assistência Social, no exercício de 2010, na modalidade fundo a fundo.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Sra. Cleide Maria de Souza Oliveira, condenando-a ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor (R$)	Data
6.200,00	1º/2/2010
2.097,10	2/2/2010
138.884,49	10/2/2010
6.228,30	12/4/2010
6.850,00	28/6/2010
13.200,00	30/6/2010
540,00	27/7/2010
1.873,74	16/9/2010
37.687,50	1º/1/2011

9.2. aplicar à Sra. Cleide Maria de Souza Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, caso requerido, com base no art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes nos subitens 9.1 a 9.2 deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;
9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8657-34/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8658/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-018.620/2016-7.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Arônio Lucena Salviano (117.332.503-44) e Secongel Serviços Ltda. (05.132.698/0001-12).
4. Entidade: Município de Brejo Santo/CE.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa contra o Sr. Arônio Lucena Salviano, ex-prefeito de Brejo Santo/CE (gestão 2005-2008), em face da impugnação total das despesas efetuadas na execução do Convênio 319/2005, que teve por escopo a construção de sistemas de abastecimento de água nas localidades do município.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Arônio Lucena Salviano e da empresa Secongel Serviços Ltda., condenando-os ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida à Funasa, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatidas as parcelas já recolhidas, de acordo com o Enunciado de Súmula de jurisprudência do TCU 128:
9.1.1. Sr. Arônio Lucena Salviano solidariamente com a empresa Secongel Serviços Ltda.:

Data da Ocorrência	Valor Original (R$)	Tipo
29/5/2007	26.789,08	Débito

9.1.2. Sr. Arônio Lucena Salviano:

Data da Ocorrência	Valor Original (R$)	Tipo
28/3/2007	79.940,17	Débito
29/5/2007	51.864,71	Débito
21/10/2009	1.848,97	Crédito
5/9/2011	3.613,91	Crédito

9.2. aplicar individualmente ao Sr. Arônio Lucena Salviano e à empresa Secongel Serviços Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores de R$ 9.000,00 (nove mil reais) e R$ 5.000,00 (cinco mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, caso requerido, com base no art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes nos subitens 9.1 a 9.2 deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;
9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8658-34/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8659/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.987/2016-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Aguiar e Albuquerque Construções Ltda. (09.620.739/0001-70); João Batista de Oliveira (393.865.703-00).
4. Entidade: Município de Campo Grande do Piauí/PI.
5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí - Secex/ PI.
8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Piauí - Funasa/PI, em desfavor do Sr. João Batista de Oliveira, Prefeito do Município de Campo Grande do Piauí/PI, na gestão de 2009 a 2012, e da empresa Aguiar Albuquerque Construções Ltda., em razão da não execução do objeto pactuado no Termo de Compromisso 1706/2008 (Siafi/Siconv 651983), relativo à construção de Sistema de Esgotamento Sanitário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. João Batista de Oliveira e da empresa Aguiar e Albuquerque Construções Ltda.;

9.2. condenar o Sr. João Batista de Oliveira:

9.2.1. ao pagamento da quantia de R$ 222.500,00 (duzentos e vinte e dois mil e quinhentos reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida à conta da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 29/06/2011;

9.2.2. em solidariedade com a empresa Aguiar e Albuquerque Construções Ltda. ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas à conta da Fundação Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas indicadas:

DATA	VALOR (R$)
29/6/2011	57.500,00
13/01/2012	210.000,00

9.3. aplicar ao Sr. João Batista de Oliveira e à empresa Aguiar e Albuquerque Construções Ltda., de forma individual, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, respectivamente, nos valores de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) e de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8659-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO N.8660/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.714/2015-0.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Inocêncio Leal Parente (693.154.423-34) e Construtora Ruben & Ruben Ltda. (23.635.469/0001-00).

4. Entidade: Município de Dom Inocêncio/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí - Secex/PI.

8. Representação legal: Francisco Nunes de Brito Filho, OAB/PI 2.975.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa contra o Sr. Inocêncio Leal Parente, ex-prefeito de Dom Inocêncio/PI, em face da impugnação total dos recursos repassados pelo Termo de Compromisso 718/2011.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Inocêncio Leal Parente e da Construtora Ruben & Ruben Ltda., condenando-os ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Funasa, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas discriminadas até o dia do seu efetivo pagamento, na forma da legislação em vigor:

9.1.1. Sr. Inocêncio Leal Parente:

Valor Original	Data da Ocorrência
R$ 788.049,60	16/2/2012

9.1.2. Sr. Inocêncio Leal Parente solidariamente com a Construtora Ruben & Ruben Ltda.:

Valor Original	Data da Ocorrência
R$ 207.922,47	27/12/2012

9.2. aplicar aos responsáveis acima mencionados, individualmente, a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, nos valores a seguir indicados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor
Sr. Inocêncio Leal Parente	R$ 140.000,00
Construtora Ruben & Ruben Ltda.	R$ 30.000,00

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Piauí, com base no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8660-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8661/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.806/2018-4.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Representante: Construtora Progredior Ltda.

4. Entidades: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional; Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Ricardo Magaldi Messetti (30.373/OAB-DF), representando o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional e o Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Construtora Progredior Ltda. sobre supostas irregularidades na Concorrência 15/2018 promovida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat e pelo Serviço Social do Transporte - Sest com vistas à subsequente contratação de empresa especializada para a construção de unidade operacional do Sest-Senat em Atibaia - SP sob o valor estimado de R$ 9.884.519,26;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, nos termos dos arts. 235 e 237, VII, do RITCU e do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. considerar prejudicado o pedido de cautelar suspensiva formulado pela Construtora Progredior Ltda., diante da presente apreciação de mérito do feito;

9.3. indeferir o pedido de ingresso da ora representante como parte interessada no presente processo, nos termos dos arts. 144 e 146 do RITCU, diante da ausência de razão legítima para o aludido ingresso;

9.4. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte e o Serviço Social do Transporte atentem para a necessidade de desenvolver, normatizar e formalizar o correspondente programa institucional de integridade e compliance, pois a mera exigência isolada de mecanismos de integridade na avaliação dos processos de licitação pública pode resultar na eventual ofensa aos princípios da razoabilidade e da isonomia; e

9.5. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte e ao Serviço Social do Transporte, para ciência e cumprimento da determinação prolatada pelo item 9.4 deste Acórdão, dispensando a unidade técnica de promover o monitoramento sobre essa determinação.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8661-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8662/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.139/2015-4.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Embargos de declaração.

3. Embargante: Nivaldo Lucio de Oliveira Junior (CPF 484.219.104-00).

4. Entidade: Município de Correntes - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou nos embargos.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de embargos de declaração opostos por Nivaldo Lucio de Oliveira Junior (gestão: 2009-2012), como então prefeito de Correntes - PE, em face do Acórdão 7.207/2018 proferido pela 2ª Câmara do TCU, no bojo da tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, diante de irregularidades na execução do Contrato de Repasse 178.782-05/2005 celebrado entre a Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério das Cidades, e o referido município para a pavimentação de vias públicas sob o valor total de R$ 133.348,79, com R$ 121.875,00 em recursos federais, tendo a vigência do ajuste se estendido de 6/12/2005 a 30/12/2014;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência da presente deliberação ao embargante.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8662-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8663/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.171/2015-6.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Sebastião Dias Filho (CPF 153.553.654-34).

4. Entidade: Município de Tabira - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal:

8.1. Guilherme Cicalese Ralino (47.112/OAB-PE) e outros, representando Sebastião Dias Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor de José Edson Cristóvão de Carvalho (gestão: 2009-2012) e de Sebastião Dias Filho (gestão: 2013-2016), como então prefeitos de Tapira - PE, diante da não consecução do Contrato de Repasse 261.150-21/2008 (Siafi 637585) celebrado entre a Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o aludido município, sob o valor total de R$ 255.310,37, para o apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário pela "construção e modernização de Parque de Feira de Animais", tendo a vigência do ajuste ficado originalmente estipulada para o período de 16/12/2008 a 13/3/2010, a despeito de, depois, ter sido prorrogada para 16/12/2013;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Sebastião Dias Filho, nos termos dos arts. 16, III, "b", e 19, parágrafo único, da Lei nº 8.443, de 1992, para lhe aplicar a multa fundada no art. 58, I, II e III, da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida fixada por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida fixada por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.4. determinar que a unidade técnica envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 209, § 7º, do RITCU, para o eventual ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8663-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8664/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.526/2008-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessada: Lindarinda Rodrigues da Silva (CPF 372.132.534-68).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil deferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) em favor de Lindarinda Rodrigues da Silva;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato inicial de pensão civil em favor de Lindarinda Rodrigues da Silva (à Peça 11 sob o nº de controle 20786301-05-2001-000001-0), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em sintonia com a Súmula 106 do TCU;

9.3. determinar que o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, os pagamentos decorrentes do ilegal ato indicado no item 9.1 deste Acórdão, alertando que a autoridade administrativa omissa está sujeita à responsabilidade solidária pelo eventual débito subsequente, nos termos do art. 262, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta decisão à interessada indicada no item 9.1 deste Acórdão, no prazo de 15 (quinze) contados da ciência desta deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do aludido recurso;

9.3.3. encaminhe ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Acórdão, os comprovantes de que a interessada indicada no item 9.1 deste Acórdão tomou a devida ciência da presente deliberação;

9.4. orientar o órgão de origem no sentido de que, por força do art. 262, § 2º, do RITCU, o ato considerado ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato, sem a irregularidade indicada nesta deliberação, para que esse novo ato seja submetido à apreciação do TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU; e

9.5. determinar que a Sefip arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento das determinações proferidas pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8664-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8665/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.593/2016-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Samuel Goihman (641.036.098-34).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal:

8.1. José Guilherme Carneiro Queiroz (163.613/OAB-SP), Milton Flávio de A. C. Lautenschläger (162.676/OAB-SP), Marícia Longo Bruner (231.113/OAB-SP), Bruna Valentini Barbiero Rivaroli (292.560/OAB-SP), Natália Cançado Scarpelli (295.316/OAB-SP), Veridiana Silva Teodoro de Souza (298.998/OAB-SP), Monique Carvalho Souza (308.886/OAB-SP), Caio César de Moraes Taboada (320.517/OAB-SP), Bárbara Belloni Rocha Veiga (321.723/OAB-SP), Karen Cristina Dias (324.344/OAB-SP), Mayara Ramanauskas (346.208/OAB-SP), Mariana Caroline Landi Martins (360.740/OAB-SP), Giullia Stagni Aquino Soares (371.341/OAB-SP), Bruna Komoni (373.941/OAB-SP), Ariadyne Figueiredo Kobayashi (374.588/OAB-SP), Priscila Cristina Barbosa (384.003/OAB-SP), Gabriella Ribeiro Arissa Maciel (384.803/OAB-SP), representando Samuel Goihman.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes aos Embargos de declaração opostos por Samuel Goihman contra o Acórdão 4.692/2018-TCU-2ª Câmara, que conheceu e negou provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pelo embargante em face do Acórdão 8.915/2017-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fulcro nos artigos 32, II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c art. 287 do Regimento Interno do TCU e diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos Embargos de declaração opostos por Samuel Goihman para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar conhecimento da presente deliberação ao embargante.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8665-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8666/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.057/2015-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: João Eudes Machado Tenório (CPF 047.939.864-04).

4. Entidade: Município de Pesqueira - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Representação legal:

8.1. Pedro Barros Nunes Studart Correa (OAB-DF 43.656) e outros, representando João Eudes Machado Tenório.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em desfavor de João Eudes Machado Tenório (gestões: 2001-2004 e 2005-2008), como ex-prefeito de Pesqueira - PE, diante da parcial impugnação dos dispêndios realizados com os recursos federais transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), no exercício de 2008, para a aplicação nos serviços de Proteção Social Básica (PSB) e de Proteção Social Especial (PSE);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de João Eudes Machado Tenório, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 70.350,00 (setenta mil, trezentos e cinquenta reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados desde 1º/1/2009 até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância ao Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.2. aplicar em desfavor de João Eudes Machado Tenório a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendida a notificação; e

9.5. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8666-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8667/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 007.055/2012-9.

1.1. Apensos: 004.156/2017-0; 011.544/2014-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Protec Bag Comércio de Máquinas e Artigos para Embalagens Ltda. (61.183.125/0001-99)

3.2. Responsáveis: Marcelo Figueroa Fattinger (213.296.688-55); Mariana Maia de Toledo Piza (290.124.538-28); Márcia Regina Gouveia Ribeiro Vituzzo (065.011.828-67); Nase Embalagens Especiais Ltda (03.300.976/0001-78); Sinapsis Brasil Assistência a Bagagens Ltda. (08.247.859/0001-01); Willer Larry Furtado (129.545.006-20); Zilda Aparecida Garcia de Souza Xavier (039.869.618-79)

3.3. Recorrentes: Márcia Regina Gouveia Ribeiro Vituzzo (065.011.828-67); Zilda Aparecida Garcia de Souza Xavier (039.869.618-79).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal:

8.1. Fabiana Mendonça Mota (15.384/OAB-DF) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

8.2. Isaque dos Santos (163686/OAB-SP) e outros, representando Protec Bag Comércio de Máquinas e Artigos para Embalagens Ltda e Willer Larry Furtado;

8.3. Ivana Pedreira Coelho (162999/OAB-RJ) e outros, representando Sinapsis Brasil Assistência a Bagagens Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que apreciam Pedidos de Reexame interpostos por Márcia Regina Gouveia Ribeiro Vituzzo e por Zilda Aparecida Garcia de Souza Xavier, contra o Acórdão 2878/2017 - Segunda Câmara, retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 3626/2017 - Segunda Câmara, o qual aplicou-lhes multa no valor R$ 3.000,00 (três mil reais), em face de irregularidades na elaboração e ajuste de preço do Termo Aditivo 43/11(IV)/0057 ao contrato de exploração comercial de serviços de embalagem e proteção de equipamentos e bagagens, localizadas no Piso Superior dos Terminais de Passageiros 1 e 2, do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro (SBGR), em 2011;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos e, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação às recorrentes e aos demais interessados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8667-34/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8668/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.983/2015-1.
2. Grupo I - Classe - I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social.
3.2. Responsável: José Barbosa de Andrade (CPF 005.492.664-53).
3.3. Recorrente: José Barbosa de Andrade (CPF 005.492.664-53).
4. Órgão/Entidade: Município de São José da Coroa Grande/PE.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Amaro Alves de Souza Netto (OAB/PE 26.082), Carlos Henrique Vieira de Andrada (OAB/PE 12.135), Eduardo Diletiere Costa Campos Torres (OAB/PE 26.760) e Márcio José Alves de Souza (OAB/PE 5.786), representando José Barbosa de Andrade (procuração à peça 9).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE), ora em fase de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. José Barbosa de Andrade, ex-prefeito do Município de São José da Coroa Grande-PE, contra o Acórdão 3.227/2017-TCU-2ª Câmara, mediante o qual esta Corte de Contas decidiu julgar irregulares as contas daquele agente, condená-lo em débito e aplicar-lhe multa;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443, de 16/7/1992, em:
9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração em exame, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente, ao Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, fazendo remissão, no caso desses dois últimos destinatários, respectivamente aos ofícios 0562/2017 e 0555/2017 expedidos em 20/4/2017 pela Secex/PE (peças 27 e 28).

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8668-34/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (na Presidência).
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8669/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.790/2013-7.
1.1. Apensos: 034.431/2016-0; 014.111/2014-4; 017.646/2017-0.
2. Grupo I - Classe - I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Conselho Federal de Farmácia (CNPJ 60.984.473/0001-00) e Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Sul (CNPJ 93.026.771/0001-39).
3.2. Responsáveis: Carmen Pilla (CPF 192.224.160-15), Daniele Cristine Nyland Jost (CPF 450.747.800-63), Eduardo Godoy Ligabue (CPF 715.530.960-53), Flávio Mário Cauduro (CPF 453.007.470-68), Giovana Ranquetat Fernandes (CPF 746.289.090-91) e Juliano Sofia da Rocha (CPF 646.694.240-68).
3.3. Recorrente: Juliano Sofia da Rocha (CPF 646.694.240-68).
4. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Sul (CNPJ 93.026.771/0001-39).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal:
8.1. Luciana Junqueira Pezzi (OAB/RS 73.561), Marcio Alminhana Airoldi (OAB/RS 75.171), Raquel Zorzi (OAB-RS 66.185) e Rosanie Rodrigues Rivero (OAB/RS 40.889), representando o Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Sul (procuração à peça 62);
8.2. Ivanilde Fabrette (OAB/DF 25.849) e Fillipe Guimarães de Araújo (OAB/DF 23.825), representando o Conselho Federal de Farmácia (procuração à peça 15).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE), ora em fase de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Juliano Sofia da Rocha, ex-presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Sul, contra o Acórdão 13.593/2016-TCU-2ª Câmara, mediante o qual esta Corte de Contas decidiu julgar irregulares as contas daquele agente, condená-lo em débito e aplicar-lhe multa;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443, de 16/7/1992, em:
9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração em exame, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente, ao Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Sul, ao Conselho Federal de Farmácia, à Diretoria de Auditoria de Pessoal e Tomada de Contas Especial da Controladoria-Geral da União e à Procuradoria da República naquele mesmo estado, fazendo remissão, no caso desses quatro últimos destinatários, respectivamente aos ofícios 2200/2016, 2201/2016, 2203/2016 e 2204/2016 expedidos em 20/12/2016 pela Secex-RS (peças 47 a 50).

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8669-34/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8670/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.426/2015-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de declaração (em processo de Tomada de Contas Especial).
3. Responsáveis/Interessados/Embargantes:
3.1. Responsáveis: Via Pública - Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Pública e das Organizações de Interesse Público (CNPJ 04.546.064/0001-43) e Pedro Paulo Martone Branco (CPF 610.777.398-34).
3.2. Embargante: Via Pública - Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Pública e das Organizações de Interesse Público (CNPJ 04.546.064/0001-43).
4. Órgãos/Entidades: Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: Daniela D'Ambrosio (OAB/SP 155.883), Guilherme Amorim Campos da Silva (OAB/SP 130.183), Kleyton Rogério Machado Araújo (OAB/SP 312.539) e outros, representando a entidade Via Pública - Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Pública e das Organizações de Interesse Público (procuração à peça 28).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) ora em fase de Embargos de declaração opostos pelo Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Pública e das Organizações de Interesse Público em face do Acórdão 9.853/2017-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443, de 16/7/1992, combinados com os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno-TCU, em:
9.1. conhecer dos Embargos de declaração em exame, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e, em complemento ao subitem 9.6 do Acórdão 9.853/2017-TCU-2ª Câmara, à Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8670-34/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8671/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.906/2017-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Pensão Especial).
3. Recorrente: Dalva Gila Piedade (025.132.185-15).
4. Órgão/Entidade: Sexta Região Militar/Comando Militar do Nordeste.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR).
8. Representação legal: Julimar Andrade Vieira (OAB/DF 12.947), Mara Rita Bortoluzzi da Silva (46.208/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, discutidos e relatados estes autos de aposentadoria nos quais é apreciado o Pedido de Reexame interposto contra o Acórdão 9.200/2017-2ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, conhecer do Pedido de Reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8671-34/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8672/2018 - TCU - 2ª Câmara

Processo TC 017.887/2014-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsável: Urbino Capanema Junior (365.267.706-49)
3.3. Recorrente: Urbino Capanema Junior (365.267.706-49).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ipiaçu - MG.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
8. Representação legal:
8.1. Patrick Mariano Fonseca Cardoso (143.314/OAB-MG) e outros, representando Urbino Capanema Junior.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam Embargos de declaração opostos por Urbino Capanema Júnior contra o Acórdão 3739/2018, por meio do qual, em sede de recurso de reconsideração, a 2ª Câmara-TCU conheceu e deu provimento parcial para excluir a multa prevista no item 9.3 do Acórdão 9361/2015-2ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8672-34/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8673/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 023.561/2010-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Sandra Maria Rodrigues (002.485.406-96); Cristiane Maria Rodrigues (012.494.626-73); Eletita Ferreira Tiago (053.880.736-96); Jorge Carlos Cardoso de Azevedo (300.694.407-00); Iraci Zanin Ribeiro (502.445.589-49); Tereza dos Santos Campos (517.261.819-87); Rita Ferreira Pinho (927.601.046-72); Evadir Antônio Araújo (980.770.906-72).
4. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil referentes a ex-servidores vinculados ao então Ministério das Comunicações, Portos e Aviação Civil;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil instituída pelo ex-servidor Francisco da Rocha Araújo (035.250.406-44);

9.2. considerar legais os atos de concessão de pensões civis instituídas pelos ex-servidores Durval Rodrigues (035.331.906-68), Eron Pinho Tiago (016.431.936-00) e Eunides Reis de Azevedo (075.727.607-59), concedendo-lhes os respectivos registros;

9.3. considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil instituída pelo ex-servidor Emigdio Carneiro de Campos (015.870.309-00), negando-lhe o respectivo registro;

9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.5. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e órgão ou entidade que o sucedeu, que:

9.5.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato de concessão de pensão considerado ilegal, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.5.2. comunique às beneficiárias do ato considerado ilegal acerca do teor deste Acórdão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.5.3. reverta a cota-parte percebida pela beneficiária Iraci Zanin Ribeiro (502.445.589-49) em favor da beneficiária Tereza dos Santos Campos (517.261.819-87), atendidas as condições de habilitação;

9.5.4. emita novo ato, livre da irregularidade apontada nos autos, e o submeta à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno do TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da deliberação que declarou a ilegalidade do ato original;

9.5.5. encaminhe ao Tribunal o comprovante de que as interessadas tomaram ciência do inteiro teor desta deliberação;

9.6. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8673-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8674/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.090/2015-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de declaração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (03.353.358/0001-96).

3.2. Responsável: Cristóvão Amaro da Silva (009.561.714-00).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).

8. Representação legal: Arnaldo Marques de Sousa - OAB/PB 3467.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos Embargos de declaração opostos por Cristóvão Amaro da Silva contra o Acórdão 5314/2018-TCU-2ª Câmara, que o considerou revel, julgando suas contas irregulares, condenando-o ao pagamento do débito em razão de irregularidades na prestação de contas do Convênio 921/2001 (Siafi 464163), cujo objeto compreendia a construção de 7 (sete) poços tubulares nas localidades de Riacho Fechado, São José, Cajazeiras, Barrento, Açude Novo, Fazenda Couxo e Riacho da Onça, todos na zona rural do município de Cajazeirinhas-PB, na gestão de 2001-2004:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992; c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos Embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar conhecimento da presente deliberação ao interessado.

10. Ata n° 34/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8674-34/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 57 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 24 de setembro de 2018.

AROLDO CEDRAZ
Presidente

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 379, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a subdelegação de competência à Diretoria Executiva de Administração e de Gestão de Pessoas do Conselho da Justiça Federal

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso da delegação de competência constante do art. 3º da Portaria n. CJF-POR-2018/00346, de 14 de setembro de 2018, e, ainda, tendo em vista o que consta do Processo n. CJF-PPN-2015/00029,, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao titular da Diretoria Executiva de Administração e de Gestão de Pessoas do Conselho da Justiça Federal e, nas ausências e impedimentos legais deste, ao seu substituto, para a prática dos seguintes atos:

I - praticar atos de ordenação da despesa nos termos da legislação vigente, inclusive aqueles pertinentes à execução orçamentária e financeira;

II - reconhecer dívida de exercícios anteriores com base em apuração em processo específico;

III - constituir e designar comissões de licitação, de inventário de bens patrimoniais e outras, destinadas à realização de atividades definidas em lei;

IV - aprovar termo de referência, projeto básico e plano de trabalho e autorizar a abertura de licitação para aquisição ou alienação de bens, contratação de serviços e execução de obras, bem como dispensar procedimento licitatório e declarar inexigibilidade de licitação, nas hipóteses legais, mediante justificativa;

V - ratificar, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, as dispensas e inexigibilidades de licitação;

VI - homologar as adjudicações feitas nas licitações realizadas ou, quando for o caso, anular ato ilegal ou irregular, ou revogar, no todo ou em parte, o procedimento licitatório respectivo, e adjudicar quando houver recurso;

VII - autorizar, quando necessário, a substituição de garantia exigida nos processos licitatórios e nos contratos, bem assim a liberação e a restituição de garantias prestadas, quando comprovado o cumprimento das obrigações a que se refiram;

VIII - autorizar o desbloqueio dos valores retidos em conta vinculada das empresas contratadas pelo Conselho da Justiça Federal para a prestação dos serviços de locação de mão de obra;

IX - aplicar penalidades a licitantes, fornecedores e demais contratados, excetuada a prevista no art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/1993;

X - assinar contratos, inclusive nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, convênios, termo de execução descentralizada e respectivos aditamentos, e termos de prorrogação de prazos de vigência, bem como autorizar reajustes, repactuações e revisões de preços dos contratos celebrados, na forma da lei;

XI - autorizar a rescisão administrativa dos contratos firmados com terceiros;

XII - assinar a declaração de que trata o inciso II do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, independentemente do valor da despesa;

XIII - autorizar suprimentos de fundos a servidores credenciados, bem assim aprovar a respectiva prestação de contas;

XIV - autorizar o recebimento, a alienação, a permuta, a cessão e a baixa de material e bens móveis, inclusive os considerados sem utilidade, antieconômicos ou inservíveis, observada a legislação vigente;

XV - assinar, com o dirigente da Secretaria de Administração, os documentos de execução orçamentária e financeira do Conselho da Justiça Federal, em conformidade com a legislação vigente e a normas de administração financeira e contabilidade;

XVI - conceder aos servidores do Conselho da Justiça Federal licenças que dependam exclusivamente de comprovação de condições previstas em lei, exceto licença para capacitação;

XVII - conceder gratificações, adicionais e outras vantagens aos servidores do Conselho da Justiça Federal, observadas a legislação vigente e as decisões do Colegiado;

XVIII - autorizar a averbação de tempo de serviço nos assentamentos individuais dos servidores do Conselho da Justiça Federal;

XIX - homologar certidão de tempo de contribuição e de serviço;

XX - aprovar ou alterar as férias dos servidores do Conselho da Justiça Federal, bem como interromper o período de gozo dessas;

XXI - designar substitutos para os cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Conselho da Justiça Federal;

XXII - autorizar a concessão e o reembolso de passagens, o transporte de bagagem, a concessão de ajuda de custo e diárias, em conformidade com as normas legais;

XXIII - autorizar, em conjunto com o dirigente da Secretaria de Gestão de Pessoas, o pagamento da folha de pessoal do Conselho da Justiça Federal;

XXIV - praticar os procedimentos de que trata a Resolução n. CF-RES-2012/00211, de 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Sempre que julgar conveniente, o Secretário-Geral deliberará sobre os assuntos de que trata o art. 1º desta portaria, sem prejuízo desta subdelegação de competência.

Art. 3º O titular da Diretoria Executiva de Administração e de Gestão de Pessoas, no interesse do serviço, poderá subdelegar os assuntos de que trata o art. 1º desta portaria.

Art. 4º Ficam convalidados os atos ora subdelegados que porventura tiverem sido praticados antes da vigência desta portaria.

Art. 5º Fica revogada a Portaria n. CJF-POR-2018/00356, de 21 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 24/9/2018, Seção 1, p. 160.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Juiz Federal CLEBERSON JOSÉ ROCHA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

PORTARIA Nº 3, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018 (*)

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA SÉTIMA REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais e considerando o disposto nos art. 54, III, parágrafo único e art. 55, I, a, c/c §§ 1º e 2º, da LRF, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal em anexo.

MÁRIO RIBEIRO CANTARINO NETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100400169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) (A) + (B)
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.048.878,11	18.203.656,18	28.803.464,13	19.198.207,65	24.341.487,10	18.269.184,84	18.894.752,52	19.154.662,34	22.901.799,38	19.197.639,73	18.841.407,64	18.788.657,66	244.643.797,28	160.000,00	244.803.797,28
Pessoal Ativo	15.626.466,81	15.780.167,22	24.963.653,21	16.339.350,43	21.648.203,55	15.457.831,06	16.057.507,50	16.368.032,66	18.785.441,51	16.356.177,64	15.947.637,12	15.933.389,47	209.263.858,18	160.000,00	209.423.858,18
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	13.235.928,03	13.363.016,99	20.050.679,64	13.872.202,47	19.178.538,38	13.005.232,13	13.619.206,93	13.931.191,44	16.332.797,74	13.874.356,46	13.472.588,86	13.538.714,00	177.474.453,07	160.000,00	177.634.453,07
Obrigações Patronais	2.390.538,78	2.417.150,23	4.912.973,57	2.467.147,96	2.469.665,17	2.452.598,93	2.438.300,57	2.436.841,22	2.452.643,77	2.481.821,18	2.475.048,26	2.394.675,47	31.789.405,11	0,00	31.789.405,11
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.422.411,30	2.423.488,96	3.839.810,92	2.858.857,22	2.693.283,55	2.811.353,78	2.837.245,02	2.786.629,68	4.116.357,87	2.841.462,09	2.893.770,52	2.855.268,19	35.379.939,10	0,00	35.379.939,10
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.033.053,04	2.074.570,85	3.318.499,42	2.462.020,78	2.221.225,66	2.336.781,78	2.422.791,91	2.412.513,18	3.561.268,34	2.474.622,97	2.506.538,56	2.478.232,64	30.302.119,13	0,00	30.302.119,13
Pensões	389.358,26	348.918,11	521.311,50	396.836,44	472.057,89	474.572,00	414.453,11	374.116,50	555.089,53	366.839,12	387.231,96	377.035,55	5.077.819,97	0,00	5.077.819,97
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.425.041,10	2.493.333,80	2.195.831,33	1.131.690,47	2.769.794,73	2.892.790,74	2.837.417,42	2.796.345,93	4.116.357,87	2.951.217,56	2.902.415,13	2.861.828,75	32.374.064,83	0,00	32.374.064,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	2.629,80	69.844,84	0,00	1.131.690,47	76.511,18	81.436,96	172,40	9.716,25	0,00	109.755,47	8.644,61	6.560,56	1.496.962,54	0,00	1.496.962,54
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.422.411,30	2.423.488,96	2.195.831,33	0,00	2.693.283,55	2.811.353,78	2.837.245,02	2.786.629,68	4.116.357,87	2.841.462,09	2.893.770,52	2.855.268,19	30.877.102,29	0,00	30.877.102,29
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	15.623.837,01	15.710.322,38	26.607.632,80	18.066.517,18	21.571.692,37	15.376.394,10	16.057.335,10	16.358.316,41	18.785.441,51	16.246.422,17	15.938.992,51	15.926.828,91	212.269.732,45	160.000,00	212.429.732,45

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	770.352.095.045,15	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	212.429.732,45	0,027576%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	379.914.542,71	0,049317%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	360.918.815,58	0,046851%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	341.923.088,44	0,044385%

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DOF/TRT17ª R., 20/09/2018, 14H 20MIN
Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 11.774.813,00.
3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R$ 1.077.666,13.
4) Receita Corrente Líquida conforme portaria STN n.º 637, de 19/09/2018, publicada em 20/09/2018 no DOU N.º 182, Seção 1, página 31.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

R$1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
Despesa Bruta com Pessoal (I)				244.803.797,28	
Despesas não Computadas (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				32.374.064,83	
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)				**212.429.732,45**	
Apuração do Cumprimento do Limite Legal					
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)				770.352.095.045,15	
% da Despesa Total com Pessoal DTP - sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,027576%	
				% DA RCL	VALOR
Limite Máximo <%>\3	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,042817%	329.841.656,54
	Resolução CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	Ato SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,042805%	329.749.214,28

Resolução CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 1/2007	0,037679%	290.260.965,89
Resolução CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 30/2013	0,037609%	289.721.719,43
Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT N° 12/2015			0,049317%	379.914.542,71

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DOF/TRT17ª R., 20/09/2018, 17H 20MIN
Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, e parágrafo único da LRF):

MÁRIO RIBEIRO CANTARINO NETO
Desembargador-Presidente

CARLOS TADEU GOULART
Diretor-Geral de Secretaria

MARCOS DECOTÉ RODRIGUES
Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO ROGÉRIO CARDOSO DA COSTA
Chefe da Divisão de Controle Interno

(*) Republicada em virtude de dados incorretos do original, publicada na edição nº 188 do DOU, em 28 de setembro de 2018, Seção 1, páginas 225 e 226.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 19ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 19ª REGIÃO - CREF19/AL, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve:

Art. 1º Dar publicidade a prestação de contas do Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região - CREF19/AL, referentes ao exercício financeiro de 2017, aprovadas nos termos da ata da Reunião Ordinária do Plenário do CREF19/AL ocorrida em 29 de agosto de 2018.

Art. 2º - A receita realizada foi de:

RECEITA	VALOR
RECEITA TOTAL.....	R$ 750.897,25

Art. 3º - A despesa empenhada apresentou o seguinte desdobramento sintético:

DESPESA	VALOR
DESPESAS CORRENTES.....	R$ 814.817,69
DESPESAS DE CAPITAL.....	R$ 64.508,16
TOTAL DA DESPESA.....	R$ 879.325,85

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário. Dê-se Ciência. Cumpra-se.

CARLOS EDUARDO LIMA ROCHA DE OLIVEIRA

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO Nº 322, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O Presidente de Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal - Coren-DF, no uso de suas atribuicoes consignadas no Regimento Interno e, em conformidade com o Inciso VI, Art.15 da Lei n 5.905/73, aprovou na 508 Reuniao Ordinaria do Plenario a Abertura de Creditos Adicionais Suplementares e Especiais no valor total de R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais). O orcamento para o exercicio corrente, em face das alteracoes ora aprovadas, passa do valor de R$ 12.112.131,72 (doze milhoes, cento e doze mil, cento e trinta e um reais e setenta e dois centavos) para o valor de R$ 12.337.131,72 (doze milhoes, trezentos e trinta e sete mil, cento e trinta e um reais e setenta e dois centavos), com a seguinte composicao:

RECEITA VALOR
RECEITA CORRENTE 12.112.131,72
Receita de Contribuicao 9.753.886,12
Receita Patrimonial 342.310,07
Receita de Servicos 1.128.144,72
Outras Receitas Correntes 887.790,81
RECEITA DE CAPITAL 225.000,00
Outras Receitas de Capital 225.000,00
(Superavit Financeiro de Exercicios Anteriores)
TOTAL DAS RECEITAS 12.337.131,72
DESPESA VALOR
DESPESA CORRENTE 12.151.481,72
Pessoal e Encargos Sociais 5.223.594,64
Transferencias Intragovernamentais 2.942.455,41
Outras Despesas Correntes 3.985.431,67
DESPESA DE CAPITAL 185.650,00
Investimentos 185.650,00
TOTAL DAS DESPESAS 12.337.131,72

A presente Decisao foi homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem, conforme Decisao Cofen N 0120/2018 de 19 de setembro de 2018.

MARCOS WESLEY DE SOUSA FEITOSA

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO Nº 7, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a estrutura de cargos em comissão do CRO/MS e dá outras providencias. Altera o art. 7º, inciso II, item 4 da Resolução nº 01/2015 e seus anexos no que diz respeito.

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei nº 4.324/64, regulamentada pelo Decreto nº 68.704/71, respeitando as normas do Conselho Federal de Odontologia e seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II e V, da Constituição Federal de 1988, que, respectivamente, excepciona a regra da prévia aprovação em concurso público para a investidura em emprego público em comissão, de livre nomeação e exoneração, em condições e percentuais mínimos previstos em Lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 39, § 1º, incisos I, II e III, da Constituição Federal de 1988, que estabelecem, respectivamente, que os padrões de vencimento e demais componentes do sistema remuneratório devem observar a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade, os requisitos para a investidura e as peculiaridades do cargo;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais a que se subordina a Administração Pública em geral, principalmente os da moralidade, da impessoalidade e da eficiência. E também, o principio da proporcionalidade que deve ser observado na criação do emprego público de livre nomeação e exoneração, guardada a relação aos cargos efetivos;

CONSIDERANDO que o emprego em comissão de livre nomeação e exoneração, é preenchido com o pressuposto da temporalidade e ocupado por pessoa que desfruta da confiança daquele que nomeia ou propõe a sua nomeação;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar à estrutura, nomenclatura e atribuições dos cargos em comissão do CRO/MS;

CONSIDERANDO a previsão orçamentária e disponibilidade financeira da Autarquia;

CONSIDERANDO que o Plenário delibera por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, insculpido no art. 37 e 38 do Regimento Interno do CRO/MS;

DECISÃO da Plenária Ordinária - Ata nº 683, realizada em 24 de setembro de 2018, decide

Art. 1º Alterar a denominação/nomenclatura do cargo de Assessor Jurídico - CGA II para Procurador Jurídico - CGA II relativo à Gerência e Assessoria Superior ao CRO/MS, mantendo-se as mesmas atribuições e remuneração.

Art. 2º As alterações do que se refere o artigo anterior quanto à denominação/nomenclatura estão dispostos nos anexos II, III e IV da Resolução nº 01/2015, partes integrantes desta Decisão.

Art. 3º O preenchimento dos cargos em comissão será de livre nomeação e exoneração da Presidência do CRO/MS, mediante Portaria.

Art. 4º É vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, da autoridade nomeante ou de funcionário do CRO/MS investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou, ainda, de função gratificada no âmbito da unidade administrativa jurisdicional.

Art. 5º Esta Decisão produz seus efeitos a partir do dia 24 de setembro de 2018, independente de publicação na imprensa oficial.

Art. 6º Publique-se.

JOSÉ WILSON CAPDEVILLE BASTOS
Presidente do Conselho

SILVÂNIA DA SILVA SILVESTRE CABRAL
Secretária

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br